Crise Brasil x Argentina

O debate de Itaipu

Os peronistas eleitos para o governo argentino vêem com desconfiança um projeto que dará ao Brasil o controle de rios argentinos.

"É preciso dizer ao Brasil que o nosso país se opõe categoricamente à construção de uma usina única e exclusiva em Itaipu, no rio Paraná", disse, durante a campanha eleitoral argentina, Marcelo Sanchez Sorondo, candidato a senador pela Frente Justicialista de Libertação (FREJULI), peronista. Como os peronistas ganharam as eleições argentinas e Marcelo Sorondo é considerado seu principal porta-voz em matéria de política exterior, parece evidente que o Brasil terá de enfrentar uma oposição forte da Argentina antes de conseguir construir uma hidrelétrica em Itaipu.

Essa impressão se reforça quando se sabe que o assunto foi tema de campanha eleitoral e debatido quase sempre contra as pretensões brasileiras de construir a usina. Mas, mesmo fora do emotivo terreno eleitoral, muitos argentinos vêem com desconfiança as consequências que a represa poderá ter para as províncias que ficarem rio abaixo. O engenheiro Rustiniano Posse é um desses. Em carta ao Ministério das Relações Exteriores do seu país, ele afirmou que "os riscos aumentam dia a dia, porque o Brasil persiste em construir sobre o rio Paraná, ao norte da fronteira com a Argentina, um dique colossal que não somente violará nossos direitos mas, se for mal construído, se constituirá numa séria e terrível ameaça para as seis províncias e todas as grandes cidades sobre os rios Paraná e Prata".

Construída logo abaixo do salto de Sete Quedas, Itaipu está planejada para ser a maior hidrelétrica do mundo. Com uma capacidade de geração prevista de 10 milhões de quilowatts – alguns estimam que poderá produzir até 15 milhões de quilowatts – se ela entrasse em funcionamento atualmente, praticamente dobraria a capacidade energética do Brasil, que é de 14 milhões de quilowatts.

Situada na fronteira Brasil–Paraguai, o projeto da usina é objeto de negociações entre os dois países. O tratado para sua construção e exploração não provoca divergências entre o Brasil e o Paraguai e deverá ser assinado pelos presidentes Medici e Stroessner, quando o presidente paraguaio vier visitar seu colega em Brasília, no próximo mês. O delegado paraguaio para o projeto, Ezo Debernardi, afirmou recentemente que a primeira etapa da construção começará no próximo ano e entrará em serviço em 1980.

O Brasil estaria tentando conseguir a aprovação do governo argentino antes da subida do candidato peronista eleito pelo voto ao poder e sua esperada oposição. Seria essa a razão do aceleramento dos entendimentos entre o Itamaratí e a Eletrobrás e o governo paraguaio. Mas há no Brasil quem ache que seria melhor procurar um acordo amigável com a Argentina, evitando posições intransigentes que também poderiam ser tomadas por outros países e virem a prejudicar o Brasil em outras regiões. E se o Peru, por exemplo, decidisse construir, sem consultar o governo brasileiro, represas que modificassem o sistema do próprio rio Amazonas? Essa posição moderada foi expressa pelo general Amyr Borges Fortes, diretor da Eletrobrás e é defendida pelo engenheiro Carlos Eugenio Silva neste artigo.

A maior hidrelétrica do mundo provoca dúvidas mesmo entre autoridades brasileiras. Carlos Eugenio Silva.

Nos últimos meses tornou-se bastante acalorado o debate, no Brasil e na Argentina, a respeito da construção de grandes hidrelétricas na bacia do Prata, especialmente no rio Paraná. Tudo indica que a vinda, ao nosso país, do presidente do Paraguai, o velho ditador Stroessner, para assinar o acordo sobre Itaipu, e a vitória do peronismo nas eleições presidenciais na Argentina, tornará a controvérsia ainda mais aguda.

Pode parecer até incrível que a construção de determinadas obras de engenharia possa suscitar divergências entre os dois maiores países da América do Sul. Por que motivos o aproveitamento do potencial energético, ainda não utilizado, da bacia do Prata, deixou de ser uma questão discutida pelos técnicos para se tornar tema que ganha enorme destaque na imprensa? E por que o Brasil e a Argentina não conseguiram chegar, até agora, a um acordo, quando no mundo são inúmeros os casos em que, em situações semelhantes, os países interessados entram em entendimento amigável?

Problema político

Segundo a revista *Mundo Elétrico* (1), o problema entre os dois países sobre a construção de Itaipu "é essencialmente político. A Argentina insiste na necessidade de que o Brasil e o Paraguai realizem consulta prévia antes de iniciar a obra – diz a revista – pois, argumentam, o rio Paraná, onde se erguerá Sete Quedas, percorre também aquele país. *É uma tese que o Brasil e o Paraguai se recusam a aceitar* (o grifo é da própria revista)". E continua: "Mas por quê? Não seria mais lógico um entendimento múltiplo em torno de um empreendimento de tal vulto que interessa não apenas aos três países mas a todos os integrantes da bacia do Prata, pois irá permitir a regularização de vários rios, beneficiando a geração de energia e a navegação fluvial? A pergunta é lógica parecendo até mesmo irracional a posição de intransigência assumida pelo Brasil e o Paraguai"... Respondendo à sua própria pergunta, *Mundo Elétrico* justifica a atitude dos governantes brasileiros com a réplica de que a Argentina procrastinou durante 15 anos a construção de uma outra usina (a de Apipé–Yacyretá), enquanto em menos de dois anos o Brasil conseguiu chegar a um acordo tranquilo com o Paraguai, a respeito de Itaipu. De acordo com a mesma revista, a posição brasileira deve-se também ao desejo de não abrir o precedente, de concordar em submeter projetos brasileiros à consideração de outros países interessados nas águas dos rios que formam o Prata. Argumento bastante estranho, porque em relação à bacia amazônica, se ali vierem a surgir problemas, com nações vizinhas, teremos de pleitear sermos ouvidos sobre obras que se pretenda fazer em rios que formam o Amazonas.

O reverso da medalha vamos encontrar na movimentação, em Buenos Aires, em torno dos projetos para a construção de outra grande usina, em Corpus, a jusante de Sete Quedas, numa região em que o rio Paraná é a fronteira entre a Argentina e o Paraguai. Consta que a crista da barragem de Corpus seria colocada na cota 120 (isto é, as águas do Paraná seriam represadas no nível [illegible] 120 metros do nível do mar), o que impossibilitaria a construção da usina brasileiro-paraguaia em Itaipu. Isto porque o canal de fuga das águas desta está previsto para a cota de 105 metros. Assim, conforme os planos anunciados, pelos dois países, uma usina torna impossível a outra, se forem mantidas as características técnicas anunciadas. Além disso, outros inconvenientes de Corpus já foram proclamados: 1 – levaria à inundação da usina paraguaia de Acaraí, que já está em funcionamento; 2 – provocaria a inundação de férteis áreas do Paraguai e de terras brasileiras, o que, naturalmente, exigiria o beneplácito de nossas autoridades.

A imprensa argentina, através de seus mais prestigiosos órgãos, recentemente manifestou o pensamento dominante, nas altas esferas de seu país, a respeito da absoluta necessidade e urgência, para a Argentina, da usina de Corpus. O matutino *La Nacion* destacou a possibilidade de se levar avante os planos desta usina, apesar dos riscos de "afetar, em pequena escala, uma república fronteiriça", o Paraguai, afirmando que os eventuais danos emergentes seriam indenizados. (2) E acrescentou: "A Argentina tem que incrementar indispensavelmente seu potencial energético. Neste contexto, o projeto de Corpus é de um valor excepcional". No mesmo dia, *La Prensa* publicou um artigo do ex-vice-presidente, almirante reformado, Isaac Rojas, que se tem dedicado a uma sistemática campanha contra os empreendimentos brasileiros no rio Paraná e a uma defesa intransigente do projeto de Corpus. Neste artigo, Rojas declarou, entre outras coisas: "O Brasil herdou uma vocação imperialista que adota com tenacidade e determinação atávicas para projetar-se em direção ao grandioso futuro que planejou". (3) Assim, o que se lê nos grandes jornais de Buenos Aires, sobre a controvérsia Itaipu–Corpus, demonstra o nível passional que envolve a discussão desses assuntos, na república vizinha. E não é certamente por acaso que, no curso da campanha eleitoral argentina, diversos candidatos à sucessão de Lanusse tenham feito promessas solenes de assumir uma posição muito mais radical em relação aos projetos do Brasil, no rio Paraná.

Enfim, se não houver uma modificação profunda na forma com que esses problemas estão sendo encaminhados, tanto na Argentina como no Brasil, pode ser que uma solução amigável torne-se absolutamente impossível.

Na medida em que a divergência [illegible] cendo, sente-se que a opinião pública brasileira não está devidamente informada sobre as razões que levam nosso governo a acelerar os preparativos para a construção de uma colossal usina em Itaipu. E, o que é pior, fora dos estreitos círculos oficiais ninguém conhece as justificativas para o início de um empreendimento de tal porte sem conseguir-se, previamente, um acordo com a Argentina, país que tem natural interesse na questão.

As dúvidas sobre Itaipu podem ser resumidas em quatro pontos:

1– É bem discutível se o Brasil necessita *agora e vitalmente* do erguimento de uma gigantesca usina em Itaipu. Tal dúvida deriva do fato de que o governo brasileiro está colocando de lado, completamente, a possibilidade do aproveitamento de grandes potencialidades, ainda existentes, no Tietê e no Alto Paraíba. Por que se prefere buscar energia a 800 quilômetros de São Paulo em detrimento do aproveitamento total dos desníveis ainda não utilizados do Tietê e do Alto Paraíba, quando esse potencial permite a obtenção de cerca de 5 milhões de kw? Esta primeira dúvida, já formulada por alguns técnicos, justifica-se porque: a) – surgiram vários problemas no "linhão" de transmissão que vai de Jupiá à capital de São Paulo, o que aconselharia, pelo menos, certa prudência na construção de linhas de transmissão ainda mais longas; b) – é caríssima a energia transportada a distâncias muito elevadas.

2– De acordo com o que já se publicou, a barragem de Itaipu terá 160 metros de altura: assim, qualquer técnico pode concluir que o governo brasileiro deseja liquidar com a possibilidade da navegação no rio Paraná, pois é praticamente impossível ter eclusas para a navegação quando o desnível é de 160 metros de altura. Porque não se faz uma barragem mais baixa, ou mais de uma barragem, a fim de se criar um sistema que permita a navegação, neste trecho do Paraná?

3– No rio Paraná já existiam outros projetos com barragens de menor altura, vencendo Sete Quedas e o desnível de Paranaiara até Jupiá (30 metros). Por que, então, se optou por Itaipu?

4– Por que não estão suficientemente claras as razões econômicas que justificariam Itaipu? É curiosa a declaração da revista *Mundo Elétrico*: "assim, insistimos, *não há como discutir nem como levantar questões a respeito de economicidade de uma obra de tal porte* e altamente econômica, pois terá um custo de geração de 200 dólares por kw" (o grifo é de *M.E.*) (4). Pondo de lado a nossa estranheza sobre o que se entende como "economicidade", o que se questiona é o real custo da obra e suas [illegible] econômica (mercado consumidor, custo da transmissão, etc). Na verdade, tenta-se justificar Itaipu, segundo as assertivas de *Mundo Elétrico*, com os seguintes argumentos: "porque é uma usina que irá beneficiar tanto o Brasil e o Paraguai, que, isolado pelas cordilheiras e distante do mar, poucas condições tem de impulsionar sua economia"; porque "a construção de Sete Quedas, representando maciços investimentos em uma área praticamente deserta e de terras boas, irá permitir a abertura de uma nova frente agrícola, representando peça fundamental no desenvolvimento econômico da região" (5). Assim, um investimento de 2 bilhões de dólares pelo Brasil, pois o Paraguai não poderá contribuir com quase nada, tem como justificativa o estímulo ao desenvolvimento da agricultura numa "área praticamente deserta"! Ora, vamos com calma, porque: a) – até hoje o uso da eletricidade na agricultura é algo raro no Brasil e, para tanto, não seria necessária uma gigantesca usina (a maior do mundo), com a capacidade de 10 milhões de kw; b) – é estranho que se justifique gastar 2 bilhões de dólares numa "área praticamente deserta", a menos que já se tenha em vista a utilização, na região, dessa fantástica capacidade de geração de eletricidade por usinas eletrometalúrgicas, de empresas "multinacionais", norte-americanas, particularmente.

As razões da Argentina

Os motivos divulgados pela Argentina para se opor ao projeto de Itaipu foram resumidos, pelo seu ministro das Relações Exteriores, em dois pontos: "1– A Argentina está preocupada com a realização de obras no rio Paraná que poderão prejudicar outras possibilidades de aproveitamento, no mesmo rio, em seu território. E por isso sugere um entrosamento maior e maior troca de informações. 2– A Argentina está preocupada com os eventuais prejuízos na economia da região que a barragem de Sete Quedas poderia causar e espera ser informada precisamente sobre os projetos". (6)

Sabe-se que os militares do país vizinho se preocupam crescentemente com a hipótese do uso, em caso de conflito bélico entre o Brasil e a Argentina, das grandes represas nos rios da bacia do Prata. Ficando o Brasil com a "torneira na mão", poderia, a qualquer instante, e repentinamente, abrir as comportas das represas, para inundar cidades e regiões da Argentina. Ou, ao contrário, poderia fechar as comportas, o que criaria dificuldades terríveis para a economia e a vida desse país. (Para se ter uma idéia da avalancha que poderia causar a abertura, repentina, das comportas de Itaipu, leve-se em conta que a previsão do volume de água de sua represa é de 30 quilômetros cúbicos, ou seja, 60 vezes mais do que está represado na Billings, em São Paulo; se a esses 30 quilômetros cúbicos de água somar-se mais 15 quilômetros cúbicos já acumulados em Furnas, sem falar nas águas represadas em Jupiá, e nos rios Grande, Paranapanema, Tietê, etc., pode-se imaginar que arma nas mãos o Brasil poderia ter contra a Argentina).

Aí estão razões que devem ser consideradas, mesmo porque, na vida internacional, é pacífico o direito de as nações, banhadas por rios que correm por mais de um país, opinar sobre qualquer alteração no regime das águas desses rios.

A conclusão sobre a polêmica de Itaipu só pode ser uma: o Brasil deve buscar um acordo amigável com a Argentina, mesmo que tenha que perder tempo e adiar o início de certas obras no rio Paraná. É de se lamentar que a opinião, expressada pelo general Amyr Borges Fortes, diretor da Eletrobrás, não esteja sendo seguida. Ele recomendou "um desarmamento de espírito, sem o que será impossível a união de esforços necessária para o aproveitamento integral da grande riqueza existente no Prata".(7)

PROJETOS DE BARRAGENS NO RIO PARANÁ

Enquanto o Brasil projeta Itaipu, a Argentina defende Corpus: uma usina torna impossível a outra. Qual seria a real função desses projetos, resolver problemas de energia elétrica de dois países subdesenvolvidos ou servir de teste para aparentes lideranças na América Latina?

1– Mundo Elétrico, *São Paulo, n.º 156, setembro de 1972, pág. 7.*
2– O Estado de São Paulo, *21 de fevereiro de 1973, pág. 10.*
3– *Idem, idem.*
4– Mundo Elétrico, *n.º 156, setembro de 1972, pág. 7.*
5– *Idem, n.º 150, março de 1972, pág. 8.*
6– *Idem, n.º 159, dezembro de 1972, pág. 10.*
7– *Idem, n.º 156, setembro de 1972, pág. 10.*

"RINGO" MARIEL & AS FORÇAS OCULTAS

Aroldo Machado e
Aguinaldo Silva

"Sempre recebi dinheiro de mãos caridosas. Mas sou um cara muito ingrato. Costumo esquecer o nome e o endereço das pessoas que me enviam dinheiro". "Ringo" Mariel.

Todos os analistas do fenômeno Mariel Mariscot, desde Amado Ribeiro (seu assessor de imprensa) aos justiceiros editorialistas do *Jornal do Brasil*, cometem, em relação a ele, um grave erro: tentam julgá-lo de acordo com os padrões ditos "normais" de conduta. Talvez, por isso, quem melhor escreveu sobre o policial-bandido foi o editor de pesquisas de *O Globo*: ao chamá-lo de "exibicionista", lembrou que nele existe "uma só coerência: a de procurar sempre a notoriedade, por meios que um especialista talvez qualificasse de paranóicos".

Esses traços de paranóia já existiam no rapaz queimado de sol que, em 1963, fazia as provas para entrar na Polícia de Vigilância. O bronzeado era por conta do cargo de guarda-vidas que então ocupava na Secretaria de Saúde, e o ímpeto com que se atirava às provas ele retirara dos filmes de Hércules e Maciste, dos quais era admirador desde sua adolescência, no bairro carioca de Bangu. O ímpeto não bastou para destacá-lo entre os muitos candidatos. Mesmo assim, no dia 10 de março de 1964, Mariel Mariscot de Matos era nomeado Polícia de Vigilância.

Os homens de ouro

Parece que suas carreiras de policial e de bandido começaram no mesmo dia. Líder de uma turma formada pelos policiais José Carlos Tavares, o *Carlinhos*, César dos Santos e Luís Carlos da Silva, o *Tigrão*, já então bem longe de Bangu – sua área de atuação era a Prado Júnior e os arredores da Galeria Alaska – Mariel, policial, começou a cobrar taxas para dar proteção aos inferninhos de Copacabana. Neles conheceu igualmente as mulheres e homossexuais que depois trabalhariam para ele no grande golpe dos *traveller's checks* (um dos seus processos), e os jornalistas que, em troca dos seus favores, o transformariam nas páginas policiais no *Ringo* invencível e galante. Em 1968 Mariel executava suas primeiras vítimas. Uma delas, Arlindo Rodrigues Coelho, foi morto em Botafogo porque "assaltava um motorista de táxi e reagiu à voz de prisão". A outra, Sílvio *Mexicano*, não se sabe se morreu ou não, já que seu corpo nunca foi encontrado. Mas sua família contou na polícia os fatos que antecederam o desaparecimento: a pretexto de evitar que Sílvio fosse preso, Mariel extorquiu dinheiro de todos eles. "Quando o dinheiro acabou, Sílvio sumiu".

No ano em que Mariel estreou como matador começaram os crimes do Esquadrão da Morte: o momento histórico foi o encontro do cadáver do puxador de automóveis Sérgio *Gordinho* tendo sobre seu corpo crivado de balas um cartaz com o emblema da caveira. Nas mãos havia marcas evidentes de algemas e em torno do pescoço estava o fio de *nylon*, indícios que seriam encontrados depois em dezenas de cadáveres.

A morte de Sérgio marcou o início de uma série de execuções. As vítimas eram sempre ladrões de automóveis e falsários, e não bandidos realmente perigosos. Os jornais, sempre longe da verdade, insistiam: os policiais integrantes do Esquadrão tinham apenas uma noção errada do que era seu dever, queriam responder à violência com a violência, etc. Só alguns anos depois, Lúcio Flávio Vilar Lírio e Fernando Gomes de Carvalho, o C.O., dariam, na Justiça, a versão sobre os crimes do Esquadrão na qual ninguém ousou acreditar: os puxadores de automóveis e falsários eram executados porque se recusavam a deixar de trabalhar por conta própria para trabalhar para os policiais que os executavam.

De crime em crime, Mariel queimou etapas na polícia. Passou para a Força Policial, integrou a Guarda Civil, e chegou a agente de Polícia Judiciária em 1970 (neste ano ele fez curso para detetive e foi aprovado, mas nunca chegou a ser nomeado). Um ano antes, o general Luís França de Oliveira, então secretário de Segurança, resolveu criar um grupo de elite para combater a delinquência, ao qual deu o nome pomposo de os Doze Homens de Ouro. O décimo segundo, por uma mágica cujos ingredientes até hoje ninguém conhece, era Mariel, colocado ao lado de policiais de bem maior experiência, como Lincoln Monteiro, Euclides Nascimento e Nélson Duarte.

O Homem de Ouro Mariel, como policial de elite, obteve os meios de conquistar definitivamente a notoriedade. Seu fusca envenenado cruzava as madrugadas de Copacabana, sempre estacionando à porta dos inferninhos, com o policial no banco de trás: quem o dirigia era o ladrão Valdomiro Gomes, o *Cromado*, que fora uma espécie de presente dado pelo cantor Agnaldo Timóteo ao seu amigo *Ringo* (antes, *Cromado* era o mais fiel acompanhante do cantor). Seu exibicionismo atinge então o auge: Mariel é o boa pinta, o policial galante, o conquistador de mulheres famosas. Quando o travesti Rogéria era a "estrela" de Carlos Machado, ele o ia buscar todas as noites na porta do Fred's. Mariel e Rogéria eram vistos de mãos dadas nas madrugadas da Fiorentina. Depois, Darlene Glória, ajudada pela censura federal, substituiu o proibido Rogéria no *show* e tomou seu lugar no fusca envenenado (a terceira mulher famosa do policial-bandido seria Elza de Castro, a *Soninha toda pura*).

O "Ringo" Ramírez

Em 1970 os crimes do Esquadrão, pelos requintes de violência, provocariam uma onda de reações por todo o país e até fora dele. Reproduzidas na imprensa internacional, as fotos dos cadáveres – os *presuntos* – das vítimas macabramente adornados pela caveira-símbolo do grupo provocaram uma ruidosa e incômoda indignação. Levados por coincidências sintomáticas – como a que envolve o delegado paulista Sérgio Fleury – algumas publicações estrangeiras associavam os crimes do Esquadrão e seus autores ao assassínio de presos e ativistas políticos que o governo brasileiro fazia questão de negar – e isso trouxe um inevitável constrangimento para embaixadores e outras autoridades do Brasil.

Alheio a tudo isso, Mariel mataria os puxadores Nélson Mena Soares, Aguinaldo Silva, Carlos Alberto dos Santos, Oldair de Andrade Lima, o *Jonaz*, e Josias Vieira Tavares. Num deles, o cartaz da caveira anunciava suas próximas vítimas: Lúcio Flávio Vilar Lírio e Fernando C.O., então integrantes da quadrilha de ladrões de automóveis de maior sucesso no país, e cujas famílias (vide depoimento de d. Zulma Vilar Lírio) já pagavam a Mariel para que eles não fossem presos. Ainda em 1970, o secretário de Segurança foi obrigado a aplicar a primeira punição em Mariel Mariscot: uma suspensão de 30 dias, quando ele já respondia a 18 inquéritos. A suspensão foi providencial, na época em que estourou o escândalo dos cheques de viagem: prostitutas e homossexuais especializados no golpe do vadouro, presos, diziam roubar cheques de viagens de turistas cujas assinaturas eram depois falsificadas por Mariel e seu bando, num golpe que já rendera perto de 500 mil cruzeiros.

Já então Mariel era o *Ringo*, uma imagem criada e alimentada pelos jornalistas Amado Ribeiro e Oscar Cardoso. Seus feitos como policial eram poucos, mas a confusão que aqueles jornalistas criavam em torno dos seus crimes bastava para mantê-lo em evidência. E a evidência, tão bem alimentada, transformou-se num escândalo de tamanhas proporções que à polícia não restou outro caminho: em agosto de 1971, Mariel e seus cúmplices, José Carlos e Luís Carlos César, eram presos na Delegacia de Homicídios e enviados ao xadrez do Ponto Zero, em Benfica.

Demitido em outubro de 1971, "a bem do serviço público", Mariel deixava de ser policial para se tornar apenas bandido. "E (é o editorialista do *Jornal do Brasil* quem diz) da mesma forma, isto é, sem precisar de nenhuma coragem, valendo-se, isto sim, de aliados seus ainda alojados na polícia". Esses aliados o ajudaram a fugir do Ponto Zero, num episódio misterioso que rendeu um inquérito sigiloso e resultou em histórias fantásticas, sussurradas nas redações de jornais, incluindo personagens tidos como dignos do maior respeito.

Em suas andanças de 17 meses por todo o Brasil, e mais pela Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, Mariel, sempre através de Amado Ribeiro e Oscar Cardoso, disse ter reunido provas sobre sua inocência. Mas o puxador de automóveis João Carlos Martins Castilho, preso no dia 19/5/71, em Foz do Iguaçu, contou em seu depoimento que Mariel e o investigador paulista Ademar Augusto de Oliveira, o *Fininho*, eram sócios na compra e venda de carros roubados em Assunção, no Paraguai. Castilho disse ter roubado mais de 40 carros para a dupla, pelos quais Mariel pagava 1500 cruzeiros, para depois vendê-los por 9 mil no Paraguai. Os carros iam até Foz do Iguaçu, atravessavam a Ponte da Amizade e eram entregues a ele em Puerto Stroessner. O dinheiro obtido com a venda dos carros – é ainda Castilho quem diz – servia para a compra de tóxico (cocaína), a ser vendido no Rio, São Paulo e Bahia, e fornecido gratuitamente aos que, em troca desse e outros favores, insistiam em promover e ajudar Mariel. A história de Castilho não foi levada em conta, mas, meses depois, outro investigador paulista, Paulo da Silva Matos, foi preso em Foz do Iguaçu quando tentava atravessar carros roubados para o Paraguai. Em seu depoimento ele contou suas ligações com Mariel e *Fininho* e acusou o chefe de polícia de Assunção, conhecido por Saldivar. Este recebia de Mariel 1200 cruzeiros para regularizar a situação dos carros roubados e foi, possivelmente, quem lhe concedeu documentos paraguaios através dos quais o *Ringo* se transformou em Roberto Castro Ramírez, "comerciante em Juan Cabalero".

Numa de suas crises de exibicionismo, Mariel mencionou, em defesa própria, Pilatos, Júlio César e Cícero, que teriam sido, como ele, "vítimas de diabólicas forças ocultas". As mesmas forças ocultas são citadas num editoral do *Jornal da Tarde* sobre os crimes do Esquadrão da Morte. Elas dão o motivo às histórias que os jornalistas contam mas não publicam e correm de boca em boca nas redações dos jornais. As forças ocultas transformaram Mariel Mariscot numa indevassável caixinha de nefandos segredos durante todo o tempo em que utilizaram seus serviços. Nessas forças deve estar a origem de todos os crimes, à raiz da qual brotam os muitos galhos em que este se subdivide: os puxadores e falsários mortos pelo Esquadrão de alguma maneira foram incômodos para elas. Quem são estas forças ocultas? Mariel sabe: "Durante minhas andanças pelo país, sempre recebi dinheiro de mãos caridosas. Ele amanhecia sob a porta do quarto onde eu estava hospedado. Mas acontece que sou um cara muito ingrato. Costumo esquecer o nome e o endereço das pessoas que me enviam dinheiro".

Pensar que Mariel era um dos chefes da espécie de Máfia que tentava forçar puxadores e falsários a trabalhar para ele é simplesmente ingênuo. Isolar Mariel, transformá-lo num caso à parte é outra ingenuidade. Enquanto ele ocupa todo o espaço reservado à polícia nos jornais, outro agente da Polícia Judiciária, Ademar Moreira da Fraga Filho, o *Capoeira*, pratica os mesmos crimes que o *Ringo*, com a vantagem de não possuir um assessor de imprensa que os torne evidentes demais. *Capoeira* já está com prisão preventiva decretada, mas continua indo aos lugares em que vão seus amigos policiais. Ele matou o puxador Rogério Ferreira Coutinho no dia 11 de dezembro de 1969 e há dois meses prendeu, matou e queimou o motorista de sua quadrilha, Ari Carneiro Pereira, na véspera do dia em que este teria que comparecer à polícia para depor contra ele.

"As coincidências são sintomáticas. O trabalho de sapa que vem sendo executado, para que o tempo amorteça o sentimento de horror das populações, apagando a lembrança dos que foram trucidados de joelhos, ou obrigados a abrir suas próprias covas, antes dos fuzilamentos, ou ainda enterrados vivos, pelos bandidos do Esquadrão da Morte, tem produzido os resultados esperados. Os jornais já não falam com tanta frequência no famigerado bando, nem aludem aos seus crimes, deixando em paz com suas consciências os promotores públicos e juízes de direito que também não se revelam muito interessados em lutar pela justiça" (*Jornal da Tarde*, 14/3/73). A quem interessa este trabalho de sapa? Às forças ocultas, naturalmente, mas quem são elas?

Durante muito tempo mantido nas manchetes por Amado Ribeiro e Oscar Cardoso, Mariel Mariscot, por uma ironia da sorte, foi substituído por Amado e Oscar no noticiário das páginas policiais, após sua prisão. O motivo? A carta em que os dois repórteres, num tom estranhamente terno e íntimo, relatam as dificuldades encontradas ao tentar extorquir dinheiro para o policial-bandido: "Nem nós, com toda a força, banca, de páginas nas mãos, estamos sendo dignos de crédito. Daí, vamos sugerir a você o seguinte: manda algo credenciando o *Carlinhos* (escrivão da polícia e portador da carta) a fazer negócio para você. Com isso, nós faremos os contatos, ameaçaremos, faremos o impossível e mandamos o *Carlinhos* em cima do cara. Ele mostra o documento e está quebrada a desconfiança. (...) Outra coisa: aqui em *Última Hora* você passou a mandar e isso é bom, se pensarmos que foi um dos jornais que mais te malhou. (...) E isso, Mariel, é o que os teus irmãos podem fazer, com toda a sinceridade e lealdade. O mais que você precisar é só mandar pedir. Estamos aqui para isso, para servir os amigos, que são poucos, muito poucos, talvez só você".

Quem quer punir?

Quem são as pessoas a quem Amado, Oscar e o escrivão Antônio Carlos da Costa, o *Carlinhos*, iam ameaçar para obter dinheiro para Mariel? E por que especialmente estas pessoas? Na longa lista de perguntas a serem feitas, há até mesmo esta: por que o presidente do Sindicato dos Jornalistas da Guanabara, sr. José Machado, insiste em dizer que Amado e Oscar, ao escreverem essa carta tão comprometedora, "apenas cumpriam seu dever de repórteres"?

As tão citadas forças ocultas parecem transitar livremente pelos mais estranhos canais. Para os policiais, Mariel será sempre um colega, atualmente numa situação difícil, mas que merece um tratamento especial (é bom lembrar que ele foi preso pela Polícia Federal, embora a polícia carioca o procurasse). Para os jornalistas a sua imagem será sempre a do *Ringo* galante, ou a do bandido, nunca a do paranóico cuja loucura foi manipulada por todas as forças, as ocultas, e as menos ocultas, como as que Amado e Oscar integram. A muita gente interessa a impunidade de Mariel. Há alguém interessado em que ele seja punido? A estes últimos, fica a sugestão: no Banco Econômico da Bahia, em Salvador, o cidadão paraguaio Roberto Castro Ramírez (Mariel) tinha uma conta na qual eram depositadas, periodicamente, ordens de pagamento saídas do Rio. A última delas, depositada pouco antes do carnaval, foi de 3 mil cruzeiros. Quem as enviava pode muito bem explicar quem protege Mariel – e por quê.

A visita do mecenas

A festejada visita do conde Agnelli ao Brasil encerrou um leilão interestadual.

No Brasil a importância dada a certos visitantes talvez possa ser medida pelo número de autoridades com que eles conseguem se encontrar no espaço de tempo mais curto possível. Quando David Rockefeller visitou o país em princípios de novembro do ano passado, ele seguiu diretamente para Brasília, onde foi recebido pelo presidente da República. Se bem que não tenha repetido a façanha, o conde Giovanni Agnelli – presidente da FIAT, que veio ao Brasil na semana passada para sacramentar um acordo entre sua empresa e o governo de Minas – cumpriu um programa reservado a poucas pessoas: chegou na 4.ª-feira, indo direto para Minas, onde foi recebido com honras e um esquema de segurança próprios a chefes de Estado.

Depois de ter assinado o termo de compromisso com o governador Rondon Pacheco e com o ministro Pratini de Morais, da Indústria e Comércio, Agnelli voltou ao Rio e no dia seguinte teve um encontro com o general Medici. Pouco antes havia sido homenageado com um almoço pelo ministro Pratini de Morais, onde também estiveram presentes os ministros Delfim Netto, da Fazenda, e Reis Velloso, do Planejamento, além dos presidentes do Banco Central e Banco do Brasil. Afinal, toda essa movimentação das autoridades era motivada pelo que o governo brasileiro considera como mais uma vitória: a vinda definitiva de um grande grupo internacional para o Brasil.

Em Belo Horizonte o clima foi de grande comemoração pela "vitória" do Estado em ter *conseguido* a fábrica da FIAT. Nas ruas, cartazes confeccionados às pressas saudavam o ilustre visitante: "Bem-vindo *per semper* sr. Agnelli", "Minas corre com a FIAT", entre dezenas de outros em geral mal redigidos e de mensagens discutíveis. É provável que *il signore* Agnelli tenha se sentido como um antigo mecenas italiano devido ao grande favor que ele estava prestando. Que tipo de favor precisamente?

Constituir, em associação com o governo de Minas, uma empresa – a FIAT Automóveis SA – que deverá ser implantada no município de Betim (situado na grande Belo Horizonte) para produzir, a partir de 1976, o modelo FIAT 127 – um carro mais barato e mais econômico que os atualmente produzidos no Brasil. * Além de ter obtido a participação do governo de Minas no capital da nova empresa, a FIAT ainda foi beneficiada com toda a sorte de incentivos estaduais, municipais e federais. Para poder utilizar os incentivos do governo federal, ela se comprometeu a exportar uma média de US$ 40 milhões de dólares anuais, durante 10 anos. Este compromisso, no entanto, não estará exclusivamente em cima da nova fábrica de automóveis e será cumprido através da exportação da FIAT Tratores SA (que já funciona em Minas), da Fábrica Nacional de Motores (da qual a FIAT adquiriu há pouco tempo 40% do capital) e da nova fábrica a ser instalada em Minas.

Durante a cerimônia realizada em Belo Horizonte, na qual foi assinado

Agnelli em Minas

o termo de compromisso entre a FIAT e o Estado de Minas Gerais, o governador Rondon Pacheco dirigiu-se triunfantemente ao conde Agnelli ressaltando a "aguda percepção que o levou a identificar e avaliar bem as potencialidades de Minas".

Rondon acrescentou: "O projeto automobilístico a ser implantado em Minas atende às três metas básicas do governo federal, pois promoverá a descentralização das atividades industriais do país e a expansão da indústria automobilística, além de possibilitar o incremento às exportações".

As palavras de Rondon tinham endereço certo. Desde que foi anunciado o fim das negociações entre a FIAT e o governo mineiro, o jornal *O Estado de São Paulo* vinha criticando a decisão de se instalar a fábrica em Minas, afirmando que ela é "economicamente desaconselhável" porque vai ficar distante das fábricas de autopeças – situadas em São Paulo – e dos principais centros consumidores (São Paulo e Rio).

Dizia ainda o *Estado* que na época em que a GM, a Ford, a Volkswagen resolveram se instalar em São Paulo nenhuma delas "solicitou recursos oficiais ou outros privilégios, mas correram todos os riscos políticos e econômicos da época em que se estabeleceram no país". Para o jornal paulista, o caso da FIAT é bem diferente, "pois esta reivindicou e obteve apoio financeiro do governo estadual de Minas Gerais", atitude que é contrária às "diretrizes do regime instituído pela Revolução de 1964", já que a indústria automobilística é um setor que deve permanecer reservado à iniciativa privada.

O *Estado de São Paulo* especulou que "a FIAT parece ter feito uma espécie de leilão entre gaúchos e mineiros. Como estes se prontificaram a oferecer-lhe maiores recursos e melhores condições, decidiu-se localizar em Minas Gerais" . . .

Que a FIAT fez uma espécie de leilão pela sua fábrica parece não haver dúvidas. Os próprios técnicos mineiros que acompanharam as negociações reconhecem que a FIAT foi para Betim porque "Minas ofereceu mais incentivos". Oferecer incentivos – isto é, o Estado conceder favores e assumir em parte os riscos do investimento que a própria empresa deveria assumir – é uma velha tradição existente no Brasil e que chegou hoje a um ponto extremo de aperfeiçoamento. Não é verdade que na época em que as atuais empresas automobilísticas vieram para o Brasil elas tenham corrido "todos os riscos políticos e econômicos", como afirma o *Estado*.

Entre 1956 e 1961 – período em que as grandes empresas como a GM, a Ford, a Volkswagen se instalaram no país – o governo federal concedeu subsídios de natureza cambial e fiscal para a implantação da indústria automobilística no valor de 301,3 milhões de dólares.

"Ora, como os investimentos estrangeiros, no mesmo período, somaram 339,7 milhões de dólares, isto quer dizer que se gastaram 89 centavos de dólar em subsídios para cada dólar aplicado".** Uma das grandes vantagens que se concedeu na época – através da famosa Instrução 113 e que as empresas automobilísticas usaram amplamente – foi a permissão de essas empresas trazerem para cá equipamentos que se encontravam subutilizados nos Estados Unidos – ou mesmo fora de uso – e registrarem essas máquinas como novo investimento.

Hoje, a política de incentivos fiscais – aliada à política do arrocho, que mantém os salários completamente aviltados – são duas características fundamentais da política econômica, que o governo utiliza no plano internacional para convencer certos grupos a virem para cá e não para outros lugares. Guardadas as diferenças, a mesma disputa e as mesmas armas existem atualmente entre os Estados, no plano interno. A briga pela FIAT foi vencida por Minas com incentivos e com a aceitação do governo mineiro de participar diretamente do empreendimento. Foi vencida também com o argumento de que a mão-de-obra que a FIAT irá utilizar em Betim é 30% mais barata do que a encontrada no Grande São Paulo. E o último – e talvez mais fácil – lance foi receber Agnelli com honrarias e com faixas dizendo: "Bem-vindo *per semper* sr. Agnelli". Como se deve receber um mecenas.

---

* Na matéria do número passado sobre a FIAT, OPINIÃO divulgou erroneamente que o FIAT-127 poderia fazer até 24 km com 1 litro de gasolina. A informação correta é que o carro faz em média 14 km/litro – o que ainda o coloca como um carro mais econômico do que qualquer outro produzido no Brasil. ** A Implantação da Indústria Automobilística no Brasil, *José de Almeida, Fundação Getúlio Vargas, 1972.*

Como exportar através dos outros

Tudo pronto para receber (de fora?) as trading companies

Depois de um ano de suspense e especulações, o Conselho Monetário Nacional finalmente aprovou, na quinta-feira passada, a famosa regulamentação para o funcionamento das *trading companies* no Brasil. Como era de se esperar, o capital mínimo exigido só permitirá a operação de grandes grupos empresariais: ficou decidido que as *trading* terão que partir de 20 milhões de cruzeiros, podendo em casos muito especiais contar com apenas 10 milhões. Outra decisão prevista foram os estímulos especiais de crédito.

Desde o lançamento da idéia das *trading companies*, no princípio do ano passado, o governo não cessou de criar novas facilidades para sua operação: os corredores de exportação, os entrepostos aduaneiros, o reaparelhamento dos portos foi a infra-estrutura física necessária à sua implantação. O Programa Especial de Exportação – BEFIEX – permitindo a importação de equipamento com isenção de impostos foi a infra-estrutura fiscal. E as facilidades criadas agora para empréstimos bancários são a infra-estrutura creditícia. Com isso tudo, e mais o que já existia antes como estímulo à exportação, só falta esperar o comparecimento dos interessados.

Na reunião de quinta-feira, além do capital mínimo, foram decididos os seguintes pontos:

os grupos estrangeiros poderão constituir suas *trading* no país, beneficiando-se dos incentivos normais às exportações, inclusive os fixados recentemente através da COBEC – Companhia Brasileira de Entrepostos e Comércio. Em compensação, foram estabelecidos novos estímulos creditícios para as *trading* controladas por capital nacional. Estes consistem, basicamente, na redução de 0,5% nos percentuais dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais, para serem utilizados nos capitais destas empresas; liberação de 2% dos recolhimentos compulsórios (relativos aos depósitos à vista e a prazo fixo) para financiar exportações e linha especial de redesconto, no montante de 600 milhões de cruzeiros a serem utilizados através dos bancos autorizados a operar em câmbio, como adiantamento de operações não completadas pelas *trading* nacionais.

Sem fronteiras

Comprar no Brasil e vender no Japão, comprar na África e vender na Austrália, comprar nos Estados Unidos e vender na Venezuela, comprar na Alemanha e vender na China, eis o que se pretende de uma grande *trading company*. E essa maleabilidade não tem, praticamente, limites para os tipos de produtos comercializados: têxteis, maquinaria, metais, cereais, petróleo, madeira, papel, celulose, construções, fábricas completas, minérios, alimentos a granel, etc. Por isso, uma *trading* é obrigada a manter uma superestrutura operacional: escritórios em dezenas de países de vários continentes; comunicações rápidas entre os diversos escritórios; dezenas de departamentos especializados. A estratégia operacional é traçada num único centro através de informações vindas do mundo todo, e a execução das vendas é atribuída aos escritórios.

A experiência de *trading companies* mais bem sucedida no mundo é talvez a dos grandes grupos particulares do Japão, as chamadas *zaibatsu*: Mitsubishi, Mitsui, Hitachi, C. Itoh Marubeni, Toyomenka, Sumitomo. Responsáveis únicas pelas vendas de todas as empresas do Japão, tanto no plano interno como externo, manipulam anualmente quantias equivalentes a vários bilhões de dólares, o que lhe confere grande poder de barganha. Por isso, as atribuições de uma destas companhias vai muito além de um simples escritório de compra e venda de mercadorias.

Todas as atividades ligadas diretamente à comercialização (pesquisa de mercado, financiamentos, propaganda, transporte, controle de prazos, fixações de preços, etc.) acham-se entregues a estas empresas. É muito comum, por exemplo, a Mitsubishi utilizar sua possibilidade de comprar um mesmo produto em vários países para forçar uma queda de preços. Levando-se este raciocínio aos extremos, pode-se concluir o importantíssimo papel destas companhias na estratégia comercial de um país.

Solução arriscada

Utilizar a experiência das companhias japonesas principalmente para aumentar as exportações brasileiras foi a idéia que fez surgir no Brasil planos de formar *trading companies* com sede no país. A paternidade da idéia é atribuída ao ministro Villar de Queiroz, chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, a quem pertence também outras idéias temerosas como o BEFIEX e o "transplante de fábricas". Mas por levantar uma série de problemas legais, éticos e mesmo políticos a criação de *trading* brasileiras perdeu-se muito tempo em acaloradas polêmicas. Seus críticos apontavam o absurdo de extender a firmas de comercialização os incentivos fiscais e financeiros à exportação que pela legislação só atingiam produtores. "Para quem produz há a justificativa moral de ser uma atividade que cria empregos, abre mercado para outras empresas, forma pólos de desenvolvimento; o mesmo não pode ser dito com relação a firmas que só comercializam – dizia-se". E, finalmente, havia a discussão ainda mais polêmica de que era ou não justo permitir formação de *trading* estrangeiras para utilizar as mesmas vantagens das nacionais. "Da mesma forma que podem ajudar a expandir as exportações do país, por serem mais experientes e poderosas acabarão tendo o controle sobre as exportações do país", dizia-se!

Durante muito tempo técnicos do governo estudaram uma fórmula de conciliar as várias correntes de opinião. Nos 11 meses em que os debates se arrastaram, jamais houve qualquer unanimidade entre as autoridades. Benedito Moreira, diretor da CACEX, sempre foi contra a participação estrangeira, sob a alegação de que ela ia contra a já precária autonomia do país no comércio exterior. Já o ministro Villar de Queiroz, cuja posição favorável à vinda de capitais estrangeiros é sobejamente conhecida, tinha outra opinião. "Invocar autonomia política ou econômica numa época de grandes comprometimentos entre as nações, desenvolvidas ou não, é uma posição acadêmica" – dizia. "O que o país pode ganhar em termos de aceleração de seu progresso econômico, graças à ajuda das grandes *trading companies* internacionais, supera facilmente a pseudoperda de autonomia".

Proteção irrisória

Aparentemente, a decisão final tomada na última reunião do Conselho Monetário Nacional constitui um compromisso entre as várias correntes. Firmas estrangeiras podem formar *trading companies* no país beneficiando-se de todos os incentivos fiscais normalmente concedidos à exportação. Mas para neutralizar o poder destes grupos teriam sido criadas condições para a formação de grandes *trading* nacionais. Neste sentido, foi fixado um capital mínimo bem alto para não dividir o mercado entre muitas empresas; e concedidos novos estímulos creditícios só acessíveis a *trading* nacionais. Tudo indica, porém, que estas vantagens serão irrisórias frente ao poderio dos grupos estrangeiros. Enquanto uma *trading* brasileira vai ter que partir da estaca zero para operar, as estrangeiras terão apenas que integrar-se numa rede mundial de distribuição e vendas já montada. Além disso, elas têm acesso fácil a fontes estrangeiras de crédito, mais rápidas e baratas, o que lhes é permitido por decisões anteriores do Banco Central como a Resolução 63. Nestas condições, é um tanto irreal achar que haverá *trading* nacionais em condições de fazer sombra às *trading* estrangeiras.

O alegre sheik saudita

O sheik brincou no carnaval, foi embora e voltou a negócios

Ele veio passar o carnaval no Rio, conversou com Roberto Campos e Paulo Geyer e, nos bailes, se misturou com os foliões internacionais e brincou muito, acompanhado de amigos e belas mulheres. Na quarta-feira de cinzas, o *sheik* Adnan Khashoggi, da Arábia Saudita, embarcou em seu DC-9 particular para Nova York, fazendo breve escala em Cuba. Na segunda-feira passada, o gordo e grisalho *sheik* de 38 anos voltou a São Paulo, e, desta vez, sua comitiva não era formada por amigos que vieram se divertir no carnaval carioca.

Acompanhado de dois secretários, sua mulher Soraya, uma inglesa de 25 anos, e por Bassam Freiha – uma espécie de assessor de imprensa muito especial, dono da maior cadeia de jornais e revistas do mundo árabe – o *sheik* veio, discretamente, tratar de negócios, em reuniões sempre sigilosas nas residências dos empresários paulistas.

A nenhuma destas reuniões e jantares a imprensa teve acesso, mesmo porque nem soube delas. O que se soube veio da boca do próprio *sheik*, em uma entrevista concedida a duras penas na suíte presidencial do Hilton Hotel.

Falando um inglês fluente, Khashoggi, formado em ciências econômicas pela Universidade de Stanford, na Califórnia, revelou ser presidente e principal acionista do grupo Triad, o maior complexo econômico particular do oriente médio, e disse que seu grupo pretende promover a abertura de novos mercados para os produtos brasileiros nos países árabes.

"Queremos estabelecer uma espécie de ponte entre o Brasil e os países árabes", disse o *sheik*. "E a base inicial para a consolidação deste intercâmbio comercial será a nossa associação com o grupo União". O grupo União, presidido por Roberto Campos e Paulo Geyer, é um conglomerado de empresas que incluem o maior complexo petroquímico brasileiro (Petroquímica União) e o segundo maior banco particular do país (Banco União Comercial), além de financiadoras, construtoras, companhias de seguro e de turismo.

"A semelhança de objetivos entre nossos grupos, que abrangem as mesmas áreas de investimento, faz com que esta seja uma união perfeita", frisou o *sheik*, que recentemente adquiriu duas redes bancárias nos Estados Unidos.

A harmonia foi tanta que no fim de semana passado o *sheik* Khashoggi associou-se com o grupo União, e mais a Saddima Trading, grupo paulista de Eduardo Saddi e Antoine Maluf, para a formação de uma *trading company* com capital inicial de 20 milhões de cruzeiros. *(Sergio Motta Mello)*

As previsões e a dívida

A dívida externa cresceu? Cresceu. Por Gerson T. Gomes

Em 1972 o Brasil teve um superavit de 2,4 bilhões de dólares na balança de pagamentos. O resultado foi largamente anunciado, no princípio desse ano, como mais uma vitória da política econômica do governo. O que pouca gente disse foi que o saldo positivo resultou de uma entrada-recorde de capital estrangeiro, que terá de ser devolvida ao exterior – com os devidos juros – nos próximos anos. O intercâmbio de mercadorias e serviços com o resto do mundo – a balança de pagamentos corrente – teve um deficit (também recorde) de 1,4 bilhão.

Os dados estão no número de fevereiro da revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas – FGV – que publica um resumo provisório da balança de pagamentos no ano passado e mostra o crescimento da dívida externa. O artigo confirma e, em certa medida, corrige as estimativas feitas no princípio de dezembro por OPINIÃO n.º 5 (*). Graças à entrada de capital estrangeiro, o Brasil mais do que compensou o deficit comercial (diferença entre exportações e importações); as saídas de amortizações de empréstimos e financiamentos; os juros, lucros e dividendos de investimentos externos e a despesa com fretes, seguro, turismo e *royalties*. Todos esses itens foram desfavoráveis ao país e deficitários em 1972: o comércio em 210 milhões de dólares; os fretes em 320; os juros em 360; os lucros e dividendos em 120; as amortizações (pagamento das prestações da dívida que venceram em 72) em 1 bilhão 100 milhões de dólares. O deficit global, incluídas as amortizações, somou 2 bilhões e 510 milhões de dólares, contra 2 bilhões e 180 milhões em 1971.

Para pagar essa dívida – e para conseguir novos capitais considerados essenciais ao funcionamento das empresas – o Brasil pediu emprestado no exterior uma quantia quase duas vezes superior à do ano passado: 4 bilhões e 710 milhões de dólares, recebidos na forma de empréstimos em moeda, e acessoriamente como financiamento de importações de mercadorias, empréstimos contra bônus do Tesouro lançados no exterior, etc. Além disso, recebeu 200 milhões de dólares de investimentos estrangeiros diretos – o que, comparado ao valor dos empréstimos, mostra como diminuiu a importância dos investimentos no capital que entra no Brasil. A diferença entre os ingressos totais de capital – 4 bilhões 910 milhões de dólares – e o deficit global – 2 bilhões e 510 milhões – resultou no superavit de 2 bilhões e 400 milhões de dólares verificado em 1972.

Esse resultado não chega, no entanto, a entusiasmar a FGV. Segundo a revista, "reside em transações correntes (mercadorias e serviços) o profundo desequilíbrio das contas externas do país, fenômeno que torna irrelevante, para a análise das transações com o exterior, eventual superavit do balanço de pagamentos originado de excessivo ingresso de divisas via empréstimos em moedas".

Em outras palavras, o superavit, tal como foi obtido, não teve nenhuma importância na relação entre o setor produtivo da economia brasileira e o resto do mundo (importações e exportações de mercadorias e serviços). Esta relação continuou deficitária, apesar da entrada maciça de empréstimos estrangeiros. Além do mais, pode-se dizer que tais entradas não constituem um ganho definitivo na balança de pagamentos, como seria o caso para um eventual superavit de exportações. Os empréstimos e, em menor escala, os investimentos, são receita comprometida, que só se incorpora provisoriamente à riqueza nacional. Nos anos seguintes à sua obtenção, esses recursos deverão ser devolvidos ao exterior na forma de amortizações, juros, lucros e dividendos. Passarão assim a pesar na balança de pagamentos, transformando-se de receita em despesa.

Em 1972, essa despesa – chamada serviço da dívida externa – totalizou 1 bilhão e 460 milhões de dólares, entre juros e amortizações. O gasto foi superior em 26,7% ao de 1971, acompanhando o aumento dos empréstimos e financiamentos contratados no exterior. Segundo a FGV, o total acumulado desses empréstimos, isto é, a dívida externa, passou de 3,9 bilhões de dólares em 1968 para 6,6 em 1971 e para 10,2 em 1972.

(*) No artigo A Dívida Como Estratégia, *OPINIÃO estimou a dívida externa acumulada no final de 1972 em 10 bilhões e 46 milhões de dólares, enquanto* Conjuntura Econômica *fala em 10 bilhões e 170 milhões. O ingresso líquido de capitais durante o ano (deduzidas as amortizações) ficou, segundo OPINIÃO, em 3 bilhões 565 milhões, e segundo* Conjuntura *em 3 bilhões 810 milhões. E o deficit na balança de pagamentos corrente (mercadorias e serviços) foi estimado por nós em 1 bilhão e 550 milhões, contra 1 bilhão e 410 milhões na revista da FGV.*

Ainda a fama do "milagre"

Os benefícios e o preço do milagre brasileiro, segundo Newsweek

"A economia que mais cresce no mundo é a do Japão, ou talvez a da Alemanha: certo? Errado. O verdadeiro milagre econômico está acontecendo em outro lugar, em um país que poucos norte-americanos associam com progresso econômico: o Brasil".

Assim começa um artigo sobre o Brasil, publicado no número da semana passada da revista americana *Newsweek* – um dos três mais importantes semanários dos Estados Unidos. Esse mesmo tom de otimismo caracterizou as conclusões de um seminário sobre o Brasil realizado recentemente em Nova York por investidores norte-americanos, onde ele também foi comparado aos "milagres econômicos operados na Alemanha e no Japão".

Crescer com a inflação

O artigo de *Newsweek* – cujo título é *Como o Brasil Convive com a Inflação* – aponta o "vigoroso crescimento" do Produto Nacional Bruto real que atingiu "10,4% no ano passado, contra cerca de 9,2% do Japão e 3% da Alemanha"*. *Newsweek* cita o depoimento de Richard Huber, antigo administrador do Banco de Boston e atual criador de gado no Brasil: "Aponte-me um país subdesenvolvido que tenha conseguido isso", diz ele, acrescentando: "Provavelmente nenhum. É isso que torna o Brasil tão interessante atualmente".

O ministro Delfim Netto e seu "grupo de tecnocratas" são vistos como os principais responsáveis pelos resultados alcançados. Na busca do crescimento Delfim e seu grupo empregam uma "engenhosa bateria que inclui controle de salários e preços, ajustes monetários para a inflação e atraentes incentivos fiscais".

Newsweek fala primeiro na fórmula que o Brasil encontrou para conviver com a inflação e crescer – a política das minidesvalorizações frequentes da moeda. "Ao invés de atacar a inflação de uma só vez – um processo que frequentemente atrapalha o crescimento – os técnicos elaboraram um conjunto de correções sistemáticas que neutralizam a maior parte dos efeitos negativos da inflação"... A revista diz que os técnicos brasileiros garantem que, com essa fórmula, uma inflação de 15,7% no Brasil é muito menos grave que uma de 6% nos EUA.

Outro instrumento utilizado pelo governo brasileiro são os incentivos fiscais, para incentivar investimentos em regiões que o governo considere prioritárias (nordeste e Amazônia) ou para facilitar as exportações. Estes incentivos permitem às corporações "recuperar até a metade de seu Imposto de Renda" para utilizá-los em investimentos ou importar equipamentos industriais livres de impostos alfandegários. Mas segundo *Newsweek* "os incentivos mais atraentes de todos são aqueles destinados à exportação. Dependendo de uma aprovação do governo, uma companhia pode ficar isenta de todos os impostos sobre suas operações de exportação.

Como resultado de todos esses incentivos, continua a revista, as companhias norte-americanas ficatam "loucas de felicidade" com o Brasil, segundo afirmou o vice-presidente da Irving Trust de Nova York, Richard Hastings". A revista cita o depoimento de outro empresário – Giampaulo Baglione, gerente de vendas da Singer Co. no Brasil, a mais lucrativa subsidiária da empresa fora dos Estados Unidos – segundo o qual o "o Brasil é o sonho do homem de negócios".

Mas os empresários também apontam os dividendos que o governo obtém com essa política – como aumento das exportações e das reservas externas – e que permitem a execução de programas como a rodovia Transamazônica e a reforma agrária.

Mas haverá falhas nesse "milagre"?

Newsweek afirma que o Brasil está pagando um alto preço por esse progresso: (...)

Além disso, continua, "os técnicos temem que pesadas dívidas externas poderiam acabar provocando uma crise na balança de pagamentos. No ano passado o Brasil pagou US$ 1 bilhão em preciosas reservas de divisas para atender ao serviço da dívida externa de US$ 10 bilhões".

Mas a conclusão do artigo de *Newsweek* é otimista: "a maioria dos economistas diz que o Brasil tem a sofisticação financeira, os controles governamentais e boa sorte para conseguir seu crescimento e até continuar seu ritmo fenomenal durante vários anos ainda".

Tão ou mais otimistas que as observações da revista *Newsweek* sobre a economia brasileira – e sem nela apontar qualquer falha – foram as apreciações feitas em um seminário realizado recentemente em Nova York sobre o tema *Brasil, a Superpotência Que Surge*, patrocinado pela American Management Association – AMA (Associação Americana de Administração). Uma das mais importantes conclusões do seminário foi a de que o Brasil é atualmente o país que oferece o mais viável, seguro e lucrativo clima de investimento para os investidores norte-americanos.

Paraíso econômico

Do seminario participaram membros da Overseas Private Investement Corporation – OPIC –** empresários norte-americanos já em atividade no Brasil e o deputado federal Herbert Levy (ARENA-SP) que também é presidente do Conselho Deliberativo do Banco Itaú América. Todos eles falaram para 75 de novos investidores potenciais dos Estados Unidos interessados nas oportunidades abertas pelo Brasil.

Referindo-se à economia brasileira, Kenneth W. Davidson, diretor da OPIC, afirmou que "todos os indicadores econômicos são positivos". Ele explicou que, embora os investidores norte-americanos tenham enfrentado "pressões políticas e econômicas" em outros países da América Latina, o Brasil constituiu a "única e brilhante exceção". O deputado Herbert Levy confirmou as avaliações feitas pelos americanos e disse que a política de incentivos fiscais para as exportações fará do Brasil "uma base ideal para a promoção das exportações das corporações internacionais". Esclareceu também que "a estabilidade e a ordem internas tornaram o Brasil um paraíso econômico em comparação com a maior parte do mundo"

** No concurso para determinar qual país teve um crescimento maior do PIB, o vencedor de 1972 parece ter sido a Espanha, que teve uma taxa de 10,7 (ver OPINIÃO n.º 18, o artigo* As Alternativas do Milagre Espanhol, *do prof. Francisco C. Weffort).*

*** A OPIC é uma organização ligada ao governo dos Estados Unidos, criada com o objetivo de garantir os investimentos realizados pelas empresas norte-americanas no exterior.*

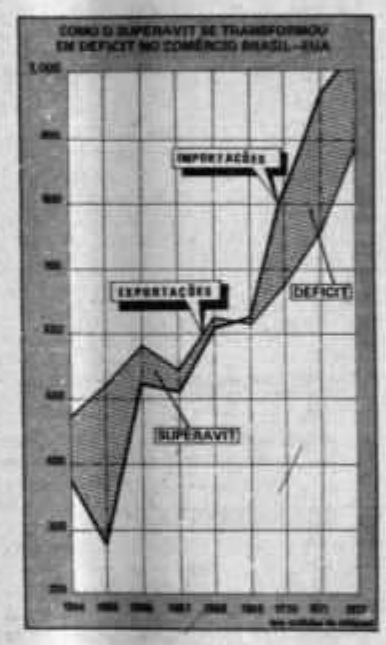
Estados Unidos: ajuda brasileira?

O deficit comercial com os EUA foi multiplicado por 100

"Está na hora de o Brasil começar a ajudar os Estados Unidos a financiar o seu deficit na balança de pagamentos".

Apesar de parecer uma piada, as palavras de Alex McCollough – o diretor do Eximbank que esteve recentemente no Brasil – não deixam de refletir a mudança que está acontecendo nas relações Brasil–EUA.

De país tradicionalmente superavitário no campo comercial e recebedor de capitais americanos, passamos em quatro anos para país apenas recebedor de capitais. O superavit comercial foi-se e com ele os 100 ou 200 milhões de dólares anuais que o Brasil recebia pela diferença entre suas exportações e importações dos Estados Unidos. No seu lugar surgiu um deficit galopante, que se multiplicou quase por 100: cresceu de 3,5 milhões de dólares em 1969 para 301,4 milhões no ano passado *(ver gráfico abaixo)*.



A situação do comércio entre os dois países veio à tona recentemente com uma notícia divulgada pela UPI sobre a balança comercial dos Estados Unidos com outros países e regiões. Baseando-se num relatório do Departamento de Comércio do governo norte-americano, a agência afirma que, em 1972, apesar do maior deficit comercial de sua história (6,4 bilhões de dólares), os Estados Unidos tiveram superavit com a América Latina, oriente médio e países comunistas. O superavit com a América Latina chegou a 700 milhões de dólares, dos quais 663 milhões, ou 94,7%, foram produzidos por apenas dois países: o México, com 363 milhões, e o Brasil, com 301.

Para o observador atualizado, o deficit do Brasil com os Estados Unidos só deve surpreender pelo tamanho. Desde 1965 nossa vantagem tradicional no comércio com esse país vem diminuindo regularmente (ver gráfico anexo). De um superavit de 238,9 milhões de dólares em 1965, passamos para apenas 14,3 milhões em 1968, registrando a seguir deficits crescentes. Não que nossas exportações tenham deixado de crescer. Com exceção de 1967 (quando houve queda na receita global) em 1969, elas sempre acompanharam o crescimento geral das vendas externas, mais que compensando a perda nos anos ruins. A causa da transformação do superavit em deficit está no aumento muito maior das importações de produtos americanos. Na mesma época, as vendas do Brasil também cresceram, mas em valor muito menor.

A explicação para o deficit está na ponta da língua de qualquer técnico oficial em comércio exterior: o Brasil aumentou suas compras mais depressa que suas vendas porque precisava se equipar em maquinarias e outros bens de capital exportados pelos Estados Unidos. Esses bens são indispensáveis para manter as indústrias em funcionamento e expandir a produção. O deficit é portanto decorrência normal do crescimento econômico segundo o "modelo brasileiro". Se antes havia superavit é porque nossas necessidades de equipamento – e nosso PIB – eram menores, bastando para atendê-las a receita das exportações.

Prova dessa justificação do deficit é o peso dos bens de capital nas importações provenientes dos Estados Unidos. Nos últimos anos, as compras de produtos químicos, máquinas e aparelhos elétricos, material de transporte, produtos siderúrgicos, máquinas e aparelhos mecânicos, matérias-primas industriais e outros bens de capital vêm crescendo mais depressa do que as importações de produtos alimentícios e bens de consumo em geral.

A estatística das importações autorizadas em 1971 – fonte de informações mais recente de que dispõe a CACEX – confirma a presença maciça dos bens de capital nas compras brasileiras. Os produtos primários representam cerca de 15,5% das importações brasileiras dos Estados Unidos e os produtos industrializados 84,5%. No mesmo ano, as compras de manufaturas mais sofisticadas – máquinas e aparelhos mecânicos; material elétrico; material de transporte; instrumentos e aparelhos de ótica, de som, de precisão; e equipamento médico-cirúrgico – totalizaram 46,2% do total.

Especialização mantida

É claro que o mesmo não acontece com as vendas brasileiras. Apesar de os Estados Unidos serem nosso principal mercado de produtos industrializados, o café em grãos ainda representou em 1972 cerca de 27,3% de nossas exportações (mais do que no cômputo geral das vendas ao exterior).

Nesse ano, além do café, os Estados Unidos foram os maiores compradores de açúcar demerara brasileiro, cacau em amêndoas e minério de manganês, para mencionar apenas os principais produtos. Mas foram também os principais clientes para café solúvel, calçados, carne industrializada, chapas laminadas, tecidos de algodão, ferro, ligas em bruto e máquinas e aparelhos de escritório.

Essas vendas de produtos industrializados para os Estados Unidos não impedem que continue em prática a velha forma de divisão internacional do trabalho, onde os países desenvolvidos trocam manufaturas de alta tecnologia – no caso bens de equipamento – por produtos primários e manufaturas simples fabricadas nos países subdesenvolvidos. As vendas de máquinas e aparelhos de escritório são uma exceção criada pela nova estratégia das empresas multinacionais, que descentralizam suas fábricas em função dos custos de produção no exterior. Assim, não se pode dizer que as memórias do computador e as unidades de fitas magnéticas vendidas pelo Brasil aos Estados Unidos e à Europa – mesmo se menos sofisticadas do que as produzidas ali – sejam comparáveis em complexidade aos calçados e ao suco de laranja. Tais produtos não se enquadram na divisão tradicional do trabalho. Mas até hoje constituem exceção no comércio exterior do Brasil. Mesmo no caso do nosso principal mercado de produtos industrializados, o grosso das exportações ainda é constituído de alimentos e minérios.

Laços estreitados

Em 1971, os produtos primários representaram 78% das exportações brasileiras para os EUA. E os produtos industrializados 22,2%. Na parte de manufaturas mais sofisticadas nossas exportações se limitaram a 2,8%.

Comparando esses números com a composição das compras nos Estados Unidos, é fácil verificar que, fora o deficit, muito pouca coisa mudou no intercâmbio bilateral. Os Estados Unidos continuam sendo nosso grande fornecedor de equipamentos e nosso principal comprador de produtos primários. *(G.T.G.)*

O Conselho no Panamá

"Nunca fomos, não somos e jamais seremos colônia, nem acrescentaremos mais uma estrela à bandeira dos EUA"

"Que digam os embaixadores das Repúblicas amigas e os jornalistas estrangeiros aqui presentes: qual povo do mundo suporta a humilhação de uma bandeira estrangeira cravada em seu próprio coração"? Escritas em um imenso cartaz defronte o Palácio Legislativo, no Panamá, em cinco línguas – espanhol, chinês, inglês, russo e francês – as palavras que o general Omar Torrijos pronunciou em outubro de 1971 provocaram protestos dos representantes norte-americanos à conferência do Conselho de Segurança da ONU, pela primeira vez reunido numa cidade da América Latina. A reunião foi convocada pelo governo do Panamá, que preparou – e pelo menos no começo conseguiu – fazer da reunião uma verdadeira tribuna em defesa da não-intervenção dos EUA nos países latino-americanos.

O problema explosivo

A bandeira – norte-americana – está cravada na Zona do Canal do Panamá desde 1903, quando o governo panamenho outorgou aos EUA "poder e autoridade para possuir e atuar como se tivesse soberania sobre um território de oito quilômetros de cada lado, através do istmo"

Os norte-americanos têm usado amplamente essa soberania. Os 11 mil militares dos EUA sediados na Zona recebem, anualmente, milhares de oficiais latino-americanos, que lá passam por treinamento militar e ideológico. É também nessa faixa de 82 km de comprimento que tropas norte-americanas aprendem a guerra da selva, para operações antiguerrilha em todo o mundo.

Já na primeira sessão do CS, na quinta-feira passada, no discurso de abertura das reuniões, o general Torrijos, chefe do Executivo e da Guarda Nacional do Panamá, abriu fogo contra o colonialismo norte-americano. O Panamá "nunca será uma estrela a mais na bandeira dos Estados Unidos", disse. Chegou até a apontar formas de luta não muito diplomáticas: "Se nos impedem mudanças pacíficas, nossos povos são levados a mudanças violentas".

A devolução da Zona do Canal ao Panamá constitui apenas um dos assuntos que estão sendo discutidos na atual sessão do CS. Embora o temário das discussões seja um tanto morno – "discussão de medidas para a manutenção e o reforço da paz internacional e da segurança na América Latina" – alguns países aproveitarão para discutir problemas mais "quentes". É possível, por exemplo, que Cuba reabra o debate em torno da base naval norte-americana de Guantanamo, em sua província de Oriente. O estatuto de Guantanamo é pouco diferente do da Zona do Canal. Segundo um tratado assinado entre os governos norte-americano e cubano, também em 1903, os EUA têm todo direito de uso de um pequeno pedaço de terra na ilha de Cuba, até o ano 2002. O argumento de Fidel Castro para recuperar Guantanamo é semelhante ao do general Torrijos: quando o tratado foi assinado, o governo cubano não era sobetano e, portanto, o acordo não tem valor.*

O tema mais quente da reunião, entretanto, é o da Zona do Canal. Nela vivem hoje cerca de 50 mil norte-americanos, sob jurisdição criminal e civil também norte-americana. É um país dentro do Panamá, um governo dentro de um outro governo, diz Torrijos.

"Para nós, essa luta é uma religião que nos une a todos os panamenhos". No Panamá, de fato, o povo tem um forte sentimento antiimperialista, e o manifesta através de frequentes passeatas, declarações de intelectuais e sérias acusações aos EUA. Essa "religião" a que se referiu Torrijos é tão forte que, às vezes, chega ao exagero: um diário da cidade do Panamá insinuou, recentemente, que os EUA eram os responsáveis pelo terremoto de Manágua, por causa do bombardeio do Vietnã.

Omar Torrijos

Os EUA percebem que o problema da Zona é explosivo, e admitem fazer concessões que, no entanto, não satisfazem Torrijos. Propuseram um acordo que lhes daria mais 50 anos de jurisdição sobre a Zona do Canal, ou 85 anos, se novas comportas forem construídas, ou 90 anos, se for construído um canal de dois níveis. O comentário do general Torrijos: "Mais 90 anos desse absurdo? A nossa paciência já está-se esgotando".

Atualmente, o governo norte-americano paga ao Panamá 1,9 milhão de dólares – cerca de 11,4 milhões de cruzeiros – por ano, a título de participação. Mesmo assim, sobra à administração do Canal (escolhida pelo presidente dos EUA) dinheiro suficiente para que a enorme base seja auto-sustentável: o congresso dos EUA nunca autoriza fundos para suas operações. Mais de mil embarcações por mês atravessam o Canal, pagando 90, 72 ou 50 centavos de dólar por tonelada, dependendo de estarem carregadas, vazias, ou de serem militares.

Os Estados Unidos se defendem das acusações de colonialismo afirmando, por exemplo, que "aproximadamente um terço do Produto Nacional Bruto do Panamá – 365 milhões de dólares – entrou na economia panamenha, no ano fiscal de 1972, como resultado da existência do Canal e de outras atividades dos Estados Unidos".

Para o governo dos EUA, a Zona do Canal não tem, realmente, grande importância econômica. O grande papel da faixa de terra que corta o Panamá pela metade é estratégico. Lá os EUA tem um solo latino-americano para treinar militares latino-americanos. Lá são treinados os próprios oficiais panamenhos. Em 1962 e 1963, o próprio general Torrijos fez cursos de contra-revolução e, em 1966, frequentou um extenso curso de administração militar.

O poder de Torrijos

A posição norte-americana no Panamá alterou-se sensivelmente com a subida de Torrijos ao poder, em outubro de 1968, destituindo Armulfo Arias 11 dias após sua posse na presidência. Sua ascensão teve o apoio tanto dos EUA quanto da comunidade de negócios internacional, pois pensava-se que um governo militar reformista poderia ter o efeito de trazer ordem a uma situação de corrupção caótica. Não há provas de que Torrijos tenha conseguido eliminar a corrupção. O que ele conseguiu, certamente, foi fazer com que seus ex-apoiadores o acusassem de estar rodeado de comunistas. Durante seu governo, adquiriu poderosa estatura de líder de massas, através de seus projetos de desenvolvimento rural, reformas trabalhistas e sociais.

Em dezembro de 1969, após a instalação de Demetrio Lakas na presidência, Omar Torrijos foi derrubado por outro golpe militar. Logo em seguida conseguiu uma volta triunfante à Cidade do Panamá, e o povo o recebeu nas ruas. Conta-se que, nesse retorno, teve que pedir permissão às autoridades norte-americans do Canal, para poder atravessá-lo em direção à capital. Retomado o poder, recebeu o título de "líder máximo dos panamenhos", em outubro de 1972, no quarto aniversário do golpe. A partir dessa época, o presidente Lakas assumiu a posição de simples figura decorativa. Os poderes reais foram outorgados a Torrijos. Ele tem plena responsabilidade pela administração pública, pela escolha de ministros, de oficiais da polícia e militares, pela escolha dos membros do Supremo Tribunal, pelo acordo de contratos e empréstimos internacionais e pela política externa.

Antes da chegada dos participantes do CS e dos representantes convidados, Torrijos já havia pedido para a sua causa de reaver o Canal, o "apoio moral do mundo todo, especialmente do povo dos Estados Unidos, que sentirá vergonha quando souber da política dos EUA no Panamá".

No primeiro dia de reuniões, seis países – Venezuela, Equador, Cuba, Peru, Chile e Costa Rica – expressaram seu apoio ao Panamá, e Torrijos, em seu discurso, fez uma referência especial ao bloqueio imposto a Cuba: "Os bloqueios e pressões devem envergonhar mais a quem os exerce do que a quem os recebe. Cada hora de isolamento que sofre o povo irmão de Cuba constitui 60 minutos de vergonha hemisférica".

Por não ser essa a primeira vez que Torrijos ataca frontalmente o imperialismo norte-americano na América Latina, é bem possível que não se alcance um resultado favorável ainda desta vez. Terá ele de apelar para "mudanças violentas"?, para se ver livre do colonialismo? Ele parece disposto. No seu entender, como disse aos delegados do CS, o colonianismo "é, senhores, a prisão do homem livre".

** Outros problemas com grande possibilidade de serem discutidos na atual reunião do CS: independência de Porto Rico; a constante presença de pesqueiros dos EUA em águas territoriais do Peru e Equador; a ação das companhias multinacionais, principalmente a International Telephone and Telegraph (ITT) e a Kennecott Copper Corporation, no Chile.*

O Panamá concede aos EUA...

Um pouco de história de um país e de um acordo: 3 de novembro de 1903: *Com expressiva ajuda norte-americana, o Panamá proclama-se independente da Colômbia.* 6 de novembro de 1903: *Estados Unidos reconhecem o novo governo.* 13 de novembro de 1903: *EUA recebem o embaixador plenipotenciário em Washington.* 18 de novembro de 1903: *O "Tratado do Canal" é assinado entre Panamá e EUA, estabelecendo, entre outras coisas, o seguinte:*

– Além da Zona do Canal, foram concedidas perpetuamente aos EUA "outras terras e águas fora da zona descrita, além das ilhas que se encontrem dentro dos mesmos limites". (Artigo 2)

– "A República do Panamá concede aos EUA todos os direitos, poder e autoridade nas águas em que estão situadas as terras e águas assinaladas neste tratado". (Artigo 3)

– "A República do Panamá concede o direito e autoridade aos EUA para a manutenção da ordem pública nas cidades do Panamá e Colón e nos territórios e baías adjacentes, no caso de a República do Panamá, segundo o critério dos EUA, não ter capacidade de fazê-lo". (Artigo 7)

– "Os EUA poderão importar em qualquer momento na Zona e terras auxiliares, livres de impostos ou taxas, e sem nenhuma restrição, artigos convenientes e necessários, provisões ou medicamentos". (Artigo 13)

– Os EUA têm direito de "empregar forças armadas para a segurança e proteção do Canal". (Artigo 23)

– "Se a República do Panamá chegar a formar no futuro algum outro governo ou Confederação de Estados, os direitos dos EUA, segundo esta convenção, não serão afetados". (Artigo 24)

VIETNÃ

O "Pentágono do oriente" e a quebra da rotina

Em 1969, o Comando Militar dos Estados Unidos no Vietnã, baseado em Saigon, chegou a ter sob suas ordens diretas 543 mil soldados. Sua importância no contexo militar norte-americano era tamanha que chegou a ser conhecido como o "Pentágono do oriente". Na semana passada, tendo menos de 4.500 soldados sob seu comando, o quartel-general das forças americanas na capital sul-vietnamita encerrou seus trabalhos de forma melancólica. Os 11 anos de intervenção militar no Vietnã foram oficialmente terminados com uma pequena cerimônia em recinto fechado – e não ao ar livre, como é rotina nas guerras vitoriosas – ao som de marchas militares de uma banda emprestada pelo Exército do Vietnã do Sul, que tocava com instrumentos também emprestados.

Pouco antes de a bandeira americana ser definitivamente arriada no QG e guardada o general Morgan Roseborough fez um pequeno discurso, em que toda menção do resultado da guerra foi convenientemente evitada. "Aqueles que serviram e os que ainda continuam nesta organização podem se sentir orgulhosos pelo trabalho cumprido", foi quase tudo que disse. Roseborough deverá regressar a seu país antes mesmo que os restantes soldados americanos deixem o Vietnã. Volta tão anônimo quanto foi, o que em termos desta guerra é até um bom resultado, pois para outros militares americanos, o nome Vietnã ficou inevitavelmente associado à incompetência ou infâmia. No primeiro caso, poderia estar o general William Westmoreland; no outro, apareceriam os nomes de Calley e Medina, do massacre de My Lai.

Juntamente com a bandeira americana, foram recolhidas as bandeiras dos países que colaboraram com os Estados Unidos na guerra – Filipinas, Tailândia, Austrália, Coréia do Sul e Nova Zelândia. Depois disso, o antigo quartel-general passou a ser oficialmente o Comando Militar de Assistência dos Estados Unidos.

Este comando é que coordenará as atividades dos milhares de "civis" norte-americanos que têm chegado a Saigon desde que começou a se configurar a retirada militar dos Estados Unidos. Supostamente deverão exercer "atividades civis", e já atingem a mais de cinco mil, de dezembro até hoje. Estão em Saigon como "conselheiros" do governo sul-vietnamita e são, na maioria, pagos pelo próprio Pentágono. Foi exatamente sob esta designação – "conselheiros" – que os primeiros elementos da Marinha americana começaram a lutar no Vietnã, a 8 de fevereiro de 1952. É possível vislumbrar nesta coincidência uma certa dose de humor negro tipo *Ardil 22*, o livro (e filme) sobre as bizarras operações de um imaginário esquadrão da Força Aérea americana na Itália, durante a II Guerra Mundial.

Mas quase dois meses depois de ter entrado em vigor o acordo de cessar-fogo, a verdade é que a guerra do Vietnã não terminou. Na semana passada, o presidente Nixon advertiu Hanói sobre a "seriedade das possíveis consequências" das infiltrações de suprimentos militares no território do Vietnã do Sul. E o Governo Revolucionário Provisório continuava a responsabilizar o regime de Thieu pelas repetidas violações do cessar-fogo.

URUGUAI

O segredo, a venda do ouro e a pílula dourada

Tudo se passou num clima digno dos melhores filmes de James Bond. Em primeiro lugar, a operação foi feita sob o mais rigoroso sigilo. Depois, o presidente da República se reuniu com seu Conselho de Segurança Nacional para debater o problema – em duas sessões secretas. E o assunto discutido poderia também facilmente entrar numa história do agente 007: uma transação secreta com grandes quantidades de ouro. Só depois de muitas e graves discussões privadas é que o assunto foi tornado público, explodindo como uma enorme carga de dinamite e ameaçando, no processo, derrubar um governo.

Quando o governo uruguaio anunciou, na última quarta-feira, ter vendido secretamente, no ano passado, cerca de 20 por cento das reservas de ouro do país, para pagar parte da dívida externa, a incredulidade nacional só pôde ser comparada à fúria imediatamente provocada na oposição.

Mal o ministro da Economia, Moisés Cohen, acabou de revelar, numa cadeia de rádio e televisão, que o Uruguai vendera, entre abril e dezembro de 1972, 28.349 quilos de ouro, para atender compromissos com bancos estrangeiros, a tempestade desabou. Os dois líderes da oposição, senador Wilson Ferreira Aldunate – da maioria do Partido Nacional – e o general reformado Liber Seregni – presidente da Frente Ampla Esquerdista – imediatamente passaram a exigir a renúncia do presidente Juan Maria Bordaberry. Observando que o governo "mentiu para todo mundo", Aldunate justificou sua exigência afirmando: "Houve falsificação de documentos públicos e violação da Constituição, que estabelece a obrigação de se comunicar o estado financeiro de todos os serviços públicos".

Sob pressão, o governo uruguaio procurou justificar seu procedimento, explicando, através do ministro do Interior, Nestor Bolentini, que a venda do ouro fora mantida em segredo "por questões de segurança, no sentido mais amplo".

Mas a oposição, e supostamente a maioria do povo uruguaio, não pareceu satisfeita com as explicações do governo, nem mesmo quando outros porta-vozes procuraram dourar a pílula da situação financeira do país, revelando que as reservas de ouro uruguaias – 113,396 kg – são a terceira maior entre todos os países latino-americanos, e que as previsões da balança de pagamentos de 73 são "positivas".

A pergunta que parece ter ficado irrespondida pode ser mais ou menos formulada assim: se as previsões são "positivas", por que o governo simplesmente não esperou até poder repor, também sigilosamente, o ouro vendido, evitando os riscos da crise provocada pela divulgação da venda secreta?

O episódio deverá servir para enfraquecer ainda mais a posição do presidente Bordaberry junto aos militares uruguaios, que recentemente promoveram investigações para apurar denúncias sobre corrupção

ALEMANHA

Os policiais estão (contra sua vontade) aprendendo a matar

Órgãos genitais amarrados a uma árvore; prisões em câmaras de tortura, com barulhos muito fortes e jatos de água fria. Parte de algum relatório sobre tortura de presos em algum país? Não. Trata-se simplesmente de treinamento de soldados da Alemanha Ocidental, segundo denúncia do sindicato dos policiais alemães.

Segundo o sindicato, os membros da polícia federal de fronteira estão sendo treinados para tornarem-se temidos matadores – estão sendo torturados e insultados para estarem mais bem preparados para o combate ao terrorismo urbano alemão. O presidente do sindicato dos policiais, Werner Kuhlmann, exigiu um inquérito parlamentar para averiguar os métodos de treinamento da polícia de fronteira. Kuhlmann afirmou que os policiais estão sendo treinados para atirar para matar, e não para ferir, e que isso "representa um perigo para a vida civil".

Embora tenha sido criada em 1951 para proteger as fronteiras alemãs e para ajudar em casos de grandes crises nacionais, a polícia de fronteira tem atuado cada vez mais em operações normais, segundo o sindicato. Bastante habituados a não confundir soldados com policiais, os membros do sindicato fazem agora uma grave acusação contra o treinamento da polícia de fronteira: "Estão sendo treinados como soldados, não como policiais.

141

Le Monde

n.º 20 19 de março a 26 de março de 1973 5, rue des Italiens — 75 Paris 9e Tel. 7.709.129

Muitas perguntas, poucas respostas

Eleições francesas
por Jacques Fauvet

O que terá acontecido para que, contrariando a velha tradição, os partidos não pareçam inteiramente satisfeitos com os resultados das eleições? Na realidade, nenhum deles ficou totalmente satisfeito.

A esquerda duplicou o número de suas cadeiras e teve seu número de votos notavelmente aumentado. No entanto, ela não alcançou, nem de longe, a maioria das cadeiras. Mesmo sem falar na forma das eleições, uma divisão mais honesta lhe teria trazido vantagens, embora não bastasse para lhe dar a vitória.

A maioria permanece maioria. No entanto, os três grupos que a compõem perderam um certo número de cadeiras, sendo que o grupo dominante perdeu aproximadamente uma em cada três. A UDR não terá mais, sozinha, a maioria na Assembléia Nacional.

Os reformadores são, a um só tempo, os artífices e as vítimas do sucesso do governo. De seus dois objetivos, um foi alcançado por pouco: eles podem ser vistos como um grupo à parte. Quanto ao outro objetivo, falhou: ser um grupo à parte não lhes deu um peso significativo. Para tornar-se o fiel da balança seria preciso que eles tivessem privado o governo da maioria.

Assim, cada um pode estar, ao mesmo tempo, descontente e satisfeito. A discrição de todos está à altura de sua decepção.

"Nós demonstramos falta de autoridade, de equidade, de generosidade e, no entanto, nos saímos bem" — declarou um gaullista que, após ter lutado firmemente, foi vencido. O primeiro-ministro reconheceu que o país manifestou "um desejo de renovação". Essas duas declarações se completam.

A autoridade é menos necessária para a manutenção da ordem — e terá ela sido realmente perturbada de cinco anos para cá? — do que para uma melhor aplicação das leis e para suprimir mais rapidamente os abusos e punir seus autores, colocando um fim ao excesso de centralização e da colegialidade que frequentemente representam um freio que retarda as decisões.

A generosidade às vezes esteve mais ausente no tom que no conteúdo da política. Ela exclui a ameaça e o temor que tanto pesaram sobre a legislatura anterior e apela para a confiança nos homens e nas mulheres, não apenas na hora das eleições; mas confiança nas comunidades de base que não são tão incapazes de compreender o interesse geral como pensa o poder central.

Quanto à equidade, pouco falaremos dela, visto que, tanto às vésperas como depois das eleições, os chefes da maioria, do mais categorizado ao mais humilde, reconheceram que havia um grande número de injustiças e de desigualdades. O poder remediará isso. Mas com quem?

A maioria pode, matematicamente, deixar de lado os reformadores. Mas será que isso lhe interessa politica e moralmente? A resposta tinha sido dada antes mesmo das eleições, ao menos pelos republicanos independentes. Os reformadores têm seu lugar numa maioria que deve-se expandir; há menos diferença entre eles e os republicanos independentes do que entre estes e os ultragaullistas. A isso se acrescenta, para vários dos eleitos da maioria em fim de mandato, o reconhecimento pelo apoio decisivo que lhes foi dado por tantos candidatos e ainda mais por eleitores reformadores.

Em 1969, a maioria parlamentar atingiu as dimensões da maioria presidencial de Pompidou, incluindo aí muitos daqueles que, ao recomendarem o "não" no plebiscito, compartilharam da responsabilidade pelo afastamento de De Gaulle.

Descuido da maioria

Em 1973, a ampliação pode se estender àqueles centristas que o haviam combatido desde 1958 e desejam, atualmente, mudar os rumos da política, principalmente externa, da V República.

Em 1976... Dentro de alguns meses, um ano no máximo, o país estará novamente em campanha pré-eleitoral e os republicanos independentes certamente pensam que a maioria parlamentar aumentada de amanhã poderá prefigurar a futura maioria presidencial.

Um democrata consequente deve abster-se de distinguir o país real do país legal e, mais ainda, de opor um ao outro. Deve inclinar-se ao veredito do sufrágio universal, embora a balança possa estar um pouco viciada.

Um democrata realista não pode, no entanto, deixar de fazer duas observações. A primeira diz respeito ao fato de a esquerda ter tido quase tantos votos quanto a maioria, e ficado com muito menos cadeiras. Anomalia das eleições em dois turnos, injustiça do escrutínio majoritário, facilmente suportado em outros países de tradição democrática mais firme do que a nossa, mas que não pode deixar de inspirar aos vencidos um certo sentimento de frustração.

A segunda constatação é que o programa comum da esquerda foi defendido pela maior confederação sindical e que seus candidatos foram igualmente apoiados pela segunda central sindical. Aquilo que poderiam esperar obter pelo sufrário universal tentarão conseguir através de reivindicações ou mesmo de pressões. O poder está prevenido quanto a isso e, além do mais, comprometido por seu próprio programa. Embora tenha falado pouco disso em sua campanha, seus adversários não ignoram as suas promessas sociais.

Logo após as eleições de 1968, a maioria, muito tranquilamente eleita, descuidou-se, subestimando demais a existência de uma oposição que, apesar de sua derrota, continuava forte.

Após as eleições de domingo, a maioria reduzida não poderá ignorar, sem correr perigo, o desejo de renovação que ela mesma experimentou e a necessidade de transformações, ou seja, de generosidade e equidade. De autoridade e de dignidade também, mas somente a serviço do bem comum.

O gaullismo e o pêndulo da História

Pierre Viansson Ponté

Dentro da continuidade da História contemporânea, como situar e caracterizar as eleições legislativas de 4 e 11 de março de 1973, para melhor compreendê-las?

Pela primeira vez desde 1956, nenhum mito, nenhum carisma pesou sobre essa consulta. Pela primeira vez também há muito tempo — fora março de 1967 — nenhum drama maior pesou sobre a decisão do país como aconteceu durante toda a guerra da Argélia até 1962, e novamente logo após maio de 1968.

Assim também é possível dizer que, o gaullismo tendo morrido com seu fundador, essa eleição consagrava a volta à IV República. Ora, essa IV República repousava essencialmente sobre a inexpressividade do chefe de Estado, sobre a onipotência da Assembléia Nacional, da qual os governos efêmeros eram apenas o reflexo, e às vezes o joguete, sobre o reinado dos partidos, sobre a proliferação espetacular das combinações entre maiorias sucessivas. Nada disso se reencontra, mesmo hoje, na V República: é, ao contrário, a proeminência presidencial, a paralisia dos eleitos, a permanência dos governos, o esmagamento das instituições intermediárias e sobretudo dos partidos, a existência de uma maioria absoluta e relativamente estável que caracterizam o regime como funciona atualmente. O sistema poderia muito bem se inspirar beneficamente, e com muito mais profundidade, nessa IV República tão desacreditada, tão frágil e talvez tão ineficiente, mas assim mesmo mais próxima, sob muitos aspectos, da democracia clássica do que a atual "democracia direta".

O fio rompido em 1958 pela chegada do general De Gaulle ao poder talvez não esteja perto de ser reencontrado — isso é um fato — e pouco importa que seja um bem ou um mal. É preciso levar esse fato em consideração. Então, por não considerar assim a História, cai-se noutra explicação que, é preciso reconhecer, parece mais bem fundamentada.

Segundo essa tese, dever-se-ia esquecer as eleições de junho de 1968, simples acidente provocado por outro acidente, o de maio, retorno do pêndulo que, depois de ter ido longe demais na direção do movimento, voltou rápido demais e com muita força na direção da ordem. Assim tudo fica claro: De Gaulle tinha tomado o poder em 1958, convocado por um

continua na página 12

Uma maioria (pequena) bem recompensada

OS RESULTADOS FINAIS DAS ELEIÇÕES FRANCESAS

PARTIDOS OU TENDÊNCIAS	Deputados cujos mandatos terminaram	Eleitos		TOTAL	Ganhos ou perdas
		1.º turno	2.º turno		
PCF	34	8	65	73	+ 39
PSU e extrema-esquerda	1	—	3	3	+ 2
UGSD—PS	41	1	88	89	+ 48
UGSD — esquerda radical	8	—	11	11	+ 3
Reformadores	15	—	31	31	+ 16
URP—UDR	273	26	158	184	— 89
URP—republicanos independentes	61	13	41	54	— 7
URP—CDP	26	6	17	23	— 3
Diversos	24	6	13	19	— 5
TOTAL	483	60	427	487	

Além de mostrar a necessidade de reformas sociais que atendam à maioria da nação, as eleições francesas mostraram também a desigualdade resultante da não-adoção da distribuição proporcional de cadeiras no Parlamento. Nas duas votações, a maioria governista obteve 11.017.712 votos — 1.186.667 a 4 de março, e 9.831.045 a 11 de março. Para a esquerda, o total foi de 10.861.010 — 892.608 a 4 de março, e 9.968.402 a 11 de março.

A vantagem da maioria é assim de 156.702 votos. Mas ela ficou com 275 cadeiras (184 da UDR, 54 dos republicanos independentes, 23 do CDP e 14 diversos) contra 176 da esquerda (73 do PC, 3 PSU e extrema-esquerda, 89 dos radicais e 11 dos radicais de esquerda).

Desta forma, a uma minúscula maioria de votos (156.702) corresponde uma enorme vantagem de cadeiras (99). A situação seria naturalmente outra caso o sistema adotado fosse o de representação proporcional. Este fato provocou numerosas críticas dos partidos de esquerda, que consideraram anacrônico o processo eleitoral.

ELEIÇÕES

Os aliados e os rumos da França

Quando se trata de examinar as eleições que se desenrolam em um país amigo, os governos estrangeiros são geralmente conservadores. Numa época em que o diálogo tomou o lugar da confrontação, o primeiro desejo dos governos é reencontrar seus interlocutores familiares e evitar os desconhecidos. Desse ponto de vista, os resultados do segundo turno das eleições francesas satisfazem a vontade da maioria: em Londres como em Bonn, em Argel como no Cairo, em Madri como em Bruxelas, e sem dúvida também em Moscou, as primeiras reações são principalmente de alívio.

Os parceiros da França não podem deixar de se interrogar sobre a questão que é debatida, neste momento, até nos altos escalões políticos parisienses. Em que vai consistir a "abertura" que os líderes da maioria prometeram aos reformadores? A entrada eventual dos amigos de Lecanuet e Servan-Schreiber na maioria acarretará uma mudança de direção da política externa? A derrota de Maurice Schumann não significa a nomeação de um ministro das Relações Exteriores mais centrista e mais europeu?

A resposta a essa pergunta põe o chefe de Estado diante de um problema que não é simples, mas seria arriscado, nesse domínio como em outros, apostar na manutenção pura e simples do status quo. É claro que o apoio dos reformadores não é necessário à maioria para governar. Mas se a abertura tem algum sentido ela não pode existir sem algumas concessões às teses européias de Lecanuet: já em 1969 a abertura em direção aos centralistas fora seguida do levantamento do veto francês à candidatura da Grã-Bretanha ao Mercado Comum Europeu.

De qualquer maneira, a diplomacia francesa tinha-se tornado mais passiva de um ano para cá: seu perfil contrastava com a temeridade dessas iniciativas gaullistas e suprimia indiscutivelmente certas razões de divergência com o centro. Se é verdade que Lecanuet é mais favorável a Israel do que Pompidou, este se aproximou "objetivamente" do primeiro ao declarar, em sua entrevista à imprensa, em janeiro, num tom abertamente franco, que a França não tinha nenhuma sugestão a fazer para uma solução do problema do oriente médio. Por outro lado, os laços entre a França e alguns países árabes são tão estreitos que parece bem difícil colocá-los em questão.

Problema ultrapassado

Igualmente, a antiga questão entre o gaullismo e o centro quanto à oposição ao "atlantismo" parece ultrapassada, na medida em que Pompidou é hoje mais "atlântico" do que há três anos. E Lecanuet é um pouco menos: o líder reformador não apenas não pede a volta da França à OTAN, mas parece estar consciente também de que não é possível, em 1973, construir a Europa, principalmente no terreno monetário, sem resistir e mesmo se opor aos Estados Unidos.

É claro que no terreno das concessões importantes à supranacionalidade ou no da eleição do Parlamento europeu por sufrágio universal Lecanuet não deve esperar muito de Pompidou. Aliás este não é o único a se opor a essas iniciativas na Comunidade dos Nove (Comunidade Econômica Européia). Ao contrário, uma iniciativa "política" quanto à questão européia, relacionada por exemplo com uma coordenação institucional das políticas externas, não deve ser excluída. Com efeito, como demonstra mais uma vez a crise monetária, os Nove ainda estão bem longe da solidariedade econômica com a qual se contou, durante muito tempo, para servir de locomotiva à unificação do velho continente. Será preciso então encontrar outra coisa.

O COMPANHEIRO DE GUEVARA E A CAMPANHA NA FRANÇA CONTRA ALLENDE

O "modelo" chileno e o socialismo francês

Neste artigo o escritor Régis Debray, ex-companheiro de Che Guevara nas guerrilhas bolivianas de 1967, e autor de vários livros sobre a realidade latino-americana, faz um paralelo entre as recentes eleições parlamentares na França e no Chile. Debray critica os argumentos usados pela direita francesa em sua polêmica contra a União de Esquerda (frente de comunistas e socialistas franceses).

O movimento operário e socialista francês não tem modelo nem dono: seus empreendimentos atuais não têm que procurar precedentes nem correspondentes fora do país. Seus vanguardistas estão sozinhos. Em matéria de iniciativa histórica, de audácia e de capacidade de invenção, o país que deu à luz no seu solo, nas calçadas de Paris, por volta de 1848, à teoria do socialismo, e cujos operários foram os primeiros a mostrar ao mundo o caminho pelo qual o céu poderia ser tomado de assalto, este país não tem lições a receber de ninguém nem tem que dar nenhuma garantia a nada.

É a direita francesa hoje em dia que procura "modelos socialistas", mesmo que possa vir a se tornar – à sua maneira – internacionalista para os dois lados. "Eles lhe prometeram o Peru e lhe deram o Chile"... Eis um erro que alegra: uma burguesia curta de idéias não tendo encontrado nada de melhor para atingir seu alvo imediato, a União da Esquerda francesa resolveu disparar suas flechas fora do alvo contra o Chile popular. Mas um erro desconcertante de julgamento é que a esquerda francesa se sinta, por um só instante, visada ou ameaçada pela campanha de difamações contra o Chile.

Será que a nossa direita quer nos convencer de que com cerca de 44% dos votos a Unidade Popular foi desacreditata pelo povo chileno e transformar esse sucesso considerável das forças progressistas chilenas em lamentável revés? Ninguém, no entanto, sugeriu ao presidente Frei, após as últimas eleições legislativas chilenas, de 8 de março de 1969, que ele se demitisse porque a democracia cristã, então no poder, só tinha tido 29,8% dos votos. Isso numa época em que a assistência financeira ao Chile era proporcionalmente a maior da América Latina e quando a cotação do cobre ultrapassava em média 60 centavos por libra (desde então ele baixou mais de 15 centavos no mercado mundial, e cada centavo a menos significa menos 15 milhões de dólares para o Chile que, praticamente, não tem nenhuma outra fonte de divisas).

Estrangulamento

Os monopólios capitalistas pudicamente batizados "multinacionais", como a ITT ou a Kennecot, o grande irmão americano de Servan-Schreiber através do Eximbank e do Departamento de Estado, os irmãos de classe e confrades dos nossos Peyrefitte e Giscard, dentro do país, estrangulam o Chile e o regime popular que ele escolheu livremente, por todos os meios disponíveis. Esses meios vão desde o bloqueio financeiro que cortou todas as linhas de crédito a curto e longo prazo, a sabotagem interna, o açambarcamento de mercadorias, até o complô subversivo permanente. E eis que os representantes franceses desse mesmo sistema internacional têm uma compaixão de Tartufo: "Olhem os infelizes chilenos, como eles têm dificuldade em respirar! O socialismo não os teria tornado doentes"? Um belo passe de mágica. Aqueles mesmos que estão causando ao Chile suas dificuldades atuais, aproveitando-se da posição de fraqueza que foi sempre a da economia chilena, apresentam com a maior tranquilidade do mundo todo o mal que estão causando à construção do socialismo no Chile como se fosse um mal próprio do socialismo chileno.

Não sabemos se devemos rir ou ficar indignados. Pois é leviano querer assim assimilar à França um país de estrutura econômica ancestralmente deformada e deficiente, quase monoprodutor e monoexportador (o cobre é responsável por 80% das exportações chilenas), sem capital nem indústrias verdadeiramente nacionais, inteiramente dependente no plano tecnológico-financeiro de países estrangeiros, e que arrasta há 20 anos um deficit alimentar que a agricultura nacional nunca pôde preencher, com imensos latifúndios onde subsistiam ainda laços próximos da escravidão, um país que importa 75% de suas máquinas e bens de produção, cuja renda *per capita* chega apenas a 500 dólares e que tinha, sob o governo precendente, uma taxa de desemprego oficial de 8,7% (reduzida hoje a 3%), e cujas obrigações da dívida externa (com juros acumulados) deveria imobilizar cerca da metade da renda anual das exportações (de fato imobiliza um quarto, depois da renegociação, em Paris, dessa dívida de 4 bilhões de dólares herdada dos regimes precedentes).

O Chile popular não está enfrentando as dificuldades do socialismo. Ele ainda está pagando as dívidas herdadas de uma estrutura social e econômica arcaica e corrigindo as deformações de toda espécie que lhe foram impostas pela sua antiga dependência e seu papel subalterno no sistema de trocas mundiais fixado pelo capitalismo dominante. Ele está pagando os direitos de herança do que se chama "subdesenvolvimento", o outro nome da superexploração imperialista. São obrigações das quais os franceses estão dispensados por definição. Os meios que faltam ao Chile é a França que os tem.

Real e imaginário

Mas de que serve falar das realidades históricas chilenas se o Chile, para Giscard d'Estaing e Peyrefitte, não é o Chile mas o espelho de suas ansiedades imediatas, o rosto de seus fantasmas, um pretexto para desacreditar em seu país a esperança socialista?

Régis Debray

Infelizmente quando se fala do Chile na França nunca se sabe de qual Chile se está falando, se do real ou do imaginário – pois há dois Chiles em um. Certamente o exotismo político para uso interno – essa maneira de se procurar ou de se fugir de si mesmo para um *outro mundo* que é apenas o nosso às avessas – tem seus títulos de nobreza. O Chile da maioria atual está para o Chile real como o Eldorado de Cândido, as Índias da enciclopédia ou as Caraíbas de Rousseau estavam para a América espanhola de então: é um mito ideológico cômodo, um bálsamo para a crise européia de então. O paralelo é indecente? Sem nenhuma dúvida. De Voltaire a Peyrefitte – não é para rir – há toda a distância entre a ascensão e a agonia da classe dominante, entre o nascimento e a queda de uma curva histórica. Sempre se precisa de um índio da América mas nem sempre para os mesmos fins.

Grandeza e decadência da imaginação burguesa! Entre a fábula de Jean-Jacques e a brincadeira de nossos mágicos sem imaginação, só há em comum a astúcia ideológica, procedimento que consiste em exprimir um desejo ou um projeto de sociedade francesa, apresentando-a com os traços de um estado de sociedade em algum lugar das Américas. O que desapareceu nesse ínterim foi o "projeto de sociedade". O chileno de Peyrefitte é tão irreal como o caraíba de Rousseau, mas este último refletia uma vontade de mudança e o primeiro simboliza apenas a recusa da mudança. Cada época tem a América que merece.

Ameaça de ditadura

Tinham começado por nos dizer que a esquerda no poder, mesmo quando a ele sobe pelos meios mais legais, só pode se manter no mesmo instaurando sua ditadura. A única ditadura que ameaça hoje o Chile é a da direita. Conspira-se a céu aberto, trafica-se com dólares nas ruas, todo mundo se manifesta, publica, escreve o que bem lhe parece – tudo como na França. Tanto que os ministros são derrubados um depois do outro pelo Parlamento, que os predecessores do general Prats no Ministério do Interior eram acusados publicamente todos os dias por ninharias, e que o chefe da polícia é obrigado a se justificar em juízo por qualquer motivo. Seria melhor somente, em matéria de liberdades públicas, que os governantes tivessem um pouco mais de liberdade para governar e um mínimo de liberdade de expressão.

Dos três canais de televisão de Santiago somente um é controlado pela Unidade Popular. Pode-se imaginar o senhor Conte dando dois terços do tempo da ORTF (rádio e televisão francesa) à oposição? Se o *Figaro*, o *Monde*, o *L'Humanité* fizessem um décimo dos ataques injuriosos, caluniosos, histéricos, que faz diariamente a grande imprensa chilena contra o governo e a pessoa do presidente da República, apostamos que já teriam fechado há muito tempo. Pode-se desejar aos franceses que Pompidou vá estudar no Chile popular o que é "o livre jogo democrático". Se pudéssemos estar certos de que a burguesia francesa atualmente no poder tivesse o mesmo respeito para com a letra de sua Constituição e o espírito de suas instituições que o regime de Allende tem pelas suas, muitos se sentiriam aliviados.

O tema das liberdades já estando muito batido, foi substituído pelo da "catástrofe econômica e financeira". Nessa matéria reinam as contra-verdades. Giscard d'Estaing, dialogando com François Mitterrand na emissora Europa I, falou de uma "diminuição da produção chilena". É falso: o PNB aumentou 7% entre 1971 e 1972, contra 8,9% dos anos precedentes, e a produção industrial aumentou 13%. O Chile produziu mais cobre em 1971 do que em 1970 e o aumento se confirmou em 1972. O ministro falou também de uma "profunda deterioração do comércio exterior". O equívoco é grave: o volume das exportações aumentou mas o que se deteriorou, como por toda parte no mundo capitalista, foram os termos do "intercâmbio desigual". Para comprar a mesma coisa, o Chile precisa pagar mais. O deficit da produção agrícola nacional é muito antigo, mas os preços do açúcar, do leite, da carne e do trigo aumentaram em média 42% desde 1969, e o que valia 200 milhões de dólares há três anos vale hoje 400 milhões.

É culpa do Chile? As desvalorizações do dólar agravam ainda mais esse desequilíbrio e, mais uma vez, uma economia periférica, por definição frágil, deve receber em cheio a ressaca da crise financeira dos "países centrais". A escassez relativa dos produtos alimentícios, que se tornou mais sensível pelo arcaísmo da rede de distribuição e foi multiplicada pelo açambarcamento sem controle praticado nos bairros elegantes de Santiago, pela estocagem especulativa e pelo mercado negro, não se explica por uma queda da produção mas por uma alta considerável do consumo das classes pobres, sem que diminua por isso o dos setores privilegiados.

Com a redução draconiana da taxa de desemprego logo em seguida à formação do governo popular e o aumento dos salário com a qual ele concordou imediatamente – o poder de compra dos trabalhadores subiu 28% entre 1970 e 1971 – a procura cresceu mais depressa do que a oferta e o esquema produtivo não pôde segui-la. Em 1971, por exemplo, o consumo de leite no país aumentou 300%. Mas, para compreender esse fenômeno de descompressão, é preciso lembrar que uma grande parte da população chilena vivia num estado de subconsumo, e principalmente de subalimentação, sem nenhuma relação com uma situação de tipo francês.

Falsas analogias

Por que se traça tão frequentemente um paralelo entre o Chile e a França? Por causa de uma visão superficial. O Chile apresenta essa particularidade – resultado racional de uma história excepcional – de unir uma infra-estrutura econômico-social correspondente a um país "subdesenvolvido" a uma superestrutura jurídico-política correspondente a um país "desenvolvido". Esta desigualdade de desenvolvimento inerente à formação social chilena constitui sua marca própria e esse hiato funcionou como um logro. Os que se deixaram levar pela semelhança das aparências não estavam inteiramente errados.

É verdade que as instituições republicanas, a longa prática do sufrágio universal, a formação e a solidez dos partidos políticos, o legalismo constitucional (ainda que o Chile tenha um regime abertamente presidencial), o apagamento relativo das Forças Armadas, etc. apresentam analogias com o sistema francês. Mas as bases sociais e econômicas desse sistema estão mais próximas do Peru a da Colômbia do que da França ou da Suíça. Os historiadores da América Latina conhecem bem essa dificuldade, quando têm que classificar o Chile, esse país que "no alto" se aproxima dos países ditos avançados, e "embaixo" dos países pobres da América Latina.

Esse hiato, esse desnível entre uma estrutura econômica estagnada e atrasada e um sistema político evoluído não existe na França; e é por isso que estritamente não se pode tirar nada da experiência chilena para o nosso processo francês, a não ser que este possa estar certo de que não encontrará no seu caminho os mesmos obstáculos que o do Chile.

A experiência chilena tem um valor de exemplo por ter mostrado um caminho que devem seguir, em tempo de paz e na ausência de uma situação revolucionária, os países burgueses "evoluídos", e por ter demonstrado que a união das forças progressistas era, nessas condições, possível e necessária. Devemos apoiar o Chile no combate que ele trava silenciosamente, em situação desfavorável, contra a mesma frente classista nacional e internacional que amanhã atacará a união da esquerda na França se ela tomar o poder. Mas por causa das estruturas econômicas e sociais privilegiadas da França, em virtude de seu lugar no mundo e no sistema de trocas internacionais, a correlação de forças será aqui infinitamente mais favorável ao campo popular. Aos que fazem questão de usar a linguagem inadequada dos "modelos", só há uma réplica: se "o modelo francês" de construção do socialismo tem tanto êxito no Chile, que não é o seu lugar de origem, quanto não se poderá esperar de sua implantação na França?

O pêndulo da História

continuação da página 11

Exército que não sabia mais a quem se confiar e com a aquiescência dos caciques da IV República, ultrapassados e impotentes, para resolver o problema argelino. Enquanto durava a guerra ele era quase inamovível e tinha as mãos mais ou menos livres. Seu declínio teria começado desde que a paz foi concluída e a independência prometida à Argélia, isto é, na primavera de 1962.

O declínio

No livro *Les Chênes Qu'On Abat*, quando o general fala a Malraux do que ele chama seu "contrato com a França" e o escritor pergunta: "O senhor considerou o contrato rompido em maio (1968), ou melhor, por ocasião de sua reeleição"?, isto é, em 1965, De Gaulle responde: "Muito antes. Foi por isso que chamei Pompidou". Ora, ele "chamou Pompidou" em abril de 1962, logo depois da paz na Argélia. Quatro meses depois, houve o atentado de Petit-Clamart, símbolo quase mítico de um regicídio. Frustrando o golpe, De Gaulle convocava logo depois o plebiscito instituindo a eleição presidencial por sufrágio universal, para pegar seus velhos inimigos, os partidos e os políticos, em seu próprio terreno. O consentimento do país era, pela primeira vez, dado de maneira pouco convincente, pela maioria dos votos depositados mas não dos eleitores inscritos. O declínio começava.

Às vezes o declínio parava ou parecia mesmo haver um avanço: foi o que aconteceu nas eleições legislativas de novembro de 1962, muito mais favoráveis do que o plebiscito. De repente o declínio aumentava: o homem que carregava e encarnava a França era, em 1965, nas eleições presidenciais, posto à prova como qualquer deputado. Esse sacrilégio o espantava mais do que o irritava, e ainda hoje os gaullistas puros não perdoam o responsável por isso, Jean Lecanuet. Em 1967 foi o verdadeiro refluxo: as eleições legislativas só deram aos gaullistas e aos seus aliados uma irrisória maioria de dois lugares, depois de um só, na Assembléia Nacional. Em maio de 1968 seria a ruptura, embora a melhoria ocorrida *in extremis* em junho tenha encoberto a derrota, adiando-a por 10 meses, até o plebiscito suicida de abril de 1969.

Assim o gaullismo só conheceu quatro anos – de junho de 1958 a abril de 1962 – de liberdade de ação e de real estabilidade, seguidos de sete anos de lento recuo, com De Gaulle, e mais quatro com seu sucessor.

No livro de contabilidade da História, a curva desde 1958 teria atingido o seu zênite em 1962, para esboçar em seguida uma lenta mas implacável descida: eleições presidenciais de 1965, eleições legislativas de 1967, desordens de maio de 1968, fracasso de abril de 1969, plebiscito frustrado de abril de 1972. Contudo ela teria registrado algumas oscilações – eleições triunfais de junho de 1968 e eleições presidenciais recuperadoras de junho de 1969 – e mesmo algumas linhas retas: seria o caso das recentes eleições. Se seus resultados podem trazer alguma ilusão no momento, eles não deixam de anunciar uma próxima queda e talvez o desmoronamento final.

O único meio que têm os partidários do regime para deter a marcha do destino e para evitar que o edifício, já velho, seja derrubado é renová-lo e se transformarem a si mesmos. Mas eles não poderão impedir que seus adversários, conhecendo a fragilidade da construção, esperem derrubá-la, pressionando com todas as suas forças.

O gosto pela ordem estabelecida prevaleceu, bem ou mal, desta vez. Mas como é viva a atração do movimento, tão profundamente enraizada no temperamento nacional! A exigência e a recusa das reformas necessárias, a esperança e o temor da mudança, o desejo e o horror das revoluções – mas das revoluções que felizmente não são mais sangrentas – todos esses sentimentos ao mesmo tempo, todos esses sentimentos aparentemente contraditórios, não coexistem em cada francês?

Nessas eleições, a verdadeira escolha era menos entre as audácias e os riscos do programa comum, de um lado, e o prosseguimento de uma gestão sem brilho e sem grandes perigos, de outro, menos entre Marchais-Mitterrand e Pompidou-Messmer do que entre os perigosos prazeres da subversão e a tranquilizante mas cinzenta estabilidade. De um lado o cansaço e do outro o ceticismo.

Assim o poder recebeu finalmente o *sursis* em benefício da dúvida. Mas que ele não se engane: provavelmente a partida está apenas adiada. Dentro da lógica e da continuidade da história da V República, poderá ser da próxima vez, no próximo encontro. Esse encontro é fixado pelo calendário, o mais tardar, para 1976.

OS ANTECEDENTES DO MOTIM DE ÍNDIOS AMERICANOS EM WOUNDED KNEE

O que sobrou da "grande nação" dos Sioux

Oitenta e três anos depois do massacre da tribo chefiada por Sitting Bull (Touro Sentado) e Big Foot (Pé Grande) nas reservas dos Sioux em Pine Ridge, os seus descendentes rebelam-se formando uma "nação independente" no Estado de Dakota do Sul, em aberto desafio à autoridade do presidente Richard Nixon.

Maurice Rascle

Os Sioux – ou melhor, os Dakota, como eles mesmos se denominavam, eram uma tribo poderosa, muitas vezes chamada de Grande Nação Sioux. No fim do século XVII, ocupavam o noroeste do Wisconsin, o sul do Minnesota e o nordeste de Iowa. Desde antes de 1700 travaram combates violentos com a tribo dos Chippewa, bem providos de armas de fogo pelos brancos, e tiveram que se retirar pouco a pouco em direção ao oeste, pressionados por seus inimigos.

Um século mais tarde, distinguia-se nos Dakota três grandes divisões:

– Os Sioux do leste, ou Sioux Santees, estabelecidos no Minnesota;

– Os Sioux do centro (Yanktonais e Yanktons), estabelecidos na parte oriental de Dakota do Norte e de Dakota do Sul, a leste do Missouri;

– Os Sioux do oeste ou Sioux Tetons, estabelecidos a oeste do Missouri.

Os Sioux do oeste, que haviam atravessado o Missouri depois de 1750, quando se chocaram violentamente com as tribos ribeirinhas, eram, portanto, os únicos a viver nas grandes planícies do oeste. Antes de 1800, adotaram integralmente o tipo de civilização chamada de "cultura das planícies".

Tendo adquirido seus primeiros cavalos antes de 1780, os Sioux do oeste tornaram-se rapidamente exímios cavaleiros – a mais bela cavalaria ligeira do mundo, segundo o general Crook – e hábeis caçadores de bisões. Viviam sob tendas de pele, e cada ano, como as outras tribos das planícies, executavam a dança do Sol e, igualmente como as outras tribos, possuíam diversas sociedades militares cujos membros asseguravam o policiamento do campo, a segurança dos bandos quando havia deslocamentos, a organização das grandes caças coletivas e a manutenção da disciplina nas vastas operações militares. Os Sioux tiveram um papel importante na difusão, entre as tribos das planícies, do espiêndido diadema de plumas de águia popularizado pelos *westerns*.

Os belos guerreiros

Se os Sioux em geral foram muitas vezes considerados como a tribo do oeste que tinha o mais belo tipo físico, intelectual e moral, os Sioux do oeste eram, além disso, considerados como guerreiros de uma bravura legendária. Eram ao todo cerca de 12 mil em 1800, cerca de 13.500 em 1850. Segundo o censo de 1890, eram então 16.426.

Os Sioux do oeste dividiam-se em sete tribos, das quais três são de longe as mais célebres, por causa da importância de seus efetivos e das proezas guerreiras de seus membros: os Hunkpapa, os Brûlé e – chegamos a eles – os Oglala; estes últimos eram cerca de 3 mil em 1850, dos quais 700 a 800 eram guerreiros.

Os Sioux do oeste estiveram em estado de guerra quase contínua até 1877, com numerosas tribos indígenas vizinhas: Chippewa, Cree, Assiniboim, Mandam, Crow, Shoshone, Pawnee, etc.

Com os brancos, suas relações foram a princípio confiantes. O primeiro tratado entre o conjunto da nação Sioux e o governo dos Estados Unidos foi assinado em 1805. Os Sioux Tetons assinaram eles mesmos vários tratados de paz e de amizade com os Estados Unidos em 1825.

Mas a passagem por suas terras pelos emigrantes que tomavam a rota do Oregon, a repressão brutal do levante dos Sioux do Minnesota em 1862, a destruição leviana das manadas de bisões pelos brancos forçaram-nos, a partir de 1863, a fazer a guerra.

As guerras

Os Oglala participaram amplamente, em 1865, junto com as outras divisões dos Sioux do oeste, assim como com seus amigos, os Cheyenne e os Arapaho, nos ataques do vale de la Platte. De 1866 a 1868, no vale de la Powder (Wyoming), houve uma luta impiedosa entre as forças americanas e os Sioux, Cheyenne e Arapaho, unidos sob a direção de Oglala Red Cloud. Pelo tratado de 29 de abril de 1868, assinado em Fort-Laramie (Wyoming), os Sioux do oeste aceitaram estabelecer-se definitivamente, junto com os Cheyenne e os Arapaho do norte, na Grande Reserva Sioux que compreendia toda a metade ocidental do que é hoje o Dakota do Sul.

As hostilidades recomeçaram quando a descoberta de ouro em Black Hills, as colinas sagradas dos Sioux, atraiu uma quantidade de exploradores para esta região. Durante uma série de combates em Montana, em 1876, os Sioux e os Cheyenne, sob a direção de chefes como Sitting Bull (um Hunkpapa) e Crazy Horse (um Oglala), obtiveram várias vitórias das quais a mais brilhante foi a de Little Big Horn, contra o 7.° regimento de cavalaria do coronel Custer.

Mas finalmente os Sioux tiveram que se render, com exceção dos guerreiros de Sitting Bull, que se refugiaram no Canadá, onde ficaram até 1880-1881. O chefe Crazy Horse foi morto em 5 de setembro de 1877 em Fort-Robinson (Nebraska), alguns meses após ter-se submetido junto com 1.100 Oglala. A Grande Reserva Sioux foi amputada em 1876, depois repartida, em 1889, em seis reservas menores, entre elas a de Pine-Ridge, no Dakota do Sul, onde foram colocados os Oglala.

Em 1890, a adoção da dança dos Espíritos por numerosas tribos das planícies provocou várias desordens. Parecendo a situação particularmente alarmante nas reservas Sioux, o Exército tomou medidas de segurança. Mas violentos choques levaram, no dia 15 de dezembro, à morte de Sitting Bull e, no dia 29 de dezembro, ao massacre de grande parte do grupo do chefe Big Foot, em Wounded Knee, na reserva de Pine-Ridge. Desde então, os Sioux do oeste permaneceram em suas seis reservas do Dakota do Norte e do Dakota do Sul e na reserva de Fort-Peck, em Montana.

As reservas

A reserva de Pine-Ridge dos Sioux-Oglala é a maior depois da reserva Navajo. Ela tem uma superfície de cerca de 600 hectares. Três quartos da reserva são ocupados individualmente pelos índios que, em princípio só podem ceder esse bem a um membro da tribo; o quarto restante é propriedade da tribo inteira. Esta dispõe de um conselho tribal que tem mais ou menos os mesmos poderes de um conselho municipal.

Os Oglala residentes na reserva eram 8.200, em 1960, e 11.500, em 1970. Mas vários milhares de outros Oglala se encontram fora da reserva, muitas vezes nos subúrbios das grandes cidades. O governo americano, durante a década de 50, tomou medidas para arranjar empregos na indústria para os índios da reserva.

A reserva de Pine-Ridge permaneceu relativamente homogênea, contrariamente a outras reservas do oeste e a porcentagem dos índios puros é ainda bastante elevada. A língua indígena – o *lakota* – é falada bem correntemente em Pine-Ridge e, em 1971, começou a ser aplicado um programa de educação bilíngue nessa reserva. Por outro lado, os Oglala reabilitaram na década de 1930, após uma interrupção de mais de meio século, a fabulosa dança do Sol, embora um pouco simplificada, e a executam novamente todo ano.

A economia

Mas sua situação material não é nada invejável. O solo da reserva só serve para a criação extensiva, e mais da metade das terras estão arrendadas a não-índios. As moradias estão muitas vezes abaixo dos padrões aceitáveis. Em virtude da extrema dispersão, o fornecimento de água e energia elétrica causa problemas.

Por outro lado, a situação de emprego é alarmante por causa do nível de instrução bastante modesto dos índios e de sua falta de qualificação profissional. Em 1969, de acordo com a repartição de assuntos indígenas, a porcentagem dos desempregados representava, em Pine-Ridge, 52% da população ativa. Não será de admirar que, nessas condições, a renda *per capita* dos índios de Pine-Ridge tenha sido, em 1970, de 846 dólares, ou seja, a quarta parte da renda *per capita* média dos Estados Unidos.

Não é de admirar que, nessas condições, os Oglala sejam hoje em dia "morosos". No entanto, eles sentem um legítimo orgulho ao pensar que, lá para 1980, se erguerá, nas Black Hills, não longe da pequena cidade de Custer, o Memorial Crazy Horse, monumento de 150 metros de altura, talhado na rocha, que representará o prestigioso chefe Oglala a cavalo, com os cabelos soltos ao vento.

A REBELIÃO ESTUDANTIL PROVOCA MUDANÇAS NA GRÉCIA

Um governo intranquilo

A crescente agitação nos meios estudantis gregos e o apoio de muitos políticos marginalizados pelo governo aos universitários marcaram o fim dos "dias tranquilos" do governo de Papadopoulos. Muitos esperam agora o início de uma fase convulsionada e um possível endurecimento do regime liderado pelos militares.

P.J. Franceschini

A maioria dos 80 mil estudantes gregos rebelou-se contra o regime, fazendo uma greve "ilegal" para exigir liberdades universitárias elementares. Seria, para os coronéis – um deles, conhecido como "duro", Gadonas, ministro da Educação Nacional – uma prova política séria e o início de um processo de reagrupamento das oposições? É isto o que parece ter atemorizado o coronel Papadopoulos, chefe do governo grego. Como não podia fazer pouco caso do problema, proclamou a sua determinação de "esmagar" seus adversários e de frear por todos os meios um movimento "inspirado pelos comunistas e pelos políticos do antigo regime".

Há dois meses, a Rádio Moscou, nas suas transmissões para a Grécia, apóia vivamente os estudantes. O Partido Comunista clandestino divulgou palavras de ordem para intensificar o movimento, mas parece que os comunistas têm um papel marginal no movimento. Trata-se antes de uma rebelião do tipo "espontaneísta" sem chefes nem quadros. Só agora, com a eleição de "delegados autênticos dos estudantes" nas "assembléias informais", é que uma estrutura se forma.

Da parte do antigo mundo político, as manifestações de apoio ao movimento foram imediatas. Em muitos casos, são antigos professores, em contato íntimo com o mundo universitário, dirigentes de partidos que foram dissolvidos e que são duplamente sensíveis ao golpe deferido contra a *alma mater*. No entanto, insistem em afirmar que não tiveram nenhuma participação direta na revolta da juventude: "É uma revolta moral e política que não está ligada a nenhum partido", afirma Canellopoulos, antigo presidente do Conselho de governo da Grécia. "Evitamos cuidadosamente fazer outra coisa além de apoiar os estudantes". O antigo chefe do governo grego recorda-se de que foi professor, "mas há 40 anos que não leciono mais, logo meus antigos alunos estão um tanto maduros"... Ele atribui uma significação política importante a estes conflitos: "É o começo de um processo que não se limitará à juventude. É o começo de uma revolta geral, como vimos de uns anos para cá na Espanha, onde a contestação igualmente começou pelos jovens. Mas aqui o regime não está tão solidamente enraizado como em Madri"... Canellopoulos não acha, com a lucidez de sua idade, que "a vanguarda desta juventude se contentará com o que nós chamávamos de democracia", mas acha que, no conjunto, o movimento é "liberal" e se inscreve num contexto de insatisfação geral.

O apoio dos professores

Co-signatário de numerosas resoluções junto com Canellopoulos, Mavros, antigo líder da União do centro (grupo moderado, afastado do poder em 1967, quando do golpe militar), é também um destes "antigos políticos" a que o regime se propõe "esmagar". Ele depôs perante o tribunal que julga os estudantes presos durante protestos antigovernamentais e ficou surpreso com o número e a qualidade das personalidades que se propuseram a seguir seu exemplo. Para ele, "o mal provém da falta de autonomia das faculdades. Escolhe-se o titular da cadeira de neurocirurgia em presença de um general da cavalaria. Membros do governo dão telefonemas peremptórios para eleger seu candidato"... Mavros também acredita que o movimento nascido nas universidades continuará e atribui uma importância muito especial ao fato de o regime estar em vias de se separar de alguns de seus partidários mais extremados. Foi assim que Tsakonas, antigo ministro e professor de ciências políticas, considerado por seus adversários como o "teórico da ditadura", encabeçou há meses a cruzada contra a "lei celerada" que suprime o *sursis*.

Nos meios de esquerda, acredita-se que o movimento dos estudantes anuncia alianças e vitórias futuras mas ninguém se arrisca a fazer previsões. Parece no entanto que a aproximação entre Atenas e Washington, ilustrada de maneira demasiado aparente pela instalação em Eleusis de um porto artificial, base permanente para a VI frota norte-americana, fez com que os comunistas resolvessem agir. Atribui-se ao descontentamento de Moscou um papel nos acontecimentos. "É como no Egito – nos disse um ex-deputado: Quando os russos acham que um regime lhes é contrário, jogam os estudantes contra ele". Sem ir tão longe, pareceu-nos que o PC se mostra mais agressivo: "com o povo humilde de Atenas, para quem o sétimo ano é sempre mau", ele acha que o regime poderia estar entrando em seu período difícil.

Ninguém tem a ousadia de imaginar – sobretudo os principais interessados – que a agitação dos estudantes possa desafiar e desmoralizar os policiais e os tanques de Papadopoulos. O Exército, exasperado por estas "badernas", teve aliás um papel no súbito endurecimento do regime, no dia 2 de março e no discurso belicoso de seu comandante-chefe. Os cálculos dos oposicionistas são mais sutis. Acham que, no fim de seis anos, o poder acaba de mostrar sua verdadeira face, por ocasião de uma dificuldade insignificante e que todos os governos europeus conhecem. As veleidades liberais se esgotaram.

Efeito indireto da crise, o estabelecimento de uma censura total sobre a vida universitária, as pressões exercidas sobre o diretor do jornal *Vradyni*, que não pode mais publicar notícias ou fotografias das manifestações, ou sobre *Ta Néa*, cujo redator universitário está reduzido à inação, são mais prejudiciais ao regime do que a própria crise. Mais cedo ou mais tarde, o regime terá que castigar pelo menos o temerário diretor do *Athens News*, jornal em língua inglesa da capital que continua a enfrentar imperturbavelmente as autoridades, consagrando suas manchetes às suspensões de professores. No dia 1.° de março ele comentou na primeira página, com uma fleugma muito britânica, a opressão das liberdades universitárias na ... África do Sul.

Obrigado mais uma vez a revelar sua verdadeira natureza, o regime grego, segundo a maioria dos observadores de Atenas, vai ter que "endurecer". Depois de seis anos, é uma tarefa difícil, ainda mais que a "liberalização" iniciada, embora muito limitada e com a manutenção dos poderes exorbitantes da polícia, teve no entanto alguns resultados. Repor na prisão os políticos cúmplices dos "rebeldes"? Um dos principais interessados nos disse: "Se o governo tomar medidas contra nós, será o fim do regime". Há 18 meses os opositores de alto gabarito são deixados em paz e é difícil mudar de repente de atitude.

Para grande número de adversários, a crise universitária prova sobretudo que o governo não tem "nenhuma margem de manobra" e está acuado em posições que não desejava tomar. O professor Pezmazoglou, um dos teóricos da resistência universitária, e que acaba de pagar essa atitude com vários meses de exílio, acha que "o poder está mostrando sua face". Para ele, o ensino superior "era um dos setores onde a fraqueza do regime era mais evidente e as probabilidades de conflito mais fortes". Muitos liberais e democratas que se contentavam com uma "oposição de salão" ou com algumas críticas discretas foram obrigados a sair da sombra.

"Os coronéis radicalizaram os professores que eram seus melhores aliados", suspira encantado um oposicionista de esquerda que não tem nenhuma indulgência para com os professores.

Quando a população, mais preocupada com futebol do que com política, grita "Abaixo a polícia"!, quando os moderados se radicalizam, quando as manifestações de rua, praticamente desconhecidas desde o golpe de estado, se tornam normais, quando a indignação que o emprego da tortura havia gerado em muitos liberais gregos é finalmente gritada nas praças, como não acreditar que o regime de Atenas acaba de receber um rude golpe?

Por enquanto, os estudantes pretendem limitar seu movimento às suas próprias reivindicações. Um dos "chefes" nos dizia: "Nós apelamos à população e não à classe operária". Mas desde agora, dos 19 feridos atendidos no hospital estatal de Atenas, depois dos choques mais duros, sete são operários da construção. Se, por um azar que as autoridades temem, algum manifestante for morto, pode-se prever quem sairá às ruas? Ora, o estilo desta agitação pode provocar uma tal situação que o responsável pela ordem em Atenas, Tascalopoulos, ouviu as queixas dos comissários policiais sob sua responsabilidade. A intervenção de policiais militares à paisana, usando cassetetes, o encorajamento dado a pequenos grupos de estudantes de extrema-direita ou de elementos mais ou menos controlados, encarregados de provocar brigas para justificar a "pacificação" policial, podem de um momento para outro agravar as desordens e transformá-las em revolta.

O regime dos coronéis faz questão de vangloriar-se de que, ao contrário da "claque democrática" (políticos civis derrubados em 1967), soube manter a ordem nas ruas. Desmentindo isso, os estudantes podem anunciar o fim da ditadura tranquila.

(1412V)

UMA NOVA EDIÇÃO DO LIVRO DO PRECURSOR DO ANARQUISMO

A volta de Max Stirner

Max Stirner: um nome muito tempo sepultado nos subterrâneos da história. Ele escreveu um só livro – O Único e Sua Propriedade – que apareceu em 1844 e causou um pequeno escândalo nos cafés onde se reuniam os intelectuais alemães. Mas o barulho não demorou muito. Alguns anos mais tarde, Max Stirner e seu livro eram esquecidos.

Em 1887 um alemão de origem escocesa batalhador pela liberdade, John-Henry Mackay, redescobriu O Único. Ele iniciou uma pesquisa sobre Max Stirner e publicou, em 1897, uma biografia dele. Desde então, os anarquistas passaram a considerá-lo como um dos seus teóricos mais radicais. Em 1899 apareceu uma tradução francesa do anarquista Robert L. Reclaire e em 1948, outra tradução de Henri Lasvignes.

Em 1954, Henri Arvon publicou um ensaio intitulado Nas Fontes do Existencialismo: Max Stirner. **O mesmo autor publicará brevemente** Max Stirner Ou a Experiência do Nada. **Mas a repercussão de O Único continuava limitada. Em 1960 ele foi reeditado por Jean-Jacques Pauvert. Em 1968 a tiragem foi esgotada. Stirner, como Fourier, ressurgia como teórico da revolução moderna.**

Hoje ele aparece em duas edições diferentes. A editora Stock reeditou a tradução de Robert Reclaire e L'Age d'Homme apresenta outra versão de Pierre Galissaire, muito mais fiel à verve de Stirner. Por François Bott.

Em 1844, o ministro do Interior alemão leu ou folheou *O Único e Sua Propriedade*, de Max Stirner, e achou inútil proibir um livro que, segundo ele, era "absurdo" e inofensivo.

"O espírito é a negação" – diz Hegel. Deve-se acreditar que falta espírito aos governos. Sua imaginação alimenta a morna utopia de uma sociedade inteiramente positiva e conformada, na sua totalidade, às normas do poder. Não poderiam conceber uma razão que não fosse de Estado. Fora daí só vêem desvios e delírio. Deixaram assim ser publicado *O Único e Sua Propriedade* como uma esquisitice inconsequente.

A obra teria apenas uma audiência efêmera. Os jovens hegelianos de esquerda, que Stirner frequentava nos cafés berlinenses, censuraram-no por haver agredido suas estrelas: Bruno Bauer e Fuerbach. Afastaram-se dele. O filósofo iria mergulhar na solidão e no esquecimento.

O Único e Sua Propriedade começa por estas palavras: "Eu não fundei minha causa sobre nada". Stirner recusa toda autoridade, toda lei, que sejam superiores ao indivíduo. Reivindica uma moral "egoísta", baseada apenas na singularidade, na unicidade do "eu", que ele define como um nada "criador". Seu livro surge, na tristeza da história, como uma alegria selvagem; *O Único* nos transmite um "saber alegre". "Não há nada – diz esse pensador – acima de mim"; nenhum poder do qual ele queira ser servidor.

Refazendo os momentos da consciência alienada, ele compara a antiguidade à infância de uma vida, e a atualidade à adolescência. Os antigos viviam – como as crianças – no respeito dos "poderes naturais". Acreditavam na verdade do mundo. Este os mantinha em servidão. Os modernos descobriram e afirmaram – como os adolescentes – a verdade do negativo ou do espírito. Mas o perderam perdendo-se nele.

Os sofistas, Sócrates e principalmente os céticos, que haviam desenterrado o machado de guerra da negação, para se "libertar do mundo", abriram o caminho da atualidade. Esta começa com o cristianismo, que afasta a antiga verdade proclamando a realeza do espírito. "Assim desaparece a profunda significação da pátria, o cristão devendo considerar-se como *um estrangeiro nesta terra*; o dever sagrado do sepultamento dos mortos, do qual trata uma obra-prima como *Antígone* de Sófocles, é olhado como uma lamentável preocupação (*deixai os mortos enterrarem seus mortos*); a inviolável verdade dos laços familiares desaparece como uma mentira de que não poderíamos nos libertar bastante cedo e totalmente".

A verdade foge da terra; emigra para a "pátria celeste" onde surge um novo déspota: o Espírito. Os modernos "se inclinam" diante de um fantasma que tiraram da sua imaginação. O adolescente que, deixando de ver o mundo, "ficou com os olhos ofuscados do touro", "perde-se de novo", fascinado por uma quimera.

A atualidade se define como a "idade teológica". Stirner acha que seus contemporâneos ainda não saíram dela. Ele vê uma prova disso no livro de Feuerbach, *A Essência do Cristianismo*, no qual no entanto os jovens intelectuais saudavam a "vitória" do ateísmo. Feuerbach restituía ao homem sua verdade ainda ontem exilada. O homem a havia projetado na ilusão divina. Ele se tinha despido. Feuerbach o vestia novamente. Nas sacristias da teologia ele organizava os vestiários da antropologia; e isso brincando com a gramática: invertia o sujeito e o atributo. Não se diria mais: "Deus é amor", mas "o amor é divino". Era um enganando o outro. E Stirner zombava desse deicídio, que edifica uma devoção nova com as ruínas da antiga. Feuerbach repatria o transcendente, a autoridade divina, a lei hierárquica. Do "além exterior" ele faz esse "além interior" que é ainda um "supereu". Antigamente, o Espírito morava, ao mesmo tempo, em nós e na sua "morada celeste". Destruindo esta, Feuerbach provoca uma crise de habitação. O supereu, quando habitava ao mesmo tempo o céu e a terra, nos deixava espaço. E agora ele nos invade e nos oprime.

Stirner opera, como Nietzsche, uma "transmutação de todos os valores". Sobre as ruínas da moral e da ideologia, afirma um único valor: o *eu*; não uma idéia deste mas o *eu único*, singular, o "senhor poderoso", o "sábio desconhecido", que será saudado por Nietzsche.

O egocentrismo de *O Único* não oculta nenhuma loucura do poder. A soberania sobre si exclui o poder sobre os outros. O déspota se aliena, se perde, também ele, numa fantasmagoria. Stirner evoca os "donos de escravos com ares de desprezo", que "são eles próprios escravos". "Os macacos do seu ideal" – como dizia Nietzsche.

O julgamento de Marx

Se é duvidoso que Stirner e Marx tenham-se encontrado nos círculos de jovens hegelianos ou na *Nouvelle Gazette Rhénane* – para a qual Stirner colaborou – é certo que Marx leu a maior parte dos escritos de Stirner. A respeito deles, Marx escreveu, em *A Ideologia Alemã* e *A Sagrada Família*, duas críticas penetrantes que constituem modelos de análise ideológica. Em 1845, Marx e Engels, que retornavam de uma viagem à Inglaterra, ficaram profundamente abalados, ao voltar à Alemanha, diante do divórcio entre as realidades sociais e econômicas que podiam observar e o verbalismo constante dos jovens hegelianos. É este caráter *démodé* da filosofia pós-hegeliana que denunciam na *Ideologia Alemã*, onde Stirner é batizado *São Max*.

O Humanismo, de Feuerbach, *O Único*, de Stirner, e *A Consciência do Eu Idealista*, de Bauer, seriam, segundo os dois, outras maneiras de se negar a realidade. Stirner é comparado ao cavaleiro da triste figura, Dom Quixote. Ele combate, como se fossem moinhos de vento, as entidades abstratas que escravizam os indivíduos, sem compreender que elas traduzem uma realidade histórica. A crítica de Marx e Engels é impiedosa: desmantelam *O Único e Sua Propriedade*. Stirner, um profeta da libertação?, indagam. E eles próprios respondem: trata-se apenas de um pequeno-burguês fanfarrão, cujas proclamações incendiárias dissimulam mal sua incompreensão da História. Não foi o socialismo que se tornou prisioneiro da moral, como pretendia o autor de *O Único*, mas sim o próprio "egoísmo" de Stirner, argumentam. Fechado no círculo estreito de seu meio individual, Stirner nada conseguiu, apesar de ter lutado contra tudo.

Julgamento severo? Sem dúvida, mas justificado. Nada é mais significativo do que comparar a atitude de Marx com a de Stirner, a respeito de uma obra literária como *Os Mistérios de Paris*, de Eugène Sue. Este livro fora saudado na Alemanha como um prolongamento da obra de Balzac. Em um artigo de 1844, Stirner demonstra que a "pintura social" de Eugène Sue é superficial. Este romance de quatro centavos traduziria apenas o moralismo burguês. É a falsa moralidade inculcada em Fleur-de-Marie, a prostituta, que a impede de deixar sua decadência e de se revoltar.

Em *A Santa Família*, Marx analisa o artigo de Stirner e os de Szeliga e Bauer consagrados ao mesmo romance. Seu ponto de vista é muito diferente. Ele rejeita a revolta abstrata e vazia de Stirner e mostra que somente a *praxis* histórica, destruindo os fundamentos da ordem social, realizará o que Stirner reivindica a partir da individualidade apenas. Sem dúvida, a revolta de Stirner, qualquer que seja seu valor estético, não nos conduz senão à experiência do nada. *(Jean Michel Palmier)*

Uma vida miserável

É raro encontrar uma contradição tão violenta entre um homem e uma obra. O doloroso fracasso de Baudelaire não é nada comparado com essa vida obstinadamente frustrada. Teórico da revolta absoluta, Stirner foi incapaz de assumir a sua própria vida. Por trás da violência de suas palavras, de suas recusas, se escondia uma grande fraqueza. Seu verdadeiro nome era Johann Caspar Schmidt, mas ele assinava seus escritos sob o pseudônimo de Max Stirner por causa de sua testa (*stirn*) larga. Nascido a 26 de outubro de 1806 em Bayreuth, muito cedo órfão de pai, fabricante de flautas, ele fez seus estudos em Berlim, seguindo sobretudo as lições de filosofia de Hegel. Sua juventude foi marcada pela loucura de sua mãe. Em 1837 casou com a filha da dona da casa onde morava, que morreu no ano seguinte. A carreira universitária de Stirner é também uma série de fracassos. Ele não pode ensinar nos estabelecimentos públicos e arranja um lugar, em 1839, numa escola particular para moças. Em 1843 ele se casa novamente com Maria Danhardt. Triste casamento: Stirner não tem nem bíblia nem alianças, e Bruno Bauer precisou lhe emprestar dois anéis para que o pastor abençoasse essa união. Fraco, infeliz, Stirner será abandonado por sua mulher três anos depois.

Ele empregou toda sua vida, todo seu tempo, toda sua energia em escrever um livro: *O Único e Sua Propriedade*, que apareceu em 1844. Ele obteve apenas um sucesso efêmero e escandaloso nos círculos intelectuais de Berlim, principalmente no clube dos "Libertos", onde o discreto Stirner, sempre solitário, encontrava os jovens hegelianos. O autor de *O Único* iria pouco a pouco afundar na miséria. O teórico da revolta absoluta tornou-se funcionário dos Correios. É um morto-vivo que foi aprisionado por dívidas em 1852. Sua vida terminou em completo anonimato a 25 de junho de 1856. Ele tinha 49 anos. Poucas pessoas o acompanharam ao cemitério. *(J.P.)*

O AUTOR DE *ZORBA* EM *RESISTÊNCIA CULTURAL*

Théodorakis: entre a lógica e o coração

Roger Pol Droit

Para muitos, Mikis Théodorakis representa a voz do povo grego, ao qual dedicou sua vida e sua obra. Preso e torturado pela primeira vez em 1942, pelos italianos, tornou-se em 1946 participante do Exército popular durante a guerra civil. Em 1949 foi deportado para o campo de Makronissos. Após o assassinato do deputado progressista Lambrakis (cuja história foi tema do filme *Z*), em 1963, criou o movimento da Juventude Lambrakis do qual participaram milhões de jovens gregos. Em 1964 foi eleito deputado do Pireu. A 23 de abril de 1967, dois dias após o golpe militar, lançou, na clandestinidade, o primeiro apelo à resistência. Tendo sido preso pouco depois, permaneceu por vários meses na prisão, sendo posteriormente libertado condicionalmente e enviado para Zatouna e daí deportado para o campo de Oropos. A 13 de abril de 1970 foi solto graças à intervenção de Jean-Jacques Servan-Schreiber, passando a viver, desde então, em Paris.

O músico do protesto

O *Jornal de Resistência* de Mikis Théodorakis lançado em 1971 pela editora Flammarion retratava essa militância, por vezes clandestina. Além de sua atuação política, Théodorakis dedica-se também à música, sendo o compositor mais popular em seu país. Mesmo suas obras mais sofisticadas – como o oratório *Axion Esti* – atingiram um grande público. Entre as numerosas proibições decretadas pelo novo governo desde sua tomada do poder, muitas atingiram músicas de Théodorakis, famoso depois do sucesso de *Zorba, o Grego*. De dois anos para cá, esta é a única proibição que permanece em vigor. No entanto, o compositor não perdeu sua popularidade. Esse fato tem um alcance político que está descrito em seu último livro *Cultura e Dimensões Políticas*.

Esses textos foram escritos em Zatouna, pequena cidade do interior da Grécia, e enviados, clandestinamente, para o exterior. Trata-se de um livro denso e importante para aqueles que procuram entender a atual situação da Grécia. Encontra-se aí uma análise profunda do papel da Grécia em relação ao equilíbrio político mundial, uma descrição do revés sofrido pela esquerda grega e, ainda, uma colocação sobre o papel da cultura nas lutas atuais e futuras. Estas foram as respostas que Théodorakis deu às perguntas que lhe formulamos:

O povo e a ditadura

Como o senhor analisaria a atual situação da Grécia?

– Atualmente não há senão duas realidades: o povo e a ditadura, empenhados numa luta quotidiana. Os indivíduos sujeitam-se à presença física da ditadura mas não a aceitam nem moral nem politicamente. Para a ditadura, "ganhar" significaria ser aceita, ter o povo ao seu lado. Ela conta que, com o tempo, o povo se habitue a ela. Por outro lado, a vitória do povo consiste em não se deixar envolver, em permanecer fiel a seus ideais e sua cultura. Desse modo poderá lutar por uma restauração da democracia – e, eventualmente, instaurar o poder popular – no momento em que se apresentar uma brecha na ditadura . . .

Seria, portanto, o mesmo que afirmar que a cultura teria um papel verdadeiramente político. Como defini-lo?

– Em qualquer parte do mundo, o poder de decisão encontra-se, na atualidade, concentrado em mãos de uns poucos indivíduos. Para esses, o povo não deve ser senão um instrumento de produção e consumo, devendo abandonar tudo que lhe é legado pela tradição. Acredito que seja através do combate a essa colocação que a cultura popular pode desempenhar um papel primordial na luta política.

Acho que o esquema clássico que encarava a cultura como uma superestrutura não é mais válido. O problema cultural é, atualmente, tão fundamental quanto o econômico. Preocupar-se apenas com o econômico seria cair na burocracia e no dogmatismo, como mostra a história dos países socialistas.

Qual seria o papel do compositor dentro dessa "resistência cultural"?

– A meu ver é o povo que determina a criação artística; o compositor, tal como o concebemos, é inspirado pelo povo e julgado por ele.

O essencial é que o movimento possa se desenvolver sob qualquer regime e possa manter sua personalidade. Durante a ocupação nazista, nossas canções e nossa música, em geral, tornaram-se atos de fé que sustentaram nosso brio.

A contradição

Que ação concreta o senhor prevê em relação à música?

– Vivemos em plena contradição: temos o rádio, a televisão, os discos, as fitas magnéticas, mas não temos compositores. Quanto mais se multiplicam os meios de comunicação com o público mais limitado se torna o auditório e mais se procura excentricidade nos temas musicais.

Para sair dessa contradição seria preciso ir ao povo. Não há outro caminho possível. Quanto ao meu trabalho, o que faço é juntar a poesia viva de hoje (Titsos, Séferis, Elytis, Lorca, Neruda . . .) com o espírito da música tradicional popular.

No campo estritamente político, qual é a "nova esquerda" que o senhor desejaria ver surgir?

– Acho que as formações políticas clássicas estão condenadas pelo tempo e ultrapassadas pela vida. O problema essencial para um partido revolucionário consiste em ser ao mesmo tempo disciplinado e aberto à iniciativa das massas. Os dirigentes não devem ficar separados do povo. É por isso que, entre outras coisas, proponho nesse livro a formação de "comitês populares" que lidem com problemas concretos e que seriam a base do novo poder . . .

Devo acrescentar que tomei a decisão de nunca mais aceitar a direção de um movimento a fim de conservar minha liberdade de ação junto às massas. Não tenho ambição pessoal; a maior ambição que poderia ter, ou seja, o contato com todo um povo, já a realizei.

Que pensa sobre o futuro da Grécia?

– Um amigo meu, poeta, me escreveu: "Permaneço em plena confusão, inocente". É o que me acontece. Encontro-me, no momento, numa luta entre a lógica e o coração. A lógica me diz que entramos num período muito difícil, um período de estagnação, em que os movimentos revolucionários talvez nem consigam abalar o *status quo*.

No entanto, o coração me faz lembrar que as lutas ideológicas e culturais estão muito avançadas na Grécia. Temos atrás de nós 30 anos de lutas. A ditadura é o preço de nossa glória: o povo estava começando a se tornar muito livre. Embora o poder político lhe tenha escapado, o povo conserva o domínio da vida quotidiana. O povo grego é, na realidade, indomável, livre e orgulhoso. Não podemos desesperar.

Le Monde

© Le Monde 1972
Distribué par
Opera Mundi Paris
Tous droits réservés

O que há de novo no peronismo?

Em 1943, os trabalhadores argentinos garantiram a ascensão de Perón ao poder. Quase 20 anos depois também os estudantes saíram às ruas para festejar a volta do peronismo ao governo

Pinheiro do Vale

Sacudida durante mais de 17 anos por uma crise que persistiu por que os militares não conseguiram suprimir a predominância dos peronistas na política nacional, a Argentina volta agora exatamente ao mesmo lugar onde o seu processo político foi interrompido: o líder de milhões de trabalhadores, o general Juan Domingo Perón reassume o lugar de chefe político dos sindicatos, de setores da classe média urbana e rural, mais ou menos da mesma maneira que em 1955, quando foi derrubado. Hector Campora, o candidato presidencial que representa Perón, obteve, segundo dados semi-oficiais, quase 50% dos votos nas eleições de domingo, mantendo o mesmo percentual apresentado pelos peronistas nas eleições de 1946 e 1955, ao mesmo tempo que seus adversários também mantiveram mais ou menos o mesmo contingente de eleitores: aproximadamente, os radicais 21%, a direita 20,3% e a esquerda não peronista 8,2%.

Assim, no último dia 13, quando o presidente Alejandro Lanusse anunciou a vitória de Campora, Buenos Aires encheu-se de jovens entoando a velha marcha *Los Muchachos Peronistas*, com a mesma entonação e o mesmo vigor de seus pais, há 30 anos.

O peronismo conseguiu sobreviver durante todo esse tempo graças à sua estrutura vertical, onde Perón mandava e tudo era feito de acordo com sua vontade, embora ele fosse capaz de concordar com qualquer coisa que fustigasse o governo militar, nem que fosse para demonstrar que tudo o que se passava na Argentina, encontrava-se direta ou indiretamente sob seu controle.

Na sua vila 17 de Outubro, no elegante subúrbio de Puerta de Hierro, em Madri, podiam encontrar-se na ante-sala de seu gabinete, todos jurando fidelidade ao chefe, gente tão distanciada ideologicamente como o poderoso financista Jorge Antonio, ex-presidente da Mercedez-Benz da Argentina, ou uma comitiva de líderes do violento Exército Revolucionário Peronista, responsáveis entre outras coisas por assaltos e sequestros.

Esta multiplicidade de contatos permitiu que Perón dosasse as ações dos vários grupos que o seguiam, sem extremos que lhe fechassem as comunicações com os militares e sem impedir a readmissão do peronismo no sistema institucional.

As perseguições

A primeira intervenção política dos justicialistas depois da queda de seu líder foi em 1958, quando apoiaram a candidatura presidencial de Arturo Frondizi, candidato da União Cívica Radical Intransigente (um grupo que rompeu com a União Cívica Radical do Povo). Com o apoio de Perón, Frondizi conseguiu 40% dos votos, enquanto o seu principal oponente, Ricardo Balbin, da União Cívica Radical do Povo, conseguiu 21%.

"Fui eleito pelos peronistas – disse Frondizi – depois me vi enfrentado por eles e os reprimi com severidade. Mas quando os peronistas decidiram aceitar o jogo institucional, não podia mais proscrevê-los". O então presidente argentino resolveu solucionar o impasse convocando eleições, nas quais ele acreditava pudesse sair vencedor.

Os peronistas no entanto ganharam surpreendentemente nas províncias de Santiago del Estero, Chaco, Tucuman, Rio Negro e Buenos Aires, criando o pânico entre os militares. Frondizi decretou a intervenção nessas províncias, anulando os resultados do pleito. Segundo alguns historiadores, nas eleições promovidas pelo governo os peronistas não pretendiam ganhar, mas simplesmente conseguir uma boa representação parlamentar.

Na eleição presidencial de 1963 os peronistas não participaram, optando pelo voto em branco. Foi eleito Arturo Illia, um velho médico do interior, indicado pela União Cívica Radical do Povo, que recebeu 20% dos sufrágios, enquanto os votos em branco totalizaram quase 50%, mostrando que os peronistas mantinham inalterado o seu contingente eleitoral.

O governo minoritário de Illia durou três anos. Foi derrubado, em meio a uma crise sindical pelo comandante do Exército, general Juan Carlos Ongania. Este anunciou o início de uma revolução sem prazo, arriscando em fixar em 10 anos o seu mandato e em 20 o limite mínimo para que o programa revolucionário estivesse completo. Com Ongania começa a disputa entre os militares e os peronistas. Os militares usavam da força para ganhar tempo, e jogavam com a possibilidade da morte do velho caudilho e a crença num possível fracionamento de seu movimento após o seu enterro.

Mas Perón resistiu, e a incubação para um enfrentamento aparentemente decisivo durou três anos. De um lado, uma crise e os militares tentando segurar o país, conseguindo apenas manter o ritmo de crescimento econômico em torno dos quatro por cento ao ano. Do outro, os peronistas capitalizando o desejo de mudanças da juventude universitária e o descontentamento da classe média, sufocada numa crescente inflação, que no final do governo Ongania atingiu 64% ao ano.

É neste clima que ocorre a rebelião estudantil na cidade de Rosário, em 1969, surgida de um incidente sem maiores implicações entre universitários e policiais. A morte de um estudante agiganta subitamente os protestos, que alcançaram o seu ponto culminante em Córdoba. É em Córdoba que os operários entram no confronto dos peronistas com os militares.

Na rebelião conhecida por *cordobazo*, vem à tona todas as contradições do processo político argentino. Numa manifestação de solidariedade ao companheiro morto em Rosário, os estudantes de Córdoba vão para os subúrbios industriais fazer manifestações defronte às fábricas. O governo federal ordena a ocupação militar da cidade, mas o general Sanchez Laos, comandante da guarnição de Córdoba, recusa-se a reprimir o movimento, retirando-se para posições fora do município. Durante três dias a cidade fica nas mãos dos manifestantes.

Mesmo em condições difíceis, Ongania consegue sobreviver à crise. Promete negociar com os operários uma saída política próxima ao modelo peronista, baseada em concessões. Nessa altura parece surgir um canal de comunicação entre militares e sindicatos. Augusto Vandor era um dirigente trabalhista de segunda linha que conseguira eleger-se presidente da poderosa União Operária Metalúrgica, o maior sindicato argentino, depois da fuga dos líderes peronistas em 1956. Em 66, após o golpe de Ongania, ele funda uma dissidência da Confederação Geral dos Trabalhadores, que na época era liderada por Raimundo Ongaro, um radical, cujos adeptos foram os organizadores do *cordobazo*.

Nas negociações entre Vandor e o governo surgem diversas plataformas reivindicatórias e Ongania negocia com a CGT dissidente, jogando sua sobrevivência política. Vandor é morto por um comando terrorista, num incidente confuso. Os militares acusam os peronistas pelo crime. Os peronistas responsabilizam a CIA. José Alonso, que substitui o dirigente sindical eliminado, morre meses mais tarde, também num atentado até hoje não esclarecido.

A falta de acordo entre os sindicatos e o governo acaba derrubando Ongania, em julho de 1969, um ano após o *cordobazo*. Seu substituto, o general Roberto Marcelo Levingstone, era um ex-assessor militar da embaixada argentina em Washington, posto para o qual foi designado depois que sua adesão a alguns atos peronistas provocou desconfiança entre os altos chefes militares argentinos.

Os objetivos de Levingstone resumiam-se numa tentativa de reabsorver o peronismo, reorganizando a CGT, e ao mesmo tempo colocar no Ministério do Trabalho um notório peronista e lançar as bases para o que mais tarde Lanusse iria chamar de *Gran Acuerdo de los Argentinos*. Nos seus primeiros meses de governo, ajudado pelo comandante-chefe do Exército, general Alexandro Lanusse, Levingstone põe em prática o seu plano político. O brigadeiro Eduardo McLoughlin, ministro do Interior (atual chanceler) faz contatos com os presidentes de todos os partidos proscritos desde 1966, menos com o representante pessoal de Perón.

Perón responde ao desafio de Levingstone indicando Jose Rucci, líder metalúrgico contrário às negociações com os militares, para a secretaria-geral da CGT. O aguçamento da pressão sindical, com uma onda de greves gerais sucessivas, acaba minando o plano de absorção dos peronistas preconizado por Levingstone. A sua queda não demora muito. As Forças Armadas acham conveniente então jogar o seu derradeiro trunfo, o general Alejandro Lanusse, que desde a ascensão de Ongania era apontado como a "eminência parda" do regime.

Uma vez no poder, Lanusse reitera que vai normalizar a vida institucional do país. Propõe um amplo acordo com todos os partidos políticos, inclusive os peronistas. Procura atraí-los, oferecendo, entre outras coisas, a devolução do cadáver Eva Perón, a restituição da cidadania argentina a Perón e negociações para o seu regresso a Buenos Aires.

O regresso

Depois de marchas e contramarchas, ainda esperançoso de poder controlar o seu arquiinimigo, Lanusse acaba concordando com a volta de Perón à Argentina. O velho caudilho desembarca em Buenos Aires em novembro de 1972, em meio a um aparato militar poucas vezes visto no país. Inicia imediatamente negociações com os partidos políticos, que culminam na formação da Frente Justicialista de Libertação (FREJULI), cujo candidato é um dentista de 64 anos, Hector Campora, amigo pessoal de Perón desde 1944 e seu delegado pessoal na Argentina desde 1971.

Logo em janeiro, no início da campanha eleitoral, Juan Domingo Perón passa a demonstrar uma marcada preferência pelas correntes mais jovens do seu movimento. Indica Juan Manuel Abal Medina para o cargo de secretário-geral do Movimento Justicialista. (Medina é irmão de Fernando Abal Medina, morto num tiroteio com policiais logo depois de chefiar o sequestro e a execução do ex-presidente Pedro Eugenio Aramburu.)

Com o estabelecimento da nova hierarquia peronista, estava materializada a grande transformação do movimento surgido em 1944, sob inspiração do fascismo e que agora adquire características nitidamente de esquerda. A renovação do partido, baseada nas idéias de John William Cooke, um dos teóricos justicialistas em que Perón depositava maior confiança, veio permitir que o velho líder de 77 anos descobrisse uma maneira de frear o lento processo de desagregação, causado pela passividade dos militantes mais velhos, acusados de corrupção e reformismo pelas correntes mais jovens.

Na Frente Justicialista, Perón reúne todos os setores peronistas: a juventude socialista, os sindicalistas e os chamados "peronistas históricos", conservadores, e até alguns fazendeiros, adeptos do ex-presidente e ditador desde 1946.

Lanusse estabelece as regras do jogo. Calcula que, sem Perón na cabeça de uma chapa, a esquerda inevitavelmente se dividirá em duas facções, no mínimo. Determina que a eleição presidencial seja feita por dupla rodada, sendo necessária a maioria absoluta para a vitória. Lanusse garante aos militares que, mesmo uma vitória peronista (parcial) na primeira etapa das eleições, não significaria problemas, pois todos os setores antiperonistas votariam no adversário, no segundo turno. Derrotado eleitoralmente, o raciocínio concluía, Perón não teria mais condições de recuperar-se politicamente, e o mito estaria desfeito.

Lanusse garante ao alto comando que a vitória peronista, para consolidar-se no segundo turno, teria de superar em mais de 15 por cento ao segundo colocado. Os números da "derrota" prevista por Lanusse baseavam-se numa pesquisa feita pelo Serviço de Inteligência da Polícia Federal, que dava, na primeira volta, 37,5% para os peronistas e 28,3% para os radicais, ficando Allende com apenas 12,5%.

As eleições são realizadas na forma prevista. A primeira cidade a ter suas urnas apuradas é Tandil, uma comunidade que é uma espécie de amostragem perfeita de todas as classes e tendências do país. Na primeira urna aberta o resultado é: Justicialistas, 139 votos; União Cívica Radical, 59. Um resultado que na verdade se repetiria em nível nacional.

Hoje, a grande interrogação na Argentina é a respeito do que acontecerá na heterogênea frente interna peronista. Campora, talvez esperando uma ordem do chefe, ou ainda em período de sondagens, não se arrisca a mencionar um só nome para compor seu governo, escapando com evasivas a todas as tentativas para que adiante os nomes do futuro gabinete.

Mas é certo que a libertação de presos políticos, programas de reformas, nacionalizações e relações internacionais em outra linguagem virão como consequência natural de um governo populista. São medidas que terão de vencer os obstáculos de créditos e de comércio que surgirão à medida que as posições forem sendo radicalizadas.

Mas ninguém espera que os militares deixem Campora livre. As conversações, já anunciadas, do futuro presidente argentino com o general Lanusse indicam que um futuro controle está sendo estruturado. A anulação das eleições parece uma hipótese definitivamente descartada. Segundo o raciocínio corrente, só ocorreria em caso de uma vitória apertada de Campora no segundo turno, o que não seria possível diante do anúncio da Aliança Popular Revolucionária (7,11% dos votos) de que apoiaria os peronistas na segunda etapa.

Evitar uma segunda eleição é, neste momento, mais interessante para os militares, pois ela apenas serviria para fortalecer a posição de Campora, que, com o apoio do resto da esquerda, poderia conseguir a maior vitória eleitoral da história argentina.

A possibilidade maior de manobra dos militares está em tentar obter dos peronistas o compromisso de governar de acordo com normas. A possibilidade de Lanusse ficar no poder é hoje quase nenhuma, diante da esmagadora vitória peronista no dia 11.

1431

Uma visita às prisões de Thieu

O destino dos prisioneiros "políticos" é um dos principais pontos de atrito entre o Vietnã do Sul e o Governo Revolucionário Provisório. Segundo textos anexos ao acordo de Paris, os detentos civis devem ser libertados progressivamente por ambos os lados, em datas pré-fixadas. As prisões do Vietnã do Sul normalmente não estão abertas aos jornalistas. Mas Martin Woollacott, do jornal The Guardian, *conversou com alguns prisioneiros acusados de ligações com os comunistas, numa enfermaria da prisão de Quang Nai, no Vietnã central. Aqui, o seu relato.*

A enfermaria da prisão estava cheia de gente – meninas e mulheres, duas mães com seus filhos de colo, homens e meninos. Uma mulher contorcia-se e tremia sob um cobertor; outras falavam baixo.

A enfermaria não era um inferno. Estava cheia, com muitas camas divididas para duas pessoas, mas esta era a situação também em outras enfermarias da prisão. Um policial ficava à porta de entrada, sentado em uma escrivaninha, junto a um monje budista com uma só perna, um dos prisioneiros.

A comida que chegou enquanto estávamos lá parecia boa: arroz, carne e vegetais, em recipientes individuais. Os prisioneiros, à exceção do fato de alguns estarem obviamente muito doentes, formavam um grupo bastante comum de vietnamitas. Se eram prisioneiros políticos, deviam ser sardinha miúda. E a situação era realmente esta, com uma exceção.

Enquanto percorríamos o estreito corredor, ouvíamos pedaços de suas histórias.

A jovem mulher sob o cobertor fora apanhada quatro anos atrás, após seu marido ter viajado para o Vietnã do Norte, fugindo à suspeita de ter ligações com os comunistas. A prisão fora prorrogada após os primeiros 18 meses porque, diz ela, a polícia achou que sua "atitude" não era correta. Uma das mães com bebê fora presa por viajar entre duas vilas sem levar os papéis necessários, três meses antes.

A história de um monje foi narrada por David Barton, um assistente social norte-americano, que visita regularmente a enfermaria. O monje perdeu uma perna em 1968, durante a ofensiva do Tet, quando o pagode de Saigon em que se encontrava foi bombardeado. Regressando a sua vila de origem, Hoe, em Quang Nai, foi preso por vender remédios para a Frente e por "falar contra o governo".

Enquanto estávamos na enfermaria, uma moça começou a ter convulsões, uma espécie de ataque histérico, agitando braços e pernas. Em menos de dois minutos, três outras jovens mulheres também gritavam e tinham convulsões. Uma delas dizia: "Não sei de nada . . . Estou falando a verdade . . . Porque vocês estão me batendo tanto" . . . Outra berrava: "Eu não conheço a estrada" . . . A terceira dizia, repetidamente: "Dois meses, só dois meses . não é minha culpa".

Os policiais, ajudados por alguns prisioneiros, amarraram as moças às camas. Os gritos foram desaparecendo gradualmente. Um médico americano disse-me mais tarde que tais manifestações não são raras entre os vietnamitas, entre as mulheres em particular: "É um mecanismo de defesa contra a tensão. Ele libera a tensão", disse-me.

Em seguida, conseguimos falar mais demoradamente com três prisioneiros, um jovem e duas garotas. A primeira destas, de 19 anos e bastante atraente, revelou que foi presa quando "comprava comida no mercado". Isso ocorrera há 18 meses atrás. Contou que foi espancada pela polícia ao ser detida: "Durante dois meses estive na solitária. Recebi choques elétricos uma vez, e por três vezes me deram água . . . de gosto horrível. Eles fazem você beber até inchar. Então lhe dão socos com os punhos". O "problema" dela parecia ser o fato de o pai viver no norte. Tais ligações levam inevitavelmente à suspeita da polícia.

A segunda garota foi o único prisioneiro que encontramos que abertamente, e orgulhosamente, confessou ser membro da Frente de Libertação Nacional. Estava deitada em uma padiola, enquanto uma ferida em sua cintura era tratada. Fora capturada por soldados sul-vietnamitas há 10 meses, disse, depois que, junto com quatro companheiros, pisou numa mina. Três ficaram despedaçados, mas ela e um outro sobreviveram. Foi mandada para um hospital em Da Nang e em seguida interrogada no centro de detenção local. "Apanhei muito, e várias vezes fiquei inconsciente . . . Aceitei a idéia de que morreria". Acabou dizendo a seus torturadores o que sabia. "Você tem que fazer isso", nos disse. Indagada sobre outros prisioneiros, afirmou: "Mais da metade é inocente. Tudo que faziam era carregar arroz em áreas da Frente. Há poucos como eu".

Assim, a maioria das pessoas com quem falamos, com exceção da garota da FLN, era "culpada", mas de forma muito pequena. Sem dúvida, a maioria dos chamados prisioneiros "políticos" enquadra-se nesta categoria de sardinha miúda. Líderes importantes formam apenas uma pequena minoria entre os presos. Os demais são como os que encontramos, homens e mulheres que, apesar de possivelmente culpados por fazerem pequenas coisas para a Frente, são na verdade apenas pessoas comuns, apanhadas na armadilha da guerra.

O Peru sem Alvarado

O general Mercado Jarrin, substituto do presidente Alvarado, que teve uma perna amputada, enfrentará uma série de crises sociais e econômicas

O primeiro-ministro e ministro da Guerra do Peru, general Edgardo Mercado Jarrin, assumiu na semana passada, "interinamente", a presidência do país. Ele substituiu o general Juan Velasco Alvarado, que teve dias atrás a sua perna direita amputada abaixo do joelho. Este mudança na cúpula do governo peruano ocorre no momento em que surgem no país diversos focos de descontentamento quanto à ação dos comandantes militares que ocupam o poder há quase cinco anos. Alvarado continua internado num hospital de Lima e seu estado geral é considerado satisfatório. Seu substituto, Jarrin, 54 anos, é o único ministro que permanece no gabinete peruano desde a ascensão dos militares ao poder em 1968. Ele ocupou o Ministério das Relações Exteriores até fevereiro último, quando, além dos cargos de primeiro-ministro e ministro da Guerra, passou a acumular também o de comandante-chefe do Exército peruano.

A doença do presidente Alvarado tirou das primeiras páginas dos jornais peruanos, nos últimos dias, outras notícias importantes sobre o país, mas o fato é que o Peru está entrando em um período de confrontações e definições cruciais. Nesta situação, a saúde de Alvarado foi mais um ingrediente acrescentado às incertezas.

A imprensa governamental tem acelerado a campanha para preparar a opinião pública para a tão esperada Lei de Propriedade Social, que foi descrita por Alvarado como "a chave do processo revolucionário". Segundo a filosofia declarada do regime militar, a propriedade social deve ser o setor predominante de uma economia mista, lado a lado com as propriedades privada e estatal. Este pluralismo é que deveria distinguir o "modelo" peruano tanto do capitalismo individualista quanto do comunismo estatista. No plano de governo de 1973-74, o desenvolvimento do setor de propriedade social tem prioridade, e a lei atualmente em discussão deverá definir a natureza deste setor, e suas relações com os outros dois.

O conceito de "propriedade social" foi apresentado pela primeira vez em 1970, na forma de comunidades de trabalho. As comunidades industriais, que foram estabelecidas no setor privado, realizarão seu primeiro congresso nacional este mês. Na mesma categoria estão as cooperativas agrícolas, as Sociedades Agrícolas de Interesse Social – SAIS – e, mais importante de todos, o Sistema Nacional de Apoio à Mobilização Social – SINAMOS – cuja missão é preparar as massas para a prometida sociedade de "democracia social com participação global".

Participação é a palavra favorita no atual "debate". A revolução peruana, afirma-se, é sobretudo humanista e participacionista. Estes valores seriam encarnados pela recém-fundada federação sindical, a Central de Trabalhadores da Revolução Peruana (CTRP), que parece ter o apoio, principalmente, do ministro da Pesca, general Javier Tantaleán Vianini.

A posse, e por extensão *quem* se beneficia da propriedade social, constitui o cerne do problema. Alguns analistas argumentam que no setor de propriedade social a posse deveria estar em mãos mais numerosas do que as dos trabalhadores de empresas individuais apenas, talvez nas mãos da sociedade como um todo (mas evitando-se a propriedade estatal, que poderia implicar em "comunismo"). Esta reavaliação parece ter sido provocada, entre outros fatores, pelos resultados de alguns estudos oficiais a respeito das novas unidades de produção agrícola criadas pela reforma agrária, em execução desde 1969. Tais estudos mostraram a situação marginal tanto dos trabalhadores ocasionais, que não são membros das cooperativas e que ainda existem em grandes números em alguns Estados costeiros, e das populações locais fora das grandes unidades. Algumas delas tiveram sua situação piorada após a reforma agrária, pois deixaram de ter acesso à terra arrendada dentro das cooperativas de produção.

Questões semelhantes são levantadas a respeito das comunidades de trabalho. O número de trabalhadores permanentes de tempo integral na indústria, mineração e pesca peruanas é muito pequeno, e estes poucos felizardos são os únicos que se beneficiarão da propriedade, gerência e lucros da *comunidad laboral*. Afinal de contas, é improvável a criação de uma sociedade harmônica enquanto perdurem anomalias como esta. Assim, algo deve ser feito com a população "excedente", até que a indústria tenha capacidade para absorvê-la totalmente – e os planejadores peruanos reconhecem que ainda se passará um longo tempo até que isso aconteça. Uma solução mencionada é que os excedentes financeiros gerados por setores particularmente bem sucedidos – por exemplo, algumas das cooperativas açucareiras – sejam redistribuídos através de impostos e/ou mecanismos de preço para o resto da sociedade, e não apenas divididos entre os trabalhadores das cooperativas. As comunidades já possuem uma forma de mecanismo de compensação para tentar nivelar as diferenças entre as iniciativas prósperas e as que lutam com dificuldades, mas diferenças internas ainda são bastante consideráveis. Este é um problema sério, e algumas idéias para resolvê-lo devem ter sido trazidas de Cuba por entusiasmados visitantes peruanos que estiveram recentemente naquele país.

O SINAMOS, que no ano passado foi obrigado a pacificar as politicamente turbulentas cooperativas açucareiras, recebeu recentemente outro golpe em sua imagem pública, em seguida a informações, reveladas em setembro passado, sobre a infiltração de agentes seus nos sindicatos. Desta vez, uma carta aberta enviada ao diário *Expreso*, de Lima, pelos habitantes de uma área às margens do rio Rímac, ocupada por mil famílias em outubro passado, acusou o escritório local do SINAMOS de agir a favor dos proprietários das terras. Estes apelaram para a justiça a fim de expulsar os "invasores". Mas os líderes da "invasão" sustentam que o SINAMOS tentou removê-los para Villa El Salvador, um enorme conjunto habitacional a oito quilômetros ao sul de Lima, criado pelo governo em seguida a outra "invasão" no distrito de Pamplona, em meados de 1971. A oferta foi rejeitada pelos ocupantes de Rímac, que exigiram reconhecimento imediato de seu direito à terra ocupada e conclamaram os demais ocupantes de outras áreas às margens do Rímac a que pressionassem o governo no mesmo sentido.

Pedindo a reforma urbana, expropriação de terras para construção e abolição de aluguéis de longo prazo, tudo na linguagem não conciliatória da luta de classes, os líderes dos ocupantes desafiaram, não apenas as políticas urbanas do governo, mas também toda a base de sua política de mobilização social. (A política urbana peruana é dirigida por almirantes conservadores, que repetidamente asseguraram ao inquieto setor privado que não haverá reforma urbana).

Este tipo de ação de auto-ajuda – politicamente motivada – que rejeita os novos departamentos do governo como meio de canalização de pressões é exatamente o tipo de coisa que o regime militar tem procurado insistentemente evitar. A afirmação de Mercado Jarrin, feita há duas semanas, de que "a maioria das greves são resultado de agitação política" e sua advertência de que "as greves ilegais serão tratadas como tais" mostram que os dirigentes militares do Peru pouco entendem das forças políticas que suas ações revolucionárias desencadearam. As palavras de Jarrin talvez sejam postas à prova pela primeira vez pela Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos, que se desligou recentemente da Central Geral dos Trabalhadores Peruanos, liderada pelos comunistas. Os metalúrgicos sentem necessidade de mais militância do que a Central Geral parece disposta a oferecer e ameaçam realizar uma greve nacional nos próximos dias. Para Jarrin, um novato no poder, não será um teste fácil. (*Latin America*)

Os amigos americanos de Israel

Este ano os judeus americanos querem mandar para Israel mais de meio bilhão de dólares em doações. Por Jane Rosen, do The Guardian

Num banquete oferecido em sua honra há dias, quando esteve em Nova York, a primeira-ministra de Israel, Golda Meir, declarou aos três mil convidados: "Nós, os judeus, nunca nos sentimos tão bem como quando damos coisas uns aos outros".

Os judeus norte-americanos contribuíram com mais de meio bilhão de dólares para Israel, no ano passado, e com mais de 250 milhões em 1973, até agora. Essa enxurrada de dinheiro não é considerada extraordinária; a contribuição dos judeus norte-americanos a Israel já é praticamente aceita como obrigação.

A visita de Meir aos EUA e a comemoração do 25º aniversário de Israel são dois fatores que, em 1973, provocarão um aumento das contribuições. A maioria dos judeus nos EUA contribui porque sentem uma profunda identidade com Israel – na maioria dos casos, têm uma preocupação pessoal com a sobrevivência de Israel – e não por causa de algum motivo imediato.

O dinheiro dos judeus norte-americanos destina-se ao desenvolvimento econômico e a atividades humanitárias de Israel. É empregado para expandir a indústria e a agricultura israelenses, financiar projetos de irrigação, oferecer emprego e habitação para os novos imigrantes e serviços sociais e médicos para todos os israelenses.

Os encarregados da arrecadação de fundos nos EUA fazem absoluta questão de frisar que o dinheiro norte-americano não é empregado em atividades militares ou de defesa. Acontece que os recursos recolhidos nos EUA fazem com que os fundos do governo de Israel sejam poupados de tudo que não seja atividade militar – e isso as autoridades israelenses não escondem.

O general Haim Bar-Lev, ex-chefe do estado-maior das forças de defesa israelenses, numa conferência sobre levantamento de fundos nos EUA, no ano passado, afirmou que os norte-americanos deveriam contribuir com o máximo possível. "Senão – continuou o general – Israel não seria capaz de absorver o crescente número de imigrantes e de garantir a sua segurança".

Os objetivos da campanha de levantamento de fundos de 1973 já foram anunciados e são os maiores até hoje: US$ 350 milhões em bônus – que representam cerca de 60% do programa de desenvolvimento econômico de Israel – mais US$ 505 milhões em contribuições diretas. Os judeus norte-americanos vão esvaziar os bolsos este ano, para ajudar Israel a absorver 70 mil novos imigrantes (a um custo mínimo de US$ 10 mil cada), incluindo de 35 a 45 mil judeus soviéticos.

A julgar pelo banquete a Golda Meir, no início deste mês, os objetivos poderão ser alcançados.

As duas principais organizações que se dedicam ao levantamento de fundos são a United Jewish Appeal (UJA) e a Esrael Bond Organisation (IBO). Suas operações são agressivas e não se envergonham do fato de, às vezes, terem que insistir muito para conseguir alguma coisa. As diretorias dessas organizações incluem figuras de *status* social e econômico elevado, e seus voluntários representam praticamente toda a indústria e comércio e todas as profissões. Nenhum grupo de renda é ignorado.

Os representantes de ambas as organizações empregam o método *tête-à-tête* em suas solicitações, o que significa que os pedidos são feitos dentro de "grupos de pessoas com afinidades". William Levitt, o construtor multimilionário de Levittown, por exemplo, convida outros 100 multimilionários para conversar sobre as necessidades de Israel. A conversa, a bordo de seu iate, termina com uma coleta que pode chegar a US$ 10 milhões.

O operário de uma fábrica, por outro lado, pode convidar seus companheiros para uma cervejada, e arrecadar, assim, uns US$ 100. Há também os banquetes para levantamento de fundos. A UJA, que tem 20 mil voluntários em Nova York, e 150 mil pessoas que contribuem, promove 600 banquetes por ano. Cada um desses banquetes tem um convidado de honra, e as pessoas do mesmo ramo de negócios que ele se sentem obrigadas a comparecer e fazer uma contribuição, para homenageá-lo.

Tanto a UJA quanto a IBO promovem banquetes onde se pede que sejam anunciadas as contribuições em voz alta. Primeiro, é chamado aquele que tradicionalmente contribui com mais. Então, quando os demais convidados são chamados pelo nome, é quase certo que eles contribuirão com a mesma soma do primeiro, mesmo que isso não tivesse sido planejado anteriormente. Isso é chamado de "dinâmica de grupo" pelos arrecadadores de fundos, e de "obrigação pela vergonha" por algumas das vítimas. ("Ele anunciou que contribui com mil, e todo mundo sabe que eu ganho mais que ele. Como é que eu posso anunciar só 500"?)

No ano passado, nove pessoas de Nova York contribuíram com um milhão de dólares cada.

A proporção da contribuição norte-americana a Israel já foi criticada por não judeus. Argumentaram que, sem esse dinheiro todo e sem apoio, Israel talvem se veria forçado a adotar uma posição mais conciliatória em relação a seus vizinhos árabes.

A maioria dos líderes judeus nos EUA, porém, acha que, sem o dinheiro e sem o apoio, Israel talvez nem existisse.

A polêmica na esquerda peruana

Um regime em debate

Quase cinco anos depois da ascensão ao poder do general Juan Velasco Alvarado, a esquerda peruana divide-se em torno do programa reformista dos militares

Desde o golpe militar que em 1968 levou o general Juan Velasco Alvarado ao poder, a esquerda peruana viu-se envolvida numa profunda polêmica interna sobre qual a atitude que deveria ser adotada face o novo governo. Posteriormente, com a implantação da reforma agrária, da nacionalização da International Petroleum Company, da criação das cooperativas industriais e da entrevista de Alvarado com Fidel Castro, as divisões entre a esquerda se aprofundaram, originando a formação de diversas correntes e grupos com posições, algumas delas antagônicas.

A seguir publicamos trechos da polêmica travada entre Anibal Quijano, sociólogo e cientista político, que há muitos anos defende uma atitude de intransigência diante do governo de Alvarado, e Hector Bejar, que em 1965 liderou um movimento guerrilheiro e que hoje, depois de ser preso e libertado, é um dos dirigentes do Sistema Nacional de Apoio e Mobilização Social (SINAMOS), um organismo estatal ligado diretamente à presidência da República.

Quijano expôs os seus pontos de vista num artigo entitulado Imperialismo e Capitalismo de Estado, publicado pela revista Politica y Sociedad, da qual ele é o fundador e principal responsável. A resposta de Bejar foi divulgada no primeiro exemplar da revista Participacion, editada pelo SINAMOS e que contém artigos tanto de oficiais militares como de intelectuais de esquerda que apóiam o governo, como o jornalista Ismael Frias.

O artigo de Bejar intitula-se O Neocapitalismo do Senhor Quijano.

A autocrítica de Quijano

A tendência central nas relações imperialistas na América Latina, especialmente desde a última Guerra Mundial, é o neocolonialismo.

Fundamentalmente consiste na: 1) desnacionalização do controle dos recursos produtivos; 2) desnacionalização do controle da orientação, características e limites do crescimento capitalista; 3) apropriação pela burguesia imperialista da massa maior da mais-valia gerada; 4) desnacionalização do controle do mercado interno, fundamental para a obtenção local da mais-valia; 5) aumento da taxa de descapitalização da economia latino-americana.

O processo de neocolonização se desenvolveu tanto mais profunda e completamente quanto mais fraco era em cada país o desenvolvimento capitalista industrial e, por conseguinte, o desenvolvimento de classe das respectivas burguesias nacionais, como no caso peruano.

Certamente, o processo se realiza sob a pressão e/ou a imposição da burguesia imperialista. No entanto, é necessário enfatizar, para não alimentar o mecanicismo ainda muito presente na América Latina, que foi também a própria política das burguesias nacionais que contribuiu para o fortalecimento e a cristalização definitiva da tendência neocolonialista.

A acentuação do neocolonialismo convergiu com o aprofundamento da crise de hegemonia política interburguesa nos principais países da América Latina, e sem dúvida contribuiu em grande medida para a determinação desta crise.

> **"É sectário apontar o regime peruano como tão pró-oligárquico como seus antecessores. (. . .) Mas é ingênuo admitir que ele está levando ao socialismo"**

A crise de hegemonia

Chegou-se assim a uma situação crucial: nenhuma das frações burguesas com pretensão hegemônica tem a força necessária para se impor uma sobre a outra, enquanto que as classes dominadas que começam a questionar a legitimidade da dominação burguesa, como um todo, não têm tampouco o desenvolvimento político necessário para disputar realmente o poder. Diante desta situação, os setores de autoridade intermediária da ordem burguesa, Forças Armadas e burocracia tecno-profissional, ampliam e aprofundam sua relativa autonomia política e institucional dentro desta ordem. Diante igualmente da crise do poder burguês, e dos perigos não eminentes porém já visíveis de uma explosão social revolucionária, essas instituições e grupos de autoridade intermediária assumirão o poder ou tenderão a isso.

No caso peruano, em particular, o regime emergido dessa aliança entre as Forças Armadas e os grupos tecno-profissionais obterá uma margem de autonomia relativa muito ampla frente à debilidade política das classes básicas — burguesia, proletariado e campesinato.

Na medida em que o atual regime peruano se funda numa particular combinação política de grupos sociais pertencentes a instituições de autoridade intermediária na ordem burguesa, resultante de sua relativa autonomização política no curso da crise de hegemonia, este regime não pode ser analisado como um modelo "populista". Isto aconteceu em todos os lugares, com a participação política direta das frações burguesas com pretensão hegemônica antioligárquica, se bem que a liderança formal pudesse corresponder a determinados grupos de setores médios que encabeçavam movimentos populares. No caso peruano atual, sobretudo no período inicial deste regime, a participação política direta das "elites" políticas representativas das frações não oligárquicas da burguesia foi insignificante e foi isso que permitiu aos grupos de setores médios premunidos da função de autoridade intermediária aparecer com autonomia política suficiente para desenvolver as pretensões desses grupos entre as classes básicas da sociedade, assim como entre o Estado-nação, e os poderes imperialistas. Não é casual portanto que este regime recupere a orientação geral dos projetos nacionais levantados antes por setores médios antioligárquicos e nacional-antiimperialistas.

A estatização de áreas importantes da economia e dos recursos naturais é uma medida que responde a finalidades nacionais. Porém, ao mesmo tempo, as medidas de estímulo à burguesia nacional industrial, em todas as áreas econômicas em que o Estado não assume a gestão direta, e o estímulo à burguesia imperialista para associar-se com o Estado na exploração dos recursos naturais e na produção industrial manufatureira mostram suficientemente que o projeto nacional em jogo não chega a modificar radicalmente o conteúdo de classe dos projetos anteriores. Neste sentido, o projeto nacional do regime militar tecnocrático vigente não pode ser reconhecido como antiburguês senão no restrito limite de antioligárquico; assim como não pode ser reconhecido como antiimperialista, senão até o preciso limite em que se coloca em questão o conteúdo último de classe em que se funda o capitalismo imperialista atual. Em última instância, trata-se de um antiimperialismo no sentido nacional e não de classe.

Considerado em termos econômicos como projeto de desenvolvimento, o "modelo peruano" configura-se como uma combinação da empresa privada industrial e da empresa estatal operando com critérios capitalistas, com a particularidade de que o setor estatal aparece com possibilidade hegemônica.

A burguesia imperialista especificamente, se bem que impedida de atuar de modo totalmente incontrolado como no período anterior, mantém sua presença nos setores privados da economia peruana, seja na associação com a burguesia industrial nacional ou com o Estado, como também nos próprios setores estatizados da economia ligados ao Estado. Neste conjunto, a associação com o Estado surge como a provável modalidade predominante da presença da burguesia imperialista na economia do país.

A participação do Estado na gestão direta de áreas importantes da economia peruana e na gestão associada com a burguesia imperialista e a nacional reflete uma tendência para a estruturação do capitalismo peruano como uma economia capitalista estatal privada, com a possibilidade de predomínio do setor estatal a longo prazo.

Por outro lado, a introdução da propriedade acionária dos trabalhadores nas empresas e de uma possível co-gestão a longo prazo, nas empresas privadas, apresenta uma tendência neocapitalista, como um outro elemento de modificação do capitalismo no Peru.

Por tudo isso, pode-se qualificar o projeto peruano de desenvolvimento como o de uma economia capitalista estatal privada, com elementos neocapitalistas, e tendendo, a longo prazo, ao predomínio do setor estatal. Isto significaria que, dentro de uma lógica de longo prazo, surge a tendência para um capitalismo de Estado como dominante, e subordinado a ele um capitalismo privado cuja amplitude não se pode prever *a priori*.

O projeto nacional

Reconhecer que o atual regime militar tecnocrático é produto da autonomização relativa dos grupos de autoridade intermediária no Estado burguês, em meio à crise de hegemonia política interburguesa superposta com o questionamento da legitimidade desta hegemonia pelas classes dominadas, situa com clareza as raízes históricas e o conteúdo social deste regime.

Tal conteúdo corresponde ao dos setores sociais médios desta sociedade. Por isto mesmo, ninguém pode pensar seriamente que deles possa originar-se um projeto nacional com autonomia histórica alternativa aos projetos da burguesia ou aos do proletariado e do campesinato.

Uma vez mais, as relações políticas entre a burguesia (imperialista e nacional) e o proletariado e o campesinato, e as relações políticas que cada um deles tenha com os grupos médios que hoje detêm o poder é que decidirão a orientação que possa ser dada ao atual regime e o caráter do processo em seu conjunto. (. . .) Em outros termos, o desenvolvimento do processo dependerá do avanço da luta de classes. (. . .)

A debilidade política das classes básicas já manifestada no processo mesmo da crise de hegemonia política tem-se revelado muito claramente dentro da atual conjuntura. (. . .)

(. . .) A debilidade política da burguesia é muito menor que a do proletariado e do campesinato. Poderia parecer que a desarticulação dos grupos oligárquicos através da reforma agrária a enfraquecesse ainda mais; porém é exatamente o contrário.

As medidas contrárias aos grupos oligárquicos da burguesia no Peru, enquanto não vêm acompanhadas de outras medidas contra os grupos urbano-industriais desta classe, produzem um processo, de homogenização sócio-econômica, de coesão política da burguesia e a base de hegemonia de seus grupos monopolistas associados aos mais dinâmicos e modernos grupos da burguesia monopolista internacional, organizados em corporações multinacionais. Dentro do mesmo contexto, a ampliação dos grupos médios tecno-burocráticos e da pequena e média burguesia rural e comercial urbana, que é um efeito necessário do tipo de organização da atividade econômica que se desenvolve no momento, não somente se identifica com a renovação das características sócio-econômicas concretas da sociedade peruana, mas também pode fortalecer as bases sociais da hegemonia política burguesa. (. . .)

Isto significa que não se estão modificando unicamente as bases sócio-econômicas da burguesia pelas reformas antioligárquicas, mas também as condições concretas de suas relações com o Estado e com a burguesia imperialista. No entanto, tudo isto confirma claramente, não um debilitamento político da burguesia, mas o seu fortalecimento sobre bases concretas muito diferentes que no período anterior a este regime.

As classes dominadas, proletariado urbano e rural, campesinato minifundiário e camadas da pequena burguesia urbana (. . .), estão em uma situação política que leva desvantagens sobre a da burguesia.

Se bem que alguns grupos minoritários do proletariado rural e do campesinato tenham sido beneficiários passivos das reformas antioligárquicas, a grande maioria destes setores não poderá ter acesso a esses benefícios (. . .), continuando seu atual processo de marginalização econômica-social, do qual são igualmente vítimas os grupos paupetrizados da pequena burguesia urbana.

O mais significativo para caracterizar a atual situação política do proletariado é a marcada debilidade de seu desenvolvimento político, tanto do ponto de vista de sua educação e organização política, como do ponto de vista de sua organização sindical.

A conduta dos grupos de autoridade intermediária — burocracia tecno-profissional e militar — não tem sido favorável às classes dominadas. (. . .)

(. . .) Enquanto que de um lado se erradicava as bases de poder dos grupos oligárquicos da burguesia e se obrigava os outros grupos a admitir a reforma da empresa, de outro lado a política foi de manter as massas dominadas desmobilizadas, durante todo o tempo necessário para que as reformas fossem institucionalizadas sem a participação política e ativa das massas.

Sobre esta forma de relação política entre este regime e as classes dominadas, isto é, afastamento e desmobilização política das massas, não se pode esperar que o regime se mantenha isolado em si mesmo e sem interlocutores políticos efetivos. Se não são as classes dominadas, serão forçosamente as classes dominantes. E isto é exatamente o que está começando a ocorrer no Peru.

(. . .) As formulações oficiais com relação à participação das classes dominadas são relativamente claras. Não se quer nenhuma mobilização política organizada, com autonomia organizativa e ideológica com relação às instituições do Estado burguês, mas somente a incorporação das massas no desenrolar do trabalho das novas instituições estatais.

(. . .) A natureza social do poder político atual é o que determinará o desenvolvimento real das relações entre o Estado e as massas num futuro próximo. A conquista do poder por essas massas não poderá se fazer com a mediação de agências burocráticas do próprio Estado burguês — com

continua na página 18

continuação da página 17

exemplo, o SINAMOS – Sistema Nacional de Apoio à Mobilização Social.

A posição da esquerda

A ação da esquerda revolucionária se orienta e deve se orientar contra as modalidades de dominação burguesa nacional-imperialista, tradicionais e novas, e, a partir desse ponto de vista, contra todas as concessões que se fazem ou que se possam fazer a essa dominação durante o atual regime.

A esquerda revolucionária peruana sabe que com sua atual debilidade, que é parte da débil organização revolucionária das massas, requer a sabedoria e a flexibilidade táticas necessárias para não alijar possíveis aliados, também entre os próprios grupos tecno-profissionais.

(. . .) Mas não será em nome de uma visão liberal sobre os militares que a esquerda colocará suas alternativas.

Os revolucionários socialistas de todas as partes sabem que, sob determinadas condições, regimes surgidos da crise da ordem burguesa, porém com um contraditório conteúdo de classe, podem aprofundar essa crise e abrir caminho para um processo revolucionário. Mas seria utopismo reacionário achar que este processo pudesse seguir as trilhas do socialismo, sem que as próprias massas dominadas tenham alcançado a liderança real do processo, em nome de seus interesses históricos, com suas próprias organizações políticas.

Aqueles que acreditam de boa fé que cumprem hoje um papel revolucionário devem saber que, se querem a revolução realmente e não um substituto dela, têm que admitir a necessidade da aliança com a esquerda revolucionária em seu próprio terreno e no terreno das massas.

As ameaças

A revolução peruana só poderá se concretizar e triunfar enquanto revolução antiimperialista, levada a cabo pelas próprias classes dominadas (proletariado e campesinato, principalmente), conduzida em direção ao socialismo. Ou não triunfará.

Não é pelo caminho das concessões e da cega confiança nas intenções ambíguas da pequena burguesia tecnocrática, transitoriamente no poder, que se pode aprofundar este processo na direção desejada, nem se pode, de imediato, subestimar a ameaça de tendências fascistas que desejarem modificar o atual regime.

Para a esquerda em seu conjunto, a grande confusão inicial está chegando ao fim. Apenas restarão uns poucos sectários, sustentando que aqui não aconteceu nada e que este regime é pró-oligárquico e pró-imperialista da mesma forma que os anteriores. Também devem ser muito poucos os ingênuos que continuam assegurando que este regime está iniciando uma revolução socialista.

Este processo contribuiu para desocultar as debilidades da esquerda. Mas serviu também para estimular a seriedade com que os jovens realizam agora a investigação efetiva sobre a realidade peruana, o rigor e a paixão para construir uma perspectiva de classe na análise dos problemas, a coragem para admitir a crítica radical de nossos erros passados.

As críticas de Hector Bejar

Na revista *Sociedad y Politica*, o sociólogo Anibal Quijano publica um extenso artigo sobre *Imperialismo e Capitalismo de Estado*. Através de sua confusa argumentação destacam-se algumas idéias centrais: 1) a admissão, se bem que com limitações, do caráter antiimperialista e antioligárquico dos setores médios; 2) o reconhecimento de que o atual regime iniciou um processo de mudanças muito mais profundo que o populismo de décadas passadas e que, portanto, carece de fundamento a tese do populismo militar peruano, sustentada até bem pouco tempo por um dos redatores de *Sociedad y Politica*; 3) o reconhecimento de que no atual governo existem setores honestamente nacionalistas e que portanto a ação da "esquerda revolucionária" peruana não deve se orientar em termos simplesmente antiimperialistas ou antigovernistas, mas tem que buscar a aliança de setores das Forças Armadas e grupos tecno-profissionais; 4) o reconhecimento de que o proletariado é débil política, sindical e ideologicamente e de que o mesmo acontece com a "esquerda revolucionária".

No entanto, considero que nas argumentações do sr. Quijano estão perceptíveis algumas grandes contradições.

Primeira contradição

Quijano sustenta que a tendência central nas relações imperialistas na América Latina, especialmente desde a última Guerra Mundial, é o neocolonialismo. Uma a uma, cada característica se dá *a partir da penetração do imperialismo* na América Latina e não a partir da Segunda Guerra Mundial. Dizer que houve desnacionalização do controle dos recursos produtivos implica admitir que houve anteriormente um controle nacional desses recursos. Ninguém ignora que as empresas mais importantes, quase monopólicas, do comércio exterior e o grande comércio interno estiveram desde antes da Segunda Guerra em mãos estrangeiras e que, portanto, o país nunca teve o controle da orientação, características e limites do crescimento capitalista.

O que se pode admitir é o fato assinalado por Quijano e outros economistas de que, por efeito de uma cada vez maior penetração imperialista, a grande burguesia tornou-se cada vez mais o sócio menor da burguesia imperialista e que, por isso mesmo, a média e pequena burguesia nacionais tiveram que se submeter a uma dominação ainda maior.

Segunda contradição

Quijano afirma que a intervenção das Forças Armadas e os setores médios tecno-profissionais foi determinada por uma crise de poder (. . .), na qual "nenhuma das frações burguesas com pretensão hegemônica tem a força necessária para se impor uma sobre a outra" . . .

Se existia uma penetração imperialista muito intensa (. . .), se por outro lado a chamada burguesia média foi também dominada e se não existia no país, consequentemente, nenhum setor econômico com consciência nacional a nível de poder, de onde saiu esta luta pelo poder e de onde saíram as frações burguesas com pretensão hegemônica? Como num passe de mágica, Quijano tira da manga frações burguesas com capacidade de lutar pelo poder. A admissão por si só da existência de frações burguesas acabaria com a base de sua tese.

"Perguntamos ao sr. Quijano: que deve fazer a esquerda frente ao governo? Apoiá-lo? Atacá-lo? A resposta não pode ser uma vaga orientação sobre a ação contra a dominação burguesa na sociedade"

Terceira contradição

Quijano fala do modelo peruano como projeto de desenvolvimento. Ninguém que queira analisar com honestidade o processo peruano pode deixar de referir-se a algo que Quijano não menciona: o setor cooperativo e autogestionário, um setor de propriedade social que será gestionado diretamente pelos trabalhadores e que, dentro da estratégia deste processo, se converterá gradualmente no mais importante para a caracterização do futuro sistema econômico e político do país. (. . .) Objetivamente já se estão criando as condições para tal estratégia: a) a existência hoje de um Estado forte, com personalidade nacional e com capacidade planificadora e financeira; b) germes deste setor em áreas muito importantes da economia nacional, como, exemplo, os 13 complexos agro-industriais que controlam toda a produção açucareira do país e que estão em mãos dos trabalhadores.

O projeto futuro e a situação atual são cuidadosamente ignorados por Quijano para apresentar como "projeto de desenvolvimento" aquilo que é na verdade sua própria versão distorcida da situação atual (. . .), especulando sobre as alternativas futuras deste suposto "capitalismo de Estado".

Quarta contradição

(. . .) O "questionamento da legitimidade da hegemonia política interburguesa pelas classes dominadas" é uma idéia que atravessa todo o artigo do sr. Quijano. O que significa, com efeito, "questionar a ordem social burguesa"? Em primeiro lugar, significa tomar consciência da necessidade de atacar a ordem capitalista e substituí-la por uma nova, em bases diferentes, desenvolvendo ações neste sentido.

Pois bem, ninguém poderá afirmam que as classes dominadas do país chegaram a tal grau de consciência. No momento da intervenção militar não existia, nem um questionamento da ordem burguesa, nem uma pressão social de peso, e os setores burgueses políticos com seus eleitores se preparavam tranquilamente para participar de um novo processo eleitoral de tipo parlamentar. A tese de que a intervenção militar se fez presente "para evitar uma explosão revolucionária" é portanto bastante discutível.

Segundo Quijano, "o mais significativo para caracterizar a atual situação política do proletariado é a grande debilidade de seu desenvolvimento político, tanto do ponto de vista de sua educação e organização política como do ponto de vista de sua organização sindical".

Como poderiam as classes dominadas, cuja debilidade é política, ideológica e até mesmo sindical, e cujo grau de evolução não atingiu nem a uma autonomia organizativa, questionar a ordem social burguesa?

Quinta contradição

Com relação à posição da esquerda chamada "revolucionária" diante da conjuntura atual, perguntamos ao sr. Quijano: Que fazer frente ao governo? Vamos apoiá-lo? Ou o atacamos? Porque a resposta não pode ser vaga como a de "orientar a ação contra as modalidades de dominação burguesa nacional-imperialista, tradicionais e novas, e a partir deste ponto de vista contra todas as concessões que se fazem ou que se possam fazer durante este regime de dominação".

Quem analisar este processo dialeticamente comprovará – como Quijano – o conteúdo antioligárquico de suas primeiras medidas. Se "as bases de poder dos grupos oligárquicos da burguesia foram erradicados", deve-se admitir que o poder capitalista, comprometido com essas bases em função da evolução neocolonial de nossa economia, será também questionado, não somente com as declarações oficiais que falam claramente de uma etapa não capitalista para a qual o processo se dirige, mas com os próprios fatos.

Por outro lado, se esta é uma revolução dos setores médios com uma posição social diferente da oligarquia dominante, cabe esperar frente a seu projeto social uma atitude mais positiva. Se, ao contrário, afirma-se que estes setores estão sendo influenciados por correntes conservadoras, tal afirmação deve abarcar também a chamada "esquerda revolucionária", procedente ela mesma da pequena burguesia universitária.

Por esta razão encontramos, frequentemente, no fundo do mais delirante untra-esquerdista, o mais dissimulado conservador. Isto explicaria muito a atual crise política e ideológica da "esquerda", que Quijano esconde sistematicamente seguindo uma linha que, por não ser autocrítica, é também conservadora.

Noites Brancas na televisão

"Noites Brancas" é mais cultural que "A Rainha Louca"?

Quarta-feira, dia 14 de março. A TV Globo anunciou exaustivamente para hoje a apresentação de mais um de seus especiais, o que, dentro da programação habitual, tem sempre o sentido de colocar no ar algo de mais depurado, uma espécie de laboratório onde são feitas tentativas de dar ao telespectador alguma coisa de mais "cultural", uma emissão que procure fugir do padrão costumeiro regido sempre pelo verdadeiro mentor intelectual da televisão brasileira: o IBOPE, o gráfico de aceitação. Desta vez trata-se de uma adaptação de *Noites Brancas* de Dostoiévski, feita por Oduvaldo Vianna Filho. A recente adaptação (do mesmo autor) de *Medéia*, também em um especial, já carrega em si uma perspectiva pessimista. Nela ficou ainda mais claro que o conceito de "adaptação", longe de ser uma colocação da tragédia no universo do espectador, era, na verdade, buscar elementos no texto e trazê-los ao nível do próprio sistema de produção da emissora, para que este, se reconhecendo, cumprisse a sua tarefa habitual, ou seja, levar ao ar a estrutura habitual, com todas as suas deformações conhecidas, um produto marcado pelo que a TV Globo denomina de "padrão Globo de qualidade".

Uma releitura de *Noites Brancas* traz ao programa perspectivas ainda mais sombrias. Como conciliar com este "padrão de qualidade" o nível dos sentimentos expressos? Como conseguir de uma equipe técnica viciada nas produções das telenovelas um rendimento satisfatório para um projeto tão ambicioso?

Quando na novela o personagem pergunta, com o coração à boca, "por que, nesses momentos de vida irreal, costumamos conter a respiração"?, no vídeo ele diz, entre pequenos risos: "nem sei o que são juros de mora". Quando a atriz confessa que "não tenho experiência com os homens", isso pretende exprimir o que, em seu texto, Dostoiévski resolve muito melhor com o estranho broche que prende a moça às saias da avó cega e que a "impede" de conhecer o mundo.

Claro que isso é muito mais que uma simples questão de fidelidade a fatos do texto original. É um outro "universo"; e se isso não corresponde, nada mais tem valor, nem a sinceridade de alguns momentos de Francisco Cuoco, nem a tentativa da direção (Ziembinski) em realizar um trabalho mais pessoal.

Essa falta de estilo que se manifesta claramente nos programas de nível mais baixo, antes de ser uma decorrência da qualidade da direção de cada um, é fruto direto do próprio sistema geral de produção da emissora e, por isso mesmo, elemento decisivo também nos programas ditos de melhor qualidade. Em se mantendo o esquema geral, o resultado será sempre o mesmo, independendo da participação deste ou daquele ator, desta ou daquela direção. Se os atores sempre super-representarem (ao espanto correspondendo sempre a máscara do espanto) para tornar as intenções mais claras, não interessando quais sejam essas intenções; se o trabalho de câmara continuar a ser terra de ninguém (sigam a ação e enquadrem quem está falando pois há um "entendido em televisão" na sala de corte que dará uma "dinâmica" à coisa cortando o mais possível e arbitrariamente); se o estilo continuar a inexistir, preterido em função do caos, da zorra, então a qualidade da imagem posta no ar também ficará inalterada e seu verdadeiro autor é o que, com nesse especial, se coloca por último nos créditos: a Central Globo de Produções.

É nas novelas, espinha dorsal do sistema, que este "padrão de qualidade" é gerado e é delas que ele se alimenta; é na semelhança entre elas que ele se reconhece e nas diferenças que se solidifica. Entre *Uma Rosa com Amor* e *Cavalo de Aço* as semelhanças é que são fundamentais, e não as pequenas diferenças, como locais de gravação, atores (pode-se até trocá-los de novelas), diretor (que, às vezes, muda no meio e a novela permanece igual), etc. A zorra se mantém em ambas como a estrutura mesmo e, a partir dela, qualquer texto se torna deglutível pelo sistema armado: de Molière a Alexandre Dumas, de Guimarães Rosa a Bráulio Pedroso, de Glória Magadan a Dostoiévski. E o resultado final não varia pois inalterável ficou a estrutura inicial, o padrão Globo de qualidade.

E por que Dostoiévski? É ingenuidade acreditar que o espectador que liga a televisão em busca de seus "ídolos" reconheça em *Noites Brancas* algo de mais "cultural" do que, por exemplo, em *A Rainha Louca*. A diferença maior é que a primeira é passada hoje e no Rio de Janeiro.

O perigo maior é acontecer, como hoje no Brasil, de a zorra ser colocada como uma espécie de estética oficial e a "naturalidade das novelas", a "simplicidade das situações" e outras bobagens do gênero serem consideradas como a representação mesma do gesto brasileiro. O que talvez seja até verdade. Mas aí já é outro problema. De qualquer forma Fellini tinha razão quando, perguntado se televisão seria a arte do futuro, respondeu: "Ora, a televisão é um eletrodoméstico" . . .

(Haroldo Marinho)

145

GUIA DO RIO

CINEMA

Toda Nudez Será Castigada — O tango de Nelson Rodrigues orquestrado com habilidade por Arnaldo Jabor. Darlene Glória e Paulo Porto em trabalhos de categoria. (Ver crítica na pág. 21)

Sacco e Vanzetti — Um controvertido caso político tratado como um melodrama de tribunal de Hollywood: os réus são bonzinhos e humanos e a promotoria e seus agregados maus e desonestos. Decepcionante. Salvam-se os atores. Direção de Giuliano Montaldo.

Este Mundo É um Hospício *(Arsenic and Old Lace*, 1941) — Divertida comédia macabra de Frank Capra, inspirada numa peça de Joseph Kesselring. Com Cary Grant, Priscilla Lane, Raymond Massey, Peter Lorre, Jack Carson e as duas velhinhas Josephine Hull e Jean Adair. Cinemateca do MAM, segunda, 19, 18h30m.

Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964) — O primeiro, explosivo — e já clássico — filme de Glauber Rocha. Um ponto luminoso na cultura brasileira. Com Geraldo D'El Rey, Ioná Magalhães e Othon Bastos. Cinemateca, quinta, 20h30m.

O Estranho Caminho de São Tiago *(La Voie Lactée*, 68) — Uma fábula aberta sobre as misérias do ser humano e um manifesto contra todas as intolerâncias, com a classe e o humor habituais de Luis Buñuel. Com Laurent Terzieff e Paul Frankeur. Cinema-1, quinta, 24h.

Como Era Gostoso o Meu Francês (1971) — Parábola da luta entre duas culturas distintas. Visualmente bonito e tecnicamente impecável, mas um espetáculo frio. Com Arduino Colasanti e Ana Maria Magalhães. Direção de Nelson Pereira dos Santos. Cinemateca, sábado, 16h30m.

Sergio Augusto

CONFERÊNCIA

Ecologia da Amazônia — Conferência do professor Harald Sioli, 4.ª-feira, dia 21, às 18h30m, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa — ABI. Sioli, um cientista do Instituto Max Planck, da Alemanha, viveu 17 anos na Amazônia brasileira e edita uma revista bilíngue alemão-português, em que se trata dos problemas ecológicos da região. A conferência inaugura o 2.º ciclo de palestras sobre a Amazônia promovido pela Comissão Nacional de Defesa pelo Desenvolvimento da Amazônia.

ARTES PLÁSTICAS

Depois da mostra da gravura sueca, o MAM apresenta uma exposição dos maiores gravadores italianos contemporâneos, numa sequência que pode ser no mínimo didática para o espectador brasileiro. Sem nenhuma unidade de estilo, as obras valem exatamente por sua qualidade, atributo cada vez mais desprezado em favor dos modismos. Entre os artistas estão Afro, Guerrini, Turcato e Capogrossi. No MAM. Aos domingos a entrada é franca.

GUIA DE SÃO PAULO

CINEMA

Em Nome do Amor — Itália, 1970. Direção de Pietro Germi. Gianni Morandi e Stefania Casini, um jovem par moderno (modernoso para alguns críticos), em busca do amor puro e verdadeiro, antigo sonho de muita gente, até da Celi Campelo. Cines Metrópole, Rio Branco e Majestic.

Alucinação de Ulisses — Inglaterra, 1967. 24 horas na vida de uma cidade, 843 páginas no livro *Ulisses*, pouco menos de duas horas no filme de Joseph Strick parecem ter sido os elementos de mais difícil conciliação do filme que procura traduzir os labirintos de metáforas, livres associações e neologismos da obra que Joyce levou sete anos para escrever. Dia 19, 2.ª-feira, às 20h30m no MASP.

Edward G. Robinson — Mais uma homenagem ao ator que precisou morrer para conseguir um Oscar de Hollywood, que será entregue este mês postumamente. No MASP, esta semana, alguns de seus filmes. Dia 22, *O Gênio do Crime*, de 1938, com Humphrey Bogart e Claire Trevor. Dia 23, *O Estranho*, de 1948, com Orson Welles e Loretta Young. Dia 24, *O Lobo do Mar*, de 1941, com Ida Lupino e John Garfield. Dia 25, *Seis Destinos*, de 1942, com Rita Hayward, Ginger Rogers, Henry Fonda, Charles Boyer, Charles Laughton e Thomas Mitchel. Os filmes serão exibidos às 18h30m nos dias 22 e 23 e às 18h nos dias 24 e 25.

Retrospectiva de Eisenstein — Iniciando a retrospectiva do cineasta russo, a SAC apresentará esta semana quatro de seus filmes. Dia 21, *Outubro*, de 1927. Dia 22, *A Linha Geral (O Antigo e o Novo)*, de 1929. Dia 23, *Alexandre Nevski*, de 1938. Horário: 20h30m. Sala Mario de Andrade, Belas Artes.

TEATRO

Frank V — Escolhida por integrar o espírito do grupo que vem realizando um dos mais importantes trabalhos em teatro, o Grupo do Teatro São Pedro, *Frank V* é uma comédia que se vincula à realidade nacional, causa impacto intelectual e diverte. Explicando o funcionamento de um banco, procura desvendar o seu esquema atual, semelhante a uma igreja, onde os fiéis depositam suas esperanças e onde as penitências devem ser pagas (com juros no caso) até a morte. No Teatro São Pedro.

Os Pequenos Burgueses — Com ingressos a 6 e a 3 cruzeiros está sendo encenada, aos sábados e domingos em Santo André, a montagem do Grupo Tear da peça de Máximo Gorki, levada em São Paulo pelo Grupo Oficina há alguns anos. O teatro, localizado em um bairro operário da cidade, corresponde às intenções do grupo, que pretende levar espetáculos de bom nível para uma classe normalmente afastada dos tradicionais centros de cultura. No Teatro Conchita de Morais, Parque das Nações, Sto. André. Às 20h.

SHOW

Chico Buarque, Nara Leão e MPB4 — Dentro da programação do Circuito Universitário, no Teatro da Universidade Católica. Rua Monte Alegre, 1024. Dias 21, 22, 23, 24 e 25 de março.

ARTES PLÁSTICAS

Múltiplos de Moriconi — O pintor-escultor italiano que vive no Brasil há 20 anos, Roberto Moriconi, expõe atualmente 40 "elicóide desenvolvíveis", apresentando o que ele chama de proposta tecnológica. Seus múltiplos, pesando de 30 a 60 quilos, foram executados em variados materiais brasileiros, frisa Moriconi. Galeria de Arte Ipanema. R. Oscar Freire, 789. Até o dia 24.

Ana Maria

São Pedro contra o xerox

Frank V, de Durenmatt, na estréia de um grupo que quer destruir o teatro como comércio.

"A situação atual do teatro brasileiro é marcada essencialmente pela alienação, pela mistificação, pelos espetáculos *xerox* do estrangeiro, pela irresponsabilidade social".

A frase é de Fernando Peixoto, que acredita na possibilidade de mudança desse quadro. Ex-integrante do grupo Oficina, onde trabalhou como sócio, ator (*Rei da Vela, Galileu Galilei, Pequenos Burgueses, Andorra*), diretor (*Don Juan*, de Molière e *O Poder Negro*, peça sobre o racismo nos Estados Unidos), Fernando Peixoto faz parte de um novo grupo que se dispõe a executar, no Teatro São Pedro, um projeto antigo e ambicioso: destruir as relações econômicas tradicionais do teatro comercial brasileiro. Para isso a nova companhia pretende criar um sistema de cooperativa em que todo o dinheiro arrecadado seja dividido entre os que trabalham. O teatro funcionará — para atender às despesas — 24 horas por dia, com uma programação que atinja o público infantil (pela manhã), os estudantes secundários (tarde), e adulto (noite). Além disso a equipe organizará atividades paralelas com grupos amadores, leituras de peças e concursos de textos inéditos, incluindo a manutenção de um jornal de divulgação das idéias e planos do grupo — *A Imprecação* — cujo primeiro número, gratuito como os demais, já foi lançado com tiragem de 20 mil exemplares.

Frank V, do autor suíço Friedrich Durenmatt — com 45 músicas de Paul Burkhard — é a peça de estréia da nova companhia. Durenmatt, autor de *A Promessa, O Juiz e Seu Carrasco* e *A Visita da Velha Senhora*, partiu, na estruturação de sua peça, de uma fascinante mistura de vários gêneros, desde a tragédia shakespereana até a comédia de humor negro, passando pelo romance policial e a farsa macabra. O resultado dessa mistura estilística é um texto mordaz e extremamente crítico em que é contada a vida de um banco particular que se transforma em empresa estatal. No prólogo, um dos personagens — o gerente do Banco Frank — abre o jogo: "escolhemos a história de um banco porque vocês (espectadores) só conseguem ser objetivos com os seus semelhantes".

Este tom incisivo se adapta plenamente, segundo Fernando Peixoto, aos interesses do grupo de combate e crítica a um público anestesiado por um "teatro sem problemas", interessado apenas em divertimento leve e lucros imediatos. "Há muita gente disposta a trabalhar, mesmo em condições profissionais difíceis, por um teatro crítico, aberto e participante", diz Fernando Peixoto.

Frank V estréia dia 21 de março no Teatro São Pedro. Nos textos abaixo, Fernando Peixoto fala da peça e de seu autor.

A ópera de um banco privado

Sem dúvida Friedrich Durenmatt partiu da *Ópera de Três Vintêns* de Bertolt Brecht para escrever sua "ópera de um banco privado", *Frank V* (com música de Paul Burkhard), fascinante mistura de tragédia shakespereana, romance policial, farsa macabra, comédia de humor negro. Os cadáveres se acumulam à medida que cresce a disputa pelo poder. Mas esta não é uma ópera de mendigos, como a de Brecht. Ao contrário, *Frank V* é uma ópera de milionários. Seu alvo é o público habitual de teatro, formado por uma classe que possui condições financeiras para pagar um divertimento caro. No prólogo, o chefe de pessoal do "Banco Frank" abre o jogo para a platéia: *Escolhemos a história de um banco porque vocês só conseguem ser objetivos perante os seus semelhantes. Se apresentássemos mendigos, os senhores se poriam a soluçar e as senhoras estragariam a maquilagem de tanto chorar.* É uma definição, frente a Brecht, inclusive, do tipo de humor irônico e cínico de Durenmatt. Seus personagens se apresentam ao público como banqueiros-*gangsters* (sobretudo no mundo das finanças, no sistema da livre concorrência e da exploração do homem pelo homem, todos são lobos, o homem se transforma em *gangster*), mas *terríveis, verdadeiros assassinos, mas quase deuses: nem menores nem menos sanguinários do que os heróis de Shakespeare.*

Capitalismo revitalizado

Frank V, entretanto, não se limita a contar a história de um banco particular em crise, momento em que os mais disciplinados funcionários descuidam do perfeito funcionamento da máquina de roubo e exploração e se deixam levar por seus sonhos individuais. Os velhos métodos de exploração estão superados pelas circunstâncias históricas. O gangsterismo privado perdeu o sentido e a utilidade. Passou o tempo do caudilhismo político. Piratas e quadrilhas de bandidos são uma forma romântica de ação. A nova geração, formada nos cânones da tecnocracia e do neocapitalismo, vem revolucionariamente substituir os velhos *gangsters*. O filho mata o pai. No final o banco é salvo da ruína graças a um cheque em branco emitido pelo presidente da República. O capitalismo agonizante foi revitalizado e se impõe agora de forma mais organizada, disciplinada, anônima. O jovem Frank VI mata o pai afirmando que métodos de banditismo só se justificam quando proporcionam lucros: *daqui para frente agiremos dentro da legalidade.* É o que sucede nos países onde o capitalismo chega a um impasse, onde a crise econômica só encontraria uma solução lógica nas reformas revolucionárias populares e onde um golpe é desferido para preservar a manutenção da ordem econômica mediante uma injeção de novos métodos e nova organização econômica. O *happy end* da peça mostra a aliança do capital com o poder e nos remete, de forma divertida e irônica, a uma imagem do fascismo.

Frank V, entretanto, não é um estudo de economia política. Nem é um texto inserido numa realidade histórica determinada. Mas permite inúmeras leituras. Optamos por uma que nos aproximasse da peça, que levasse o nosso espectador a refletir sobre o significado econômico de nossa realidade. A peça é antes uma parábola tragicômica da vida em que vivemos, de nosso mundo, nossa sociedade, nossos valores. A postura crítica de Durenmatt é feroz, agressiva. Na verdade não se trata de um escritor diretamente político como Brecht. Sua visão não é dialética. Muitas vezes confunde o mal histórico com o mal absoluto. Mas seu ódio, sua rebelião não é menos intensa. Seu texto é um eloquente grito de protesto, explosão sincera de uma indignação irreprimível, de uma revolta autêntica. *(F.P.)*

Um protestante que protesta

Durenmatt nasceu em 1921. Ele se define a si mesmo como um protestante que protesta. *Numa nota autobiográfica afirma que escrever pode ser uma forma de combate. Sua aspiração é ser um* escritor incômodo *— ele diz que não fala do que agrada ao público, mas, sim, do que o ameaça. Autor de inúmeros roteiros para cinema e um grande número de novelas (a estrutura é quase sempre a do romance policial, que Durenmatt engravida de uma profundidade fascinante, de um penetrante estudo da consciência do homem, do desespero, da culpabilidade — em algumas, como* A Promessa *ou* A Suspeita *ou ainda* O Juiz e Seu Carrasco, *a perseguição ao criminoso é uma postura de vida, assumida até as últimas consequências, uma busca definitiva, uma entrega total e dilacerante, a completa justificação de uma existência), Durenmatt, como dramaturgo, possui uma consciência lúcida da potencialidade expressiva do palco e da força significativa do ator. É um homem que acredita no vigor da linguagem cênica e neste sentido modifica e reescreve suas peças, em função das necessidades do teatro, trabalha junto com os tradutores e encenadores.*

Seu tema é o mais vasto possível: a trágica situação do homem no difícil mundo em que vivemos. Mas, diante da contradição histórica entre capitalismo e socialismo, por exemplo, Durenmatt, escritor suíço, mantém uma cínica neutralidade. Em O Casamento do Senhor Mississipi, *por exemplo, critica o capitalismo e o comunismo, colocando-os, como alternativas, num mesmo plano. Já* A Visita da Velha Senhora *pode ser lida como uma análise sarcástica e violenta contra o capitalismo e seu sentido no comportamento dos homens. Para Durenmatt, entretanto, a peça não possui este alcance. Sobretudo em* Romulus o Grande *sua visão do fim do Império Romano à primeira vista parece fruto de uma visão marxista do processo histórico. Mas Durenmatt não possui o cinismo dialético de Brecht — sua ironia corrosiva é antes o fruto de uma revolta niilista e sem crença, com apenas uma certeza: uma incontida necessidade de atacar as estruturas do capitalismo, como fonte da injustiça e da repressão. Sua perspectiva em* Frank V *também é essencialmente religiosa, mas, como nas demais peças, o texto escapa ao próprio autor, adquirindo um significado mais vigoroso.* Frank V, *de todas as peças de Durenmatt, é sem dúvida a mais eficaz, a mais violenta, a mais desmistificadora. É estruturada segundo as fórmulas do teatro épico moderno (mas para Durenmatt o modelo desta forma de teatro não é Brecht mas, sim, Thornton Wilder; em* Frank V, *ao lado de Shakespeare, Eurípedes e Brecht, Wilder está presente em citações nítidas: ele chega a copiar falas de* Nossa Cidade, *por exemplo).*

No riso se manifesta a liberdade do homem, nas lágrimas sua necessidade. Chegou o momento de demonstrar sua liberdade. *É o que afirma este filho de um pastor protestante, neto de um poeta político, em seu ensaio mais expressivo, verdadeira declaração de princípios —* Problemas do Teatro. *Para Durenmatt, escrever pode ser uma forma de combate e sua arma é a comédia. Ele faz a oração fúnebre da tragédia, nos tempos modernos: somente a comédia, nos dias de hoje, pode reproduzir nosso mundo em decomposição. A tragédia, e aqui ele aceita ao mesmo tempo Aristóteles e Hegel, pressupõe um mundo fechado, uma sociedade concluída, valores estratificados e aceitos, uma ordem social que se concretiza ou se reestabelece no final. Mas mesmo que a tragédia seja impossível, o trágico permanece acessível. Através do cômico. Aliás hoje cada vez mais os personagens trágicos se tornam cômicos. E cada vez mais o bobo da corte se torna um personagem trágico. Durenmatt se coloca como descendente de Aristófanes, que foi o primeiro a realizar a comédia da sociedade, atacando as bases do Estado grego. Para ele os princípios básicos do teatro ocidental deveriam nascer das postulações práticas de Aristófanes e da "comédia ática antiga", não dos três trágicos gregos, Ésquilo—Sófocles—Eurípedes, como acontece. Ele reivindica o sarcasmo e o grotesco afirmando que somente diante deles é que os poderosos de nossos dias chegam a tremer.* (F.P.)

A dupla caipira do erotismo

Os autores de O Despertar dos Mágicos abandonaram provisoriamente o gênero que lhes deu fama para lançarem um "estudo científico" sobre comportamento sexual

Depois de 1969, boa parte dos nossos artistas e intelectuais desceu para os porões. Outros abandonaram o navio. Entre os que ficaram, alguns encontraram na penumbra os paraísos artificiais, divãs de analistas e livros esotéricos de ocultismo. Os nacionalistas descobriram a macumba. Os mais ansiados se surpreenderam na loucura. Falou-se, como ainda se fala hoje, em contracultura. A tendência ainda não mudou, embora se atenuasse. No meio disto, houve um livro que fascinou todo mundo. Sua tese era sensível a muita gente: tratava de demonstrar que a miséria da realidade ocultava uma ordem mágica. Para explicar certas coisas, era até um bom livro. Afinal, uma das teses mais paradoxais instigava a imaginação. Os autores propunham uma interpretação do nazismo que afugentava o tédio das interpretações baseadas na infra-estrutura econômica e na guerra entre imperialistas. Seus autores achavam que Hitler era um aprendiz de feiticeiro; a II Guerra Mundial poderia ser considerada uma "guerra espiritual" contra a razão ocidental, o que é uma tese até simpática; o *fuhrer* possuía uma corte de magos e, além do mais, a insensatez assassina do III Reich era fundada na experiência ritualística. O livro chama-se *O Despertar dos Mágicos* e teve um sucesso que só talvez um estudo aprofundado da época explique. Os autores eram Louis Pauwels e Jacques Bergier (que fizeram fortuna com este livro, a ponto de fundarem uma revista de sucesso – *Planète* – e lançavam o fantástico em edição popular e retomavam as críticas que uma certa literatura do século XIX, século que eles abominam, tinha feito, com mais vigor, ao positivismo das ciências.

Os editores de *Planète* lançaram, no início da década de 60, o surrealismo dos pobres. Minimizado pelo espírito da ordem, o livro chega a ser somente paradoxal. Mas é o paradoxal do logro: olhando-se bem, nota-se que a assinatura é falsa. Eles são capazes de tecer intrincadas elaborações sobre a física contemporânea baseados em uma frase isolada de Einstein ou Heisenberg.

Mas a influência do livro ainda persiste e abriu um espaço na nossa editoração para livros do gênero, o que prova que a quantidade dos leitores tem aumentado. O livro de Daniken, *Eram os Deuses Astronautas?*, *best seller* no Brasil, pode ser considerado, por sua qualidade inferior, o joio do trigo plantado por J. Bergier e L. Pauwels. E tudo indica que a plantação vai vingando: Gurdjieff e Pappus, entre outros, começam a ser lançados entre nós. O porão continua lotado.

A dupla caipira

Se o projeto de *O Despertar dos Mágicos* era claro e definido, defendendo inclusive uma tese, o último livro de Pauwels lançado aqui é completamente desorganizado e desprovido de uma tese central. O companheiro de dueto tem menos talento e, embora seja sociólogo, menos informação que Jacques Bergier. Chama-se Laslo Havas e sua pesquisa, apesar de ter durado, pela afirmativa dos editores, mais de 11 anos, um tempo, aliás, excessivo para tão pouca informação colhida, não consegue atrair atenção para nenhuma novidade. Se passou realmente todo esse período "mergulhado no incrível submundo do sexo", como diz o editor brasileiro, quando retornou à superfície foi só para demonstrar que perdeu tempo e que o que viu é extremamente maçante. Na verdade, algumas considerações sobre o que pretendem as associações praticantes do chamado *group-sex*.

O verdadeiro discurso erótico continua ocultado, mas a parte que resulta em dividendos é liberada

O editor europeu, talvez para valorizar o lustro científico da pesquisa, comenta que Laslo Havas foi ajudado por sua esposa psicóloga. Se isso é verdade, o relatório dos Havas se assemelha a uma luta de cegos: nenhum dos dois conseguiu em seu campo específico acertar nada. Não há nem psicologia nem sociologia. Se tomarmos o trabalho a sério, ao contrário, identificamos apenas ingenuidade ginasiana. Por exemplo, depois de comentar que a atitude dos militantes do *group-sex* em relação a sua prática é pensada como a mais livre, a mais natural, a mais erótica, Laslo questiona: então é este o paraíso? Outro aspecto incompreensível é como foi construído o livro. A primeira parte é dedicada à *pesquisa* de Havas sobre a prática da troca de casais e a descrições de orgias entre casais em hoteizinhos da província francesa ou alemã. A segunda parte é o quinhão a que o imaginário tem direito: é claro, Pauwels assina. Embora o editor europeu nos garanta que foi baseado em um dos inúmeros(?) relatos coletados pela pesquisa de Havas, a contribuição de Pauwels não pode deixar de ser considerada como um romance erótico. A aplicação desta fórmula, em que ficção e *pesquisa* estão unidas, é considerada pelo editor europeu compatível pelo fato que a unidade do aparelho objetivo do investigador e o equipamento subjetivo de um poeta, o poeta é Pauwels, poderiam formar juntos um especial método de análise. A pulga fica atrás da orelha. Pode-se, ao contrário, mais justificadamente, considerar dois livros em um só, unidos pelo tema do amor coletivo e tratados, ambos, com superficialidade. Talvez o erotismo comercial tenha pulverizado o surrealismo romântico dos anos 60. Entretanto o fenômeno, seja ele o amor coletivo ou um romance erótico, demonstra sobretudo o espetáculo de um sintoma que começa a florescer na pele da sociedade, embora tenha germinado bem lá no fundo.

OS ÚLTIMOS DIAS DA MONOGAMIA, de Laslo Havas e Louis Pauwels (Artenova, 233 págs., Cr$ 20,00)

A celeuma e a proibição de filmes como *Último Tango em Paris* ou obras literárias como *Eden, Eden, Eden*, de Pierre Guyotat, demonstram que há um nível onde a instituição recua e se traumatiza pelo que é demonstrado; ela tenta amainar o mal oferecendo o que pode: anúncios de propaganda, *night clubs* e *bunnies* do Play Boy. O verdadeiro discurso erótico, entravado por uma sociedade que pensou sempre sob o império da norma ou do desvio, continua ocultado, mas a parte que resulta em dividendos é liberada. Não ameaça a ordem, ao contrário, a fortalece. Unidos pelo estribilho do fim do casamento monogâmico e pelas novas práticas eróticas, Pauwels e Havas se acomodam em descrever a superfície óbvia. Como caipiras que desembarcassem na Dinamarca, a dupla se surpreende admirada com a recente invasão de erotismo, mas não acaba penetrando no fundo das verdadeiras questões, com medo de perder a mala.

A classe média se diverte

Embora considere que o Relatório Kinsey não deva ser um evangelho a se seguir, o de Havas não tem o mesmo efeito dramático que o Relatório Kinsey produziu. A anedota conta que Hemingway, quando soube da percentagem dos homossexuais, jurou quebrar a cara do pobre doutor Kinsey. Com Kinsey, de repente, os Estados Unidos descobriram que a sua libido não funcionava bem. Mas o de Havas tem ambições quase supérfluas: trata de narrar experiências de casais que partiram para o relacionamento sexual em grupo. Acha Havas que nas pesquisas anteriores não era questionado o casal, que parece ser para ele o nódulo de todas as questões. No início começa duvidando do estatuto científico da sexologia. No final da sua exposição acaba utilizando os métodos mais rudimentares da sexologia, classificando os participantes do *group-sex* em *voyeurs*, exibicionistas, mono-exibicionistas, etc.

Unidos pelo estribilho do fim do casamento monogâmico e pelas novas práticas eróticas, Pauwels e Havas se acomodam em descrever o óbvio

A primeira parte do relatório de Havas tem um título quase cândido: *O Inferno do Lar*. Como todos podem adivinhar, trata-se dos ditos arrufos conjugais, do tédio do casamento monogâmico e da culpabilidade advinda com os adultérios provisórios. A segunda parte é a proposta de solução, na medida em que o adultério se torna socializado como um *kolkoz*. Havas questiona esta solução porque, em certos casos, serve para destruir o casal tanto como o tradicional adultério das "cinco às sete", como chamam os franceses.

Falta de pesquisa

O trabalho de Havas nos dá a impressão da falta da presença física de uma pesquisa. Os melhores dados são dos "companheiros de viagem", ou seja, os autores que Havas utiliza, como Vance Packard, Desmond Morris ou Margaret Mead. Algumas informações mais específicas provêm de revistas e jornais do tipo *Village Voice*, *Playmen*, *Week and Sex* (dinamarquesa) que mantêm em suas páginas anúncios do tipo "casal procura casal".

O que Havas não analisa é a passagem da orgia para um nível de massa. Antigamente acontecia nos casarões dos ricos ou, adocicadas, nos filmes épicos hollywoodianos. Agora é a classe média mais abastada (segundo os dados de Havas, a maioria dos participantes é de profissionais liberais e representantes de empresa) que resolveu usufruir o milagre da sociedade de consumo, que, além de lhe dar automóveis, pode estender seu prazer por uma região ainda desconhecida.

Um poeta ciumento

Como em toda educação, é necessário superar as deficiências. O personagem de Pauwels é um ciumento empedernido. O *romance* é a descrição quase monótona das tentativas de superação e das quedas constantes no inferno do ciúme. Embora talvez se trate de mera coincidência, Pauwels e seu personagem têm muita coisa em comum. No prefácio do *Despertar dos Mágicos*, Pauwels conta o que foi sua juventude: a II Guerra, as leituras esotéricas de Gurjdieff, os primeiros poemas que escreveu. O *herói* da narrativa também sofreu a guerra, leu os mesmos autores, permanece em posição de ioga e, sobretudo, é poeta. A desgraça de sua narrativa é que o ciúme é incurável. Com a prática da "consciência transcendental" e do "relaxamento espiritual" para libertar o ego e tudo.

O que *é* uma pena. Em *O Despertar dos Mágicos*, Pauwels tinha pelo menos uma imaginação solta e um estilo comunicativo, sem ser ingênuo. É provável que o erotismo não seja a sua área. O projeto geral do livro que inclui o pomposo título parece mais dirigido ao consumo fácil do que ao questionamento sério que o tema exigia. Ao falarem, no fundo, da sexualidade, os autores omitem uma questão fundamental do nosso tempo: a circulação do Desejo e sua repressão numa sociedade capitalista. Quando se examinar esta questão com a profundidade que ela merece, talvez o espanto seja o mesmo que o dos operários depois de 1848. Nada a perder, a não ser os grilhões.

Wilson Nunes Coutinho

LIVROS

RECEBA EM CASA OS ÚLTIMOS LANÇAMENTOS

Este é um novo serviço da Editora Inúbia. Enviando pelo Correio o anúncio acompanhado de cheque visado ou vale postal, você recebe, **sem qualquer acréscimo ou despesa**, as últimas novidades editoriais pelo mesmo preço das livrarias.

Por favor mandem-me o(s) livro(s) assinalados no anúncio

Nome: _____

Endereço: _____ ZC _____

Cidade: _____ Estado: _____

☐ cheque visado
☐ vale postal*

no valor de Cr$ _____

* vale postal pode ser adquirido em qualquer agência de Correio. Basta trocar a quantia em dinheiro a ser mandada por um documento para **Editora Inúbia Ltda. Rua Abade Ramos, 78. Jardim Botânico – ZC 20 – Rio de Janeiro – GB**

☐ **ECONOMIA, PAZ E HUMOR**, John Kenneth Galbraith, Artenova, Cr$ 25,00 – 26 ensaios sobre economia, política externa americana e figuras políticas contemporâneas.

☐ **OS ÚLTIMOS DIAS DA MONOGAMIA**, Louis Pauwels e Laslo Havas, Artenova, Cr$ 20,00 – o adultério e a sexualidade coletiva como saídas para o casamento burguês.

☐ **MEIOS ECONÔMICOS E FINS SOCIAIS**, Robert L. Heilbroner, Expressão e Cultura, Cr$ 20,00 – questionamento da economia moderna, cada vez mais apoiada na econometria. O autor propõe uma economia voltada para o homem.

☐ **PSICOLOGIA E EPISTEMOLOGIA**, Jean Piaget, Forense, Cr$ 20,00.

☐ **ECOLOGIA GERAL**, Roger Dajoz, Vozes, Cr$ 40,00.

☐ **O DIREITO DE SER HOMEM**, seleção de textos organizada por Jeanne Hersch, Editora Conquista, Cr$ 50,00 – textos sobre o homem, o poder e seus limites, a liberdade, direitos sociais, servidão e violência, que inspiraram a Declaração dos Direitos do Homem.

☐ **SEMEADURA E COSMO**, Erich von Daniken, Melhoramentos, Cr$ 18,00.

☐ **MEMÓRIAS**, Agripino Grieco, Editora Conquista, volume 1 – Cr$ 25,00 e volume 2 – Cr$ 30,00.

☐ **O DESAFIO DO FUTURO**, Dennis Gabor, Expressão e Cultura, Cr$ 20,00 – as invenções científicas e tecnológicas e as inovações econômicas, sociais e políticas dos próximos 50 anos.

☐ **ASPECTOS NEGATIVOS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA**, Samuel de Paula, Brasiliense, Cr$ 12,00.

☐ **O MITO DA LIBERDADE**, B.F.Skinner, Edições Bloch, Cr$ 17,00.

☐ **O HOMEM E A EVOLUÇÃO**, John Lewis, Paz e Terra, Cr$ 18,00.

☐ **O MILAGRE BRASILEIRO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS**, Paul Israel Singer, Cadernos Cebrap, Cr$ 10,00.

☐ **CAMUS, VIDA E OBRA**, Vicente Barreto, José Álvaro Editora, Cr$ 14,00.

☐ **O JOGADOR**, Dostoievski, Edições Bloch, Cr$ 16,00.

☐ **A GRANDE VIAGEM**, Jorge Semprun, Edições Bloch, Cr$ 20,00.

☐ **O AFOGADO**, Abel Silva, José Álvaro Editora, Cr$ 15,00.

☐ **O CODIGO DOS SONHOS**, Charles Maillant, Civilização Brasileira, Cr$ 30,00 – confronto das imagens oníricas com as diferentes interpretações sugeridas pela tradição, o folclore, as teorias psicanalíticas clássicas, modernas e as decorrentes da medicina.

☐ **OS GRAUS DA LOUCURA**, Léon Michaux, Civilização Brasileira, Cr$ 25,00.

☐ **HITLER ANTES DE HITLER**, Jacques Brosse, Artenova, Cr$ 20,00.

☐ **O ESTRUTURALISMO E A MISÉRIA DA RAZÃO**, Carlos Nelson Coutinho, Paz e Terra, Cr$ 20,00 – crítica ao estruturalismo e às concepções de Lévi-Strauss, Michel Foucault, Roland Barthes e Althusser.

☐ **DEMÔNIOS DA LOUCURA**, Aldous Huxley, Companhia Editora Americana, Cr$ 28,00.

☐ **OS DIREITOS DO SEXO E DO MATRIMÔNIO**, vários autores, Vozes, Cr$ 25,00 – mudança dos conceitos de sexo e matrimônio no catolicismo, superando o amor-procriação.

☐ **DIAS DE CLICHY**, Henry Miller, Companhia Editora Americana, Cr$ 15,00.

☐ **A IGREJA E O ABORTO**, Vozes, Cr$ 4,00 – coletânea organizada pela CNBB de declarações das conferências episcopais de diversos países sobre o aborto.

Sacco (Ricardo Cucciola) e Vanzetti (Gian-Maria Volontè)

Um melodrama de tribunal

Sacco e Vanzetti: os males do "didatismo". Por Sergio Augusto

O caso Sacco-Vanzetti, formalmente encerrado a 23 de agosto de 1927, numa cadeira elétrica da penitenciária de Charlestown (Massachusetts), provocou distúrbios, ameaças de vingança, atentados, greves e a ira dos poetas, dentro e fora dos EUA. John dos Passos escreveu, apaixonadamente, sobre o assunto em sua trilogia USA. Maxwell Anderson dedicou-lhe uma peça, *Gods of Lighting*, favorável aos dois condenados e abusivamente apologética, depois lapidada e romantizada sob o título de *Winterset*. James Thurber e Elliott Nugent inseriram trechos de um discurso de Vanzetti a respeito da liberdade em *The Male Animal*.

Os americanos tiveram 50 anos para filmar o caso mas, inexplicavelmente, preferiram realizar três versões do Caso Dreyfus. Em 1927, logo após a execução de Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti, a Sovkino, o Instituto Nacional de Cinema dos soviéticos, ordenou que se iniciasse o roteiro de um filme biográfico sobre os dois mártires de todas as esquerdas. Não deu em nada. Há 13 anos, quatro rolos de documentários de época, dados por perdidos, foram recuperados em Rockport e doados à Universidade Brandeis por Tom O'Connor, Donald G. Lothrop e Francis Russell (*). Giuliano Montaldo parece que examinou esses documentários antes de preparar a sua versão cinematográfica do calvário dos dois imigrantes italianos acusados de haverem assassinado dois pagadores da fábrica de calçados Slater & Morril, por volta das 15h30m do dia 15 de abril de 1920, em South Braintree, a 20km de Boston.

A derrota do *kaiser* e o armistício não trouxeram a paz esperada: 1919 foi um ano de altas incríveis no custo de vida e greves em todos os setores-chaves da economia (aço, têxtil, docas, companhia telefônica, polícia) e da vida artística (atores, bilheteiros) do país. Ironicamente, nesta mesma temporada surgiram a Legião Americana e o Partido Comunista americano. Os partidos, as agremiações e as minorias étnicas se reuniam e traçavam planos de ação – alguns, por sinal, quase nada ofensivos à estrutura do sistema capitalista – mas, para as autoridades, todos não passavam de perigosos inimigos da democracia intoxicados do "credo vermelho". Há uma cena, imediatamente posterior ao prólogo, em *Sacco e Vanzetti*, que mostra um senador republicano exibindo suas paranóias xenófobas e seu pânico diante do "perigo vermelho" (o czar, como se sabe, caíra do trono dois anos antes).

Em junho de 1919, Luigi Galleani, o principal líder anarquista dos EUA, foi deportado para a Itália. Deixou muitos discípulos, entre os quais o gráfico Andrea Salsedo, que editou sua quase-autobiografia, *Cronaca Sovversiva*, e suicidou-se depois de preso por subversão, atirando-se do 14.º andar do Departamento de Justiça de Manhattan (imagem diversas vezes citada no filme como se ela estivesse, resnaisianamente, martelando a cabeça de Vanzetti). Os "órfãos" mais radicais de Galliani protestaram a seu modo e o procurador-geral Palmer, convicto de que os imigrantes conspiravam para derrubar o governo por meio de uma revolta pelas armas, nomeou William J. Flynn diretor do FBI e ordenou-lhe uma "caça aos vermelhos no país inteiro". Um poderoso exército de policiais, investigadores, agentes secretos e detetives mais ou menos particulares invadiu os QGs dos partidos considerados "suspeitos" (todos menos o Democrata e o Republicano), arrombando cofres e com total indiferença às formalidades legais e às garantias de habeas-corpus, prendendo mais de seis mil "prováveis subversivos" e milhares de estrangeiros – *pogrom* sem paralelos na história dos EUA. Em Boston, berço da aristocracia branca anglo-saxônica, os *raids* do procurador – general Palmer atingiram níveis incomparáveis de arbitrariedade e violência. É a partir de um deles – ocorrido pouco antes da prisão, comparativamente calma, de Sacco e Vanzetti – que Giuliano Montaldo começa a contar a sua versão do processo, com o falso ar de documentarista deformado pelas paixões do sectarismo. *Sacco e Vanzetti* não é como prometeu o cineasta, um filme didático sobre um caso complicado e sim uma defesa simplista e parcialíssima de dois anarquistas.

Montaldo parte da certeza de que, além de inocentes, Sacco e Vanzetti foram vítimas de um sistema diabólico disposto a apelar, se necessário, à corrupção de seus mais altos valores (no caso, a Justiça) para punir os seus inimigos. Um argumento de *partisan* (o que diminui bastante o interesse e o valor de sua obra) e insustentável quando se sabe que a inocência dos dois jamais foi provada de forma irrefutável. Com a palavra, Francis Russell: "Quando comecei a escrever este livro, estava certo de que Sacco e Vanzetti eram inocentes. À medida que meu trabalho se desenvolvia, só comecei a indagar se eles não seriam apesar de tudo culpados quando soube do que Moore (o advogado de defesa) disse a Upton Sinclair. Que o próprio Moore tivesse chegado a duvidar de suas convicções tão radicais era um fato que me levava pelo menos a reexaminar as minhas". (. . .) De acordo com Eugene Lyons, Moore dedicou um tempo enorme à investigação de um grupo de criminosos que ele fora levado a crer que mantinha ligações com o crime de South Braintree. "Mas quando ele se aproximou do fim da trilha, escreveu Lyons, os membros anarquistas e italianos do Comitê de Defesa chamaram-no e mandaram-no parar. Não quiseram justificar esta ordem, mas o que se deduziu foi que tinham razões para temer esta linha de investigações". Russel acredita na inocência de Vanzetti com a mesma ênfase com que defende a – segundo consta – evidente culpabilidade de Sacco. Os sucessivos exames das balas do Colt 32 de Sacco, dizem os entendidos, são irrefutáveis.

Entre as "certezas" de Montaldo está o crime de Braintree: ele o reconstitui com o requinte de uma testemunha ocular, ao passo que coloca fora de foco a visão do mesmo crime oferecida pelas personagens identificadas como as verdadeiras testemunhas oculares. A honestidade exigia do diretor, no mínimo, uma posição pirandelliana. Com uma retórica semelhante à dos suspenses-políticos de Costa-Gravas – o gênero na moda e que não passa de um subproduto de velhos policiais de Hollywood, liberalóides ou não – *Sacco e Vanzetti* é tão comprometido com a verdade histórica, ou com os autos do processo, quanto as biografias romanceadas de heróis da pátria. As aparências não enganam: as cenas "fingindo documentário" do começo e do fim não chegam para fazer o espectador mais atento se esquecer de que o resto foi rodado a cores exatamente por razões de *glamour*. E descamba-se para o mais deslavado melodrama de tribunal, em que tudo é permitido, desde excessos de "coincidências" (a cena em que as petições rolam da mesa do governador Fuller e este sai para receber Charles Lindberg, o herói da direita, é, na melhor das hipóteses, falsa e risível) ao maniqueísmo gagá: quem está do lado dos réus é bom; quem está contra é desumano ou desonesto ou imbecil. O mundo não é tão simples assim, nem mesmo no arremedo de III Reich que começou a tomar forma na América da Lei Seca.

No afã de dourar a pílula para o lado de seus mártires, Montaldo chega ao cúmulo de apresentar o advogado Fred Moore como um homem desleixado (ele vai ao tribunal de sandálias; isto, claro, o torna simpático), quando se sabe que ele era um *dandy*, talvez mais refinado no vestir do que o resto da corte. Ainda sobre Moore: nada é dito de concreto sobre as razões (excesso de gastos, a criação de um comitê paralelo de coleta de fundos) que o levaram a afastar-se do caso e ser substituído por Thompson. Outras omissões notáveis do "didático" Montaldo: Ricardo Orciani, que foi preso junto com Sacco e Vanzetti, mas arranjou um álibi perfeito, e o corpo fora que os católicos tiraram na hora de testemunhar em favor de, ao menos, Vanzetti, um materialista (anátema pra ele!). Do ponto de vista digestivo, o filme se salva; e, evidentemente, nas costas dos atores. Ricardo Cucciola está excelente, embora Sacco tenha sido menos débil no original e Volontè tem o ar de quem realmente devorou Gorki, Merlino, Reclus, Marx, Leon de Labriola e Malatesta.

(*) Russel é o autor de A Tragédia de Sacco e Vanzetti (Tragedy in Dedham, *1962), editado pela Civilização Brasileira em 1966.*

O ídolo caído (por dois meses)

Flávio Cavalcanti e o caso que o tirou fora de série

Quase tudo pode ser dito contra o animador de televisão Flávio Cavalcanti, menos que ele é incompetente em seus esforços para agradar o público. Uma prova disso ocorreu nos estúdios da TV Rádio Nacional de Brasília onde, na semana passada, os ministros Alfredo Buzaid e Hygino Corsetti assistiram ao vídeo-tape de seu último programa antes de punir o apresentador com 60 dias de suspensão.

O quadro que despertou a ira das autoridades, de muitos jornais e da Confederação das Famílias Cristãs – o caso de operário impotente e epiléptico que emprestou sua mulher ao amigo – provocou segundo *O Estado de S. Paulo* largos sorrisos dos dois ministros exatamente como aconteceu, dias antes, com quase 30 milhões de espectadores. Mas isso e o prestígio que sempre teve – seu nome estava sendo indicado para a direção do Projeto Minerva e, no ano passsado, o próprio ministro Corsetti convidou-o a inaugurar o sistema DDD de Manaus – não foram suficientes para evitar a punição. Como um velho equilibrista já acostumado a escorregar do fio que separa o proibido do permitido, Flávio, desta vez, caiu fora das redes.

A proteção da família

O santo predileto de Flávio Cavalcanti, segundo ele próprio, é São Brás, protetor da laringe. Talvez tenha sido este santo que fez com que Flávio fosse suspenso. A fim de dar descanso à laringe cujos mínimos movimentos são seguidos atentamente por mais de 30 milhões de brasileiros. Mas, segundo a censura, a medida teria visado proteger outra coisa, a "família brasileira".

A entidade "família brasileira" teria sido posta em perigo pela apresentação de um homem que havia emprestado a mulher – ou melhor, legítima esposa – a um amigo. A proibição não fundamentou seu ato, no sentido de que não explicou de que maneira a divulgação do ato de um cidadão nada típico – muito pobre, em tratamento mental – ameaça a "família" citada. O observador é livre, portanto, de fazer suas hipóteses.

Façamos a nossa. Quem é a "família brasileira"? Não certamente a do emprestador. A menos que admitamos ser a FB uma associação de pessoas paupérrimas e deseducadas. Será talvez a que existe nas classes mais altas? Não cremos cometer nenhuma indiscrição ao afirmar que nessas classes o ato de emprestar a mulher a amigos – geralmente com contraprestação da mesma natureza – não é desconhecido, e talvez seja bastante difundido. A exemplo do que acontece em certos setores da população de outros países, como os Estados Unidos, onde essa prática é conhecida pelo nome de Swapping *e já deu romances e filmes.*

Somos forçados, portanto, a concluir que a "família brasileira" é a de classe média, honesta reserva de todos os valores morais. Sucede que é exatamente nessa classe que se recruta o público de Flávio Cavalcanti. Donde se vê que a proibição não errou o tiro, ao suspender o programa e seu animador – mas não terá talvez atirado em vão? Porque o sucesso de Flávio não é de ontem, e ele sempre apresentou às câmaras pessoas cuja vida e cujos atos não se enquadram exatamente na "honesta normalidade".

Se tirarmos ao Programa Flávio Cavalcanti as aberrações e os monstros – pessoas que fumam pelos ouvidos, que comem várias dúzias de ovos, que dançam de muletas, indivíduos que projetam casar com as próprias filhas, meninas que viram Nossa Senhora – resta um programa de auditório que só difere dos outros pela menor imaginação e maior agressividade. Nesse campo, Chacrinha e seus bacalhaus, ou Silvio Santos com seu sorriso dentifrício o superam facilmente.

Afirmemos claramente a tese: o Programa Flávio Cavalcanti deve seu sucesso exatamente à exibição de desvios, físicos e morais. Logo, a proibição de suas apresentações por 2 meses está tentanto proteger a "família brasileira" de alguma coisa que já está nela, pelo menos subjetivamente. Santo Tomás, insuspeito de corromper qualquer família, brasileira ou não, afirmava que a essência do pecado está no malus mentis gaudium, *na má alegria da mente. A "família brasileira" não fuma pelos ouvidos nem admite que seus membros se casem com as próprias filhas. Mas, pelo visto, gosta de contemplar essas coisas na televisão.*

Seria injusto acusar Flávio Cavalcanti de ter criado essas predileções censuráveis. Como vários outros, ele se limita a explorar – em benefício próprio, da empresa em que trabalha e das mass media *em geral – tendências que já estão lá. A publicar os fantasmas que habitam as honestas mentes dos assalariados, pequenos comerciantes e o resto dos 30 milhões que assistem a seus programas.*

E é nisso, talvez, que está seu crime, do ponto de vista da proibição. Em exibir o que deveria ficar oculto, para que "não contamine pelo exemplo". A frase anterior é a própria justificativa da proibição, em tudo que se refere à moralidade. Como a injúria, a calúnia e de modo geral a divulgação de afirmações inverídicas são delitos punidos pela lei comum, não é necessário medidas especiais para reprimi-los. Resta portanto a essa instituição a tarefa de impedir a divulgação de fatos verídicos, nos cujo conhecimento público pode ser julgado prejudicial.

Tal função corresponde evidentemente a uma certa postura: a de que nem tudo deve ser conhecido por todos, mas certas coisas devem ficar limitadas ao conhecimento e portanto à ação das autoridades. Doutrina que todos os países seguem, no que se refere às informações militares ou outras importantes para a segurança nacional, mas que é altamente contestável no campo da moral. Assim como é perigoso tentar controlar, no indivíduo, a expressão de tendências instintivas. A neurose é o preço desse controle, no caso do indivíduo; na sociedade, o resultado é a tensão, que pode ultrapassar o nível do controlável.

O governo brasileiro fez sua opção. Certamente sente-se capaz de controlar os desvios e as tensões. Não nos parece, porém, que manifeste muita coerência de critérios. Por vezes, pune severamente um Flávio Cavalcanti. Mas deixa generosamente passar a imprensa diária que se alimenta de sangue, da qual o governador deste Estado é um líder. Quem se deleita com os monstros do Programa Flávio Cavalcanti não tem por que sentir-se frustrado com a suspensão do famoso animador: compre na banca da esquina o jornal, e poderá ler sobre estrupros, incestos, canibalismo e até zoofilia.

Deve haver nos critérios da proibição alguma sutiliza que nos escapa. Talvez a moralidade de uma mensagem dependa, não apenas de seu conteúdo, mas também do meio de divulgação empregado. Em livro, revista e jornal, pode-se ser grotesco e pervertido, em cinema e televisão, não. Será o público dos vários media *o critério determinante? Os jornais de escândalo (alguns deles disfarçam-se bem, sem perder sua natureza) atingem uma determinada faixa de população, pelo visto já perdida para a moral. Mas a televisão se dirige à 'família brasileira", que cumpre preservar.*

Um contestador diria que a proibição de notícias é feita por uma instituição de classe, não só nos fins como nos meios. Talvez tenha razão.

Heitor da Luz

O Último Tango em Botafogo

Embora ainda não seja a versão tropical de O Último Tango em Paris, Toda Nudez Será Castigada, aplaudido com entusiasmo em sala cheia no Rio, parece demonstrar que o Brasil tem condições de produzir seus próprios pornofilmes para concorrer com os estrangeiros que a censura proíbe

Desde *Macunaíma* não se via tal coisa: na sala cheia, aplausos entusiásticos para um filme brasileiro. *Toda Nudez Será Castigada* conseguiu aquilo que seu autor, Arnaldo Jabor, ambicionava – "vencer a distância entre o artista e o público" – e esta retumbante aceitação popular vale por si mesma, mas não explica tudo. Afora atrativos naturais (a peça, afinal, é de Nelson Rodrigues), *Nudez* chegou até ser prometida como a versão tropical de *O Último Tango em Paris*. Em sua coluna no *Jornal do Brasil*, Zózimo levou ao extremo esse provinciano processo comparativo: "Além de serem amigos pessoais, Bernardo Bertolucci e Jabor não só se parecem fisicamente como têm 31 anos e carregam quatro anos de psicanálise nas costas (. . .), a problemática existencial de *Nudez* e *Tango* se assemelha (. . .), a música dos dois filmes foi feita por argentinos (tangos de Astor Piazzolla e Gato Barbieri)". Faltou dizer que Jabor, como Bertolucci, só assiste cinema de olhos abertos, prefere dormir em decúbito dorsal e que, nos dois filmes, a fotografia é a cores e os letreiros não apresentam erros de ortografia. Essa técnica de promoção, contudo, foi oportuna. Segundo os jornais, *Nudez* seria uma demonstração contundente de como se pode vencer honestamente a concorrência desleal dos pornofilmes em seu próprio terreno. A pornografia recuperada pelos arcanjos da estética. E eu pergunto: por que o *honestamente?*

Em princípio, todos os cineastas de baixo calão do cinema brasileiro (Victor Di Mello, Jece Valadão *et alia*) são pessoas honestas. Eles fazem o único tipo de espetáculo de que são capazes e oferecem a uma certa (e grande) faixa de público aquilo que ela realmente aprecia: a sordidez abordada com cinismo e humor de beira-de-calçada. Que outra explicação arrumar para os Cr$ 4.221.193,00 arrecadados pela *Viúva Virgem* na última temporada?

Hollywood ou Cinecittà

O *boom* do pornofilme brasileiro não tem nada a ver com a perigosa e galopante tentativa de descaracterização engendrada pelas telenovelas (em *Cavalo de Aço*, um dos personagens usa um chapéu de pele de castor igual ao de David Crockett. A ação se passa no interior do Paraná). O corno, a bicha louca, a adúltera, a viúva virgem e os mansos são peças mais ou menos ilustres do nosso *ethos*. Qualquer crítica que se faça a esses filmes pressupõe uma tomada de posição elitista – eles são vulgares e destituídos de veleidades artísticas – mas é difícil determinar em que pontos eles se distanciam, nas roupas, nos costumes e nas expressões, da cultura brasileira, para copiar, servil e astutamente, modelos das comédias italianas. A "realidade brasileira" das antigas chanchadas, nostalgia à parte, era tão influenciada por Hollywood quanto as de hoje por Cinecittà. De certo modo, só mudou o colonizador.

Para Jabor, realizar um filme comercial se transformou, após o fracasso de *Pindorama*, numa obsessão mais que justificável. Ele reconhece isto, ainda que com outro vocabulário: "Quero fazer filmes onde eu não fique do lado de fora. O artista não tem que olhar as coisas como se vivesse fora do mundo, numa espécie de helicóptero existencial, de onde ele lançaria as suas mensagens para as massas. Quero fazer filmes para ficar dentro da massa, viver dentro do espaço brasileiro e de dentro descobrir este novo país, no qual definitivamente inserido". Na sua desesperada busca ao Santo Graal do popular, Jabor acabou encontrando o teatro populista de Nelson Rodrigues, que considera o maior dramaturgo do Brasil.

Nelson é, de fato, posso maior dramaturgo, ou o foi, durante os últimos 20 anos, e por razões as mais diversas, a principal por ter um ouvido excepcional. De quebra, suas peças, de um passionalismo grosseiro, são o espelho de sua tão conhecida personalidade. Seus textos coloquiais deram uma virada na modesta história do teatro brasileiro, mas como retrato expressivo da sociedade burguesa são tão ricos em observações sutis quanto raquíticos em nuanças psicológicas. A vida como Nelson Rodrigues acha que é, no palco, assemelha-se, no final das contas, a uma história de som e fúria significando nada do ponto de vista sociológico. É um teatro construído à base de paroxismos, de explosões contínuas, de situações excepcionais, uma versão destiladíssima dos melodramas folhetinescos que o casal Dias Gomes-Janete Clair escreve, com 90% de redundância, para a TV Globo.Claro que Nelson ganha, longe, em impacto cênico e nos diálogos, mas em matéria de crítica social à hipocrisia, à desordem, ao desespero e às paranóias da classe média, seu teatro me parece tão limitado quanto os dramas urbanos de Gomes & Clair.

Uma jogada comercial

Se Jabor pegou *Nudez* com intenções socioculturalistas, equivocou-se. Se o fez com o intuito exclusivo de provar ser possível produzir um filme comunicativo, sem vulgaridade, nem apelações e, inclusive, com certo pudor (o máximo de nudez permitida à Darlene Glória é da cintura para cima), merece os aplausos que, semana passada, interromperam uma das sessões das 10. Não há razões para se ter vergonha de uma jogada comercial, limpa, profissional, da mesma forma que não há motivos para se tentar, com tanto atraso, dar ao teatro de Nelson Rodrigues uma transcendência que ele já não tinha durante o seu apogeu. Jabor calçou demais as suas explicações sobre a gênese e o sentido de *Nudez*. Tão intensamente quanto se preocupou em enfeitar seu filme com filigranas de sofisticação, com "cenas artísticas" como a entrada de Geni na casa de Herculano (os móveis cobertos por lençóis brancos, ao fundo uma fuga de Piazzolla).

Um erro fatal

Nudez não tem um momento ridículo. Isto é um defeito, na medida em que prova que Jabor levou a paródia de Nelson a sério. Ao levá-la a sério e, sobretudo, ao tentar amarrar seus fragmentos explosivos, o cineasta incorreu num erro fatal. Num espetáculo onde as ações são tratadas com seriedade e submetidas a uma estrutura narrativa (e dramática) convencional, é de supor que sejam fartas as informações sobre os personagens e visíveis as suas transformações em cena. Em bom dramaturguês: evolução psicológica. No filme exteriormente arrumado de Jabor, faz falta saber de onde vem o dinheiro de Herculano, qual a sua ocupação e outros porquês desprezados por Nelson Rodrigues simplesmente porque seu teatro tem a dimensão perfeita de uma sintética ópera bufa sobre taras e expressões da classe média carioca. É por isso que *Nudez* me deu a impressão de um *trailer* de outro filme maior e mais radical. Mas, pelo apresentado nem este poderia ser o nosso *Último Tango em Botafogo*. *(S.A.)*

Os presos-cobaias dos EUA

O Senado americano está investigando até que ponto são desumanos e imorais os testes de novos remédios realizados com prisioneiros

Ao anunciar, há 15 dias, que o subcomitê do Senado por ele presidido iria fiscalizar o caráter das experiências científicas feitas com presos norte-americanos, o senador Edward Kennedy colocou a indústria farmacêutica diante de um impasse. Se a investigação concluir, como se prevê, que as pesquisas são desumanas ou imorais e decidir pela sua proibição, os laboratórios serão obrigados a adotar outras formas de teste, algumas caras e difíceis.

Pelas regras da Food and Drug Administration (organismo que controla a fabricação e venda de remédios e alimentos nos EUA), qualquer novo remédio deve ser testado em seres humanos antes de ser lançado no mercado norte-americano. Diante da impossibilidade de continuar realizando seus testes nos prisioneiros, a indústria terá que escolher entre organizar grupos de voluntários pagos ou realizar todos os trabalhos de testes em países subdesenvolvidos onde algumas experiências anteriores já demonstraram o pequeno rigor dos governos diante de pesquisas como essas.

A simples divulgação das denúncias que levaram Kennedy a fiscalizar as experiências e os resultados da investigação poderá eliminar a primeira hipótese. É pouco provável que se encontrem voluntários norte-americanos em número suficiente para atender às normas do FDA em relação a novos remédios. Até agora, os testes eram feitos em 40 penitenciárias dos EUA, algumas das quais com acentuada notoriedade como Sing-Sing, Attica e Atlanta. De acordo com as declarações da escritora Jessica Mitford, que alertou o subcomitê do Senado para o caso, os criminosos são escolhidos pela própria Food and Drug Administration e estão sendo pagos para se submeterem a uma grande quantidade de drogas e pesquisas que nem sempre alcançam bons resultados.

Os médicos e pesquisadores envolvidos nos testes contrariam as informações da escritora afirmando que são pouco frequentes as consequências sérias. "Os prisioneiros são um excelente material de trabalho e muito mais baratos que chipanzés" – disse um médico a Simon Winchester, correspondente em Washington do jornal inglês *The Guardian*. Mas os presos têm opiniões diferentes. Na penitenciária de Vacaville, na Califórnia, um criminologista recolheu longos depoimentos a respeito. Um dos prisioneiros disse: "Eu resolvi aceitar a oferta de 30 dólares mensais para tomar a droga (o Dimethyl Sulphoxide, ainda em experiências) porque estava sem nenhum dinheiro na prisão. Conheço uns caras que estavam nessa e suas queimaduras ficaram com um aspecto tão terrível que eles foram obrigados a cair fora por uns tempos". Outro prisioneiro reclamou do pagamento: "As experiências com o ácido (o Dimethyl Sulphoxide) foram mais bem pagas que essa história da peste – um teste de variados tipos de vacina contra a peste bubônica – mas mesmo assim havia reações. Aposto que é porque eles pagavam tão bem".

Voluntários compulsórios

Outra pesquisa, na penitenciária estadual de Iowa, consistia em eliminar a vitamina C da ração de alguns prisioneiros até que se pudesse notar o início do escorbuto. Os homens eram alimentados através de tubos, ligados diretamente aos seus estômagos, e ficavam recolhidos em quartos frios para se verificar quais os efeitos da perda da vitamina. Em alguns casos, os testes foram prolongados até quatro meses e, ultimamente, há dúvidas sobre qual dos homens irá se recuperar inteiramente dos prolongados efeitos da doença.

Em declarações à revista *Time* da semana passada, Hoyt Cupp, superintendente da Penitenciária Estadual de Oregon, diz que "a pobreza dos prisioneiros, assim como a realidade de seu encarceramento, impede que se faça uma escolha realmente livre quando são solicitados a participar dos programas de testes de drogas medicinais". Esse foi um dos motivos que levaram Cupp a suspender as experiências no presídio. Lá se pesquisava a reação alérgica a determinadas substâncias injetadas sob a pele dos presos. Mas a experiência mais controvertida era a de uma pílula anticoncepcional masculina. Os voluntários recebiam 10 dólares por mês por amostras semanais de esperma e mais 25 dólares por exames periódicos do tecido escrotal.

O caso das penitenciárias, onde os prisioneiros são voluntários pagos, ameaça se tornar um novo escândalo nacional nos EUA. Mas as implicações morais que ele envolve estão longe de provocar a revolta verificada no último verão americano, quando foram denunciadas as experiências do Alabama. Na pequena cidade de Tuskege – convenientemente obscura para afastar jornalistas e curiosos – durante 30 anos, os portadores de sífilis foram impedidos de serem tratados para possibilitar aos cientistas o estudo do desenvolvimento da doença até seu grau máximo. O projeto foi financiado pelo governo norte-americano e os pacientes escolhidos eram, em geral, negros ou brancos pobres. Diante dos inúmeros protestos, o governo decidiu cortar completamente as verbas do projeto. Mas pelo menos num pequeno detalhe foi obrigado a recuar: em fevereiro, os sifilíticos utilizados no experimento solicitaram a criação de uma verba especial para a compra de remédios. O que foi autorizado pelo secretário de Saúde, Educação e Bem-Estar, Gaspar Weinberg.

O senador Edward Kennedy também investigará o caso de Alabama e outros que surgirem enquanto o subcomitê estiver empenhado em avaliar os aspectos morais das experiências dos grandes laboratórios. Entretanto, a competência do subcomitê não alcança a atividade dos laboratórios e suas filiais quando realizadas no exterior. E essa pode ser a melhor saída para a indústria farmacêutica dos EUA cercada, de um lado, pelas regras da Food and Drug Administration e, de outro, pelos rigores do subcomitê presidido pelo senador Kennedy.

Nossas florestas sem defesa

A extinção de dois parques é mais uma ameaça ao rio Doce

O governo tem agido como se estivesse vontade de contrariar todas as sociedades conservacionistas do Brasil. Na semana passada, anunciou a extinção dos parques nacionais de Foz do Iguaçu e do Tumucumaque, ao mesmo tempo que permanecia impassível diante das pressões e apelos dos ecólogos mineiros em defesa de sua última reserva florestal.

As justificativas apresentadas para retirar os dois parques da proteção dos regulamentos de preservação das florestas está baseada em convênios internacionais assinados pelo Brasil. Esses acordos, que têm a finalidade de impedir a construção de obras públicas ou particulares nas áreas consideradas como reservas florestais, dispõem que nenhum parque pode ser atravessado por estradas, redes de transmissão de energia ou oleodutos. Diante da hipótese de desviar o traçado da Perimetral Norte, que cortará em dois o Tumucumaque, na Amazônia, ou ampliar as linhas de transmissão da futura usina de Itaipu para contornar Foz do Iguaçu, o governo preferiu simplesmente extinguir as reservas.

Essa decisão, adotada quando eram maiores as esperanças em evitar a construção da MG-113, que vai cortar o parque do rio Doce, aumentou ainda mais a preocupação das sociedades mineiras de conservação da natureza. Elas temem que os últimos 35 mil hectares de mata virgem existentes em Minas Gerais, cuja parte norte deve dar passagem a uma rodovia de 8,5 quilômetros ligando a sede da empresa Acesita à cidade de Caratinga, tenha o mesmo fim dos outros dois parques.

Theodomiro Braga, correspondente de OPINIÃO em Belo Horizonte, diz que, na semana passada, os conservacionistas mineiros ganharam um inesperado mas importante aliado. Com as máquinas de terraplanagem e os tratores a apenas cinco quilômetros do parque do rio Doce, a região foi atingida por violentas chuvas (10 mortos, mais de dois mil desabrigados e duas pontes destruídas, só em Governador Valadares) que mantiveram os equipamentos a uma prudente distância das matas virgens.

Com as obras paralisadas, o Departamento de Estradas de Rodagem só ordenará a derrubada das primeiras árvores no fim do mês ou em abril. E, nesse período, as sociedades estarão empenhadas em lançar seus últimos apelos contra a construção da rodovia. Um pouco mais esperançosos que um mês atrás mas relativamente decepcionados com as decisões recentes do governo, a Sociedade Ornitológica Mineira e o Centro de Conservação da Natureza pretendem obter outros aliados na área federal e tentar convencer o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – organismo responsável pela política de preservação da natureza selvagem – da necessidade de evitar a construção da rodovia. "Se todas as tentativas fracassarem – diz Mario Viegas, presidente da Sociedade Ornitológica Mineira – entraremos com uma ação judicial contra o Estado".

A extinção dos outros parques talvez possa ajudar os mineiros nessas suas derradeiras manobras antes que se iniciem os primeiros trabalhos de desmatamento. O IBDF, que já se manifestou a favor da construção da estrada, pode voltar atrás diante da possibilidade de extinção de mais um parque, de acordo com o que parece ser a orientação federal. Até agora, a única manifestação do Instituto em defesa do rio Doce foi exigir do DER mineiro a colocação de altas telas de arame ao longo da rodovia para impedir a penetração de caçadores e contrabandistas de peles de animais selvagens e madeira.

Entretanto, esses dispositivos de proteção não conseguiram convencer os conservacionistas, pois o desinteresse das autoridades em preservar o parque indica que a conservação das telas será pelo menos duvidosa. Depois de aberta a estrada, o mínimo que eles esperam é que o rio Doce tenha um destino semelhante ao do Parque da Bocaina, entre Angra dos Reis e Parati. Criado em 1971, possuía 140 mil hectares reduzidos, hoje, a 100 mil. Uma parte foi ocupada pela usina atômica de Itaorna, outra pela estrada Rio-Santos e outra ainda por fazendeiros que conseguiram obter do IBDF uma nova delimitação da área, deixando suas propriedades fora da reserva.

Mequinho: um torneio antes de Fischer

Leonard Barden

Brasília vai ser a sede de um dos interzonais que selecionarão os desafiantes do campeão

As possibilidades para a próxima etapa do campeonato mundial de xadrez, e as de Henrique Mecking em particular, podem ser avaliadas melhor agora que a Federação Internacional de Xadrez designou os grandes mestres e mestres para os dois interzonais deste ano. Um interzonal será realizado em Leningrado, União Soviética, de 2 a 29 de junho; o outro em Brasília, de 20 de julho a 20 de agosto. Os três primeiros lugares de cada torneio qualificam-se para as eliminatórias de candidatos ao título mundial, juntamente com Boris Spassky, que perdeu o título para Bobby Fischer no ano passado, e Tigran Petrosian, vencido por Fischer na final dos encontros de candidatos de 1971.

De acordo com os regulamentos aprovados pelo congresso de 1972 da Federação Internacional de Xadrez em Skopje, os dois interzonais deveriam ser de força aproximadamente igual, e jogadores de um mesmo país deveriam ser divididos entre os dois torneios tão equitativamente quanto possível. No entanto, é o torneio de Leningrado que contém a maioria dos favoritos para desafiar Fischer em 1975. Nele temos entre os competidores Mikhail Tal, ex-campeão mundial e atualmente em brilhante forma; Anatoly Karpov, de 21 anos de idade, considerado por muitos o herdeiro ao trono de Fischer; Robert Huebner, o jovem alemão que obteve a medalha de ouro na Olimpíada de Skopje; Bent Larsen, da Dinamarca, campeão recordista de torneios; e Victor Kortchnoi, que perdeu apertado para Petrosian em 1971. Estarão também em Leningrado o campeão dos Estados Unidos Robert Byrne, o campeão iugoslavo Svetozar Gligoric, o jovem e promissor tchecoslovaco Jan Smejkal e os experientes grandes mestres Vladimir Tukmakov (União Soviética) e Wolfgang Uhlmann (Alemanha Oriental), todos fortes adversários para os favoritos.

O interzonal de Brasília é também fortíssimo. Pode-se dizer com certeza que será de longe o acontecimento enxadrístico mais importante jamais realizado no Brasil. Com a possível exceção do forte torneio internacional de Buenos Aires em 1960, pode-se acrescentar que Brasília será um novo marco enxadrístico no continente sul-americano. O que é certo é que o astro brasileiro, Henrique Mecking, precisará realizar o melhor desempenho de sua carreira para conseguir uma das três cobiçadas vagas de candidatos.

Primeiro, listemos os jogadores: Peter Biyiasas(Canadá), Ewfim Geller(URSS), Florin Gheorghiu(Romênia), Vlastimil Hort(Tchecoslováquia), Werner Hug(Suíça), Boris Ivkov(Iugoslávia), Simon Kagan(Israel), Paul Keres(URSS), Lubomir Ljubojevic(Iugoslávia), Henrique Mecking(Brasil), Oscar Panno(Argentina), Lev Polugaevsky(URSS), Lajos Portisch(Hungria), Samuel Reshevsky(EUA), Vladimir Savon(URSS), Vassily Smyslov(URSS), e Leonid Stein(URSS). Haverá um décimo oitavo nome na lista após uma disputa no fim de abril para decidir o segundo lugar da zona do extremo oriente, entre Fuller(Austrália), Kan(Hong-Kong) e Tan(Cingapura).

A lista inclui nada menos que 13 grandes mestres internacionais, e um décimo quarto com Savon, que é grande mestre soviético, mas ainda não internacional. Geller, Ivkov, Keres, Panno, Portisch, Reshevsky e Smyslov já se qualificaram em interzonais anteriores para os torneios ou eliminatórias de candidatos.

Os favoritos

Quem vencerá? Se eu tivesse de escolher um favorito, seria Lajos Portisch, húngaro sério e dedicado, que os jornalistas do mundo enxadrístico escolheram como o terceiro melhor jogador de 1972, em seguida a Fischer e Spassky. Portisch empatou em primeiro lugar no grande torneio de San Antonio e tem muitos outros sucessos internacionais. Contra ele há o fato de que mais de uma vez tem suado para qualificar-se no interzonal, e em 1970 foi eliminado dentre os candidatos por meio ponto. Entre os outros, os russos Polugaevsky e Stein também já foram vítimas da doença conhecida entre os mestres de xadrez pelo nome de "tremedeira do interzonal".

Assim, talvez sejam os relativamente maduros Keres, Geller e Smyslov que se sairão melhor dentre os russos. Geller é um verdadeiro especialista em interzonais, tendo-se qualificado como candidato em seis ocasiões das sete ocorridas desde 1952. Em 1971 perdeu feio para Kortchnoi no desafio das quartas de final entre os candidatos, e muitos peritos disseram que, com 46 anos de idade, ele tinha desperdiçado sua última oportunidade. Mas agora Geller tem 48 anos e no momento em que escrevo ele está liderando um forte torneio entre grandes mestres em Budapeste, numa clara intenção de ser candidato.

Keres e Smyslov, bem como o americano Reshevsky, participaram do primeiro torneio para o campeonato mundial após a guerra, em 1948. Agora os dois russos são cinquentões, ao passo que Reshevsky tem mais de 60 anos: poderão manter o vigor ao longo de um torneio tão extenuante como será Brasília?

Vários outros grandes mestres competirão. Ljubojevic, um rapaz moreno de 21 anos, tornou-se herói para seus compatriotas com sua bela colocação no campeonato mundial por equipes de Skopje, e Gheorghiu, Hort e Panno combinam talento com experiência. Provavelmente apenas Biyiasas, Hug, Kagan e o jogador do extremo orjente possam ser descartados como possíveis competidores pelos três primeiros lugares.

E onde fica Mecking? Quando o brasileiro competiu no interzonal pela primeira vez em 1967, aos 15 anos de idade, causou funda impressão com seu estilo calmo e confiante e suas vitórias contra os russos Kortchnoi e Gipslis. Em 1970, em Palma, Mecking competiu durante muitas rodadas por um lugar entre os candidatos, mas perdeu as possibilidades perto do final ao perder para Larsen e Fischer em rodadas sucessivas. Desde então, ele tornou-se um grande mestre e declarou mais de uma vez sua confiança de ganhar o campeonato mundial para o Brasil.

O melhor desempenho

O problema de Mecking em Brasília não será um adversário em particular, mas antes o elevado nível global dos participantes, com raras partidas fáceis. Nestas condições, com uma luta provavelmente acirrada no final pelas três vagas de candidatos, os fatores psicológicos de confiança e força de vontade desempenham um papel crucial. Mecking terá sua oportunidade, porque o entusiasmo e o encorajamento do público brasileiro de xadrez o apoiarão e estimularão. Mas este será o torneio mais difícil que o *Pelé do xadrez* terá enfrentado até agora; difícil não apenas pela forte competição mas também porque seus amigos e admiradores desejarão ver o melhor desempenho da vida de Mecking.

Problema N.° 19

As brancas jogam; será que podem fazer 1 DxP? A posição é da partida dr. Tartakower v. *sir* George Thomas, Nottingham, 1936, comentada por Alekhine no livro do torneio.

O problema não é difícil; mas o interessante é que tanto os dois ilustres jogadores como o comentarista campeão mundial analisaram incorretamente as possibilidades.

Solução do N.° 18:

1 B5B+ ganha. Se 1 ... R1D 2 T4D+ R2R 3 T4R+ R1D 4 B7D (mas não 4 TxP? P8R=D 5 TxD empate por falta de lances legais para as negras) P8R=D (se 4 ... RxB 5 TxP ganha) 5 B5C e mate com 6 T8R.

Se 1 ... R3D 2 T4D+ R4R 3 T4R+ ganha.

1 B6B+? fracassa : 1 ... R3D 2 T4D+ R4R 3 T4R+ R3D 4 TxP P8R=D 5 TxD empate por falta de lances legais.

OPINIÃO DOS LEITORES

Críticas à crítica do preconceito judaico

Em quase todos os números de OPINIÃO publicados após o artigo de Aguinaldo Silva *Os Amantes de Canoas* tenho lido cartas de leitores que foram espicaçados por aquele artigo. Eu também fui, mas não pretendo tecer comentários a respeito (a despeito de ter notado significativa diferença entre o repórter policial Aguinaldo Silva, que redigiu aquele artigo com visível sensacionalismo, e o crítico literário Aguinaldo Silva, que mostrou uma louvável perspicácia histórica nos comentários ao livro *Hitler Antes de Hitler*, qualidade que está ausente em *Os Amantes de Canoas*).

O que mais me chamou a atenção foi a carta explosiva de Deborah Kleinstein, em OPINIÃO n.° 18, revoltada contra alguns aspectos do que ela entende por comportamento judaico, o que é infelizmente compartilhado por muitas pessoas esclarecidas e talvez mal-informadas. O artigo e as cartas que a ele se seguiram mostram uma tendência de extrapolar traços característicos de um indivíduo, para extrair conclusões sobre um grupo do qual ele faça parte. Essa tendência é a raiz do preconceito, independentemente de o grupo ser a etnia judaica, os negros, os muçulmanos, os comunistas, ou seja lá o que for que faça com que se conceitue um grupo social. Particularmente na carta a que me referi existe um nítido preconceito, que não pode ser negado de forma tão simplista como fez a missivista, ao afirmar "tenho ascendência judaica". O sentimento de culpa torna perfeitamente concebível o preconceito contra um grupo, por parte de um seu membro (Kurt Lewin, um dos pioneiros da Psicologia Social, focaliza muito bem este tema em um pequeno ensaio – *O Ódio a Si Mesmo entre os Judeus*, que faz parte do livro *Problemas e Dinâmica de Grupo* da Editora Cultrix).

Os judeus têm muito em comum com outros povos que passaram e passam por trajetórias comparavelmente trágicas na História Universal: os armênios, os negros, os vietnamitas e inúmeros outros, entre os quais figura indubitavelmente o sacrificado povo palestino. O que distinguiu os judeus de seus companheiros históricos foi a insistência com que, desde a dispersão promovida pelos romanos, eles têm sido ciclicamente aceitos e rejeitados. Não vejo nenhuma determinação metafísica nessa constatação; não acredito num destino judaico, numa missão judaica, ou em outra coisa qualquer que nos torne o "povo eleito". Apenas procuro encontrar na causalidade histórica as raízes de um comportamento extremamente neurótico por parte de um número considerável de nós, judeus. (...)

Os ciclos de aceitação-rejeição a que me referi se repetiram um sem-número de vezes nos últimos 18 séculos, gerando de fato a crença numa essência judaica, ou seja, a de um povo sofredor e, o que é bastante interessante, a crença na melhor qualidade da gente do povo judeu, por ter conseguido enfrentar todos os dissabores por que passou, e ter sobrevivido até hoje. Sobreviveu sim, mas ao custo de uma neurose coletiva que ainda persistirá por algum tempo. O judeu se sente inseguro em qualquer sociedade, por mais hospitaleira e simpática que lhe seja. Ele se sente neuroticamente acuado, e se defronta permanentemente com o dilema isolacionismo-assimilação (é essa insegurança a responsável pela agressividade dos judeus nos campos econômicos, sociais, intelectuais, etc., provocando a conquista de postos elevados nos quais eles se sintam menos vulneráveis). (...)

Mas o judeu tem que se desculpar por ser judeu, tem que mostrar que é bom e até melhor, e vive citando nomes de judeus que se destacaram por seus atos dignificantes. Como bom judeu que sou, também me permito dar vazão a meu sentimento de culpa, citando o ex-ministro da Fazenda Horácio Lafer, o saudoso indigenista Noel Nutels, e assim por diante. Para que se desculpar?

Agora, vamos às denúncias de Deborah Kleinstein. A sua carta leva a crer que você é uma vítima da repressão da sociedade judaica. Os fatos que você relata são verdadeiros, porém na sua revolta contundente você se esqueceu de situar a si e ao seu grupo num contexto histórico, e isso fez com que o que foi dito não passe de meias-verdades, uma vez que pode levar o leitor desinformado a ter uma concepção deturpada da problemática judaica. O que é pior, porém, é a generalização de comportamentos idiotas e irracionais (embora explicáveis) a todos os que se intitulam judeus. Você ignora que internamente e nas fronteiras das coletividades judaicas se desenvolvem correntes de opinião e de ação nas mais variadas gradações de progressismo e de reacionarismo, e que os temas por você abordados têm sido objetos de controvérsias que acabarão por gerar dialeticamente novas concepções e, esperamos, levarão à normalização da condição judaica. A intelectualidade entre os judeus não está indiferente às crises existenciais e de identidade que herdamos de nossos antepassados. O que chocou, a mim e a muitos outros brasileiros judeus, foi o conteúdo destrutivo de suas palavras, se resignando em pichar em vez de criticar.

(...) Fazemos parte da sociedade brasileira, e não somos intocáveis; queremos nos comunicar, assim como recebemos e nos imbuímos das diversas culturas que formam esse cadinho que é o Brasil. A única forma de nos integrarmos numa sociedade é mediante o reconhecimento, a aceitação e a compreensão, de que todos necessitamos. A fuga e o autodesprezo, como os de Deborah, levam o indivíduo à rejeição, pois a única forma de ser aceito como homem é pela coragem em afirmar o que se é. Deborah, se te proíbem de se realizar afetivamente namorando com um "gói", saia de casa, xingue, brigue, mas não lance a culpa sobre os judeus. A responsabilidade de não conseguir se afirmar repousa totalmente em seus próprios ombros.

Sérgio Storch
São Paulo, SP

Pequena Pedra

Em carta publicada no OPINIÃO n.° 18 a leitora Deborah Kleinstein (Debora Pedra Pequena) demonstrou total desconhecimento dos mecanismos sociais que provocaram a tragédia dos Amantes de Canoas. Em primeiro lugar, com sua flagrante ignorância confundiu os conceitos de judeu e sionista, imitando frases típicas da máquina publicitária TASS, bastante utilizada na década de 60. Há judeus sionistas e judeus anti-sionistas e sionistas não judeus e "? " (caso da leitora). Todos evidentemente de nacionalidade brasileira. Por outro lado a leitora falando em "extraordinária alienação para com os problemas da terra onde nasceram" insulta a memória de Noel Nutels, notável indigenista e médico de renome internacional, judeu, que durante 40 anos militou nos serviços médicos oficiais, não revelando neste longo tempo qualquer conflito entre a condição de judeu e sua nacionalidade brasileira. O próprio acusado, conforme teor da carta, é oficial superior de nossas Forças Armadas, revelando como muitas outras total integração na vida brasileira. (...)

Deborah, possivelmente instalada no Castelinho ou em Ipanema, gozando as delícias proporcionadas pela grande metrópole, não pode saber o que judeus, não judeus, sionistas ou não, fazem pela Integração Nacional, e pelo bem-estar da humanidade em geral.

Estude muito mais, Deborah, com afinco e sobretudo os grandes problemas brasileiros.

Jacob de Holanda Netto
(brasileiro de 400 anos e judeu)
Rio de Janeiro, GB

Quem é mais sujo

O Crime de Canoas, Racismo Provoca Duas Mortes, ou como queiram intitulá-lo, foi por nós bastante comentado aqui no sul, mas mesmo assim não me imaginaria, há algumas semanas, escrevendo sobre o assunto a uma seção de leitores de um periódico.

Acontece que a paciência de qualquer um chega ao fim e o estopim foi ter lido hoje a carta escrita por Deborah Kleinstein. (...)

Parece-me, minha cara Deborah, que precisamos definir o que é preconceito, pois se tachaste de racismo um caso particular que precisa uma análise de toda uma situação familiar, e não comentários "chutados" como os que li e ouvi até agora, digo-te que racismo é exatamente o contrário: é tachar todo um grupo de forma preconceituosa baseando-se em experiências individuais, mesmo sendo elas verdadeiras ou simples acusações de "crime ritual" (causa de tantos *pogroms* na Rússia Czarista), "alta traição" (Alfred Dreyfus) e tantas outras em todos estes séculos de História.

Não pensa que estou querendo sair do assunto porque também senti que o médico se mancou, porém não dou tanta importância ao fato *e* como ao *porquê*, isso sim, de ... vantado tanta polêmica num mundo onde existe tanta violência. Certamente por ter sido cometido por um *patrício* e nós, judeus, com receio da "opinião pública", temos, instintivamente, que pular na frente da maioria nos criticando para que (...) e nos sintamos perfeitamente integrados.

Não quero, em hipótese nenhuma, tomar uma atitude passiva frente a qualquer tipo de segregação. Sou, creio que como tu, contra toda discriminação, mas se a gente fica nessa de um chamar ao outro de racista ou fazendo concurso para ver quem é mais sujo, se aqueles que matam desportistas ou aqueles que derrubam um avião comercial, a coisa vai mal. Críticas destrutivas há de sobra. Se encontraste tua resposta individual, és feliz, não te esquece que o caminho é livre cá prá nós, essa de misturar declarações de políticos com a autodeterminação do povo judeu de ter uma pátria não dá pé, não.

Jorge Ignácio Szewkies
Porto Alegre, RS

1471

O campeão depois do circo

Os nocautes em Oripes Silva, nas exibições do circo da tia Olga, convenceram Eder Jofre a voltar. Por Ricardo Kotscho

Todo dia era aquela mesma rotina. Acordar tarde, comer bem e muito, visitar os amigos, ir a todas as festas que apareciam. Enfim, fazer tudo aquilo que não pôde até os 30 anos, quando perdeu o título de campeão mundial dos galos e abandonou o boxe. Dos seus bons tempos de um dos três maiores ídolos do esporte brasileiro, que apareciam sempre juntos nas capas coloridas das revistas (Pelé e Maria Esther Bueno eram os outros), sobraram, além dos recortes de jornais, cuidadosamente guardados, uma loja de confecções e frases perdidas que ouvia quando andava pela rua: "olha ali, filho, aquele é o Eder". Mas nem na loja ele ia mais para ver como estavam seus negócios. Como um aposentado precoce, Eder Jofre foi-se sentindo cada vez mais inútil.

"Ficar sem fazer nada um ano é bom, mas depois cansa". A tia Olga Zumbano, dona de um circo que tem como principal atração as *marmeladas* de luta livre, ouviu a frase do maior orgulho da dinastia Jofre–Zumbano – que é a própria história do boxe no país – e arriscou o convite sem muita convicção: "por que você não vai com a gente e faz umas lutas de exibição aí por fora"?

Nome ele tinha, vontade mais ainda. O convite foi aceito na hora e nos cartazes colocados em frente ao Circo Zumbano. Além das *marmeladas* havia uma outra atração escrita em letras maiores ainda: HOJE, SENSACIONAL: EDER JOFRE VS. ORIPES DOS SANTOS. O cartaz andou por Porto Velho, Ponta Porã, Macapá, Manaus, Belém, Rio Branco, Fernandópolis, Campo Grande e outras cidades que ele nem lembra mais. Cidades que só o conheciam de filmes no cinema e fotografias no jornal, de repente tinham a oportunidade de ver lutando, ao vivo, o único brasileiro que conquistou um título mundial de boxe até hoje. Mas o público que se empurrava nas arquibancadas para vê-lo ainda mais de perto jamais se contentaria com uma luta–exibição. Mesmo porque não sabia a diferença que existe entre uma simples exibição (como a que Cassius Clay fez no Ibirapuera no ano passado, e foi vaiado) e uma luta de verdade. Na primeira luta–exibição que fez com Oripes (ex-campeão brasileiro dos leves, categoria acima da sua) os gritos de *marmelada* da platéia foram os mesmos que se ouviam durante os espetáculos de luta livre. Pior ainda: "eles gritavam 'Harada, Harada' aquele japonês que me tirou o título de campeão". Entre a amizade por Oripes e seu prestígio arriscado no picadeiro de um longínquo circo, Eder não teve dúvidas: nas exibições seguintes, ele várias vezes mandou Oripes a nocaute, apesar das luvas de 12 onças, que dão menos impacto ao golpe.

Felicidade no circo

Os gritos de "dá-lhe, Eder, mata ele", que sempre o acompanharam, voltaram. Porém, mais que isso, o que o fez novamente feliz nas andanças do circo foi descobrir que ainda estava em boa forma, com muita força nos punhos. Depois de parado tanto tempo, não sentia nenhum cansaço, ao contrário: tinha cada vez mais vontade de lutar, bater, coisa que realmente lhe dá satisfação.

Na última semana, a pouco mais de um mês de uma nova luta por um título mundial de boxe, outra vez procurado por dezenas de jornalistas, fotografado e filmado de todos os ângulos, Eder recordou sua volta ao boxe sem esconder a profunda mágoa que guarda dessa aventura.

"Pode dizer que eu lutei em circo, eu não tenho vergonha disso. Eu fui campeão mundial durante cinco anos e quando quis voltar fui chamado de mercenário, de velho, de acabado, que não podia mais colocar em jogo o nome que havia conquistado. Era só o nome que interessava. Agora, se eu for campeão de novo, sei que todo mundo vai me abraçar e dizer que confiava em mim. Mas, se perder, vai ser aquela história do 'eu não disse que ele estava velho' "?

Sem ninguém lhe perguntar nada, descendo os três lances de escada da academia do seu pai, Kid Jofre, na rua Santa Efigenia (duas salas num prédio antigo, sem elevador, no centro de São Paulo), na segunda-feira, Eder começou a falar o que há muito tempo tinha vontade de dizer. A luta contra José Legra só seria confirmada no dia seguinte, mas sua vontade de disputar o título era tão grande que ele desabafou como se tudo já estivesse certo.

"Viva eu e meu pai"

"Eu nunca vi esse Legra lutar. Nem preciso. Nunca vi luta de adversário meu antes de subir no ringue. Ele deve ter dois olhos, boca, nariz e dois braços. Eu também tenho. Lá em cima, só vamos ser eu e ele. Quem bater mais ganha. E eu vou bater muito. Até ele cair no chão. Não é tanto pelo título, pelo dinheiro que posso ganhar se for campeão. Eu quero ganhar para pegar todos os microfones que quiserem me ouvir e dizer: "*Eu* ganhei. *Eu* sou campeão do mundo. Viva *eu*, viva meu *pai*".

O desabafo começou nas escadas, atravessou a rua, foi para o bar da esquina, onde ele tomou Coca-Cola, e voltou para a rua Santa Efigenia, onde continuou falando, esquecendo a pressa que tinha ao sair da academia. Esqueceu até que está com 37 anos há seis meses sem lutar e nenhuma luta de preparação prevista antes de enfrentar Legra.

O estado de saúde do pai, que esteve internado várias semanas num hospital do INPS e voltou à academia para prepará-lo; a diferença de tratamento que existe entre ele e os jogadores de futebol; o descrédito da imprensa, a que está em cima do muro só esperando o resultado para depois dizer que já era previsto, qualquer que seja – tudo isso faz Eder sair do silêncio que sempre o acompanhou nos tempos em que só ganhava.

"Os jogadores de futebol têm médicos, dietistas, pedicuros, preparadores físicos, psicólogos, os melhores hotéis, a melhor alimentação, tudo pago pela CBD, que recebe ajuda do governo. Só falta mesmo um ginecologista. E eles têm *luvas*, salários e altos prêmios para ganhar o jogo. Se eu ganhar o título, o que vou receber? Para subir no ringue e ganhar, que ajuda recebi? Depois, talvez venham convites para audiências, almoços, o diabo. Mas aí eu não vou querer. Se me convidarem, vou dizer que tenho viagem marcada com a família".

Quando voltou a lutar, há pouco mais de dois anos, os mais amigos diziam que ele o fazia "para salvar o boxe brasileiro"; os outros, que voltou "para ajudar a Bel–Box", empresa de promoções pugilísticas da qual era e é diretor. Até hoje, depois de 12 lutas na categoria dos penas, outro tanto de vitórias, a maioria por nocaute, ele ainda não conseguiu convencê-los de que voltou simplesmente porque não queria mais ficar parado e que os socos dados em Oripes no picadeiro o levaram a essa decisão.

Eder Jofre

Volta ao ringue

Uma nova tentativa de chegar ao título mundial já estava até fora dos seus planos, depois dos problemas que teve que enfrentar fora do ringue após sua volta. Na primeira luta, quebrou a mão e ficou quatro meses parado. Na segunda, voltou a quebrar a mão e ficou mais quatro meses parado. Quando ia voltar, o ginásio do Ibirapuera, de propriedade da prefeitura, não tinha datas vagas (estavam todas ocupadas por festas de fim de ano que as grandes empresas costumam oferecer a seus empregados) e ele ficou mais três meses parado. Fez algumas lutas e depois parou de novo, com a morte de sua mãe. Afinal, surgiu uma oportunidade de lutar pelo título: estava tudo acertado com Antonio Gomes, mas ele perdeu antes de enfrentar Eder. Ao desânimo que se seguiu à oportunidade frustrada, juntou-se a doença de Kid Jofre – além de pai, seu técnico desde o primeiro treino como amador.

Sem nenhuma perspectiva de voltar a lutar, Eder estava no Guarujá, passando o dia todo na praia e tomando cerveja sem nenhum remorso, quando os jornais voltaram a dar uma manchete a que os leitores já se habituaram desde a sua volta ao boxe: EDER VAI LUTAR PELO TÍTULO.

Dessa vez, as letras garrafais, como as do cartaz do circo, diziam a verdade, confirmada. Dois empresários (Marcos Lázaro, que trabalha com cantores e tem como contratados, entre outros, Elis Regina e Roberto Carlos, aliou-se a um ex-*manager* de Eder, Abraham Katznelson) conseguiram convencer José Legra a lutar no Brasil pelo título. Apesar de ser diretor da Bel–Boxe, Eder aceitou a proposta de Marcos Lázaro, já que sua empresa jamais teria condições de pagar a Legra a bolsa que os concorrentes ofereceram – o que, para muitos, foi, no mínimo, uma traição de Eder a seus sócios.

De ídolo a traidor

"Eu nunca fui a nocaute. Ganhei minhas últimas três lutas por nocaute. Só eu sei o que sinto, a força que tenho. Quando o sujeito tem confiança em si e leva a sério o que faz, não deve ligar para o que os outros dizem".

Eder parece satisfeito com o que acabou de dizer, sentado num banco do departamento de halterofilismo do Clube Espéria, ao lado do rio Tietê, em São Paulo, depois do *footing* e da ginástica que faz todas as terças, quintas e sábados (nos outros dias ele treina na academia, menos domingo). O senhor de idade, que o ajudou em alguns exercícios, chega perto meio sem graça – "dando entrevistas outra vez, hein"? ... – talvez um pouco aborrecido com a presença de um estranho. Afinal, durante esse tempo todo, era só ele, sua mulher e Cidinha, a mulher de Eder, que apareciam àquela hora da manhã no clube, para fazer ginástica, além de um ou outro sócio influenciado pelas recentes promoções do "teste de Cooper".

Campeão mundial; ídolo nacional promovido por um esporte de pouco público, que ele acabou promovendo; salvador do boxe brasileiro depois da volta; velho; mercenário; traidor; irresponsável com o próprio nome; milionário; falido; garoto-propaganda do Biotônico Fontoura, da Atlantic, Telefunken, Eron, Willys e, ultimamente, do televisor Colorado RQ – ele já foi e dele já se falou tanta coisa que, hoje, Eder parece vacinado contra tudo.

"Os repórteres costumam me perguntar se na hora em que eu for lutar com o Legra eu estarei pensando no Brasil, no boxe brasileiro, no meu pai, nos meus filhos, no meu nome, no meu futuro. Se lá em cima do ringue eu for pensar em tudo que eles perguntam, o Legra vai é me encher de pancadas, eu vou apanhar pra burro".

Eder sorri como um veterano de guerra, mas ele sabe que a sua está perdida, mesmo se ele ganhar o título. Nas semanas seguintes, o velho Kid certamente terá que cancelar as inscrições na academia, como aconteceu quando Eder ganhou o título dos galos e centenas de jovens queriam ser lutadores de boxe. Passada a euforia, ficarão os mesmos rapazes humildes da outra vez, que desistiram depois de duas ou três derrotas em algum torneio de amadores.

Sem euforia

O próprio Kid talvez não participe da euforia. Técnico do São Paulo Futebol Clube (o clube do governador Laudo Natel, um dos mais ricos do país) há mais de 30 anos, ele ganha 400 cruzeiros por mês, depois do último aumento. E tem que pagar metade do aluguel da academia, que é de 900 cruzeiros. Ou seja: dá até a impressão de que Kid paga 500 cruzeiros por mês para poder ser técnico do São Paulo, clube ao qual deu dezenas de títulos. Se ouvir os conselhos de Eder, Kid largará o clube e seus amadores e ficará apenas com um ou outro profissional dos poucos que restam. "E se você perder"? "Se eu perder, largo o boxe". Aos 37 anos, ele já não faz fé em outro circo da tia Olga.

O incerto retorno de Tostão

É possível que, nos próximos dias, o Vasco da Gama tenha de se conformar em perder um investimento de 4 milhões de cruzeiros. E ao mesmo tempo é possível que a torcida brasileira tenha de se conformar em perder um de seus maiores trunfos para a Copa do Mundo. Estas são expectativas até que surja uma resposta sobre as possibilidades de Tostão voltar ou não a jogar futebol.

O drama de Tostão começou em 24 de setembro de 1969, numa partida entre Cruzeiro e Corintians. Ao disputar uma bola com Ditão, o jogador foi atingido no olho, e logo depois confirmava-se o descolamento da retina e a necessidade de uma cirurgia.

O médico Roberto Abdalla Moura, que operou Tostão em Houston, nos EUA, já naquela época lançava dúvidas sobre o aproveitamento do centro avante por uma equipe de futebol. Dizia-se até que Tostão havia prometido a Abdalla que só jogaria até a Copa do Mundo, em 70. Conquistada a Copa, o jogador continuou sua carreira e até acabou se transferindo para o Vasco, numa transação recorde para o futebol brasileiro. No início deste ano, contudo, ele voltou a ter problemas com o olho e teve que viajar para Houston, onde foi submetido a uma nova intervenção cirúrgica.

Esta operação, realizada também no Hospital Metodista, no último dia 21 de fevereiro, foi para a remoção de um anel de silicone colocado durante a primeira operação para manter a retina em posição correta. Tostão estava recentemente em fase de observação, mas surgiu um foco infeccioso na região da cirurgia, o que tornou bem mais séria sua situação.

Stewart: autoridade ameaçada

A vitória de Jackie Stewart no Grand Prix África do Sul, no último dia 4, será motivos de comentários ainda por algum tempo. Ele apelará contra o juiz que decidiu repreendê-lo oficialmente por ter desrespeitado uma importante regra de segurança. Stewart manteve seu carro na mesma velocidade enquanto os outros participantes da prova diminuíam o ritmo da corrida em atenção às bandeiras que sinalizavam acidente na pista e isso permitiu sua vitória.

O que está em jogo, em toda a discussão, é menos os pontos que o corredor conquistou do que sua autoridade como presidente da Associação dos Pilotos de Grande Prêmio. Na liderança de seus companheiros de corrida ele tem sido um dos mais exigentes defensores da segurança dos autódromos. Se perder o recurso, é possível que aumente o número de seguidores de Jacky Ickx, o piloto belga contrário às atividades de Stewart na Associação.

Ickx alega que o ex-campeão utiliza o cargo para sua promoção pessoal e não para garantir uma efetiva melhoria das condições de segurança das pistas. Mas até agora suas críticas são pouco consideradas devido à inimizade surgida entre os dois pilotos desde a interdição, em 1970, do circuito de Spa–Francorchamps, na Bélgica, promovida por Stewart.

Stewart ficou surpreso ao saber que alguns competidores lançaram um protesto oficial contra sua vitória e pediram sua desclassificação por ter desrespeitado a bandeira amarela usada para indicar o acidente entre Regazzoni e Hailwood envolvendo também a Lotus de David Charlton e a Ferrari de Jacky Ickx. Mas parece bastante improvável que o corredor não tenha visto a colisão de quatro carros, as perigosas peripécias de Hailwood para libertar Regazzoni da BRM em chamas e a atividade das equipes de salvamento. Pelo menos os juízes têm essa opinião e repreenderam severamente o corredor.

148

Nixon & Agnew & Kissinger & ITT & CIA

Hélio Silva: março de 1964, nove anos depois

nº21 cr$ 2,50

26 de março a 2 de abril de 1973

opinião

com a edição semanal brasileira do

Le Monde

1181v

As baianas como "tubos de ensaio"

Laboratórios dos EUA testaram drogas em mulheres da Bahia

Lendo o número 16 deste semanário, deparei-me com uma matéria intitulada *As Três Faces da Pílula*, onde o autor, dentre outras considerações, cita a participação direta da Ford Foundation no esquema, fazendo, inclusive, alusão à apreciável quantia aplicada por esta Fundação no Brasil e, de maneira bastante generosa, na Universidade da Bahia. Pena não ter o autor esmiuçado a fundo o que se passa neste mencionado convênio, que envolve o setor de obstetrícia da Faculdade de Medicina da citada Universidade, onde o *staff* mantém o seu "quartel-general", sediado numa maternidade de nome Climério de Oliveira. Na perspectiva, a cada ano, de um prêmio Nobel, as "pesquisas" continuam e seus pesquisadores estão eufóricos, malgrado a recente desvalorização da moeda americana. Em verdade, este convênio já havia sido, desde muito tempo, denunciado pelos estudantes, quando se descobriu que as "pesquisas" se resumiam, dentre outras coisas, em testes de drogas anticoncepcionais sintetizadas em laboratórios americanos e realizados em mulheres brasileiras. Há, nos Estados Unidos, lei que proíbe a utilização de *anima nobile* nestes tipos de experimentos, o que tem levado estas fundações interessadas a se voltarem para Porto Rico, tristemente célebre "tubo de ensaio" das universidades americanas e para alguns países favoráveis da América Latina. A Universidade da Bahia prontamente aceitou o convênio proposto, pensando, assim, quem sabe, livrar alguns setores desta Escola da estagnação científica — uma constante que vinha-se tornando incômoda — endossando, de imediato, as linhas gerais do trabalho, em troca dos então valorizadíssimos dólares e de uma suposta aparelhagem que, pelo menos, encheriam os vazios dos laboratórios. Utilizou-se, então, uma maternidade deficitária, de poucos leitos, servindo a uma classe economicamente baixa, como conviria ao plano e aí foram montadas as "técnicas" de trabalho. Dentro de poucos meses o meio médico local tinha conhecimento das mais estranhas e pouco éticas experiências — realizadas em nome dos "altos interesses da ciência", evidentemente — onde injeções de cálcio, magnésio e outros metalóides afins eram ministradas em úteros de mulheres em fase de trabalho de parto, interrupções de trabalho de parto, etc. Ao lado da administração de novas drogas anticoncepcionais ainda sem nome comercial e apresentadas sob código de fabricação (laboratórios especializados americanos abarrotam a maternidade) e, nos poucos casos de recusa, uma dose do produto em pó, misturado à farinha da ração diária...e por aí vão as "pesquisas", de vento em popa, sob a proteção da cadeira de obstetrícia desta Universidade que, de tão empolgada pelo assunto, chegou a publicar livro sobre "reprodução humana". Mas o trabalho continua, publicações inéditas no estrangeiro, muitas viagens (um coordenador e responsável pelo "carro chefe" do projeto, de tanto viajar para o estrangeiro já é conhecido como o "*globe trotter* da ciência baiana"...), conferências sobre "explosão demográfica" e planejamento familiar, e até incursões pela movediça seara da economia! Um barato! Ao fim de cada mês, mais satisfeitos ainda ficam os nossos cientistas, com os cheques na mão, infalíveis, sem atraso, havendo também alguns professores universitários que recebem alguma "ajuda de custo", assim como uma "folha interna" ou coisa similar que satifaz a outros tantos sólidos bancos americanos responsabiliza-se pelo dinheiro daqueles que têm mais confiança (nos EUA)... deixando por lá mesmo os honorários em contas seguras, e em dólares.

Mas se nossas universidades, aos poucos e sorrateiramente, vão-se deixando envolver, neste ou naquele setor, pelos interesses de instituições estrangeiras que não necessariamente são os nossos, é um outro problema muito grave e que merece, sem dúvida, um estudo mais cuidadoso e profundo, pois evidentemente é o reflexo do maior ou menor grau de penúria e abandono porque andam estes centros de formação profissional, verdadeiros amontoados de escolas, sem um rumo certo, carentes de uma política educacional, mal-estruturados, confusos, e por isso mesmo presas fáceis nas garras destas instituições internacionais onde uma ciência ou pseudociência encobre, muitas vezes, outros propósitos. Mas, para surpresa geral do povo da província, a Secretária de Saúde Pública do Estado assinou convênio também com a dita maternidade para atendimento — que horror! — das mães baianas. E, para completar, há algum tempo atrás, o Ministério da Saúde contemplou, com razoável quantia, esta mesma maternidade "quartel-general da Ford Foundation no nordeste"!

Realmente, a época é da incoerência, da incerteza, pois até então nada fazia crer no interesse do nosso governo neste tipo de controle de natalidade, realizado à revelia das famílias envolvidas no processo, às escondidas, numa verdadeira "operação-cobaia" sem precedentes, onde as "pesquisas" baseiam-se em métodos tão ortodoxos de infiltração de substâncias estranhas em úteros grávidos ou testes de drogas anticoncepcionais desconhecidos em mulheres brasileiras.

Antonio C. Moura Costa
Salvador, BA

Não confundir pão com manteiga

A atriz Norma Bengell responde a João Bethencourt

Outro dia caiu em minhas mãos um artigo sobre teatro brasileiro escrito pelo senhor João Bethencourt.

Este artigo é distribuído pelo nosso consulado em Paris como porta-voz do que é e do que tem sido o teatro no Brasil.

O senhor *Bitte* não cita vários autores importantes, como também esquece todas as mulheres que contribuíram para o nosso teatro. Conclusão: o senhor *Bitte*, além de ser um medíocre "colaborador" do teatro brasileiro, é "machista".

Neste artigo, ou melhor, panfleto, ele esquece de mencionar Maria Clara Machado, autora emérita e fundadora do Tablado. Leylah Assumpção, que teve sua peça *Fala Baixo Senão Eu Grito* montada inclusive na Bélgica, no ano passado, com grande êxito. Consuelo de Castro, *A Flor da Pele*, e que teve uma de suas peças, *A Prova de Fogo*, interditada ultimamente pela Censura. Isabel Câmara, *As Moças*, autora premiada várias vezes. Todas estas autoras são conhecidas do público, com peças montadas tanto no cinema como no teatro. (...)

O senhor *Bitte* fala de teatro como grande *expert* e assim sendo resolve classificar autores como José Vicente e Antonio Bivar como autores *hippies*. Textos como *Os Convalescentes, O Assalto, A Santidade* (interditada...) e o musical *Hoje É Dia de Rock* são textos *hippies*. *Cordélia Brasil, Longe Daqui Aqui Mesmo, O Cão Siamês* e *A Passagem da Rainha*, idem.

Que classificação é esta? Existe teatro *hippie*? Ou *hippie* é apenas uma palavra usada para consumir, recuperar e destruir um movimento feito pela juventude?

No fundo fiquei contente com que o panfleto do senhor *Bitte* seja incompleto e mal-escrito. Ele não fala, por exemplo, do poeta Ferreira Gular. Ainda bem, porque senão ele iria chamar os textos de Gular de textos *freak*.

Vamos fazer um artigo sobre teatro brasileiro para explicar o que foi e o que será o teatro brasileiro, e expliquemos que no momento estamos em crise.

E para terminar, quero informar ao senhor *Bitte* que o grupo de teatro americano que ele menciona no panfleto como sendo os Butter and Puppet, se chama Bread and Puppet (não confundir *pão* com *manteiga*).

Norma Bengell
Paris, França

"Só o amor constrói" para americano

Enquanto as tribos vão desaparecendo a TV procura índias feministas

Acabei de assistir, pela TV Globo, a esse abominável *Só o Amor Constrói*. Só o amor e o interesse que dedico à causa indígena conseguiram convencer-me a arriscar um voto de confiança no programa, que prometia trazer os irmãos Villas Boas. Mesmo com a ausência de Cláudio Villas Boas, entretanto, o programa, se fosse bem-intencionado, poderia ter tido um mínimo de conteúdo.

Mas não. A entrevistadora, Raja Gabaglia, estava preocupadíssima em saber se as índias batem nos maridos, indignando-se ao ser informada de que elas não são tão feministas como desejaria. Quando se abordavam futilidades, como a eficiência dos Villas Boas quando funcionários da Telefônica ou Standard Oil, as perguntas giravam invariavelmente em torno da curiosidade sobre os costumes indígenas, numa versão televisada da cretinice dos turistas americanos que anualmente vão ao Araguaia e ao Xingu assistir aos estertores agônicos da raça índia.

A única tirada realista, muito camuflada, saiu de Marina, mulher de Orlando, que afirmou não saber se *Vilinha*, filho do casal, poderá ser sertanista quando crescer, pois, até lá, "com a cobertura dessas estradas", talvez os índios já estejam todos "aculturados"... Sobre o que significa essa "aculturação", sobre a verdadeira história das estradas amazônicas.

No fim de contas, a gente fica sem saber se os Villas Boas resolveram entregar os pontos, dedicando-se a falar de flores e a contar casos pitorescos, enquanto aguardam placidamente o Prêmio Nobel da Paz.

Antonio Carlos M. Ferreira
São Paulo, Capital

Muitos necessitados para poucos escolhidos

Aplausos para o PRORURAL que nega aposentadoria a quem merece?

A criação do PRORURAL recebeu os aplausos de todos e os candidatos arenistas faturaram alto nas zonas rurais nas últimas eleições em cima desta aposentadoria.

Até aqui está o que todo mundo sabe, porém o que pouca gente sabe é que a referida aposentadoria está na dependência de uma assinatura do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município em que o trabalhador é residente. Estes presidentes são, em sua quase totalidade, ignorantes e consequentemente pouco hábeis em julgar quais os cidadãos merecedores do benefício. Pressionados por funcionários do FUNRURAL — órgão ao qual está subordinado o PRORURAL — estes presidentes tendem a restringir o benefício ao menor número possível, pois as penalidades por uma assinatura num documento que não o de um agricultor são muitas, inclusive cinco anos de prisão. Portanto não é de admirar que os aposentados sejam tão poucos em meio a tantos necessitados e merecedores.

A ignorância de tais presidentes é tamanha que consideram como comerciante todo aquele que venda na feira semanal da pequena vila o produto de seu trabalho sobre a terra; ou no caso mais extremado em que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capoeiras, pequena cidade no agreste meridional do Estado de Pernambuco, negou a aposentadoria ao sr. Inácio Cajazeiras, trabalhador no campo durante toda a vida, com mais de 65 anos e atualmente inválido, preenchendo portanto as condições exigidas por lei, sob a alegação de que o referido cidadão tinha a profissão de mendigo.

Falo com conhecimento de causa, pois sou de uma pequena cidade do interior, a Capoeiras a que me referi acima.

Eduardo Sérgio de Almeida
Recife, PE

Os artigos que não saem mais

Gostaríamos de saber por que não saíram mais os artigos de Fernando Henrique Cardoso — **Os Mitos da Oposição** — e qual o problema havido com o articulista Aloysio Biondi?

José Carlos Vieril, professor primário
Ana Lúcia Cardoso, psicóloga
Carlos Luís da Silveira, médico
João Francisco de Azevedo, advogado
São Paulo, SP

Nota da Redação: Neste número OPINIÃO está publicando a segunda parte do artigo Os Mitos da Oposição, *de Fernando Henrique Cardoso. Aloysio Biondi, como foi explicado no número anterior, é atualmente diretor* do Jornal do Commercio, *do Rio de Janeiro, e dedica seu tempo a tentativa de reformular aquele jornal.*

NOTA DA REDAÇÃO

Motivos de força maior nos obrigam, nesta edição, a: 1) não publicar o artigo que continuaria a série "Os mitos da oposição", do prof. Fernando Henrique Cardoso, prometido para esta semana; 2) corrigir algumas páginas sem os recursos gráficos usuais.

opinião

opinião

Uma publicação da Editora Inúbia Ltda.

DIRETOR
Fernando Gasparian

REDAÇÃO
EDITOR
SECRETÁRIO DE REDAÇÃO
EDITORES-ASSISTENTES
REDATORES
CORRESPONDENTES
EDITORES-CONTRIBUINTES
ARTE
ADMINISTRAÇÃO
GERENTE ADMINISTRATIVO

ALÉM DA EDIÇÃO BRASILEIRA DO LE MONDE OPINIÃO PUBLICA AINDA UMA SELEÇÃO DE ARTIGOS DOS SEGUINTES JORNAIS E REVISTAS

The Washington Post
THE GUARDIAN
The New York Review of Books
NEW STATESMAN

149

Itaipu, a água encanada e a lei da gravidade

Raras pessoas são contra bens tão razoáveis quanto a água encanada, o serviço de esgotos e a energia elétrica. No caso da construção de uma usina hidrelétrica por um consórcio brasileiro-paraguaio em Itaipu e/ou uma outra usina por um consórcio argentino-paraguaio um pouco mais abaixo (Corpus ou Apipê-Yaciretá) no rio Paraná, parece óbvio que as discussões e entendimentos deveriam levar ao maior e melhor aproveitamento do rio para fornecer energia aos três países. Afinal, são nações que estão longe de poderem merecer o qualificativo de ricas e desenvolvidas e — com algumas diferenças — as três estão precisando de mais eletricidade. Nada justificaria que uma fosse prejudicada pela outra. Ao contrário do que o bom senso indica, contudo, um acordo nesse sentido não parece exatamente bem encaminhado. Na semana passada, o Ministério das Relações Exteriores da Argentina divulgou uma extensa nota historiando as tentativas de entendimento — e os desentendimentos atuais — em torno da utilização dos recursos naturais na bacia do Prata. O Brasil não respondeu diretamente "para evitar a polêmica" mas o Itamarati divulgou *oficiosamente* objeções ao documento da chancelaria argentina: entre outras razões, porque a Argentina estaria insinuando que enquanto não tivesse recebido informações prévias sobre a usina, esta não poderia ter a sua construção iniciada. Na verdade, as divergências surgidas em torno dos pressupostos para a construção de Itaipu envolvem princípios a respeito dos quais o Brasil e a Argentina mantêm um desentendimento antigo. Desde a declaração de Montevidéu em 1933 que estabelecia o princípio da consulta prévia e não foi ratificada pelo Brasil até a conferência de Estocolmo sobre o meio-ambiente, quando o Brasil e a Argentina estiveram em lados diferentes na discussão da cláusula 20 (sobre obras de um Estado que tenham efeitos no meio-ambiente de território fora de sua jurisdição), nunca chegou a ser estabelecido um acordo razoavelmente claro e tranquilo entre os dois países.

De um modo geral pode-se descrever essa divergência como sendo a contradição entre o princípio da "consulta prévia" defendido pela Argentina e o princípio do "dano sensível" defendido pelo Brasil. No fundo não há contradição direta entre os dois princípios mas é fora de dúvida que a preferência por um ou por outro dá margem a diferentes interpretações. Se, por exemplo, só se fala em consulta prévia, fica subentendido que as obras de um país deverão ser previamente aprovadas pelo outro em qualquer hipótese; se é consagrado o princípio do "dano sensível", é preciso que o país prejudicado prove o perigo de dano para que adquira o direito de influir na decisão do outro.

A nota oficial do governo argentino é um histórico das várias conversações com o Brasil mostrando uma sucessão coerente de acontecimentos que envolveram contatos bilaterais e multilaterais entre os dois países. Começa no episódio em que a Argentina e o Uruguai em 1960 reconheceram o direito do Brasil de ser ouvido caso fossem introduzidas modificações no projeto de Salto Grande e quando o Brasil obrigou-se a consultar o Uruguai e a Argentina caso resolvesse fazer obras que pudessem influir no regime de águas do rio Uruguai. Depois narra detalhadamente como a Argentina defendeu tenazmente o princípio das consultas — ou, no mínimo, informações — prévias em todas as ocasiões e especialmente na conferência da ONU em Estocolmo. E finalmente interpreta o *acordo de Nova York* à luz dessa luta — respondendo dessa forma à acusação feita pelos opositores do atual governo e membros do futuro, os peronistas, de que Lanusse teria sucumbido à pressão brasileira em Nova York. A nota sublinha por exemplo que o acordo de Nova York fala do compromisso de que seja dado conhecimento "oficial e público dos dados técnicos relativos aos trabalhos a serem empreendidos" no caso, no rio Paraná, e, que, se são trabalhos "a serem empreendidos", isso pressupõe a necessária antecedência das informações sobre a obra. Mais adiante afirma que seria errado argumentar que o simples fornecimento dos dados técnicos por um Estado o autoriza a construir a obra que quiser. "Essa argumentação não é correta nem coerente, diz a nota, porque contraria o artigo 1.º do acordo onde está escrito que os Estados não devem causar efeitos prejudiciais sensíveis em zonas situadas fora da sua jurisdição nacional"

Até que ponto os dois princípios — ambos expressamente presentes no texto aprovado pela ONU em Nova York — são compatíveis? Segundo a Argentina eles são compatíveis pelo simples fato de estarem juntos. O Itamarati provavelmente concorda que não há contradição entre os princípios mas sem dúvida julga que o mais importante é o que impede um Estado de retardar ou impedir os programas e projetos do outro.

Não há dúvida de que podem surgir divergências bastante concretas. Se o Brasil quer levantar em Itaipu uma barragem a 160 metros do nível do mar com uma saída a 105 metros, para a Argentina construir em Corpus, teoricamente mais abaixo, uma barragem a 120 metros do nível do mar (OPINIÃO n.º 20) fica evidentemente difícil a convivência dos dois projetos com a lei da gravidade (cuja revogação, embora talvez possível, seria — no mínimo — assombrosa, e exigiria um esforço bem maior que o necessário para encontrar um entendimento razoável entre os interessados, como propõe o presidente da Eletrobrás general Amyr Borges Fortes).

De qualquer forma parece recomendável que ambos os países cheguem a um acordo que finalmente permita a construção das usinas que cada um necessita, talvez se valendo de processos e precedentes semelhantes aos estabelecidos em torno do fechamento das comportas de Jupiá quando entendimentos foram mantidos até que os temores argentinos de que a navegação do rio Paraná fosse prejudicada foram dissipados na prática. Mesmo porque raras pessoas se revoltam contra o fato de que é possível a um corpo sólido flutuar na água e através dela chegar a algum lugar. Um processo que recebeu o nome de navegação e é mais antigo que a água encanada e a luz elétrica. (*Dirceu Brisola*)

SUCESSÃO

O MDB madruga. Mas será que alguém ajuda?

Nos Estados Unidos existem dois partidos políticos que podem disputar com condições de ganhar as eleições presidenciais. No Brasil existem dois partidos políticos. Teoricamente ambos podem ter seus candidatos a presidente da República nas eleições indiretas. Acontece que, como o Colégio Eleitoral que vota para o candidato a presidente da República é basicamente o Congresso e como deputados e senadores do mesmo partido são obrigados, pela Lei da Fidelidade Partidária, a votar no candidato adotado pelo respectivo partido, quem tem a maioria no Congresso elege o presidente.

Tudo parece muito lógico. Só o que não se enquadra nessa lógica fria é o comportamento atual dos dois partidos. A gigantesca ARENA, com quase 90% dos senadores e mais de 70% dos deputados, parece nem pensar em escolher seu candidato. O MDB, além de apresentar e discutir projetos visando mudar as regras do jogo — eliminando a fidelidade partidária para os membros do Colégio Eleitoral, por exemplo — ainda fala em lançar seu próprio candidato.

Na semana passada se falou que a escolha do MDB poderia recair sobre um jurista de renome nacional.

Jovens deputados emedebistas acham que é uma oportunidade de o partido "marcar posição" e fazer da redemocratização a sua bandeira de luta.

Na opinião do deputado Aldo Fagundes, líder do MDB na Câmara, o Colégio Eleitoral também deveria ter condições de examinar nomes, convidar os candidatos para um debate sobre problemas nacionais, plataforma de governo, composição do futuro Ministério, coisas que às vezes são discutidas em ocasiões como essa.

Talvez tranquila porque sabe que sua força numérica elegerá o presidente, seja ele quem for, a ARENA não participa dessa movimentação e parece aguardar o dia em que elegerá o novo governo que será dela. Não é ela o partido do governo? (*Uulio Cesar Montenegro*)

Perplexo e angustiado

Tão perplexo e angustiado como há quase dois anos, quando deu sua última entrevista, o deputado Oscar Pedroso Horta, ex-líder do MDB, viaja esta semana para Paris. O motivo pode ser a necessidade de descansar de um longo período de tratamento, fazer um tratamento mais rigoroso com especialistas europeus ou simplesmente deixar o Brasil "desencantado e desiludido", segundo confessa aos amigos. Só se soube da viagem por uma indiscrição do pessoal de sua residência, uma casa velha quase no final da Rua Bela Cintra, onde ele recebia os amigos para longas conversas de fim de tarde, durante todo o tempo em que esteve afastado da Câmara Federal.

Em casa, sentado numa poltrona de couro de porco, rodeado de quadros de pintores famosos, a urna marajoara de uma pendência judicial envolvendo o ex-governador Adhemar de Barros de quem foi advogado, uma velha vitrola que só toca música de cantores brasileiros nostálgicos, o dr. Pedroso Horta viu e ouviu durante os dois últimos anos, sem poder fazer quase nada, ruir todos os seus sonhos de liberalismo e da democracia. Pela correspondência recebida, sabia dos problemas dos amigos que têm que ficar no exterior, muitos dos quais possivelmente encontrará na Europa; dos contratempos enfrentados por jornalistas e diretores de jornais no exercício da profissão. Antes de partir recebeu uma carta com um pedido: não deixar o Brasil sem fazer o que talvez seja o seu último pronunciamento no país, dizendo, por exemplo, se o MDB deveria ou não participar das eleições presidenciais indiretas.

Pedroso Horta leu a carta e mandou arquivar. Não quer falar nada, está doente, cansado.

CARREIRA

Os novos brigadeiros, almirantes e generais de 31 de março

Durante três horas de quinta-feira passada o Alto Comando do Exército reuniu-se em Brasília com a presença de todos os seus membros para elaborar a lista final dos candidatos à promoção no quadro de oficiais que será encaminhada esta semana ao presidente Medici. As promoções — primeira movimentação este ano nos altos postos da hierarquia militar — serão efetivadas no próximo dia 31.

Embora nada tenha sido divulgado oficialmente, as promoções deverão preencher cinco vagas de general-de-divisão combatente; uma de general-de-divisão engenheiro; e nove de general-de-brigada combatente. Os prováveis escolhidos na reunião da semana passada seriam os seguintes generais-de-brigada, para o posto de general-de-divisão: José Pinto de Araújo, Cesar Montagna e Sousa, Sadi Magalhães Monteiro, Edmundo da Costa Neves e Arnaldo Calderare.

O Alto Comando do Ministério da Aeronáutica esteve também reunido na última quinta-feira e deverá preencher, além da vaga deixada pelo tenente-brigadeiro Ary Presser Bello, ex-chefe do estado-maior, mais duas vagas de major-brigadeiro; duas de brigadeiro-do-ar; uma de major-brigadeiro médico; uma de brigadeiro-do-ar engenheiro. O novo tenente-brigadeiro deverá ser escolhido entre os seguintes nomes, de acordo com a ordem de precedência do *Almanaque da Aeronáutica*: majores-brigadeiros Deoclécio Lima de Siqueira, Everton Fritsch, Joléo da Veiga Cabral, Honório Pinto Faber Cintra e Délio Jardim de Matos.

Nas promoções do dia 31, o Ministério da Marinha deverá preencher as seguintes vagas: uma de almirante-de-esquadra, com a transferência para a reserva do almirante Simas de Alcântara, chefe do estado-maior da Armada; quatro de vice-almirante; cinco de contra-almirante; e uma de contra-almirante intendente. À vaga de almirante-de-esquadra concorrem os vice-almirantes Hilton Berutti Moreira, Geraldo de Azevedo Henning, Arnaldo de Negreiros Januzzi, Guálter Magalhães e Ernesto Mourão Sá. (*Genilson Cezar*)

COMUNICADOS

Um atropelamento, dois tiroteios e muitas prisões

Em três sucessivos comunicados a imprensa, os órgãos de segurança revelaram nas últimas duas semanas a morte de cinco pessoas acusadas de subversão, que somam-se a 16 outras mortas nos primeiros meses deste ano.

No dia 15 último, agentes dos órgãos de segurança paulista abateram três membros da Aliança Libertadora Nacional, após "cerrado tiroteio no bairro da Penha". Segundo a nota divulgada pelas autoridades policiais, os três mortos — Francisco Emanuel Penteado, Francisco Seiko Okama e Arnaldo Cardoso Rocha — participaram da ação "que redundou na morte do comerciante Manuel Ferreira, ocorrida em fevereiro, no Alto da Mooca. Os agentes de segurança admitem também que uma das armas apreendidas em poder dos subversivos — uma carabinote 12 — é do mesmo calibre que matou o delegado Otávio Moreira Gonçalves, há alguns dias no Rio.

Quarta-feira passada, o quartel-general do I Exército, no Rio, divulgou um comunicado sob o título *Prossegue a Desarticulação do PC do B*, no qual anunciava a morte "do chefe da célula da Frente Estudantil da referida organização". De acordo com a nota oficial, "Lincoln Bicalho Roque (*Mário*), ao realizar um encontro com um militante não identificado, reagiu à prisão e tentou evadir-se, tendo travado tiroteio com os agentes, após o qual *Mário* morreu no local e seu companheiro conseguiu escapar, mesmo ferido, aproveitando a confusão surgida".

Em outro comunicado divulgado quinta-feira passada em São Paulo as autoridades de segurança revelaram a morte de outro membro da ALN, ocorrida no dia 17, em circunstâncias semelhantes a várias outras divulgadas pela polícia no início do ano: "Alexandre Vannucchi Leme (estudante de Geologia da USP) conhecido como *Minhoca*, morreu atropelado por um caminhão quando tentou fugir ao ser levado por agentes a um encontro com outro terrorista, no cruzamento das Ruas Bresser e Celso Garcia".

Ainda de acordo com as informações dos órgãos de segurança outros estudantes da USP foram presos com base em vnformações de Alexandre: Arlete Lopes Diogo, do 4.º ano de Ciências Sociais; Katia Meles Megre, do 3.º ano de História; Adriano Diogo (*Mug*), do 4.º ano de Geologia; e Concepcion Martin Peres, do 3.º ano de História.

No Rio foram comunicadas à Justiça as detenções de Fábio Geraldo Flores, Roberto Muniz do Canto e Mônica Tolipan, todos acusados de atividades consideradas subversivas. Não foram comunicadas, ainda, as prisões de Cláudio Antonio Egler, Manuel André da Silva, Lígia Carvalho Papi, Fernando Antonio Ferreira Braga, Ubirajara Santos Junior e médicos Herbert Heus Stakovsky e Cesar Renam dos Anjos Carneiro.

Sete policiais no palco para dissolver o "coro"

O *show* de Chico Buarque, Nara Leão e o MPB4 (Teatro Tuca, São Paulo com platéia média diária de mais de duas mil pessoas) na última quinta-feira, terminou de forma inesperada.

Entusiasmado pelas músicas, parte do público subiu ao palco para cantar uma delas, exatamente um samba que não estava programado e costuma ser um dos mais solicitados de Chico Buarque. Seu autor, no entanto, limitou-se aos primeiros acordes, já que a música foi retirada das lojas de disco e proibida de ser executada nas rádios. Não durou muito o número. Sete policiais subiram ao palco para dissolver o "coro".

1497

"Um verdadeiro céu"

"Alguns presos que vieram de outras prisões afirmam que esta prisão é um verdadeiro céu e consideram a comida um banquete ... Não existe prepotência, não há tortura. Eu administro com o coração ... O nosso objetivo é recuperar todas as ovelhas ". — Waldelar Petersen, diretor da Penitenciária de Linhares. Por Theodomiro Braga

Prédio azul claro, pequena gruta com imagem de Santo Antônio a alguns metros do portão principal, vacas e outros animais ao redor, clima agradável, de campo. Entre montanhas, a quatro quilômetros do centro da cidade, a Penitenciária Regional de Linhares, em Juiz de Fora, facilmente seria confundida com qualquer colégio interno do interior de Minas não fossem os guardas fortemente armados de metralhadora nas entradas e nas guaritas, além de guardas nas áreas internas e externas do edifício. A penitenciária tem capacidade para abrigar 184 presos mas atualmente tem apenas 26 presos acusados de crimes contra a segurança nacional e quatro presos comuns.

"Aqui mais parece um motel. O regime é de um colégio interno", afirma o diretor da penitenciária, Waldelar Petersen, tenente reformado, 51 anos, alto, forte e gordo, cabelos grisalhos e topete que alguns anos atrás era a moda da juventude. Há um ano e cinco meses na direção da penitenciária, ele substituiu um velho diretor que preocupava-se muito com os problemas dos detentos "em prejuízo à disciplina".

"Alguns presos que vieram de outras prisões — explica Petersen — afirmam que esta prisão é um verdadeiro céu e consideram a comida um banquete. Os presos têm assistência médica, odontológica e hospitalar. Não existe prepotência, não há tortura. Eu administro com o coração ... com espírito humanitário. O nosso objetivo é recuperar todas as ovelhas. Afinal, é dos jovens o futuro do Brasil".

"Eles são muito inteligentes, frios e calculistas, quando querem provocar qualquer movimento conseguem a participação de todos. Eram quatro os líderes do movimento mas o principal foi transferido para Belo Horizonte e está hoje recolhido ao DOPS"

Contudo, apesar do "espírito humanitário" do diretor, no dia 5 de janeiro deste ano alguns presos políticos rebelaram-se contra a sua ordem de limpar as celas, galerias e sanitários e foram punidos com uma série de medidas repressivas (OPINIÃO n.º 19).

Ao *Jornal do Brasil* (dia 18 último), Petersen confirmou a punição mas negou a acusação de que eles passaram um mês em solitárias e impossibilitados de fazer a barba, escovar os dentes e tomar banho. "OPINIÃO é um órgão mal-informado e que tem o objetivo de criar um clima capaz de jogar a opinião pública contra os órgãos de segurança", teria declarado ao *Jornal do Brasil*.

Entrevistado por OPINIÃO na semana passada, Waldelar Petersen negou as acusações, só que desta vez as do *Jornal do Brasil*. "Eu não disse que OPINIÃO é um órgão mal-informado, aliás sou admirador do jornal. A notícia de OPINIÃO é que não estava completa e apresentou alguns fatos distorcidos, mas erros são normais pois ninguém é perfeito. Também não disse que o jornal tem objetivo de criar um clima capaz de jogar a opinião pública contra os órgãos de segurança. A interpretação foi confusa. Na realidade eu pretendia dizer que a divulgação daquela notícia é que poderia criar clima semelhante".

Os "fatos distorcidos", segundo o diretor, referem-se ao recolhimento dos participantes do movimento contra a execução da limpeza pelos presos durante 30 dias em solitárias ("aqui não existem solitárias") usando apenas calção, sem direito a tomar banho, escovar os dentes ou fazer a barba. "A punição aplicada foi inteiramente normal e prevista em portaria baixada pelo secretário do Interior e da Justiça do Estado".

O diretor acusa os presos políticos de terem elaborado o movimento visando prejudicar a imagem da penitenciária com repercussão negativa no país e no exterior: "Eles são muito inteligentes, frios e calculistas, quando querem provocar qualquer movimento conseguem a participação de todos. Eram quatro os líderes do movimento mas o principal foi transferido para Belo Horizonte e está hoje recolhido ao DOPS.

A penitenciária não dispõe de elementos para fazer a limpeza. Só temos 30 funcionários, sendo 90 o número necessário. Para suprir esta deficiência de funcionários, a solução foi deslocar alguns guardas do presídio de suas funções e dar algumas atividades aos presos. Os presidiários faziam a limpeza das celas, sanitários e galerias nas horas de ociosidade e gastavam uma hora apenas. Não custava nada continuarem limpando".

Também o juiz auditor Mauro Seixas Teles, da 4.ª Região Militar — à qual está subordinada a penitenciária — lamentou as acusações ao OPINIÃO, achou que "de fato não fomos de todo felizes em nossas declarações à imprensa" e que "o artigo do OPINIÃO não foi faccioso mas não expressou completamente a verdade". "Os *meninos* não ficaram apenas de calção, sem direito a tomar banho ou escovar dentes.

O regime da penitenciária é como o de um colégio interno, de castigo e prêmios. Antes, quando os presos eram misturados, era mais difícil controlar a disciplina, mas agora, com a divisão criteriosa deles, o trabalho ficou facilitado. Assim, os líderes que sempre procuravam doutrinar os demais colegas foram todos colocados juntos na mesma galeria. E como um líder vai liderar outro líder? Os de melhor comportamento foram colocados juntos na mesma galeria e, finalmente, os de comportamento intermediário em outra galeria.

Foi um preso — continuou Seixas — quem alertou-me para o papel dos líderes que, além de doutrinar os demais colegas, ainda elaboravam movimentos e sempre colocavam-se na retaguarda, provocando a punição de testas-de-ferro no seu lugar. Aliás, este rapaz, hoje em livramento condicional, me ajudou bastante. Às vezes os internos organizavam algum movimento e ele vinha me dizer o que realmente estava acontecendo.

Geralmente quando os presos entram aqui estão revoltados mas rapidamente amadurecem e a maioria regenera-se. Através dos familiares, do diretor e de próprios presos, procuramos levar a todos os detentos a necessidade do acatamento às normas disciplinares do presídio."

Na Penitenciária de Linhares os presos comuns têm absoluta regalia e passam o dia todo fazendo pequenos serviços nos arredores da penitenciária, como capinação, etc. Já os presos condenados por crimes contra a segurança nacional, embora não haja distinção legal entre eles, sofrem forte discriminação. Assim, os são menos vigiados e têm certas regalias. E entre os próprios presos políticos, a direção da penitenciária dá maior atenção aos menos rebeldes. Os "líderes" ficam em galeria separada e frequentam o pior dos dois refeitórios da penitenciária, de bancos menos confortáveis e sem aparelho de televisão.

Portanto, além de disciplinar o presídio, a divisão dos detentos visa também beneficiar àqueles que seguem as normas da direção e outros que, conforme disse Seixas Teles, "levam posições dos internos ao diretor ou ao auditor". Também as concessões não previstas no regulamento da penitenciária e concedidas pela direção são habilmente manipuladas para conseguir dos presos comportamento e atitudes que lhes interessam, como veremos adiante.

Em companhia do juiz auditor Mauro Seixas, do diretor Waldelar Petersen, além de um inspetor da penitenciária, visitei quase todas as dependências da Penitenciária Regional de Linhares. Realmente, as celas são de dimensões razoáveis e a maioria (são individuais) recebe luz do sol e todas têm água encanada. As galerias e os sanitários são limpos e ainda há um banheiro com água quente. A comida é boa e melhor que a de qualquer pequeno restaurante. Naquele dia os detentos teriam peixe no almoço e, como sobremesa, um copo de leite acompanhado de doce de goiaba. Os parlatórios são protegidos por forte tela de arame e, conforme o diretor, usados sob rigorosa vigilância policial. O parlatório é um dos trunfos da direção para obter concessões dos presidiários. Caso cumpram o regulamento nos primeiros 70 dias da prisão, os presos podem ter contato direto com parentes, regalia que é tirada quando infringem o regulamento interno da penitenciária e têm "mau comportamento".

Oito horas e 30 minutos, o sol ainda teimava em não aparecer. Alguns de calção, todos displicentemente vestidos, os detentos da galeria "B", os de "comportamento intermediário", puderam conversar comigo num dos pátios de recreação. Juiz auditor à esquerda, diretor e inspetor à direita, detentos ao redor.

"Nós lemos a denúncia do OPINIÃO — disse Sálvio Humberto — e realmente há algumas distorções. Não ficamos de calção e sem escovar os dentes. Mas ficamos 28 dias presos em *galeria isolada* (solitárias de fato não existem) e José Adão ficou 60 dias isolado de todos e sem poder conversar com ninguém. Nestes dias fomos privados das necessidades mais simples, como cigarros, leitura de revistas e jornais, não pudemos fazer compras (dois funcionários do presídio são encarregados de fazerem compras para eles). O Matos teve de usar pedaços do seu cobertor como papel higiênico. Somente quando faltavam alguns dias para terminar a pena é que eu chamei o inspetor e fomos perdoados. Neste período não pudemos receber visita de familiares".

"Não aceitamos fazer a faxina nos sanitários porque, além de não ser obrigação nossa, isto fere nossa dignidade", explicou José Adão Pinto, um dos líderes do movimento e que maior repressão sofreu. Negro, barbas e boina preta, ele diz que a pena foi desumana demais.

Apesar da presença do juiz auditor e do diretor, os presidiários aproveitaram para fazer reivindicações:

"Não temos condições para fabricar objetos artesanais pois recebemos como material apenas uma faca de cozinha sem corte e trabalhamos só com madeira. Não recebemos material de couro nem melhores instrumentos de trabalho. Os livros mais recentes da biblioteca (segundo o diretor, os presos políticos lêem cerca de 15 livros por semana) são de 1966 e, mesmo assim, foram censurados duplamente, pela Censura Federal e pela 4.ª RM. Inexplicavelmente não existem livros de economia na biblioteca e os livros bons só os que nos trazem os familiares".

A reclamação maior dos detentos foi quanto ao regime carcerário, "que não nos dá nenhum direito". "Somos chantageados pela direção — acusa José Adão — quando ela quer conseguir algo de nós. Eles nos dão regalias como luz até determinada hora da noite, permitem leitura de livros e jornais, deixam-nos ficar no pátio em período superior ao previsto pelo regulamento, mas tudo em troca de alguma coisa".

Os internos confessaram que não sofrem qualquer tortura física em Linhares mas todos demonstraram grande temor do DOPS, para onde foi o líder do movimento, "um rapaz gaúcho e que, segundo me disseram, já está totalmente adaptado lá" esclareceu o juiz auditor.

"Somos chantageados pela direção quando ela quer conseguir algo de nós. Eles nos dão regalias, com luz até determinada hora da noite, leitura de livros e jornais, deixam-nos ficar no pátio em período superior ao regulamentar. Mas tudo em troca de alguma coisa"

Antônio Pereira Matos, ex-integrante do grupo COLINA — Comando de Libertação Nacional — 15 anos e seis meses de pena, há quatro anos e meio em Linhares, dos quais quatro anos sem ver os familiares ("moram muito longe, no Ceará, e uma viagem até Juiz de Fora custa milhões"), espera livramento condicional e reclama que levou 10 anos e seis meses acusado de crime em Minas que não cometeu. "Os da Guanabara realmente cometi mas os de Minas não".

— O auditor disse que, com o tempo, os detentos amadurecem mais, mudam de idéia, enfim, regeneram-se. E você, mudou de idéia nestes anos todos de reflexão na cadeia? perguntei-lhe.

Sem importar com a presença do auditor ao lado, Matos respondeu firme: "A gente não muda nunca de ideal. Morre com ele".

Com os presos de "mau comportamento", os "líderes" da galeria "C", não pude ter contato pessoal, exceto quando passaram à minha frente para jogar futebol de salão num campinho improvisado no pátio maior. Todos jovens, muitos de barba. Alheio à partida, o detento Jesus Miranda, que casou-se na própria penitenciária com a companheira Mônica — jovem de ideais e idéias como as dele — ficou durante muito tempo olhando para mim fixamente, como que quisesse transmitir-me alguma mensagem. Após quase um minuto, trocou a expressão séria e o olhar fixo por um sorriso. Das guaritas, os guardas soltavam a metralhadora por instantes para assistir o jogo matinal sob o sol já alto, enquanto atrás do muro, presos no covil, os cães ladravam.

Corrupção nas compras da FAB

Mais um IPM para apurar corrupção de oficiais das Forças Armadas, desta vez na FAB(●): na Justiça Militar há um inquérito envolvendo nove militares das Divisões de Intendência e Engenharia da Diretoria de Rotas Aéreas, além de 11 fornecedores e construtores de obras públicas.

O IPM está sendo estudado pelos ministros do Superior Tribunal Militar, em Brasília, tendo em vista o recurso ali interposto pelo promotor da 1.ª Auditoria da Aeronáutica (Rio), sr. Gastão Ribeiro dos Santos, contra o despacho do juiz-auditor que rejeitou, em parte, a sua denúncia, excluindo dela dois dos oficiais implicados.

O IPM foi mandado instaurar pelo ministro interino da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Armando Serra de Menezes. Visava "apurar a ocorrência e a autoria de fatos delituosos, tipicamente de corrupção ativa e passiva, na antiga Diretoria de Rotas Aéreas, bem como outros delitos de idêntica natureza, conhecidos através das investigações efetuadas pela SUCISAR-4, por delegação da Comissão de Investigação Sumária da Aeronáutica".

A vida dos oficiais implicados foi investigada velo major-brigadeiro-do-ar Hamlet Azambuja Estrela, encarregado do IPM.

Logo no início do seu relatório de quase 90 páginas, o major-brigadeiro Hamlet Azambuja Estrela informa que o IPM foi aberto após a prisão, a 1.º de setembro de 1970, de um oficial-intendente, flagrado à saída do escritório do vendedor da firma Maquigeral, Antonio José Moreira, quando conduzia numa maleta Cr$16 mil "em cédulas oriundas do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), cédulas estas cujos números haviam sido pré-anotados por aquele centro".

Afirma o encarregado do IPM que "por essa prisão em flagrante caracterizou-se um *apanha* de comissões posteriormente confirmada pelo somatório dos depoimentos neste inquérito, como sendo uma atividade do *sistema de coleta e divisão de comissões*, vigente entre os oficiais intendentes da Diretoria de Rotas Aéreas."

Em outro trecho se afirma que "os oficiais coletavam comissões" e "para tanto os fornecedores cediam uma parcela dos pagamentos (0,5 a 15%, conforme o fornecedor, o produto e os beneficiários)". E "repetidamente houve coação da qual se queixam nominalmente os engenheiros Rui Jacques de Morais e Nilson Coelho Brandão, da firma Pontes Moraes e Cia. Ltda. Segundo o depoimento do engenheiro Rui de Morais (fls. 318), essa coação ocorria "por engavetamento e empecilhos burocráticos contra os pagamentos, com sérios problemas para as firmas, normalmente pequenas e sem capital de giro.

Periodicamente — prossegue o longo relatório — a quantia total, acumulada pelos intendentes, era distribuída entre todos, por um critério de partes iguais. Tudo isso era feito sem alarde, com a aquiescência passiva das firmas, obtida, quer pelo medo da farda, quer pelo hábito (que foi provado como antigo) conhecido entre os vendedores da Diretoria de Rotas Aéreas, quer pela perspectiva de novas vendas".

O IPM apurou irregularidades não somente na Divisão de Intendência da Diretoria de Rotas Aéreas mas também na Divisão de Engenharia da mesma Diretoria da FAB.

Na página 17 do relatório, o major-brigadeiro-do-ar Hamlet Azambuja Estrela relata o seguinte:

continua na página 5

continuação da página 4

"Por ocasião da concorrência do Aproach Landing System (ALS) de Belém, a firma ELCOM — Engenharia de Eletricidade e Comunicações Ltda. — de Belém ofereceu a proposta de Cr$355.011,17 a qual era cerca de Cr$240 mil inferior à segunda, a da ENGEMOR (vide depoimentos do major-engenheiro Edwino Ruediger, às fls. 298, do engenheiro Rui Enio de Matos Serruya, às fls. 140 e do engenheiro Jorge Martins da Silva, às fls. 508).

Em consequência — continua — em reunião do Conselho Técnico da Diretoria de Rotas Aéreas, o exmo. sr. brigadeiro diretor-geral determinou a assinatura do contrato com a ELCOM (doc. de fls. 701, ata da reunião de 06/68, do Conselho Técnico da Diretoria de Rotas Aéreas). O engenheiro Rui Enio de Matos Seruya, daquela firma, foi convidado a vir à diretoria de Rotas Aéreas, pelo coronel-intendente. Via Western, para a assinatura do contrato (doc. de fls. 470).

"Contudo — prossegue o relatório — à revelia da determinação oficial e destas providências, o coronel-intendente empenhou a despesa com a firma ENGEMOR — Engenharia e Representações Ltda. — prejudicando a FAB em vultosa quantia (doc. de fls. 701 e depoimentos de fls. 29 8, 379, 225)".

Durante as investigações, o encarregado do IPM nomeou peritos em cujos pareceres se louvou "para comparar depoimentos e documentação"

Diz o encarregado do inquérito policial-militar: "Os orçamentos-base da perícia foram de Cr$404.256,00 e Cr$417.187,00, respectivamente para os ALS de Brasília e Belém. Os preços pagos à ENGEMOR e à ERTEL, pela Diretoria de Rotas Aéreas, foram de Cr$596.200,00 e Cr$550 mil, respectivamente. Estes preços, comparados com os orçamentos-base da perícia, dão um prejuízo evitável de Cr$179.013,00 para o ALS de Belém e de Cr$145.744,00 para a ALS de Brasília, ou seja, Cr$324.757,00, cuja perda só ocorreu devido ao estado de coisas no Serviço de Intendência e na Divisão de Engenharia da Diretoria de Rotas".

Referindo-se à participação de cada um dos oficiais envolvidos nos atos de corrupção, o encarregado do IPM diz: "O tenente-coronel-intendente é co-responsável pelo estado de corrupção existente na Diretoria de Rotas Aéreas. Teve atividade de incentivo ao sistema, muito acima do normal. Achacou João Popoire Monte e recebeu comissões que totalizaram 7% de Cr$550 mil".

Afirma o tenente-brigadeiro-do-ar Hamlet Azambuja Estrela que o coronel foi "o responsável pelo estado de corrupção reinante na Diretoria de Rotas Aéreas" e que, "desrespeitando ordem escrita do Conselho Técnico da Diretoria de Rotas Aéreas assinada pelo diretor-geral, em 68, empenhou o ALS de Belém por quase Cr$600 mil em favor da firma ENGEMOR, em julho de 68, quando lhe fora determinado fazê-lo em favor da firma ELCOM, por Cr$355 mil, se esta confirmasse dito preço, o que aquela firma havia feito. Causou vultoso prejuízo ao Ministério da Aeronáutica.

Os demais implicados são: um coronel-engenheiro que, segundo o relatório, "recebeu comissões, em 1968, pelo menos três vezes"; um coronel-intendente indiciado por ter admitido haver recebido comissões; um major-especialista em comunicações, acusado de ser co-responsável pela corrupção existente nos pagamentos da Diretoria de Rotas Aéreas e também pelo estado de coisas na Divisão de Engenharia. "Deu incentivo à corrupção e desmandou-se administrativamente. Recebia comissões e não tem qualquer atenuante".

Um tenente-coronel-intendente, implicado por ter participado do sistema, percebendo comissões de vendedores. "Tem atenuante de haver revelado sua culpa, facilitando o inquérito"; um major-intendente "tem atenuante de haver enfrentado sua culpa, colaborando com os trabalhos deste IPM para depor a verdade"; um capitão-intendente "tem grande atenuante de, *decididamente*, ter feito um completo depoimento sobre sua ação. Facilitou as investigações enfrentando sua culpa"; um tenente-coronel está acusado de recebimento de comissões e de incentivo à corrupção e, segundo o encarregado do inquérito, "não tem qualquer atenuante"

O encarregado do IPM deixou de incluir na relação dos indiciados os nomes dos comerciantes e dos responsáveis pelas firmas que executavam obras para a Aeronáutica, dentro do sistema de corrupção.

Examinando os autos, no entanto, o ministro da Aeronáutica Joelmir Campos de Araripe Macedo entendeu que ficaram plenamente provados os crimes de concussão e corrupção passiva e ativa, previstos nos artigos 305 e 308 do Código Penal Militar.

Sem o indiciamento dos civis desapareceria o fato delituoso, considerando que "não se pode aceitar a hipótese da existência do corrompido sem a do corruptor". Foram, em seguida, nominados os seguintes civis, envolvidos nos fatos: João Popoire Monte, Milton Francesoni, Antonio José Moreira, Thalmo Xavier Barbosa, Domingos Rodrigues Pinto, Nilson Coelho Brandão, Garland Wayland Coates, Daniel Jones, Ruy Jacques de Moraes, Augusto Tito de Oliveira Lemos e Joaquim Arcoverde Albuquerque Cavalcanti.

Um oficial escreveu, após ter deixado a prisão, uma carta ao subchefe da Casa militar da presidência da República, protestando contra o tratamento que recebeu durante a fase das investigações. Depois de afirmar que esteve 16 dias incomunicáveis, o oficial informa que não houve isenção na apuração dos fatos, uma vez que outros oficiais envolvidos não foram indiciados, citando inclusive um deles que "foi recentemente designado para missão no exterior — C.A.B Washington". (A carta, que faz outras acusações, foi escrita em 23 de janeiro de 1971).

(●) Há vários inquéritos envolvendo militares acusados de corrupção. No n.º 17 de OPINIÃO foi publicada a denúncia resultante de um desses IPMs. Nele estão envolvidos: um general, dois coronéis, quatro tenentes-coronéis, três majores, um capitão e sete comerciantes. As acusações relacionam-se com desvio e suborno nas compras de material para o Exército.

SUCESSÃO

A reeleição do presidente que assistiu à primavera de Praga

Ludvik Svoboda foi reeleito presidente da República da Tchecoslováquia para um mandato de cinco anos. A Assembléia federal fez a escolha por unanimidade. Ele foi eleito presidente, pela primeira vez, a 30 de março de 1968, durante a "primavera de Praga", em substituição a Antonin Novotny, que renunciara ao cargo e que já havia perdido a secretaria-geral do PC tchecoslovaco para Alexander Dubcek.

Apesar da invasão da Tchecoslováquia, em agosto de 1968, pela União Soviética e outros países do Pacto de Varsóvia, ele continuou na presidência, tendo aderido à nova política imposta ao país pelos invasores. Corriam rumores de que ele se tornaria presidente vitalício. Sua reeleição está ligada à complexa situação política da Tchecoslováquia, que não suportaria uma discussão mais ampla do problema sucessório.

O pobre que achou a mina

Mario Cruz, o descobridor do manganês do Amapá, está pobre e doente. A firma que ficou com a mina lucrou 100 milhões em 72.

Mario Cruz em seu barraco, em Macapá

Era uma vez um garimpeiro que, levando uma vida aventurosa na Amazônia, descobriu um tesouro fabuloso, teve promessas de poder e riqueza e hoje vive doente, dependendo dos que ficaram com seu tesouro. Com outras palavras, poderia ser esta a história de Mario Cruz. Ele nasceu na ilha de Marajó, comerciou em barcos nos rios, em caminhões pelas estradas — algumas que ele mesmo abria na selva — e, em 1945, descobriu na serra do Navio, no Território do Amapá, o manganês que hoje é explorado pela Indústria e Comércio de Minérios SA (ICOMI). Empresa que há um ano atrás tinha um patrimônio líquido avaliado em mais de 300 milhões e teve lucro líquido de quase 90 milhões de cruzeiros em 1972.

Com sua mulher e filho, Mario Cruz, doente, com 76 anos, vive agora em Macapá num barraco minúsculo, construído com sobras de madeira de construção, doação de um engenheiro seu amigo. O barraco praticamente não tem móveis e a água que bebem é tirada de um pote de barro.

Embora não se possa dizer que ganhe mal para os padrões do Amapá — mil cruzeiros de salário e mil cruzeiros de aluguel pela casa que o presidente da ICOMI, o milionário Augusto Trajano Azevedo Antunes, lhe deu em 1950 — Mario diz que mais da metade desse dinheiro é gasto em remédios e consultas. Muito doente, a casa que aluga, diz Mario, "é a única coisa que ganhei por ter descoberto o manganês".

Procurado por OPINIÃO no Rio, o serviço de Relações Públicas da ICOMI disse que não tinha uma versão própria da descoberta do manganês e indicou o governador do Amapá na época da descoberta do manganês, coronel Janary Nunes, como o homem que poderia falar sobre o assunto. É do tempo desse governador um boletim divulgado em 1951 pelo governo do Amapá que contava como o grupo Antunes teria participado sozinho, até 1949, do esforço de tentar explorar o manganês descoberto. Foi somente a partir desse ano, quando descobriu que precisaria gastar 700 milhões de cruzeiros e que não dispunha de tanto dinheiro, que a ICOMI consultou o governo sobre a possibilidade de obtê-lo no exterior. O financiamento foi obtido com o Export and Import Bank (Eximbank), que abriu um crédito de 65 milhões de dólares desde que a ICOMI aceitasse várias exigências, como, por exemplo, a de deixar uma parte dos lucros da venda do minério nos Estados Unidos para o pagamento do empréstimo. Outra exigência dos americanos teria sido a associação com um comprador de manganês, e a ICOMI associou-se à Bethlehem Steel, que possui 49% de suas ações.

Mario Cruz tem uma versão diferente. Ele diz que em 1946 Azevedo Antunes já havia acertado um financiamento nos Estados Unidos e provavelmente estabelecera sociedade com a Bethlehem Steel. Esses entedimentos anteriores teriam sido mantidos em segredo.

A história da descoberta

Em 1951 o governo do Amapá previa: "Dentro em breve deverá ser uma realidade o aproveitamento desta riqueza que colocará o Território em posição de relevo em nossa pátria". Vinte e dois anos depois, a precária sobrevivência do descobridor do minério mostra qual a situação da maior parte da população.

Não é muito fácil se chegar atualmente até Mario Cruz. Desde que uma revista alemã o entrevistou há alguns anos, ele nunca mais havia estado com nenhum jornalista. No caso desta entrevista as dificuldades foram superadas através da amizade do repórter Bianor Siqueira da Silva com Mario Cruz Filho, que o levou até o pai. A fotografia também enfrentou problemas: o único fotógrafo que aceitou o serviço impôs a condição de ficar no anonimato. Parecia temer uma represália: "A ICOMI manda em tudo aqui", disse justificando seus cuidados.

Eis a história da descoberta do manganês do Amapá, contada por Mario Cruz.

As pedras

"Em fevereiro de 1944 eu estava em Vila Teresinha quando tive contato com um grupo de americanos que, num hidroplano, faziam levantamento aerofotogramétrico da área. Eu comerciava mas, quando o movimento começou a fracassar, juntava tudo na canoa e tomava outro rumo. Enquanto a minha mulher tomava conta do comércio, eu bateava ouro nas margens do rio Amaparí, num lugar chamado de Chumbo. Em fins de 1944 se achava tanto ouro naquele rio que qualquer sujeito entendido no assunto largava tudo só para faiscar ouro. Foi assim que, numa tade de dezembro, quando as nuvens começavam a ficar escuras, sinal de que ia cair muita chuva, larguei o trabalho e saí à procura de umas pedras para montar um fogão rústico e esquentar a comida (apesar de quase 6 horas da tarde, eu não havia ainda almoçado). Entre a vegetação de meia altura, achei várias pedras de bom tamanho. Usei algumas para fazer o fogão e guardei outras no saco de carregar ouro.

No dia seguinte, chegando a Vila Teresinha, mostrei as pedras para a minha mulher e perguntei se ela conhecia. Disse que não. Ainda assim, achei bom guardar. Voltei ao Chumbo e lá ainda estava o fogão. Recolhi todas as pedras que pude carregar. Fui para Macapá e guardei todas na garagem do governo do Território. As pedras ficaram guardadas enquanto eu, contratado pelo governo, ajudava a montar as usinas de luz de Macapá e Marzagão.

Numa das idas a Macapá ouvi o discurso do governador Janary Nunes prometendo prêmios a quem informasse da existência de jazidas. No dia seguinte conversei com o coronel Janary e falei das pedras. O governador se interessou e me deu licença para ir até Vila Teresinha buscar as pedras que eu tinha levado de volta pra lá, com medo de ser roubado. Mas qual não foi o meu espanto: minha mulher havia jogado fora as pedras. Voltei a Macapá e pedi nova permissão ao governador, desta vez para ir até o Chumbo.

Trouxe então duas pedras, que entreguei ao governador. O coronel Janary viajou uns dias depois, no início de 1946, levando as pedras para o Rio. Foi só depois que fiquei sabendo que o governador, imediatamente depois da nossa conversa, havia mandado homens de sua confiança a Vila Teresinha atrás das pedras. Eles vasculharam as proximidades da vila mas nada encontraram porque o Chumbo é mais distante dali. Foi aí que o governador decidiu esperar que eu indicasse o local exato.

Numa tarde recebi um telegrama enviado pelo coronel Janary do Rio. Dizia: "Mario, teu manganês é de alto teor. Determinei ao dr. Valdez te nomear administrador da mina. Providência: reconhecimento e limpeza da área". Na manhã seguinte fui falar com o dr. Valdez e ele me deu ordens para retirar todo o material necessário — principalmente mantimentos e ferramentas — e uma instrução: que não formasse equipe, que viajasse levando somente dona Lucia. Foi o que fiz, voltando então ao Chumbo.

Eu trabalhava na limpeza da área quando recebi um chamado do governador. Era para falar com o sr. Augusto Antunes, que fora pessoalmente ao Amapá para ver o local. Ficamos cinco dias numa casa na Vila Ferreira Gomes preparando material e apetrechos para a viagem. Depois seguimos para a jazida, onde ficamos oito dias. Rastejamos o filão, pois o sr. Antunes conhecia isso muito bem (já era dono de uma pequena empresa de mineração) e fomos até a montanha. Acordávamos de manhã bem cedo e realizávamos grandes caminhadas.

A indenização

Dias depois o sr. Antunes viajava novamente para o Rio com o coronel Janary. O governador voltou um pouco depois com o decreto do presidente da República que dava como patrimônio da nação qualquer mina existente. E o sr. Antunes, segundo o governador, viajara para os Estados Unidos atrás de financiamento. Quando ele voltou trouxe o sr. Glycon de Paiva e um geólogo americano, que devia ser da Bethlehem Steel. Nos reunimos e acertamos uma segunda expedição ao Chumbo. Durante oito dias andamos uns quatro quilômetros pesquisando as pedras. Me lembro muito bem que logo depois dessa visita, aproximadamente dois meses depois, um grupo de alemães também andou por lá recolhendo amostras. Mas não assustou ninguém e o coronel Janary vivia me dizendo: "Mario, serás um homem muito rico e acabarei tendo que trabalhar contigo".

Bom, aí houve a concorrência para a exploração da jazida e a ICOMI ganhou. Com a formação da empresa, ganhei o emprego de ajudante de geólogo. Tudo ia relativamente bem até que, em 1950, tive um incidente com um americano, também funcionário da ICOMI. Passei a trabalhar para o governo como pesquisador nas matas do Oiapoque, ganhando ainda um pequeno salário da ICOMI.

Mas no ano seguinte deixei o Oiapoque porque estava doente e voltei à ICOMI. Trabalhei até 1966, quando novamente briguei com o gringo. Ele dizia que eu não fazia nada para ganhar o que ganhava. Recebi uma indenização de Cr$ 1.943,00. Já com três ataques cardíacos e com recomendações dos médicos para não ter novos aborrecimentos, parei de trabalhar, aos 69 anos. Passei a receber pensão da Previdência, que atualmente é de 400 cruzeiros, e mais um salário, pago pela ICOMI, de 600 cruzeiros."

A imagem do Brasil no "Buraco da Alemanha"

Franceses da fronteira com a Alemanha discutem o Brasil

Sedan é uma pequena cidade de 25 mil habitantes que fica na fronteira da França com a Alemanha. Na crônica das guerras, Sedan ficou tristemente famosa como porta de entrada das invasões alemãs e, por isso mesmo, recebeu dos franceses o apelido de *buraco da Alemanha*. Mas Sedan é também uma cidade de agitada vida política e na semana passada seus intelectuais e estudantes tiveram a rara oportunidade de mostrar suas divergências em torno de um tema — no mínimo — geograficamente distante: como parte de uma série de atividades da *quinzena brasileira* que se encerra no próximo dia 31 de março, a Maison de la Culture et de la Jeunesse promoveu um ciclo de debates a respeito do *milagre econômico* e da situação política do Brasil.

No *hall* de entrada da Casa da Cultura, uma pequena exposição sobre o Brasil: esculturas em madeira, objetos de artesanato, colares de índios, discos, fotos, cartazes. Dentro, no grande salão, um francês que viveu cinco anos no Brasil, Jean-Pierre Patridgeon, lê uma carta de dom Helder Câmara, discute cifras sobre a condição de vida dos trabalhadores de São Paulo e da zona rural do nordeste e faz críticas à Transamazônica.

No meio da conferência, um murmúrio de incredulidade: o público não pode crer que o salário mínimo de um operário em São Paulo é apenas o correspondente a 200 francos, ou seja, quase cinco vezes menor do que na França. "Como é que eles sobrevivem", pergunta uma *memère* de 60 anos.

O principal médico da cidade, recentemente chegado de um congresso no Brasil, grita: "É mentira. Eu estive no Rio e em Brasília e vi um país que se desenvolve como um gigante, que rasga estradas e se industrializa, vi o povo alegre, no carnaval e estive numa sessão de macumba".

Mas Sedan é uma cidade onde todo mundo se conhece de longa data, e M. Albert, secretário local do PSU (Partido Socialista Unificado), não se deixa impressionar com o misterioso termo "macumba" imediatamente denuncia o médico como suspeito, segundo ele, de "contar uma experiência turística de oito dias". E completa sua intervenção lendo indignado alguns dados da CEPAL: "Os grupos estrangeiros controlam 70% da produção industrial do Brasil e 82% do seu comércio exterior. Durante os 10 últimos anos os EUA, aproveitando a mão-de-obra barata, investiram 2,5 bilhões de dólares e, apenas no período 1964-1970, os norte-americanos repatriaram 8 bilhões de dólares". E acrescenta: "Um por cento da população no Brasil possui 18,2 por cento da riqueza nacional, enquanto 50 por cento recebe apenas 14,3 por cento". *(José Bessa)*

"Pelé joga. Pelé não joga"

Pelé estaria com pouco interesse em disputar o campeonato paulista. Preferiria cuidar dos negócios e esperar as excursões para ganhar mais

Durante as filmagens do seu filme *A Marcha*, Pelé, nos 15 minutos de intervalo que tinha para almoçar, preferia se esconder atrás de uma pedra na fazenda que servia de cenário. Ele já havia dado umas 40 entrevistas e um jornalista, vendo o jogador sentado, sem ninguém em volta, arriscou uma pergunta. "Você não se cansou desse negócio todo, não poder nem almoçar em paz". Sua resposta foi rápida:

"Não é bem isso, acho que é pior. Eu já me acostumei. No dia em que parar é que vai ser fogo"

Depois do dia 20 de março, Pelé só poderá ser visto no filme *A Marcha*, na propaganda de rua, em comerciais de TV, assinando contratos de publicidade ou embarcando para outro país, onde jogará para quem lhe pague. Na reunião feita com o vice-peesidente de esportes do Santos, Clayton Bittencourt, sua presença ficou difícil em jogos contra os times pequenos do camponato paulista, nos clássicos e nas excursões dentro do Brasil. Bittencourt avisou que não p agará a Pelé os 10 mil cruzeiros, "a não ser que a sua presença seja para nos dar um título, ou o adversário resolva cobrir a cota" O que é pouco provável.

Seu nome já não surge com tanta insistência nos jornais, contando suas façanhas como o "maior jogador de futebol de todos os tempos".

No ano passado, na primeira quinzena de outubro, Pelé estava em todas páginas de esporte. O Santos não queria renovar seu contrato e o jogador não queria fazer concessões. Mas às 17h40m do dia 12, Pelé afirmava que a novela, felizmente, chegava ao fim: "Acabaram-se as ondas, os contadores chegaram a um acordo e eu assumi a dívida do Imposto de Renda (Cr$1.180 mil)". Seu contrato foi divulgado pelo presidente do clube, Vasco Faé: no primeiro ano, 12/10/72 a 30/12/73, 15 mil cruzeiros mensais, 8 mil dólares por partida no exterior (aproximadamente 42 mil cruzeiros) e 10 mil cruzeiros por partida amistosa ou de campeonato no Brasil. No segundo ano, 1/1/74 a 5/3/75, 50 mil cruzeiros por mês, 4 mil dólares por partida no exterior e 10 mil cruzeiros por partida no Brasil. Nesse segundo ano, Pelé só receberá o ordenado mensal, que doará às casas de caridade, cumprindo a promessa que fez há algum tempo. Ao Santos, demonstrará sua gratidão deixando para o patrimônio do clube toda a sua parte nas cotas dos jogos amistosos tanto no Brasil como no exterior. (48 horas antes de assinar o contrato, Pelé criticava o clube, inclusive recusando-se jogar, caso não fosse aceita a sua proposta. E o dirigente Sergio Oréfice dizia que o Santos não renovaria seu contrato.)

Depois de cinco meses fora das páginas de esporte, Pelé ressurgiu em Londres: ele chegou no dia 15 de março, no aeroporto de Heathrow com uma sacola cheia de dólares, que havia recebido do Santos durante a excursão. Os agentes aduaneiros — achando que era dólar demais para uma pessoa só — resolveram fazer um interrogatório. Pelé, sua mulher Rose e o agente de viagens que acompanha a delegação foram encaminhados a uma sala da alfândega para prestar esclarecimentos e acabaram perdendo o avião que os levaria a Bruxelas.

No dia da reapresentação dos jogadores, antes de começar o treino para o início do campeonato paulista de 73, Pelé deu a sua decisão: "Sem jogar acho que estou ajudando o Santos. No ano que vem eu paro mesmo com o futebol e o clube já precisa ir se preparando para viver sem mim. Precisa de ter alguém para o meu lugar, precisa armar um time. Não pode viver mais de "Pelé joga. Pelé não joga". Em Santos, comenta-se que Pelé tem muito pouco interesse em disputar o campeonato paulista. Prefere descansar, ficar em Santos cuidando de seus negócios e da Faculdade de Educação Física, e esperar as excursões para ganhar muito mais dinheiro, com menos esforço e responsabilidade.

Na última excursão no exterior (em apenas 44 dias) Pelé ganhou 105 mil dólares — aproximadamente 630 mil cruzeiros — fora o seu salário mensal de 15 mil cruzeiros. Parece que Pelé acostumou-se rapidamente a ficar longe dos jornalistas, dos torcedores e dos campos do Brasil.

A ECONOMIA

ITT: a intervenção revelada

Desde a semana passada, Nixon, Kissinger e Agnew são os novos personagens no escândalo da International Telephone and Telegraph (ITT). As investigações da subcomissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano para apurar a denúncia de que o grande truste americano das comunicações tentava junto — ou através da — CIA evitar a posse ou subverter a ordem no governo de Allende acabaram chegando à Casa Branca. Segundo as novas revelações, o vice-presidente dos EUA está ligado diretamente à compra da Hartford Fire Insurance pela ITT, contrariando uma lei antitruste existente nos EUA. Numa carta de agosto de 1970 a Agnew, o vice-presidente da ITT, Edward Gerrity, agradece ao vice-presidente dos EUA por ter conseguido uma reunião com McLaren. Este era o encarregado da divisão antitruste e estava dificultando a fusão da ITT com a Hartford. Na mesma carta, há referências a uma reunião entre Harold Geneen, presidente da ITT, e John Mitchell, então secretário da Justiça de Nixon. Nessa reunião, Mitchell teria assegurado a Geneen que Nixon não se opunha à fusão.

A fusão foi autorizada, finalmente, em 1971, e aparentemente agradecida a ITT colaborou com US$ 400 [illegible] para a campanha de reeleição de N[illegible]n.

O escândalo chegou perto de outro "notável" de Washington.

Os planos incluíam "pressão junto a diversos departamentos do governo norte-americano; divulgação de notícias na imprensa do continente, alertando contra o perigo de um governo marxista no Chile; pressão para que se cortassem os créditos àquele país em instituições financeiras"

Depondo perante a subcomissão do Senado, na semana passada, John McCone, um dos diretores da ITT (e ex-diretor da CIA), disse ter conversado com Kissinger sobre os planos da ITT para o Chile, mas que o assessor presidencial não chegou a dar uma resposta afirmativa categórica. Kissinger teria recebido a idéia com simpatia, "deu-me efusivos agradecimentos", diz McCone, "e disse que breve lhe daria notícias". O fato de Kissinger jamais ter denunciado os planos da ITT para o Chile poderia indicar que pelo menos não os repudiava.

Quanto à autoria dos planos para o Chile, Edward Gerrity declarou à subcomissão que realmente os discutiu com William Broe, chefe das operações da CIA na América Latina, mas não especificou se foram elaborados pela CIA ou pela ITT. De acordo com declarações anteriores, de William Merriam, os planos seriam da ITT, e teriam sido elaborados por dois técnicos da empresa no Chile.

O que se sabe com certeza, entretanto, é que havia bastante disposição tanto da CIA quanto da ITT em impedir que Allende subisse ao poder. Após as eleições que deram a Allende a maior parte dos votos, e enquanto se esperava a confirmação do Congresso chileno para que o presidente assumisse, o próprio presidente da ITT, Geneen, entrevistou-se com William Broe. Após esse encontro, Broe recebeu um memorando da ITT que continha "uma série de recomendações, resultantes dos temores da nacionalização das propriedades da ITT no Chile" (Companhia Telefônica e dois hotéis da cadeia Sheraton, entre outras propriedades).

Na ocasião, Allende mostrava-se preocupado com as manobras da ITT/CIA, e referiu-se diversas vezes ao jornal *El Mercurio* (conservador), de Santiago, acusando-o de divulgar notícias falsas sobre a Unidade Popular (que apoiava Allende), com o objetivo de criar o caos no país. Entre as "recomendações" contidas no memorando da ITT (segundo Merriam) entregue à CIA, há uma referência ao "comunicado que nós devemos fazer na cadeia *El Mercurio*". *Nós*, no memorando, referia-se provavelmente à ITT e outras empresas estrangeiras no Chile, como a Kennecott, Anaconda, W. R. Grace, Pfizer, Ralston-Parma e o Bank of America que, com interesses no Chile, fizeram algumas reuniões, organizadas por diretores da Anaconda, no escritório de Merriam "para, segundo o próprio Merriam disse no Senado, discutir a possibilidade da vitória de Allende".

A Ford Motor Company e a General Motors também teriam sido convidadas a participar da "conpiração" mas não teriam aceitado.

Para conseguir as desejadas pressões sobre Allende, William Merriam fez, só em 1971, 25 visitas ao Departamento de Estado, pois considerava a atitude daquele departamento "muito suave" em relação a Allende.

O caso da ITT, diz a revista americana *Newsweek*, mostra que pelo menos uma grande companhia de ação multinacional se comporta hoje como fazia a legendária United Fruit, especialista em montar e desmontar presidentes de *banana republics* da América Latina. A questão que vários países latino-americanos levantam no momento vai mais adiante: o comportamento da ITT, em níveis iguais ou mais brandos, não seria a regra no mundo dessas grandes companhias?

A feira do capital

275 empresas japonesas oferecem em São Paulo seus produtos e seus contratos

Seus organizadores apresentam-na como "Feira da Amizade" ou "Feira da Reciprocidade", mas, na realidade, a maior feira de produtos industriais japoneses já realizada no exterior — a Feira Industrial Japonesa — inaugurada nesta segunda-feira em São Paulo, seria classificada mais corretamente se recebesse o nome de Feira do Investimento Japonês no Brasil.

Aparentemente, a Feira — instalada em uma área de 15 mil metros quadrados, no Parque Anhembi — pretende vender aos empresários brasileiros os 200 mil produtos eletrônicos e da indústria pesada japonesa — avaliados em quatros [illegible]lhões de dólares — expostos pelas 275 maiores empresas particulares, estatais e *trading companies* do Japão.

Para organizá-la, a JETRO (Japan [illegible]xternal Trade Organization), órgão [illegible]ial do governo japonês, com [illegible]rios em 80 capitais do mundo, [illegible]u, em um período de três anos de [illegible]rativos, mais de dois milhões de [illegible]res.

E este investimento, segundo os diretores da JETRO no Brasil, deverá ser recompensado: eles esperam realizar um volume de negócios de 30 a 50 milhões de dólares até o dia 8 de [illegible]bril, quando se encerrará a exposição. Para financiar estes negócios, o Banco do Brasil recebeu um crédito de cinco milhões de dólares do Banco da Exportação e Importação do Japão, que deverá ser distribuído aos compradores brasileiros com dois anos de carência e mais cinco para o pagamento. Esta dotação inicial poderá ser "esticada" para até 30 milhões de dólares e, caso se confirmem as expectativas da JETRO, os bancos particulares brasileiros, associados aos maiores grupos financeiros japoneses, financiarão o restante das aquisições.

Mas será que nestes três anos, durante os quais quintuplicaram os investimentos japoneses no Brasil, o mercado consumidor brasileiro tornou-se tão atraente ao ponto de justificar tal interesse do governo e empresários japoneses? Não parece ser assim, como também tudo indica que vender não é o único objetivo desta feira, embora devam ocorrer muitos negócios.

As facilidades oferecidas pelo governo brasileiro foram os principais motivos que determinaram, segundo rumores que circularam nos pavilhões da Feira, o governo do Japão a sugerir a aplicação no Brasil, para o ano fiscal de 1973, da metade do total de seus investimentos no exterior. Falou-se até mesmo em 1 bilhão de dólares, quase nove vezes o investido em 1971 (120 milhões de dólares).

Mas além dessas facilidades os 275 expositores — dos quais a metade não tem representantes no Brasil — e outros 200 dos mais importantes empresários japoneses que deverão vir visitar a Feira foram atraídos pela possibilidade de investir no Brasil os excedentes dos seus lucros, para alcançar não somente o mercado interno brasileiro mas também os consumidores norte-americanos e europeus.

Para os japoneses, fabricar no Brasil, onde a mão-de-obra é mais barata, há interesse do governo e a situação política é considerada estável, será a solução ideal para a exportação de seus produtos, especialmente para o mercado dos Estados Unidos, onde a valorização do iene diminuiu em muito o poder de competição da mercadoria do Japão.

"Os empresários japoneses estão muito entusiasmados com a idéia de investir no Brasil", dizia na sexta-feira o sorridente Shigeo Uno, um dos diretores da JETRO. Uno acredita que uma fábrica de automóveis japonesa virá para o Brasil trazendo investimento de pelo menos 200 milhões de dólares.

MARÇO, 1964

por Hélio Silva

O historiador Hélio Silva viveu os agitados dias do início do movimento militar que hoje está no poder no Brasil. Nesses últimos anos ouviu vários dos principais personagens desses acontecimentos. Autor de O Ciclo de Vargas, conjunto de obras sobre a História brasileira contemporânea, aqui ele apresenta um primeiro ensaio do livro que vai escrever sobre as origens do atual governo militar brasileiro.

É cedo para uma História de 1964. Tudo o que se escreveu ou se escreve agora carece de perspectiva. Personalidades saíram de cena e, no entanto, serão consideradas, afinal, das mais importantes. E quantos — hoje nos primeiros lugares, a que chegaram por um capricho de circunstâncias — não os deixarão, inapelavelmente?

Coisas novas

Era um domingo e a casa da Rua Redentor, 371, estava cheia daquele pequeno Clube do Café que se reunia em visita ao presidente Dutra. Seu enteado, general José Pinheiro de Ulhoa Cintra, atraiu-me para o jardim. Precisava falar comigo e convidava-me para jantar, em seu apartamento da Rua das Laranjeiras. Fui. Sem saber, ia participar de uma conspiração.

Era ministro da Guerra o general Jair Dantas Ribeiro. Quando cadete do Realengo, namorara uma moça do Riachuelo. Casou-se com ela. Sua irmã casou com um rapaz também de Riachuelo, Celso Miranda Reis, hoje tabelião em Copacabana.

O subúrbio carioca de Riachuelo constituía uma família. O cadete Jair integrou-se no grupo. Vinha daí uma velha amizade, espaçada, depois, em relação a ele, pelas ausências do Rio, mas cada vez mais estreitada, em referência ao seu concunhado, Celso. Essa era a razão do convite do general Ulhoa Cintra.

Ulhoa Cintra me devia uma atenção. Quando Jair assumira a pasta da Guerra, pensara em afastar do Rio Ulhoa Cintra, que sabidamente estava contra o governo. Mandá-lo-ia para o Amazonas. Procurei interferir, através de Celso. Apelei, em nome do respeito e apreço que sabia tinha Jair pelo presidente Dutra. O ato ia ferir o velho marechal. Jair atendeu. Agora era Ulhoa que me convocava para uma missão importante. Crescia a animosidade, nos altos escalões militares, contra Jango. Os mais destacados chefes, Denys, Dutra, Cordeiro, Nelson de Melo, estariam dispostos, porém, a prestigiar Jair, em nome da unidade do Exército, se ele assumisse o compromisso de exigir de Jango certas condições, consideradas imprescindíveis ao sossego do país. Ulhoa chegou a me dizer que podia assegurar a Jair a ida daqueles chefes militares a seu gabinete, no Palácio da Guerra.

Quais eram essas condições? Podiam se resumir em quatro itens: 1.º) Jair seria o chefe verdadeiro do Exército, afastando qualquer influência do general Osvino; 2.º) não permitiria a ascensão e a influência do general Assis Brasil, em assuntos político-militares, porque Assis Brasil era considerado, por eles, o verdadeiro chefe comunista do Exército; 3.º) Jango se comprometeria a respeitar a Constituição; 4.º) Jango dissolveria as formações populistas — CGT, PUA, UNE.

Não fiz, nem podia fazer, o entendimento pessoal com o ministro da Guerra. Foi seu concunhado que fez a sondagem. O primeiro ponto era reivindicado, energicamente, por Jair. O general Osvino tinha sido afastado do Exército, como condição preliminar, para que assumisse a pasta da Guerra. Estava de acordo, também, quanto ao segundo item. Recebeu, por essa ocasião, documentado dossiê informando sobre as atividades de um grupo de oficiais apontados como comunistas: Osvino, Assis Brasil, Zerbine, Cunha Melo, Francisco Teixeira. O terceiro ponto era, igualmente, um compromisso já assumido entre Jango e Jair, de que não o apoiaria em qualquer golpe. O quarto e último quesito criou o impasse: Jango não abria mão de seu dispositivo popular. A mesma resposta que sustentaria nas derradeiras conversas telefônicas com o general Kruel, no dia 31.

A resposta possibilitava uma expectativa, mas afastava a aliança. No prosseguimento dos acontecimentos Jair manteria a primeira reivindicação. Cederia quando o general Assis Brasil, afastado para a assessoria militar da representação em Buenos Aires, veio para a chefia da Casa Militar. A terceira condição Jair a manteve até o fim. Isso mesmo me reafirmou, nas longas conversas que tivemos, já não com o ministro da Guerra de Jango, mas com o general reformado, convalescente de um mal incurável, na varanda de sua casa, naquele subúrbio carioca do Riachuelo. O quarto e derradeiro compromisso nunca foi assumido. Nem com Jair, nem com Kruel.

Dei por terminada a minha missão, embora várias vezes tivesse que realizar pequenas tarefas que Ulhoa Cintra denominava, enfaticamente, a *minha missão*.

Os idos de março já eram um setor de nosso arquivo. São notas para a História que pretendo escrever, depois de terminado o *Ciclo de Vargas*. Recebo um convite do marechal Odílo Denys, a quem devo preciosa colaboração no *Ciclo de Vargas*. Dias depois, o presidente Dutra confirmou o interesse do marechal naquele encontro. Fui à sua casa. Conversamos longamente. Ele queria prestar seu depoimento ao pesquisador cujo trabalho conhecia de outras ocasiões. Embora não tivesse a intenção de escrever — ao menos proximamente — sobre 1964, quis ouvi-lo, porque o considero a principal figura daquele movimento. Comecei a pesquisar, em suas origens, o movimento de 64.

De início, temos de esclarecer que não o considero uma revolução. Essa denominação parece exercer sobre as lideranças políticas que chegam ao poder o fascínio de um amplo programa progressista. Daí, dos golpes e contragolpes, das quarteladas, das lutas eleitorais mais renhidas surgirem *movimentos revolucionários e revoluções*. No Brasil República o movimento de 30 marcou o deflagar da revolução brasileira, iniciada em 1922 e reflexo da crise do mundo moderno que tem origem na Primeira Guerra Mundial.

É quando começa a História contemporânea de que o movimento de 64 é um episódio marcante.

A conspiração

A pesquisa que realizei aponta como a primeira contestação a Jango — aquela que determina a reação e desencadeia o movimento — o manifesto dos três ministros militares sobre a posse de Jango na presidência da República, datado de 30 de agosto de 1961. Nele há uma advertência: "Na presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao chefe de nação, o sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil". Por isso, aqueles chefes militares haviam manifestado "a absoluta inconveniência do regresso ao país do vice-presidente, sr. João Goulart".

Frente ao dilema de desobedecer à Constituição, não empossando, na presidência, o substituto legal do presidente renunciante, ou dar posse com a ameaça de uma guerra civil, modificou-se o texto constitucional.

A emenda era pior que o soneto. Com parlamentarismo — que nunca funcionou; com plebiscito — que restaurou as condições do impasse inicial, Jango criou o choque determinante de mais uma fase crítica da revolução brasileira. Porque, justo no momento em que deixavam as pastas militares, os três signatários da nota de protesto começavam o movimento que eclodiria a 31 de março de 64.

Jango Goulart

Começou na própria residência do marechal Odilo Denys. Continuou e se desenvolveu em Petrópolis, no Edifício Centenário, onde tinham apartamento de veraneio o mesmo marechal, o marechal-do-ar Eduardo Gomes, Francisco Campos e Antonio Neder. Na vizinhança moravam o almirante Sílvio Heck e o brigadeiro-do-ar Gabriel Grun Moss. Ali iam ter os generais Osvaldo Cordeiro de Farias e Nelson de Melo.

A conspiração militar teve como iniciador e chefe o marechal Odilo Denys. Perguntei-lhe por que não agira, ainda no exercício do cargo, mobilizando a tropa, impondo a solução violenta, como fizera impedindo Carlos Luz. Respondeu que, naquela ocasião, tinha o respaldo do Congresso.

Em 1961, uma atitude semelhante, sem a cobertura política, teria deflagrado a guerra civil. Por isso, retirou-se, lavrando o protesto com seus colegas da Marinha e da Aeronáutica. A posse de Jango abriu a expectativa sobre suas previsões. Amiudaram-se os contatos entre os antigos ministros e colegas de farda igualmente descontentes com a marcha dos acontecimentos. A conspiração foi se desenvolvendo. São quase quatro anos de articulações demoradas. Houve movimentos paralelos, transitórios ou continuados, sem que se estabelecessem conexões. A Guanabara vivia uma agitação permanente, com o governador Carlos Lacerda. Mas não havia uma ligação com a conspiração de Denys. Em São Paulo, conspiravam ativamente Júlio de Mesquita Filho e Ademar de Barros. A conspiração paulista deveria ter tido, como chefe militar, o general Peri Constant Bevilacqua. Mas isso não aconteceu.

Enquanto o elemento político se articulou, firmemente, na conspiração de Denys, o elemento militar esteve indefinido até a manhã de 1.º de abril. Os conspiradores não estabeleceram jamais uma ligação pessoal com o general Amaury Kruel. O elemento usado era seu irmão, o general Riograndino. Kruel não se comprometeu até o momento final. Daí seus entendimentos, até a madrugada de 31, pelo telefone, com Jango, apelando para que desmontasse o dispositivo popular. Se Jango houvesse acedido, Kruel poderia descer com o II Exército, mas para defender Jango. E porque a posição de Kruel era conhecida, seguiram para o sul os generais Osvaldo Cordeiro de Farias e Nelson de Melo para assumirem o comando da tropa revolucionária.

A principal articulação política foi feita com Minas. Os conspiradores não contavam com o I Exército, francamente dominado pelo general Jair Dantas Ribeiro, como demonstrara por duas vezes nos comícios de Jango. A conspiração no Rio era morosa. O elemento mais ativo era o general Syzeno que atuava junto ao general Artur da Costa e Silva. O general Humberto Castelo Branco, chefe do estado-maior, tinha diálogo com os descontentes. Um dos elementos com que mais se avistava era o general Ulhoa Cintra. Castelo também preferia uma solução constitucional, com a passagem de governo a seu tempo. Esse era, aliás, o pensamento generalizado.

Desaconselhada a idéia de iniciar o movimento no Rio, prevaleceu a de que deveria começar em um grande Estado. Afastado o Rio Grande, onde estava Brizola; inseguros quanto a São Paulo, apesar de Ademar, pensou-se em Minas. Em Minas estava um homem já comprometido com a conspiração — Olímpio Mourão Filho.

A guarnição de Minas, de efetivo menor, não inspirava desconfiança ao governo central. Era uma das razões da permanência de Olímpio Mourão Filho no comando, não sendo um dos generais de confiança de Jango, Jair ou Assis Brasil.

O primeiro contato com Magalhães Pinto foi feito pelo antigo juiz federal, hoje ministro do STF, Antonio Neder, mineiro como ele, no seu banco no Rio. Neder falava em nome de chefes militares, mas Denys não aparecia. Magalhães queria maiores garantias. Houve novo encontro, em casa de José Monteiro de Castro, comparecendo, como representantes de Denys, Osvaldo Cordeiro de Farias e Nelson de Melo. Um dos elementos empregados nas articulações no Rio, Aurélio Ferreira Guimarães, teria perguntado a Magalhães Pinto se confiava no seu comandante da Força Pública. Disse que sim, era de sua absoluta confiança. E o comandante da força federal, em Belo Horizonte, general Guedes? Também respondia por ele. E o comandante da guarnição, sediado em Juiz de Fora, Olímpio Mourão Filho? Magalhães Pinto confirmou que confiava neles. "Então — respondeu-lhe seu interlocutor — saiba que esses três vêm ao Rio e estão na conspiração. Mas guarde segredo".

Enquanto isso no Rio havia muitas conspirações e muitos conspiradores, sem articulação entre eles. O governador Carlos Lacerda fora a figura destacada da oposição a Jango. Não estava dentro do plano do movimento que descia de Minas. Ele mesmo declarou, mais tarde, em Roma: "Na verdade, havia coisas que eu não sabia, pois não me contavam, e havia coisas que eu não queria saber".

Havia conspiradores incansáveis, como o general Syzeno, que trouxe o general Artur da Costa e Silva para a revolução; o general Ulhoa Cintra, mantendo contato com o chefe do estado-maior, Castelo Branco, e articulado com Denys; um poderoso núcleo de resistência na Marinha que se mobilizou, sob a chefia do almirante Arnold Hassemann Fairabairn e impediu que o almirante Aragão descesse da ilha das Cobras com o Batalhão Naval; uma rede de guerra psicológica que telefonou para os chefes militares, que tinham filhos na Academia Militar de Agulhas Negras, avisando que os cadetes desciam na vanguarda da tropa e eles iriam combater seus próprios filhos. Tudo isso havia e funcionou quando Jango embarcou no Avro que o levaria a Brasília, primeira etapa da derrota.

Mas o movimento irrompido, primeiro em Juiz de Fora e, a seguir, em Belo Horizonte, só depois foi

continua na página 8

Segundo o ex-ministro da Guerra de Jango Goulart, o general reformador Jair Dantas Ribeiro, o Serviço Secreto do Exército naquela época não possuía nem as verbas nem o pessoal necessário para mantê-lo informado das atividades dos conspiradores. E justifica-se: "Não podia mandar sargentos espionar generais".

continuação da página 7

ensaiava outra política, mantendo o almirante Aragão no comando do Batalhão Naval, enquanto os marinheiros, liberados por ordem direta do presidente Jango Goulart, realizavam uma ação pública (e fotografada) de Ação de Graças na Igreja da Candelária, um pequeno e expressivo grupo se reunia na sala reservada do aeroporto de Juiz de Fora. Era um encontro de conspiradores. Nesse *carrefour* aéreo não despertavam suspeitas o governador de Minas, Magalhães Pinto, seu secretário de Estado, José Monteiro de Castro, o comandante da Força Pública e o general Guedes, responsável pela guarnição federal em Belo Horizonte. Do Rio, haviam seguido o marechal Odílo Denys e o juiz Antonio Neder. Era mais numerosa a caravana. Mas nem todos se acercaram do local onde se reuniam os conjurados. Havia, finalmente, o comandante da Região, o general Olímpio Mourão Filho. Mas este estava sediado em Juiz de Fora. Foi, então, marcado o dia e a hora. O comunicado ao Rio. Precisamente porque os conspiradores não contavam com elementos articulados, no Rio, para o levante simultâneo. Os chefes que ainda aqui se achavam, entre eles os generais Muricy e Ulhoa Cintra, embarcaram, às pressas, para Minas, a tempo de assumirem a vanguarda da tropa que vinha, exatamente porque as suas missões não eram no Rio.

A conspiração caminhara, em avanços e recuos, como todas as conspirações. A sucessão de fatos tidos como os preparativos de um golpe de Jango, situação que se agravava com o afastamento, por doença, de seu ministro da Guerra, determinou a precipitação do que estava planejado para princípios de abril. Os acontecimentos da Marinha, considerados de extrema gravidade, como quebra da hierarquia, fizeram com que os responsáveis pelo movimento se encontrassem para marcar a data e a hora. Assim, na Sexta-Feira Santa, quando um novo ministro da Marinha — almirante Paulo Mário Rodrigues — governador Magalhães Pinto publicaria um manifesto, ao mesmo tempo que Mourão, em Juiz de Fora, sublevaria a tropa sob seu comando. Guedes viria de Belo Horizonte. Se Kruel, afinal, não se decidisse, Cordeiro de Farias e Nelson de Melo, este antigo comandante do II Exército e ex-ministro da Guerra, procurariam assumir o comando, descendo para formar a vanguarda da revolução. Combinaram e separaram-se.

Perguntei ao general reformado Jair Dantas Ribeiro se o Serviço Secreto do Exército não o mantinha informado sobre as atividades dos conspiradores. Houve uma versão segundo a qual tantos ministros da Guerra tivera Jango e tão pouco demoravam que nenhum deles dispôs de informações completas. A mim, Jair deu outra explicação: não tinha verba. E acrescentou, textualmente: "Não podia mandar sargentos espionar generais".

Segundo ele, o Serviço Secreto do Exército, àquele tempo, era insuficientemente dotado de pessoal e de verba. Quando o general Assis Brasil assumiu a chefia do Gabinete Militar, chamou a si, de certa forma, a função política, inclusive a observância das atividades oposicionistas. Mas não o fez com eficiência. Contou-me Jair que, certa vez, Jango, na sua presença, encarregou o general Assis Brasil de interpelar o general Humberto Castelo Branco, chefe do estado-maior, a propósito dos seus contatos frequentes com elementos suspeitos. Quando Assis Brasil saiu, Jango pediu a Jair que o mandasse seguir. O resultado foi grotesco. Assis Brasil, em vez de ir ao Ministério da Guerra, dirigiu-se ao Hotel Copacabana Palace e lá permaneceu algum tempo. Quando voltou, porém, informou a Jango que estivera com Castelo Branco e esse declarara que seus entendimentos com outros militares eram no sentido de aplainar dificuldades e manter esses colegas na defesa das instituições. Isso satisfez a Jango, embora soubesse do desvio de itinerário de seu auxiliar. Jango contava com Castelo. Também Jair não estava receoso de qualquer movimentação na área do I Exército. Sabia das repetidas ausências do general Cordeiro de Farias. Não calculava que seu velho chefe, Denys, já tivesse levado tão longe seu trabalho. Até certo ponto essas declarações coincidem com os fatos. Embora, depois de vitorioso o movimento, tivessem sido publicados vários depoimentos relatando atividades importantes de conspiração.

Tudo começou quando o general Mourão Filho atendeu ao chamado de sua mulher, d. Maria, que estava assistindo, pela TV, a reunião dos sargentos no Automóvel Clube, irritou-se com o discurso do presidente e resolveu desencadear o dispositivo já articulado para horas depois. Por isso, a mobilização de Mourão antecedeu a de Guedes, quando ambos deveriam ter partido à mesma hora. A sequência é conhecida, inclusive a ocorrência, com a mensagem do governador Magalhães Pinto, que Mourão reclamava, querendo partir mesmo sem ela.

E o Rio? Que havia no Rio? Como souberam do levante?

A primeira comunicação foi recebida pelo antigo ministro da Justiça de Jango, Armando Falcão. Foi ele quem avisou ao general Humberto Castelo Branco, ao general Muricy, ao general Ulhoa Cintra. O general Castelo Branco telefonou, de seu gabinete no EME, ao sr. José Luís Magalhães Lins, sobrinho e representante do governador Magalhães Pinto no Rio de Janeiro. Nesse telefonema, o general Castelo Branco disse que fora informado de que tropas da guarnição federal e da polícia mineira tinham se revoltado contra o governo João Goulart. Em seguida, fez sentir que esse momento, além de inoportuno, parecia-lhe impatriótico porque poderia desencadear a guerra civil. Por essas razões, pedia ao sr. Magalhães Lins para que intercedesse junto ao governador Magalhães Pinto a fim de que esse verificasse a possibilidade de sustar o deslocamento daquelas tropas e de fazê-las retornar aos seus quartéis.

Magalhães Lins não alcançou êxito porque o governador Magalhães Pinto respondeu-lhe que a revolução era uma realidade e encontrava-se em pleno desenvolvimento.

Conhecedor do pensamento do governador, Magalhães Lins o transmitiu ao general Castelo Branco pelo telefone. Inconformado, o general Castelo Branco ligou o telefone para o Palácio da Liberdade, onde falou com o governador. O general renovou o

continua na página 9

Os americanos e a queda de Jango

A política de influência dos Estados Unidos nos negócios do Brasil é às vezes relacionada com o suicídio de Janio Quadros e a queda de Jango.

Não foi a primeira vez que se ligou um fato político brasileiro à influência dos Estados Unidos. Quando Vargas se suicidou, essa acusação foi feita. E, aludindo às *forças ocultas* que teriam forçado sua renúncia, Janio Quadros deixou no ar a mesma dúvida. Ela teria de se repetir na queda de Jango. Não apenas no Brasil. Nos Estados Unidos há toda uma vasta literatura tratando da política de influência que os americanos fazem, depois da Segunda Guerra Mundial.

No meu trabalho pessoal de pesquisa, obtive a informação, de fonte reservada, de que elementos destacados do movimento haviam sido procurados por um estranho personagem, que se dizia grego e representante de um organismo internacional de combate ao comunismo, logo identificado como a CIA. Oferecia armas e tudo o que fosse necessário. Teria havido novos contatos, já com o adido militar norte-americano, então coronel Verno Walters e, finalmente, com o próprio embaixador Lincoln Gordon. As vésperas da revolução, uma esquadra americana estava em condições de alcançar a costa brasileira, para um eventual auxílio aos revolucionários, sob a motivação de prestar assistência aos súditos norte-americanos e aos interesses americanos, como foi feito mais tarde em São Domingos.

Uma negociação dessa natureza, se existente, nunca pode ser cabalmente comprovada. Porque a comprovação, se existir, só será revelada muitos anos depois, em remoto volume do *Foreign Relations*, que ainda está publicando matéria de 1947. Ou em alguma revelação dos *papers* secretos da CIA. Mas vamos seguir a pesquisa. A informação de que houvera entendimentos com esses elementos norte-americanos foi-nos confirmada pelo general Olímpio Mourão Filho, que sabia da possibilidade de aproximação de uma esquadra, se necessário. Disse-nos ele que nenhum auxílio militar chegou a ser prestado.

Quando ainda não se comentava essa participação norte-americana no movimento de 64, Skidmore publicou extenso trabalho no *Jornal do Brasil*, mais tarde reproduzido em *Apêndice*, em seu livro. Negando a participação oficial do governo americano, ou de seu embaixador, Lincoln Gordon, Skidmore afirma que a embaixada estava *bem-informada* sobre a conspiração e refere, pelo menos, três contatos entre os conspiradores e a embaixada, antes de 31 de março de 64, com a oferta de materiais de guerra, em caso de necessidade. A resposta foi de que, no momento, não precisavam de material de guerra, que tinham em abundância, mas talvez precissassem de combustível, se a luta se prolongasse.

Depondo perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado norte-americano, o embaixador Lincoln Gordon negou a participação oficial da embaixada. Reconheceu que seu adido militar, coronel Vernon Walters, estava bem-informado sobre a marcha da conspiração. Posteriormente, já não o embaixador, mas o professor universitário Lincoln Gordon falou mais claramente ao jornalista brasileiro Elio Gaspari (*Veja*, n.º 167, de 17/11/71). No dia 30, quando estava assistindo, em casa, ao discurso de Jango no Automóvel Clube, recebeu um telefonema de Washington, do subsecretário de Estado Dean Rusk, com quem mantinha frequentes contatos naqueles dias. Sua informação foi precisa: a situação estava piorando. No dia seguinte, ao chegar à embaixada, Walters lhe comunicou que havia um levante em Minas. Já Walters tinha a informação segura de que a tropa estava sob o comando do general Mourão Filho. Quanto à presença da esquadra americana, Lincoln Gordon respondeu: "É possível que tenha ocorrido algum movimento da frota, mas isso se deveria ao fato de que, na época, existiam 40 mil americanos no Brasil e toda embaixada tem sempre um plano de retirada de emergência para nacionais. Esse plano é atualizado de seis em seis meses. No caso do Brasil, pelo tamanho do país, tinhamos um plano bastante complexo. E ele tinha sua razão de ser. As ameaças de Leonel Brisola contra os Peace Corps me preocupavam. Eu pensei na hipótese de uma guerra civil e nesse caso os cidadãos americanos tinham de ser retirados. Portanto, é possível que a nossa Marinha tenha pensado em ajudar nessa operação". Gordon confirma que foi procurado por militares e civis que pediam o auxílio americano. Acrescenta que, "em 1963, houve um contato entre um funcionário da embaixada e um civil bastante respeitável que lhe contou uma longa história de uma conspiração. Ele pedia apoio só para o caso de uma guerra civil. Eu respondi que esse era um problema exclusivamente brasileiro e que o movimento não poderia depender de uma resposta nossa".

O então coronel Vernon Walters, depois promovido a general, é hoje a segunda pessoa da CIA. Se houvesse interferência americana no processo revolucionário brasileiro, não seria oficialmente, por intermédio da representação credenciada, do embaixador Lincoln Gordon. Só poderia ser feito pela CIA.

É outro embaixador, John Tuthill, que sucedeu a Lincoln Gordon, que revela o quadro excessivo de pessoal na representação americana. Ficou famosa a operação Topsy, que deixou vazios andares inteiros do prédio da USAID. Também tendo deixado o serviço diplomático, para lecionar economia, em Bolonha, na Itália, publicou, no *Foreign Policy*, um artigo onde conta como reduziu de 920 para 527 as pessoas dessa representação. A missão militar, com 54 oficiais e praças, baixou para um terço.

Jango e mr. Lincoln Gordon

OS MILITARES NO PODER

O movimento de 64 marca o fim do papel tradicional dos militares na política e o aparecimento de novos padrões. Até então, os militares atuavam como o *poder moderador*. Derrubavam um presidente, mas não ocupavam o poder. Esse conceito tradicional de seu papel na política brasileira resultava de uma confiança relativamente alta na habilidade dos civis para governar e, paralelamente, na pouca confiança em sua própria aptidão política. Esse ponto de vista foi defendido, ainda em 19 de setembro de 1955, num discurso na Escola Superior de Guerra, pelo general Castelo Branco: "Há aqueles que recomendam, como o melhor caminho para a participação dos militares na recuperação do país, intervir e assumir o controle do governo. Os mais sinceros dizem que isso é necessário devido à incapacidade das instituições políticas para resolver os problemas da nação. As Forças Armadas não podem, se não fiéis à sua tradição, fazer do Brasil uma outra "republiqueta" sul-americana. Se nós adotarmos esse regime, entraremos nele pela força, haveremos de mantê-lo apenas pela força e sairemos dele pela força".

Essa tradição terminou em 64.

A segurança nacional

A Segunda Guerra Mundial mudou o conceito de segurança nacional de muitos países, a começar pelos Estados Unidos. O primitivo conceito de isolacionismo perdeu sua razão de ser e a segurança dos Estados Unidos tornou-se a segurança do hemisfério.

No mundo de após-guerra, a bipolarização do poder e a divergência fundamental entre as duas superpotências — Estados Unidos e Rússia — alargou a todas as nações americanas a faixa de segurança dos Estados Unidos. Esta é a teoria atual de segurança do Pentágono.

Os oficiais brasileiros que formaram a FEB, cursaram a Escola Superior de Guerra e estagiaram nos Estados Unidos identificaram-se com essa teoria. É óbvio que esse conceito abrange participação militar e objetivos econômicos, porque "segurança e desenvolvimento constituem temas inseparáveis".

Dentro dessa doutrina, os Estados Unidos, oficialmente através da representação diplomática, ou por intermédio da CIA, tem de considerar de relevância os problemas da política interna da América.

Bibliografia:

1. Thomas Skidmore—BRASIL: DE GETULIO A CASTELO (Título do original em inglês-POLITICS IN BRAZIL, 1930-1964) — tradução brasileira por uma equipe coordenada por Ismédia Tunes Dantas)
Ed. Saga, Rio de Janeiro, Brasil, 1969

2. John J. Johnson-THE MILATARY AND SOCIETY IN LATIN AMERICA — Stanford University Press-Stanford, California, USA-Ed. original em 1964. Reeditada em 1965, 1967, 1968

3. Claudio Veliz — THE POLITICS OF CONFORMITY IN LATIN AMERICA — publicado sob os auspícios do Royal Institute of International Affairs-Oxford University Press, USA, 1967

4. G. Lowell Field — COMPARATIVE POLITICAL DEVELOPMENT OF THE WEST — Cornell University Press-Ithaca, New York, USA, 1967

continuação da página 8

apelo para que fizesse as tropas estancarem a sua marcha e retornarem aos quartéis. O governador respondeu que Minas arcava com a responsabilidade de ter deflagrado a revolução e os riscos decorrentes dessa atitude. Diante da resposta tão afirmativa, o general Castelo Branco considerou o levante fato consumado. Ainda procurou entender-se, pelo telefone, com o marechal Denys, que se encontrava em Juiz de Fora, na chefia do movimento. Não conseguiu. O general Castelo Branco, mais tarde, retirou-se do Palácio do Exército e foi à casa de um amigo.

Com referência à situação no Palácio da Guerra, consta uma declaração, nesse dia 31 de março, do comandante da Polícia do Exército, coronel Domingos Ventura Pinto Junior, de que "recebeu e cumpriu, apenas, quatro ordens: a) guarnecer o Palácio das Laranjeiras e garantir as autoridades que lá estavam; b) guarnecer e só permitir a entrada, no Ministério do Exército, de elementos e tropa com permissão; c) liberar a entrada, no Ministério do Exército, para o general Castelo Branco e comitiva; d) restabelecer a ordem popular no centro da cidade e Praia do Flamengo". A deflagração do movimento em Minas catalizou as resistências à política de Jango. Era preciso aproveitar a desorientação do governo, a acefalia do Ministério da Guerra, a indecisão de Jango, as restrições do general Amaury Kruel que ainda não se definira a favor da revolução, mas também não vinha em defesa de Jango. Já vimos, pela

O quartel-general revolucionário foi instalado num apto. de luxo em Copacabana, servido por 4 elevadores, 3 escadas e perto de duas embaixadas.

declaração do comandante da Polícia do Exército, que o Palácio da Guerra não seria o quartel-general revolucionário. Ele vai instalar-se em Copacabana, num local prodigiosamente disposto para a função: um conjunto de três apartamentos, ligados entre si, uma área de 500 m2, servidos por dois elevadores sociais, em alas diferentes, dois elevadores de serviço, três escadas, cinco saídas. Mais: nos andares inferiores, duas embaixadas, da Espanha e da Finlândia.

E, sem querermos arriscar uma complicação diplomática, podemos assegurar que, nessa noite, ambas permaneceram de portas abertas, com pessoal de plantão. Local: Rua Duvivier, 43. Seu proprietário — dr. Aurélio Ferreira Guimarães, oficial médico da reserva do Corpo de Saúde do Exército, cujos serviços à Revolução foram premiados, no Dia de Caxias, Patrono do Exército, a 25 de agosto de 1964, com a Medalha do Mérito Militar.

A chefia desse estado-maior revolucionário estava sob a responsabilidade do general-de-divisão Syzeno Sarmento e dele participaram os seguintes oficiais: coronéis Teotônio de Vasconcelos, Luís Alencar de Araripe, Raul Lopes Munhoz, Omar Diógenes de Carvalho, Mário David Andreazza, Antônio Ferreira Marques, Lourival Massa da Costa, Edson de Figueiredo, Ramiro Tavares Gonçalves, Jaime Portela de Melo, majores Paulo Biar e Hilton do Vale e Aurélio Ferreira Guimarães. Desse local, do seu telefone, partiram as ordens determinantes das primeiras providências.

A primeira pedra

Naquela manhã de 31, quando os jornais apenas se ocupavam do encontro de Jango com os sargentos, no Automóvel Clube, havia poucos lugares onde se aguardavam notícias. O local para onde primeiro me dirigi foi à Rua Redentor, onde se encontrava o marechal Eurico Gaspar Dutra. Relutando, durante muito tempo, em ligar-se à conspiração, começara rompendo um silêncio de 13 anos com seu manifesto ao Exército, cujo significado e repercussão não foram bem compreendidos pelo governo. O velho chefe militar ainda formulara um apelo em favor da ordem. Sua palavra, porém, unificara o Exército. Dutra relutou em aceitar a revolução. Instado por seu enteado, general Ulhoa Cintra, chegou a preparar-se pessoalmente, familiarizando-se com o manejo de uma metralhadora portátil. Haveria um helicóptero para levá-lo, no momento oportuno, para o lugar conveniente. Mas, na manhã de 1.º de abril, ele estava em casa, onde fui o primeiro a chegar. A uma pergunta, respondeu com segurança: "Até meio-dia está tudo resolvido".

Em Juiz de Fora, o marechal Denys sabia que forte contingente partira do Rio, a fim de combater os revolucionários. Pediu ao coronel João Batista da Costa que enviasse um emissário de sua confiança a Três Rios, onde se encontravam as tropas, para sentir o seu poderio bélico, o seu valor numérico e quem as comandava. O

Costa e Silva e Castelo Branco

emissário foi Milton Batista da Costa, filho do referido coronel, que se apresentou ao coronel Raimundo Ferreira de Souza, dizendo-lhe que seu pai queria falar com ele, pelo telefone. Feita a ligação para Juiz de Fora, Milton passou o telefone ao coronel Raymundo. O diálogo havido foi o seguinte:

Coronel Raymundo: — Aqui fala o coronel Raymundo Ferreira de Souza. Como vai passando o coronel João Batista da Costa?

Marechal Denys: — Coronel Raymundo, quem está no telefone não é o coronel João Batista da Costa, mas sim o marechal Denys. Como é que vai o senhor?

Coronel Raymundo: — Marechal, que prazer em falar com v.excia. Onde está v.excia.?

Marechal Denys: — Eu estou em Juiz de Fora, chefiando a revolução. Eu desejo saber se o meu amigo está ao lado do Brasil, contra o comunismo, ou ao lado de João Goulart, com o comunismo.

Coronel Raymundo: — Eu estou onde v.excia. estiver. Agora, eu me encontro em Três Rios para receber as ordens de v.excia. e para serem cumpridas por mim e pela minha tropa.

Marechal Denys: — Coronel Raymundo, a sua atitude não me surpreendeu e o Brasil jamais se esquecerá do seu gesto de coragem impregnada de patriotismo e de amor à pátria.

Coronel Raymundo: — Muito obrigado, meu ilustre chefe. Quais as ordens de v.excia. para mim e para a tropa sob o meu comando?

Marechal Denys: — Coronel Raymundo, avance com a tropa até Paraibuna.

Em Paraibuna, houve a confraternização das tropas às 23h55m. De Paraibuna, as tropas seguiram para o Rio de Janeiro.

Os conspiradores não tiveram diálogo pessoal com o comandante do II Exército, general Amaury Kruel. Porque não havia o comprometimento formal de Kruel o Marechal Denys mandou a São Paulo, em fins de março, os generais Osvaldo Cordeiro de Farias e Nelson de Melo. Se o general Kruel não se definisse a favor da revolução, Nelson de Melo, antigo comandante do II Exército, assumiria o comando, prendendo o general Kruel. O general Osvaldo Cordeiro de Farias desenvolveria uma missão tática e, se necessário, partiria para Curitiba, onde assumiria o comando da 5.ª RM, onde se encontrava o coronel Francisco Boaventura Junio.

O comando do II Exército estava assim constituído: general de Brigada Durval Campelo Macedo, chefe do EM; general-de-brigada Euryale de Jesus Zerbini, comandante da ID-2, sediada em Caçapava; general-de-divisão Aluízio de Miranda Mendes, comandante da 2-DI, sediada em São Paulo; general-de-brigada Carlos Buck Junior, comandante da guarnição de Santos; general-de-brigada Lindolpho Ferraz Filho, comandante da Artilharia Divisionária da 2.ª Divisão, sediada em Jundiaí (estava em férias quando eclodiu o movimento. Da estação de águas, em Minas Gerais, veio ao Rio de Janeiro para depois seguir viagem para Jundiaí, onde chegou no dia 2 de abril); general Armando Bandeira de Moraes, comandante da 2.ª RM.

Em 31 de março, o 4.º RI, sediado em Quitaúna (Osasco), sob o comando do coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro rebelou-se e, sem consultar os escalões superiores, dispôs-se a marchar sobre o Rio de Janeiro. Esse gesto teve grande repercussão junto ao 5.º RI, de Lorena; o 6.º RI, de Caçapava; o 4.º Regimento de Obuzes 105, de Itu; o 5.º Grupo Antiaéreo de Campinas, que se deslocou para São Paulo e, ainda, em outros corpos de tropa.

A oficialidade da 2.ª DI fez sentir ao comandante, general Aluízio de Miranda, que estava com a revolução. O comandante, declarando francamente seu ponto de vista contrário, concordou, porém, em movimentar a tropa, conservando-se no seu comando. Quando chegou ao Rio, foi transferido para a ESG. Depois era convidado a requerer sua passagem para a reserva.

O general Amaury Kruel soube do levante de Minas pela madrugada de 31. Às 18h transferiu seu comando para o QG da 2.ª DI, sediada em São Paulo. Houve uma convocação de generais, em seu gabinete, às 19h, para exame da situação, comparecendo Aluízio Mendes, comandante da 2.ª DI; Euryale de Jesus Zerbine, comandante da ID-2, sediada em Caçapava; Carlos Buck Junior, comandante da Guarnição Militar de Santos; Armando Bandeira de Moraes, comandante da 2.ª RM. Não compareceu o general Lindolpho Ferraz Filho, que estava de férias.

Nessa reunião discutiu-se a situação e a possibilidade do deslocamento de tropas pelo interior, ou para fora do Estado. Os generais Aluízio Mendes e Armando Bandeira de Moraes, sem oferecerem resistência a Kruel, procuraram demovê-lo dos seus propósitos, aconselhando-o a guardar uma posição de expectativa e vigilância. O general Zerbine, divergindo frontalmente de Kruel, acabou sendo preso por ele.

Às 21 h 30m o general Arthur da Costa e Silva teletona, do Iate Clube do Rio de Janeiro, para Kruel. Testemunharam a cena os srs. Carlô Marcondes Ferraz e Aurélio Ferreira Guimarães. O diálogo, reproduzido de memória, foi o seguinte:

General Costa e Silva: — *Alemão* (apelido por que é chamado o general Kruel na intimidade, por seus antigos companheiros), é o Costa e Silva quem fala. Como vai você?

General Kruel: — Bem e você?

General Costa e Silva: — Eu estou à frente da revolução e conto com o apoio do Castelo e de outros generais. Estou lhe telefonando para saber da sua posição.

General Kruel: — Eu não posso, neste momento, responder a você. Preciso, antes, entender-me com o Jango, a quem estou vinculado pela amizade e pela disciplina hierárquica. Você vai me dar uma hora para eu realizar as minhas consultas.

General Costa e Silva: — Kruel, você tem um minuto para responder-me se está com a revolução ou se está ao lado do Jango. No espaço de uma hora, sem a sua definição, muita coisa pode acontecer e você sabe que vai acontecer. Defina-se enquanto é tempo.

General Kruel: — Eu fico solidário com você e mesmo porque não acredito que o Jango possa ou deva aceitar as minhas condições. Eu lamento o que está acontecendo, mas não vejo como se possa ficar numa atitude contemplativa em face dos acontecimentos.

Às 23h30m, Kruel, aconselhado pelo gen. Aluízio Mendes, procura entrar em novos entendimentos com Jango. Será a terceira vez que os dois conversam, pelo telefone. Dessa vez Kruel, pressionado pelos seus oficiais mostra-se firme e até intransigente em suas exigências. Volta a falar na necessidade do lançamento do manifesto no qual Jango consideraria a CGT, a PUA e a UNE como "organismos nocivos" e dos quais se desvincularia em definitivo. Jango também se mantém firme em suas convicções. Não abandonaria seus amigos, não está disposto a liquidar sua base política da qual fazem parte aqueles organismos e confia no dispositivo de segurança armado pelo general Assis Brasil. Kruel decide-se a agir.

O fato desencadeante da ação revolucionária foi o discurso de Jango aos sargentos, no Automóvel Clube. É curiosa a origem dessa reunião. Começa em um projeto aprovado, do deputado Adauto Lúcio Cardoso, regulando a transferência dos funcionários de nomeação federal que

O comandante da base de Santa Cruz propôs usar os aviões contra os revolucionários mas o general Assis Brasil disse dominar o levante

quisessem permanecer no recém-criado Estado da Guanabara. Foi enorme o número de beneficiados, inclusive sargentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. O expediente era despachado pelo ministro da Justiça. Houve a iniciativa de uma homenagem dos sargentos a ele. O general Assis Brasil sugeriu se transformasse em uma manifestação ao presidente João Goulart, envolvendo também sargentos do Exército, Marinha e Aeronáutica. O ministro da Guerra opinou que tal reunião se fizesse em recinto militar, apontando a Vila Militar. Com a doença do general Jair Dantas Ribeiro, prevaleceu o ponto de vista do general Assis Brasil de promover uma festa política, no Automóvel Clube. Foi ouvindo a fala de Jango, na TV, em Juiz de Fora, que o general Mourão Filho desencadeou o dispositivo revolucionário.

Já em marcha a tropa de Minas, o comandante da base aérea de Santa Cruz, onde se encontravam os mais modernos e possantes aviões militares, propôs sair com seus aparelhos e varrer a estrada por onde vinha a vanguarda, inicialmente sem atirar sobre a formação. A operação não foi feita porque o general Assis Brasil a desaconselhou, dizendo que tinha elementos para dominar o levante.

Isso tudo não quer dizer que o movimento de 64 não se realizasse. Porque ele é parte de um processo incontrolável, irreversível e trânsitório. Ainda dessa vez foi o acontecimento que apresentou os personagens. São as revoluções que fazem os revolucionários e não os revolucionários que fazem as revoluções.

Em meus apontamentos há um informe de que os militares vitoriosos teriam assentado, inicialmente, a escolha do general Artur da Costa e Silva para primeiro presidente. Houve um acordo tácito de que o primeiro presidente ficaria na presidência apenas um ano. A escolha teria sido deslocada para o general Castelo Branco, que não queria permanecer longo tempo.

Panamá x EUA o veto da derrota

Os lucros da doença O representante dos EUA já havia dito que não dava para forçar a saída de seu país com "uma simpoqles assinatura ou aceno de mão".

Vetando, na quarta-feira passada, o projeto de resolução do Conselho de Segurança da ONU, que pedia o reconhecimento da soberania e da jurisdição panamenhas sobre a Zona do Canal, bem como a preparação de um novo tratado, os Estados Unidos ratificaram uma espécie de "vitória moral" do Panamá a respeito da questão.

Durante a realização da reunião, encerrada na quinta-feira, os americanos procuraram por todos os modos evitar o veto, a que têm direito como membros permanentes do Conselho. Desde a fundação da ONU, apenas em duas ocasiões os Estados Unidos utilizaram esse antipático privilégio: uma vez em 1970, numa questão a respeito da Rodésia, e outra em 1972, numa resolução sobre o Oriente médio.

Logo depois de conhecido o resultado da votação, o Panamá anunciou que levaria a questão do canal à assembléia-geral das Nações Unidas, no fim do ano. Isso representa uma tendência nova no continente latino-americano. Os americanos queriam que o caso — como costumava ser feito — fosse levado à OEA, onde tem maior controle. Com a reunião do Conselho de Segurança no Panamá demonstrado que as Nações Unidas oferecem melhores condições para os países latino-americanos resolverem suas disputas com os Estados Unidos.

Para o Panamá, a própria realização da reunião do Conselho em seu território representou uma grande vitória. Tratava-se da forma mais imediata de a opinião pública mundial tomar conhecimento do "enclave colonial" representado pela presença norte-americana na Zona do Canal, garantida pelo tratado de 1903, que deu aos Estados Unidos o direito de exploração perpétua do canal.

Num dos primeiros dias da reunião, no intervalo de debates, um repórter aproximou-se do chanceler panamenho, Juan Antonio Tack, e indagou por que seu país não nacionalizava a Zona do Canal, como fizeram os egípcios com Suez. O chanceler respondeu à pergunta com outra pergunta: "Você já percorreu a Zona do Canal"? Como o repórter respondesse afirmativamente, Tack deu o diálogo por encerrado com outra pergunta: "E então, não viu as 14 bases militares ali instaladas"?

Esta é a parte da realidade que o Panamá buscava levar ao conhecimento do mundo. Os panamenhos sabiam desde o início ser impossível forçar a saída dos americanos — com uma "simples assinatura ou aceno de mão", como, de forma relativamente provocativa, afirmou o representante dos EUA no Conselho, John Scali. Ter forçado o veto — evitado ao máximo por todos os membros do Conselho de Segurança — onde é necessário não ser intransigente para manter a capacidade de barganha — constituiu uma vitória sobre o outro lado todo-poderoso. Conforme afirma também o chanceler Tack, um debatedor incansável e brilhante: "os Estados Unidos vetaram a resolução que apóia a causa panamenha, mas o mundo inteiro vetou os Estados Unidos".

O chanceler panamenho explorou até onde pôde na sessão de encerramento — quando agradeceu os votos dos membros do Conselho favoráveis a seu país (*) a "derrota moral" dos Estados Unidos. "O despertar da América Latina, disse, não deve ser interrompido, mas sim apoiado, para preservar a paz na região... É cada vez mais forte o repúdio mundial ao uso da força, de pressões econômicas ou de qualquer outra natureza por um país mais forte para submeter o mais fraco". Juan Tack repetia assim as palavras de Omar Torrijos, presidente panamenho, ditas na abertura da reunião.

Justificando seu veto, o representante norte-americano disse ter feito "o mais acertado". E observou: "Amanhã será outro dia, e nós estamos dispostos a prosseguir as negociações quando os dirigentes panamenhos quiserem". Mas este dia de discussões bilaterais dificilmente chegará. O que o Panamá reivindica é na verdade bem simples: soberania e jurisdição totais na Zona do Canal. Os Estados Unidos oferecem apenas jurisdição, e isso levou um diplomata panamenho a afirmar: "Jurisdição sem soberania é igual a nada". A estratégia panamenha diante da situação é igualmente direta: enquanto não houver um acordo a respeito dos princípios básicos, especialmente quanto à questão da jurisdição e soberania, não teria sentido o início de negociações entre os dois países.

Os panamenhos pedem, a curto prazo, que os americanos eliminem a estrutura militar conhecida como Comando do Sul — dirigido diretamente do Pentágono — estabelecido na Zona do Canal. Quanto aos benefícios econômicos e fiscais decorrentes do funcionamento do canal, o Panamá considera que tal participação deveria ajustar-se aos "critérios modernos" baseados numa nova relação a ser estabelecida entre os dois países, de acordo com os postulados das Nações Unidas para os tratados internacionais.

O acordo de 1903, denunciado pelo Panamá, estabelece a soberania dos Estados Unidos sobre a chamada Zona do Canal, numa faixa de 16 quilômetros de largura por 70 de comprimento, que liga os oceanos Atlântico e Pacífico. Em 1969, os dois países concordaram em modificá-lo, mas o novo tratado discutido não chegou a ser ratificado, e as novas negociações a respeito da questão iniciadas em junho de 1971 também não levaram a uma solução.

O relato de *O Globo* publicado na semana passada dá uma idéia de como o "enclave colonial" da Zona do Canal divide o Panamá em praticamente dois países: "Cercada por arame, a Zona do Cnal é marcada hoje apenas por pequenos tubos de aço. Em alguns lugares nem mesmo marcos existem para atestar a mudança de jurisdição, e o contraste se apresenta no modo de vida. Na Zona do Canal o movimento diminui, as lojas são mais atraentes, as casas não são geminadas e o material é de primeira qualidade. ...O verde é uma constante, e entre esse verde estão as bases militares dos Estados Unidos... A polícia e a lei são norte-americanos, e os próprios panamenhos ficam sujeitos a elas se estão na jurisdição".

Arriscando-se a um passeio entre "o verde", na semana passada, um diplomata britânico surpreendeu-se com as coincidências entre a situação do Pânamá e Suez: o calor, o canal e um homem de uniforme (Torrijos) lutando por seus direitos. Mas as coincidências paravam aí, conforme descobriu o diplomata, observando: "A diferença é que nós invadimos Suez, e os americanos já estão aqui".

● Além do Panamá, votaram a favor da resolução a Guiné, China, União Soviética, Sudão, Quênia, Indonésia, Índia, Iugoslávia, Peru, Austria, França e Austrália. O membro restante do Conselho de Segurança, a Grã-Bretanha, absteve-se.

URUGUAI

"Eliminação dos obstáculos que se erguem ante a felicidade pública"

Sexta-feira passada tropas do Exército uruguaio voltaram a ocupar estações de rádio e televisão em Montevidéu, ameaçando o precário equilíbrio em que se mantém o governo constitucional do Uruguai. Embora não sejam muito claros em seu comunicado difundido na ocasião, os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica dão indicações do que desejam e do que não podem admitir.

Advertido que irão às "últimas consequências para a eliminação dos obstáculos que se erguem ante a felicidade pública", propuseram uma "cruzada" para a reconstrução nacional. Suas queixas dirigiram-se aos políticos que, segundo eles, não estariam aprovando as leis propostas pelo governo para impulsionar o progresso e a paz social. Acusaram alguns políticos de se oporem aos militares pelo temor de perder privilégios, como o de conseguir empréstimos a juros baixos para a construção de casas.

Antes do comunicado, o governo de Juan Maria Bordaberry estava encontrando oposição por parte da Frente Ampla (esquerdista) e do grupo progressista do Partido Nacional, para a aprovação de leis repressivas que se destinaram ao combate à subversão. Os oposicionistas também estão contra a prorrogação da suspensão das garantias constitucionais, em vigor desde 15 de abril de 1972.

O comunicado dos militares diz que a oposição política facilitou "o caos e a penetração de idéias estranhas e o auge da sedição". Mas os militares aparentemente não querem ou não precisam de ajuda para enfrentar a situação, que consideram tão grave. Em seu pronunciamento radiofônico-televisado rejeitaram um suposto apoio que lhe teriam oferecido os sindicatos na forma de uma greve geral. Para os comandantes das três Armas, os operários ajudariam mais se trabalhassem "em um dia feriado".

O pronunciamento da última semana, o segundo em pouco mais de um mês (ver matéria ao lado), fala ainda na necessidade de um poder político "forte, sadio e renovado" para alcançar uma economia saudável. Pelo comunicado pode-se pensar que os militares uruguaios pretendem conseguir isso com pouca intromissão dos políticos e muito trabalho dos operários nas fábricas.

ARGENTINA

Campora (e a polícia) desafia os comandos militares.

Quando, no final da tarde de quinta-feira passada tanques do Primeiro Regimento Blindado do Exército argentino arrombaram as portas da Central de Polícia de La Plata ocupada por policiais em greve por aumento salarial, fortaleceram-se os indícios de que os comandantes militares do país não estão dispostos a ver sua autoridade diminuída, mesmo após o triunfo peronistas nas eleições do dia 11 passado.

Ao justificar o ataque aos policiais amotinados, o comando do Exército invocou num comunicado a imprensa a necessidade de "combater um inimigo ideológico", que ameaça infiltrar-se nas Forças Armadas do país". Este "inimigo ideológico", segundo políticos civis, não é outra coisa senão o peronismo.

E foi a partir desta interpretação que o incidente na Central de Polícia de La Plata começou a ganhar uma nova importância. Tudo começou na terça-feira passada, quando os 33 mil policiais de Buenos Aires declararam-se em greve exigindo equiparação de seus salários aos da Polícia Federal. A greve ganhou logo depois a adesão das forças policiais subordinadas aos governos provinciais de Mendoza, San Luis, San Juan, Córdoba, Chubut e Santa Fé.

O governo atendeu em parte das reivindicações dos cabos e praças, mas negou a dos oficiais em greve, ao mesmo tempo em que determinou a mobilização militar dos grevistas para obrigá-los a voltar a seus postos. A proposta oficial foi aceita por todos os grevistas, menos os de Buenos Aires, que resolveram então entrincheirar-se na sede da Central de Polícia de La Plata. Os amotinados anunciaram que não abondonariam o local enquanto suas reclamações não fossem atendidas e exigiam que as negociações para solução do impasse fossem conduzidas por um civil.

Esta última exigência provocou forte irritação entre os comandos militares. Foi encarada como o primeiro sinal de rejeição do controle militar do país, antes mesmo da posse do peronista Hector Campora, eleito presidente da República em 11 de março. A resposta foi violenta e no ataque aos policiais grevistas ocorreram três mortes, ferimentos graves em seis pessoas e a prisão dos líderes do movimento, que agora serão julgados por uma corte marcial.

Na mesma noite em que se registraram os choques em La Plata, Campora estabeleceu outra frente de contestação do regime militar vigente da Argentina desde 1966, ao anunciar que, uma vez no poder, não aceitará qualquer interferência dos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica na condução de seu governo.

CHILE

Os expurgos na Unidade Popular e a candidatura de Prats.

Depois da profunda crise interna que atingiu o Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU), um dos partidos integrantes da Unidade Popular, e que culminou na expulsão de 15 dirigentes da organização, dentro da coligação governista começaram a surgir tensões e polêmicas. Estas surgiram a propósito de projetos governamentais, reestruturação do Ministério, e segundo alguns se projetam inclusive já na escolha no candidato à sucessão de Salvador Allende.

O incidente no MAPU foi provocado pela publicação de um documento interno do partido, pelo jornal direitista *El Mercurio*, quatro dias antes das eleições. Franco e detalhado, o documento analisava os dois anos e meio da administração de Allende. Um presente do céu para a oposição que o explorou ao máximo, acentuando especialmente o fato dele admitir erros do governo e criticar o mesmo por ter colocado militares no Ministério. O governo ficou evidentemente em situação embaraçosa e o presidente Salvador Allende, falando aos jornalistas estrangeiros, dois dias antes das eleições, não escondeu a sua irritação. O partido deveria ter queimado o documento depois de sua discussão, disse o presidente.

Privadamente, Allende fez mais do que expressar irritação. Convocou os líderes do MAPU e lhes disse asperamente que, a não ser que eles dessem imediatamente uma explicação satisfatória, ele seria forçado a exigir a demissão de todos os membros do MAPU em altas posições no governo. O partido levou a sério a exigência expulsando 15 membros, inclusive o atual subsecretário do governo, Eduardo Aquevodo. Explicação das expulsões: o grupo expulso recusou-se a reconhecer "o caráter revolucionário do governo".

Os 15, que têm afinidades com o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), de extrema-esquerda, têm dúvidas quanto à participação das Forças Armadas no governo e se opõe totalmente à estratégia de consolidação do Partido Comunista dentro da coalizão e à reconciliação com os democrata-cristãos. A posição de MAPU se aproxima da do PC.

O incidente do MAPU é muito revelador como indicador das futuras relações dentro da Unidade Popular. Allende, apesar da grande votação de seu próprio partido (Socialista) nas eleições parlamentares, identificou-se claramente com a linha comunista, e isso prenuncia um conflito futuro entre os dois maiores partidos da coalizão.

VIETNÃ

Sessenta dias depois do "acordo de Paz" a guerra continua.

Na terça-feira desta semana, terão passado 60 dias da assinatura dos acordos de Paris. Com isso, encerra-se o prazo para a retirada das tropas norte-americanas do território vietnamita e a libertação de seus prisioneiros de guerra. Como a retirada dependia da devolução dos prisioneiros, e vice-versa, esses foram alguns dos poucos pontos do acordo realmente obedecidos. Até o final da semana passada, já havia saído do Vietnã cerca de 20 mil soldados dos EUA, e mais 6.308 devem deixar o Vietnã até terça-feira. E dos 554 norte-americanos em prisões do Governo Revolucionário Provisório (GRP) e da República Democrática do Vietnã (RDV), 146 ainda não tinham sido libertados até sábado, mas o seriam até terça-feira.

A despeito desses êxitos evidentes, os acordos de Paris estavam longe de trazer a paz para o Vietnã. Em vários de seus pontos o acordo foi violado, quando não praticamente ignorado.

1) *Cessar-fogo*: Um cessar-fogo nunca foi realmente estabelecido. Após a assinatura do acordo, a guerra diminuiu de intensidade, principalmente em virtude da suspensão dos bombardeios aéreos dos EUA sobre o Vietnã do Norte. Mas as violações do artigo 3 (que proíbe atos hostis de todo tipo, terrorismo e represálias) têm sido tantas que a Comissão Internacional de Controle (CIC) — formada pela Indonésia, Canadá, Hungria e Polônia — frequentemente não têm conseguido alcançar as áreas de conflito por não ter garantias de vida. De 28 de janeiro até agora, segundo Saigon, o GRP cometeu quase 20 mil violações. Segundo Tram Van Tra, delegado do GRP à Comissão Militar Conjunta, 48.180 violações foram realizadas por Saigon, até 18 de março.

Na semana passada, a ameaça à trégua atingiu um ponto crítico. Thieu ameaçou realizar uma grande mobilização de tropas para socorrer duas bases que estariam cercadas pelo vietcong, caso a CIC não tomasse providências imediatas. Nixon, por seu lado, ameaçava — veladamente — bombardear novamente o Vietnã do Norte, respondendo a supostas infiltrações do Vietnã do Norte no sul.

2) *Liberdades políticas*: O acordo previa que, no Vietnã do Sul, haveria liberdade de organização, manifestação do pensamento, imprensa, etc. Acontece que a Constituição do Vietnã do Sul é a mesma, e a polícia continuou servindo fielmente ao ditador Thieu. Até hoje, em Saigon, qualquer pessoa pode ser até condenada à morte, no caso de manifestar-se contra o regime ditatorial. Nem mesmo as comissões encarregadas de manter o cessar-fogo têm liberdade de movimento ou expressão — foram virtualmente impedidas de desenvolver suas funções. Três oficiais norte-vietnamitas foram vítimas de uma emboscada em que foram espancados e roubados; a sede das delegações do

continuação da página 10

GRP e RDV foi apedrejada; a polícia sul-vietnamita impediu que jornalistas estrangeiros comparecessem a uma recepção oferecida pelo GRP; e 150 representantes do GRP e RDV foram transferidos de Huê e Da Nang para Saigon, onde, depois, sofreriam ataques de gás lacrimogêneo e ofensas constantes.

Segundo denúncia recente do padre Nguyen Thi Dinh, porta-voz da oposição sul-vietnamita (não comunista), há 200 mil presos políticos nas prisões do Vietnã do Sul.

3) Intervenção e bases: O artigo 4 dos acordos, que estabelece que "os EUA não continuarão sua intervenção militar nem sua intervenção nos assuntos internos do Vietnã do Sul", também foi violado, embora veladamente. Milhares de "civis" (quase sempre contratados pelo Pentágono) estão-se dirigindo ao Vietnã do Sul, desde o ano passado, para continuar o treinamento de soldados sul-vietnamitas após a retirada das tropas norte-americanas.

Tropas e bordéis

E o que dizer do artigo 6, que estabelece que todas as bases norte-americanas no Vietnã do Sul devem ser demontadas num prazo de 60 dias? Evidentemente, não foram. O motivo já foi explicado pelo líder da representação dos EUA na Comissão Militar Conjunta, general Gilbert Woodward: "Elas não pertencem mais aos EUA, pois foram entregues ao governo de Saigon". Os EUA, previdentes, "doaram" muitas de suas bases a Thieu imediatamente antes da assinatura do acordo. Apenas as tropas foram agora transferidas para a Tailândia, para onde se transferiram também vários bordéis que, no Vietnã do Sul, teriam que fechar em virtude da mudança da freguesia.

Outra séria ameaça à soberania do Vietnã foram as graves ameaças do presidente Nixon, a propósito de supostas infiltrações de homem e equipamentos bélicos além dos previstos no acordo, procedentes do Vietnã do Norte. Anthony Lewis, do *The New York Times*, pergunta: "Por que essa ameaça de Washington? Afinal de contas, ambas as partes do Vietnã sempre violaram o acordo e quase não houve reação da parte dos EUA. A resposta é que Nixon pode ter visto aí uma ofensiva comunista em grande escala". Depois de afirmar que Hanôi deveria esperar um pouco, até que os norte-americanos se esqueçam de uma guerra que querem esquecer, Lewis comenta a infiltração de armamento bélico enviado pelos EUA ao Vietnã do Sul, depois que Saigon rejeitou a primeira proposta de paz, em outubro. Entre 26 de outubro e 1.° de dezembro, os EUA enviaram 608 aviões ao Vietnã do Sul, aumentando sua força aérea em 50%.

4) Troca de prisioneiros entre o GRP e Saigon: Até o final da semana passada, quase 20 mil vietcongs já tinham sido libertados, ficando 6.833 para os últimos dias do prazo. O GRP deveria soltar ainda 1503 sul-vietnamitas, que se juntariam aos 3.250 já libertados.

Futuro

Uma das maiores violações dos acordos de Paris foi a libertação de cerca de 10 mil prisioneiros acusados de pertencer ao vietcong, promovida por Thieu. Contrariando as disposições do acordo, Thieu não divulgou listas com os nomes dos prisioneiros, nem os devolveu diretamente ao GRP "em lugar previamente acertado entre as partes". Esses prisioneiros foram soltos pelas ruas logo após a assinatura do acordo. Assim, Thieu conseguiu fazer com que jamais se saiba exatamente quantos prisioneiros foram assassinados em suas prisões.

Quanto ao futuro, na opinião de Anthony Lewis: "O retorno de todos os prisioneiros norte-americanos reduzirá a preocupação dos EUA, e poderia também diminuir as restrições sobre a política norte-americana. Tanto o Vietnã quanto os EUA têm interesse em manter suas relações num caminho sem provocações".

"Prerrogativas presidenciais"

A espionagem do Partido Democrata por gente ligada à reeleição de Nixon e a dificuldade para o FBI investigar o assunto estão levando alguns congressistas americanos a denunciar o uso das "prerrogativas presidenciais" para esconder crimes.

A 17 de junho do ano passado — cinco meses antes das eleições presidenciais americanas — cinco homens foram surpreendidos no interior da sede nacional do Partido Democrata, no conjunto de Watergate, em Washington, quando instalavam no local equipamento eletrônico de espionagem. Logo depois, surgiram como implicados dois antigos auxiliares da Casa Branca, G. Gordon Liddy e E. Howard Hunt Jr. Os sete foram acusados de conspiração e espionagem, e as investigações mostraram que o comitê nacional para a reeleição de Nixon contribuíra com pelo menos 89 mil dólares — aproximadamente 534 mil cruzeiros — para o financiamento da operação de espionagem.

A presença de auxiliares da Casa Branca e de importantes elementos da campanha de reeleição indicavam que conselheiros bastante chegados ao presidente tinham conhecimento e participação na operação. A espionagem é um dos crimes catalogados como "federais", da jurisdição, portanto, do Federal Bureau of Investigations — FBI. O que cabia ao Bureau fazer neste caso, onde era clara a intenção de espionagem, com fins políticos, na sede de um dos grandes partidos que disputariam a eleição presidencial? Havia outra atitude para o FBI tomar — um órgão que supostamente deve defender os cidadãos contra todas as violações desta natureza — a não ser realizar uma investigação extensa e profunda, até se chegar aos mandantes da operação?

Papel invertido

As respostas a estas questões parecem ser óbvias. Mas o FBI, pressionado pela Casa Branca, praticamente inverteu o papel que deveria desempenhar no caso Watergate. Sob a orientação de Patrick Gray III, seu diretor-interino, o Bureau passou a atuar de forma a dificultar a elucidação dos fatos. Atualmente, o nome de Gray está sendo examinado pelo Comitê Judiciário do Senado, que deve confirmar ou não a sua indicação para diretor permanente, feita pelo presidente Nixon.

No caso, Gray limitou seriamente as investigações iniciais do FBI, por solicitação do procurador-geral Kleindienst e de Henry Petersen, oficial de ligação do Departamento de Justiça com o FBI, ambos homens de confiança do presidente Nixon. Gray achava não haver "necessidade" de se descobrir quem contribuíra com os 89 mil dólares que financiaram a operação. O dinheiro fora entregue por doadores secretos do Texas ao presidente da Gulf Resources and Chimical Corporation, de Houston. Para evitar a possibilidade de identificação dos doadores, o dinheiro fora mandado por um representante da Gulf Resources do México para Washington. Na capital americana, a importância foi se juntar a outras doações já depositadas no cofre de Mauriee Stans, ex-secretário do Comércio americano e chefe do comitê financeiro da campanha para a reeleição de Nixon.

Por instrução de Gray — que atendia a outro pedido de Petersen — o FBI deixou também de investigar as atividades do advogado californiano Donald Segretti, que, segundo os jornais, havia sido contratado para espionar e perturbar as campanhas dos opositores democratas de Nixon. Segundo as notícias dos jornais, Segretti teria sido pago com dinheiro "secreto" do comitê de reeleição.

Quando três agentes do FBI insistiram, mais tarde, em levar adiante a investigação de Watergate, para determinar o envolvimento da Casa Branca, Gray novamente entrou em ação. Dois deles foram transferidos para escritórios do FBI fora de Washington, e um outro aposentou-se para evitar a transferência.

Mas as pressões para se esclarecer o caso — feitas especialmente por jornalistas — continuaram, e o Departamento de Justiça aliviou um pouco as restrições que impusera a Gray. Este determinou então que seus agentes entrevistassem 14 auxiliares da Casa Branca. Gray aceitou que os testemunhos fossem presenciados por um conselheiro presidencial, o advogado John W. Dean. Este fora designado por Nixon para realizar investigações próprias sobre o caso, e por isso não se pode alegar que estivesse representando os 14 auxiliares.

As "prerrogativas"

Posteriormente, quando os agentes do FBI interrogaram 58, colaboradores do comitê para a reeleição de Nixon, Patrick Gray igualmente permitiu que os principais advogados do comitê assistissem aos trabalhos. Quando três dos entrevistados pediram para falar somente com os agentes do FBI, Gray mandou transcrições das entrevistas para Dean.

Porém, o mais grave de tudo talvez seja a admissão de Gray, feita perante o Comitê Judiciário do Senado, de que as gravações das conversações telefônicas da sede do Partido Democrata foram enviadas para John Dean na Casa Branca. Assim, qualquer coisa "inconveniente" dita pelos líderes democratas até que a operação fosse descoberta pode ter sido usada pelo comitê para a reeleição do presidente Nixon.

Quando, diante destas revelações, apareceram indicações de que John Dean seria chamado para depor sobre a questão, o presidente Nixon apressou-se em informar que não admitiria que um seu auxiliar prestasse testemunho diante do Comitê Judiciário do Senado. O presidente invocou, em defesa de sua atitude, as "prerrogativas do Executivo". Mas é válido indagar se em casos como o de Watergate as prerrogativas podem ser usadas: afinal, trata-se de um episódio de espionagem, aparentemente dirigido por elementos altamente responsáveis da própria administração.

Agora, diante da exposição dos fatos de Watergate, Patrick Gray, na opinião da maioria dos jornais americanos, como o influente *Washington Post*, dificilmente será confirmado na chefia do FBI. Tantas dúvidas teriam sido levantadas a respeito da direção dada por Gray ao órgão que a imagem do Bureau estaria definitivamente comprometida.

A imagem do FBI, diga-se aqui, é confusa até mesmo em questões supostamente elementares, como a do seu excessivo tamanho e da sua jurisdição.

O FBI é composto de 8.500 agentes — a maioria brancos, da classe média, "ajustados" — que formam a elite policial americana, pois são mais bem remunerados e mais bem treinados do que qualquer outra força. Atualmente apenas 120 agentes são negros e oriundos de outras minorias. A jurisdição do Bureau é vasta, cobrindo quase todos os "crimes federais", à exceção do tráfico de narcóticos e sonegação de impostos. Os crimes considerados "federais" são inúmeros, e vão desde pequenas violações nas reservas indígenas, à espionagem, jogos de azar e todos os casos de roubo de mais de 5 mil dólares. Para realizar o seu trabalho, o Bureau mantém fichas detalhadas a respeito de aproximadamente seis milhões de americanos, e sua coleção de impressões digitais — 90 milhões de pessoas registradas — constitui uma notável fonte de identificação. Os serviços do FBI, prestados através de 500 escritórios em todo o país, são usados por 4 mil departamentos policiais americanos.

As piadas de Johnson

Foi este império policial que J. Edgard Hoover tentou, durante 48 anos, manter acima e além das contingências em que os políticos costumam se envolver. "A política fora do FBI, o FBI fora da política" — era o *motto* de Hoover. Há motivos razoáveis para se acreditar que na prática ele não foi seguido. O presidente Johnson, por exemplo, gostava de fazer piadas a respeito do material "secreto" a respeito de políticos da oposição, que o FBI lhe fornecia regularmente. E o próprio Hoover passou certa vez no gravador, para uma audiência de jornalistas selecionados, trechos de conversações telefônicas do reverendo Martin Luther King — o líder negro que Hoover odiava — com várias mulheres. As fitas tinham sido usadas para afastar King, pela chantagem, de certas campanhas políticas.

Parece fora de dúvida que Patrick Gray usou a grande máquina policial do FBI para conseguir os fins que seu antecessor supostamente combatia, ou seja, vantagens políticas. No caso de Watergate, isso foi feito graças a uma violação da lei, à espionagem. É isso que aparentemente os senadores do Comitê Jurídico estão procurando estabelecer em definitivo.

A maioria das pessoas que acompanham as audiências de confirmação acham que Gray será cortado. Para muitas delas, a Casa Branca "resolveu atirar Gray às feras", conforme disse o senador democrata John Tunney. A votação atualmente indica sete votos a favor de Gray e sete contra, além de dois indecisos. Estes é que resolverão a questão, pois bastaria um voto contra para derrotar o indicado de Nixon.

Mas não importa qual seja o resultado, muito mais do que a aprovação ou rejeição do burocrata Patrick Gray encontra-se atualmente em jogo. O que parece mais urgente para os elementos progressistas do Senado americano é denunciar o uso indevido das "prerrogativas presidenciais" por Nixon, no caso específico de Watergate invocadas para acobertar uma ação criminosa.

Uruguai: quem fica com o poder?

Generais e políticos disputam mas os jovens oficiais esperam a vez

A composição do Conselho de Segurança Nacional — COSENA — pode dar a impressão de que o presidente Juan Maria Bordaberry afinal de contas saiu fortalecido da recente crise uruguaia. O Conselho será formado pelo próprio presidente, pelos ministros das Relações Exteriores, da Economia e Finanças, do Interior e da Defesa, e pelos três comandantes-em-chefe. Isto dá uma aparente maioria ao gabinete civil. Mas não é um fato que deva ser levado muito em conta no Uruguai. Além do mais, as Forças Armadas estabeleceram seu direito de vetar todo ministro da Defesa ou do Interior que considerem inaceitáveis. E — mais importante de tudo — o secretariado permanente do COSENA será controlado pelo general Gregório Alvarez, chefe do estado-maior das Forças Armadas, e unanimemente reconhecido como a mais notável mente política entre a atual liderança militar.

O general Alvarez, a quem se credita a redação da maioria das declarações dos militares durante a crise do mês passado, é talvez o único general que pode ser apropriadamente descrito como *peruanista*. Seu aliado mais íntimo é o coronel Carlos Trabal, chefe do serviço de informações do Exército, que também desfruta de ótima reputação quanto à sua capacidade intelectual. Mas Alvarez e Trabal têm que enfrentar a posição bastante diferente do general Esteban Cristi, comandante da Primeira Região Militar, que inclui Montevidéu. Cristi tem pouca confiança em qualquer medida que possa cheirar a socialismo, e foi um dos responsáveis pela divulgação do documento direitista radical *Azul y Blanco*. Alvarez provavelmente estará no centro de qualquer conflito. Isto porque seu secretariado será responsável pela preparação de documentos que o COSENA examinará, e também pela execução das resoluções do conselho — agindo como um elo entre o novo órgão e todos os outros departamentos governamentais. O fato de que as funções do COSENA são descritas como estritamente consultivas não deve ser levado em consideração, já que uma recomendação de Alvarez possivelmente será mais importante do que uma ordem dada por qualquer ministro civil. Afirma-se que Alvarez planejaria designar funcionários para todos os departamentos-chave da administração pública, que funcionariam como "olhos e ouvidos" do COSENA.

Como resultado das divergências no Exército a respeito do rumo que o governo deveria seguir, o COSENA provavelmente se concentrará de início em assuntos a respeito dos quais os generais concordam. A perseguição de negociantes e políticos corruptos provavelmente continuará. Além de os generais concordarem quanto à necessidade de tal política, ela é bastante popular, e reforça a posição política dos militares. Recentemente, o Instituto de Opinión Pública del Uruguay publicou os resultados de uma pesquisa feita durante a crise. Uma percentagem de 60% de consultados acreditava que o país estava destinado a ser dirigido por um governo militar.

Sem dúvida, o COSENA examinará no futuro os objetivos econômicos do país — especialmente a exploração de petróleo e de novas fontes de eletricidade — mas os generais parecem caminhar cautelosamente no que diz respeito às atuais políticas econômicas. A maioria dos observadores acredita que a situação se deteriorará durante o próximo ano, com a inflação novamente atingindo a 100 por cento. As possibilidades de exportação, relativamente boas, apenas serão suficientes para cobrir compromissos já vencidos, e o governo provavelmente gastará mais tempo em confrontações com os generais do que na elaboração de políticas viáveis. Os oficiais mais inteligentes preferirão observar mais um pouco os políticos em atividade, antes de tomarem a iniciativa.

Além disso, a tradição legalista ainda é forte no Uruguai. Os generais que estão atualmente no poder, quase sem exceção, acreditam que seu dever é vigiar o governo, e não governarem. A maioria deles está na faixa dos 50 anos, e um dia serão substituídos por uma geração de oficiais mais jovens — atualmente capitães e majores de 30 e poucos anos — que já falam da época em que dirigirão o Uruguai. Estes jovens oficiais estiveram na linha de frente da campanha contra os tupamaros, e foram diretamente influenciados por aquela experiência. *(Latin America)*

Um subimperialismo?

Existe algum antagonismo entre o Brasil e o resto da América Latina? O Brasil, o segundo maior país das Américas, estaria tentando exercer uma espécie de "subimperialismo" dentro do hemisfério, com a corrida de grandes empresas estrangeiras para o Brasil, o país não estaria se transformando numa espécie de cabeça-de-ponte através da qual elas exerceriam sua ação na hispanamérica?

Ou é exatamente o contrário de tudo isso: enquanto o Brasil rapidamente se transforma num país moderno e industrializado, a maioria dos países vizinhos — que continuariam vagando sem rumo no pântano do subdesenvolvimento — não estaria procurando bodes expiatórios para explicar seus próprios fracassos? E temerosos do crescimento brasileiro não seriam eles que estariam tramando uma espécie de cerco contra o Brasil?

Por mais estranhas que sejam essas questões, elas têm influído no comportamento dos governos de boa parte dos países do continente. Desde que o presidente Richar Nixon afirmou no final de 1971 que, "para onde se inclinar o Brasil se inclinará o resto da América Latina", declarações ou desmentidos de pretensões de hegemonia no hemifério têm sido emitidos com freqência tanto pelo Brasil como por seus vizinhos.

Na semana passada, por exemplo, um destacado dirigente do peronismo, recém-vitorioso nas eleições de redemocratização da Argentina, Marcelo Sanchez Sorondo (veja sua entrevista na página 3) denunciou a existência e "um eixo Washington–Brasília" e a ambição do governo brasileiro de tentar "exercer uma liderança por delegação e servir de ponte para uma forma ultracapitalista de governo" incompatível com os interesses da América Latina.

As declarações de Sanchez Sorondo talvez sejam apenas a parte mais atual e dramática de uma série de acontecimentos que parecem separar cada vez mais o Brasil da hispanamérica. No Panamá, na quinta-feira da semana passada, o chanceler panamenho Juan Antonio Tack, discursando na cerimônia de encerramento da reunião do Conselho de Segurança da ONU, falou no "despertar da América Latina", referindo-se à quase unanimidade de posições de seus vizinhos ao apoiarem sua rei vindicação de que os Estados Unidos se retirem da Zona do Canal onde estão desde 1903. Para essa mesma reunião o chanceler Mario Gibson Barbosa enviou um telegrama de evidente neutralidade defendendo apenas "soluções justas e satisfatórias" para o problema. Depois do encontro os ministros das Relações Exteriores do Peru e Panamá anunciaram que vão apresentar um projeto de reestruturação total da Organização dos Estados Americanos (OEA). A diplomacia brasileira tem sistematicamente apoiado a OEA que hoje é vista por vários países da AL como um instrumento de que se servem os Estados Unidos para impor sua política ao continente. Foi a OEA que legalizou a intervenção armada de tropas preponderantemente americanas e brasileiras na República Dominicana em 1965. Foi também ela quem coordenou o isolamento político, econômico e diplomático do regime cubano dentro das Américas. Hoje alguns países (veja tabela abaixo) já reataram relações com Cuba.

Um outro acontecimento, de fevereiro desse ano, pode ser interpretado também como o reforço de uma tendência oposta à brasileira, desta vez no campo econômico. O presidente Rafael Caldera anunciou que a Venezuela — um dos países mais ricos e até há pouco mais ligados aos EUA — aderia ao Pacto Andino, uma associação regional formada em 1969 pelo Equador Chile, Colômbia, Peru e Bolívia. O Pacto foi uma das soluções encontradas pelos países andinos para superar os obstáculos à integração regional exis tentes na Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Esses países viam a ALALC se transformar num instrumento para as grandes corporações americanas e européias — baseadas no México, Argentina e Brasil — realizarem mais facilmente seus negócios. Hoje, quando os argentinos já anunciam sua intenção de ingressar no Pacto — onde as restrições ao capital estrangeiro são significativas — o Brasil prepara um plano "destinado a permitir a sobrevivência da ALALC" ameaçada de extinção (leia em seguida, o artigo de Newton Carlos sobre a diplomacia brasileira em relação à OEA e ALALC).

Ao mesmo tempo o Brasil enfrenta outra dificuldade de ordem política dentro da América. Em vários países na década de 60 surgiram ou se fortaleceram vários governos de tendências nacionalistas dos mais variados tipos (no Chile, Peru, México, Equador e mais recentemente Panamá e Argentina). Essa nova realidade pouco a pouco foi forçando esses regimes a uma linha de convivência definida hoje diplomaticamente como o "pluralismo ideológico". O "pluralismo" que admite a colaboração entre governos de regimes políticos de natureza diferente é uma doutrina oposta à das "fronteiras ideológicas" posta em prática pela OEA e que parece orientar até hoje a diplomacia brasileira.

O peronismo pode ser o novo elemento para separar ainda mais perigosamente o Brasil do resto da América Latina. Representantes de Campora, como Sorondo, já anunciaram suas intenções de denunciar o acordo feito entre os representantes de Medici e Lanusse sobre a questão do aproveitamento das águas do rio Paraná.

Ao mesmo tempo que mantêm suas posições, muitos vêem um movimento do Brasil junto a determinados países da América Latina, a fim de criar sua própria "área de influência". Como exemplos típicos, citam-se os casos do Paraguai e da Bolívia (esta última recebeu, nos dois últimos anos, um volume de ajuda de 46 milhões de dólares por parte do Brasil. No mesmo período, os Estados Unidos emprestaram 52 milhões de dólares).

O expressivo crescimento econômico brasileiro baseado na estreita colaboração com o capital estrangeiro, a ostensiva preferência e mesmo propaganda dos êxitos brasileiros feita por autoridades e grandes homens de negócios norte-americanos e a consequente busca, por parte do Brasil, de suas próprias "áreas de influência" na América Latina, caracterizariam o surgimento de um novo fenômeno: "o subimperialismo brasileiro". Para alguns, atuando sempre em concordância com os interesses norte-americanos. Para outros, agindo por conta própria. A seguir, quatro matérias especiais de OPINIÃO sobre as relações do Brasil com a América Latina.

DIPLOMACIA BRASILEIRA

Newton Carlos, especialista em América Latina (de seus arquivos foi preparado o quadro da AL, abaixo) conta como a diplomacia brasileira tenta fortalecer a OEA e a ALALC, contrariando tendências do continente.

Reunido no Panamá para tratar do problema da Zona do Canal, faixa de terra formalmente catalogada como "colônia", o Conselho de Segurança das Nações Unidas não pde evitar transbordamentos e questões que tornam cada dia mais difíceis as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. A presença hesitante e telegráfica do Brasil na reunião, na qual a América Latina procurou dar curso a um conjunto de reivindicações comuns, além de sustentar exigências de soberania nacional de um pequeno país latino-americano parcialmente ocupado, acentua um fenômeno que é objeto de comentários no continente.

A idéia de um cerco diplomático ao Brasil, ativada ainda mais pelos excessos verbais dos peronistas argentinos, preocupados sobretudo em anestesiar problemas internos inevitáveis num grupamento político a caminho do poder, é quando muito especulação. Concretamente há o colapso da diplomacia latino-americana do Brasil e em consequência disto a possibilidade de um isolamento. O anúncio de que Gibson Barbosa visitará países andinos implica em reconhecê-lo, e é um esforço evidente, à espera da complementação necessária, para evitar o colapso total. Mas as razões básicas do fenômeno estão na fixação do Brasil em instrumentos considerados ultrapassados, como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e a própria Organização dos Estados Americanos (OEA). Mesmo os norte-americanos

	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	GUIANA
Situação política interna	Vive em estado de sítio desde 1969, estando a caminho de uma solução política constitucional. Houve eleições recentemente. Os partidos políticos funcionam.	Regime militar, com apoio dos dois principais partidos: MNR (Movimento Nacional Revolucionário) e FSB (Falange Socialista Boliviana).	Presidente da República: Emilio Medici Vice-Presidente: Augusto Rademacker	Regime constitucional com presidente eleito, Congresso aberto e partidos funcionando.	Regime constitucional, com Congresso aberto e partidos funcionando.	Regime militar, sem partidos políticos.	Regime parlamentarista — pretende ser "socialista-cooperativo". Presidente eleito, partidos funcionando.
Relações com os Estados Unidos	Normais.	Excelentes.	Excelentes.	Um pouco tumultuadas, devido à adoção do estatuto de inversões estrangeiras do Pacto Andino.	Deterioradas. O governo Allende já acusou os Estados Unidos de tentar exercer pressões econômicas e políticas contra o Chile.	Difíceis, em virtude da defesa do mar de 200 milhas. Houve um bloqueio da ajuda militar norte-americana. Por outro lado, os Estados Unidos têm feito grandes investimentos diretos no petróleo do Equador.	Difíceis, por causa de nacionalizações principalmente na indústria da bauxita. Esteve sob a ameaça de bloqueio econômico dos EUA.
Tratamento dado ao capital estrangeiro	O presidente eleito anunciou que aprovará um estatuto restringindo as inversões estrangeiras, limitando as áreas onde o capital estrangeiro poderá operar e a margem de remessas de lucros. Prometeu também retomar certos setores da economia, hoje em poder de grupos externos.	Embora pertença ao Pacto Andino (ver Colômbia), o regime do general Banzer promulgou uma nova lei de inversões, visando atrair capitais de fora. Em março de 72, a Bolívia cedeu 1 milhão de hectares a uma empresa norte-americana de petróleo — a Union Oil Company.	Não existe praticamente nenhuma limitação à entrada de capitais estrangeiros, havendo, ao contrário, uma série de incentivos para atraí-los. Não há limites para as remessas de lucros.	Adotou o estatuto de inversões estrangeiras do Pacto Andino. Tal estatuto prevê que, no prazo de 15 anos, nos países do Pacto Andino todas as empresas deverão estar sob controle nacional. A remessa de lucros foi limitada em 14%.	O governo tem assumido o controle de muitas empresas, através da compra das ações dessas empresas. Em alguns poucos casos, houve desapropriação — como o da mina de El Teniente, antes controlada pela empresa norte-americana Kennecot Co.	Aceitou as normas estabelecidas pelo estatuto de inversões estrangeiras do Pacto Andino.	Tendência nacionalizante.
Atitude em relação à soberania sobre o mar de 200 milhas	Tem a posição mais radical atualmente: em janeiro foi aprovado um decreto proibindo o ingresso de qualquer barco estrangeiro nas suas águas territoriais.	A Bolívia não tem mar.	Adotou o mar territorial de 200 milhas e estabeleceu um acordo com os pesqueiros estrangeiros.	Adotou o mar territorial de 200 milhas (tem conflitos de jurisdição com a Venezuela no Golfo da Venezuela — área rica em petróleo).	Adotou o mar territorial de 200 milhas, não fez acordos com os EUA e só recentemente apresou um barco estrangeiro (japonês).	Tem mar territorial de 200 milhas, não fez acordo com os EUA e apresa constantemente barcos norte-americanos.	—
Relações com Cuba	Não tem. O presidente eleito promete reatar as relações com Cuba.	Não mantém relações, e vota contra a entrada de Cuba na OEA.	Não mantém relações, é contra o ingresso de Cuba na OEA e condena frequentemente o regime cubano.	Aceita o "pluralismo ideológico", fixado como princípio no Pacto Andino e na Ata de Lima, o que supõe tendência a reconhecer Cuba.	Mantém relações diplomáticas, reatadas após a subida de Allende ao governo.	Pouco antes do golpe militar, Fidel Castro fez escala em Guaiaquil, de volta de sua viagem ao Chile — supõe-se que a tendência é reatar com Cuba.	Mantém relações com Cuba.
Atitude tomada na recente reunião da ONU sobre a questão do canal do Panamá	Enviou um delegado à reunião e se colocou ao lado do Panamá, contra os Estados Unidos.	Não se manifestou.	O ministro das Relações Exteriores enviou um telegrama à reunião, adotando uma posição neutra e pedindo soluções "justas e satisfatórias" para o problema.	Não mandou representante à reunião.	Enviou um delegado à reunião da ONU e apoiou claramente a posição panamenha.	Não mandou representante à reunião do Panamá.	Mandou o ministro do Exterior à reunião do Panamá, apoiando-o.

já o sentem. Há pouco na revista **Vision** um homônimo do secretário de Estado e ex-coordenador da Aliança Para o Progresso, Williams D. Rodgers, sugeriu a transformação da OEA numa entidade latino-americana, dada a impossibilidade de convivência igual entre desiguais.

A 17 de março informou-se no Rio que o Itamarati prepara um plano "destinado a permitir a sobrevivência da ALALC". A informação dizia que o Brasil vê como "indispensável" a manutenção da ALALC, definida de "instrumento válido no encaminhamento de soluções para os problemas comerciais da América Latina". Em outubro de 1972 foi realizado por iniciativa do delegado uruguaio, na sede da ALALC em Montevidéu, um simpósio para determinar a evolução do organismo em 12 anos de vida. "A integração, panacéia vislumbrada em 1960 pelos países que criaram a ALALC, está tão longe de ser atingida quanto no momento de sua instituição", sentenciou o economista argentino Alberto Sola para um auditório onde estavam Carlos Lleras Restrepo (ex-presidente colombiano), Whydam White (ex-diretor do Gatt), Raul Prebisch (ex-secretário-executivo da CEPAL) e seu sucessor, Enrique Iglesias. Um dos participantes resumiu da seguinte maneira a situação da ALALC:

"A integração, tal como foi colocada, beneficia fundamentalmente às grandes empresas não latino-americanas, as únicas com poderio, organização e dinamismo para aproveitar principalmente as concessões outorgadas pelos acordos de complementação industrial. Estes acordos são os únicos que operam mais ou menos eficazmente. Vendo as listas de presença das reuniões setoriais verifica-se que a grande maioria é de representantes de filiais dessas empresas operando em capitais da América Latina. Só excepcionalmente aparem grupos nacionais, levando à conclusão de que as corporações multinacionais estabelecem uma divisão de trabalho entre suas fábricas latino-americanas. Pelos acordos de complementação, comerciam entre si e ainda conseguem novos mercados beneficiando-se das suspensões de tarifas".

A integração via ALALC surge, portanto, como tentativa de criar um amplo mercado latino-americano para as empresas multinacionais. Afirma um estudo da OEA sobre a economia do continente em 1972: 1) São feitas nos mercados locais 90 por cento das vendas de manufaturados de filiais norte-americanas; 2) Destinam-se ao comércio entre países latino-americanos 75 por cento das exportações dessas filiais; 3) A metade dessas exportações são, na realidade, operações dentro do circuito dessas mesmas filiais. O esforço de integração estimulado pelos Estados Unidos, fato mais do que evidente desde que o ex-presidente Johnson instituiu em 1969, Em Punta del Este, na aceleração do estabelecimento de um mercado comum latino-americano, tem na ALALC o seu último e desgastado trunfo. A razão é simples e pode ser encontrada na advertência de Orville Freeman, presidente da Business Internacional Corporation: "O mercado latino-americano é demasiado atraente para ser ignorado. Terá no fim do século 600 milões de pessoas e um produto bruto já estimado em 300 bilhões de dólares".

Tentar salvar a ALALC, disposição anunciada pelo Itamarati, é uma operação que dificilmente sensibilizará o resto da América Latina. Quanto à fixação na OEA, a reunião no Panamá do Conselho de Segurança da ONU, realizada a menos de dois meses de conferência anual da organização em Washington, parece haver decretado em definitivo a falência de um instrumento obsoleto. O secretário-geral da OEA, o equatoriano Galo Plaza, nem sequer foi convidado a falar. "Algo extremamente triste", comentou um delegado latino-americano. "Ficou evidente que a OEA já não tem nenhuma importância na solução dos problemas latino-americanos". Com a morte da OEA desaparecerá o padrão ideológico imposto por um instrumento nascido da guerra fria para alinhar os países latino-americanos a uma das superpotências, os Estados Unidos, num mundo então dividido em blocos. A própria agonia da guerra fria esvazia a OEA e sua rigidez ideológica, permitindo à América Latina assumir personalidade própria num contexto pluralista. É a realidade para a qual o Brasil terá de despertar desde que queira evitar o colapso total de sua diplomacia latino-americana.

O PERONISMO E O BRASIL

Luiz Horacio Vignolo, diretor para América Latina da Agência Inter Press Service, descreve para OPINIÃO a importância para a hispanamérica da vitória peronista e fala do isolamento brasileiro.

O triunfo peronista nas eleições de 11 de março foi o fato mais importante dos últimos meses na história latino-americana, quando houve inúmeros acontecimentos decisivos.

Quando perón, em dezembro de 1972, lançou as diretrizes nas quais votaria o povo argentino, terminava sua mensagem profetizando: "O ano 2.000 nos encontrará unidos ou submetidos". Poucos dias antes dos comícios repetia a frase numa reportagem publicada no **Le Monde.** O povo argentino não votou apenas contra 17 anos de ineficiência militar, mas também, com a consciência da importância do desenvolvimento histórico, optou pela união da américa hispânica. Não foram só os programas de Perón, amplamente divulgados, que criaram a consciência do problema. O crescimento da consciência geopolítica no país foi, indiscutivelmente, efeito direto da emergência do Brasil como potência com pretensões hegemônicas no continente.

A colonização interna tentada pelo governo do general Garratzu Medici sensibilizou os limites da selva com Peru e Venezuela, ao norte, e a expansão e o desenvolvimento, que necessitam basicamente de fontes de energia, provocou uma grande disputa pelo controle do po tencial energético do rio Paraná, disputa que não terminou com o camado "Acordo de Nova York", assinado entre os governos de Lanusse e Garratazu, já que o peronismo foi claro na sua decisão de rever o acordo.

Mas a luta não é contra o Brasil, como pretendem alguns editorialista cínicos ou mal orientados.

A batalha é contra a ação das grandes potências imperiais que transformam o Brasil em ponta-de-lança de seus interesses.

Nessa rica dialética da história latino-americana a presença de um Brasil tranbordante de poderio econômico e pronto para entrar no Clube dos Grandes encontrou a primeira resposta no Tratado de Cartagena, que associa seis países num pacto eficaz de integração e impõe severas restrições ao investimento estrangeiro.

Pela estrutura econômica da região andina, fica claro que a entrada da Argentina constitui a contribuição necessária para resolver a maior parte dos problemas que afetam sua viabilidade. A Argentina tem o espaço, os recursos e o horizonte necessário para fornecer tudo que falta às nações do Pacto Andino. Mas, sobretudo, tem uma tradição de massas populares profundamente comprometidas com o nacionalismo justicialista e militante, que pode funcionar como verdadeira coluna vertebral da nova tentativa.

A presença da possibilidade peruanista na costa atlântica, no Uruguai, sensivelmente reforçada com o triunfo peronista, conforme admitiram os líderes políticos nacionalistas uruguaios, se insere assim no quadro global como uma antecipação da criação inevitável de uma grande pátria latino-americana, do Pacífico ao Atlântico, única versão histórica capaz de enfrentar a outra pátria das emresas multinacionais que também manipula a expansão do Brasil de um oceano a outro.

O triunfo das massas peronistas a 11 de março promete assim ser a ferramenta para a retificação do traçado balcânico da América. Nos tempos agitados que se aproximam haverá abalos e lutas, mas o conjunto de fatos que se precipitaram desde novembro indicam que o processo encontrou um caminho certo para a união.

E a afirmação encontra maior significado ..... ao se ler os editoriais e os comentários da imprensa de direita brasileira, porta-voz oficiosa do Itamrati, que já fala do "cerco hispano-americano" contra o Brasil, reeditando a falsidade de uma colocação que quer transportar um problema político e de relações internacionais para o perigoso terreno do chauvinismo e do patriotismo barato, manobra por demais conhecida de todos os povos latino-americanos.

BRASÍLIA E WASHINGTON

Em entrevista a Alberto Carbone, nosso correspondente para a América Latina, Sanchez Sorondo explica a posição dos peronistas no caso de Itaipu e se defende das acusações de estar fazendo "patriotadas"

"Vamos esclarecer as coisas: as absurdas acusações da imprensa oficial brasileira sobre minha posição contrária à construção da represa de Itaipu fazem parte de uma vasta campanha empreendida por alguns setores reacionários a fim de perturbar as futuras relações do governo peronista com o governo brasileiro. Isso em primeiro lugar. Em segundo lugar, falo e não ajo arbitrariamente. É a posição do peronismo, previamente consultado nos mais altos níveis".

Com estas palavras Marcelo Sanchez Sorondo, uma das figuras mais notáveis do velho nacionalismo argentino incorporada ao peronismo, iniciou sua entrevista para OPINIÃO.

"E veja bem, amigo, por trás dessa campanha se movem poderosos interesses multinacionais. É preciso ter

GUATEMALA	HAITI	MÉXICO	PANAMÁ	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA
Pré-Presente eleito, Congresso funcionando e partidos sob forte tutela militar.	Ditadura vitalícia.	Regime presidencialista, sob controle de um partido político forte — o Partido Revolucionário Institucional.	Existem os presidente e vice-eleitos. No entanto, o homem-forte do país é o general Omar Torrijos — comandante da Guarda Nacional — que recebeu poderes políticos e militares por seis anos.	Regime militar, sob disfarce constitucional: o general Alfredo Stroessner foi reeleito pela quarta vez e cogita-se que seu sucessor será seu filho — um capitão da força aérea.	Regime militar. Os partidos políticos funcionam, sem muitas possibilidades de atuação. Não existem eleições.	Regime presidencialista, com Congresso, partidos e governo atualmente sob forte pressão militar.	Regime presidencialista, com Congresso e partidos políticos funcionando normalmente.
Amistosas.	Excelentes.	Incertas, tendo em vista as ameaças de restrições ao capital estrangeiro (1/4 do total de investimentos dos EUA na América Latina estão no México).	De confronto, devido ao problema da Zona do Canal. O Panamá exige soberania total sobre seu território — incluindo a Zona do Canal — e a liquidação das 14 bases militares dos EUA.	Muito boas.	Difíceis. O Peru denunciou várias vezes o fato de estar sendo vítima de bloqueio por parte de organismos internacionais de crédito (BID, BIRD, etc.).	Boas.	Incertas, devido à recente entrada da Venezuela no Pacto Andino e à linha diplomática do presidente Caldera de respeitar o "pluralismo ideológico" no continente.
Aberto ao capital estrangeiro.	Aberto ao capital estrangeiro. Acaba de arrendar a ilha de Tortuga aos norte-americanos por um prazo de 99 anos, prorrogáveis por mais 99.	O atual governo já falou várias vezes em restringir a penetração do capital estrangeiro.	Tendência nacionalizante. Já foi nacionalizada uma importante empresa de energia elétrica, mas não existe ainda nenhuma lei limitando a entrada do capital estrangeiro.	Aberto ao capital estrangeiro.	Tendência nacionalizante.	A criação recente de um Conselho Nacional de Segurança estabeleceu na prática um co-governo militar que promete fazer a reforma agrária e lutar contra os monopólios. As inversões estrangeiras dependerão das novas medidas a serem tomadas.	A Venezuela acaba de aderir ao Pacto Andino (fevereiro deste ano), o que supõe a aceitação do estatuto de inversões estrangeiras, adotado na área. No petróleo, já foram adotadas algumas medidas que atingem as grandes empresas petrolíferas que atuam no país.
Pertence ao chamado "Grupo de São Domingos", que adota a tese do México: 12 milhas de mar territorial e 200 milhas de mar patrimonial (domínio apenas econômico).	Ignora.	México lidera o "Grupo de São Domingos" (ver na Guatemala).	Apóia a tese das 200 milhas.	O Paraguai não tem mar.	Tem mar territorial de 200 milhas, não fez acordos com os EUA e apresa constantemente barcos estrangeiros.	Tem mar territorial de 200 milhas e já apresou barcos brasileiros.	Tem mar territorial de 200 milhas (com conflito de jurisdição com a Colômbia, no golfo da Venezuela).
Não mantém relações com Cuba.	Não mantém relações com Cuba.	Nunca rompeu as relações com Cuba.	Anunciou a possibilidade de reatamento das relações com Cuba.	Não mantém relações com Cuba.	Mantém relações com Cuba.	O atual e enfraquecido presidente Bordaberry é contra a reintegração de Cuba na OEA.	Tendência a restabelecer relações com Cuba.
Não mandou representante à reunião da ONU no Panamá.	Não esteve presente na reunião da ONU no Panamá.	Apoiou a reivindicação do Panamá sobre a Zona do Canal.	—	Não se manifestou.	Apoiou totalmente o Panamá, na reunião da ONU.	Não se manifestou na questão do Panamá.	O próprio presidente Caldera apoiou as reivindicações panamenhas contra os Estados Unidos.

continuação da página 13

muito cuidado: este é um momento especial para a América Latina e estão querendo levar um problema político e de soberania para o espinhoso caminho dos chauvinismos fáceis e da patriotada. Sobre este assunto os problemas para a Argentina na bacia do Prata causados pelos projetos do Brasil têm solução bastante precisa. Podemos simplesmente citar a doutrina elaborada por eminentes juristas brasileiros, entre os quais estão dois ex-presidentes desse país (Epitácio Pessoa e Prudente de Morais), e o conhecido Clóvis Bevilaqua. Estes, juntamente com muitos outros, concordam com as conclusões expostas no Relatório da Comissão de Direito Internacional Público do Rio de Janeiro, de 23 de julho de 1932, que desapareceu misteriosamente — diria mesmo sintomaticamente — de circulação. Segundo essa doutrina "... quando um curso de água atravessa sucessivamente os territórios de dois ou mais Estados não será lícito subtrair por meio de obras — especialmente para a exploração de energia elétrica — uma quantidade tal de água que modifique seriamente a capacidade aproveitável quando se chegar à parte inferior do curso do rio" ... E mais adiante: ... "a utilização dos cursos de água internacionais sucessivos ou contínuos implica no consentimento dos Estados diretamente interessados". "Aí está o problema, ajunta Sanchez Sorondo. "A Argentina rendeu-se vergonhosamente em Nova York, em setembro de 1972, quando firmou um acordo altamente prejudicial aos interesses argentinos. Estudos técnicos demonstram que se o Brasil construir em Itaipu a represa, de tal forma que as águas vertam de 150 metros acima do nível do mar, a Argentina não poderá construir em Corpus a represa que é essencial para nós".

O doutor Sanchez Sorondo ajunta que "é necessário conversar, dialogar, buscar novas formas de entendimento e não continuar com o procedimento que tem pautado as últimas atuações da chancelaria Argentina. Neste caso concreto é necessário que o diálogo seja feito em bases realistas: se o Brasil realizar a obra de maneira que as águas saiam de Itaipu e entrem no leito argentino-paraguaio, a 130 metros acima do nível do mar, a obra de Corpus seria possível e a de Itaipu conveniente para todos. Nada no peronismo nega ao Brasil o direito de realizar as obras que considere necessárias. Mas negamos, e continuaremos negando, a arbitrariedade como forma de entender as relações entre Estados. Este problema é o mesmo problema da Antártida, e a noticiada viagem de uma missão científica brasileira, onde se refletiu também a tendência complacente, absurdamente submissa de nossa chancelaria, já que todo mundo sabe que o "caráter privado" da missão é só uma fachada. Todos sabemos, com absoluta certeza, que o militarismo brasileiro tem planos bastante concretos no sentido de criar antecedentes que lhe permitam instalar-se em uma parte do território antártico sob jurisdição argentina, mas esses militares que dizem governar a Argentina também aplaudem e concordam com isso, em vez de discutir com os países signatários do Tratado Antártico para tirar uma posição que freie as aspirações do Brasil".

O doutor Sanchez Sorondo, que nos bastidores políticos é considerado um candidato à chancelaria, ainda que negue enfaticamente essa possibilidade ("sou apenas candidato a senador e as decisões a tal nível não dependem de rumores passageiros"), reiterou em sua longa entrevista sua posição no sentido de que é indispensável quebrar o "eixo Washington-Brasília", que significa um obstáculo "para o objetivo de unificação hispano-americana e um bastião de empresas multinacionais interessadas em manter a dependência e o atraso dos povos latino-americanos. Este assunto exigirá também que o futuro governo peronista recupere a predominância argentina no plano regional e discuta com países vizinhos modalidades de interdependência econômica e oponha-se energicamente à intenção de impor uma dominação ultracapitalista, manobrada pelo interesse dos imperialismos e dos grandes empresários sem pátria que estão se fixando no Brasil".

Finalizou Sorondo: "Não há aqui nenhum propósito de criar um cerco contra os brasileiros, não há e nem haverá animosidade contra o povo brasileiro. O que existe, simples e claramente, são concepções diferentes sobre o que é a liberação e a soberania

IMPERIALISMO BRASILEIRO

Alexandre Addor, bolsista e pesquisador brasileiro na Universidade de Oxford, analisa o livro de Carlos Estevam que trata da existência de um "pré-imperialismo brasileiro"

Na sua atual fase de crescimento econômico, estaria o Brasil alimentando intenções de expandir sua presença econômica e sua influência política em outras terras? Em que pé se encontram hoje as relações Brasil-EUA? Num estudo publicado recentemente pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, *Brasil-EUA, dos Anos 60 aos 70*, de Carlos Estevam, esse pesquisador afirma que o Brasil se encontra hoje numa fase que chama de "pré-imperialista". Segundo ele, o Brasil passou na última década por três períodos bem distintos em sua política externa, definidos de acordo com a atitude diante do fenômeno do imperialismo. Os *Anos Anti*, os *Anos Sub* e os *Anos Pré*, capítulos em que se divide o trabalho, se referem às atitudes antiimperialista, subimperialista e pré-imperialista, que por sua vez correspondem a três esquemas de poder, ou táticas políticas: o nacional-populismo (1961-64), o liberal-imperialismo (1964-67) e o nacional-autoritarismo (a partir de 1969). O período 1967-69, presidência Costa e Silva, é visto como "um momento de transição". Simplificando bastante a análise de Carlos Estevan, as características do nacional-populismo seriam o nacionalismo e o populismo, sendo este um processo de incorporação das massas urbanas ao processo político (a certa altura lê-se que "os setores populares urbanos participavam da coalizão dominante", quando nos parece mais justo dizer que esta manipulava e utilizava aqueles); a "burguesia nacional" era um dos componentes principais desse esquema de poder. Já o liberal-imperialismo é "a ideologia específica da burguesia internacionalizada", cujos aliados por excelência seriam: o capital estrangeiro interessado no mercado interno brasileiro e o governo norte-americano; trata-se de uma ideologia liberal econômica e politicamente favorável ao capital estrangeiro e reconhecendo os EUA como líder do "Mundo Livre".

Antimperialismo

Finalmente, segundo o autor, o nacional-autoritarismo é nacionalista (mas em vez de se basear na burguesia local apóia-se no setor público da economia) e contrário às formas tradicionais de participação democrática, ainda aceitas no período "liberal-imperialista" de Castelo Branco. Parece-nos que o autor exagera a desvinculação entre o capital estrangeiro e o atual esquema de poder.

Entretanto, se a caracterização de "antiimperialismo" se pode facilmente depreender (pela própria idéia de oposição, combate, contida em *anti*), o mesmo não se dá quando se trata de *sub* e *pré*. Segundo o autor, o "modelo de desenvolvimento subimperialista... implica numa divisão de funções (econômicas, políticas, militares e ideológicas) entre os Estados Unidos e seus aliados preferenciais no contexto do sistema inter-americano". Para que tal se concretizasse, haveria um "retraimento" do poder norte-americano, uma diminuição de sua presença direta na América Latina, cabendo ao Brasil preencher econômica e politicamente o vácuo resultante. O Brasil se beneficiaria "com a transferência de recursos e de tecnologia moderna", com a abertura da economia ao capital estrangeiro. Na política exterior, no período subimperialista, o conceito de soberania nacional (usado nos anos "antiimperialistas") foi substituído pelos de "interdependência" e "fronteiras ideológicas". A fase atual, ou seja, dos anos pré-imperialistas, mostrariam uma maior autonomia em relação aos Estados Unidos, e uma das causas desse processo, segundo o autor, seria o fortalecimento do setor público da economia e consequente aumento de poder da burocracia estatal que o administra.

Subimperialismo

Para Carlos Estevan, este esquema pré-imperialista se distinguiria do subimperalista pelo fato de que este último pressupõe "uma divisão feita de *comum acordo* entre, de um lado, os Estados Unidos e cada um dos 'aliados preferenciais' e, de outro lado, entre os vários aliados preferenciais. O interesse norte-americano constitui o balizamento que limita, em última instância, o alcance do acordo... Qualquer excesso, de qualquer das partes, equivale a ultrapassar a linha ideal demarcatória desse interesse e, por conseguinte, do comportamento subimperialista. A rigor, esse *algo mais* é precisamente o que define a diferença entre o sub e o pré-imperialismo". Em outras palavras, o autor julga que o Brasil estaria entrando num período de crescente autonomia em relação aos Estados Unidos, possivelmente na fase preparatória de seu próprio "imperialismo": daí a denominação *pré*.

Como prova de que o Brasil já viria praticando esse *algo mais* — nem sempre em consonância com o interesse norte-americano — Carlos Estevam cita longamente um discurso do embaixador Araújo Castro, em que este critica "uma firme e indisfarçável tendência no sentido do congelamento do poder mundial", isto é, a divisão de áreas de influência pelas grandes potências, a sua tentativa de conservar o monopólio do conhecimento nuclear, a manutenção de privilégios econômicos e políticos por parte das nações industrializadas, etc. Acrescenta ainda outro exemplo: a decisão de ampliar o mar territorial para 200 milhas, combatida pelos Estados Unidos.

Será que essas atitudes bastam para caracterizar uma posição pré-imperialista? É evidente que o Brasil já deixou para trás a fase do "reboquismo" ostensivo em relação a Washington, o período do "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil" (frase do ex-ministro das Relações Exteriores de Castelo Branco, Juracy Magalhães), em que a principal preocupação do governo era eliminar "áreas de atrito" com os Estados Unicos. A consolidação do poder político e o crescimento econômico deram ao governo brasileiro uma maior segurança, que se traduz também em suas relações com os EUA. Quanto ao limite de 200 milhas de mar territorial, outros países latino-americanos sem qualquer pretensão "imperialista", como o Peru, o Equador, etc., o adotaram antes do nosso país, como simples medida de defesa de seus recursos naturais.

Somente levando em consideração a política externa norte-americana em vigor se poderá julgar se o Brasil entrou "na prática de um expansionismo que, gradualisticamente, se desdobra em múltiplas direções", para usar a expressão de Carlos Estevam. Só assim veremos em que medida o novo papel do Brasil se enquadra ou conflitua com a política dos EUA.

Que pretende hoje a chamada "Doutrina Nixon"? "A administração Nixon sabe que mesmo um corpo americano de elite não pode policiar o mundo por conta própria. A 'estrutura de paz' de Nixon deve ser mantida mediante a divisão das 'responsabilidades' com nações 'estáveis' agindo como xerifes pacificadores". Os EUA não abdicam da hegemonia no mundo capitalista, nem se comprometem a abandonar o recurso à intervenção armada se outros meios falharem; trata-se, apenas, em virtude de crises financeiras e outras, além de mudanças na política internacional (como o abandono da posição revolucionária pela URSS), de amenizar para o "Líder do Mundo Livre" os custos e responsabilidade dessa hegemonia. Isso não é novidade, aliás; trata-se de uma tendência antiga que se reforça. Há anos os EUA vêm animando o Japão a se rearmar, para se desincumbir de suas "responsabilidades" na Ásia e no oceano Pacífico e assim contrabalançar a presença da China; vem solicitando à Alemanha Ocidental que arque com parte das despesas das tropas dos EUA aquarteladas em território alemão-ocidental; afirmando que não podem arcar com o ônus de toda a segurança do "Mundo Livre" e, portanto, apelando para que seus parceiros contribuam mais, por exemplo, para a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

Também do ponto de vista econômico, talvez as novidades que se vêem em países como o Brasil não signifiquem vitórias dos mesmos. Tudo indica que vem se estabelecendo uma nova *divisão internacional do trabalho*, na qual, para citar Celso Furtado, "os países subdesenvolvidos contribuem com mão-de-obra barata e ocasionalmente com matérias-primas, e os países desenvolvidos com capital e técnica para uma produção que se destina aos países ricos e às minorias privilegiadas dos países pobres". Esta nova divisão internacional do trabalho chegou até mesmo o ser proposta por certos setores do capitalismo norte-americano. O Relatório Rockefeller, encomendado pelo pres. Nixon em 1969, afirma que "os EUA estão produzindo, a alto custo, por detrás de barreiras alfandegárias... bens que poderiam ser produzidos mais economicamente por outras nações do hemisfério". E advoga, para os EUA, a concentração somente na indústria de tecnologia avançada, que venderia mais para os países mais atrasados, beneficiados por suas exportações para os Estados Unidos. Essa nova divisão internacional do trabalho, além de beneficiar as chamadas "multinacionais", instaladas nesses países, liberaria mão-de-obra nos EUA, a qual, segundo Rockefeller, está frequentemente empregada em setores atrasados, de baixa produtividade, prejudicando a economia norte-americana como um todo. Da mesma forma que alguns países já resolveram "exportar a poluição", parece plausível que pretendam exportar seus "setores atrasados", localizando-sos em outras terras.

Pré-imperialismo

Quando analisa a política externa do período Janio Quadros e depois a do período Castelo Branco, Carlos Estevan faz um paralelo elucidativo: ambas as posições se tocavam após percorrer caminhos opostos, tentando atingir a posição de aliado "preferencial" dos Estados Unidos. O primeiro, usando uma posição de independência (a "política externa independente") e jogando com o receio norte-americano de uma nova eclosão estilo cubano na América Latina; o segundo, hipotecando sua lealdade absoluta ao "grande irmão do norte" e em troca esperando obter regalias. Não é nova, pois, a pretensão de ser um "aliado preferencial" — desfrutando de certa autonomia mas sem contrariar o interesse norte-americano no que há de fundamental (por exemplo, a defesa do modo de vida do ocidente e da liberdade de operação das empresas estrangeiras no seu território).

Os Estados Unidos nunca tiveram dúvida sobre a importância estratégica do Brasil, como afirmam os professores norte-americanos Thomas Skidmore, em *Brasil de Getúlio a Castelo* e Alfred Stepan, em *The Military in Politics — Changing Patterns in Brazil*. Stepan, por exemplo, afirma que havia o "receio, — entre 1961 e 64, de que, como o Brasil tem fronteiras com todos os países sul-americanos exceto o Chile e o Equador, um Brasil 'pró-comunista' pudesse servir como refúgio e campo de treinamento para operações de guerrilha por toda a América do Sul. A mesma posição estratégica do Brasil foi depois um fator para a maciça assistência ao governo militar do Brasil, já que este poderia em essência desempenhar um papel hegemônico anticomunista para os Estados Unidos na América do Sul" (pág. 129). Essa interpretação de Stepan expressa o mesmo que a doutrina Nixon: o papel hegemônico anticomunista é exercido *para* os Estados Unidos, em seu interesse, por sua delegação.

Jogo

É óbvio que na hierarquia que preside as relações no mundo capitalista e na política internacional em geral, o Brasil, em virtude de sua importância econômica e política, não podia jamais colocar-se num nível tão baixo como, digamos, a Bolívia, nem tão alto quanto, por exemplo, o Japão.

Sua importância estratégica, decorrente da amplitude e posição geográficas já citadas e do seu potencial econômico em geral (em especial, por exemplo, minérios), ressaltada pelo fato de se encontrar no hemisfério ocidental a "área de segurança" mais próxima dos Estados Unidos. Mas o fundamental é que, tendo aberto a sua economia às empresas estrangeiras — que contolam seus setores mais dinâmicos (basta ver as empresas cujos lucros e vendas mais crescem) — e adotado de forma decidida um capitalismo pouco mitigado bem como tendo hipotecado sua solidariedade política ao Ocidente, o Brasil participa de um jogo cujas regras lhe são impostas. Dadas as diretrizes de política econômica e política externa que adotou, o Brasil não tem atualmente a possibilidade de alterar as regras do jogo: pode apenas participar da nova divisão internacional do trabalho — que é definida pelos países capitalistas industrializados — e tentar melhorar marginalmente a posição que ocupa nela.

Aliado fiel

Assim sendo, apesar das alegações de "imperalismo" ou "expansionismo", parece impossível que — pelo menos no futuro próximo — o Brasil assuma uma posição "imperialista" autônoma que seja contrária ou mesmo indiferente às prioridades norte-americanas. A adoção do papel de "aliado preferencial" dos Estados Unidos angariou para o Brasil a suspeita dos outros países latino-americanos e um sério isolamento diplomático. A atitude do governo brasileiro em relação à disputa entre o Panamá e os EUA sobre a Zona do Canal bem mostra o descompasso brasileiro em relação aos outros Estados do subcontinente. O que talvez seja novo na posição do Brasil no sistema interamericano é que os Estados Unidos encontraram, de acordo com a doutrina Nixon, o seu "xerife" ideal para a América do Sul: isto dá ao Brasil uma posição de preeminência entre os seus antigos pares.

O presidente Nixon, em sua famosa declaração da liderança brasileira no subcontinente — de que o Brasil marcará o rumo para o resto — pode ter cometido, como acham alguns, uma gafe diplomática, mas estava certo ao indicar com clareza onde se encontram suas esperanças e preferências. Para os Estados Unidos, nesta hora de crescimento do nacionalismo latino-americano, não é mau negócio ter como um fiel "aliado preferencial e pacificador", o país maior, mais populoso e de mais rápido crescimento econômico em toda a América Latina.

156

Le Monde

5, rue des italiens — 75 Paris 9e Tel 7.709.129

Em entrevista exclusiva a Jacques Decornoy, do Monde, o general Vo Nguyen Giap, vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa da República Democrática do Vietnã, explica por que o povo vietnamita saiu vitorioso da guerra e como esse povo conseguirá fazer respeitar o acordo de paris, instaurar a paz, fazer progredir o processo democrático no sul e reunificar pacificamente o país.

Entrevista: Giap

Jacques Decornoy

"A nação vietnamita formou-se há muito tempo. Lutamos duramente contra as condições naturais de vida, as inundações, o clima e, por outro lado, contra os invasores. Para salvaguardar nosso direito à existência fizemos uma guerra de defesa nacional de 30 anos, no século XIII, contra os mongóis, que eram talvez 500 mil. A partir da Segunda Guerra Mundial, tivemos outra guerra de 30 anos. Foi a resistência contra o fascismo japonês, depois a guerra contra o corpo expedicionário francês; em seguida a guerra recomeçou, logo depois dos acordos de Genebra de 1954. Com efeito, foi uma espécie de guerra unilateral contra a população do sul, no tempo do governo fantoche de Ngo Dinh Diem; depois houve as insurreições de 1959/60 nos campos. Diem fracassou. Depois veio a guerra especial, com um enorme crescimento dos efetivos e de material moderno, a criação das aldeias estratégicas. A guerra popular se desenvolveu e a estratégia adversária conheceu um completo fiasco. Em seguida foi a grande guerra local, o corpo expedicionário de 500 mil americanos, a aviação, a Marinha, meios técnicos imensos. Westmoreland dizia que via chegar o "ano decisivo": de fato, ele teve um ano decisivo com a ofensiva do Tet Mau Than de 1968 que marcou o fracasso dessa estratégia.

Os Estados Unidos estavam então numa encruzilhada: fazer a guerra ou fazer a paz. Nixon falou de paz fazendo a guerra. Ele lançou a estratégia da "vietnamização": era uma mudança de métodos com o mesmo objetivo. Houve também a extensão da guerra ao Laos e ao Camboja, o reinício dos bombardeios contra o norte e, ainda mais, o bloqueio, e finalmente o ataque maciço da aviação estratégica contra a população de Hanói.

Durante estes 18 anos, nós fizemos a maior guerra de libertação da nossa história contra o agressor mais poderoso em número, material e meios técnicos. Fizemos muitos sacrifícios. Preservamos até o fim nossa determinação de lutar. O presidente Ho Chi Minh havia dito que talvez nós tivéssemos que lutar 10, 15, 20 anos... Lutamos durante 18 anos para alcançar nossos objetivos fundamentais de independência, de paz, de liberdade. De vitória em vitória, do nosso lado, de derrota em derrota, do outro, chegou-se aos acordos de Paris.

Muito tem sido escrito sobre a significação desses acordos. Na verdade constituem uma grande vitória, que faz época, vitória de uma causa justa, do povo vietnamita unido, de todos os povos, dos mais altos valores da civilização.

Quais as conclusões que podemos tirar? Que, hoje em dia, um povo com território pouco extenso, com população pouco numerosa, potencial econômico pouco desenvolvido, quando está decidido a se unir na luta pela independência e pela liberdade, segue uma linha justa, obtém ajuda, simpatia, apoio dos povos socialistas e da humanidade progressista, é capaz de vencer todos os agressores, inclusive a maior potência imperialista, os Estados Unidos. Dissemos isso várias vezes. E isso foi concretizado, verificado.

Deve-se concluir também dessa situação que, na conjuntura internacional atual, a eficiência do poderio econômico e militar dos países imperialistas não é o que era antes. Se a máquina de guerra americana não conseguiu vencer nosso povo, o imperialismo e seus dirigentes, nas futuras relações internacionais, deverão pensar duas vezes antes de se lançarem em novas aventuras agressivas.

Nunca houve o menor traço de racismo entre os vietnamitas. O que aconteceu no Vietnã não pode ser separado das particularidades do nosso povo e da sua história, mas há nessa vitória uma lição válida para todos os povos, especialmente os pequenos e médios. É aqui nosso pensamento se dirige aos povos que lutam por sua independência. Há no mundo um movimento irresistível dos povos por sua verdadeira independência.

Quanto ao balanço propriamente militar, só se pode falar de uma estratégia geral. Não há uma estratégia estritamente militar. Naturalmente há problemas militares. Um problema central sempre se colocou ao nosso povo: como pode um pequeno povo, como o nosso, salvaguardar seu direito à existência? É o problema central. Nossos antepassados o resolveram dentro do quadro da sociedade feudal que era também o quadro social dos mongóis: havia poucas diferenças no plano da técnica militar; os vietnamitas eram, às vezes, até um pouco superiores nesse domínio.

Com o desenvolvimento do imperialismo na época contemporânea, o inimigo tornou-se superior a nós nos planos técnico e material. O problema se colocou quando o imperialismo francês se apoderou de nosso país. A resistência nacional tentou, durante muito tempo, resolver o problema, fracassando durante várias décadas. Nosso partido foi chamado a resolver a questão. Resolveu-a com sucesso. Sob a égide do partido, fizemos a revolução de agosto de 1945 contra o fascismo japonês, mas pode-se dizer que este, na época, já era defunto. Depois veio a guerra contra o corpo expedicionário francês, superior quanto à técnica e no plano dos armamentos; nossa infantaria tinha então 20 espécies de fuzis. Em Dien-Bien-Phu tínhamos uns 20 canhões. Mas quando começou a agressão americana e depois tomou dimensões enormes houve inquietação entre muitos.

Recebemos uma ajuda importante mas o desnível técnico continuou considerável. Nossa economia era atrasada. Como resolvemos o problema? Ele era decisivo, central. Frisemos aqui dois fatores essenciais de nossa política militar:

Partimos do princípio segundo o qual, para enfrentar um adversário tão poderoso, era preciso mobilizar todo o povo para a luta. Isso é uma tradição muito profunda entre nós, desde o início da era cristã: todo o país na luta. O povo inteiro unido na luta. O presidente Ho disse: "União, união, concretizar a maior união. Vitória, vitória, para a frente em direção às maiores vitórias". Do ponto de vista militar houve o armamento das massas e a constituição do Exército do povo. A antiga tradição nacional desenvolveu-se com um conteúdo novo.

Como pode um povo, unido na luta, vencer um grande número com um pequeno número e vencer o equipamento moderno com um equipamento rudimentar ou menos moderno? Nas teorias militares sublinha-se, com razão, a importância do fator técnico. A força no combate, de um povo e de um Exército, é o resultado da síntese do fator humano e do fator técnico. A técnica é importante mas é o homem que a produz, que a utiliza, que é seu mestre. É preciso valorizar o poder criador: inteligência, heroísmo, independência. O fator humano é decisivo. Não é preciso apenas a determinação no combate, o heroísmo, mas é preciso inteligência, inclusive a que determina as maneiras de utilizar a técnica. Temos uma grande fé no homem.

Exemplos? Um guerrilheiro do sul sem fuzil e munido apenas de uma armadilha, e que consegue ferir um soldado americano armado dos pés à cabeça. É preciso certas condições para que uma arma desse tipo, utilizada por um homem decidido e inteligente, seja eficaz. Outro: um combatente munido de armas pouco modernas poder destruir vários aviões. É preciso estudar as leis que regem as atividades do inimigo. Com a ajuda dos países socialistas, o equipamento da infantaria e da artilharia melhorou, mas no conjunto é inferior ao equipamento americano. Há uma defasagem técnica e, além disso, os guerrilheiros não têm força aérea. É necessário, portanto, uma adaptação dos métodos de combate. No norte, nossa força aérea era inferior à americana. Nossos aviadores, apesar da diferença, obtiveram sucesso, não apenas por serem decididos no combate mas porque conheciam bem o inimigo e utilizavam bem sua inteligência. Nossos foguetes... os americanos os conheciam bem e confiavam em seus métodos de despistagem. Conseguimos abater os B-52. Os técnicos em foguetes dominam a fundo a técnica e conhecem bem o inimigo.

Existe, sem dúvida, um pensamento, uma ciência e uma arte militar vietnamitas. Lutamos por um ideal justo. Com base nisto foram mobilizadas as massas e resolvidos os problemas militares.

Quanto ao Vietnã, os americanos achavam que era preciso ter superioridade numérica. Eles constataram que o aumento dos efetivos não resolveu o problema, daí sua decisão a favor de uma superioridade técnica, mas mesmo isso não resolveu o problema.

Essa ciência militar se desenvolveu a partir da linha política e militar de nosso partido. Ela constitui uma aplicação do marxismo-leninismo às condições concretas da luta de libertação nacional em nosso país. Ela mantém a tradição nacional, mas a desenvolve num novo nível, dentro das condições modernas. A vitória está profundamente ligada à direção de nosso partido.

Agora ainda restam importantes obstáculos. As forças reacionárias e belicistas no sul estão ligadas ao neocolonialismo americano. Mas acreditamos que nada poderá deter o avanço do nosso povo. Nós conseguiremos fazer respeitar os acordos, instaurar a paz, fazer progredir o processo democrático no sul, reunificar pacificamente o país.

A "vietnamização" está condenada por suas contradições internas. Não nos surpreende que eles tenham podido fazer isso num determinado momento. A fragilidade da construção ficou patente com a ofensiva de 1972.

Agradecemos ao povo francês pelo que fez.

Nós fomos dignos da simpatia da humanidade".

CRISE ECONÔMICA AGRAVA CRISE MILITAR NO CAMBOJA

Agonia de um regime

Patrice de Beer

Após o atentado contra o palácio presidencial do Camboja, o marechal Lon Nol decretou o estado de urgência e o estado de sítio, enquanto recebia uma mensagem de simpatia de Nixon. Patrice de Beer descreve, neste artigo, a crise econômica, política e militar do país, que fortalece ainda mais a Frente que apóia o príncipe deposto Norodom Sihanouk.

O espetacular atentado que ocorreu a 17 de março contra a residência do marechal Lon Nol colocou em segundo plano a greve dos professores, que prosseguia há mais de um mês. Os professores representavam o mais sólido apoio ao regime desde o golpe de Estado de 18 de março de 1970; passaram à oposição devido à degradação contínua da situação econômica na capital Khmer. Por ocasião da manifestação que eles organizaram com os estudantes, as forças de segurança não hesitaram em atirar, fazendo vários mortos.

Num momento em que a situação militar é crítica — todas as estradas que levam a Phnom Penh estão cortadas pelos partidários do príncipe Sihanouk — a crise econômica poderia ter efeitos desastrosos para o regime do marechal Lon Nol. Já aconteceu os soldados se terem recusado a lutar ou se terem retirado em pleno combate por não receberem víveres nem munição nem pagamento. A descoberta, feita pelos americanos, de um escândalo de "soldados fictícios" levou a uma reorganização do sistema de remuneração dos militares. Os Estados Unidos descobriram que pagavam a cerca de 300 mil soldados, quando, na realidade, não havia nem 200 mil; os soldos serviam para enriquecer os oficiais pouco escrupulosos. O novo plano contábil e a ineficiência da organização fizeram com que numerosos recrutas não fossem mais pagos.

O corte das vias de comunicação pela Frente Nacional Unida do Kampuchea (FUNK), a diminuição das zonas sob administração republicana e a corrupção reduziram o abastecimento das cidades e provocaram uma alta sem precedentes dos gêneros alimentícios, forçando os americanos a trazer arroz por via aérea. Um saco de arroz de 100 quilos, que antes do golpe de Estado custava cerca de 650 *riels* (40 *riels* equivalem aproximadamente a um cruzeiro), chegou em setembro do ano passado a 2.300 *riels*, e a 3.500 a 1.º de janeiro de 1973, segundo nos informa um correspondente que compara esse preço ao salário de um operário (3.500 *riels* por mês), de um funcionário (7 mil *riels*) ou de um militar (6 mil *riels*). O aumento do preço da gasolina, decidido em fevereiro (o preço do litro passou de 16 a 18 *riels*), foi a causa direta do movimento de greve dos professores.

Essas dificuldades quotidianas tiveram um lugar de destaque nos *slogans* dos grevistas: "Lon Nol, responsável pela alta dos preços", "o governo de Lon é um governo dos capitalistas". Das reivindicações econômicas, os professores rapidamente passaram ao campo político questionando uma das primeiras decisões do regime que suprimia o dirigismo econômico do príncipe Sihanouk: "O liberalismo econômico é a morte". E também: "Nenhum sacrifício pelos traidores". A imprensa também não poupou o regime, antes de ser proibida em bloco. O diário Khmer Ekreach, do antigo ministro Sim Var, publicava, a 21 de fevereiro: "A crise atual não provém da guerra mas da sociedade, que é corrupta".

A conciliação tentada por alguns membros do governo falhou. Durante uma discussão organizada, a 4 de março, num teatro, o ministro do Interior, general Lon Non, foi acusado em público de possuir 92 milhões de dólares num banco suíço. Por outro lado, os participantes se recusaram a apoiar uma moção contra "os agressores vietcongs e norte-vietnamitas"

A FUNK, por sua vez, se regozija com essa situação. A crise econômica afasta do regime aqueles que lhe tinham permanecido favoráveis e atrai para as zonas que ele controla um certo número de habitantes, que não podem mais prover as suas necessidades nas regiões sob controle do governo. A crise reduz também a margem de manobra do marechal Lon Nol. "Não temos pressa; a guerra pode durar ainda dois ou três anos, e estamos certos da vitória" — declarou um líder do Movimento Revolucionário Khmer.

Thiun Mumm, ministro das Finanças do príncipe Sihanouk, nos disse que emissários haviam entrado em contato com seu governo e lhe tinham perguntado com que personalidade de Phnom Penh ele aceitaria estabelecer diálogo.

A posição da FUNK é clara. Está fora de cogitação uma negociação com Phnom Penh. A Frente quer obter sua rendição, com as honras de guerra, caso necessário. Mas os últimos interlocutores são os americanos. Por ocasião dos acordos de Paris, foi dito que a FUNK seria obrigada a negociar, como no Vietnã ou no Laos, o que não aconteceu — acrescenta Thiun Mumm. Para ele, o abrandamento da posição do príncipe Sihanouk, no mês passado, visava facilitar a abertura das conversações com Kissinger. "Bateram com a porta na nossa cara" — acha ele.

Negociar com Phom Penh seria admitir uma cisão do poder no país, uma divisão territorial, e isso não aceitaremos nunca. O Camboja, ao contrário do Vietnã e do Laos, desde os acordos de Genebra de 1954 forma um só país — prossegue Thiun Mumm, para quem é igualmente vão esperar dissensões entre o príncipe Sihanouk e Pequim ou seus aliados indochineses, ou uma ruptura no seio da FUNK.

Nenhum movimento revolucionário indochinês se achou, ao final de apenas três anos de guerra, numa situação tão favorável como a da FUNK no Camboja. Apoiada numa experiência que data da primeira guerra da Indochina e beneficiando-se do prestígio quase carismático do príncipe Sihanouk junto à população rural, a FUNK se considera, hoje, suficientemente forte para só aceitar entrar em negociações estabelecendo suas próprias condições.

OS MILITARES TURCOS E O IMPASSE NA ESCOLHA DO NOVO PRESIDENTE

O governo (de fachada) prorrogado

Dois anos depois do golpe militar de 12 de março de 1971, o Parlamento turco tentou eleger um novo presidente da República. Mas o empate registrado entre os dois principais candidatos—Tekin Arifburin e o general Faruk Gurler—fez com que se recorresse à prorrogação do mandato do atual presidente Cevdet Sunay. Os dois principais competidores desistiram de suas candidaturas, e agora os parlamentares estão cuidando das formalidades da prorrogação. É necessária uma reforma constitucional antes do dia 28, quando termina o mandato de Sunay.

Hervé Boisrond

A eleição presidencial na Turquia coincidiu, com a diferença de um dia, com o segundo aniversário da intervenção dos militares na vida política do país. A 12 de março de 1971, os comandantes das Forças Armadas turcas obrigaram o presidente Demirel a pedir demissão, acusando-o de levar o país à anarquia e de ter sido incapaz de realizar as reformas econômicas e sociais previstas na Constituição de 1961. Desde então, o país tem sido governado por um regime classificado como "acima dos partidos", ao qual o Parlamento dá sua confiança, pois uma negativa poderia provocar a tomada direta do poder pelo Exército.

Hoje, já se pode tentar fazer um balanço desses dois anos de regime militar, que mantém um governo civil "de vitrine", em nome da "respeitabilidade". Com que objetivos os militares intervieram, há dois anos, e em que medida os objetivos foram atingidos? A filosofia do movimento de 12 de março de 1971 é muito simples. Segundo os militares, a Turquia se encontrava mergulhada numa situação de agitações e de violências, provocadas pelos extremistas de esquerda. Estes seriam "teleguiados do estrangeiro", e supostamente tentavam se aproveitar do descontentamento das massas, cuja situação de penúria exigia a realização de reformas econômicas e sociais. Daí a necessidade de primeiro restabelecer a ordem, depois promover as reformas e finalmente marcar novas eleições. Terá o Exército, assim, como em 1960, salvado a República e restaurando a democracia, dentro dos limites da legitimidade?

Depois de restituir o poder aos civis, acredita-se em Ancara, capital turca, que o Exército continuará a controlar a vida política por meio de um duplo dispositivo: por um lado, através do presidente da República, que serve de mediador entre os civis e as Forças Armadas; e por outro, através do Conselho Nacional de Segurança, espécie de superexecutivo, que reúne os comandantes do Exército e os ministros mais importantes, sob a presidência do chefe do Estado.

Estabelecimento da ordem

A burocracia civil e militar atualmente no poder segue uma filosofia política que se inspira no positivismo, mais exatamente no solidarismo de Léon Bourgeois. Sonha com uma sociedade dócil, sem antagonismos nem classes sociais. Mas essa filosofia nunca correspondeu às realidades sócio-econômicas da sociedade turca. O que se passou há dois anos traduz precisamente tais realidades. Quase não é necessário falar mais detalhadamente a respeito do primeiro objetivo dos militares, que é o restabelecimento da ordem. A opinião internacional tem conhecimento do estado de sítio que ainda permanece em vigor e dos tribunais militares que condenaram à morte ou a pesadas penas de prisão centenas de pessoas, através de processos mais ou menos irregulares. Essas sentenças foram pronunciadas não somente contra jovens esquerdistas, que tinham cometido atos de terrorismo, mas também contra intelectuais, artistas, universitários, sindicalistas, dirigentes de partidos de esquerda, editores e tradutores de obras estrangeiras. Ocorreram também casos de torturas sistemáticas. A Constituição democrática de 1961 foi modificada duas vezes, com o objetivo de restringir as liberdades. As leis relativas às universidades, à imprensa, às associações e aos direitos sindicais foram esvaziadas de conteúdo. Cursos de "segurança" foram criados para continuar o trabalho de repressão dos tribunais militares, depois da vigência do estado de sítio.

Os governos que se sucederam desde 1971 fixaram com o seu objetivo a realização de reformas sociais e econômicas. Por enquanto nada foi feito quanto a isso. Os projetos de reforma que estão no Parlamento melhorarão a condição das massas? Pode-se duvidar. Os acontecimentos reais que afetam a vida do povo turco se desenvolvem, na verdade, fora desse "fetichismo das reformas", na expressão de um jornalista turco.

A economia

Os números referentes à evolução econômica e social da Turquia de dois anos para cá são eloquentes. No plano do crescimento interno, os resultados são notáveis, embora sejam consequência da política econômica seguida desde 1963, quando foi aplicado o primeiro plano quinquenal, e também dos esforços de industrialização do governo Demirel. No espaço de 10 anos, o Produto Nacional duplicou; as exportações, a poupança e os investimentos triplicaram. Em 1972, as exportações atingiram 885 milhões de dólares, enquanto as importações ultrapassavam 1,5 bilhões de dólares. Mas o deficit da balança comercial foi mais do que compensado pelas rendas do turismo e por 750 milhões de dólares enviados a seus lares pelos imigrantes turcos. A Turquia dispõe atualmente de uma reserva de divisas de 1 bilhão de dólares. A desvalorização de sua moeda (10%), que se seguiu à desvalorização do dólar, em fevereiro, facilitará o crescimento das exportações.

Fato significativo, a contribuição dos produtos industriais para o Produto Nacional ultrapassa 20%, e para as importações é de 27%. A renda *per capita* é de 425 dólares. O terceiro plano quinquenal, que entrou em vigor este ano, foi preparado na expectativa de um crescimento anual que será, de agora até 1995, de 8,9%, em média, o que permitirá naquele ano uma renda *per capita* de 1.500 dólares.

A Turquia está, pois, com uma economia "em decolagem", segundo a expressão clássica. Ela se prepara para enfrentar a concorrência do Mercado Comum Europeu, com o qual terá completa união alfandegária dentro de 20 anos. Mas a que preço se faz esse crescimento?

Alta dos preços

Em 1971, a alta dos preços ultrapassou 20%, e, em 1972, 18%. Além dessas altas excepcionais, a Turquia detém outro triste recorde, conforme as estatísticas da ONU: o da baixa dos salários industriais reais, que foi de 6%, em 1971, e de 5,9%, em 1972. Encontra-se nesses números a verdadeira significação do regime instalado na Turquia, desde 1971: todo o aparelho repressivo do Estado, dirigido pelos militares, colocou-se a serviço da oligarquia industrial, que atravessa uma fase de concentração e de passagem para a indústria pesada.

Como os custos de produção são muito elevados na Turquia, por causa do alto preço dos produtos industriais de base e da fraca produtividade, os industriais desejam diminuir o custo dos salários reais. É evidente que tal política não podia ser realizada por um governo eleito,- mesmo de direita, que supostamente deve levar em conta as aspirações das massas.

O caráter do regime

O caráter do regime se reflete perfeitamente no terceiro plano quinquenal que preparou. Esse documento indica sem ambiguidade que a realização dos objetivos exige "sacrifícios sérios e disciplinados no terreno de certos direitos econômicos e sociais". Esses sacrifícios são pedidos num país onde uma minoria de 10% da população se apropria de 45% da renda nacional, enquanto os demais 90% ficam com o resto.

Em suma, a Turquia escolheu o crescimento, em detrimento da justiça e da sociedade democrática e humana. Mas conseguirá ser um país industrializado diante dos gigantes econômicos do Mercado Comum Europeu? Para alcançar esses países em 20 anos ela precisará de uma taxa de crescimento anual, não de 9%, como fixou, mas de 18 a 20%. Do contrário a distância entre a Turquia e os países do MCE continuará a mesma.

Chipre: o general e as bombas

De 15 dias para cá, os atentados terroristas têm-se multiplicado em Chipre. Durante uma só noite, de 15 para 16 de março, 30 bombas explodiram em Nicósia, Limassol, Paphos, mas sem causar vítimas. Nos dias 14 e 15 de março, quatro postos de polícia foram tomados de assalto por comandos, que conseguiram escapar levando grande quantidade de armas e munições.

Enquanto os ataques anteriores eram atribuídos aos partidários do general Grivas, que na clandestinidade tenta, desde setembro de 1971, derrubar o arcebispo-presidente Makarios, as 30 explosões dos dias 15 e 16 foram dirigidas contra os seguidores do próprio Grivas. Elas parecem confirmar a criação recente de uma organização favorável a Makarios, e que está decidida a defendê-lo empregando os mesmos meios utilizados pelo general Grivas.

A escalada da violência parece inevitável. Após um curto período de relativa calma, que se seguiu à eleição de Makarios como chefe de Estado, a 8 de fevereiro último, os atentados recomeçaram a 2 de março, para forçá-lo a renunciar à presidência. Seis dias mais tarde, os três bispos do Santo Sínodo da Igreja Autônoma de Chipre se solidarizaram implicitamente com o general Grivas, ao destituírem Makarios das suas funções eclesiásticas. Já um ano atrás eles o intimaram a escolher entre seu papel dirigente na Igreja e o cargo presidencial.

Atitude ambígua

Na opinião do correspondente da France Presse em Nicósia, que cita fontes bem informadas, os guerrilheiros de extrema-direita teriam estabelecido um plano de ataque contra a capital. Embora sua popularidade seja limitada, o general Grivas — cuja capacidade subversiva é lendária, desde que dirigiu a luta armada contra os ocupantes britânicos de 1955 a 1959 — dispõe de poderosos sustentáculos na polícia e no Exército.

A atitude do governo de Atenas pode ser considerada ambígua. Oficialmente não aprova nem os atos terroristas nem a iniciativa do Santo Sínodo. Mas é provável que o general Grivas, que partilha das principais opções ideológicas dos coronéis gregos, tenha-se beneficiado de cumplicidade no seio do regime, primeiro para se tornar clandestino em Chipre, e em seguida para organizar a guerrilha.

Apesar das relações aparentemente normais que se estebeleceram entre Atenas e Nicósia, após uma séria crise na primavera passada, o general Papadopoulos preferiria que um outro homem e não Makarios presidisse os destinos de Chipre. Makarios é um interlocutor intratável, que se recusa a alinhar seu regime com o da Grécia, a pôr fora da lei o Partido Comunista cipriota (Akel), e a renunciar a sua política neutralista. Ora, a principal, senão única, reivindicação do general Grivas, a realização da Enosis (união de Chipre com a Grécia) poria fim à independência. Unida à "mãe-pátria", em sua totalidade ou em parte (a outra parte seria devolvida à Turquia), a ilha seria incorporada forçosamente à OTAN, à qual pertencem a Grécia e a Turquia.

Sem partilhar do desejo do general Grivas de derrubar Makarios, o general Papadopoulos certamente não ficaria descontente caso Makarios se sentisse suficientemente ameaçado a ponto de pedir a ajuda do governo grego, o qual poderia então ditar as condições de seu apoio.

É claro que a situação ainda não atingiu um ponto crítico. Mas ela causa preocupação, na medida em que pode comprometer o delicado equilíbrio de forças no Mediterrâneo Oriental.

NA URSS, O DEBATE SOBRE O PAPEL DO PC NAS FORÇAS ARMADAS

A adaptação a novas exigências

Alain Jacob

A conferência dos secretários das organizações políticas das Forças Armadas soviéticas deveria ter sido realizada há quase quatro anos. O jornal do Ministério da Defesa *Krasnoya Zvezda* havia anunciado sua convocação para "o primeiro trimestre de 1969". Nenhuma explicação oficial foi dada para o adiamento, mas suas razões parecem bastante claras. Dois acontecimentos desde então afetaram diretamente a vida do Partido Comunista dentro das Forças Armadas.

O primeiro desses acontecimentos foi o 24.º congresso do PC, em março de 1971. Este não somente fixou novas diretrizes como também decidiu pela renovação das carteiras do PC, operação que acaba de começar e deverá prolongar-se até 1974. A troca das carteiras e a conferência deste mês, ao que se presume, deverão contribuir para infundir uma nova vida às organizações do partido e a seus militantes no Exército e na esquadra.

O segundo acontecimento foi a adoção recente, pelo comitê central do PC soviético, de dois textos intitulados *Regulamentos sobre os Órgãos Políticos do Exército Soviético e da Esquadra* e *Instrução às Organizações do PC Soviético no Exército e na Esquadra*. Esses dois textos substituem dois documentos de idêntica denominação, de 1963. O general Epichev, chefe da principal direção política do Exército e da esquadra, deu algumas indicações sobre o conteúdo de sua orientação, num longo artigo publicado, a 2 de março, pelo *Krasnoya Zvezda*.

Para situar o objeto da próxima conferência e o sentido dos novos regulamentos e instruções, será útil lembrar de que maneira o partido é representado nas Forças Armadas da URSS. Dois tipos de organização política coexistem e cooperam em seu seio. Junto ao comando de cada unidade há uma "seção política" ligada à direção política principal (general Epichev) e que constitui um dos serviços especializados do comitê central. É uma hierarquia cujos membros são, de certo modo, os herdeiros dos antigos comissários políticos.

Nas unidades se formam, por outro lado, "organizações políticas" reunindo os comunistas do batalhão, do esquadrão, da esquadrilha ou da tripulação de um navio, da mesma maneira que as células de base nas seções de uma usina e em outros estabelecimentos civis.

A última conferência desse tipo, em 1960, estiveram presentes cerca de 1.500 participantes, esperando-se muito mais para agora, com a provável presença do próprio Brejnev.

Quais serão os assuntos a serem tratados, além dos novos regulamentos e instruções? Segundo Epichev, as Forças Armadas da URSS estão colocadas sob a direção do PC, mas o comando das unidades pertence exclusivamente a seus chefes. Desapareceu, portanto, a questão do "comando único". Mas, em compensação, surgiram outros problemas. Impõe-se, no Exército como em outros setores, um reexame crítico dos métodos de trabalho das organizações do partido. São mencionadas, entre outras "insuficiências": formalismo, excessiva tolerância nos casos de desacato à disciplina do PC e mesmo à disciplina militar e negligência no trabalho ideológico. A preocupação com a qualidade do recrutamento é mais viva nas Forças Armadas do que nas organizações civis, por motivos bem compreensíveis.

As famílias

Importantes mudanças na fisionomia das Forças Armadas soviéticas impõem às organizações militares do PC uma adaptação a condições técnicas, sociológicas e políticas inteiramente novas. Um exemplo: como pode funcionar uma organização do partido a bordo de um submarino atômico, em cruzeiro de várias semanas sob a calota polar ártica? A situação comporta exigências bem diferentes das de um batalhão de infantaria aquartelado num subúrbio de Moscou. Não se trata somente dos marinheiros, pois a organização política deve igualmente se interessar pela saúde moral de suas famílias.

Enfim, politicamente, o contexto internacional mudou muito desde o começo dos anos 60. Em outubro último, Epichev chamava a atenção dos que têm funções ideológicas nas Forças Armadas contra os estragos da propaganda burguesa, mas observando que "estavam acontecendo mudanças no sentido de um abrandamento da tensão internacional". A aproximação com a Alemanha, as trocas de visitas com Washington, obrigam os responsáveis a, pelo menos, apresentarem análises revistas das relações internacionais da URSS. De um ponto de vista ainda mais prático, os militares e principalmente os marinheiros soviéticos começaram a viajar, a ver o mundo. Não se pode manter com eles a mesma linguagem que era usada na época em que apenas excepcionalmente eles cruzavam as fronteiras da pátria soviética.

O CINEMA DE VISCONTI: VISÃO EXALTADA E BARROCA DA HISTÓRIA

Ludwig, ou a decadência crítica

De Obsessão (1942) a Ludwig (ambos inéditos no Brasil), seu último filme, Luchino Visconti percorreu um longo caminho que o levou do neo-realismo italiano ao neo-romantismo. Na primeira fase ele se ocupa das condições de vida do proletariado e dos habitantes dos subúrbios de Roma, denunciando a alienação de um cinema vendedor de ilusões. Na segunda fase, que começa em 1954, com Senso, suas preocupações passam a ser de ordem estética e psicológica, sem perder de vista o sentido da História. Ludwig está atualmente em exibição em Paris.

Jacques Siclier

Luchino Visconti: aristocrata milanês de nobreza antiga e homem de esquerda amigo dos comunistas. Isso não é um paradoxo. Mas as simplificações, que fizeram de Visconti um cineasta engajado, no fim do regime de Mussolini, logo depois da libertação, e que voltou depois às suas origens para se "desengajar", não bastam evidentemente para definir, para explicar a personalidade, a originalidade de sua obra.

Até *Senso* (1954), inédito no Brasil, os filmes de Visconti estavam diretamente ligados ao clima político da Itália do pós-guerra. Mas ele exercia paralelamente uma carreira de diretor no teatro e se interessava pela ópera italiana. *Senso*, filme de costumes situado no passado, nasceu em parte das dificuldades de financiamento encontradas pelo realizador, politicamente suspeito ao regime democrata-cristão e aos produtores cinematográficos. Mas *Senso* se situa entre a encenação de *As Três Irmãs*, de Tchekov, e a da *Traviata*, de Verdi, onde se encontram os temas de uma sociedade em decomposição e do amor assumido até à morte. Em *Senso* se misturam, para fazer brotar um universo neo-romântico e um brilhante estilo barroco, o cinema, e teatro e a ópera italiana do século XIX, esse "melodrama" que leva o lirismo musical à incandescência passional. Na reflexão que faz sobre a História se encontra a visão marxista de Visconti. Livia Serpieri e Franz Mahler, os amantes malditos, são o produto de uma situação histórica. Ela, aristocrata de uma classe dominante que vai desmoronar na Itália sob a pressão do nacionalismo; ele, oficial de uniforme branco, minado pela decomposição política e cultural do império austro-húngaro. Ambos se perdem na decadência porque quiseram viver seu amor e como se estivessem sós.

Morte da aristocracia

É dentro dessa linha-mestra que se deve seguir a obra de Visconti, através de suas hesitações (*As Noites Brancas* de 1957) e da volta ao naturalismo e ao tema social moderno, com *Rocco e Seus Irmãos* (1960). Por seus gostos, sua cultura, sua maneira de viver e suas concepções estéticas, Luchino Visconti permaneceu um aristocrata do século XIX, voltado para um passado que é capaz de analisar lucidamente e de reconstituir com o mais perfeito realismo.

Como foi possível falar em "academicismo" com *O Leopardo* (1963), essa admirável e extraordinária meditação sobre a morte da aristocracia italiana como poder político e social, nos acontecimentos de 1860 — libertação da Sicília por Garibaldi e formação da nação italiana sob a égide da monarquia constitucional piemontesa? Como foi possível não ver que o príncipe Salina não era apenas uma interpretação de Burt Lancaster, mas o próprio Visconti procurando, ao aproximar-se dos 60 anos, a nobreza perdida das grandes feras de uma classe que a ascensão da burguesia rica e vulgar condena a ser apenas *decorativa*. Nesse filme não há paixão amorosa. O tema voltará depois. *O Leopardo* (ao qual o conhecido romance de Lampedusa forneceu apenas a intriga histórica) é o filme da decadência e da morte aceitas com dolorosa resignação. Como Visconti, o príncipe Salina tem o sentido da História e do determinismo. Ele sabe que a revolução é inevitável e que os tempos mudam. Mas ele pode apenas percorrer, durante um baile em que se reúnem os fantasmas em traje de gala da alta sociedade de Palermo, esses salões carregados de História, de passado, que se tornaram o palco de uma vã parada.

Depois, *Vagas Estrelas da Ursa* (1965) pode parecer, como *O Estrangeiro* (1967), um filme à parte, afastado do passado, do espetáculo de costumes e da teatralidade, sem voltar no entanto ao tema da luta de classes. Deixemos *O Estrangeiro*, curiosa e talvez inútil adaptação do romance de Albert Camus. *Vagas Estrelas da Ursa* transpõe uma tragédia grega para uma família judia da Toscana. Sandra e seu irmão Gianni se encontram na casa paterna, onde se comemora o 20.º aniversário da morte, no exílio, de seu pai. Eles suspeitam da mãe e de seu amante, achando que denunciaram o pai aos nazistas. Mas as lembranças da infância que renascem entre eles, no meio dos horrores da família desfeita, jogam-nos um nos braços do outro. Seu verdadeiro segredo é a paixão amorosa, tema que aparece no filme com grande força, pois se trata de uma paixão incestuosa, portanto proibida, portanto "anormal". E a decadência da família substitui a da sociedade. Psicologia das profundezas e psicanálise.

"Ciclo alemão"

Essa introspecção dos segredos ocultos, das paixões inconfessáveis, se acrescenta ao quadro histórico em *Os Deuses Malditos* (1968). Visconti considera aí a Alemanha dos anos 30 e os grandes barões do Ruhr, a aristocracia dos industriais de armamentos que fez a cama do nazismo. Uma sociedade que lhe é estranha e que ele recompõe, menos a partir de sua verdade histórica que de seus abismos interiores. Se o indivíduo é sempre condicionado pelo meio e pelo determinismo da História, parece refletir o filme, suas neuroses sobem à superfície para explodir no clima exarcebado de uma ópera, com o concurso de Wagner, de Verdi e do doutor Freud. O assassinato, a homossexualidade e o incesto são os monstros pelos quais Visconti não sente certamente nenhuma simpatia, mas que seu temperamento de artista coloca em *situação estética*. Romantismo do desejo desenfreado (desejo sexual, desejo de domínio), romantismo da morte violenta (assassinato ou suicídio).

E Visconti doravante só se interessará pelas paixões e obsessões fora do comum; só se interessará pelo jogo do fascínio mortal ao qual se ligam os amantes da beleza, os sedentos do absoluto, os *artistas*. *Morte em Veneza*, obra alemã adaptada de uma novela de Thomas Mann, num ambiente italiano do começo deste século, é o drama de um velho, um músico, um criador, que encontra em Veneza, numa sociedade cosmopolita e frívola um belo adolescente louro, anjo equívoco pelo qual se apaixona sem ser compreendido nem correspondido, a ponto de morrer. Uma epidemia de cólera vem simbolizar, juntamente com os sujos canais da cidade, a decomposição do "esteta atraído pelo abismo".

Helmut Berger, o jovem homossexual dos *Deuses Malditos*, reaparece para a apoteose do "ciclo alemão". Luís II, "Ludwig" ou o rei esteta, é o construtor de castelos na Baviera, materializações de suas paixões e de suas quimeras. Um soberano romântico e prodigiosamente decadente que não tem, como o príncipe Salina, o sentido da História, embora seja também determinado por ele.

Ludwig, o "rei louco" da Baviera, e sua prima Elisabete, da Austria, a "imperatriz errante", esses príncipes condenados tanto pela História quanto pela neurose hereditária dos Wittelsbach, a família de ambos, e que fizeram de sua vida um espetáculo, deviam necessariamente tornar-se personagens de Visconti. De *Senso* a *Ludwig* (último filme de Visconti), a "linha" é perfeitamente coerente, perfeitamente organizada. A velhice do cineasta levou-o ao pessimismo e às exaltações estéticas, num universo de obsessões e de formas único no cinema de hoje.

O ETNÓLOGO CASTNEDA E SUA PROCURA DA "OUTRA" REALIDADE

A loucura controlada

Os Estados Unidos têm um novo herói nacional: Carlos Castañeda, um etnólogo californiano que foi iniciado na arte de "ver", de "ouvir" e de "sentir", por um feiticeiro da tribo dos Yaqui (Arizona, EUA), que lhe ensinou o uso de certas ervas e de determinado "fumo". Em torno dessa experiência, ele escreveu três livros que venderam 500 mil exemplares: A Erva do Diabo e O Fumo, **apresentado como tese à Universidade da Califórnia;** Jornada para Ixtlan; **e** Ver. **Jacques Masui, diretor da coleção** Documents Spirituels **(da editora Fayard) e da revista** Hermès, **analisa aqui a experiência de Castañeda.**

Jacques Masui

Em algum lugar do seu *Diário*, Kierkegaard escreveu: "Na vida, basta ter visto uma vez, ter sentido uma vez algo de tão incomparavelmente grande que todo o resto parece, em comparação, não ser nada: algo que nunca se esquece mesmo quando se esquece tudo o mais". Não há dúvida de que Carlos Castañeda conheceu o abalo total depois do qual a vida não é mais a mesma. O testemunho trazido por seus dois livros *extraordinários* é uma dinamite espiritual, e estou convencido de que nenhum leitor ficará insensível a eles. A revista *Time*, em um de seus últimos números, põe em dúvida uma parte desse testemunho, mas não importa. O autor compreendeu algo de essencial. Examinemos o que ele nos ensina.

Um jovem etnólogo, de origem sul-americana, está estudando na Universidade da Califórnia. Ele se interessa pelo uso das plantas — particularmente das que provocam estados alucinógenos — entre os índios do noroeste do México. Ao passar um dia por uma pequena cidade do Arizona, perto da fronteira, circunstâncias fortuitas fizeram-no encontrar um velho índio da tribo dos Yaqui, dotado de "poderes", e considerado um *brujo* (palavra espanhola que significa feiticeiro, mas que para os índios designa muito mais que isso: curandeiro, médico e homem que sabe das coisas). Carlos Castañeda se prepara para fazer uma pesquisa meticulosa (como fez outrora Griaule, na África, quando recolheu as confidências do feiticeiro de que fala no livro *Dieu d'Eau*) junto àquele que ele chama *Don Juan*, cuja verdadeira identidade não deve ser revelada.

O mestre, homem de forte têmpera, não desencoraja o etnólogo, como acontece na maior parte dos encontros desse gênero. De um golpe de vista, avaliou o pesquisador, que lhe pareceu particularmente dotado.

Começa então um longo aprendizado que, com interrupções diversas, das quais uma durará três anos, se estenderá por uma dezena de anos, e durante o qual *Don Juan* fará com que seu discípulo se submeta a experiências que, ao que eu saiba, nenhum europeu experimentou em tais circunstâncias.

No começo, Castañeda aprende a se identificar com as plantas e os animais, principalmente para se tornar aguerrido na caça com armadilhas. Ao mesmo tempo, toma consciência das forças da natureza: o vento, a água... Mas não se consegue a posição de "homem de conhecimento" sem o auxílio de certas plantas: a *datura inoxia* e um cogumelo do tipo *psilócibo*, considerados como "aliados", e o famoso *peyotl*, fornecedor de sabedoria. Este, que só é utilizado após um ano de aprendizagem, faz aparecer Mescalito, um deus talvez, mas *Don Juan* jamais o designa assim, pois, embora único, ele aparece diferente a cada um. Mescalito aceita o etnólogo e brinca com ele, para grande satisfação do *benefactor*.

A partir desse momento, penetramos no maravilhoso e no incrível. Deve-se observar, no entanto, que a ingestão dos botões de *peyotl* ou de outras plantas não é um fim em si, mas uma passagem indispensável. O "homem comum" jamais adquiriria os poderes necessários para se tornar um "homem de conhecimento", um homem que *vê* (em vez de olhar), se não houvesse os auxiliares para transcender a realidade ordinária e contemplar o que bem poucos viram, muitas vezes sem possibilidade de retorno.

Infatigavelmente, Castañeda interroga seu *benefactor* e faz anotações. A ingenuidade do relato que ele daí extrai é uma garantia de autenticidade. Sua "reportagem", felizmente, não tem a aridez de um relatório científico. Tudo o que *Don Juan* diz é cheio de sabor, e Castañeda conta, com talento, o que viveu com tanta intensidade.

O que é "ver"

Após cinco anos de aprendizagem, Castañeda, esgotado pela sua experiência com o "fumo", abandona a iniciação pouco antes de ter atingido o momento em que poderia tê-lo dispensado. Contudo, volta para junto de *Don Juan* três anos depois e recomeça a fumar (todos esses episódios são relatados no livro *Ver*). Seu medo diminui, mas não a imensa perturbação sentida ao descobrir essa "realidade incomum" que mina sua "visão do mundo". "Você pensa demais — lhe diz *Don Juan* — e quando se vê não se deve pensar". A percepção da "outra realidade" se operaria através de vibrações demasiado rápidas para serem percebidas pelo "homem comum". Devemos lembrar as palavras de Michaux: "Penetrar no pensar é penetrar na lentidão".

O que é então *Ver*? "Quando se aprende a ver — diz *Don Juan* — cada vez que se vê uma coisa ela é diferente, embora seja a mesma". Castañeda compreende de repente que se trata de uma loucura controlada. "Uma vez que aprende a ver, o homem se descobre só no mundo, sem outra coisa além da loucura" — disse-lhe um dia, misteriosamente, o seu mestre, que acrescenta: "Minha vontade controla a loucura da minha vida".

Don Juan ensina alguma coisa, mas não dita um código rígido. Assim, recomenda *ter coragem*, alerta contra obstáculos, "inimigos" a evitar: o medo, a claridade — pois ela pode cegar — o poder, principalmente, e a velhice. Esse ensinamento não contém nem mitos nem doutrinas no sentido próprio, nada de religioso, mas receitas e rituais, onde sempre predomina a experiência. Antes de tudo, *ser forte*: eis a lei. *Don Juan* repete à saciedade que o homem de conhecimento é um guerreiro, um *herói* (no que está de acordo com certos ensinamentos orientais). Para chegar a isso, deve viver na verdade.

As experiências pelas quais passa Castañeda durante a sua segunda iniciação nos deixam simultaneamente estupefatos e inquietos. Se tais possibilidades mágicas não se exercessem sobre um fundo de sabedoria que tudo ilumina, dever-se-ia talvez queimar essa obra (o que a Inquisição não teria deixado de fazer). Devemos considerá-la mais de perto. Os poderes e faculdades conservados pelas sociedades arcaicas, cujas leis nos escapam, chegaram até nós consideravelmente atenuados. Mas são encontrados em vários fenômenos que acompanham a vida mística, nos seus aspectos mais elevados. O mérito de Castañeda é indicar de onde procedem originalmente. Nós só tínhamos até agora sobre essa sabedoria "selvagem" documentos esparsos e incompletos, mas sabíamos que ela devia tudo às forças vitais.

Essa inesquecível "reportagem" renova a nossa sensação do universo, que tínhamos perdido sobretudo no ocidente, durante o desenvolvimento do pensamento conceptual. Como dizia outrora Gusdorf: "Não é o espírito do homem que pensa, é antes o pensamento objetivo que se pensa nele". Consequentemente, se o pensamento não se transcende, como fez quase sempre no oriente, o homem será cada vez mais obrigado a viver sob o signo de um pensamento discursivo afastado da vida.

Uma crítica

Sob muitos aspectos, a obra de Castañeda constitui uma crítica do conhecimento objetivo: "A realidade não é o que você pensa, mas muito mais o que você sente". Ela pode ajudar a psicologia das profundezas, levando muita água para o moinho de C.G.Jung (que nunca esqueceu a conversa que teve com um chefe índio), mais do que para o de Freud. O primeiro conhecia perfeitamente as forças de que fala *Don Juan*, enquanto o segundo não queria ouvir falar delas.

Quanto a *Don Juan*, certamente não poderia servir de modelo para todos, porque nenhuma sociedade poderia manter-se se todos os seus membros devessem ter fulgurantes encontros com a realidade além dos fenômenos.

Mas quanto mais indivíduos houver que "vêem" tudo, guardando seu pleno equilíbrio, como esse índio Yaqui, mais a sociedade estará ancorada num real vivido e criador. Então, a nova interpretação do mundo surgirá para permitir o prosseguimento da aventura humana.

Le Monde

© Le Monde 1972
Distribué par
Opera Mundi Paris
Tous droits réservés

O conformismo da juventude de Israel

Um estudante israelense: 'Somos israelenses, não somos sionistas". Por Eric Silver

Israel, fundada por não conformistas extremados, está se tornando uma sociedade conformista. Um dos países mais politizados do mundo, onde até os times de futebol são afiliados a partidos, está se cansando de política. Ehud Adiv e Dan Vered, os dois jovens judeus, dentre os líderes do grupo de espiões sírios cujo julgamento terminará na próxima semana em Haifa, são exceções na sua geração, não apenas porque traíram Israel por motivos ideológicos mas pelo fato de a ideologia ter significado alguma coisa para eles.

Um professor ilustre da Universidade Hebraica fez recentemente um recenseamento dos estudantes no seu departamento. Descobriu que menos de 25% dos estudantes homens e menos de 10% das mulheres tinham interesse em atividade política de qualquer natureza.

Mais de 30% dos homens e 50% das mulheres disseram que não eram atraídos por atividades políticas. Somente 1% dos estudantes homens, do primeiro ano e 23% do terceiro ano realmente tomavam parte em conferências e debates sobre política.

Entre as estudantes mulheres no seu terceiro ano de universidade, a porcentagem era apenas de 10%. Entre os estudantes homens, apenas 5% e nenhuma das mulheres participavam ativamente em trabalho político.

E tudo isso na Faculdade de Ciências Sociais. A principal preocupação dos estudantes era "adquirir um conhecimento profundo nas suas matérias" (conquistar um bom diploma). Somente cerca de 10% disseram que a universidade não tinha correspondido às suas expectativas.

A preocupação dos israelenses entre 20 e 30 anos é de natureza material e sua visão é curta e limitada. Eles foram da escola para o Exército. Quando são desmobilizados, muitos deles estão noivos ou casados.

Se estudam, é porque querem estar aptos a ganhar um salário profissional. Em geral trabalham durante o período universitário, economizando para adquirir um apartamento. Os preços nas principais cidades se equiparam com os de Londres. Casa alugada é mais a exceção do que a regra.

Seu desprezo por política é duplo: desdenham o "sionismo" dos fundadores e se sentem alienados com relação aos partidos convencionais que dirigiram — ou falharam em dirigir — o Estado nos últimos 25 anos. "Somos israelenses, não somos sionistas", disse-me Eran, um estudante de economia do segundo ano.

Uma investigação mais aprofundada revela que eles estão rejeitando o sionismo na sua antiga acepção judaica. Não sentem que têm uma missão para com os judeus da Diáspora (exílio). A reunião dos exilados é um *slogan* remoto.

Golda Meir poderia passar todos os dias da semana no aeroporto de Lydda dando as boas vindas a massas de imigrantes soviéticos. Suas lágrimas não seriam falsas. Para ela, Israel é isto. Para a segunda geração de sabras (judeus nativos de Israel), as emoções da primeira-ministra são irrelevantes, até mesmo um tanto embaraçosas.

Muitos deles vêm os russos como estrangeiros e competidores. "Por que, perguntam constantemente, é permitido a estes recém-chegados furar a fila de habitação? Quando nossos pais para cá vieram, viveram numa pobreza de pioneiros. Essa gente só está preocupada com os seus privilégios".

As acusações são simplistas. Israel progrediu. Todo mundo espera padrões de classe média. Os russos diferem dos nativos apenas na sua convicção de que eles deram sua quota de sacrifício na União Soviética. Mas numa sociedade de salários baixos, impostos altos e forte inflação, uma sociedade preparada para a guerra e vivendo em constante tensão, o ressentimento é genuíno e penetrante.

Os jovens israelenses contudo não repudiam os frutos do sionismo. São nacionalistas, muitas vezes de modo ingênuo. Acreditam apaixonadamente que os judeus tinham direito de vir para cá e estabelecer um Estado na pátria ancestral. Se necessário, estão prontos a lutar por sua sobrevivência.

O número de objetores de consciência é pequeno — uns 20 em 25 anos de existência do Estado.

Mas os jovens israelenses sabem que, de algum modo, em algum lugar no passado, as coisas saíram erradas. Foram feitas injustiças aos árabes, por insensibilidade ou calculadamente, em número igual. Há pouco tempo, um dos patriarcas pioneiros apareceu em um programa de televisão do tipo *Esta É Sua Vida*.

Contou com deleite como eles derrubaram um carregamento de legumes trazido para o mercado por um lavrador árabe. Um rapaz, que assistia ao programa na sua casa em Telaviv, virou-se para seu pai, antigo *Kibbutznik*, e disse: "Está vendo, isto é o que vocês nos deixaram".

Sua geração está perturbada. Ele e seus amigos sabem — como não sabiam antes de 1967 — que a guerra não resolverá nada. Mas eles não têm um programa. Sua produção literária criativa é alienada, distante e recôndita. Em seus 25 anos de existência, Israel produziu três e não duas gerações: os com idade bastante para terem lutado em 1948, os que não tinham idade suficiente mas se lembram da Palestina sob Mandato, e os que nasceram depois da metade da década de 40.

Os pacifistas, os propagandistas da concessão e da coexistência, tendem a se concentrar no grupo do meio: escritores como Amos Oz, cujos romances foram publicados na Inglaterra e nos Estados Unidos; acadêmicos como Amnon Rubinstein, polemista e decano da Faculdade de Direito na Universidade de Telaviv, um grande número de colunistas no jornal *Yediót Ahronot*.

Os jovens israelenses lêem, ouvem e aplaudem. Mas eles são essencialmente passivos. Siah, o pouco rígido movimento da nova esquerda, não reúne mais do que cerca de 400 membros. O partido revolucionário Matzpen, denunciado por Ehud Adiv por falar muito e agir pouco, tem 30 a 40 membros.

O caso de Berma e Ikrit, as duas cidades árabes que foram evacuadas em 1948 e das quais seus habitantes ainda estão afastados, embora tenham provado ser israelenses leais, provocou fortes reações. Seu tratamento foi injusto e tirânico na opinião de muitos jovens israelenses.

Havá, professora de hebraico e que está tentando obter um segundo diploma em Lingulística, disse-me que ela estava envergonhada com a decisão do governo de impedir para sempre o retorno dos árabes. Mas fez ela alguma demonstração contra isto? Bem, na verdade não. Isto não estava na sua índole.

As crianças dos anos 50 têm suas raízes no oriente médio, mas cresceram em quarentena. Eles têm consciência da existência dos árabes palestinos, mas não os conhecem. Desde 1948, amizades entre judeus e árabes têm sido raras e experimentais.

Isto não era o caso antes da guerra da independência em Jerusalém, Haifa e Galiléia. A percepção dos jovens israelenses em relação aos árabes é limitada. A situação está configurada, e eles têm que conviver com ela.

O monopólio da tuberculose

Condenaram a Solvents. E a Cyanamid? por Bernardo Kucinski

Os experientes advogados da Commercial Solvents Corporation, uma das maiores e mais importantes indústrias farmacêuticas dos Estados Unidos, nesta semana estarão mais uma vez empenhados em defender seu poderoso cliente junto à Corte de Justiça da Comunidade Européia, em Luxemburgo. A empresa e sua subsidiária italiana — o Instituto Chimioterapêutico Italiano — apelaram de uma sentença da corte, em dezembro passado, que as condenou por exercerem um monopólio em escala mundial de matérias-primas essenciais à produção de remédios contra a tuberculose.

O processo foi movido pela empresa italiana Giorgio Zoja, uma das três grandes fabricantes européias de drogas antituberculose com base nos artigos 85 e 86 do Tratado de Roma, referentes a abusos na manipulação do mercado por parte de trustes e cartéis. No mesmo processo foram incluídas a American Cyanamid Corporation, outra grande indústria química norte-americana e sua subsidiária, a Cyanamid Itália, que foram absolvidas por falta de provas.

A American Cyanamid e a Commercial Solvents, aparentemente, formavam uma dobradinha mundial monopolista da matéria-prima chamada Nitropropano, da qual se obtém o Aminobuthanol, base do remédio Ethambuto. Jeremiah Milbank, o presidente da Solvents, logo após a condenação, anunciou de seus escritórios, em Park Avenue, Nova York, que apelaria da decisão, a seu ver inteiramente destituída de mérito.

O caso italiano é semelhante ao ocorrido no Brasil, em 1969, envolvendo a Cyanamid e o Instituto Vital Brasil, que pretendia fabricar o medicamento para vendê-lo a preços populares. Embora não tenha alcançado as proporções do processo sofrido pela Commercial Solvents, a tentativa de monopólio teve conseqüências bastante amplas. Desde 21 de dezembro de 1969, como uma reação às sucessivas manobras da Cyanamid, o Brasil não reconhece privilégios de patente para produtos farmacêuticos ou alimentícios. O decreto foi publicado depois que a empresa se recusou a fornecer matéria-prima ao Vital Brasil e embargou a compra feita junto a distribuidores italianos, alegando uma hipotética patente.

Restava ainda um último recurso ao monopólio, formar uma dupla com a Commercial Solvents e subsidiárias para impedir totalmente a venda de Aminobuthanol ao Vital Brasil, como fez em 1972 em relação ao laboratório italiano Giorgio Zoja. Entretanto, as próprias condições do caso brasileiro contra-indicavam essa medida. Com 600 mil tuberculosos, dos quais 32 morrem a cada dia, o Brasil representa um mercado bastante amplo para os produtores de antibióticos de segunda linha — utilizados nos casos mais graves — como é o Ethambutol. Por outro lado, as pretensões do Vital Brasil não iam além de uma modesta produção dedicada apenas ao suprimento dos hospitais e clínicas médicas estaduais do Rio de Janeiro. Mesmo vendendo a preços muito mais baixos — cerca de Cr$0,70 o comprimido contra uma média de Cr$4,00 cobrado pelos outros produtores brasileiros do remédio, Bracco-Novotherapica (Tiubutol), Farmitalia (Etilfarm) e Lederle (Myambutol) — o Vital Brasil não contraria significativamente os interesses da Cyanamid ou da Commercial Solvents.

No caso italiano, a empresa Giorgio Zoja era uma das principais concorrentes da Cyanamid Itália e do Instituto Chimioterapêutico Italiano (ICI), controlado pela Commercial Solvents. Desde 1966 o ICI fornecia o Aminobuthanol a Giorgio Zoja para o fabrico do Ethambutol, a droga mais moderna de combate à tuberculose. Mas ao mesmo tempo a Zoja e a ICI estudavam sua fusão numa única empresa. Essas conversações fracassaram em 1969 e, no ano seguinte, a ICI começou o boicote. Cortou o fornecimento de matéria-prima de 80.196 quilos, em 1969, para apenas 964 quilos, um ano depois. Outros fornecedores ou distribuidores, alegando desculpas as mais diversas, também se recusaram a vender à companhia provocando uma queda drástica em sua produção e afetando, inclusive, diz a comissão da comunidade européia que estudou o caso, o quadro geral de combate à tuberculose na Europa. A comissão constatou também um outro fato: quando em outubro de 70 apareceram no mercado italiano 35 toneladas de Nitropopano, que pode ser convertido em Aminobuthanol, a ICI saiu à praça comprando os estoques e repassando-os, em pequenas quantidades, à indústria de tintas onde a mesma matéria-prima pode ser usada. Essa manobra — diz a comissão — teve o objetivo de eliminar do mercado a matéria-prima essencial ao fabrico da droga antituberculose.

Em abril de 1971, finalmente, a Zoja dirigiu-se à comissão acusando a Commercial Solvents e a Cyanamid. Na sessão de 14 de dezembro de 72, a comissão absolveu a Cyanamid mas decidiu pela culpabilidade da Commercial Solvents alegando que "a interrupção dos suprimentos tinha a finalidade de eliminar a Zoja do mercado, valendo-se do abuso de sua posição dominante. Ao mesmo tempo, a comissão rejeitou a proposta da Solvents de fornecer à empresa italiana o produto já acabado.

A inexistência de qualquer patente de produção do Aminobuthanol foi uma das descobertas mais importantes da comissão. Diz seu parecer: "O monopólio mundial do grupo Commercial Solvents na fabricação e distribuição dos produtos obtidos pela nitratação da parafina, incluindo o Nitropropano e o Aminobuthanol, não se baseia em patentes mas sim no alto custo das pesquisas e das instalações".

A empresa e sua subsidiária foram multadas em 200 mil "unidades contábeis" da Comunidade Européia (cerca de 200 mil dólares), intimadas a fornecer à Giorgio Zoja 30 toneladas de Aminobuthanol e garantir o suprimento contínuo da matéria-prima. Pela primeira vez foi aplicada na Comunidade Européia uma multa de mil "unidades contábeis" por dia de atraso no cumprimento de suas determinações.

O processo foi o terceiro caso de ação contra práticas monopolistas levantado no âmbito da comissão. Os dois anteriores envolviam um grande truste, a American Can, que se apossara de vastas áreas do mercado europeu de embalagens, eliminando seus competidores, e um cartel de 16 empresas de processamento e distribuição de açúcar, acusadas de imposição de preços através de uma divisão prévia do mercado. As relações entre a Commercial Solvents e a Cyanamid, apesar de todas as investigações, não ficaram muito claras. Aparentemente tratava-se de um esquema pelo qual as duas empresas dividiam entre si os lucros mundiais da tuberculose.

A liberdade do hexaclorofeno

Ninguém controla a venda do produto que já matou 54 pessoas

"Foi um erro de dosagem que causou a tragédia" — com essa frase, destituída de qualquer emoção, em setembro do ano passado, o porta-voz da empresa francesa fabricante do talco infantil Morhange explicou a morte de pelo menos 39 recém-nascidos, envenenados pelo produto que continha Hexaclorofeno em excesso. Na semana passada, as vítimas oficiais da substância subiram para 54 depois que a Food and Drug Administration, organismo do governo dos EUA para controle de remédios e alimentos, admitiu a morte de 15 norte-americanos, no período de 1954 a 1971, intoxicados pelo Fisohex, produto eliminador de germes, em cuja fórmula se encontra o Hexaclorofeno na dosagem de 3%.

A morte dos bebês franceses precipitou uma série de acusações contra a substância já proibida em alguns países. A França, os Estados Unidos e outras nações, inclusive o Brasil, limitaram seu uso a casos especiais onde o consumo deveria ser obrigatoriamente acompanhado de controle médico. As normas brasileiras, das primeiras a serem elaboradas para evitar casos como o dos bebês franceses, no momento em que a FDA anunciou o resultado de suas investigações, completaram 10 meses de absoluta ineficiência.

No país existem cerca de 300 produtos da indústria farmacêutica e de artigos de toucador que contêm Hexaclorofeno em concentração variável. Ele é encontrado em talcos, sabonetes, xampus, loções de barba e também em fungicidas para limpeza doméstica. A concentração de 3% no Fisohex é uma das maiores. Entretanto, sua venda, como a de todos os outros artigos, continua livre nas farmácias e drogarias, sem qualquer exigência de receita médica, dada a particular ineficiência da fiscalização e a condescedência do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia.

Baseado em parecer da Comissão de Biofarmácia, em maio de 1972, o SNFMF limitou e proibiu, em alguns casos, o uso do produto e deu 90 dias de prazo para que as empresas, nacionais e estrangeiras, se enquadrassem nas novas normas. O Hexaclorofeno em pós, pastas e líquidos para uso bucal ou em outras mucosas foi proibido mas algumas exigências eram bastante fáceis de serem cumpridas. Bastaria um limitado respeito dos laboratórios pela nova legislação para que os produtos rapidamente fossem apresentados em embalagens com as advertências legais: "Após o uso enxague completamente. Não deve ser utilizado em condições patológicas a não ser sob orientação de médico assistente", ou então: "Atenção, contém Hexaclorofeno. Enxague sempre após o uso".

Vencido o primeiro prazo sem que nenhum dos produtos estivesse enquadrado nas novas normas, o SNFMF concedeu mais 90 dias. E depois mais 90 dias. Com a última data vencida em fevereiro de 1973, nada mudou. A não ser a atitude de algumas empresas, como a The Sidney Ross, por exemplo, a mesma fabricante do produto acusado nos Estados Unidos, que aproveitaram os prazos para realizar campanhas de publicidade em revistas médicas especializadas.

Todos os anúncios ignoram completamente as conclusões da FDA e da Academia Norte-Americana de Pediatria. As experiências realizadas comprovam que os bebês absorvem quantidades mensuráveis de Hexaclorofeno no sangue; ratos tratados com o produto apresentaram paralisia dos membros e danos cerebrais; do mesmo modo as crias de macaco que, embora com fortes lesões cerebrais provocadas pelo Hexaclorofeno, mantinham aparência normal. Os adultos também são sensíveis à substância: diz a FDA que ela pode causar mortes quando utilizada em hospitais na higiene de pessoas queimadas e é extremamente perigosa se empregada em desodorantes vaginais.

157

Entrevista: Harald Sioli

Desenvolvimento zero

O consumo supérfluo das nações ricas está esgotando recursos da Terra e pode causar uma série de catástrofes ecológicas.

O moderno laboratório construído na pequena cidade de Plon, quase na fronteira da Alemanha com a Dinamarca, parece a casa de um milionário excêntrico. Contrastando com o clima bastante frio, a temperatura-ambiente é sempre elevada e nas salas onde se aglomeram inúmeros exemplares de plantas tropicais sempre é possível encontrar alguns atentos senhores empenhados em estudar animais tão estranhos à região como cobras, macacos e enormes jacarés.

Lá funciona a divisão de ecologia tropical do Instituto de Pesquisa Max Planck, dirigida por um afável alemão de 62 anos, o biólogo Harald Sioli. Em sua maioria, as plantas e animais do laboratório provêm do Brasil, especificamente da região amazônica. É que Sioli, considerado uma das maiores autoridades mundiais da ecologia amazônica, continua a desenvolver, na Alemanha, um trabalho que reafizou no Brazil durante 18 anos.

Pouco antes da guerra, ele chegou a Belém para pesquisar alguns aspectos da fauna e flora locais. Seu trabalho tinha um tempo determinado mas acabou sendo ampliado por circunstâncias que escapam ao domínio da ciência. Com o país em guerra, ele foi internado numa espécie de campo de prisioneiros montado em Tome-Açu, junto com um grupo de japoneses que hoje mantêm culturas naquela área da Amazônia. Sua liberdade veio três anos depois, mas o cientista, que durante o tempo de internamento desenvolveu suas pesquisas, continuou no trabalho, alongado — desta vez por sua vontade — até 1960. Nessa época, já bastante conhecido como especialista em questões ecológicas da região, Sioli aceitou o convite do Instituto Max Planck, a instituição científica mais importante da Alemanha, e organizou a divisão que dirige da cidadezinha de Plon.

"Numa loja da Europa, metade dos produtos são absolutamente inúteis; 25% são nocivos à saúde e apenas um quarto tem alguma serventia real". Para Harald Sioli, o consumo supérfulo das nações mais ricas

Na semana passada retornou ao Brasil por quatro dias para realizar uma conferência na Associação Brasileira de Imprensa, na Guanabara. Com uma esperança bastante grande em ver corrigidos uma série de enganos cometidos na atual fase de colonização, ele encontrou tempo para visitar seus colaboradores do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas, do qual já foi diretor, e percorrer rapidamente pequenas partes da imensa floresta que defende com intransigência. Tempo muito curto, entretanto, para conhecer de perto experiências como a da fazenda Suiá-Missu, do grupo Ometto, de São Paulo, que pretende criar 125 mil cabeças de gado numa fazenda de 678 mil hectares. Uma colonização extensiva que contraria todas as suas recomendações para a exploração econômica da região.

OPINIÃO — Alguns cientistas prevêem uma interminável sequência de catástrofes ecológicas por volta do ano 2.000. Qual a possibilidade de salvar a humanidade dessa ameaça?

SIOLI — Seria necessário modificar a mentalidade humana. De uma maneira tão profunda que torna duvidosa a possibilidade de evitar as catástrofes. O homem parece ter o destino de se expandir. Nós crescemos tanto que nos tornamos mais poderosos que a natureza e rompemos o diálogo entre o organismo e o ambiente. A humanidade precisa considerar a natureza como seu parceiro no jogo da vida. Mas para isso deve restringir seus desejos e necessidades, desistir de um crescimento acelerado.

P — Isso seria manter a atual divisão de riquezas entre as nações. Manter os países ricos e os subdesenvolvidos numa situação estática...

R — Não propriamente. Eu me refiro ao consumo indiscriminado, à exploração desnecessária da natureza. Fiz uma avaliação de uma vitrina numa grande loja européia e verifiquei que 50% dos produtos expostos para venda eram completamente inúteis, não faziam o menor sentido. Do restante, 25% eram produtos nocivos à saúde e apenas um quarto tinha uma serventia real. A manutenção do consumo supérfluo leva a situações insustentáveis. Veja o caso dos Estados Unidos da América, por exemplo. Um norte-americano consome 25 vezes mais que um hindu e para isso provoca uma poluição 50 vezes maior que a provocada por um hindu. Para elevarmos a Índia ao mesmo nível de consumo dos Estados Unidos, a terra deveria fornecer mais recursos de que dispõe e a poluição seria elevada a níveis verdadeiramente insuportáveis.

A grande dívida

P — Mas reduzir o consumo do norte-americano médio ao nível da Índia também parece impossível.

R — Se os países produtores de matéria-prima, por exemplo, prendessem suas riquezas e não as enviassem para os países consumidores haveria uma mudança básica na mentalidade da sociedade de consumo. Enquanto ela não acontece estamos caminhando para uma crise geral. Atualmente já retiramos da natureza em cinco anos o que ela leva 10 para construir e estamos acumulando uma grande dívida com o futuro. Uma pesquisa feita no superpoluído lago Erie, nos EUA, apontou a necessidade de se gastar aproximadamente 40 bilhões de dólares se fôssemos pretender purificá-lo. Essa é a proporção da nossa dívida.

P — A crise, portanto, é inevitável?

R — Da forma como estamos destruindo a natureza em benefício do homem consumidor eu acredito no surgimento de várias crises ecológicas por volta de 1990, quando o homem entra como elemento da cadeia em desequilíbrio. A crise poderá durar várias décadas e reduzir a humanidade a apenas um quarto da população atual. O que não é muito difícil se lembrarmos o exemplo da Guerra dos Trinta Anos, que diminuiu a população da Alemanha a menos da metade ou a peste bubônica, responsável pela morte de 90% dos habitantes de certas regiões da Europa.

P — Os cientistas europeus afirmam com muita frequência que a destruição da floresta amazônica causaria a redução de 50% do oxigênio da atmosfera, provocando desequilíbrios incontroláveis em todo o planeta. O senhor concorda com essa opinião?

R — Essa declaração me foi atribuída uma vez por certa agência telegráfica dos Estados Unidos, mas é um mal-entendido. A destruição da floresta amazônica certamente não diminuiria o oxigênio mas elevaria consideravelmente o volume de gás carbônico na atmosfera e isso provocaria sérias perturbações.

P — Afirmando isso o senhor não estaria destruindo um dos mais eloquentes argumentos dos conservacionistas de todo mundo?

R — Sim. Mas em lugar desse argumento falso apresento outro real e bastante importante. A floresta amazônica está em estado de clímax. Sua biomassa não aumenta nem diminui. Quando ela se formou, milhares ou milhões de anos atrás, acumulou uma grande quantidade de carbono no solo, nos troncos e raízes. Esse volume de carbono, em forma de matéria orgânica, não sofrerá alterações enquanto a floresta estiver em seu estado de clímax. O processo de produção e consumo de gás carbônico ou oxigênio se manterá num equilíbrio perfeito. Mas pode ser violentamente alterado pela queima de grandes quantidades de matéria orgânica libertando enormes porções de gás carbônico.

A elevação das marés

P — Na hipótese um tanto fantástica de se queimar completamente a floresta, quais seriam as consequências?

R — Cada hectare na região de Manaus, e a média deve valer para toda a floresta, contém 600 toneladas de matérias orgânica, o que corresponde a aproximadamente 300 toneladas de carbono. Multiplicando isso por pelo menos quatro milhões de quilômetros quadrados, se obtém um valor tão grande que corresponde a aproximadamente 10% de todo o carbono contido em forma de gás na atmosfera. Com a queima de combustíveis fósseis, petróleo e carvão, nos últimos 100 anos a quantidade de carbono na atmosfera aumentou em 15 por cento. É difícil prever as consequências de um aumento de mais 10%.

Uma elevação de 35 metros do nível do mar destruiria muitas das principais cidades do mundo. Isso pode acontecer se a quantidade de gás carbônico da atmosfera passar de 0,04% para 0,08% provocando o aquecimento da Terra e o degelo dos pólos.

Podemos apenas calcular que, com um aumento de 100%, a temperatura da terra se elevaria 4 graus, derretendo as calotas polares e provocando uma elevação de 35 metros no nível do mar.

P — Não parece inteiramente improvável que esses quatro milhões de quilômetros quadrados sejam reduzidos a gás carbônico?

R — Quando estive pela última vez em Porto dos Gaúchos, havia uma empresa de São Paulo usando mil matceiros. Entre 16 de abril e 3 de agôsto estes mil homens derrubaram árvores sem parar e depois passaram a fazer queimadas. Essa é apenas uma companhia e existem dezenas delas na periferia da floresta. O que já se retirou de mogno, por exemplo, sem que fosse feita nenhuma restituição, é uma coisa fabulosa. E pior que a extração de madeira é a criação de pastos. Eles criam um outro clima.

P — Há uma teoria afirmando que o capim tem uma influência climática muito semelhante à das florestas...

R — Eu não conheço estas experiências mas posso adiantar que o efeito do capim, no caso da Amazônia, é completamente diferente do da floresta. A floresta fechada impede que a chuva caia diretamente no solo. Quando as chuvas torrenciais que desabam sobre a região encontram um solo desprotegido ou ocupado apenas por uma vegetação rala, há uma verdadeira lavagem. As gotas caem com a força de balas de fuzil. Desprendem as partículas mais finas que vão embora com o escoamento superficial. Na floresta, a maior parte da chuva escorre ao longo do tronco e penetra no solo sem provocar nenhuma erosão.

A floresta densa tem uma rede de raízes muito fechada, três vezes mais densa que as das florestas da Europa. Estas raízes absorvem a água com muita rapidez, conduzem-na pelo tronco até as copas e logo se dá uma evaporação muito forte. A água volta para a atmosfera, se condensa em nuvens que caem novamente, e assim por diante. Há então uma circulação constante de água dentro de um sistema absolutamente fechado.

Com a cobertura de capim, a maior parte da água não penetra no solo. Escoa superficialmente para os igarapés, levando consigo justamente as partículas finas, portadoras da fertilidade dos solos e lança-as no oceano. Em todo o trópico sabe-se que, depois do desflorestamento, os rios se transformam em "sopas de ervilhas", a água fica densa, carregada de partículas.

O cultivo itinerante

P — Mas as partículas ricas da terra firme em parte ficam depositadas nas várzeas.

R — E as várzeas são excelentes regiões para cultura. Infelizmente representam entre 1% e 2% da área amazônica.

P — Do ponto de vista ecológico, há alguma experiência agropecuária adequada para as terras firmes da Amazônia?

R — Toda a experiência agrícola na região demonstra que as roças são abandonadas em uma média de dois anos. Depois desse tempo, a terceira colheita já é tão insignificante que não vale mais a pena trabalhar ali. Os caboclos abandonam as áreas e abrem outras mais adiante, praticando o *shifting cultivation*, o cultivo itinerante. Esse sistema, sendo praticado enquanto a população é pequena, não representa nenhum perigo. As roças são apenas uma picada de agulha na floresta. Em 30 ou 40 anos ela se recupera. Mas quando se cultivam grandes áreas e a floresta é substituída por capim e se coloca gado nas pastagens sem cuidar de uma constante adubação, se está retirando da terra todos os seus elementos nutrientes.

P — Há alguma experiência ideal para ser proposta?

R — O aconselhável seria realizar uma agricultura intensiva e não extensiva, associada à pecuária. Ao invés de comprar adubos minerais — devido às chuvas a retenção dos adubos na terra é muito pequena e a adubação deveria ser repetida quinzenalmente — compra-se comida para o gado. Os animais aproveitariam as proteínas, carboidratos e gorduras eliminando o cálcio e o fosfato sob forma de estrume. Esse estrume seria aproveitado para fertilizar a plantação intensiva.

P — Mas, em termos de Amazônia, isso não seria antieconômico? A agricultura intensiva é adequada a terras muito baratas e pouco povoadas?

R — Seria mais econômico que derrubar árvores e alterar a ecologia da região. Os cultivos extensivos repetem o uso antigo, colonial, que se baseia em extrair, retirar da região. Os trópicos sempre foram encarados como fornecedores de outras regiões do mundo. Além disso, existem outras alternativas, como por exemplo evitar as correntes migratórias muito acentuadas. Por que em lugar de levar para a Amazônia pessoas do nordeste seco não se leva para o nordeste um pouco das águas amazônicas? Parece que seria perfeitamente possível.

P — O senhor acredita que os planos de colonização da Amazônia, na medida em que causam o desflorestamento pela agricultura extensiva, deveriam ser alterados?

R — Eu tenho notado alguns bons sintomas do cuidado do governo. Por exemplo, no Trombetas, uma companhia de alumínio começou a explorar a bauxita utilizando as águas transparentes do rio para lavar o minério. Milhares de toneladas de lama turvaram o rio prejudicando a produção do fitopeancton, o início da cadeia de alimentos que vai até os peixes. Quando o governo soube disso, proibiu imediatamente as atividades dessa companhia. Eu acredito que o pouco conhecimento que temos da ecologia regional impede estabelecer planos e projetos que correspondam às necessidades reais. Todos devem ser entendidos como tentativas. Como recomendação poderíamos propor apenas que tudo fosse feito em pequena escala.

A floresta amazônica vive num perfeito e frágil equilíbrio ecológico que pode ser rompido pela agropecuária de caráter extensivo. Sioli diz que os danos seriam irreparáveis e, em poucos anos, a região colonizada estaria semi-árida.

O perigo do desequilíbrio

P — A atividade econômica já provocou perdas irreparáveis na fauna da região?

R — O ecossistema da Amazônia é muito complexo. Às vezes, o desaparecimento de toda uma espécie pode não fazer falta. Mas se ela for importante para o processo de nutrição global, todo o sistema é comprometido e pode haver um desequilíbrio. Algumas espécies já desapareceram quase totalmente. Em 1940, por exemplo, descobriu-se o processo de curtição de pele de jacaré e daí por diante, só em Manaus, todos os anos registravam um volume de exportação de aproximadamente cinco milhões de peles. Hoje o jacaré é um animal raro.

P — E na floresta?

R — Há os grandes descampados da região de Bragantina, a oeste de Belém. São 30 ou 40 mil quilômetros quadrados de vegetação raquítica. Terras pobres e arenosas. Na época áurea da borracha pensou-se em utilizar esta área para abastecimento de Belém. Ali havia uma floresta alta e frondosa que foi substituída por roças cultivadas por imigrantes nordestinos e de várias nacionalidades, levados pela nova estrada de ferro que foi construída. Mas foi um fracasso. As terras se esgotaram rapidamente e o núcleo colonizador acabou se afastando das atividades agrícolas.

O Super-8 e os palhaços de salão

O Super-8—filme fácil e barato—pode oferecer uma nova opção para o cinema brasileiro? Por Jean-Claude Bernadet

O I Concurso de Cinema Experimental em Super-8 mm (Campinas, promovido pelo Centro de Ciências, Letras e Artes, dia 17/3/73) encerrou-se com um conflito entre o júri e alguns dos cineastas concorrentes. Este conflito, em que os cineastas se colocavam como defensores do Super-8 enquanto os jurados eram qualificados de inimigos, provém de um mal-entendido que envolve o Super-8.

O Super-8 é — e é somente — um conjunto de técnicas que não determinam nem podem determinar nenhuma prática cultural específica, embora possam influenciar ou facilitar certas práticas. Com Super-8 pode-se fazer ficção ou documentário, filmes curtos ou longos, publicidade, filmes para circulação interna de empresas, filmes didáticos, filmes pornográficos, filmes para TV, filmes de família; pode-se considerar o Super-8 como um múltiplo e tentar introduzir um novo objeto no mercado de artes plásticas, como está fazendo a Galeria Múltiplo, de S. Paulo; pode-se fazer filmes conformistas ou subversivos. O baixo custo da produção poderá facilitar experiências que seriam por demais onerosas em outras bitolas; a veiculação de informações estéticas, políticas, científicas, o que for, que circulariam mais dificilmente numa bitola mais cara e mais controlada; a expressão de filhos de famílias ricas; a ampliação e diversificação dos meios de difusão das firmas e dos poderes públicos, que poderão preferir um Super-8 ao tradicional audiovisual; etc. Quer dizer que o uso do Super-8, em si, não define nenhuma posição cultural específica. A valorização do Super-8, em si, provém de uma mentalidade que superestima a argumentação tecnológica e despreza preocupações de política cultural mais racionais. Exemplificando a mitificação de que é vítima o Super-8, esta frase de um dos concorrentes: "É um filme Super-8, é um novo cinema, é um novo meio de expressão, liberto das amarras sócio-econômicas de produção que sufocam na raiz quase toda a criatividade (...) tende a vir a ser a nova estrutura de um provável homem de amanhã, de um homem livre". Pelo visto, bastaria praticar o Super-8 para estar livre da estrutura comercial do cinema e outros condicionamentos. O Super-8 não é uma prática de vanguarda, depende do que se faz com ele.

O que se faz com o Super-8? O concurso de Campinas era de "cinema experimental": por mais vazia de sentido que tenha ficado esta expressão, isto eliminava os filmes didáticos, de propaganda, etc. deixando apenas filmes que podemos chamar, imprecisamente, de expressivos. Talvez o conjunto apresentado em Campinas não seja representativo do que se faz no Brasil neste setor da produção cinematográfica. Cineastas cujos trabalhos vêm sendo comentados, como Carlos Vergara, não estavam representados. Em todo caso, o que se viu, provindo de várias cidades do Estado de S. Paulo, do Rio, de Salvador, constitui um panorama de cinema amador monótono, com pouca imaginação, pouca vontade de liberdade, bastante conformista, de um nível nitidamente inferior às propostas e realização dos cineastas que se apresentaram nos primeiros festivais do *Jornal do Brasil*.

Com exceção de um ou outro filme (por exemplo, um documentário sobre índios "civilizados", de Alexis Christus, Rio), duas tendências principais se manifestaram: uma, formalista, à procura de efeitos visuais, de jogos gráficos, frequentemente elegantes e bem realizados; são filmes curtos, cuja maioria provém do Grupo de Realizadores Independentes de Filmes Experimentais (GRIFE — S. Paulo). A outra visa problemática, "existenciais", recorre a formas de narração "modernas": "não é um filme que se possa enquadrar em roteiro e argumento", "sem os tradicionais cânones da linguagem comercial", "um filme totalmente independente no uso da imagem, som e velocidade", um filme "feito de uma forma sincera, subsconsciente e totalmente livre". E a título de vanguardismo, cita-se ora Godard, ora Resnais. Estas duas tendências não conseguem encontrar contradições com a sociedade no seio da qual os filmes são produzidos. Quando muito, a cidade grande é vista como um meio agitado, com o tradicional "o trânsito hoje está impossível", donde uma angústia que torna a felicidade difícil. As alusões limitam-se a referências à guerra do Vietnã ou a Hitler (o álibi de muitos filmes brasileiros dos últimos anos): assim sendo, qualquer semelhança só pode ser mesmo mera coincidência. Os cineastas estão desprezando as propaladas possibilidades que ofereceria o Super-8 de escapar ao condicionamento a que se submetem as outras formas de cinema, apesar da aspiração à criação livre que transparece em quase todos os textos que acompanham os filmes, mas só nos textos.

Adivinhe Quem Vem para Almoçar (Reinaldo Cozer, Rio), que foi indicado para o primeiro prêmio (Cr$ 3 mil) e que foi o centro da discórdia entre o júri e os concorrentes, enquadra-se na tendência existencial. Talvez mais sensível que os outros filmes, não é menos inibido e limitado. O que o diferencia dos outros concorrentes é a inclusão, no próprio filme, de frases que os outros cineastas deixam no papel. Tais como: "Somente no cinema não comercial, na produção caseira, ainda é possível uma expressão livre (...)" — "Acho que o intelectual latino-americano precisa deixar de ser palhaço de salão" — Estas frases são chavões, não há dúvida, mas dão uma certa dimensão crítica ao filme, pois ele se exclui a si próprio de qualquer autenticidade artística, e portanto o próprio autor resvala para a posição de palhaço de salão. Enquanto em outros filmes — nem esforço narcisista de metacinema — os cineastas aparecem filmando, em *Adivinhe* aparece, não a câmara, mas o tripé sem o aparelho. Este jogo de afirmação (faz-se o filme) e negação (nega-se a possibilidade dele se realizar, devido à inexistência de referido "diálogo") confere ao filme uma certa inquietação frágil mas inexistente nos outros.

Ao premiar o filme, são estas contradições que o júri ressaltou: a referência, por tímida que seja, à produção caseira por um lado, à inautenticidade por outro. Cabe também dizer que o filme é mudo, seu nível técnico não é melhor que a média, a produção é inferior à de muitos outros filmes. É portanto compreensível a reação dos outros concorrentes diante da premiação de *Adivinhe*, visto que a maioria deles está-se esforçando em provar que com Super-8 pode-se fazer um trabalho limpo, está procurando sair da produção caseira, do amadorismo, do marginalismo, está tentando penetrar no mercado de publicidade (a Associação Paulista de Propaganda co-patrocinou o concurso), e mesmo no de longa metragem, enfim "conquistar um lugar ao sol" com Super-8. Para isto, *Adivinhe* não é um bom cartão de apresentação.

É preciso dizer também que o I Concurso de Filme Experimental Super-8mm realizou-se sem censura prévia; um representante da censura assistiu à sessão pública e, ao se retirar, levou consigo apenas uma cópia, a de *Adivinhe*, para ser examinada em S. Paulo.

Monsueto (1925 - 1973) a morte de um estilo

Artista versátil, Monsueto foi, além de compositor, humorista, pintor primitivo e ator de cinema.

Sem ter criado exatamente uma tendência, mas um estilo de compor samba, Monsueto Menezes morreu (dia 17 de março, no Rio) no auge de sua segunda fase de popularidade. Por um fenômeno que hoje ocorre com frequência, sua obra (a maior parte, de sucesso entre as décadas de 50 e 60) estava sendo "redescoberta".

A "redescoberta" começou em 1966, no LP de estréia da cantora Maria Bethânia: o samba de carnaval *Mora na Filosofia* foi regravado com um tom de tristeza incompatível com sua gravação inicial. A mesma música, com outro impacto (uma interpretação que valorizava sua pontuação rítmica), reapareceu no LP *Transa* de Caetano Veloso no ano passado. Pouco antes, Milton Nascimento e Alaíde Costa modificavam o conteúdo emocional de *Se Você Não Me Queria*; na gravação deles uma espécie de samba-réquiem, belo e triste. De *Araçá Azul*, último e mais ousado LP de Caetano Veloso, consta *Eu Quero Essa Mulher Assim Mesmo* (do "genial" Monsueto, segundo o texto de capa do próprio Caetano) acompanhado por vorazes guitarras elétricas. Enfim, sem que se organizasse como movimento, o volume de revisitas à obra de Monsueto (ultimamente mais ativo como pintor que como compositor) era estimulante. Apesar disso, não se pode situá-lo além de seus limites de autor de sambas envolventes e sólidos. Seu grande mérito talvez esteja na divulgação de um tipo de samba estilo partido alto que ele ouvia nas tendinhas da favela do morro do Pinto onde foi criado por uma tia. Desta safra, *Lamento da Lavadeira* e *Na Casa de Antonio Jó* podem ser considerados marcos com seu ritmo repetido, letra de tema desenvolvido exaustivamente ("sabão, um pedacinho assim / a água um pouquinho assim / dinheiro um tiquinho assim / a roupa um tantão assim / para lavar a roupa da minha sinhá". "Todos queriam o pão / mas o pão era um só"). Até *Eu Quero Essa Mulher Assim Mesmo* ("descabelada / baratinada / embriagada") segue este crescendo de impacto e ritmo de samba lento que é como Monsueto de certa forma estilizava a música ouvida no morro.

Carioca da Gávea, quando morreu, aos 48, Monsueto Campos de Menezes tinha uma carreira de 28 anos dividida entre a composição e os *shows*. Excursionava com um grupo de pastoras e apresentava-se como ator, especialmente no início de 60 num quadro humorístico do programa *Noites Cariocas*, que explorava sua voz rouca, sua capacidade de inventar gírias e, seus um metro e noventa mostrados também em mais de 10 filmes. Pintor primitivo (descoberto em meados de 64 pelo adido cultural do Brasil no Chile, poeta Thiago de Mello), Monsueto já vivia de vender seus quadros, o mais famoso deles, o de uma Santa Ceia com personagens negros. Casado três vezes, pai de três filhos, sua última glória foi ver o samba *Casamento na Favela* cantado na quadra de sua escola, a Estação Primeira de Mangueira.

GUIA DO RIO

CINEMA

Roy Bean, o Homem da Lei *(The Life and Times of Judge Roy Bean)* — Variação em torno de um rábula excêntrico do oeste imortalizado, há 33 anos, por Walter Brennan (Oscar de melhor ator coadjuvante) em *O Galante Aventureiro (The Westerner)*, de William Wyler.

Paródia dos neo-westerns niilistas, debochados e sentimentais do gênero *Pequeno Grande Homem*, *Butch Cassidy* e surrealistas como o mexicano *El Topo*, de Alexandro Jodorowsky (inédito no Brasil).

Alguns momentos engraçados. John Huston deve ter dirigido tudo pelo telefone. Paul Newman é Roy Bean. A aparição final de Ava Gardner, no papel da atriz Lily Langtry, vale o espetáculo.

Os Novos Centurliões *(The New Centurions)* — Propaganda mal disfarçada da polícia. Baseada no *best seller* de Joseph Wambaugh, antigo tira de Los Angeles. Para quem gosta de seriados de TV e sociologia de gibi. Direção, como de hábito impessoal, Richard Fleischer. George C. Scott, no papel de um tenente aposentado, se mata com um tiro na boca. O filme justifica dois tiros.

Vidas Secas (1963) — Clássico do Cinema Novo. De Nelson Pereira dos Santos, com Atila Iório. Cinemateca, quinta, 20h30m.

Isadora (1968) — Biografia de Isadora Duncan, com Vanessa Redgrave e a (surpreendente) sofisticação de Karel Reisz. Cinema-1, quinta, 24h.

A Última Sessão de Cinema *(The Last Picture Show, 71)* — O segundo e mais importante filme do nostálgico Peter Bogdanovich. Com Timothy Bottoms, Ellen Burstyn, Jeff Bridges e Ben Johnson. Studio Tijuca, sexta, 24h.

Filmes de Arte no Cine Jóia (programação da Cinemateca): Segunda, 26, *Os Cavaleiros de Ferro (Alexandre Nevsky*, 38), de Eisenstein; terça — *Acossado (A Bout de Souffle* 59), de Godard; quarta — *King Kong* (33), de Merian C. Cooper e Ernest Schoedsack; quinta — *A Ilha Nua* (61), de Kaneto Shindo; sexta — *Casablanca* (42), de Michael Curtiz; sábado — *Rocco e Seus Irmãos* (60), de Luchino Visconti; domingo — *Fantasia* (40), de Walt Disney.

Mostra Udigrudi (Produções da Belair de Julio Bressane): terça, Cinemateca, 18h 30m — *Família do Barulho* (70); quarta — *Memórias de um Estrangulador de Louras* (71); quinta — *Cuidado, Madame* (70); sexta — *Crazy Love* (71).

TEATRO

Seria Cômico Se Não Fosse Sério — Do suíço Fridrich Durenmatt, o mesmo autor de *A Visita da Velha Senhora*, *Frank V* e *O Juiz e Seu Carrasco*. Com Fernanda Montenegro, Fernando Torres e Mauro Mendonça. Teatro Maison de France.

Festa de Aniversário — Mais uma vez o teatrólogo inglês Harold Pinter tenta "estremecer as estruturas da sociedade". Dessa vez a cena se passa num pequeno hotel ao invés do lar burguês de *A Volta ao Lar*, mas o processo de destruição pelo qual passam seus personagens não é menos radical. A direção de Amir Haddad assegura à peça o tom e o ritmo adequados e o nível de interpretação é excelente. Com Sergio Brito, Claudio Marzo, Elza Gomes, Renata Sorrah e Roberto Bonfim. Teatro Senac, Rua Pompeu Loureiro, 45.

... Ou Quase Cabaret — Diana e Stull ex-integrantes da Equipe Mercado e da dupla Luli e Lucinha revisam a década de 40, do *charleston* ao *jazz*.
No Teatro Opinião, Rua Siqueira Campos, 143.

158

GUIA DE SÃO PAULO

CINEMA

Mimi, o Metalúrgico — Itália, 1971. Direção de Lina Wertmuller. Comédia satírica sobre perseguições da Máfia e complicações sentimentais do metalúrgico Mimi. Se Mimi não fosse tão débil mental (tentando lembrar o Chaplin) e a história não fosse poluída por uma avalancha de acontecimentos dispensáveis o filme poderia até se salvar. Mesmo assim há quem ache graça em grotescos *strip-teases* de sexagenárias ou em gastos desatinos em defesa da honra de um chifrudo (como aparece nas legendas). Cine Gazeta.

Ensina-me a Viver — (*Harold and Maude*) Estados Unidos, 1971. Parece que o cinema americano desistiu de contar histórias simplesmente como nos tempos de William Myler (bem bons por sinal). Ao sincero e comovente romance entre uma senhora de 80 anos e um rapaz de 20 talvez não fosse necessário adicionar tantos pratos da atual contestação do cinema americano. Direção de Hal Ashby. Cine Paulistano.

Cinemateca — Prossegue a Retrospectiva Eisenstein na Sociedade Amigos da Cinemateca — SAC. Dia 27, 3a.-feira, às 20h 30m. *Que Viva México*, de 1939, filme abondonado por Eisenstein e montado por Marie Seton; *Os Prados de Bezhin*, de 1936. Na Sala Mario de Andrade do Cine Belas Artes.

Retrospectiva Kurosawa — Acreditando que "um filme moderno ou histórico é uma obra que deve provocar conflito", Akira Kurosawa não só adotou uma divisa como conseguiu cumpri-la. Alguns de seus filmes estão sendo exibidos pelo MASP. Dia 26. *O Anjo Embriagado*, 1948, que marca a estréia da dupla Kurosawa-Mifune. Dia 27, *Cão Danado*, com Toshiro Mifune e Takashi Shimura. Dia 28, *Rashomon*, que em 1950 ganhou o Leão de Ouro de Veneza, tornando o cineasta conhecido do Ocidente. Dia 29, *Viver*, com Takashi Shimura e Nobuo Kanedo. Dia 30, *Os Sete Samurais*, Leão de Prata em Veneza em 1954. Dia [illegible], *Trono Manchado de Sangue*, 1954, versão do *Macbeth* de Shakespeare, com Toshiro Mifune e Takashi Shimura.

TEATRO

A Queda da Bastilha — Organizado em cooperativa e fazendo um trabalho de criação coletiva o Grupo do Studio São Pedro talvez tenha encontrado a única saída para o objetivo que se propõe, o teatro de participação e atuante. *A Queda da Bastilha* é o resultado da análise feita pelo grupo da Revolução Francesa e suas implicações no presente. No Teatro São Pedro.

Caiu o Ministério — O Teatro Popular do Sesi está apresentando uma comédia satírica de França Júnior, autor do séc. XIX. Dirigindo-se a um público determinado (os industriários), a orientação do Sesi e do diretor Osmar Rodrigues Cruz é no sentido da democratização do teatro. Teatro Maria Della Costa. Ingressos gratuitos que podem ser retirados na bilheteria ou no Sesi.

ARTES PLÁSTICAS

KENNETH ARMITAGE — Recebendo o prêmio para o melhor escultor com menos de 45 anos da Bienal de Veneza em 1958 e com trabalhos expostos em Paris, Rotterdam, Bruxelas e na Alemanha, Armitage expõe agora no MASP. Seu trabalho prende-se exclusivamente a figuras, individuais ou em grupos e são considerados como uma tentativa de recriação da imagem humana. Até o dia 28.

Ana Maria

O ministro contra a TV ao vivo

Falando sobre a suspensão do animador Flávio Cavalcanti, o ministro Corsetti, das Comunicações, defendeu a tese de que o governo deve "estabelecer o que é bom para os brasileiros criando normas bem definidas para que não se faça o que não for permitido". Os critérios do ministro, por Heitor da Luz.

Higino Corsetti

Punir um homem que é recebido nos aeroportos por multidões delirantes, que o comparam a santos populares como o padre Cícero de Juazeiro pode ser um ato necessário. Mas é politicamente desagradável. O governo que se sente forçado a tomar tal atitude faz bem em dar explicações e justificar por que castigou o profeta. A entrevista dada em Porto Alegre pelo ministro Higino Corsetti, no dia 20 passado, teve sem dúvida — também — esse sentido: o de mostrar que a suspensão de Flávio Cavalcanti e de seu circo de horrores não foi uma iniciativa histérica, mas se rege por "parâmentos" conscientes e sistemáticos.

O que é bom para o Brasil

O problema está em que, segundo o coronel Corsetti, não é fácil "estabelecer o que é bom para os brasileiros", e criar normas "bem amplas para que não se diga que há cerceamento no trabalho de criação, mas bem definidas para que não se faça o que não for permitido". De fato. Estabelecer o que é bom para os outros torna-se uma tarefa árdua. Tanto mais quando está em jogo a opinião das pessoas e não as suas possibilidades de desenvolver livremente o talento criativo.

A citação anterior suscita uma outra questão, mais grave do que esse conflito entre o ser e o parecer: segundo o coronel Corsetti, as normas deverão ser bem definidas "para que não se faça o que não for permitido". Ora, são exatamente as normas bem definidas que criam o permitido e o proibido. Sem elas ninguém pode fazer o não permitido, pela simples razão de que tudo é permitido. Ao inverso do que pensa o ministro, portanto, as normas definidas é que poderão possibilitar a alguém a transgressão. Não se viola o vazio.

O Estado de direito

O erro de lógica do coronel é tão óbvio que somos levados a pensar mais um pouco. Talvez ele esteja, não errando, mas se valendo, em seu raciocínio, de um dado implícito, cuja presença latente invalida nossa crítica. Suponhamos que de fato houvesse coisas proibidas, mas sem "normas definidas" que delimitassem sua natureza. Nesse caso, a frase de Corsetti torna-se coerente e logicamente válida: a definição de normas visaria a evitar que alguns, perdidos num mundo de alusões e subentendidos, se desviassem, até de boa fé.

Sucede, porém, que esse meio de sanar uma dificuldade lógica acarreta uma conclusão pelo menos fora do normal: um princípio fundamental do Direito estabelece que tudo que não foi expressamente proibido é permitido. País em que vigoram tais critérios pode ser objeto de um milagre econômico, pode ter o melhor carnaval do mundo ou o melhor futebol mas não é certamente um Estado que vive em plenitude democrática. Mas sabemos que o Brasil é um Estado de direito e com esse conhecimento só nos resta uma opção: abandonar essa questão aos lógicos profissionais e passar adiante.

Alguns parágrafos abaixo, encontra-se uma frase: "Os programas ao vivo são perigosíssimos". O ministro explica: é que tanto os entrevistadores como os entrevistados "as vezes dizem coisas que simplesmente escapam". Guimarães Rosa já afirmava que "viver é perigoso". Os programas ao vivo refletem, em medida bem estrita, na verdade, a vida. São sem dúvida perigosos, porque, como ela, nem sempre se ajustam a esquemas preconcebidos e "escapam".

Daí a necessidade, segundo o coronel Corsetti, de levar gradualmente todos os programas ao regime da pregravação, sem excluir os de telejornalismo. Com duas ou três horas para examinar e criticar a vida, antes de exibi-la ao público, pode-se garantir que muito pouca coisa escapará. E o telespectador ficará garantido contra a visão de coisas que não lhe convém ver, e a audição de frases que não exprimem o que os entrevistadores e entrevistados pretendiam na verdade dizer. De acordo, naturalmente, com os critérios não do telespectador, mas das pessoas que estabelecem as normas.

A exibição do negativo

Entre as coisas que não são boas para os brasileiros, na opinião do coronel Corsetti, está a exibição exagerada do "negativo". O ministro queixa-se de que "o negativo sempre termina em manchete", por culpa dos veículos de comunicação que "influenciam negativamente os jovens". Deve haver equilíbrio, diz ele.

O Brasil tem coisas boas, mas só se lê e se vê o ruim. Os órgãos de divulgação devem dar alento e entusiasmo ao povo. Mas quando alguma coisa não dá certo abrem logo as baterias e declaram guerra.

De baterias e de guerra entende o coronel Corsetti. Mas nos parece que está exagerando um pouco. Primeiro porque, como os comunicados do governo deixam claro, quase tudo está dando certo no Brasil. Problemas existem, mas não de detalhe. Embaraços como o causado pelo interceptor oceânico de Ipanema não têm importância comparável à das vitórias econômicas. Em segundo lugar, não faltam, nos órgãos de divulgação, os elogios aos aspectos positivos do Brasil, complementados por propaganda direta da obra da Revolução.

O estilo barroco

Essa propaganda direta, aliás, tem-se mostrado pioneira até no campo da estética: foram mostrados na televisão filmes curtos, experimentais, de alto valor técnico. Num deles podia-se ver um poço de petróleo jorrando o ouro negro. Ao fundo, a figura sorridente de um brasileiro. E sublinhando a cena, uma sonata de cravo, de estilo leve e harmonioso, provavelmente composta na corte de Luís XIV. Não foi um fato isolado. No caso, os publicitários têm uma acentuada preferência por combinar a música barroca com o ritmo das máquinas, com as crianças, animais.

Não podemos concordar com o ministro, quando acusa os órgãos de divulgação de apresentarem uma imagem negativa do Brasil. O que não convém, sobretudo agora que vamos receber normas claras e definidas a respeito do que é ou não permitido apresentar ao público. Só resta lamentar que esses "parâmentos" não tenham vindo antes, a tempo de salvar Flávio Cavalcanti de cometer suas indiscrições.

As índias liberadas, o boêmio e a vedete

"Então não existe amor entre os índios"? Na selva da televsão brasileira (série Só o Amor Constrói, da TV Globo) o sertanista Orlando Villas-Boas enfrentou uma de suas missões mais difíceis. Por Haroldo Marinho.

Focalizar Orlando Villas Boas e o trabalho com seu irmão Cláudio na selva brasileira dentro de um programa da série *Só o Amor Constrói* (TV Globo, domingo, 8h da noite) equivale em colocá-lo (e a seu trabalho), para o espectador, ao nível dos entrevistados anteriores: o cantor Nelson Gonçalves, a vedete Virgínia Lane, o palhaço Piolim. E mais do que isso: a produção repete, com os irmãos Villas Boas, o mesmo esquema dos programas passados, ou seja, reduzir toda uma vida e o trabalho nela desenvolvido a um nível piegas e sentimentalóide, procurando convencer o espectador de que só o amor constrói. O que nem sempre é verdade.

Aproveitando o impacto jornalístico do primeiro contato do homem civilizado, com os índios Kreen-Akarore e valendo-se da presença no Rio de Orlando, o encontro é promovido: de um lado um homem que desenvolve um dos trabalhos mais extraordinários de nossa época, levando ao índio brasileiro em vida primitiva a presença da civilização, antecipando-se às explosões com que fatalmente a Transamazônica irá abrindo seu caminho, mesmo sabendo que este primeiro contato marca, para o índio, o início de sua morte, mesmo sabendo que, por causa disso, qualquer trabalho só poderá atenuar seu sofrimento, amenizar seu caminho para a morte inevitável; de outro lado a Rede Globo de Televisão com seu poder de empresa forte e uma equipe viciada em trabalhos anteriores. Uma repórter (Marisa Raja Gabaglia) encarregada de fazer perguntas a Orlando seguindo um *script* previamente traçado por Walter Durst (provavelmente o mesmo Walter George Durst de quem a Globo exibiu no mesmo domingo o péssimo *Paixão de Gaúcho*), e tudo sob a supervisão geral de Augusto César Vanucci (ex-diretor do *Balança Mas Não Cai*). Era como se a Rede Globo fosse a expressão mesma das explosões transamazônicas de cujo contato deformador os irmãos Villas Boas dedicam a vida para preservar o índio brasileiro.

A redução do trabalho de Orlando ao nível do título do programa ficava evidenciada logo nas primeiras perguntas: "o seu amor pelo índio apareceu logo ao primeiro contato"?, ou então (sabendo que havia índias prometidas em casamento aos dois anos de idade): "então não existe amor entre os índios"? Claro que, frente a um outro mundo, a uma outra realidade (a do índio), a única coisa que um programa desse nível pode fazer é desconhecer a existência deste outro mundo e julgá-lo com a visão mesquinha de sua própria realidade cotidiana. É mais ou menos como exigir do índio, para que haja "amor", que faça um *footing* na praça Saenz Peña e tome sorvete no Bob's com a namorada antes do casamento.

É evidente que não é só um problema de desinformação ou de falta de talento; esse tipo de equívoco, que é a linha geral do programa como um todo, atende às necessidades de funcionamento do sistema de televisão dentro do Brasil. A FUNAI não foi sequer mencionada durante o programa; ninguém duvida do "amor" de seu presidente pelo índio brasileiro mas todos sabem das dificuldades que ela apresenta ao trabalho dos irmãos Villas Boas. Então a solução é fazer o Orlando mostrar o tacape do índio Carajá, a cuia do Tupi, como numa aula de geografia de curso secundário. Até mesmo a melhor coisa do programa, os filmes, perdiam todo o valor em choque com o diálogo que se estabelecia na trilha sonora. Enquanto a imagem mostrava cenas de caça, o programa estava interessado em saber de Orlando quantas mulheres o índio pode ter, se há fidelidade conjugal, se existem "índias liberadas", etc.

O que poderia ser uma viagem por um outro mundo, uma outra realidade, um outro universo de valores inteiramente diversos dos nossos foi, apenas, uma tentativa de demonstrar que "só o amor constrói"; o que Orlando Villas Boas poderia nos contar sobre este outro mundo, as noites na selva, os mitos indígenas, os sentimentos tribais, e todos os elementos que nos permitissem, ao menos, "imaginar" esta outra realidade, foi posto de lado, sequer pensado, pois esse tipo de coisa não é das que dão IBOPE; se Orlando fosse deixado solto, nos dois sentidos, uma maior liberdade de movimentos e de pensamento, não sendo puxado de um lado para outro nem sendo obrigado a seguir um *script* deficiente, se apenas isso fosse feito, o programa já teria um mínimo de qualidade para ir ao ar e o sertanista poderia cumprir o papel de verdadeiro condutor dessa viagem imaginada.

Um exemplo dado por Carlos Castañeda (matéria de capa do *Time* de 5/3/73) coloca, perfeitamente, o espírito que teria que orientar qualquer programa desse gênero: "Imagine um índio Navajo que fosse antropólogo. Seria muito interessante pedir que ele nos estudasse. Ele nos faria perguntas extraordinárias do tipo: Quantos entre os seus parentes já foram enfeitiçados? Esta é uma pergunta terrivelmente importante em termos navajos. É claro que a resposta seria 'não sei' e o pensamento 'que pergunta idiota'. Enquanto isso o índio-antropólogo estaria pensando: Que imbecil, que imbecil primitivo".

Evidentemente imaginar que em lugar de *Só o Amor Constrói* o trabalho dos irmãos Villas Boas pudesse ser focalizado dentro do espírito desse pequeno exemplo chega a ser ingenuidade. Talvez com uma outra equipe numa outra televisão e num outro país.

O tango dos otários

Forjado no roteiro doTango, de Bertolucci, e aproveitando a onda que o filme provocou, foi lançado, no Brasil, um romance caricato e pornográfico

O ULTIMO TANGO: Maxime Rabel (Edimax, Cr$ 18,00, 215 páginas)

Como os velhos tangos dos becos de Palermo, o de Maxime Rabel lançado aqui, talvez termine numa briga. A Editora Civilização Brasileira alega que os direitos autorais lhe pertecem e não *entende* o lançamento de livro por uma outra editora. Em vez das navalhas iluminadas pela lua, teremos um processo jurídico e o cenário nada romântico do Palácio da Justiça.

O que não faltou neste tango tocado aqui é a característica de nele também entrarem otários. No tango, o otário é aquele sujeito enganado pela mulher fatal. Infelizmente para nós, a proibição do filme poderá ser esta mulher fatal que nos leva à perdição de nos acharmos, de repente, na livraria, pedindo um livro de qualidade tão inferior, porque o filme foi proibido — o processo do lançamento de um livro deste tipo só é compreensível pela interdição sofrida pelo *Tango* de Bertolucci. Produzindo otários, ávidos de procurar no livro o que o filme não lhes mostrará, a proibição do filme executará um *paso doble* ambíguo e indeciso. O que é afinal proibir um filme de qualidades artísticas reconheciveis mundialmente e realizado por um diretor cuja filmografia é de uma extrema seriedade artística e, por um outro lado, permitir que um livro de nível inferior, escrito apoiado no enredo do filme, recopiando-o inclusive, possa ter a singular aventura de substituí-lo? Por que, afinal, o tango literário de Maxime Rabel não é uma obra autônoma: vive da publicidade em torno do filme e é um "complemento literário" do espetáculo cinematográfico. Pode-se, sem margem de erro, pensar que o livro foi especialmente produzido para substituir a interdição que o filme sofreria nos lugarejos mais puritanos. Além disso, elimina, pelo menos parcialmente, a curiosidade daqueles que se informaram sobre a nudez de Marlon Brando, o esplêndido corpo de Marie Schneider e a inconveniente sodomia que ambos praticam.

Há um caso similar com *Teorema*, de Pasolini, que, ante a possibilidade de o seu filme enfrentar severos censores, lançou o que seria o roteiro. Acontece que foi o próprio Pasolini que o escreveu e o retocou com sua experiência de poeta e romancista, entregando o produto com certo acabamento. O livro de Maxime Rabel tem o único trabalho de contar o filme e, como a linguagem cinamatográfica possui um caráter específico, tenta traduzir esta linguagem de maneira bem literal, introduzindo na narração uma seca frase do tipo "na tarde que ia caindo, um raio de luz indiscreto fez um corte cinematográfico da cena", que demonstra sobretudo uma falta de recursos literários.

Há nas produções deste tipo uma espécie de paradoxo. No fundo, a própria proibição do filme poderá ser a mãe destes rebentos enjeitados. Sem ela, é pouco possível que o livro de Maxime Rabel viesse à luz. Ela acaba, na melhor das hipóteses, fornecendo possibilidades para surgirem livros desse tipo ou, pelo menos, incentivando esta criação lucrativa. Não seria absurdo pensar que a parceria da composição desse tango poderia ser dela.

Comendo gato por lebre, o leitor imagina entrar numa região subitamente libertada para ele, onde lhe foi franqueado, embora através de outro veículo, o direito de participar de uma experiência estética radical e muito comentada, como o filme de Bertolucci. Mas esqueceu-se, no caso, de um detalhe: a linguagem mudou. Agora o que o leitor encontra é um pequeno simulacro literário de baixa qualidade. O sistema de linguagem é verbal e sua retórica, para funcionar com a radicalidade proposta pelo filme necessitaria conter um certo

As obras eróticas literárias que vão de Sade a Georges Bataille, estão centradas sobretudo nesse desrecalque que inclui a descrição crua das perversidades e até palavrões. O livro, no entanto, retoma o filme inutilizando a carga visual agressiva que simplesmente chateia, sem recolocar verbalmente uma linguagem violenta. Depois de descoberto o logro, é ficar como um otário de tango.

desrecalque. As obras eróticas literárias que vão de Sade a Georges Bataille, estão centradas sobretudo nesse desrecalque que inclui a descrição crua das perversidades e até palavrões. O livro no entanto retoma o filme inutilizando a carga visual agressiva que simplesmente chateia, sem recolocar verbalmente uma linguagem violenta. Depois de descoberto o logro, é ficar como um otário de tango.

É pela troca da linguagem e por seu rebaixamento cultural que o livro de Maxime Rabel encontra lugar no espaço pequeno da nossa permissividade. Se, como dizem, o filme tem um carga dramática intensa baseada no talento dos atores e na direção de Bertolucci, o livro acaba com esta dramaticidade pela pobreza dos seus recursos estilísticos. Se há tensão sadomasoquista, a linguagem do livro consegue apenas tornar caricata esta tensão. Enfim, ele se torna, através de um trabalho de recalcamento, um objeto permissível.

Há também a questão do público. O cinema (é o nome de Marlon Brando) pode envolver um público mais vasto que o do livro solitário e dispersivo, e se tornar socialmente inquietante.Um exemplo dos preconceitos que o filme detonou é que em Brasília a primeira sessão de exibição do filme para a Censura teve audiência só masculina.

É possível que, segundo a Censura, nós não tenhamos ainda maturidade para assistir ao filme de Bertolucci. Mas também podemos perguntar exagerando os efeitos de um simples tango.

Wilson Nunes Coutinho

CLASSIFICADOS

CURSOS

FOTOGRAFIA — Curso completo, incluindo arte e teoria fotográfica (sistema audiovisual) e prática de laboratório. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ARTE FOTOGRÁFICA — Tel: 226-2084.

Inglesa, professora de inglês, graduada na Inglaterra, dá aulas particulares individuais ou para grupos. Tel. 264-2599.

PESSOAIS

Procuro sala para alugar, grande c/saleta, em edifício comercial, localizado no Posto 6 ou em Ipanema. Glória. Tel. 267-5835, à noite (GB).

ARTES PLÁSTICAS

COLETIVA — Trabalhos reunidos sob o tema **Eneida, Amor e Carnaval.** Entre os expositores estão Augusto Rodrigues, Aldemir Martins, Antonio Maia, Elsa O. S., Loio Persio, Scliar e Glauco Rodrigues. Na Galeria Chica da Silva (Av. Copacabana, n.º 1146) (GB).

DIVERSOS

Precisamos jovens estudantes para a venda de assinaturas do OPINIÃO. Pagamos 12% de comissão por assinatura. Entrevistas a partir das 17 hs. na Rua Abade Ramos, n.º 78, Jardim Botânico.

CURSOS

O Jardim Escola RECO-RECO está com as inscrições abertas para crianças a partir de dois anos, para seus Cursos de Maternal, Pré-Primário, em dois turnos. Informações Rua Alvares Borgeth, 30 — Tel. 246-8952.

A Academia de Ballet Leda Iuqui está com as inscrições abertas para os Cursos de Dança Clássica, Moderna, Jazz e Expressão Corporal. Inf. na Rua Siqueira Campos, 43, gr. 921.

O Curso Cooper está com as inscrições abertas para seu pré-vestibular nas áreas Biomédica e Humana. Inf. Av. Pasteur, 250 — Tel. 266-7376.

LIVROS

RECEBA EM CASA OS ÚLTIMOS LANÇAMENTOS

Este é um novo serviço da Editora Inúbia. Enviando pelo Correio o anúncio acompanhado de cheque visado ou vale postal, você recebe, **sem qualquer acréscimo ou despesa**, as últimas novidades editoriais pelo mesmo preço das livrarias.

Por favor mandem-me o(s) livro(s) assinalados no anúncio

Nome: _____

Endereço: _____ ZC _____

Cidade: _____ Estado: _____

☐ cheque visado
☐ vale postal*

no valor de Cr$ _____

* vale postal pode ser adquirido em qualquer agência de Correio. Basta trocar a quantia em dinheiro a ser mandada por um documento para **Editora Inúbia Ltda. Rua Abade Ramos, 78. Jardim Botânico — ZC 20 — Rio de Janeiro — GB**

☐ **ECONOMIA, PAZ E HUMOR**, John Kenneth Galbraith, Artenova, Cr$ 25,00 — 26 ensaios sobre economia, política externa americana e figuras políticas contemporâneas.

☐ **OS ÚLTIMOS DIAS DA MONOGAMIA**, Louis Pauwels e Laslo Havas, Artenova, Cr$ 20,00 — o adultério e a sexualidade coletiva como saídas para o casamento burguês.

☐ **MEIOS ECONÔMICOS E FINS SOCIAIS**, Robert L. Heilbroner, Expressão e Cultura, Cr$ 20,00 — questionamento da economia moderna, cada vez mais apoiada na econometria. O autor propõe uma economia voltada para o homem.

☐ **PSICOLOGIA E EPISTEMOLOGIA**, Jean Piaget, Forense, Cr$ 20,00.

☐ **ECOLOGIA GERAL**, Roger Dajoz, Vozes, Cr$ 40,00.

☐ **O DIREITO DE SER HOMEM**, seleção de textos organizada por Jeanne Hersch, Editora Conquista, Cr$ 50,00 — textos sobre o homem, o poder e seus limites, a liberdade, direitos sociais, servidão e violência, que inspiraram a Declaração dos Direitos do Homem.

☐ **SEMEADURA E COSMO**, Erich von Daniken, Melhoramentos, Cr$ 18,00.

☐ **MEMÓRIAS**, Agripino Grieco, Editora Conquista, volume 1 — Cr$ 25,00 e volume 2 — Cr$ 30,00.

☐ **O DESAFIO DO FUTURO**, Dennis Gabor, Expressão e Cultura, Cr$ 20,00 — as invenções científicas e tecnológicas e as inovações econômicas, sociais e políticas dos próximos 50 anos.

☐ **ASPECTOS NEGATIVOS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA**, Samuel de Paula, Brasiliense, Cr$ 12,00.

☐ **O MITO DA LIBERDADE**, B.F.Skinner, Edições Bloch, Cr$ 17,00.

☐ **O HOMEM E A EVOLUÇÃO**, John Lewis, Paz e Terra, Cr$ 18,00.

☐ **O MILAGRE BRASILEIRO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS**, Paul Israel Singer, Cadernos Cebrap, Cr$ 10,00.

☐ **CAMUS, VIDA E OBRA**, Vicente Barreto, José Álvaro Editora, Cr$ 14,00.

☐ **O JOGADOR**, Dostoievski, Edições Bloch, Cr$ 16,00.

☐ **A GRANDE VIAGEM**, Jorge Semprun, Edições Bloch, Cr$ 20,00.

☐ **O AFOGADO**, Abel Silva, José Álvaro Editora, Cr$ 15,00.

☐ **O CODIGO DOS SONHOS**, Charles Maillant, Civilização Brasileira, Cr$ 30,00 — confronto das imagens oníricas com as diferentes interpretações sugeridas pela tradição, o folclore, as teorias psicanalíticas clássicas, modernas e as decorrentes da medicina.

☐ **OS GRAUS DA LOUCURA**, Léon Michaux, Civilização Brasileira, Cr$ 25,00.

☐ **HITLER ANTES DE HITLER**, Jacques Brosse, Artenova, Cr$ 20,00.

☐ **O ESTRUTURALISMO E A MISÉRIA DA RAZÃO**, Carlos Nelson Coutinho, Paz e Terra, Cr$ 20,00 — crítica ao estruturalismo e às concepções de Lévi-Strauss, Michel Foucault, Roland Barthes e Althusser.

☐ **DEMÔNIOS DA LOUCURA**, Aldous Huxley, Companhia Editora Americana, Cr$ 28,00.

☐ **OS DIREITOS DO SEXO E DO MATRIMÔNIO**, vários autores, Vozes, Cr$ 25,00 — mudanças dos conceitos de sexo e matrimônio no catolicismo, superando o amor-procriação.

☐ **DIAS DE CLICHY**, Henry Miller, Companhia Editora Americana, Cr$ 15,00.

☐ **A IGREJA E O ABORTO**, Vozes, Cr$ 4,00 — coletânea organizada pela CNBB de declarações das conferências episcopais de diversos países sobre o aborto.

Fernando Guilhon e o preço da sobrevivência

As férias no Pará deram uma visão diferente do clima de paz social e política anunciadas na propaganda do governador.

(...) cheguei das férias que passei no Pará outro dia e realmente acho que o governador Fernando Guilhon teve como mestre o senhor Pangloss.

Estava lendo OPINIÃO n.º 19 e encontrei uma matéria sob o título *O Preço da Sobrevivência*. A determinada altura existem trechos de matéria publicada pelo *Globo* onde o governador diz: "Ressalto ainda o clima de paz social e política em que conseguimos viver"... Queria que ele repetisse aos paraenses aquilo que pagou para ser escrito num jornal. Explicasse a eles como pode existir paz social num lugar onde a fome e a doença existem para toda a população; onde as arbitrariedades policiais são frequentes; onde só existe possibilidade de trabalho uma vez por ano, na extração de madeira ou castanha, um trabalho semi-escravo; onde se desenvolve intensa grilagem às margens do Araguaia com apoio de certas autoridades, o que provoca a expulsão dos moradores, assim como dos índios para o fundo da mata.

Agora, quanto à paz (...) os paraenses poderão assegurar-lhe que essa também não existe, já que órgãos estão empenhadas na busca de indivíduos que se revoltaram contra sua condição sub-humana.

Marilda Bieiró
São Paulo, SP

Nota da Redação: Pangloss: personagem criado pelo filósofo francês Voltaire, símbolo de um otimismo irreal.

Problemas existem, mas não há recursos

O presidente do DCE da Universidade Católica de Minas Gerais diz que a imprensa prefere divulgar festividades.

Leio, com surpresa, na edição deste jornal do dia 26 de fevereiro de 1973, sob o título de *A Elite da Juventude?*, uma entrevista a mim atribuída, entrevista esta que desconheço como minha.

Sabedor da repercussão de OPINIÃO nos meios universitários, vejo-me obrigado a dirigir-me a este jornal para esclarecer alguns pontos sobre a matéria:

1) Tal entrevista, se realmente publicada no jornal *O Estado de Minas*, é matéria inventada pelo repórter em questão.

2) Encontro ainda, transcritas como minhas, as seguintes palavras: "Aqui na Católica não existe problema a resolver, a nossa política é de incentivo a jogos e esportes", o que é uma inverdade, pois, conhecedor dos problemas por que passam nossos colegas, jamais poderia omitir-me, e se não os resolvemos todos é por absoluta falta de recursos, o que não quer dizer que relegamos a segundo plano os esportes.

3) Se as promoções relativas aos problemas socioculturais não são divulgados, a culpa cabe à própria imprensa, que não lhes dá a importância devida, preferindo assim, pela própria linha dos jornais, as programações festivas.

Orlando Resende
Presidente do DCE da Universidade Católica de Minas Gerais

Nota da Redação: A entrevista foi publicada no jornal O Estado de Minas

A propaganda propagada

Do Brasil tem sido feita maciça propaganda, como se o povo tivesse opção de escolher o país em que quisesse nascer e viver.

A modernização e a multiplicação das empresas de propaganda, no Brasil, é um fato recente: deu-se nesta década. Em outras palavras, a organização da produção e da sociedade encontrou — principalmente a partir de 1964 — seu correspondente ao nível da promoção desta mesma produção e sociedade. Seguramente a propaganda está hoje acompanhando o progresso brasileiro. Por isso foram aumentados os investimentos no setor, subiram os salários dos profissionais e, o que é pior, dedicaram todo cuidado à formação de uma teoria e à criação de centros de divulgação desta teoria. Formaram-se escolas e adaptaram-se outras para satisfazer essa necessidade; importou-se tecnologia e saturou-se a sociedade com termos-mitos: *media*, *marketing*, comunicação, etc.

Contribuiram para isso não apenas os estímulos econômicos das empresas bem como toda uma elite pretensamente intelectual que, inadvertidamente ou não, acabou concorrendo para os desígnios do próprio sistema: sua consolidação. Hoje a propaganda e a massificação em certo nível é uma realidade em nosso país, na medida em que anúncios supostamente ingênuos ou aparentemente comerciais conseguem difundir uma maneira de ver e consumir a nossa realidade social.

Assim, em pouco tempo, essa avalancha publicitária conseguiu controlar as aspirações e os gostos de uma parcela considerável de brasileiros. Por exemplo, o tempo da imprensa independente, boêmia, romântica e idealista acabou. Todos os meios de divulgação, escritos ou falados, incluindo mesmo boa parte do cinema e do teatro, são hoje mantidos pela propaganda. De forma que, entre um anúncio e outro, dizem alguma coisa que, no final, é um terceiro anúncio. E qualquer brasileiro sabe que nem o leite recebe mais proteínas nem um motor ganha mais H.P. por causa da propaganda.

Os dirigentes político-financeiros do país rebatem o fato, argumentando que a propaganda, quando chega ao rádio ou à televisão, já criou um bom número de empregos e que isso a torna útil socialmente. Esquecem contudo que o dinheiro gasto em propaganda, embalagem, estímulo aos vendedores, promoções, etc., supera na maioria das empresas a parcela paga aos que diretamente transformam a matéria-prima em mercadoria.

Finalmente observa-se que um profissional médio de propaganda ganha hoje de 10 a 30 salários mínimos, isto é, o mesmo que 10 a 30 trabalhadores recebem juntos. Ora, ninguém gasta tanto, inutilmente; nem mantém certos órgãos de divulgação só por filantropia. Existem, evidentemente, outros interesses em jogo, que podem não ser visíveis à primeira vista. Como o astronômico financiamento da televisão a cores: sabe-se hoje que o *know-how* para a sua implantação é o mesmo necessário para a instalação de bases para lançamento de mísseis.

De resto, a função da propaganda é tentar diariamente nos vender uma mercadoria muito especial: o sistema capitalista. E nessa tarefa ela tem-se tornado tão cínica que chega mesmo a ocupar o rádio e a televisão com anúncios de energia elétrica, meios de comunicação e de transporte, e alimentos, como se fosse preciso convencer alguém da importância desses produtos básicos e como se eles estivessem aberta e democraticamente ao alcance de todos. Do Brasil tem sido feita maciça propaganda, como se o povo tivesse opção de escolher o país em que quisesse nascer e viver.

Antonio Benet
São Paulo, SP

XADREZ

Tudo, menos tranquilidade

Leonard Barden

As queixas de que nem Fischer nem Spassky têm movido um peão sequer desde Rejkjavik são curiosas, para dizer o mínimo, quando se considera que Alekhine só jogou em *um* torneio secundário durante os três anos seguintes à sua vitória sobre Capablanca, e que Botvinnik, contemporâneo de um dos maiores resmungões, passou três anos sem jogar partida alguma após ganhar o campeonato em 1948. O simples desgaste mental dos campeonatos mundiais tem implicado, historicamente, em que tanto o campeão como o desafiante ficassem vários meses em repouso depois da luta.

Também tem havido boatos alarmistas de que Spassky estaria num ostracismo definitivo, esperando em Moscou o próximo ataque pessoal do *Pravda* e do *Izvestia*. Estas histórias são evidentemente exageradas, pois atualmente Spassky está jogando, e jogando bem, num forte torneio internacional em Tallinn, Estonia. Após oito das 15 rodadas ele tinha cinco pontos e meio (três vitórias, cinco empates) e estava um ponto e meio atrás do líder Mikhail Tal.

Quando será que Spassky jogará de novo fora da União Soviética? Possivelmente em julho próximo na Inglaterra, quando será disputado o campeonato europeu por equipes em Bath e os russos terão de enfrentar a forte oposição da Iugoslávia, da Hungria e da Alemanha Ocidental. O interzonal de Brasília (ver abaixo) terá início poucas semanas depois de Bath e os russos talvez queiram dar uma folga aos grandes mestres que vão jogar na América do Sul. Para isso vão precisar de Spassky e, se a equipe soviética mantiver o costume de dar o primeiro tabuleiro ao ex-campeão mundial mais recentemente derrotado, ele deverá atuar contra grandes mestres como Gligoric e Hubner, bem como o inglês William Hartston.

Quanto a Fischer, seu plano principal para 1973 é uma revanche com Spassky no outono. Quando falei na semana passada com o advogado de Fischer, Stanley Rader, ele me disse que Las Vegas, Nova York e Mônaco já se ofereceram para patrocinar o próximo encontro. Fischer, que gosta de números redondos, está exigindo 1 milhão de dólares. A realização do encontro depende também de Spassky estar disponível, e os seus fãs estarão torcendo para que ele termine entre os primeiros em Tallinn e depois se saia bem em Bath.

Fischer também deve entrar em ação antes do outono, apesar de dizerem que andá pedindo preços exorbitantes para jogar. Os brasileiros ainda estão querendo realizar um encontro amistoso entre ele e o seu campeão Mecking; existe uma oferta da Holanda para jogar contra a equipe olímpica holandesa numa simultânea de seis tabuleiros; e há planos para um livro contando como ele derrotou os russos.

Também discuti com Rader as possibilidades de Bobby jogar em Londres durante maio ou junho. A despeito dos problemas financeiros e outros, as possibilidades de que ele jogue são muito boas depois que uma grande companhia de calçados ofereceu uma generosa quantia para patrocinar o evento. Planeja-se um grande torneio, juntamente com uma simultânea contra os sete melhores juvenis ingleses, que estão recebendo um treinamento especial. Espero saber dentro de um mês se Fischer virá.

Enquanto Fischer e Spassky estiverem se aquecendo para a revanche, seus esperançosos desafiantes estarão lutando para sobreviver aos dois torneios interzonais marcados para Leningrado em junho e Brasília em julho-agosto. Os três primeiros de cada interzonal estarão qualificados, juntamente com Spassky e Petrosian, para disputar os encontros de candidatos que terão lugar durante 1974 para decidir o desafiante oficial de Fischer em 1975. Os dois interzonais são, teoricamente, de mesma força em jogadores, mas a maioria dos participantes que eu consideraria desafiantes em potencial irão a Leningrado, o que inclui Hubner, Karpov, Korchnoi, Larsen e Tal. Pelo menos dois destes serão eliminados, e entre outros estarão lutando pela sobrevivência em Leningrado Gligoric, o novo campeão americano Robert Byrne, Taimanov, Tukmakov e Uhlmann.

O torneio de Brasília só é fraco com relação a Leningrado; quanto ao mais também promete ser uma competição desesperada para arranjar uma vaga. O grupo russo de Geller, Keres, Polugaevsky, Savon, Smyslov e Stein terá de enfrentar os fortes grandes mestres Hort, Ljubojevic, Panno e Portisch, bem como o *Pelé do xadrez* Mecking. Para os participantes dos interzonais, os próximos meses serão tudo, menos tranquilos.

Problema N.º 20

As brancas dão mate em três lances, contra qualquer defesa (por J. Dobrusky). Fácil ou difícil? Depende principalmente de quanto tempo você levará para descobrir um mate incomum numa das variantes.

Solução do N.º 19:

As brancas deviam ter capturado o peão. Alekhine, Tartakover e sir George Thomas, sem exceção, viram que depois de 1 DxP C6C— 2 PxC T2T a dama branca está perdida, mas não notaram que nesse caso as brancas podem ganhar com 3 T8D— R2C 4 T7D— DxT 5 DxT— RxD 6 C8B— R2C 7 CxD, e as brancas estão com um cavalo e dois peões de vantagem.

opinião

DESEJO FAZER UMA ASSINATURA DE OPINIÃO

BRASIL ☐ anual: Cr$ 120,00 ☐ semestral: Cr$ 65,00
EXTERIOR ☐ anual: US$ 30,00 ☐ semestral: US$ 15,00

Nome _____
Rua _____
Cidade _____ Estado _____ ZC ____

Incluo ☐ Cheque visado ☐ Vale Postal
no valor assinalado acima

Remeter seu pedido de assinatura para Editora Inúbia Ltda. Rua Abade Ramos, 78 — Jardim Botânico — Rio de Janeiro

Os pedidos de assinaturas para a Europa, podem ser enviadas para rua Abade Ramos, 78 — Jardim Botânico — Rio de Janeiro, ou diretamente para 186, Avenue Daumesnil, Paris XII. OPINIÃO é enviado de Paris para toda a Europa todas as segundas-feiras. A venda avulsa em Paris é feita na livraria *Joie de Lire* da editora *Maspéro*.

As contas do general Geisel

A maior empresa do Brasil, agora com seu mais famoso presidente, apresenta o balanço de 1972 e mostra a nova orientação de suas atividades.

Como se cumprisse um velho ritual religioso, o general Ernesto Geisel, 72 anos, presidente da Petrobrás — a maior e talvez a mais famosa companhia brasileira — reuniu na semana passada os acionistas da empresa para mais uma assembléia-geral. À reunião compareceram umas 100 pessoas, divididas entre diretores da própria Petrobrás, acionistas, curiosos e uma multidão de jornalistas (a assembléia, inexplicavelmente, despertou tanto interesse que a ela compareceram até jornalistas estrangeiros). Mas este estranho interesse não alterou o clima da reunião, que continuou tão fria e formal como as anteriores.

Terno escuro, voz pausada e solene, o general limitou-se a ler para os acionistas o resumo do relatório oficial das atividades da empresa no ano passado. Tanto o relatório como outras propostas — reeleição de dois conselheiros e homologação de um aumento de capital aprovado em assembléia anterior — foram aprovadas unanimemente, sem discussão.

De acordo com a lenta explanação do general Ernesto Geisel, a Petrobrás alcançou no ano passado um faturamento bruto de mais de 12 bilhões de cruzeiros — o que a mantém como a maior empresa do país em volume de vendas. O lucro do exercício atingiu 1,78 bilhão de cruzeiros — 42,9% a mais que o do ano passado. Os investimentos da companhia atingiram 2,82 bilhões, distribuídos da seguinte maneira: 30% em atividades de pesquisa e produção de petróleo; 29% em refinação; 16% em transporte marítimo, e os restantes 25% em petroquímica, terminais, oleodutos, industrialização do xisto, comercialização e participação em subsidiárias.

De acordo com o quadro suscinto apresentado pelo general Geisel sobre cada um dos setores em que opera a empresa, pode-se dizer que em alguns os resultados foram positivos. Na refinação, por exemplo, "a companhia utilizou plenamente sua capacidade de refino, tendo processado, em decorrência da demanda, mais 22% de petróleo bruto em relação a 1971, com acréscimos na produção de gasolina automotiva de 17%; gás liquefeito de petróleo, 11%; óleo diesel, 24%, e óleos combustíveis, 19%. Várias refinarias foram ampliadas e modernizadas e a refinaria de Paulínia, no planalto paulista, entrou em funcionamento, tendo ainda sido iniciada a construção da refinaria do Paraná.

Em 72, duas novas subsidiárias da Petrobrás iniciaram suas operações: a Petrobrás Distribuidora SA e a Petrobrás Internacional SA-Braspetro.

A Petrobrás Distribuidora faturou ano passado cerca de 2,24 bilhões de cruzeiros, ocupando atualmente o 3.º lugar na distribuição de derivados de petróleo (depois da Esso e da Shell), com 23,4% do mercado nacional.

A Petrobrás Internacional SA-Braspetro, a grande novidade da empresa, foi criada com o objetivo de promover a pesquisa e exploração do petróleo fora do país, atuando hoje na Colômbia e no Iraque e tendo recentemente firmado contratos no Egito e em Madagascar. Em apenas três meses de atuação, a Braspetro já realizou investimentos da ordem de 12 milhões de dólares no exterior.

Na lista de sucessos apresentados pelo general Geisel, passaram praticamente desapercebidos os resultados modestos de dois setores fundamentais: exploração e produção de petróleo e a industrialização do xisto. A produção de petróleo interna sofreu uma ligeira queda em relação ao ano interior, enquanto a industrialização do xisto continuou sendo apenas uma atividade marginal na Petrobrás. Enquanto isso, o dispêndio de divisas com a importação de petróleo vem aumentando cada vez mais. Segundo o general Geisel, em 1971 o país gastou 447 milhões de dólares na importação de petróleo; esta despesa subiu para 507 milhões de dólares no ano passado. Tudo indica que, daqui para frente, as despesas tenderão a crescer, caso a produção interna não acompanhe o crescimento do consumo, como vem ocorrendo atualmente.

Além disso, o próprio general Geisel dedicou várias páginas de seu discurso à crise do mercado mundial do petróleo, caracterizada pela escassez e pela elevação dos preços, o que torna a empresa muito vulnerável aos fornecedores externos, já que o Brasil importa atualmente cerca de 73% do petróleo consumido internamente.

As únicas perspectivas concretas de aumento da produção interna de petróleo a curto prazo são os campos de Guaricema e Caioba, situados na plataforma continental de Sergipe, que deverão acrescentar à produção atual — que é de 170 mil barris por dia — um máximo de 40 mil barris diários. (Chegou a ser anunciado um aumento de 100 mil barris).

Assim, apesar de a assembléia da Petrobrás ter terminado num clima tão solene e aparentemente unânime como havia começado — tendo o representante da União apresentado os seus elogios aos excelentes resultados alcançados — dois assuntos deixaram de ser devidamente esclarecidos: a pequena produção interna se deve ao fato de o Brasil não possuir petróleo em quantidade suficiente? Ou ela decorre da pouca importância que a Petrobrás tem dado à parte de pesquisa e exploração de petróleo? Se for preciso esperar um comunicado oficial da empresa, as respostas não virão tão cedo, pois a Petrobrás é um dos setores mais fechados do governo.

O mistério do petróleo que era pouco

Quando o Brasil conseguirá sua auto-suficiência em matéria de petróleo? Em 1967, a publicação *Panorama do Setor Petrolífero*, editada pelo Ministério das Minas e Energia, afirmava: "O plano atualmente em vigor na Petrobrás prevê a possibilidade de suficiência na produção de óleo, no prazo de 10 anos, aumentados que sejam os atuais recursos exploratórios e a produtividade das sondas". Em outras palavras, levantava-se a hipótese de o país conseguir, em 1977, sua auto-suficiência em matéria de petróleo. Mas hoje, a menos de três anos do prazo estipulado, esse objetivo parece ter ficado mais distante.

Comparando-se os resultados apresentados pela Petrobrás sobre a produção de óleo cru no país, vê-se que nesse campo a empresa praticamente parou desde 1968. Nesse ano a produção interna atingiu 9.508 mil metros cúbicos de petróleo, subindo em 1969 para 10.170 mil metros cúbicos; caiu para 9.685 mil metros cúbicos em 1970, voltou a subir para 10.114 mil em 1971 e voltou novamente a descer para 9.712 mil metros cúbicos no ano passado. Em comparação com o consumo total de derivados de petróleo verificado no ano passado — cerca de 36.262 mil metros cúbicos — a produção interna cobre hoje apenas 26,8% das necessidades do país. Referindo-se a essa situação, diz o relatório das atividades da empresa apresentando pela diretoria na assembléia-geral extraordinária, realizada na semana passada: "A produção de petróleo bruto manteve-se estacionária, não obstante o intenso esforço que a empresa realiza para compensar o declínio natural da produção dos reservatórios disponíveis".

Percebe-se nesta linguagem uma certa decepção da direção com relação aos resultados alcançados na produção interna. Esta posição fica um pouco mais clara num outro trecho do relatório, que fala da grande novidade apresentada pela Petrobrás durante o ano de 72: a criação e início efetivo das operações da Petrobrás Internacional SA — Braspetro. Diz o relatório: "Dadas as circunstâncias especiais observadas na pesquisa de petróleo, a empresa ampliou sua esfera de atuação, através da Braspetro, promovendo a busca de petróleo fora de nossas fronteiras". Entretanto, e infelizmente, o relatório não explica essas "circunstâncias especiais" que estão caracterizando a pesquisa de petróleo, para que se possa entender que tipo de modificação está ocorrendo atualmente na estratégia de atuação da Petrobrás.

Será que as pesquisas realizadas, visando a descoberta de novos poços produtores — tanto no continente quanto na plataforma continental — estão a indicar que praticamente não há mais petróleo no Brasil? Ou que as previsões feitas eram otimistas demais? Nesse caso, seria a Braspetro — que através de acordos pretende pesquisar e explorar petróleo em outros países — o principal instrumento de que se utilizaria a Petrobrás para aumentar sua produção de petróleo, tendo em vista os maus resultados das pesquisas realizadas internamente?

Desde 1968 a produção de petróleo parou de crescer. Isso significa que não há mais reservas no Brasil, ou mostra que a Petrobrás deixou de se interessar pela pesquisa em território nacional?

Panorama do Setor do Petróleo, publicado pelo Ministério das Minas e Energia em 1967, dá algumas indicações a respeito. Naquela época, seu tom era bem claro: "O objetivo primordial da política brasileira no setor do petróleo é a descoberta, em tempo mínimo, de reservas que permitam a produção necessária ao abastecimento nacional de petróleo, através da intensificação e aperfeiçoamento dos trabalhos de pesquisa e lavra". Mais adiante, salientava com otimismo: "A perfuração exploratória, no Recôncavo, em 1965, revelou 20 poços produtores em um total de 52 poços perfurados, ou seja, um percentual de sucesso de 38%. Esse resultado, por si só, justifica plenamente a orientação adotada". Essa orientação era a de se intensificar os trabalhos de exploração e perfuração de novos poços: em 1965, foram perfurados pela Petrobrás cerca de 294.048 metros e, em 1966, 394.052 metros. No ano de 1967, a Petróbras pretendia perfurar um total de 556.300 metros. Tudo isso mais ou menos dentro da orientação, que a prática já ensinou em muitos países, de que o petróleo é "caprichoso" e que, muitas vezes, para achá-lo é preciso "furar" muito.

A própria publicação reconhecia este fato quando dizia claramente: "É possível atingir o nível de atividades requerido para a auto-suficiência na produção de petróleo, em face da presente capacidade administrativa e técnica da Petróbras, desde que esta não se disperse em outras atividades marginais ao objetivo básico do monopólio e se concentre nos trabalhos de pesquisa e lavra. As relações verificadas no passado entre número de poços completados, quantidades de metros perfurados e o valor das reservas definidas conduzem à estimativa de perfuração de 690 mil metros por ano, para que seja atingida a produção desejada".

Esse plano, ao que parece, não foi posto em prática. Logo em 67, a Petrobrás perfurou apenas 340 mil metros, em lugar dos 556.300 previstos. E nos anos que se seguiram, os números de metros perfurados estiveram sempre muito abaixo, não só das previsões, como das possibilidades, uma vez que a utilização do parque de sondas vem sendo, desde então, em torno de 50%, fato que deve supreender muita gente que acredita que só não se explora mais porque faltam recursos à empresa.

Em 1971, a perfuração exploratória atingiu apenas 201.171 metros, sendo 111.681 em terra e 89.490 na plataforma continental. E em 72 — de acordo com os resultados agora apresentados pela empresa — a perfuração exploratória caiu para 178 mil metros (98.447 em terra e 79.553 na plataforma continental). Onde fica então a estimativa da Petrobrás, feita em 1967, de perfurar 690 mil metros por ano, para avançar rumo autosuficiência?

Observa-se desta forma que ao mesmo tempo em que a produção interna vem se mantendo estacionária desde 1968, também as atividades de exploração — medidas por metros perfurados — vem decrescendo. Será que os dois fenômenos estão interligados? É uma pergunta que somente os técnicos da empresa podem esclarecer.

Mesmo com o decréscimo da exploração interna, houve um relativo aumento das atividades junto à plataforma continental que levou, em anos recentes, à descoberta de importantes campos como os de Caioba e Guaricema, na plataforma continental de Sergipe, cuja produção deverá segundo a Petrobrás ter início ainda no 1.º semestre deste ano. Mas apesar da euforia que a descoberta destes campos provocou, não se sabe quais as previsões da empresa sobre a real contribuição que a plataforma continental poderá dar, a curto prazo, para a auto-suficiência do país em matéria de petróleo. E se as informações sobre as possibilidades da plataforma são pouco esclarecedoras, dúvidas muito maiores existem acerca das possibilidades de exploração do xisto betuminoso, do qual o Brasil possui enormes reservas. O mínimo que se pode dizer em relação ao xisto é que sobre ele paira, há muitos anos, uma espécie de mistério, que poucos podem entender além do que os últimos relatórios da Petrobrás dedicam a ele apenas umas poucas linhas. E os boatos de que a exploração tanto da plataforma quanto do xisto são "custosas e demoradas" vão se espalhando, sem que sejam fornecidos esclarecimentos claros e definitivos.

O caminho para a auto-suficiência está nos poços terrestres, na plataforma submarina, no aproveitamento do xisto betuminoso, ou na exploração de petróleo no exterior? Só a Petrobrás sabe. Sabe?

Como reconhece o próprio relatório da Petróbras, grandes mudanças vêm ocorrendo no panorama petrolífero mundial, entre as quais podem ser citadas:

— deslocamento acentuado do poder de decisão, do âmbito das companhias internacionais de petróleo para o dos países produtores;

— adoção, por parte dos países produtores, de mecanismos de defesa que garantem a correção automática dos preços, sempre que eles forem afetados por crises como a do dólar, etc.;

— política de limitação da produção adotada por países como a Líbia e Kuwait, a fim de preservar suas reservas no futuro.

Pouco a pouco delineia-se uma nova estrutura no mercado de petróleo, onde uma situação de superprodução — que existia até alguns anos atrás, beneficiando os grandes consumidores — está se transformando numa situação de escassez e de alta dos preços. No fim da semana passada, os membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo-OPEP — reunidos em Beirute formalizaram um pedido de aumento de 6 a 7% nos preços junto às companhias petrolíferas, a fim de compensar os efeitos negativos da desvalorização do dólar em 10%. Nessa nova situação, o problema da possibilidade, dos prazos e do caminho a serem adotados pela Petrobrás para garantir a auto-suficiência do país volta a se transformar numa interrogação.

exterior — que é o que se está fazendo através da Braspetro — ou o de concentrar esforços na exploração interna? Por que motivo têm decaído as atividades de perfuração internamente? Qual o prazo em que a projetada auto-suficiência deverá ser atingida? (continua a ser o dos o dos 10 anos, contados a partir de 1967?) Essas importantes dúvidas deveriam ser publicamente discutidas e esclarecidas pelos técnicos e pela direção da Petrobrás.

O xisto betuminoso e pirobetuminoso são rochas das quais se pode extrair petróleo. O xisto ocorre em grande quantidade de São Paulo ao Rio Grande do Sul. Há anos se vêm fazendo experiências de exploração do xisto no Brasil, mas a exploração efetiva não foi iniciada. Uma publicação da Petrobrás afirma que "as cuidadosas avaliações técnico-econômicas (...) indicam que, embora seja vultoso o investimento necessário, o óleo de xisto poderá ser produzido em grandes quantidades a preço inferior ao do petróleo que atualmente importamos"

160

É o caso da FIAT em Minas um escândalo?

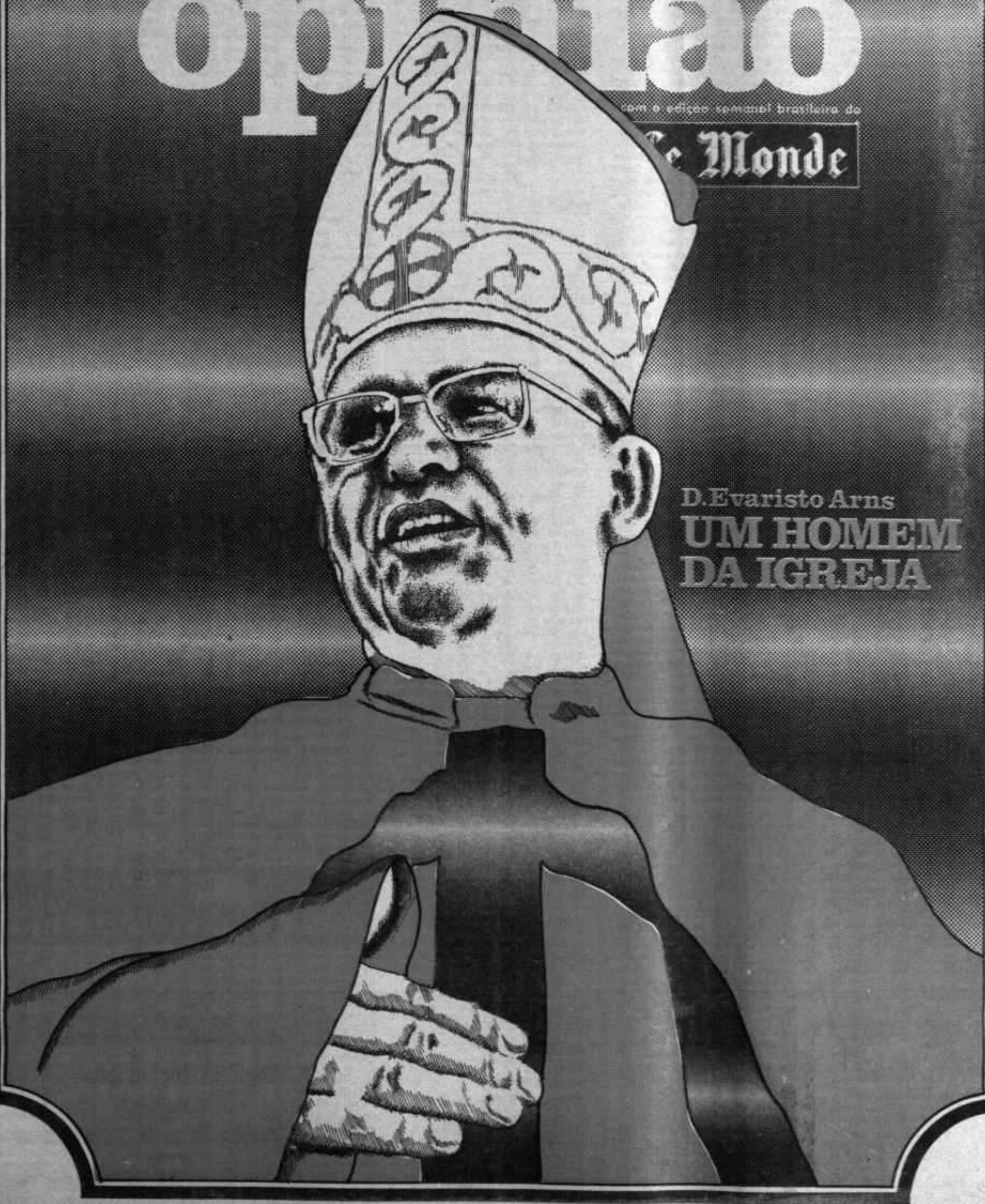
N.º 23 Cr$ 2,50

9 a 16 de abril de 1973

opinião

com a edição semanal brasileira do

Le Monde



D. Evaristo Arns

UM HOMEM DA IGREJA

Sacco e Vanzetti, um debate

(OPINIÃO) não tem o direito de nos impor, já que não nos dá outra opção, (...) alguém que coloque o cinema acima de suas implicações sociais

A semana que passou foi trágica para o jornalismo. Referimo-nos não ao artigo *Um Melodrama de Tribunal* (OPINIÃO n.º 20), sobre o filme *Sacco e Vanzetti*, mas sim à sua publicação por parte daquele que se tornou, desde o primeiro exemplar, leitura imprescindível a quem se propusesse a ter uma visão crítica da (nossa) realidade.

Antes de qualquer comentário ao artigo citado, convém deixarmos suficientemente clara a razão de nosso espanto.

OPINIÃO é um semanário crítico por excelência. Aborda problemas de uma forma profunda e didática. Seu fascínio consiste justamente nisto. Profundo por ir às raízes do problema, por mais "inconveniente" que seja sua localização. Didático pela forma clara de expor os assuntos, combinada a uma técnica das mais precisas.

Uma publicação de tal porte não tem o direito de nos impor, já que não nos dá outra opção, um minicrítico ahistórico e apolítico, alguém que coloque o cinema acima de suas implicações sociais. O mínimo que se poderia esperar é que, ao lado da citada coluna, nos fosse proporcionada uma alternativa que estivesse condizente com o espírito do jornal. Vocês cometeram uma violência. Todo o sentido do filme foi deturpado. *Sacco e Vanzetti* merecia uma crítica mais adequada, ou seja, profunda.

Quem nos diz a respeito de *Harold and Maud* (OPINIÃO n.º 14, pág. 20: *O Love Story do Protesto*): "Na atual conjuntura me parece difícil e pouco recomendável deixar de estimar um manifesto tão apaixonado, eufórico e divertido em favor da vida, da liberdade, da generosidade e da espontaneidade como este", não nos parece merecedor de algum crédito. A que conjuntura se refere? À nossa? Sendo recomendável estimar o quê? O movimento *hippie* formal é, tanto quanto o informal, subproduto da sociedade capitalista, não a melhor forma de combatê-la, apesar de contestatório (é provável que se Sergio Augusto lesse diria: "mas quem disse em combatê-la"?). E tal filme retrata uma realidade bem alheia à nossa: a realidade americana.

Harold and Maud é profundamente reacionário. Expliquemo-nos. Em uma de suas cenas, que sintetiza toda a filosofia do filme, aparece Maud cantando para Harold algo semelhante a: "Se você quiser cantar? Cante! Se você quiner gritar? Grite! Se você...", como se o fazer ou deixar de fazer algo dependesse única e exclusivamente da vontade individual das pessoas. O homem acima dos condicionamentos sociais, alheio ao mundo que o cerca. Tal crítico não honra a oportunidade que lhe é dada e destoa excessivamente dos demais articulistas.

Sobre *Sacco e Vanzetti* gostaríamos de ressaltar: 1) (4.º parágrafo) "Em junho de 1919.... e *suicidou-se* depois de preso por subversão...". Suicidou-se? Quem lhe dá tanta certeza? Talvez para você todo socialista seja um suicida em potencial.

2) (4.º parágrafo) "Montaldo começa a contar... não um filme didático sobre um caso complicado e sim uma defesa simplista e parcialíssima de dois anarquistas". O filme é didático. Nos demonstra com clareza a ligação entre a Justiça e os "princípios do (classe dominante) Estado". Tampouco é uma defesa simplista e parcialíssima de "dois anarquistas". Primeiro por se tratar de socialistas e segundo por ser da Justiça e não de Montaldo a parcialidade, senão, vejamos: Não levaram em consideração o testemunho do homem que comprava peixe de Vanzetti, nem do representante italiano do consulado, etc., e, em contrapartida, aceitaram o depoimento da ilustre senhora que se esquecera de que estava usando óculos, idéia que só lhe veio à mente com o auxílio do promotor. Vamos parar por aqui, senão estaríamos levando a ótica do filme para o campo dos erros judiciais, dos quais assinalamos alguns, mas esse não foi o enfoque dado e nem pretendido pelo diretor como nos quer fazer crer Sergio Augusto.

3) (6.º parágrafo) "Uma retórica semelhante à dos suspenses-políticos de Costa-Gravas — *o gênero da moda* e que não passa...". Para que um produto se torne "o da moda", pressupõe-se: está amparado por uma grande campanha publicitária ou se trata de algo novo. Reflitamos sobre as duas hipóteses: Fica, de cara, eliminada a "grande campanha publicitária". Sergio Augusto, estamos num país onde filmes "comprometidos com a verdade (a sua) histórica" não são bem aceitos, quando aceitos. Resta-nos a de que se trata de algo novo. São novos no sentido de terem conteúdo, em contraste com a grande maioria dos filmes que nos são apresentados através dos circuitos normais. Acreditamos ser esta a causa de tanto sucesso.

4) (último parágrafo) "Ainda sobre Moore: nada é dito de concreto sobre as razões... que levaram a agastar-se do caso e ser substituído por Thompson". Moore era visivelmente sensível à causa dos réus e tinha plena consciência (coisa que Sergio Augusto nem desconfia) das ligações entre a Justiça e os "interesses do Estado". Por todos os meios legais possíveis tentou defendê-los, a Sacco e Vanzetti. O decorrer e o desfecho do processo vieram confirmar seus temores. Ciente do interesse de Thompson, advogado conceituado e "bem relacionado", pelo caso, apesar de duro, resolveu retirar-se.

Lógico que tal raciocínio causará espanto em quem ainda crê na imparcialidade da Justiça, sobretudo em se tratando de casos políticos.

Sergio Augusto: *Sacco e Vanzetti* não só nos mostra que foram "vítimas de um sistema diabólico disposto a apelar, se necessário, à corrupção de seus mais altos valores (no caso a Justiça) para puni-los", mas sobretudo a quem efetivamente serve esse sistema.

Sacco e Vanzetti é a própria história do Capitalismo. É um filme que nos lembra que *não* basta você querer morar condizente com as condições humanas, para morar. Querer comer, às vezes, o mínimo necessário à sobrevivência, para comer. Querer estudar, para estudar. Enfim, que não basta você querer que lhe vejam como um ser humano, para ser visto — pelo menos para a quase totalidade de nossa população.

Sacco e Vanzetti é, em certo sentido, a antítese de *Harold and Maud*.

Como nos disse Ely Azeredo, do *Jornal do Brasil*: "Se o episódio Sacco e Vanzetti fosse todo ele deturpado, se fosse parte ou todo fantasioso, se nem houvesse ocorrido tal episódio na História, assim mesmo o filme não perderia em nada seu valor. É um filme polêmico por natureza, por tratar de uma realidade em toda a sua extensão, tenha esta ou não ocorrido objetivamente nas figuras de Sacco e Vanzetti".

José Luiz A. da Silva
Rio de Janeiro, GB

Realidade e fantasia

Hoje, por diversas razões, o crítico de cinema vai perdendo a noção da verdadeira função do seu trabalho. Isto porque 90% dos filmes que lhe são jogados em cima são subprodutos cinematográficos americanos, italianos ou nacionais. Os filmes que realmente seriam maravilhosos para se abordar em páginas e páginas, ou até mesmo em livros críticos (...) não virão para cá, ou porque (não se permite) ou porque não interessa à produção do espetáculo exibi-lo com os cortes que evidentemente teria aqui no Brasil.

Passa então para o reino da fantasia, para o sonho dos críticos de cinema do Brasil filmes como Z de Costa-Gravas, *Laranja Mecânica* de Stanley Kubrick e *O Último Tango em Paris* de Bertolucci.

Então, qual a transformação que se processa na cuca daqueles que hoje abordam o cinema nas colunas de um jornal? Qual a transformação que se processa naqueles que, forçados ou não, invertem os valores da análise crítica cinematográfica? O que acontece é que eles realmente assumem esse novo eu "profissional"; o novo eu que, imposto ou não, modificou ideológica e estruturalmente sua maneira de traduzir para o papel a sua visão do filme.

É o que temos no n.º 20 de OPINIÃO, na análise carente de fundamento de Sergio Augusto. Ele aponta os erros históricos do filme *Sacco e Vanzetti*, como alguém que esteve presente em Massachusetts em agosto de 1927, que viu de perto Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti e ficou agora indignado com a caracterização dada por Ricardo Cucciola e Gian Maria Volonté.

O nosso crítico Sergio Augusto

continua na página 23

Outras opiniões de leitores na página 23

Março, 1964

O general Zerbine, um dos personagens da história de março de 1964, retifica a descrição de suas ações naquela época feitas por Hélio Silva

Acabo de ler no OPINIÃO de 26 de março a 2 de abril deste ano artigo do ilustre historiador Hélio Silva, intitulado *Março, 1964* — um "ensaio de livro" — catalogação inicial de fatos por si vividos e informações colhidas em suas fontes.

Nele sou citado, pessoalmente, em fatos e julgamentos carecedores de veracidade.

Cabe-me retificá-los:

— não há fundamento na minha inclusão na ideologia sob a qual fui "apontado" em "documentado dossiê": sou nacionalista e adepto da Doutrina Social da Igreja.

— não compareci à reunião das 19 horas de 31 de março de 1964, no quartel-general da 2.ª DI, determinada pelo então comandante do II Exército. É óbvio que não poderia ter sido preso durante a mesma! Minha recusa foi consequência de entrevista, imediatamente anterior, com meu comandante direto, o da 2.ª DI, e tinha por fim dar-lhe segurança.

— nesse mesmo dia, 31 de março, às 22h30m, já em meu quartel-general em Caçapava, em entendimento telefônico com o mesmo meu comandante, me foi por ele transmitida ordem do general-comandante do II Exército no sentido de comparecer a nova reunião. Asseverou-me o general-comandante da 2.ª DI que "a situação mudara" e que deveria comparecer.

Neguei-me a cumprir a ordem.

— foi-me transmitida ordem de prisão pelo general-comandante do I Exército, em seu quartel-general no Ministério do Exército, Rio, por volta de 12 horas de 4 de abril de 1964, após ter sido apresentado, espontaneamente, ao sr. ministro do Exército.

A História é uma interpretação fundamentada em fatos, documentos, etc., que resistam à análise da veracidade e o ilustre historiador autor do artigo em questão melhor que eu o sabe.

Daí a dificuldade do discurso histórico interpretativo do acontecer recente.

Euryale de Jesus Zerbine
São Paulo, SP

Alunos ameaçados

A faculdade impede que certos alunos se matriculem

Os alunos da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena, José Carlos de Castro, Regina Célia Ferrari, Severino Antonio Moreira Barbosa (membros do Diretório Acadêmico João XXIII, do quarto ano de Letras) e Dujovanil Joaquim da Silva (segundo ano de Letras) tiveram suas matrículas indeferidas pela direção da Faculdade sem justificativas.

Impedidos de recorrer a meios legais, dada a carente situação financeira, esses alunos estão ameaçados de não poderem concluir o curso iniciado há três anos. Todos sabem que as transferências no quarto ano são problemáticas; todavia o pior é que não há na região o curso específico em Língua Nacional.

Além dos prejuízos causados às vidas desses alunos, o fato repercutiu negativamente entre os demais criando um clima desagradável.

Outro fato que está movimentando a faculdade é o aumento desproporcional que tivemos este ano. Em 1972 a anuidade era de Cr$ 1.200,00 e sees ano ela foi para Cr$ 2.071,80, equivalente a 72,6% a mais. Pelo que nos consta esse aumento é ilegal. (...)

Nota da redação: seguem esta carta as assinaturas de 30 alunos do quarto ano do curso de Letras da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena, Estado de São Paulo.

Mentalidade medieval

Pessoa que pensa que pode controlar o mundo proíbe nosso jornal

(...) o Reitor da Universidade Católica de Pernanbuco, mons. Rubens Gondim Lóssio, (...) proibiu a venda do semanário OPINIÃO em uma banca que, apesar de não pertencer à universidade, está localizada no seu recinto. Considerando que tal atitude não havia sido tomada por órgãos governamentais, lamentamos que tenha partido exatamente de um dos nossos estabelecimentos de ensino superior de maior projeção internacional e que deveria incentivar todo e qualquer empreendimento cultural e informativo. Conclua-se daí o nível de ensino dispensado pelas nossas universidades, todas entregues a indivíduos com a mesma mentalidade medieval do mons. Rubens Gondim Lóssio.

Carlos M. da Silva
Recife, PE

Leia e assine opinião

opinião

Uma publicação da Editora Inúbia Ltda.

DIRETOR
Fernando Gasparian

REDAÇÃO
EDITOR
SECRETÁRIO DE REDAÇÃO
EDITORES-ASSISTENTES
REDATORES
CORRESPONDENTES
EDITORES-CONTRIBUINTES
ARTE
ADMINISTRAÇÃO
GERENTE ADMINISTRATIVO

ALÉM DA EDIÇÃO BRASILEIRA DO LE MONDE
OPINIÃO PUBLICA AINDA UMA SELEÇÃO
DE ARTIGOS DOS SEGUINTES JORNAIS E REVISTAS

The Washington Post
THE GUARDIAN
The New York Review of Books
NEW STATESMAN

A democracia matemática

Desde que o general de Exército Emílio Garrastazu Médici prometeu, no seu primeiro discurso como presidente da República, entregar o país ao seu sucessor num regime de plenitude democrática, os políticos — que na sua pouco gloriosa vida pública vêem poucos sinais deste estado ideal — aguçam seus ouvidos toda vez que um novo pronunciamento pode anunciar esta suprema maravilha. O discurso do presidente nas comemorações do nono aniversário do movimento militar de março de 1964, no último dia 31, fornece uma espécie de roteiro matemático para se chegar até lá. Resumindo o quase "teorema de como se atingir a felicidade coletiva" implícito num dos principais pontos do discurso, é preciso haver autoridade para que haja ordem, para que haja estabilidade, para que haja prosperidade econômica, para que haja progresso social. A demonstração de Médici diz que "a democracia econômica é pressuposto da democracia social" e "esta, por sua vez, consolida a paz indispensável para que se estabeleça a democracia política".

Estaria próximo, de alguma forma, o paraíso da democracia plena?, poderiam perguntar os aflitos políticos. Considerando-se que nos últimos tempos, como demonstrou o último censo econômico feito pelo IBGE, poderia ter havido uma concentração da renda nas mãos dos mais ricos — portanto um afastamento da democracia econômica — é razoável supor que o país poderia ter-se afastado mais da democracia social e, ainda em consequência, também da democracia política. É igualmente razoável também perceber que os esperançosos políticos não sintam que a democracia plena estaria visível no horizonte.

No discurso, escrito pelo chefe da Casa Civil, prof. Leitão de Abreu, como em todos os últimos do presidente após a sua viagem ao nordeste no início de 1970, os políticos encontraram outros motivos para decepção. Adjetivos como "irredutível", "incisivamente", "inelutáveis", "impreterível", distribuídos generosamente ao longo do discurso, culminavam com uma frase muito difícil de ser encarada como de conciliação e promessa: "É mister, ainda, que não falte, nos detentores do poder, a autoridade indispensável para quebrar, implacavelmente, quaisquer resistências"...

ORDEM DOS ADVOGADOS

O presidente eleito: em favor do direito e da legalidade democrática.

"Minha posição é de legalidade democrática em favor do direito, no que ele significa para a coexistência pacífica e justa do homem. Sou antitotalitário, de esquerda ou de direita, mas entendo que a democracia não pode e não deve ter vocação suicida".

Eis, sintetizado em suas próprias palavras, o auto-retrato do advogado José Ribeiro de Castro Filho, mineiro de 59 anos, que na semana passada foi eleito presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB, órgão que congrega e representa todos os advogados que exercem a profissão no Brasil. Ribeiro de Castro recebeu o apoio de 13 das 23 delegações estaduais que votaram, derrotando o candidato à reeleição José Cavalcanti Neves.

Para muitos a vitória de Ribeiro de Castro foi inesperada. Há poucos dias do pleito, o candidato derrotado José Cavalcanti Neves tinha como certo o apoio de 14 delegações de representantes das seções estaduais da OAB. Embora Cavalcanti tivesse conseguido a adesão dos 14 presidentes estaduais, as delegações resolveram, na última hora, votar em Ribeiro. É provável que essa atitude tenha sido tomada em virtude da campanha desenvolvida pelo candidato finalmente eleito; a campanha de Ribeiro de Castro, lançada em dezembro, foi feita através do convencimento pessoal, utilizando o prestígio de seu principal "cabo eleitoral": o advogado Sobral Pinto, um incansável defensor das idéias liberais, que visitou quase todos os Estados. Para Sobral Pinto a explicação mais lógica da vitória está na própria mensagem de Ribeiro de Castro, um homem preocupado com a legalidade democrática.

"Na verdade — diz Ribeiro de Castro — há tempos venho lutando pelo estabelecimento do pleno estado de direito, pela necessidade de livre funcionamento do Poder Judiciário, pelo retorno do instituto do habeas-corpus, pela obrigatoriedade da comunicação de toda e qualquer prisão e dispensa de tratamento condigno ao preso que não perde pela sua posição de recluso a condição de pessoa humana".

O presidente da OAB não tem muita ilusão quanto aos resultados de aplicação prática de sua plataforma: "A Ordem é um poder inerme e apolítico. Por isso somente poderemos agir através da doutrinação e do convencimento". Admite entretanto que o governo está sensível aos anseios dos advogados e com disposição para atender às sugestões da OAB que visem o aperfeiçoamento da ordem jurídica. Pelo menos nas relações entre as autoridades encarregadas da segurança nacional e o novo presidente da OAB houve sempre um grande entrosamento, desde o tempo em que Ribeiro de Castro assumiu a seccional da Guanabara. Recentemente ele recebeu do general Sílvio Frota, comandante do I Exército, uma plaqueta de homenagem, durante um almoço no Forte São João, quando se comemorava a fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil. Ribeiro de Castro afirma ainda que durante toda a sua gestão "não houve violência contra nenhum advogado que trabalha na Guanabara".

Algumas opiniões do presidente da OAB a respeito de assuntos que ele considera de interesse nacional:

Sobre o direito de revolução e a democracia:

"O indivíduo antecede o Estado. O Estado é erigido para servir ao cidadão. Quando, em determinado momento histórico de um país, uma parcela do povo descontente se insurge contra a ordem constituída, uma das formas de descontentamento pode se traduzir através da revolução. E muitas vezes essa revolução significa uma vitória do direito e a da justiça social contra uma ordem intolerável. Ninguém pode negar à revolução a faculdade de adotar instrumentos e providências tendentes à sua consolidação. Essas preocupações de algum modo colidem com o direito. E cumpre ao revolucionário vitorioso caminhar para o estabelecimento e volta dos princípios fundamentais do direito. Mas se os detentores do poder vitorioso não assumirem essa atitude podem descambar para a ditadura.

Eu penso, e foi esse o espírito do meu discurso de posse na OAB, que, na realidade, em certas regiões do mundo — e temos o exemplo doloroso de certas nações africanas — nem sempre se verificam as condições ideais para o pleno exercício da prática da democracia. Por isso, compete aos governos, através da educação, dar ao povo condições para sua participação. Mas nesse comportamento não se justifica, de modo nenhum, a negação ou a restrição aos direitos fundamentais da pessoa humana. Deve-se libertar o homem da miséria sem que essa liberdade se transforme, por um paradoxo, na negação da liberdade, que não se confunde com a licenciosidade e é irmã da responsabilidade".

Sobre o comunismo e a subversão:

"Sou anticomunista mas tenho uma posição firmada para o banimento da miséria. A esquerda, quando me apoiou nas eleições, sabia de minhas posições políticas pessoais. Temos que reconhecer que atualmente há uma agressão ao regime e por isso temos que compreender a reação do Estado. Quando um grupo subversivo fuzila marinheiros estrangeiros em pleno centro do Rio de Janeiro, assalta bancos, etc., não pretendo discutir a posição política dele. Mas quem se dispõe a uma luta tem que esperar as consequências. Acho que o subversivo deve ser preso, julgado e condenado. Acho legítima a posição do Estado, embora ele não deva renegar ou excluir as garantias às pessoas humanas. Mas o excesso é uma contingência da convivência humana".

Sobre o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana:

"Pessoalmente sou frontalmente contra a presença de um representante da Ordem dos Advogados no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Inclusive não vejo razões que justifiquem a existência desse Conselho num país em que impera a legalidade democrática. Temos a Declaração dos Direitos Fundamentais do Homem incorporada à Constituição do país e ao Poder Judiciário compete assegurar esses direitos quando ameaçados ou violados. Poder-se-ia admitir, e esse é o pensamento da maioria dos conselheiros da OAB, como um organismo com o objetivo de estudo e aperfeiçoamento daqueles direitos e dos meios para consecução dos mesmos. Agora, se não há legalidade democrática aí, então não há Judiciário, não há nada. Além do mais, o sigilo imposto às reuniões do Conselho torna as suas decisões completamente inúteis. (*Genilson Cezar*)

A Sociedade Interamericana de Imprensa reuniu-se na semana passada, na Jamaica, quando o sr. Júlio de Mesquita Neto, diretor do jornal O Estado de São Paulo, apresentou um relatório sobre a situação da imprensa no Brasil.

IMPRENSA

O Estado de São Paulo contra Natel: não aceita publicidade do governo

É pelo menos inesperado que um jornal recuse anúncios, diminuindo os próprios lucros. Entretanto foi o que decidiu na semana passada a sociedade anônima *O Estado de São Paulo*, que informou numa nota da redação: "*O Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde* não aceitarão qualquer espécie de publicidade do governo estadual até o final do mandato do atual governador."

A nota explicava que a medida decidida procurava poupar o governador de São Paulo, Laudo Natel, do doloroso processo de tomar decisões. A delicadeza deverá custar, calcula-se aos dois jornais entre 600 e 700 mil cruzeiros mensais, que antes vinham de editais, balanços e propaganda do governo estadual.

Na verdade a atitude da empresa jornalística é a antecipação de uma represália que teria sido decidida por Laudo Natel depois que os jornais punidos fizeram críticas à sua administração numa série de reportagens

A primeira matéria da série era um balanço da atual administração de São Paulo, *Laudo: Dois Anos de Timidez*. A última, que teria provocado a ira e a vingança do governo estadual, envolve a concessão da corretagem de seguros da Ferrovia Paulista SA.

Depois que foram publicadas as críticas ao que teria sido a escolha de uma companhia seguradora baseada na indicação de parente do governador, houve uma reunião no Palácio Bandeirantes. *O Estado* conta que nessa reunião, que deveria ter sido sigilosa, "um dos presentes, deputado federal por S. Paulo, propôs a suspensão da publicidade, como represália, sob o argumento de que "com judeu a gente precisa tratar assim, mexendo no seu bolso". A proposta foi rapidamente discutida e no final aceita pelo governador Laudo Natel, que transmitiu verbalmente a ordem para que não se encaminhasse mais qualquer anúncio ou edital pagos ao *Estado* e *Jornal da Tarde*.

A atitude do governador de São Paulo não é nem mesmo original. Curiosamente, no mesmo dia da reunião sigilosa em que foi decidida a represália econômica, Júlio de Mesquita Neto, diretor-responsável dos órgãos afetados, relatava aos membros da Associação Interamericana de Imprensa (AII) reunidos na Jamaica, entre outras coisas, que o *Jornal da Bahia* continuava sofrendo pressões do governador daquele Estado, com o corte das matérias pagas há mais de um ano.

NELSON DUARTE

Uma carreira incrível: das distinções às acusações e, agora, à promoção.

Em seus 23 anos de carreira policial, o detetive Nelson Duarte conseguiu amealhar várias distinções dentro e fora da polícia. Na semana passada Nelson Duarte somou a essas distinções sua promoção a detetive-inspetor classe A, através de um decreto assinado pelo Governador Chagas Freitas e publicado no *Boletim Oficial do Estado* no dia 15 de março.

Mas Nelson conseguiu também, ao longo de sua carreira, acumular inúmeras acusações que terminaram por abalar a imagem do "maior caçador de bandidos, orientador e recuperador de viciados que o país já conheceu" — como ele próprio costuma se intitular. As denúncias começaram a aparecer no ano passado quando Nelson Duarte se viu envolvido no "caso dos mafiosos", acusado de ter recebido 40 mil dólares para soltar Lucien Sarti e Helena Ferreira da 14.ª Delegacia Policial. A inquérito aberto para apurar esta acusação juntaram-se vários casos sinistros: pedido de contribuições para a luta contra o tóxico através do *Livro de Ouro* que Nelson exibia na televisão; Cr$ 100 mil por suborno; envio de numerosos jovens supostamente toxicômanos (filhos de famílias ricas) para a Clínica Solar Vera Cruz, no Estado do Rio, a troco de comissões que receberia da clínica; além de acusações de prática de arbitrariedades e violências contra favelados e assaltantes presos na delegacia onde servia.

É possível que entre as sindicâncias e processos abertos contra Nelson Duarte, o inquérito que procura esclarecer as fontes do patrimônio do ex-"Homem de Ouro" seja o que maior apoio recebeu dos policiais que desejam manter limpo o nome da polícia. Ganhando oficialmente Cr$ 2 mil mensais, Nelson conseguiu comprar um sítio com piscina de água quente e fria, três automóveis e morar numa casa alugada. Entretanto, desprezando as acusações, Nelson Duarte compareceu quinta-feira passada à 14.ª DP, para receber os cumprimentos de seus companheiros, e comentava confiante: "Eles querem me derrubar, mas eu agora sou detetive-inspetor classe A". E para comemorar a promoção o detetive ofereceu uma feijoada aos amigos, no sábado, em seu sítio de Jacarepaguá.

COMUNICADO

A prisão da mulher do ex-ministro da Saúde de Jango.

Em um ofício enviado ao juiz Teócrito Miranda, da Justiça Militar da Guanabara, o major Valdir José de Melo Barbosa, do 2.º Batalhão de Infantaria, do I Exército, comunicou quinta-feira passada a prisão da médica Graciela Meinberg Fadul ocorrida no dia 26 de março. Graciela, de 51 anos, é mulher do ex-ministro da Saúde do governo João Goulart, Wilson Fadul. O major Barbosa, encarregado do IPM, informa que a médica foi presa "pela prática de atividades subversivas" e que a "citada indiciada encontra-se presa no Hospital Central do Exército".

No fim da semana, em um comunicado oficial as autoridades de segurança anunciaram a morte de Ronaldo Mouthr Queirós, ocorrida "durante um tiroteio com agentes de segurança" em Vila Buarque, em São Paulo. Segundo as autoridades, Ronaldo "pertencia ao Grupo Tático Armado da Aliança Libertadora Nacional". Em outro comunicado, as autoridades anunciaram a desarticulação do PC do B em Fortaleza, com a decretação de prisão preventiva de 11 alegados militantes — cinco já presos: José Tarcísio Crisóstomo Peixoto, José Francisco dos Santos, Rufino Geraldo Magela Lins Guedes, José Auri Pinheiro e Vicente Walmik Vieira.

OS CHANCELERES DO BRASIL E DA ARGENTINA CHEGARIAM A UM ACORDO?

A dúvida técnica

Uma represa, como a da Light em S. Paulo, já provocou enchentes e demandas judiciais. Que provocará Itaipu, 60 vezes maior, entre 2 países?

Em 1965, o professor Paulo Mendes da Rocha, técnico que durante longos anos estudou os rios brasileiros, e de forma particular os da bacia Paraná-Uruguai, num simpósio da Sociedade Brasileira de Geografia, batizou o Paraná como o rio da unidade continental, parafraseando o apelido do São Francisco ("rio da unidade nacional"). Essa definição do prof. Mendes da Rocha baseava-se numa visão racional da bacia do Paraná, como elemento-chave para a ligação natural entre vários países da América do Sul e como peça decisiva para o desenvolvimento dessa região do mundo.

O que se vê agora, com a aguda polêmica sobre o projeto de Itaipu, é que o Paraná, ao contrário do que almejava o prof. Mendes da Rocha, tornou-se exatamente o fator que ameça criar um profundo atrito entre os dois maiores e mais poderosos países da América do Sul — o Brasil e a Argentina.

Evidentemente também o Paraguai está envolvido. Com ele, na semana passada, o Brasil terminou a redação do tratado criador da empresa binacional que vai construir e explorar a hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná.

Do lado argentino, porém, parecem nascer às tantas sombras que envolvem a "questão Itaipu". No mesmo dia da civulgação do final do acordo Brasil x Paraguai, o ministro argentino Eduardo Mc Loughlin havia pedido "solidariedade na regulamentação e utilização dos recursos naturais, para um maior aproveitamento múltiplo e equitativo respeitando a soberania de cada país". "Sem mencionar especificamente o caso dos rios de curso sucessivo, comenta a agência Latin, mas em clara alusão a eles", Mc Loughlin falou em fórmulas de solidariedade respeitosas da soberania nacional. E concluiu seu pronunciamento referindo-se ao caso do aproveitamento dos recursos naturais compartilhados com outros Estados: "deve-se observar o princípio de não causar prejuízos sensíveis". Nesse caso parece estar a elevação da barragem da ilha Solteira, cuja operação, que beneficiaria o Brasil em detrimento da Argentina (o mesmo provável caso de Itaipu), ocasionou um almoço na semana passada em Washington. O mesmo Mc Loughlin sentou-se à mesa com o brasileiro Mario Gibson Barbosa. Em pauta, além dos problemas, uma provável indício de que as coisas não vão assim tão más. Certamente houve referências ao contrato que teriam celebrado o nacional Eletrobrás e a argentina Empresa Estatal Agua Y Energia, para a exploração do potencial hidrelétrico do rio Uruguai.

Carlos Eugênio Silva, colaborador de OPINIÃO, analisa um dos aspectos destas questões, o problema de Itaipu

Nas últimas semanas, desde o início do caso Itaipu (vide OPINIÃO n.º 20), novos acontecimentos agravaram ainda mais o quadro das relações entre o Brasil e a Argentina, notadamente em torno dessa questão. A chancelaria do país vizinho tornou pública uma exaustiva nota, esclarecendo a posição de seu governo e suas divergências com o Brasil a respeito [illegible] Conferência de Estocolmo sobre o [illegible]-ambiente e da Resolução 299[illegible] [illegible]NU. Não houve da parte do It[illegible] qualquer réplica a esse [illegible]mento argentino, mas é sintomático o simultâneo desencadeamento de uma intensa campanha publicitária, no Brasil, de endosso ao projeto Itaipu e aos acordos que serão assinados por Medici e Stroessner, em fins de abril. A revista *Manchete* (n.º 1.094) lançou uma espetaculosa matéria de capa, onde se lê que a usina de Itaipu "não admite mais nenhum debate, nem de ordem jurídica, nem de caráter político". *O Estado de São Paulo* (25 de março) concluiu uma de suas notas sobre Itaipu com a seguinte indicação: "Não se trata — é impressão geral — de nenhum tema em debate, mas de um fato consumado".

Por outro lado, a vitória do peronismo nas eleições desencadeou um processo de endurecimento nas atitudes argentinas sobre as obras brasileiras no Paraná, devendo-se assinalar que um dos líderes do "justicialismo" que mais tem atacado os projetos brasileiros (Marcelo Sanchez Sorondo, candidato ao governo da província de Buenos Aires) é conhecido por suas posições chauvinistas. Assim, na linha dura argentina anti-Itaipu está formada uma ampla constelação, que vai de Isaac Rojas a líderes de facções peronistas. Mais recentemente, tivemos o protesto oficial argentino contra a forma pela qual está se procedendo ao fechamento da represa de ilha Solteira.

Informações da Eletrobrás

A opinião pública brasileira não está devidamente informada sobre as razões que levam nosso governo a acelerar os preparativos para a construção de Itaipu. Na citada matéria de *Manchete*, o engenheiro Mário Behring, presidente da Eletrobrás, afinal, decidiu dizer alguma coisa sobre o projeto Itaipu, retificando certos dados, antes divulgados, como o de que a barragem terá 115 metros de altura, quando anteriormente se falava em 160 metros. Mas as declarações do presidente da Eletrobrás, ao invés de terem contribuído para modificar o clima que predomina do outro lado do Prata, devem é ter multiplicado as objeções do governo argentino ao projeto Itaipu e reforçado sua solicitação de que tenha conhecimento prévio dos planos de construção da usina.

Assim, o eng. Behring, ao divulgar que "os diques laterais da barragem terão cerca de 27 milhões de metros cúbicos de enrocamento", deixou claro que, pelo menos, uma parte considerável da barragem será de terra. Ora, quando se sabe que 80% dos acidentes em barragens se dão em barragens de terra (a porcentagem é muito menor em barragens de concreto) e quando os argentinos são informados, pelas poucas notícias dos jornais brasileiros, que na represa de Itaipu se deseja acumular um volume de água 60 vezes maior do que está represado na Bilings, em São Paulo, é absolutamente natural que estejam assustados e que reclamem informações sobre os projetos da obra, a fim de que conheçam as condições de segurança da mesma, desde que um acidente poderá provocar danos consideráveis em sua nação.

Em sua entrevista, o eng. Behring afirmou que medidas "serão tomadas para assegurar a navegação e os aspectos ecológicos e turísticos, de modo que o grande lago... possa ser utilizado para turismo, esportes aquáticos, pescaria, navegação a vela e motor, estando previstos arborização e parques no lago"... Muito interessante é que, enquanto o presidente da Eletrobrás derrama detalhes a respeito de aspectos turísticos, nada, ou quase nada, adianta sobre os problemas relacionados com a navegação e como se enfrentará as alterações no meio-ambiente, principalmente à jusante de Itaipu, o que interessa vitalmente aos argentinos. Tem-se aí, pois, uma demonstração da forma pela qual se pretende fazer a obra, parecendo que tudo se resume em produzir energia para o Brasil e fomentar o turismo na região. É evidente, assim, que as declarações do eng. Behring só deverão aguçar as críticas argentinas ao projeto Itaipu.

Regularização do rio Paraná

A reportagem de Manchete veio alicerçada em opiniões de dois técnicos — os engenheiros Octávio Marcondes Ferraz e Maurício Joppert. As palavras do eng. Marcondes Ferraz tiveram o sentido de dar uma lição aos argentinos, no nível de aula de curso ginasial, fornecendo o argumento, aparentemente arrasador, de que a regularização do rio Paraná, com a barragem em Itaipu, será sumamente útil à Argentina. Disse o eng. Marcondes Ferraz: "Toda vez que se constrói uma barragem, o rio apresenta, evidentemente, maior regularidade", o que beneficia, principalmente, os que estão à jusante. Qualquer estudante, em Buenos Aires, pode responder ao eng. Marcondes Ferraz de uma forma muito simples: "o técnico brasileiro proclamou uma meia-verdade, porque a questão capital reside nas condições em que se procederá a regularização do rio e em benefício de quem". E aqui no Brasil temos vários exemplos de como barragens, destinadas a regularizar cursos fluviais, criaram (e continuam a criar) danos a terceiros, *pelo modo e em função de quem foram feitas!* É conhecido o caso da represa da Light, no rio Sorocaba, que gerou terríveis problemas para uma empresa do grupo Votorantim, que provocaram até uma demanda judicial. Outro fato: também a Light, com sua barragem, no Rio Paraíba, perto de Barra do Piraí, trouxe danos imensos às populações ribeirinhas, notadamente na região de Campos. Mais outro exemplo, e também da Light: a barragem de Santa Branca, no Paraíba, perto de Jacareí, que foi levantada para regularizar o rio, tem dado fantásticos prejuízos aos rizicultores da região de Guaratinguetá, desde que, conforme o interesse da Light, ora são inundadas as plantações, ora se corta sua irrigação.

Portanto, a afirmação de que uma barragem é útil, a quem estiver rio abaixo, porque regulariza o curso do mesmo, nada significa, se outros problemas essenciais não forem equacionados, tais como: como será o controle das águas, quais serão os compromissos de preservar os interesses dos que também se servem do rio, como se punirão os abusos de "quem está com a torneira na mão", etc. E se dentro do Brasil, volta e meia, surgem atritos sérios em torno dessas questões (está nos jornais a notícia de uma ação judicial contra a Light, que em dias de chuva demora a abrir as comportas da Edgar de Sousa, causando enchentes em São Paulo), o que não poderá ocorrer entre dois países?

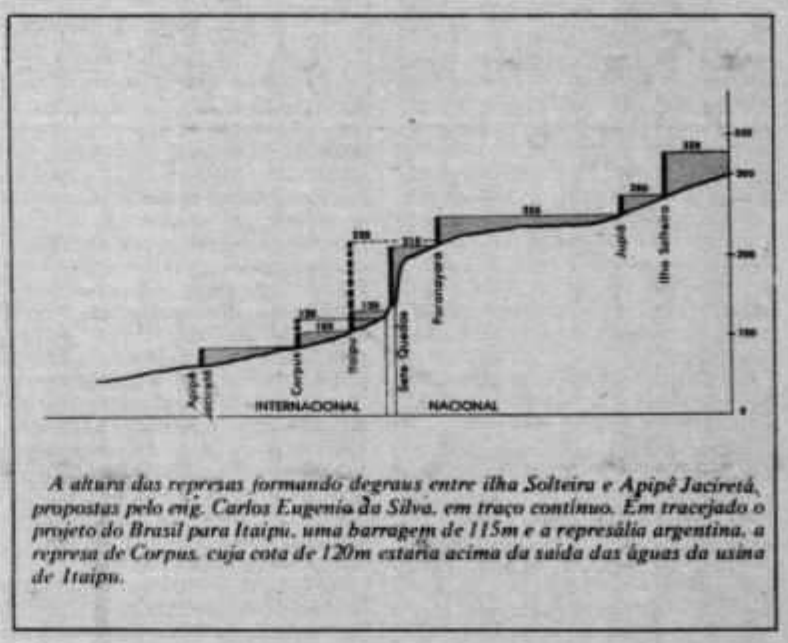
A argumentação do eng. Ferraz só deve, pois, ter irritado mais os argentinos, especialmente porque, se apoiando em premissa tão falsa, termina com a enfática conclusão de que o Brasil não tem nenhuma obrigação de consultar a Argentina de como, quando e onde construir uma usina no rio Paraná.

O atual projeto Itaipu

Já afirmamos que existe uma cortina de silêncio, no Brasil, sobre os dados técnicos do projeto. Somente reduzidas informações, sobre uma obra que custará dois bilhões de dólares, e que será (ou seria) a mais potente usina hidrelétrica do mundo, são divulgadas pelos órgãos oficiais. Por isso, talvez, é que pairam dúvidas sobre o atual projeto Itaipu. A bem-informada revista *Mundo Elétrico* (n.º 150, de março de 1972) avaliou que, na região centro-sul do Brasil, existe um potencial hidrelétrico conhecido de 45 milhões de kw. Sendo a atual potência já instalada, nesta região, de 8,5 milhões de kw e somando-se a isso a cifra de 10 milhões de kw (potência de Itaipu), mesmo sem lançar-se mão agora do potencial do rio Paraná, no trecho de Itaipu, resta um potencial a ser aproveitado de 26,5 milhões de kw, em vários rios da região centro-sul. Se ainda resta tanta energia nas águas dos rios, na região centro-sul, por que tanta pressa para iniciar-se Itaipu? Talvez se tenha para esta pergunta a seguinte resposta: a energia gerada em Itaipu será mais barata que a obtida em várias usinas, a serem construídas em diversos cursos fluviais, na região centro-sul. Face a este argumento, porém, cabe a réplica de que Itaipu está excessivamente distante dos principais centros consumidores, em particular do eixo Rio-S. Paulo, o que encarece extraordinariamente o custo da energia ali produzida pela sua transmissão ao consumo final.

Entretanto, mesmo provado que, apesar disto, ainda assim a energia da usina de Itaipu será muito barata, tem-se que pôr, na mesa das decisões, a seguinte questão: interessa ao Brasil realizar uma obra desse porte sem um entendimento prévio e amigável com a Argentina e convém aos interesses nacionais um mal-estar agudo com a nação vizinha?

Ao lado disso, estão, até agora, sem contestação, outras perguntas: 1 — Por que não se dá prioridade às obras nas cabeceiras do rio Tietê, quando as enchentes provocadas por esse rio atormentam, todos os anos, a população da capital de São Paulo? 2 — por que não se dá preferência à construção de novas usinas no Paraíba? 3 — será que a prioridade para Itaipu se deve ao fato básico de que a Light se opõe à melhor utilização do Tietê e do Paraíba?



A altura das represas formando degraus entre ilha Solteira e Apipê Jaciretá, propostas pelo eng. Carlos Eugenio da Silva, em traço contínuo. Em tracejado o projeto do Brasil para Itaipu, uma barragem de 115m e a represália argentina, a represa de Corpus, cuja cota de 120m estaria acima da saída das águas da usina de Itaipu.

As alternativas

A precariedade de informações oficiais sobre o projeto Itaipu suscita outra observação: é preciso se esclarecer porque se adotou a solução de uma só barragem em Itaipu, quando existem várias alternativas para o aproveitamento do potencial do Paraná, naquele trecho. Causa estranheza o abandono da solução do aproveitamento em degraus, separando-se inteiramente as obras na parte internacional do rio das obras em território nacional. Isto porque o aproveitamento em degraus facilita a navegação, pois será um problema técnico complicado fazer a passagem de embarcações, quando o desnível na barragem for de 115 metros de altura.

Mas o argumento mais importante, para o aproveitamento em degraus, é o de que apresenta a grande vantagem de reduzir os problemas com a Argentina, porque uma solução desse tipo dissipará o temor do país vizinho ligado aos tecnicamente possíveis acidentes com barragens do porte da atualmente prevista, cujo reservatório de acumulação liberado acidentalmente atingiria gravemente a população de Jusante. A afirmação de que a potência, caso seja adotada a solução em degraus, com mais de uma barragem, se reduziria a um décimo (argumento usado pelo *O Estado de São Paulo*, em comentários publicados em 18 e 20 de março) não tem qualquer fundamento, desde que o rio, com a acumulação regularizadora de 45 milhões de metros cúbicos de água, acima de Sete Quedas, se tornará plenamente regularizado em sua vazão anual e a diferença de nível será a mesma, tanto num caso como no outro. Portanto, fica no ar mais essa dúvida e técnicos reclamam porque se afastou o projeto do prof. Mendes da Rocha, que sugeriu se fazer, com prioridade, uma barragem em Paranayara. (Para se entender melhor estas questões, veja-se o mapa e o perfil, que ilustram esta matéria.)

As deformações

O debate sobre Itaipu traz à tona outra questão de suma importância a forma absurda como se está aproveitando os rios nacionais e a irracionalidade dos projetos com eles relacionados. Acompanhando-se o que vem sendo feito no Brasil, em nossos cursos fluviais, com algumas exceções, o que se vê é a preocupação dominante e exclusiva de usar os rios somente para a geração de energia. Problemas de navegação, irrigação, ecologia, etc., não são considerados pelos administradores. Tudo se resume a quantos milhares ou milhões de kw tal ou qual rio pode produzir. Foi seguindo por esse caminho que, por manobras da Light, foram liquidados os velhos projetos da utilização multilateral e racional do rio Paraíba. Por isso, também, na construção das usinas nos rios Grande e Paranaíba (formadores do Paraná), conforme denuncia o prof. Mendes da Rocha, se colocou de lado as diretrizes contidas no Plano Nacional de Viação, sacrificando inexoravelmente as possibilidades de interligação do curso superior do Paraná com a bacia do São Francisco.

E o mais grave é que essa deformação, essa dilapidação sistemática de grandes riquezas nacionais, 20 ou 40 anos atrás decorria somente de responsabilidades que muito justamente se imputava à Light e à Bond and Share, enquanto hoje essa responsabilidade é compartilhada também pela Eletrobrás e por empresas estatais de energia elétrica. Irrigação, problemas ecológicos, nada disso conta realmente. E sobretudo prevalece um supremo desprezo pela navegação fluvial, com a brutal deformação de nossa política de transportes, onde rodovias, automóveis e caminhões se tornaram o centro das preocupações oficiais, desde que, acima de tudo, importa a defesa e a preservação dos intocáveis interesses da indústria automobilística.

Paulo: o caminho da dignidade

"Eminência: Sindicatos e Federações de trabalhadores de São Paulo, por seus diretores, com o melhor respeito e acatamento, dirigem-se a V. Eminência para... manifestar a admiração que os trabalhadores vos devotam e o júbilo que sentem pelo honroso cargo que alcançais...

...É a esperança na efetiva integração na empresa que jamais se fará possível enquanto perdurar o sistema do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. É a esperança por sindicalismo autêntico e que permita, de vez por todas, a adoção das convenções coletivas de trabalho.

...V. Eminência compreenderá os anseios dos trabalhadores e não faltará nunca vossa palavra para que esses ideais de desenvolvimento e afirmação venham a tornar-se realidade"...

(De uma carta recebida na semana passada pelo arcebispo de São Paulo, assinada por 20 sindicatos e federações de trabalhadores).

"O próprio Cristo quis sentir a ternura da Mãe e o calor da Família ao nascer. E mesmo depois de morto o cadáver foi devolvido à mãe e aos amigos e familiares. Esta justiça lhe fez o representante do Poder romano, embora totalmente alheio a Sua missão de Messias".

(Da Homilia por ocasião da missa de 7.º dia de um estudante dita pelo arcebispo de São Paulo, no fim do mês passado na catedral da Sé, em São Paulo).

Afinal, por que justamente ele? Por que os universitários o procuraram para participar da missa e os sindicatos se dirigiram justamente a ele? Da forma como esses fatos aconteceram parece que Paulo Evaristo, cardeal Arns (que é como se assina o arcebispo de São Paulo), tornou-se uma pessoa muito importante, pelo menos do ponto de vista dos estudantes e de um respeitável número de dirigentes operários. Uma espécie de reduto que se deve procurar nos momentos difíceis, ainda que essas dificuldades não sejam propriamente de consciência nem o que se busque seja exatamente o amparo da religião.

Apesar dessa sua projeção, porém, não se pode dizer que o cardeal Arns seja um político. "De vida política", respondeu ele a OPINIÃO na semana passada, "só entendo a participação do cristão manifestando-se concretamente em todas as esferas da ação humana, para que se garanta o bem comum e se alcance o progresso na Justiça, Verdade, Solidariedade e Paz". Para ele, "participar da vida política só muito excepcionalmente e pode ser um imperativo para eclesiásticos". E considera que a cogitação do seu nome como possível candidato do MDB à presidência da República, hipótese levantada pelo deputado Francisco Pinto da Bahia, "deve ser piada".

Na verdade, Paulo Evaristo jamais manifestou qualquer outra vocação que não fosse estritamente religiosa. Quarto filho de uma família muito católica de pequenos comerciantes da localidade de Forquilhinha, município de Criciúma, Santa Catarina, desde os sete anos ele já declarava a intenção de ser padre numa precocidade talvez explicável pela religiosidade da família: entre os 12 irmãos do Cardeal Arns há mais um padre e três freiras. E durante a sua longa carreira de estudos desde o pequeno seminário de Rio Negro no Paraná até a fulgurante Sorbonne de Paris nada indica que o atual arcebispo de São Paulo tenha se destacado pela sua participação em assuntos ou movimentos políticos.

O supercapelão dos presídios

De fato, o caminho que o levou até temas de certa forma políticos foi o da prática ou, como dizem os religiosos, a prática da misericórdia. Como bispo auxiliar de São Paulo, coube a Paulo Evaristo exercer as funções de vigário geral da região norte da cidade, onde se encontra o presídio do Carandiru. E em virtude do seu grande interesse pelos problemas dos prisioneiros ele acabou se tornando uma espécie de supercapelão dos presídios que percorria em constantes visitas. Por isso mesmo, logo que foi escolhido para substituir o cardeal Agnelo Rossi no posto de arcebispo da maior arquidiocese do mundo em número de católicos, seu primeiro pronunciamento no programa semanal *Encontro com o Pastor* tratou do problema carcerário. "Entre os primeiros encontros do novo arcebispo — disse ele — quiséramos mencionar um que não foi noticiado pela imprensa, e que portanto não chegou a comover seus corações como comoveu o nosso: foi o do Tribunal de Justiça em que nossos homens, venerandos e íntegros juízes e desembargadores nos revelaram suas preocupações pela situação de nossos presidiários e dos menores abandonados. Quanto isto nos alegrou vocês podem bem imaginar, pois a nossa primeira visita como arcebispo fora à penitenciária em nome de todos vocês para que no dia do grande encontro com Cristo ele nos dissesse: 'Estive preso e vós me visitastes' ".

Embora tenha dito o único indicado, rompendo o costume da lista tríplice geralmente seguido nesses casos, o que mostra o seu grande prestígio entre os bispos, o cardeal Arns não era muito conhecido quando assumiu seu posto atual ("ele não sente a vertigem da ribalta", diz Benedito Ulhoa Vieira, vigário geral da arquidiocese de São Paulo). A unanimidade deveu-se em grande parte à sua "notável capacidade de organização e trabalho", como descrevem seus

Parte da história para se entender d. Evaristo Arns, cardeal de S. Paulo, um dos homens mais importantes da Igreja do Brasil atual. Por Dirceu Brisola

auxiliares, mas também seguramente à sua grande confiança no diálogo. "Venho do passado", disse, quando tomou posse no dia 1.º de novembro de 1970, na catedral da Sé. "Estive em companhia de Francisco de Assis e dele trago a missão eterna da paz e do bem. Vi o lobo reconciliar-se com os habitantes amedrontados da cidade: presenciei a cena em que o bispo dava a mão ao soberano da terra para gáudio e felicidade dos cristãos todos".

O documento de Brodosqui

Mas foi diante de um problema quase carcerário e não exatamente recebendo a mão do "soberano da terra" que o arcebispo ganhou notoriedade no princípio de fevereiro de 1971. Em face da prisão do padre Giulio Vicini e de sua auxiliar, a assistente social Yara Spadini, ele mandou afixar "sem leitura ou comentário" na porta de todas as igrejas e oratórios uma nota oficial em que defendia Vicini e Spadini da acusação de serem subversivos, "sem que sejam julgados em tribunal competente". Infelizmente o reverendo padre Giulio e dona Yara foram "tratados" de maneira ignominiosa no DEOPS da nossa capital como o vigário da região sul e nós pudemos verificar pessoalmente", dizia a nota. Da mesma forma que viria a agir em ocasiões posteriores, o cardeal Arns fazia questão de dar o seu testemunho pessoal no caso de uma denúncia.

O episódio iniciado com a "nota do arcebispado" e comentado em editoriais dos grandes jornais do país funcionou como um lançamento de Arns no que se poderia considerar um cenário político. "Dirigi-me ao governador Abreu Sodré, disse ele, depois em entrevista contando suas gestões no caso. (...)

Depois disso o arcebispo de São Paulo foi protagonista de outros eventos semelhantes. Em junho do ano passado a mensagem aprovada na assembléia dos bispos e arcebispos do Estado de São Paulo e conhecida como *documento de Brodosqui* levou o cardeal Arns a participar de uma reunião entre dirigentes da CNBB e altas autoridades. O documento tratava de prisões efetuadas em condições que os religiosos consideravam ilegais porque efetuadas sem identificação da autoridade nem dos agentes que a executaram.

Corção versus "Radamanto"

E em julho o arcebispo interveio pessoalmente no episódio da greve de fome feita por alguns presos do presídio Tiradentes de São Paulo, condenando a atitude dos prisioneiros como não justificada do ponto de vista ético mas apoiando a reivindicação de prisão especial apresentada pelos grevistas, dentro de seu lema para esses casos: "conceda-se-lhes o que a lei concede".

Mesmo em alguns setores liados à própria Igreja católica ele chegou a ter problemas: o escritor Gustavo Corção por exemplo, ainda na semana passada, publicou uma crônica contra um suposto bispo Radamanto de Pasárgada e obviamente criticando o cardeal Arns por ter ido assistir à peça *Jesus Cristo Superstar*.

O franciscano

Na opinião dos seus auxiliares esses episódios não diminuem a enorme disposição do cardeal Arns para o diálogo. "Esse homem — diz o cônego Amaury Castanho, redator-chefe do jornal *O São Paulo*, da Cúria Metropolitana e diretor do Centro de Informações Ecclesia — se o diabo pedir para falar com ele, ele atende até o diabo". E para ilustrar essa disposição Castanho conta "que o arcebispo foi há pouco tempo visitar pessoalmente o governador Laudo Natel embora este não tenha ido pessoalmente cumprimentá-lo pela sua elevação a cardeal. "O governador mandou um representante, diz Castanho, quando de acordo com o protocolo deveria ter ido ele próprio cumprimentar o cardeal. Dias depois o ex-governador Garcez pediu desculpas atribuindo a gafe a um esquecimento do protocolo. E o cardeal foi agradecer aos cumprimentos do governador pessoalmente, como prova de que não liga para esses detalhes".

Realmente há indícios de que a abertura do arcebispo para o diálogo tem dado bons resultados: quase todas as autoridades que deveriam, segundo o protocolo, estar presentes na sua recepção quando voltou de Roma sagrado cardeal foram à solenidade realizada na catedral da Sé. Lá estavam o governador e o prefeito da capital, o presidente da Assembléia e o da Câmara Municipal e o comandante da 4.ª zona aérea.

No fundo, é muito provável que o cardeal Arns se importe pouco com possíveis rompimentos do protocolo e ausência das honrarias que ele merece como príncipe da Igreja para os governantes católicos e que, como pode vir a ser papa, deve receber um tratamento semelhante ao dispensado a ministros de Estado. Paulo Evaristo é um homem que procura ser simples. Ao contrário de alguns de seus antecessores de nomes aristocráticos como dom José Gaspar de Affonseca e Silva e dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, ele descende de imigrantes alemães e foi profundamente influenciado pela sua formação franciscana. Ainda recentemente demonstrou sua aversão ao aparato quando abandonou o solene palácio Pio XII, habitação dos arcebispos desde 1942, para ir morar num sobrado de fachada de pedra no bairro do Sumaré em São Paulo para, segundo sua antiga auxiliar professora Maria Angela Borsoi, diminuir o pessoal necessário à manutenção da casa de 18 para três pessoas. "De fato — diz Maria Angela — ele gostaria mesmo é de ser missionário, de ir para alguma prelazia do interior, de preferência na Amazônia, para assistir aos mais desprovidos".

Nus mas com dignidade

Talvez seja exatamente essa vocação de dedicar-se aos "desprovidos" a maior responsável por Paulo Evaristo, cardeal Arns, ter-se tornado um homem importante para estudantes e operários. Talvez seja porque ele acredita que "a força da Igreja no Brasil reside na sua capacidade de não assumir o poder nem de sujeitar-se simplesmente ao poder, mas de estar a serviço de Deus e do homem". Ou talvez simplesmente porque, como ele mesmo disse na missa do estudante, ele creia que "os homens estão muitas vezes nus mas têm dignidade"!, e esteja disposto a saber como responder à pergunta do Juiz: "Quem se encarregou de defender-lhe a dignidade"?

ENTREVISTA COM D. EVARISTO

"Os mais sacrificados são os operários"

PERGUNTA — Como o senhor descreveria rapidamente a situação atual do povo dos fiéis da arquidiocese de São Paulo?

D. EVARISTO — a) Situação do povo. — Em mais de 60% é situação de emergência em relação a salário, transportes, saúde, segurança, etc. O povo se parece mais a uma multidão de indivíduos, vivendo isolados uns dos outros na massa, lutando cada qual por sobreviver em todos os níveis da existência. Apesar disso, é povo muito corajoso, paciente, bondoso, mas também frustado. Infelizmente. b) Os fiéis praticantes, que também são povo, procuram assumir a corresponsabilidade na difusão do Evangelho e na expressão comunitária da vida em São Paulo.

P. — Quais são na sua opinião os setores dessa população (operários, funcionários, estudantes, etc.) que possuem maiores problemas e quais seriam esses problemas?

D. EVARISTO — Todos possuem sérios problemas. Os mais sacrificados, sem dúvida alguma, são os operários, e, entre estes, os que não conseguiram ainda a profissionalização.

P. — Quais são as principais atividades da arquidiocese de S. Paulo e do seu bispo arquidiocesano e como essas atividades se relacionam com a vida e os problemas da população?

D. EVARISTO — a) A atividade principal se concentra na Operação-Periferia, isto é, no esforço de formar comunidades entre os mais necessitados e treinar apóstolos para os serviços a tais comunidades. b) Que relação tem esta atividade com os problemas? A criatividade comunitária poderá resolver boa soma de problemas, contanto que as lideranças sejam honestas e capazes.

P. — Quais são as maiores dificuldades encontradas no desempenho dessas atividades?

D. EVARISTO — Falta de formação do povo e das lideranças. Falta de iniciativa e de disponibilidade pessoal. Peso e injustiças da própria metrópole.

P. — Qual deve ser, na sua opinião, o papel da Igreja diante dos seus fiéis em situações específicas como a que vive atualmente o Brasil e particularmente a cidade de São Paulo?

D. EVARISTO — Ter atitudes claras, serenas e firmes, baseadas no Evangelho e no exame da realidade.

P. — Até que ponto problemas como o de representação política, da liberdade individual, da atuação sindical, da atuação estudantil e da liberdade de ensino devem interessar à Igreja? E os problemas urbanos como a poluição, o surto da violência, o tráfego e os seus acidentes, a arbitrariedade policial?

D. EVARISTO — Cada item mereceria um estudo à parte. Como princípio, talvez pudéssemos estabelecer: o cristão deve participar em toda manifestação humana, como luz, fermento e sal, nos termos do Evangelho. Explicando melhor: é obrigação nossa iluminar os problemas onde quer que participemos em alguma atividade; acordar forças por motivações profundas, tiradas da mensagem de Cristo; impedir corrupção e estagnação, a partir da vida e do amor que estão em nós.

P. — Entre vários nomes de possíveis candidatos da oposição à presidência da República, o deputado Francisco Pinto do MDB incluiu o do cardeal-arcebispo de São Paulo. Se o senhor fosse convidado e considerando todas as circunstâncias, inclusive a de que é praticamente impossível que o candidato oposicionista venha a ser escolhido, o senhor aceitaria? Como o senhor vê a possibilidade de participar pessoalmente da vida política-institucional do país? E sobre a participação de outros membros da hierarquia eclesiástica, o que o senhor tem a dizer?

D. EVARISTO — Deve ser piada. Participar na vida política só muito excepcionalmente pode ser um imperativo para eclesiásticos. A hierarquia não segue política partidária.

P. — Como o senhor se autodefiniria do ponto de vista político? Ou seja, como o senhor acha que os homens deveriam ser governados, quais seriam as características ideais de um regime político, econômico e social mais adequado à convivência humana?

D. EVARISTO — De vida política, só entendo: a participação do cristão manifestando-se concretamente em todas as esferas da ação humana, para que se garanta o bem comum e se alcance o progresso na Justiça, Verdade, Solidariedade e Paz.

162V

Os empregados alugados

Um novo sistema que dá lucro às locadoras e evita problemas trabalhistas

Trinta e dois bancários alugados pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais dirigiram no dia 14 de março um memorial ao dr. Roberto Carvalho, diretor do banco, em que dizem servir ao BDMG há mais de um ano, "por contrato de locação de serviço que nos coloca nas piores condições e posições de um meio profissional". O contrato de locação de serviços, ou *leasing*, como é conhecido na Europa e nos Estados Unidos, é um sistema que permite a uma empresa alugar empregados temporariamente de firmas que mantêm em estoque homens, mulheres e até crianças, para trabalhos que variam desde a guarda e vigilância em bancos até serviços de contabilidade.

No caso dos *bancários* de Minas, eles apontam no memorial as seguintes desvantagens que enfrentam:

Falta de estabilidade: "Nossa estabilidade está à mercê das decisões do BDMG, de continuar ou não com a locação, ou preferir outra locadora ou outros profissionais, o que é comum em *leasing*".

Falta de carteira profissional: "Estando nossos contratos de trabalho vinculados à locadora, que não tem conhecimento da utilidade dos serviços prestados, somos privados de promoções e qualquer benefício que deve existir numa carreira profissional".

Salário reduzido: "A empresa locadora participa em nossas remunerações, até mesmo nas remunerações por serviços extras. Isto reduz nossa remuneração à metade do que ganha um funcionário do BDMG classificado em igualdade de função. Apesar de contribuirmos para o êxito das finalidades do BDMG, nunca somos beneficiados pelas gratificações, que são distribuídas apenas aos servidores efetivos"

Cada bancário alugado recebe Cr$ 1.200,00 mensais, enquanto o empregado do próprio banco, fazendo o mesmo serviço, recebe cerca de 3 mil.

O BDMG paga à empresa que aluga o pessoal — Empresa de Seleção Profissional Sociedade Civil Limitada (ESPRO) — cerca de 2 mil cruzeiros por cabeça: os Cr$ 1.120,00 do salário do alugado, mais 53% a título de encargos sociais da locadora e mais 15% sobre o montante apurado como taxa de administração.

Carlos Roberto Resende, da direção da ESPRO, diz que a sua empresa presta dois tipos de serviço: seleção de pessoal e locação de mão-de-obra temporária. Uma média de 4 mil pessoas procuram seus escritórios por mês. Nas segundas-feiras, por causa dos anúncios nos jornais dos domingos, aparecem, em média, 600 desempregados. No caso de seleção a empresa estabelece seu pagamento em função do primeiro mês de salário do empregado: recebe 50% deste e mais 40% da firma onde o colocou. Para se garantir a ESPRO costuma encaminhar dois ou três candidatos para cada vaga: o empregador escolhe quem lhe pareceu o de melhor desempenho.

Carlos Alberto acha que as locadoras de gente têm ótimas perspectivas de lucro. Sua empresa conta atualmente com 800 pessoas locadas, a maioria delas em serviços burocráticos de clientes como a Mannesmann, Belgo-Mineira e Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG).

Os clientes das locadoras tanto podem ser empresas privadas como órgãos do governo, como o Banco do Brasil. Em Belo Horizonte os guardas do BB são empregados da SELPE — Seleção de Pessoal Sociedade Civil — que os aluga ao banco por Cr$ 740,00 mensais. Dessa quantia o guarda alugado recebe Cr$ 386,00 depois de descontado o lucro da locadora e o INPS.

A prosperidade das existentes e o aparecimento de novas *leasings* de gente provavelmente provocarão mais cedo ou mais tarde a atenção governamental para sua regulamentação. Na prática existem evidências de que essas empresas tenham sido criadas para contornar problemas criados para os empregadores pela legislação trabalhista vigente. Enquanto não são regulamentadas, as locadoras evitam a sindicalização do pessoal que aluga; torna remoto o pagamento de salários em caso de liquidação da empresa (as *leasings* desse tipo não possuem patrimônio líquido apreciável, sobre o qual exercer a preferência para o recebimento de salários não pagos), e de certa forma invalidam o dispositivo da CLT que assegura salários iguais para funções iguais (*Teodomiro Braga e Fernando Miranda*)

Um moderado para Fortaleza

Dom Aloísio Lorscheider, o bispo dos cargos mais importantes, foi promovido

O bispo que tem atualmente o maior número de cargos importantes dentro da Igreja católica no Brasil ocupava até recentemente uma pequena diocese na fronteira do país. Na semana passada ele foi promovido pelo Papa. Dom Aloísio Lorscheider, bispo de Santo Angelo, no Rio Grande do Sul, foi nomeado por Paulo VI arcebispo de Fortaleza.

Dom Aloísio, um rosado gaúcho de 48 anos, levará para Fortaleza seu prestígio de presidente da Conferência Nacional dos Bispos, 1.º vice-presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), vice-presidente da Cáritas Internacional, membro do Pontifício Conselho *Cor Unum* — órgão de promoção humana da Santa Sé — e membro da Sagrada Congregação para os Bispos. Dom Aloísio integra a Secretaria Permanente do Sínodo dos Bispos, o que significa atualmente poder votar e ser votado nas eleições papais.

O bispo de Santo Angelo levará também para Fortaleza — uma arquidiocese de "especial importância religiosa para todo o nordeste", segundo reconhece dom Ivo Lorscheider, secretário-geral de CNBB — uma linha de ação moderada testada nos seus entendimentos com as autoridades para solucionar problemas criados pela atuação de setores da Igreja. Com essas qualificações, a nomeação de dom Aloísio para o Nordeste está sendo interpretada por alguns como um contrapeso às influências do bispo de Crateús, no Ceará, dom Antonio Fragoso, e do arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara. Ele irá substituir dom José de Medeiros Delgado, que está em Fortaleza desde 1963 e que se retira do cargo aos 66 anos por estar ameaçado de cegueira. Dom Delgado, um dos primeiros defensores da Reforma Agrária no nordeste, realizava em Fortaleza um trabalho no setor assistência da Igreja em favor da melhoria das condições de vida dos pobres da comunidade.

Apesar do pouco conhecimento que dom Aloísio tem da região onde irá servir — só esteve uma vez no nordeste — a CNBB acredita que ele poderá obter em Fortaleza os mesmos resultados que dom Delgado. Diz dom Ivo Lorscheider: "Dom Aloísio, pelas suas qualidades pessoais, experiên[illegible] pastoral e conhecimento que tem [illegible] país, fará certamente um grande benéfico apostolado nesse seu novo campo de trabalho"

Universidade: que é do debate proposto?

A transformação das universidades em organismos mais atuantes e mais adequados à realidade brasileira é evidentemente um assunto importante para os estudantes. Daí o interesse de muitos deles pelo debate em torno da Reforma Universitária. Esse debate, entretanto, não tem sido comumente facilitado pelas autoridades e, em várias ocasiões, tem sido desprezado ou mesmo dificultado exatamente pelas pessoas que deveriam cuidar da livre discussão das idéias em torno da Reforma Universitária. Veja-se, por exemplo, o que está acontecendo na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Minas Gerais recebeu no início do mês passado uma carta do reitor Marcello de Vasconcellos Coelho propondo à entidade a realização de um seminário de debates intitulado *A Reforma Universitária e sua Implantação*. "A proposição — dizia a carta — interessa, naturalmente, ao corpo discente da UFMG, à administração da Universidade, além de ir ao encontro dos anseios do senhor ministro da Educação, que deseja conhecer melhor o pensamento do estudante a respeito das medidas que vêm sendo tomadas por parte do Ministério da Educação".

O DCE decidiu, após prolongada reunião no dia 17 de março, aceitar a realização do seminário de debates mas impôs algumas condições, para garantir a todos os presentes a oportunidade de livre manifestação de opinião. As condições foram levadas ao conhecimento do reitor num documento que terminava ressalvando: "Mesmo que o encontro se realize segundo as condições propostas é evidente que não se constituirá num diálogo verdadeiro devido à situação de exceção vigente no país, bem como seus reflexos na universidade, (decreto-lei 477, Assessorias Especiais de Segurança Interna, irrisória participação dos estudantes nos órgãos colegiados, etc.)"

O reitor Marcello de Vasconcellos aceitou algumas das condições, rejeitou e ignorou outras, num ofício enviado ao presidente do DCE datado de 27 de março. Mesmo assim o DCE decidiu participar do seminário e para prepará-lo espalhou cartazes na universidade. Sob o título *Discuta*, um dos cartazes sugeria: "Fale, discuta. PRODUZA. Não adianta somente lamentar — o mínimo que você criar já é uma vitória. Mas não faça isto sozinho: una-se com seus colegas, não disperse esforços — há sempre alguém pensando de modo parecido com você". Um outro dizia: "O ensino é patrimônio da humanidade. Não é propriedade das escolas. Ninguém pode vender conhecimento como uma mercadoria"

Poucas horas depois de afixados, no dia 2 último, os cartazes foram arrancados em algumas unidades da universidade por funcionários da reitoria. No dia seguinte o reitor enviava uma carta ao DCE proibindo os cartazes: "Torna-se evidente que os termos dos mesmos não são condizentes com o espírito da reunião proposta"

Protestando contra a retirada e a proibição dos cartazes, o DCE perguntava, em nova carta enviada ao reitor, no final da semana passada: "Que espírito é esse: discussão séria ou uma paródia? Discussão mais ampla ou restrita à reitoria e diretoria do DCE? Discussão do mais importante ou do mais ameno e conveniente"? Para o DCE, "há condições mínimas necessárias a qualquer debate e existe um limite além do qual estaríamos faltando com a honestidade, estaríamos colaborando com a farsa. Em termos gerais essas condições dizem respeito à liberdade de expressão e à possibilidade de preparação e participação dos universitários. Tanto umas quanto as outras foram seriamente atacadas nas ocorrências de 2 e 3 de abril".

Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Marcello de Vasconcellos explicou ter mandado retirar os cartazes porque "achamos que eles já estavam doutrinando para uma posição negativa. Acho que um debate desses seria muito importante em termos de uma abertura universitária, mas é necessário uma certa cautela".

"Disciplina" para a imprensa

"Antigamente todo mundo era delegado aqui mas agora quem manda aqui sou eu", anunciou o delegado Luigi de Oliveira há cinco meses, logo depois que assumiu a Delegacia de Homicídios de Belo Horizonte, prometendo ainda "disciplinar" o trabalho da imprensa.

A colocação de um portão de grades no corredor da delegacia foi a primeira medida do novo delegado. "Esta é a minha maneira de trabalhar", afirmava, alegando que o portão visava evitar a entrada de "curiosos". Também proibiu o acesso de repórteres aos inquéritos e vetou a sua entrada no cartório durante os depoimentos. E ainda proibiu fotografar ou ouvir indiciados naquela delegacia.

Além de "disciplinar" o trabalho da imprensa, as determinações de Luigi de Oliveira tornaram praticamente impossível o trabalho dos repórteres policiais que, no último dia 2, reuniram-se no Clube dos Repórteres Policiais — CREPOL — para discutir a situação. Ficou decidido que seria feito um manifesto ao secretário de Segurança Pública reclamando contra o "boicote" de informações à imprensa e exigindo condições de trabalho, principalmente na Delegacia de Homicídios.

Os repórteres acusam que desde há muito tempo o delegado Luigi de Oliveira está "prejudicando a imprensa". Lembram que, quando chefiava um inquérito de assassinato em Mutum, Luigi insistiu em revisar as matérias sobre o assunto "para que não fossem divulgados fatos contrários aos interesses da polícia".

Intransigente, Luigi afirma: "não tenho medo da imprensa", e diz que não mudará suas normas. Por outro lado, os repórteres policiais consideram fundamental o amplo acesso às informações e que a simples publicação da versão da polícia não é tudo o que interessa. Enquanto acentua o impasse entre a imprensa e o delegado, mais de 10 crimes de morte ocorridos no ano passado em Belo Horizonte continuam sem solução.

O bondinho aéreo de Juiz de Fora

De como eletricidade, água, esgoto ficaram atrás no "caminho do progresso"

"Já que turismo é meta do governo federal, o teleférico é caminho de progresso". A frase de lógica obscura é o mais recente e mais importante *slogan* do prefeito Itamar Augusto Cautiero Franco (MDB) de Juiz de Fora, a segunda cidade do Estado de Minas Gerais. Para divulgar o seu *slogan*, Itamar Franco mandou imprimi-lo em panfletos com a foto de um bondinho parecido com o do Pão de Açúcar e os distribuiu na exposição Brasil de Hoje que o comando da 4.ª região militar organizou em Juiz de Fora.

É estranho — embora seja até certo ponto comum — que um prefeito eleito pelo MDB, depois de criticar o adesismo do seu antecessor, faça tamanho empenho em colaborar com um propósito pelo simples fato de que ele constitui "meta do governo federal". Para Itamar Franco, contudo, a atitude parece bastante natural: ele inclusive já convidou o presidente da República para inaugurar a nova estação de tratamento de água da cidade, a estação Castelo Branco. E pondo em execução o seu ímpeto de participar do "ano do turismo" Itamar Franco já abriu no último dia 15 de março a concorrência pública destinada a selecionar a firma que será incumbida de instalar o sistema de bondinhos aéreos, o seu pomposo teleférico. O sistema, que deverá ligar em duas etapas um parque (Halfeld) a um morro (do Imperador), passando pela cidade universitária, no bairro do Martelo custará cerca de 5 milhões de dólares — 30 milhões de cruzeiros: 1,5 milhão de dólares para as duas estações e mais 3,5 milhões para as obras complementares. E esses 30 milhões de cruzeiros correspondem aproximadamente ao orçamento total do município para o exercício de 1973.

Procurando evitar polêmicas sobre o assunto ("estou sem assessor de imprensa"), o prefeito coloca obstinadamente em prática o seu "caminho de progresso" e já assinou o edital dispondo sobre os requisitos da concorrência. Na verdade ele assinou dois editais: o original, afixado no quadro de avisos da prefeitura dirigido às firmas que participarão da concorrência e uma versão um pouco diferente enviada às redações dos jornais. Na fórmula usada para os jornais está sugerido que a obra será financiada com os próprios lucros do teleférico, uma suposição considerada "infantil" por alguns vereadores da Câmara Municipal.

Na mesma linha de planos de sabor turístico Itamar Franco tem outros projetos tais como entregar a urbanização de uma pequena praça de pouco mais de mil metros quadrados aos cuidados do famoso paisagi[illegible] Burle Marx (que projetou o aterro do Flamengo no Rio), tornar navegável o rio Paraibuna e criar uma Diretoria Municipal de Esportes cujo diretor deverá ganhar salário igual ao dos secretários municipais (2.500 cruzeiros). Até a luta de Eder Jofre pelo título mundial já constou dos planos do prefeito, que desistiu em face do alto custo da promoção. E não se pode dizer que tal movimentação não tenha despertado algum interesse, pelo menos nas vizinhanças de Juiz de Fora: o prefeito da cidade de Sete Lagoas por exemplo já enviou uma carta pedindo informações sobre o teleférico porque o seu município possui "as mesmas condições topográficas de Juiz de Fora", ou seja, um parque, um morro e possivelmente uma cidade universitária.

Os habitantes de Juiz de Fora, porém, talvez precisassem de alguma coisa além do teleférico para virem a trilhar o prometido "caminho do progresso". Moradores de bairros como Ipiranguinha, Santa Cecília, Vila Olavo Costa, Linhares, Dom Bosco e Martelo talvez preferissem, por exemplo, um sistema de distribuição de água, ou esgoto, ou a pavimentação das ruas, ou ainda uma rede de energia elétrica. São justamente os problemas de eletricidade (até para colocar uma lâmpada num poste é preciso recorrer a um demorado sistema de correspondência com a Companhia Mineira de Eletricidade, com cartas indo e vindo) que têm afetado de forma mais direta o desenvolvimento da cidade. As freqüentes suspensões temporárias do fornecimento de energia afetam a implantação de novas indústrias e atrasam a instalação da aguardada Siderúrgica Mendes Júnior, que daria emprego para cerca de três mil pessoas.

O esvaziamento da Sudene

Das senhoras democratas do Recife para o presidente: um memorial falando do período de esvaziamento econômico por que passa o nordeste.

Na semana passada, durante uma recepção no Hotel Miramar do Recife, o general Emílio Garrastazu Medici recebeu das mãos de duas senhoras da Associação Cristã Feminina um estranho presente: um memorial denunciando que a SUDENE — órgão criado para planejar, coordenar e controlar os incentivos federais na região — está atravessando um período completo de esvaziamento. Além da Cruzada Democrática Feminina, que todo ano comemora "a marcha em que a mulher pernambucana se insurgiu contra a subversão reinante no país", assinaram o documento 482 pessoas, entre as quais 30 usineiros, todos os deputados da ARENA e o escritor Gilberto Freyre, o sociólogo oficial do nordeste.

O documento expõe preocupações sobre o esvaziamento da SUDENE levantando entre outras questões os seguintes pontos da política econômica do governo federal para o nordeste:

1. Evasão de técnicos: "A sensível redução do dinamismo da SUDENE deve-se ao êxodo dos seus técnicos, em consequência da retração salarial real, que já atinge a 50% do valor".

2. Diminuição dos incentivos fiscais. Mostra que o sistema de incentivos fiscais foi alterado, sem nenhuma consulta prévia ao Conselho

A Constituição garantia que três por cento do orçamento da República fossem depositados o Banco do Nordeste. Isto, antes de 67.

Deliberativo da SUDENE: "A extensão dos incentivos fiscais à pesca, ao turismo e reflorestamento (inclusive nas áreas desenvolvidas), atividades que deveriam estar nas linhas de crédito ordinárias dos bancos de desenvolvimento, e o corte de 50% para o Plano de Integração Nacional (construção da Transamazônica) e o PROTERRA provocaram uma acentuada queda nas aplicações dos incentivos fiscais para o nordeste". A pesca, o turismo e o reflorestamento estão levando 50% dos recursos provenientes dos incentivos fiscais, mecanismo responsável pela canalização de recursos para a região. Dos 50% dos recursos restantes, 30% está sendo aplicado obrigatoriamente no Plano de Integração Nacional, ficando para o nordeste nada mais que o saldo final de 20%.

3. Perda de impostos. As constantes alterações na Constituição do país só vieram — segundo o documento — a prejudicar o nordeste: "Pelo ato complementar n.º 40, de 30 de dezembro de 1968, alegando-se a necessidade de se combater o deficit orçamentário da União, o Fundo de Participação dos Municípios teve seu percentual reduzido de 20 para 10%. Posteriormente, foi criado o Fundo Especial no valor de 2% para os Estados e capitais do nordeste, passando estes a receber 12% e os municípios do interior 10%". Em 1972, por exemplo, Pernambuco deixou de receber Cr$ 46 milhões por causa do corte constitucional do Fundo de Participação dos Municípios, que é a divisão dos impostos federais com os Estados da União.

4. Aplicações do BNB: "Dispositivo constitucional estabelecia que 3% do orçamento da República seria depositado no Banco do Nordeste do Brasil. A Constituição de 1967 cancelou este dispositivo, contribuindo para que as aplicações do BNB venham caindo a cada ano". Isso fez com que os recursos do BNB fossem reduzidos a ponto de em 1971 as aplicações na região atingirem 57 milhões, quando em 1966 elas chegaram a 145 milhões de cruzeiros.

Omissões

Talvez por conveniências políticas ou para não ser muito contundente, o memorial deixou de apresentar uma situação bem mais sombria. A perda de funcionários, por exemplo: desde 1969, cerca de 608 funcionários especializados abandonaram o quadro da SUDENE para trabalhar na empresa privada e que, só nos últimos meses, 48 técnicos fizeram o mesmo.

Tudo começou com o decreto-lei n.º 900, de 29/9/69, que transferia ao presidente da República o poder de dar aumentos aos funcionários das autarquias. Com isso, um diretor de divisão da SUDENE passou a receber um reajuste salarial anual de 4%, os técnicos de nível universitário ficaram com 7,6% e para os funcionários administrativos um teto de 10%. Todos se encontram enquadrados em níveis inferiores ao do salário mínimo da região, o que gerou a devolução de carros e apartamentos comprados a prestação, cujos reajustes eram maiores que o aumento recebido.

Atualmente, 720 dos 1.500 funcionários que ainda estão trabalhando na autarquia entraram na Justiça Federal de Pernambuco reclamando a diferença salarial de 1970 a 1973. O resultado, se favorável aos servidores da SUDENE, poderá abrir uma importante brecha jurídica, pois funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — e do Departamento Nacional de Obras contra Secas — DNOCS — se encontram na mesma situação.

Poucos beneficiados

A diminuição de orçamento da SUDENE foi outro ponto omitido. E ela vem se operando desde 1969. Por exemplo, em 1970, a SUDENE contou com um orçamento de Cr$ 218.748 mil e o Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia com Cr$ 200.540 mil (incluindo só os recursos próprios).

Outro fator, não citado, que está contribuindo para o esvaziamento da SUDENE, é o constante lançamento de programas para o nordeste, ligado ao Ministério do Planejamento, sem que a autarquia tenha participação (a SUDENE é ligada ao Ministério do Interior).

Em dezembro passado, durante uma reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, o ministro João Paulo dos Reis Veloso anunciou o Programa de Apoio às Indústrias Básicas do Nordeste, com recursos anuais de 400 milhões, cujo objetivo é incentivar o aparecimento de pólos petroquímicos e de fertilizantes, setor industrial ligado às empresas multinacionais. Na ocasião, timidamente, os governadores do Piauí e Maranhão protestaram contra o programa, pois ele só viria beneficiar os Estados da Bahia (setor petroquímico) e Pernambuco (setor de fertilizante).

Discriminações

Há 15 dias atrás, mais uma vez o ministro Reis Veloso, sem consultar a SUDENE, anunciou a criação de um 3º pólo no nordeste — formado pelos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí — que contaria com recursos de 1 bilhão anual para programas de industrialização e apoio à agroindústria.

Durante a última reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, o governador Cesar Cals, do Ceará, disse que "o desnível na própria região é tão grande que começara a surgir dois nordestes, um mais subdesenvolvido que o outro". Na realidade, o anseio de divisão do nordeste não é novo. Na semana anterior ao lançamento do 3.º pólo, governadores do Maranhão e Piauí encaminharam ao ministro Pratini de Morais, da Indústria e Comércio, um memorial onde era solicitada a criação da Superintendência do Meio Norte, que serviria para eliminar o desnível existente, passando a atender aos três Estados mais pobres da região.

Para o economista Paulo de Tarso de Moraes Souza, chefe do Departamento de Industrialização da SUDENE, Pernambuco e Bahia monopolizam 70% dos recursos dos incentivos fiscais, enquanto que Ceará, Piauí e Maranhão ficam com apenas 15%, quase sempre para o aproveitamento de matéria-prima regional.

ICM proibido

O memorial também constaria de uma apreciação sobre a sangria que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias — o ICM — está fazendo na economia do nordeste para beneficiar São Paulo. No entanto, o grupo de empresários que participou da redação do documento preferiu que o assunto não fosse ventilado "para não ferir o ministro Delfim Netto diretamente".

Sebastião Barreto Campello, engenheiro presidente do Saneamento do Recife S/A e autor da minuta do memorial, já estava com o trabalho pronto para ser divulgado: *A Desintegração Nacional*. Seu estudo mostra que "caso seja mantido o atual desvio do ICM para São Paulo, das contribuições pagas pela população do Brasil inteiro, o mal-estar criado afetará, nos próximos anos, a própria Segurança Nacional".

Conta Sebastião que a idéia do memorial surgiu após uma longa reunião na casa do senador João Cleofas e que apenas nove pessoas tinham cópias da minuta do documento, que seria entregue sigilosamente ao presidente Medici. No

Outro fator do esvaziamento: o Ministério do Planejamento lança programas sem a participação da SUDENE, órgão do Ministério do Interior.

entanto, dois dias antes da chegada do presidente, os matutinos da cidade publicaram a íntegra do documento. O esquema de segurança tinha sido furado.

Diz o estudo vetado pelos empresários: "O ICM fez com que Pernambuco contribua com 38% do seu orçamento para São Paulo; o Piauí com 29%; a Bahia com 28%; e o Pará com 39%. Vemos também que todos os Estados, sem exceção, contribuem para o enriquecimento paulista, que esse valor somou a inacreditável quantia de Cr$ 1.003.277 mil (em cruzeiros de 1969) e que isso representa 20% de todos os impostos recolhidos em todo país".

Segundo o engenheiro, "o valor é tão estarrecedor que o Anuário Estatístico Brasileiro em 1971, publicação oficial do IBGE, já não publica os dados das exportações paulistas, repetindo os valores de 1968". Isso — acrescenta — é sinal de que "algo de muito grave está acontecendo nesse país, necessitando providências à altura".

Para o governador Eraldo Gueiros, de Pernambuco, que não foi convidado para participar do memorial, embora sua bancada na Assembléia tenha subscrito na totalidade, as providências foram tomadas logo no final da semana: chamou o sr. Sebastião Barreto Campello e pediu que ele solicitasse demissão do cargo que ocupa no Saneamento do Recife.

Na área oficial federal apenas o superintendente da SUDENE, general Evandro de Souza Lima, respondeu às críticas dos políticos, empresários e intelectuais pernambucanos. O general afirmou durante uma entrevista em Brasília que o memorial faz uma análise parcial da realidade nordestina: "Não há evasão de técnicos, não há falta de recursos, não há desinteresse dos empresários e nunca houve época na qual o governo empregasse tantos recursos na área como agora".

A lei do mais forte

O Bradesco fez a pior proposta no leilão do Banco Mineiro do Oeste. Entretanto, foi o vencedor. Por quê?

Amador Aguiar

"A única maneira de aumentar a produtividade do nosso sistema bancário é criar instituições financeiras de grande porte, nem que seja como o sacrifício dos pequenos estabelecimentos". O presidente do Banco Central, Ernane Galveas, tem agora outro precedente para continuar advogando esta idéia que já encontrou muita resistência. O grupo Bradesco, de São Paulo, movimento anual na casa dos 8 bilhões de cruzeiros, adquiriu o controle acionário do Banco Mineiro do Oeste, de Minas Gerais, movimento de aproximadamente 800 milhões por ano. De nada valeram as articulações do governador Rondon Pacheco no sentido de ser dada prioridade a outros grupos financeiros de seu Estado. E tampouco foram levados em conta abaixo-assinados dos funcionários do Mineiro do Oeste em Belo Horizonte pedindo uma solução em favor desta proposta. O poderoso Bradesco não só bateu os outros pretendentes — Banco Mercantil de Minas Gerais e Banco de Minas Gerais — como ainda vai pagar os futuros credores em condições excepcionais.

Segundo uma fonte do Banco Central, o Bradesco vai incorporar o passivo (dívida) do Mineiro do Oeste, num total de 600 milhões de cruzeiros: 200 milhões de compromissos vencidos no exterior; 200 milhões de dívidas no redesconto de liquidez no Banco Central; e os restantes 200 milhões em outras operações internas. João do Nascimento Pires, o *Joãozinho Mamãe*, como é conhecido em MG, maior acionista do Mineiro do Oeste, deve receber 40 milhões de cruzeiros, metade em ações do Bradesco. Os técnicos calculam que, juntando tudo, o preço oferecido pelo Bradesco é inferior ao montante de capital e reservas do Mineiro do Oeste. E vai ser resgatado a longo prazo, 10 anos, o que torna a proposta menos atraente que a dos outros candidatos à compra. "Entretanto, na decisão final, pesaram fortemente as conveniências de cada pretendente à política financeira global do governo" — explica um técnico do Banco Central, que não quis se identificar.

Em termos estatísticos, a incorporação do Mineiro do Oeste não muda muito a posição do Bradesco. Enquanto seu banco comercial, carro forte do grupo, tem 465 agências em todo o Brasil e depósitos de 3,5 bilhões de cruzeiros, o Banco Mineiro do Oeste tem apenas 39 agências e depósitos na casa dos 420 milhões de cruzeiros. Sua grande vantagem é possuir uma distribuição de agências bastante favorável ao grupo paulista que tem apenas cinco agências em Minas Gerais e apenas uma em Belo Horizonte (as outras estão em Uberaba, Juiz de Fora, Uberlândia e Governador Valadares). O Mineiro do Oeste vai acrescentar seis agências neste Estado, das quais cinco na capital. Além disso, permitirá ao Bradesco melhorar sua posição no mercado financeiro da Guanabara, o segundo do país, onde ao invés de cinco agências passará a ter 14.

Ainda que para todos os efeitos práticos a compra do Mineiro do Oeste, um banco médio, pelo Bradesco, um grande banco, seja apenas a repetição de uma história muito comum no atual sistema bancário brasileiro, ela deixa clara duas tendências de certa forma irreversíveis. A primeira é o desaparecimento do banco comercial clássico que quebra o galho dos amigos em aperto. Em Belo Horizonte, o Mineiro do Oeste era uma espécie de pronto-socorro para dificuldades frequentes de intelectuais, jornalistas e industriais com boas idéias e pouco capital. A outra tendência é o desaparecimento da casa bancária tradicional ditando regras a industriais e comerciantes que aos poucos vão sendo engolidos por grandes grupos ligados a outros ramos econômicos. Foi o que aconteceu com o Banco Comercial Brasul, de Sergio Mellão, que foi comprado pelo Big Univest, grupo União, ligado principalmente à Petroquímica. Com o Andrade Arnaud, de Raul Pinto de Andrade, que foi absorvido pelo Grupo Halles, do grupo Chico Pinto, comprometido com grandes exportadores. E agora com Joãozinho Nascimento Pires, do Mineiro do Oeste, que foi absorvido pelo Bradesco, considerado o banco das grandes indústrias paulistas.

Os sócios estrangeiros

Para o consumo popular, o Bradesco é a própria imagem de Amador Aguiar, 69 anos, um homem autoritário que o elevou de uma pequena casa bancária do interior paulista à maior organização financeira da América do Sul. Realmente, o comportamento deste líder singular ajuda a alimentar a lenda. Protestante calvinista, amante da disciplina, moderado nos gastos, ele divide seu gabinete com os outros 11 diretores que trabalham numa única mesa retangular com auxílio de uma única secretária. Ali cada um ouve a conversa do vizinho no telefone, despacha todo o expediente no mesmo dia e se chega atrasado é notado pelos outros. "Cada um de nós, diz Amador, dedica-se exclusivamente ao banco. Não tem outra atividade e outros interesses". É a mesma imagem que ele procura incutir nos 21.500 funcionários do Bradesco. ("Só o trabalho pode construir riquezas", é a frase que mandou pintar, em letras garrafais, em frente ao edifício principal de Cidade de Deus, Osasco, sede da organização).

Mas como maior acionista da Companhia Comercial de Café São Paulo-Paraná, *holding* do Bradesco, Amador tem sido um dos poucos beneficiados com os lucros espantosos do banco. E nesta tarefa ele se esmera em aproveitar ao máximo sua versatilidade para os negócios. Semana passada, por exemplo, em solenidade que foi presidida pelo ministro Antônio Delfim Netto, em Frankfurt, assinou um contrato para participação acionária de um consórcio de bancos europeus, liderados pelo Deutsche Bank, no Banco Bradesco de Investimento. A operação é, aparentemente, muito favorável para sua organização. O Deutsche Bank terá 5% de participação na instituição financeira brasileira; a Société Générale de Paris, 3%; o Amsterdam-Rotterdam Bank, 1%, e Creditanstalt-Bankverein, de Viena, 1%. Mas se por um lado a operação é favorável ao Bradesco, pode, indiretamente, prejudicar os industriais brasileiros. Eles temem ser preteridos futuramente pelo banco em favor de empresas ligadas aos quatro novos sócios estrangeiros de Amador Aguiar.

É o caso da FIAT mineira UM ESCÂNDALO?

RONDON PACHECO

De certa forma, não se pode dizer que "o caso da FIAT mineira" — as extraordinárias facilidades concedidas pelo governo de Minas à empresa italiana para instalar uma fábrica de automóveis nesse Estado — seja um escândalo. Escândalo, de um modo geral, é um acontecimento que foge às regras. E o caso da FIAT mineira, pelo menos na política que o inspirou, está muito longe de ser uma exceção.

Tomemos, por exemplo, o I Seminário de Integração Nacional, ou, em inglês, *1st Seminar on Investment and Economic Opportunities*, realizado durante três dias da semana passada no Hotel Glória, Rio de Janeiro. Nesse seminário, 1.600 empresários nacionais e estrangeiros ouviram 20 governadores e dois secretários de Estado oferecerem cada um as propostas mais fascinantes para atrair indústrias — principalmente as estrangeiras — para seus Estados. Foi uma espécie de "feira onde se oferece tudo", segundo a adequada definição do entusiasmado governador da Bahia, sr. Antonio Carlos Magalhães (que ofereceu aos participantes excelentes negócios e, para reforçar seus argumentos, levou para o seminário a inesquecível Marta Rocha). O sr. Antonio Carlos, ele próprio uma das maiores estrelas do espetáculo, não foi contudo o mais generoso em promessas e ofertas. No plenário, cada um dos governadores se esmerou numa apresentação de seu Estado, onde não faltaram nem mesmo as condições geológicas, a vegetação, os feitos heróicos do governante e vários etc. "O Rio Grande do Norte é o único produtor nacional de xilita". "Pernambuco foi (em 1972) o segundo Estado que mais cresceu percentualmente no país". "No Piauí, meus senhores, a terra pode ser comprada a Cr$ 5 mil o hectare". "Aos investidores presentes, para que não me atribuam soberba, fique a certeza de que pelo menos 70% das oportunidades apresentadas pelos demais Estados e regiões se localizariam, com maior vantagem, no Espírito Santo".

Alguns foram modestos: "Fiz o meu comercial; se por acaso não consegui vender bem o meu produto, a culpa terá sido do vendedor, e não do produto" — o governador do Rio Grande do Norte.

Outros compuseram verdadeiros poemas épicos: "Porta do mar de uma vasta hinterlândia, estamos vocacionados a participar amplamente da abertura nacional para o exterior, principalmente agora que o governo federal vem de concluir a cruz de asfalto que liberta o Estado de um isolamento de mais de 400 anos. E se a sensibilidade do empresário titubeia na escolha do pólo, se a cruz de asfalto não basta, podem recorrer à simbologia da bandeira e do céu. Lá o Espírito Santo é a estrela epsilon, onde se encontram os braços da cruz" (ainda o governador do Espírito Santo).

O governador Rondon Pacheco, de Minas Gerais, o homem que poderia ser apontado como o responsável pelo suposto "escândalo da FIAT mineira", foi o governador vitorioso, o homem que fez — através de uma exposição sóbria e sistemática — novas revelações sobre outras excelentes oportunidades, "*opportunities, of course*" para que novas *fiats* lá se instalassem.

Assim, como poderia o caso da FIAT mineira ser considerado um escândalo?

Não se pode nem mesmo falar que as concessões feitas pelo Estado de Minas à FIAT de Turim sejam uma novidade na história recente do Brasil. Lá mesmo "na capital das alterosas" está encravada, desde 1952, a Companhia Siderúrgica Mannesmann, cuja instalação, sob o ponto de vista das concessões feitas pelo governo federal e o Estado de Minas a uma empresa estrangeira, são no mínimo exemplares.

Em 1965, quando estourou o escândalo do chamado "mercado paralelo" e se descobriu que a Companhia Siderúrgica Mannesmann tinha obtido 30 milhões de dólares, sobretudo de pequenos e médios investidores, o governo federal nomeou uma Comissão Federal de Investigações para apurar as fraudes cometidas na captação desses recursos pela companhia alemã. Desse inquérito — presidido pelo general Airton Salgueiro de Freitas — saiu um extenso relatório de 467 folhas que conta a história da empresa no Brasil através de capítulos de nomes sistemáticos. Desses, o que mais interessa para nossa despretensiosa discussão é o primeiro deles: "o golpe de fundação".

No começo da década de 50, a Mannesmann encaminhou uma carta ao presidente Getúlio Vargas, oferecendo-se para fundar no país uma companhia siderúrgica e solicitando concessões especiais.

Aceita a proposta, foi formada a nova empresa — Companhia Siderúrgica Mannesmann — cujo capital, de 400 milhões de cruzeiros antigos, deveria ser subscrito da seguinte maneira: 210 milhões (51%) pela Mannesmann alemã, através da Mannex do Brasil, por ela controlada; e 190 milhões, pelos três bancos oficiais do governo de Minas (na época, um Estado dirigido por Juscelino Kubitschek). Estes 190 milhões foram efetivamente desembolsados principalmente pelos bancos oficiais mineiros. E os outros 210 milhões? De que forma a Mannex do Brasil, cujo capital era de apenas 5 milhões antigos, pôde entrar com os 210 milhões? Segundo o relatório da Comissão Federal de Investigação, o governo "obrigou (o Banco do Brasil)...contra o parecer de sua diretoria, a emprestar à Mannex do Brasil a importância de 135 milhões de cruzeiros (antigos). A única garantia dada (pelo empréstimo) era a caução das ações que a referida (a Mannex do Brasil) ia subscrever. Chegou-se assim ao absurdo de se fazer um empréstimo para o favorecido adquirir a garantia desse mesmo empréstimo".

Mesmo com o empréstimo de 135 milhões concedido pelo Banco do Brasil, ainda faltavam 75 milhões para completar os 210 que a Mannesmann alemã tinha proposto subscrever. Ela então realizou estes 75 milhões atribuindo esse valor ao projeto industrial, transferência de tecnologia, assistência técnica, o nome "Mannesmann", a marca "MW" dentro de um círculo, etc. Dessa maneira, sem desembolsar um centavo, a Mannesmann tomou conta de uma empresa com um capital de 400 milhões de cruzeiros. Evidentemente, o empréstimo tomado ao Banco do Brasil foi pago com os lucros conseguidos com a entrada em funcionamento da nova siderúrgica.

Que fez a Mannesmann quando estes fatos foram revelados? Ao que parece, não se sentiu de forma nenhuma atingida: emitiu um comunicado, que foi publicado em vários jornais, afirmando que, na época da fudanção da Mannesmann brasileira, seu representante "deixou bem claro que a Mannesmann-Alemanha estaria interessada nessa criação (a da usina siderúrgica), não podendo entretanto, entrar com os meios financeiros necessários, visto que precisava de numerário para reconstruir suas próprias usinas destruídas pela guerra".

Para muitos, o país estava fazendo um ótimo negócio ao atrair o "investimento" alemão para cá. Não foi exatamente como acontece agora?

Aparentemente há uma grande diferença entre o caso da Mannesmann e o da FIAT. O da Mannesmann só foi descoberto 13 anos depois da instalação da firma e as incríveis concessões só foram feitas, ao que parece, porque as decisões foram tomadas em completo segredo. Mas no caso da FIAT o governador Rondon Pacheco não teve a louvável iniciativa de enviar os textos do acordo entre o Estado e a empresa italiana para serem aprovados pela Assembléia Legislativa?

Nesse ponto, infelizmente, entram elementos que fariam mesmo uma pessoa extremamente ingênua achar que nem tudo no caso da FIAT se passou dentro de regras suficientemente respeitáveis. O acordo foi aprovado por unanimidade pelos deputados mineiros na última quinta-feira à noite. Mas: 1) a Assembléia não chegou a receber, em nenhum momento, o conjunto de documentos que constituem o acordo. Depois de insistentes pedidos do MDB, o governo de Minas enviou alguns dos anexos ao acordo onde deveriam estar dados fundamentais das concessões, como o valor da transferência tecnológica e assistência técnica a ser paga pela FIAT, o orçamento dos investimentos a serem realizados pela nova empresa, etc. 2) Nesses anexos, alguns dos quais chegaram à Assembléia a quatro horas da votação final e só foram lidos — e rapidamente — pelo líder do MDB, faltavam dados essenciais. Num deles, o anexo 5B, *Contrato de Transferência Tecnológica e Assistência Durante a Fase de Implantação do Estabelecimento*, na página 15, linhas 6 e 7, há a curiosa revelação de que "até a data desse contrato, a FIAT já realizou despesas no montante de US$ que a FIASA reconhece, sendo em US$ a estimativa das despesas a realizar até o início da produção" (seguem-se listas de itens de despesas que a FIAT italiana deverá receber da FIAT mineira, quantia que os deputados da Assembléia mineira só poderiam advinhar pois os espaços estavam exatamente assim, em branco, como se pode ver pelo pedaço da cópia xerox do anexo reproduzido nesta página.

10.1 Os serviços relacionados com o preparação e a implantação do Projeto bem como com o preparo inicial da produção e vendo serão pagos à FIAT, mediante o reembolso das despesas feitas e que vier a fazer a FIASA se obriga a liquidá-las nas condições deste Artigo. Até a data deste Contrato a FIAT já realizou despesas no montante de US$ que a FIASA reconhece, sendo em US$ a estimativa das despesas a realizar até o início da Produção e relativas ao seguinte:

Estudo econômico e de marketing, com elaboração dos dados necessários para o Projeto Industrial, objeto do

O escândalo: os números aprovados, em branco

Não é um escândalo uma Assembléia de 57 supostos intransigentes defensores dos interesses do povo mineiro aprovarem um documento onde números seguramente indispensáveis ao entendimento do acordo foram (subrepticiamente?) deixados em branco pelos homens de Rondon Pacheco?

Pelo incompleto conjunto de dados disponíveis e correndo o risco de cometer por isso mesmo alguns erros graves, o negócio entre o governo de Minas e a FIAT italiana pode ser resumido nesse as quantias.

A FIAT/Automóveis S.A. — FIASA — empresa resultante da associação entre o governo de Minas e a FIAT italiana, necessitará de recursos da ordem de 290 milhões de dólares, entre investimentos (265 milhões) e capital de giro (25 milhões).

A FIAT italiana se compromete a, no prazo de três anos, entrar com a quantia de 71,501 milhões de dólares (24,655% do investimento total) e o governo de Minas, no mesmo período, com 71,499 milhões (24,654% do total). O restante destes recursos serão fornecidos por empréstimos de bancos (88 milhões), pela venda financiada do terreno e infra-estrutura (19 milhões, do governo de Minas), pela assistência técnica de implantação (15 milhões, da FIAT) e mais o financiamento da produção pelos bancos de Minas (20 milhões) e outros bancos nacionais (5 milhões de dólares).

Assim, fornecendo somente 24,65% do dinheiro necessário ao empreendimento, a FIAT terá o controle absoluto da FIASA, uma vez que ficará com 50,006% do capital a ser subscrito.

Além disso, no orçamento dos gastos a serem feitos pela FIASA está prevista a compra, no exterior, de máquinas e equipamentos no valor de 95 milhões de dólares — compra que deverá ser feita e decidida exclusivamente pela FIAT. Poderá então acontecer o seguinte: a FIAT vender a maior parte dessas máquinas e equipamentos à FIASA, que podem inclusive ser material já usado, de acordo com o que permite um dos incentivos concedidos pelo governo federal e que a FIAT pretende usar — o decreto 1219. É possível então que, na prática, a FIAT realize seu capital com a venda de máquinas usadas — muitas vezes vendidas por um preço muito acima de seu valor. Enquanto isso, o governo mineiro estará entrando efetivamente com dinheiro.

Dessa forma a FIAT praticamente não corre nenhum risco no investimento o necessário à instalação da FIASA, e ainda garante seu controle acionário e administrativo para a realização de grandes lucros. Somente a título de "transferência de tecnologia a assistência técnica", a FIAT deverá receber 5% do faturamento da FIASA (o faturamento é estimado em 300 milhões de dólares por ano — portanto a FIAT receberá anualmente 15 milhões, só por esse acordo).

Assim, para um gasto (discutível) de 71 milhões de dólares, a FIAT receberá em 10 anos cerca de 150 milhões só por "assistência técnica". Sem contar com os lucros que deverão ser remetidos para o exterior.

Mesmo que, na situação atual, o caso da FIAT mineira são seja considerado um escândalo, ele parece servir para ilustrar de maneira dramática como os homens públicos passam a se comportar quando deixam de acreditar na possibilidade de um país se desenvolver basicamente através de seus próprios recursos.

O gesto final do MDB de Minas, que votou em bloco a favor do acordo que não leu, mostra também até que ponto o comportamento de um partido oposicionista pode se aproximar do grotesco. Embora tivesse lutado contra o projeto, de sua posição inicial só sobrou uma declaração de voto radical e inócua, onde a certa altura o MDB confessa pateticamente:

"Temos de 'engolir' a FIAT (...). Estamos naquela de "se correr o bicho pega, se ficar o bicho come"".

O ÚLTIMO DEPOIMENTO SOBRE A ITT NO SENADO AMERICANO

As relações incestuosas

Tereza Moraes e George Lawton, de OPINIÃO, em Washington

Para Jerome Levinson, advogado e principal conselheiro do subcomitê do Senado norte-americano sobre as multinacionais, no dia 1.º de maio se começará a sentir os primeiros resultados das audiências sobre as atividades da ITT e da CIA no Chile. Nesse dia a OPIC (Overseas Private Investment Corporation) deverá resolver se paga ou não os 92,5 milhões de dólares que a ITT reclama como perdas de suas inversões no Chile.

A OPIC é uma empresa mista criada em 1971 pela administração do presidente Nixon numa tentativa de proteger os interesses das grandes corporações no exterior, oferecendo seguro contra perdas, moedas nacionais inconversíveis, guerras, revoluções, insurreições ou expropriações. Mas em seu regulamento há a chamada "cláusula de provocação" que diz claramente que "a corporação que for expropriada no exterior em consequência de provocação ou instigação contra o governo local não terá direito a receber o seguro". Entretanto a OPIC não considera provocação ou instigação "qualquer ação feita por uma corporação contra um governo local quando atende a uma solicitação específica do governo dos Estados Unidos". E Levinson pensa que as "evidências" conseguidas nessas audiências deverão influenciar muito a decisão da OPIC.

Cooperando com o governo

Certamente, é por isso que Harold Geneen, diretor-geral da ITT, se mostrou muito preocupado em frisar a cada momento que tudo que a ITT fez em relação ao Chile foi cooperar com o governo norte-americano. Seu depoimento público que encerrou essas audiências, no começo da semana passada, durou todo um dia. Pode-se dizer que Geneen foi brilhante e teve um comportamento verdadeiramente teatral diante da comissão que o interrogava. Num tom de voz pausado e um pouco monótono não se cansava de contar longas histórias tentando explicar coisas relmente inexplicáveis, como seu primeiro encontro com William Broe, funcionário da CIA, num hotel da cadeia Sheraton que naturalmente pertence à ITT. Tanto as perguntas irônicas dos senadores como as reações da audiência (que parecia assistir a um velho filme do Gordo e do Magro) deixaram a impressão que a habilidade verbal de Geneen veio tarde demais. Não foi possível remendar de forma convincente a história do famoso um milhão de dólares que a ITT colocou à disposição da CIA para financiar qualquer plano que se destinasse a impedir a posse de Allende. A essa altura já ninguém mais acreditava que a verdadeira intenção da ITT ao oferecer o dinheiro era ajudar o "desenvolvimento da agricultura", versão tentada em vários momentos por algumas das testemunhas ligadas à ITT.

Na declaração que Geneen leu para o subcomitê tentava justificar o plano da ITT e da CIA dizendo: "Tudo que a ITT fez foi apresentar a vários departamentos do governo norte-americano seus pontos de vista, preocupações e idéias. Isto não somente é um direito como também um dever. Trata-se de um direito constitucional e eu espero que este comitê concorde comigo que não tem nada de mal que um cidadão tente aproximar-se de funcionários do governo para discutir seus problemas e buscar soluções dentro da política do governo". E, mostrando a ligação íntima que existe entre uma grande corporação e o governo dos Estados Unidos, ele continua: "Quando se diz que a ITT estava tentando proteger apenas seus próprios interesses, deve-se lembrar que a ITT não é uma entidade abstrata, mas uma organização que representa os interesses de milhões de pessoas, funcionários, acionistas, e da grande maioria dos cidadãos norte-americanos que pagam impostos".

Quem tomou a iniciativa?

Depois que se confrontam as contradições e os acontecimentos admitidos nos depoimentos das principais testemunhas, o mais interessante não é saber se houve um plano de intervenção no Chile. Isso já é um ponto pacífico. Trata-se de descobrir quem tomou a iniciativa, porque esse é o ponto fundamental para a resolução da OPIC quanto a pagar os 92,5 milhões de dólares reclamados pela ITT.

Quando se considera que foi McCone — um dos diretores da ITT — quem procurou seu velho companheiro Richard Helms, diretor da CIA, em maio ou junho de 1970 para manifestar sua preocupação pela possibilidade da vitória de Allende, não resta a menor dúvida que a iniciativa partiu da ITT. Mas a situação fica confusa quando se considera que McCone, além de ser diretor da ITT, acumula funções como conselheiro da CIA — da qual foi diretor de 1961 à 1965. Pode-se dizer, pelo seu depoimento, que conhece bem as normas da casa.

A idéia de McCone e Geneen de procurarem a CIA para que esta organizasse um plano de ação no Chile (plano que a ITT estava pronta para apoiar economicamente) não é tão original. O que assustou muito o senador Church foi saber que isso parece ser lugar-comum nas relações entre as grandes corporações e a CIA. McCone, respondendo a uma pergunta de um dos senadores, explicou tranquilamente que, no tempo em que era diretor da CIA, foi mais de uma vez procurado por representantes de corporações multinacionais que estavam enfrentando problemas nos países onde tinham investimentos, para solicitar ajuda, oferecer auxílio econômico à CIA e buscar uma saída comum. Claro que McCone disse também que nunca aceitou tais propostas.

Frank Church, senador democrata do Estado de Idaho e chefe do subcomitê, levou muito a sério esse aspecto e, encerrando a série de audiências do caso da ITT, disse: "Está muito claro esse tipo de relação incestuosa entre as multinacionais e a CIA e o subcomitê fará tudo o que for possível para separá-las".

A impossibilidade do subcomitê para produzir "evidências" sobre que outras autoridades do governo, além do diretor da CIA, tinham conhecimento do plano para impedir a posse de Allende mostra os limites de

um comitê formado por senadores norte-americanos quando se trata de assuntos tão delicados. As hipóteses vão desde Kissinger até Nixon.

Kissinger sabia

Quem conhece bem a estrutura de poder da burocracia estatal norte-americana acha muito difícil que o diretor da CIA estivesse agindo por conta própria num caso como esse. Ele participa do Conselho de Segurança Nacional, conhecido como Comitê dos 40 e presidido por Kissinger. O conselho está diretamente ligado ao presidente e reúne todos os chefes das agências governamentais mais importantes. Mas pelo depoimento de McCone sabe-se que Kissinger havia sido informado das preocupações da ITT e de sua disposição em "colaborar" com o governo financiando algum plano que houvesse para enfrentar a situação no Chile.

A linha oficial da política norte-americana em relação ao Chile na época das eleições aparece numa entrevista coletiva que Kissinger concedeu à imprensa, em Chicago, no dia 16 de setembro de 1970, logo depois da vitória eleitoral de Allende. Depois de fazer uma clara e precisa descrição da situação eleitoral no Chile, das possibilidades que Allende tinha de ser confirmado pelo Congresso, Kissinger disse: "Não devemos iludir-nos. A vitória de Allende no Chile trará uma quantidade de problemas para nós, para as forças democráticas pró-Estados Unidos na América Latina e na verdade para todo o hemisfério ocidental. O que acontecerá com o esquema de defesa do hemisfério ocidental, ou com a OEA, é extremamente problemático. Por isso, estamos examinando a situação com muito cuidado"

Sem resposta

A posição de Kissinger desperta duas perguntas que as audiências também não conseguiram responder: Afinal o plano ITT-CIA foi ou não foi aplicado? Se foi, por que não conseguiu impedir que Allende assumisse a presidência?

Até que ponto tudo que ocorreu no Chile no crítico período entre 4 de setembro e 24 de outubro — da eleição à confirmação de Allende pelo Congresso — foi iniciativa exclusiva dos grupos nacionais de oposição a Allende e até que ponto esses grupos agiram com apoio do plano ITT-CIA são perguntas que sempre preocuparam o governo chileno, ainda mais agora depois dessas audiências. Talvez não seja uma coincidência que o governo do Chile tenha interrompido nesse momento as conversações que desde dezembro vinha mantendo com o governo norte-americano. O assunto principal, naturalmente, é o problema das indenizações às companhias que foram nacionalizadas, principalmente as do cobre (Anaconda e Kennecott). A ITT ainda não está nacionalizada, mas o Congresso chileno nesse momento estuda um projeto nesse sentido. Por enquanto, está sob intervenção estatal desde setembro de 1971. O governo chileno manteve negociações com a ITT sobre a nacionalização e o pagamento ou não de indenizações até março do ano passado, quando o jornalista Jack Anderson publicou os documentos que agora foram objeto das audiências no Senado norte-americano. Para a ITT o problema parece ser realmente qual seria o melhor negócio: ser indenizada pelo governo chileno ou pela OPIC em caso de expropriação sem indenização no Chile. A compensação que poderá receber da OPIC é sem dúvida alguma mais vantajosa que a que poderia receber do governo chileno. É nesse momento que faz algum sentido a quase ridícula história de usar o milhão de dólares para "construção de casas populares e ajuda para agricultura".

Esse argumento voltou a ser usado por Geneen em seu depoimento. Jogando um pouco com Deus e com o Diabo, ele explicou: "Na verdade se tratava de uma oferta com dupla finalidade. A quantia poderia ser usada pelo governo norte-americano para apoiar uma coalizão da oposição no Congresso contra Allende, ou poderia ser usada como uma ajuda para o desenvolvimento. A intenção era ser uma oferta muito aberta".

Provavelmente Geneen, não tendo conseguido sucesso com o plano inicial para impedir a eleição de Allende, poderia ainda alentar a esperança de melhorar as relações com o governo chileno, oferecendo ajuda econômica e apoio ao Chile na nacionalização de outras multinacionais, como as do cobre, em troca de um acordo para deixar a ITT em paz. Foi a tática que ela adotou no Peru, onde a ITT não foi tocada e apoiou a nacionalização da IPC, que controlava o petróleo.

A saída filantrópica de Geneen provocou sorrisos irônicos nos senadores e Church perguntou: "Por que a versão construtiva do plano nunca foi comunicada ao governo e a iniciativa morreu nas conversas entre os próprios executivos da ITT"? Geneen não conseguiu explicar. E Church insistiu: "Se tudo que a ITT pretendia era apoiar a política do governo norte-americano, por que procurar o contato com a CIA?" E Geneen responde: "Porque eu acho que eles são bons informantes nessa área".

É fácil entender o desencanto de Geneen com o que considera que foi uma atitude débil do governo americano para impedir a posse de Allende.

Geneen chegou a mencionar em seu depoimento "a mudança que houve na política externa norte-americana no caso do Chile". Church quis saber que mudanças Geneen pensava que tinha havido na política externa, e o diretor da ITT, ao responder a essa pergunta, não conseguiu esconder seu saudosismo dos bons tempos em que Tio Sam intervinha de forma mais direta quando havia ameaças comunistas em outros países. Confessou que sentia-se prejudicado e quase enganado porque, como tantos outros homens de negócio norte-americano, ele tinha sido "estimulado a investir no Chile como parte de um programa do governo norte-americano para o desenvolvimento de outros países e resguardo da democracia".

Novas investigações

A equipe que trabalha com Church no subcomitê das multinacionais vai continuar as investigações e o próximo caso a ser estudado possivelmente serão as atividades das corporações norte-americanas em outro país do continente. Mas Levinson, que já morou na região dois anos, procura desde já acalmar os executivos das multinacionais que têm investimentos nessa área, dizendo: "Nós não embarcamos em aventura, não somos pescadores de escândalos. Buscamos somente assinalar para a opinião pública as evidências".

A Volks não levou Delfim a sério?

Na primeira entrevista coletiva que concedeu este ano, o ministro Delfim Netto foi categórico: o governo não admite a reserva de mercados, isto é, não aceita que uma indústria instalada no Brasil deixe de exportar porque sua matriz no exterior tenha reservado para si as melhores faixas do mercado internacional. E o ministro da Fazenda, que agiu dessa forma pela necessidade de fazer crescer as exportações brasileiras para manter o crescimento do PIB, chegou a fazer ameaças: cortaria o crédito daquelas empresas que não estivessem exportando por causa da reserva de mercados.

O recado do ministro aparentemente se dirigia às grandes empresas automobilísticas, que, apesar de seu grande poderio e dos enormes incentivos concedidos pelo governo, praticamente não estavam dando nenhuma contribuição ao esforço que o governo vinha fazendo para aumentar suas exportações. Em 71, a exportação nacional de veículos de todo o tipo de apenas 12,6 milhões de dólares (0,48% do total das exportações) e em 72 ela passou para 55 milhões de dólares (1,3% do total), um índice considerado ainda minúsculo diante da posição da indústria automobilística na economia.

Na semana passada, porém, surgiu a primeira denúncia concreta sobre o problema da reserva de mercados, desde que o ministro da Fazenda fez suas declarações. E ela envolve precisamente a maior das indústrias automobilísticas instaladas no Brasil: a Volkswagen. O deputado Faria Lima (ARENA, SP), falando na Câmara Federal, afirmou que a Volks brasileira havia ganho uma concorrência para o fornecimento de mil veículos ao Equador — vitória obtida inclusive com a interferência da nossa embaixada naquele país. Quando tudo parecia resolvido, entrou em cena o representante da Volkswagen mexicana dizendo-se credenciado pela matriz alemã para fornecer os mil veículos pedidos. O governo do Equador teria então cancelado o negócio com a Volkswagen brasileira.

Operação normal

O deputado Faria Lima considera que esse é um caso típico da reserva de mercado, com prejuízo do esforço brasileiro de exportação. O deputado exigiu "providências" do Ministério da Fazenda. Para a Volkswagen alemã, no entanto, a operação deve ter sido considerada como perfeitamente normal, pois suas filiais no exterior — estejam no Brasil ou no México — não são empresas autônomas, que devem agir de acordo com seus interesses específicos, mas suas operações, em última instância, são determinadas pela matriz.

Mas onde então ficam as afirmações do ministro da Fazenda de que agiria contra as companhias instaladas no Brasil que se submetessem ao esquema de reserva do mercado?

Por pura coincidência, exatamente na semana em que o deputado Faria Lima fez sua denúncia contra a Volks, o ministro Delfim Netto se encontrava na Alemanha, chefiando uma delegação de empresários e banqueiros com o objetivo de atrair investimentos para o país. Num encontro realizado em Frankfurt com empresários alemães, o presidente da Volkswagen anunciou na presença do ministro Delfim Netto que sua companhia construirá uma segunda fábrica em São Paulo, inclusive para exportar porque "temos conseguido uma produtividade no trabalho superior à de muitas outras partes do mundo". Rudolf Leiding — que hoje é presidente mundial da Volkswagen, depois de ter dirigido a filial brasileira durante três anos — disse que sua firma continuará a investir no Brasil onde se encontra "a filha mais sadia da família Volkswagen no mundo". Leiding também convidou os empresários alemães a visitarem o Brasil dizendo que "não conhece nenhum que se tenha dado mal por lá".

De onde se conclui talvez que as relações entre a Volkswagen alemã e o governo estão excelentes e é de se esperar que o ministro Delfim Netto tenha ficado satisfeito com as boas referências dadas pelo próprio presidente mundial da Volkswagen sobre o país. E quanto ao incidente havido no Equador — em que a filial brasileira deixou de vender mil veículos devido à interferência da matriz alemã — de duas, uma: ou a Volkswagen se esqueceu das advertências do ministro Delfim Netto ou não levou a sério

O cerco a Phnom Penh

Os astrólogos do Camboja previram a queda de Lon Nol até o fim de abril. Contrariado, Lon Nol mandou prendê-los

Na semana passada, o governo do primeiro-ministro do Camboja, Lon Nol, proclamou o estado de emergência em todo o país, enquanto comunistas e rebeldes do príncipe Sihanouk, o ex-governante do país, apertavam o cerco ao redor da capital Phnom Penh. Para tentar aliviar a pressão inimiga e abrir uma brecha pela qual pudessem passar suprimentos para a capital, os bombardeiros americanos B-52 e Phantom F-111 despejaram ininterruptamente toneladas de bombas sobre as áreas ao redor da cidade, mas isso aparentemente não conseguiu deter o avanço guerrilheiro. No fim de semana o secretário de Estado dos EUA, Elliot Richardson, falava inclusive na organização de uma ponte aérea para abastecer as forças do governo.

Segundo um porta-voz de Lon Nol, a situação de emergência foi decretada em consequência do "recrudescimento das atividades militares subversivas por parte dos inimigos da República, ameaçando gravemente suas instituições, independência nacional e integridade territorial". Em consequência da medida, o irmão de Lon Nol, ministro do Interior, renunciou a seu cargo, voltando a sua posição de comandante de uma divisão do Exército.

Bombardeios de saturação

Os aviões norte-americanos estão realizando os chamados bombardeios de saturação, especialmente ao longo das margens do rio Mekong a leste da cidade. Sabe-se que as forças de Sihanouk ocupam as margens do Mekong em diversos pontos até cerca de 50 quilômetros rio abaixo. Das cinco estradas que ligam Phnom Penh ao resto do país, havia luta apenas pelo domínio da Via 5; as quatro outras já estavam em poder dos rebeldes. Outros pontos de grandes combates eram a capital provincial de Takeo, no sul, e a cidade de Neak Leung, cerca de 55 quilômetros ao sul de Phnom Penh.

Enquanto tenta conter o avanço guerrilheiro, Lon Nol continua a combater seus oponentes políticos. Muitos já foram presos desde o ataque aéreo ao seu palácio, há três semanas, quando 40 pessoas morreram. O estado de emergência permitiu ao governo suspender por seis meses diversas garantias constitucionais e deu aos tribunais militares a prerrogativa de decretar penas de morte, sem direito a apelação. Vinte membros da família real cambojana estão entre os oponentes detidos, incluindo quatro filhos o príncipe Sihanouk, que vive exilado e geralmente está na China. Estes serão julgados por um tribunal militar, sob a acusação de "conspirar contra a República".

Pressões

Segundo se acredita, Lon Nol estaria sofrendo pressões dos Estados Unidos para reformular o seu gabinete, o que poderia facilitar uma aproximação com Sihanouk e propiciar a assinatura de um acordo de cessar-fogo. A saída do irmão do primeiro-ministro do gabinete se enquadraria neste objetivo; Lon Non, considerado o "homem forte" do regime, é contrário a qualquer entendimento com o inimigo para pôr fim à luta que dura três anos.

Nos Estados Unidos, um alto funcionário do Departamento de Estado informou na semana passada que os americanos continuariam a bombardear o Camboja em apoio a Lon Nol, até que se chegasse ao cessar-fogo. Os norte-vietnamitas teriam sido informados durante a reunião de Paris, onde se conseguiu o cessar-fogo no Vietnã, que esta seria a posição americana — e não teriam oposto resistência.

Com ou sem acordo, o destino de Lon Nol e seu regime poderá se decidir nos próximos dias, e poucos se atreveriam agora a fazer uma previsão sobre o rumo que os acontecimentos tomarão. Especialmente no próprio Camboja, onde os tempos são negros para as pessoas especializadas em prever os fatos: após demitir o seu astrólogo pessoal — que antes promovera a capitão — por não ter previsto o ataque aéreo ao seu palácio, o marechal Lon Nol decidiu pôr na prisão os astrólogos mais eminentes do país. Estes, em número de 50, haviam anunciado publicamente que o primeiro-ministro não estaria mais no poder depois do mês de abril. Num país onde se crê firmemente no poder dos astros, Lon Nol preferiu não correr os riscos implícitos na previsão astrológica oficial. (*Ivo Cardozo*)

PRISIONEIROS

A polêmica em torno do que ocorreu dentro das prisões de Hanói

No dia seguinte ao da libertação do último prisioneiro de guerra por Hanói os relatos dos *POWs*, *Prisoners of War*, passaram a ocupar boa parte das primeiras páginas dos jornais dos Estados Unidos.

Aceitando incondicionalmente a veracidade das narrativas, a revista *Time* informou, citando funcionários americanos, que 95% dos *POWs* capturados antes de 1970 haviam sido torturados (1), e que todos tinha, em maior ou menor grau, passado informações ao inimigo. A revista citou também funcionários do Departamento de Defesa segundo os quais muitos dos 55 homens que segundo o Vietnã do Norte morreram de morte natural na prisão, teriam na verdade perecido nas mãos de torturadores.

O depoimento mais destacado pela revista *Time* foi o do major James Kasler, que afirmou ter sido torturado com o emprego de cordas e pedaços de ferro, usados de várias maneiras. Com os ferros, os torturadores prenderiam os tornozelos do prisioneiro, que depois seriam amarrados ao pescoço por meio da corda. Socos no ouvido e tapas no rosto também seriam comuns, segundo a narrativa. E longas permanências nas solitárias completariam o processo.

As histórias contadas pelos *POWs* e reproduzidas na imprensa maericana dão a entender que teria havido nas prisões uma situação de permanente horror e violência. Sem citar o nome, o *Time* diz que um prisioneiro do Vietcong teria morrido sufocado por seus próprios excrementos, depois de lhe ter sido lecusada assistência médica.

O *Washington Post* relacionou as narrativas dos *POWs* com a projetada ajuda americana a Hanói. Esta, após as entrevistas dos ex-prisoneiros, passou a sofrer críticas ainda mais intensas de vários grupos dos Estados Unidos, e na quinta-feira o Senado decidiu que a projetada verba de 2,5 bilhões de dólares só poderá ser concedida a Hanói pelo presidente Nixon com a aprovação dos senadores.

Quando as narrativas dos *POWs* começaram a ser profusamente distribuídas pelas agências de notícias, o Vietnã do Norte expressou sua opinião de que as entrevistas coletivas dos ex-prisioneiros haviam sido organizadas pelos americanos "para desacreditar os norte-vietnamitas". Segundo o jornal oficial norte-vietnamita *Nhan Dan*, os ex-*POWs* "foram tratados corretamente durante o cativeiro, de acordo com a política humanitária de nosso país".

Já o respeitado *The Guardian*, de Londres, pôs em dúvida, parcialmente, a autenticidade dos relatos. Seu correspondente em Washington, Simon Winchester, escreveu: "Claro que sempre há a possibilidade de que as narrativas tenham sido, até certo grau, engendradas pelo Pentágono". Notando a indignação da opinião pública americana, o mesmo jornalista observou que "os americanos estão tendo sucesso em esquecer as *jaulas de tigre* do Vietnã do Sul, nas quais centenas de opositores políticos do presidente Thieu foram deixados em condições indescritíveis de sofrimento e pavor".

Crítica direta

A atriz Jane Fonda, veterana opositora da política americana no Vietnã, foi uma crítica mais direta, classificando os *POWs* de "hipócritas e mentirosos".

A cobertura dos jornais americanos ao episódio foi, tudo somado, variada e em tons diversos. O *Washington Post* parece ter sido o que mais "aberturas" apresentou a seus leitores. Uma matéria assinada por seu correspondente William Chapman tinha, entre outros, o seguinte entretítulo: *Dívida de Sangue*.

Esta frase estava escrita num cartaz, dirigido aos ex-*POWs* que faziam o percurso da prisão ao aeroporto de Hanói. Eles passaram por áreas onde ainda eram visíveis os resultados dos bombardeios aéreos americanos, especialmente os de dezembro passaso, quando até escolas e hospitais foram atingidos. Os ex-prisioneiros são, em sua maioria, pilotos da aviação americana. Os cartazes com a frase "Dívida de Sangue" eram dirigidos a eles. Mas eles não tiveram tempo de ver, segundo o *Washington Post*, pois o seu ônibus passou muito depressa.

Depoimento diferente

Um depoimento inteiramente diferente foi dado pelo capitão da Marinha Walter E. Wilber, numa entrevista à televisão CBS, aprovada pelo Pentágono. Wilber afirmou nunca ter sido torturado durante os cinco anos que passou na prisão no Vietnã, e que as declarações contra a guerra que fez foram inteiramente voluntárias.

Ele acha que "cada um tem sua história para contar", e só então seterá um quadro definitivo deo que ocorreu. "Descobriremos que, quando conversarmos com os outros 600 de nós, haverá muitas histórias, porque as circunstâncias variarão". (*Ivo Cardozo*)

(1) Neste ponto — até quando os maus tratos existiram — não há acordo entre os diversos relatos de ex-*POWs*. Muitos dizem que as condições "melhoraram sensivelmente" em 1969, como parece ser o caso da informação do *Time*; outros afirmam que isso só ocorreu mais tarde, em 1971.

ITÁLIA

O escândalo dos telefones e os "peixes gordos"

Foi difícil para a maioria dos italianos conter o riso quando os jornais da tarde de quarta-feira, 4 de abril, estamparam em grandes manchetes: "Iminente a prisão dos peixes gordos". Todos sabem que os "peixes gordos" jamais serão presos, a menos que se queira decapitar pelo menos a metade do mundo político italiano.

Na verdade, o que é mais evidente nesta questão do controle dos telefones — segundo se crê, 15 mil em Milão e 72 mil em Roma — é seu caráter político, e sua estrita relação com a crise econômica, política e institucional que está vivendo a Itália. Há anos se falava na interceptação de chamadas telefônicas, e não é por acaso que o escândalo explodiu agora.

A hipótese mais aceita é que se trata de uma habilíssima manobra defensiva do chefe do governo, o democrata-cristão Giulio Andreotti, em resposta às forças que têm tentado substituir seu governo de centro-direita por um de centro-esquerda, decretando assim a morte política de Andreotti.

Enquanto os analistas procuram explicações para o escândalo, o processo jurídico prossegue lentamente, cheio de dificuldades. As pessoas oficialmente implicadas e presas são até agora 19 técnicos da SIP, a empresa estatal de telefones — um deles se suicidou dias atrás — e Tom Ponzi, figura conhecida nos círculos fascistas, e diretor de uma gência de investigações cujos membros se tratam por *camaratas* e empregam a saudação romana — a saudação fascista.

Sabe-se agora que os telefones controlados compreendiam vários setores da vida italiana: jornais e revistas, magistrados, políticos de todos os partidos, professores, atores e até o chefe do governo tinham suas ligações gravadas.

A esta altura, não é difícil entender por que os "peixes gordos" nunca serão apanhados. Dias atrás, um expoente da esquerda independente italiana afirmava numa entrevista a uma revista de Milão: "Se tivéssem os na Itália uma opinião pública menos amorfa do que demonstra ser, ou se existisse uma verdadeira oposição política, é provável que sairíamos deste escândalo com mais dignidade". (*Vanna Brocca*)

URUGUAI

A prisão sem explicações de Eduardo Galeano

A prisão do escritor e jornalista Eduardo Galeano, colaborador de OPINIÃO, indicou, na semana passada, que a Justiça Militar do Uruguai não difere muito das de outros países latino-americanos.

Até o final da semana passada, ainda não se tinha informações sobre os motivos que a polícia uruguaia teria para prendê-lo. Na quarta-feira passada, dois dias após sua prisão, já havia um movimento de solidariedade ao jornalista, de que participavam mais de 50 escritores, artistas e jornalistas.

Eduardo Galeano é autor de diversos livros e ensaios sobre a América Latina, e seu último livro, *As Veias Abertas da América Latina*, serve de enredo para filmes que estão sendo preparados por vários diretores de cinema latino-americanos.

Esta não é a primeira vez que Galeano tem problemas com a polícia política uruguaia. Há alguns anos, o jornal *Epoca* de que Galeano era diretor foi fechado pelo governo do então presidente Pacheco Areco. Ultimamente, Eduardo Galeano colaborava, além de OPINIÃO, em várias publicações latino-americanas e se preparava para editar em Buenos Aires uma revista de assuntos culturais e políticos, *Crisis*.

PORTUGAL

A oposição a Caetano em busca de novos aliados eleitorais

Quando o primeiro-ministro Marcelo Caetano assumiu o poder em 1968, substituindo Oliveira Salazar, levou consigo um elemento novo no panorama político português, os tecnocratas. Hoje, seis meses antes das eleições para a Assembléia Nacional, os tecnocratas estão alijados do poder, e especula-se que poderiam vir a formar uma aliança com setores da "oposição" portuguesa.

A eleição para o preenchimento da Assembléia Nacional não é nominal, mas por partidos, e processada em "círculos eleitorais". A vitória de um partido por 50% dos votos mais um garante-lhe automaticamente todos os votos da urna. Por este sistema, o partido oficial, a Ação Nacional Popular, conseguiu nas eleições de 1969 nada menos que 78% dos votos, elegendo, portanto, todos os deputados, pois a "oposição" não ganhou em nenhum círculo eleitoral. Os restantes 12% dos votos dividiram-se entre a Comissão Democrática Eleitoral, que representaria o Partido Comunista português, e a Comissão Eleitoral Unida Democrática, de tendência social-democrata.

Na época das eleições, em 1969, um novo tipo de oposição passou a existir em Portugal, a oposição armada. O primeiro grupo a surgir foi a Ação Revolucionária Armada, que seria o ramo militar do Partido Comunista. E no ano passado apareceu um novo grupo, as Brigadas Revolucionárias, supostamente com sede em Argel, e que teria ligações com os movimentos de libertação das colônicas portuguesas na África — Guiné, Moçambique e Angola.

Preparando seu congresso para junho, em Aveiro, a "oposição" espera conseguir a unidade que não atingiu em 1969, mas não alimenta grandes esperanças quanto ao resultado das eleições. Aparentemente, o máximo que teria condições de conseguir seria uma cadeira na Assembléia. Seu objetivo maior, contudo, é despertar a opinião pública para os grandes problemas nacionais, à exceção da "guerra colonial", que está proibida.

Face à possibilidade de a "oposição" conseguir um pequeno ganho, o governo português já preparou seu esquema, promulgando uma lei que dá à Assembléia poderes para recusar ou "demitir" qualquer deputado eleito em outubro. (*Luciano Costa Neto*)

MÉXICO

As grandes manobras diplomáticas de Echeverría Alvarez

Num surpreendente gesto de independência em relação aos EUA, o presidente Luis Echeverría Alvarez partiu, há dias, numa viagem de um mês, durante a qual visitará três continentes. É claro que se trata apenas de um gesto, mas uma visita a Moscou e Pequim — a primeira que um presidente mexicano realiza a essas cidades durante o mandato — dá sabor diplomático a uma viagem que poderia ser uma mera rotina. Além disso, a viagem deve ter como saldo a afirmação do México como um país do "terceiro mundo". Ao incluir Londres, Paris e Bruxelas em seu roteiro, Echeverría estará visitando os três maiores agrupamentos fora dos Estados Unidos — Rússia, China e a Comunidade Econômica Européia.

Houve quem criticasse essa viagem, considerando-a um gesto fútil. Chegou-se a dizer, inclusive, que todos os benefícios econômicos e comerciais que o presidente possa conseguir, assim como todos os contatos e apoio diplomáticos que possa estabelecer, dificilmente alterarão, na prática, a dependência básica do México em relação aos EUA. O problema é que no México, entretanto, os gestos simbólicos são tão importantes quanto a realidade, e frequentemente influenciam a realidade profundamente.

É no México, de fato, que os efeitos dessa viagem deverão ser sentidos, e não *fora* do México. A viagem só pode ser útil às esquerdas, na medida em que apresenta as credenciais do governo de Echeverría como nacionalista de esquerda nas relações exteriores. Quanto aos conservadores, alguns já expressaram reservadamente seu descontentamento com as visitas a Moscou e Pequim — calaram-se, entretanto, em vista da visita do próprio Nixon àquelas capitais no ano passado.

A menos de uma semana da viagem, Echeverría fez duras críticas à URSS — o que só pode ser explicado entendendo-se que o presidente estaria fazendo concessões a certos círculos políticos internos.

Suas palavras só podem ter sido dirigidas aos conservadores, que sem dúvida vinham lembrando ao presidente que há apenas dois anos ele expulsou cinco diplomáticos soviéticos do México, depois de acusar Moscou de estar treinando guerrilheiros urbanos mexicanos na Coréia do Norte. Pode ser que Echeverría tenha feito esses comentários para garantir à direita que ele não se esqueceu e nem deixará que os russos se esqueçam — por mais que isso possa perturbar as relações comerciais e culturais com Moscou. (*Latin American*)

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

Le Monde

nº 23 9 a 15 de abril de 1973 5, Rue des Italiens - 75 Paris 9e Tel. 7.709.120

OS ESTUDANTES FRANCESES NAS RUAS CONTRA A "LEI DEBRÉ"

Um novo "maio de 68" ?

Na semana passada, durante uma manifestação a favor da reabertura da universidade, fechada em consequência de lutas anteriores, um choque entre policiais e estudantes de Strasburgo provocou baixas em ambos os lados.

Em Paris, dois estudantes continuam hospitalizados com lesões graves na vista, resultado da explosão, à altura dos olhos, de uma granada de gás lacrimogênio lançada pela polícia durante um conflito com os estudantes.

A 22 e 28 de março, e a 2 de abril, garrafadas, pedradas, vidraças partidas marcaram nas ruas da capital francesa as violentas manifestações de milhares de estudantes secundaristas e universitários.

Será a repetição do "maio de 68", quase cinco anos após as agitações estudantis que quase mudaram o rumo da França? É cedo para se fazer qualquer afirmação definitiva, mas o certo é que ninguém duvida que os acontecimentos poderão fugir ao controle da polícia parisiense, e talvez obrigar o presidente Pompidou a ordenar medidas drásticas para contê-los.

O que querem os estudantes franceses? Desde a primeira quinzena de fevereiro os secundaristas parisienses lutam contra a chamada "lei Debré", que diminuiu de 25 para 20 anos a idade de prestação do serviço militar e cancelou os adiamentos e dipensas de convocação. Aos poucos, a greve se estendeu aos liceus (escolas do 2º grau) de todo o país, e recentemente recebeu a adesão dos universitários, que protestam contra a reforma do primeiro ciclo superior. Esta criou o Diploma de Estudos Universitários Gerais, formalizando uma separação considerada ultrapassada entre formação tecnológica e formação geral. O diploma é considerado pelos especialistas como um prolongamento inútil da duração dos estudos superiores.

Os estudantes são contra especialmente o aspecto "seletivo" do diploma, e o consideram mais uma medida governamental para eliminar o maior número possível de universitários. Segundo tal pensamento, o governo pretende, sob o pretexto da pluridisciplinaridade, "baralhar as cartas" e multiplicar as fontes de seleção, sobretudo através da obrigatoriedade de matérias, com as quais os estudantes não estão familiarizados, como a matemática.

Do ponto de vista prático, a diferença essencial entre o atual movimento dos estudantes e os acontecimentos de maio de 68 é a disciplina com que a luta dos secundaristas está sendo conduzida. Formando comitês de lutas, eles procuram explicar à população os seus objetivos, a fim de não alienar, como aconteceu em 68, a simpatia da opinião pública. A maioria esmagadora dos secundaristas aderiu ao movimento pela revogação da "lei Debré", vista por eles como uma tentativa de controle do movimento estudantil.

Um ensino secundário do tempo de Napoleão

Frédéric Gaussen

A nova agitação que tomou conta do ensino secundário já tem as proporções do movimento de maio de 1968. Milhões de alunos se manifestam nas ruas. Há centenas de estabelecimentos escolares fechados ou paralizados pelas greves. A agitação atinge os locais mais distantes. Os estudantes tentam, através de "contra-aulas", imaginar novas formas de ensino ou de "auto-educação".

A lei Debré, os adiamentos do serviço militar e o problema da idade mais adequada para a prestação desse serviço são questões ultrapassadas, embora o problema do serviço militar tenha sido o detonador da crise e continue a figurar nos cartazes e faixas. Tanto quanto a caserna, é a "escola-caserna" que os jovens criticam; para eles a arregimentação começa bem antes do recrutamento. É uma vez mais denunciado o ambiente triste e frequentemente absurdo do liceu (escola de 2.º grau); o medo da seleção e a ausência de motivação impedindo a superação dos obstáculos; a impressão de suportar uma rotina incompreensível; o sentimento de que a "verdadeira vida" está em outra parte, de que nada interessa. Uma apatia intelectual generalizada.

De quatro anos para cá muito se falou sobre os liceus, suas aspirações, suas veleidades, sua apatia. No entanto, o que foi feito? De quatro anos para cá não têm faltado reivindicações no sentido de mudanças, inclusive, recentemente, através da muito oficial "comissão de sábios", presidida pelo ex-ministro Louis Joxe. "O mal-estar atual não significa apenas uma agitação efêmera, que pode desfazer-se por si mesma ou que depende de soluções secundárias".

Bom senso

Essa comissão apresentou propostas. Joseph Fontanet, ministro da Educação, aceitou algumas: redução do tamanho dos estabelecimentos; um pouco de autonomia aos professores e diretores... Isso é sinal de bom senso, mas será o suficiente? Não serão essas medidas desproporcionais em relação à amplitude da crise?

Tanto no Ministério da Educação como no Instituto Nacional de Pesquisa e Documentação Pedagógica, alguns homens de boa vontade refletem sobre novos projetos escolares, com uma pedagogia moderna e estruturas mais flexíveis. Há dois anos vem-se falando numa reforma do segundo grau. Várias propostas circularam. Previa-se sua aplicação para este ano. Depois houve um recuo. Preferiu-se começar com algumas experiências limitadas. Com razão, sem dúvida.

Experiências, projetos... Tudo isso é evidentemente útil e seria até interessante que houvesse mais. Mas no momento os liceus estão fechados e os estudantes nas ruas. Que fazer, agora? Será o caso de se esperar tranquilamente que os especialistas tenham montado seus laboratórios e depurado seus projetos? Será que, quando os estudantes voltarem às aulas, as aulas vão ser reiniciadas a partir do ponto em que foram abandonadas, como se nada tivesse acontecido?

Dos escombros de maio de 1968 saiu uma lei para a universidade. A atual agitação estudantil prova que ela não foi suficiente para resolver todos os problemas. Mas, pelo menos, trouxe uma certa dinâmica que permitu repor o trem nos trilhos.

Participação formal

Quanto aos liceus, praticamente nada foi feito. Apenas uma participação formal que decepcionou aqueles que nela haviam acreditado. As reuniões sócio-educacionais não passaram, exceto em raros casos, de salas de refúgio onde os estudantes iam ruminar seu tédio. Nada ou quase nada que permitisse programas mais abertos, no sentido de ligar a escola à vida, rompendo com a atmosfera de jardim de infância e bacharelismo.

Pode-se voltar à mesma situação desta vez? Os mais lúcidos educadores colocam claramente o problema.

Para o ministro a tarefa não será fácil. Seu primeiro passo deveria ser anunciar oficialmente o fim de nosso sistema secundário napoleônico, em estado de desintegração avançada, e sua substituição por uma escola nova, mais aberta, mais viva, mais diversificada, mais próxima dos estudantes. Ou seja, o tipo de escola que deveria ser implantado para permitir a democratização do ensino. Uma tal perspectiva viria provar o desejo de mudança e de política social proclamado pela maioria, às vésperas da nova legislatura. Permitiria, ainda, mobilizar os melhores professores, que já não suportam dar aulas nas quais nem eles nem seus alunos acreditam mais.

Uma reforma profunda do ensino secundário corresponderia, certamente, aos desejos dos secundaristas tanto quanto a do serviço militar. E já que, pelo visto, estamos numa época de coordenação e participação, este seria um capítulo em que nada se perderia escutando tanto os professores quanto os estudantes.

Um liceu francês e sua revolução cultural

Yves Agnès

O liceu Arago apresentava naquele dia uma dupla fisionomia: ativa, por um lado, ociosa, por outro. O lado ocioso era constituído pelos jogadores de cartas, de xadrez, que ocupavam as salas de aula e as do centro sócio-educativo. Pelos que jogavam bola no pátio. Pelos pequenos grupos que discutiam nos corredores; pelos que paravam para ler os murais sobre as greves e manifestações. Há também a "sala de descontração pictórica", onde os alunos colaram papéis coloridos nas paredes. Vão ali sobretudo para escutar música *pop* e dançar. Fuma-se muito ali e não apenas fumo comum. "É eucalipto" — explica um mebro do comitê de greve. "Preocupamo-nos especialmente para que não entrem no liceu nem drogas nem policiais".

A face ativa era mais evidente ainda: "Não entramos em greve por brincadeira". De início o objetivo era paralisar as aulas, discutir em assembléia-geral e participar das manifestações. Depois tornou-se necessário organizar-se para sustentar a luta. Imediatamente o movimento adquiriu outra aparência. Após três horas de discussão foi eleito um comitê de greve de nove membros, sendo que a maior parte não pertencia a nenhuma organização política. Decidiu-se organizar aulas "paralelas". Foi instalada uma cantina, cujo pequeno lucro é destinado à confecção de panfletos e cartazes.

Desse modo, o liceu tornou-se como uma colmeia em plena atividade. Alguns professores comparecem às salas de aula pois a campainha continua a tocar dentro dos horários habituais e os grevistas fazem questão de honra de respeitar a liberdade de cada um. Alguns cursos prosseguem, mas com um número muito reduzido de alunos: 20 no máximo, e por vezes apenas um... As salas vagas servem para as "aulas paralelas". Os estudantes se organizam em pequenos grupos, de uma mesma classe ou de várias, para "não perder o controle", como dizem. Isso é também uma resposta aos pais e professores que classificam os grevistas de "farsantes". As matérias escolhidas para essas são, propositadamente, "úteis": matemática, física, contabilidade...

Alguns estudantes universitários e quatro professores do Arago (entre 70) que, desde o início, manifestaram sua simpatia pelo movimento de protesto dos alunos ajudam nesses cursos. Seu trabalho consiste, principalmente, em responder a perguntas, em esclarecer dúvidas. "Há muito tempo vínhamos pensando que era preciso abandonar o tipo de aula tradicional, mas achávamos que isso era irrealizável" — disse uma jovem professora de direito e contabilidade. "Foi necessário que se instaurasse o clima atual de liberdade para que isso fosse possível". A experiência parece encorajadora. Os alunos trabalham voluntariamente e motivados, com ardor e descontração. "Duas horas de trabalho hoje equivalem a uma semana" — na opinião dessa professora. Um professor de francês que se utiliza da expressão dramática como método de ensino afirma ter "descoberto os jovens". "Nós não os conhecíamos assim. Alguns deles se revelaram. Normalmente, declamam como papagaios, agora conseguem se expressar".

As aulas paralelas atraem mais alunos que as normais, sem, no entanto, reunir todos os grevistas. Numa sala, um grupo de alunas do liceu Hélène-Boucher, que fica bem próximo, faz exercícios de matemática sob a supervisão de um estudante barbudo. Nesse liceu, os grevistas são minoritários e buscam refúgio no Arago. Mas não é o único caso. Numa outra sala encontram-se alunos de colégios técnicos vizinhos, que buscam no Arago um lugar para discutir que não encontram em outra parte.

A tarde é dedicada mais ao campo "cultural". Durante a semana os estudantes receberam a visita de um mímico canadense que trouxe a uma sala lotada um momento de calma e um pouco de poesia.

Comissão de limpeza

"É um ar novo que se sente no liceu — declarou um aluno — alguma coisa do espírito criador de 1968. Muitos dos alunos assumiram responsabilidades pelas quais nunca se interessaram antes". Um exemplo disso foi a "comissão de limpeza" criada pelos grevistas. Ela funciona bem, na opinião das serventes, que declaram ter menos trabalho agora e que o liceu está mais limpo que de costume. "Aproveitamos a greve para mudar um pouco nossa vida. Introduzimos o teatro e a música na escola". Segundo os estudantes, não havia antes no Arago "nenhum ambiente" e o seu tédio só se equiparava ao desânimo de certos professores.

Corresponderá esse quadro, portanto, a uma revolução cultural no Arago? É claro que a experiência deixará marcas em muitos. No entanto, de dois alunos, um não participa, permanecendo em casa. "Talvez para fazer revisões". Quanto aos que participam ativamente da greve, raramente tomam consciência de que estão em via de contestar radicalmente o sistema de ensino e a organização da vida escolar. Discute-se isso em pequenos grupos, mas o problema nunca foi levantado numa assembléia-geral.

A "autogestão" do liceu dá aos estudantes o direito de fato de poder agir, de viver liberados da autoridades dos adultos. E a "participação"? E os delegados? "São burocratas e policiais aos quais a gente pede para levarem as folhas de ausência. Eles não servem para nada".

A maior preocupação deles continua sendo a "lei Debré" e a supressão do adiamento do serviço militar. Esse o único motivo da greve deflagrada pelos estudantes. "Agora não podemos parar — diz um aluno. Esperamos que, finalmente, nos ouçam e atendam às nossas reivindicações. Fazer 15 dias ou três meses de greve para nada seria lamentável". Na realidade, ninguém vê uma saída para o problema. Do governo, espera-se pouco, vive-se de esperanças. O fim da greve não é previsível, mesmo que se note um certo enfraquecimento do movimento e diminuição da "combatividade".

Essa situação afasta cada dia mais os estudantes da maioria dos adultos, dos pais, dos professores e administradores. Camarthy, o diretor do Arago, constata com satisfação que não há "nenhuma manifestação de agressividade por parte dos alunos em relação aos professores", mas o diálogo não é fácil. Eles se encontram mas não se falam. Os alunos entram e saem da sala de informações. Em frente, na sala dos professores, estes esperam em silêncio ou conversam entre si.

A organização das "aulas paralelas", as iniciativas dos estudantes no sentido de se encarregar e de controlar, de fato, toda a vida do estabelecimento acabaram cavando mais o fosso. Os professores estão inquietos, desamparados. Um deles reconhece que o movimento é "mais organizado do que as greves de maio de 1968", mas critica a "ociosidade" dos estudantes. Outro professor constata, pelo contrário, que "a maior parte dos bons alunos são grevistas". Para demonstrar sua utilidade, e também por consciência profissional, os professores continuam a dar suas aulas. Embora a maioria dos estudantes pareça poder dispensar os professores, a recíproca não é verdadeira.

Alguns professores deram início a um tímido diálogo no sentido de convencer os alunos a voltarem às aulas. Isso é também o que os pais desejam. Um professor declarou: "Não encontrei nenhum pai que estivesse contra as reivindicações dos estudantes. Mas, no momento, a maioria dos pais, principalmente aqueles cujos filhos estão no início ou no fim do curso, acha que já é hora de voltar às aulas". Embora ele reconheça que "foram os estudantes que conseguiram levar à opinião pública o problema do serviço militar", coisa que seus pais não haviam conseguido. Ele não vê solução possível a não ser uma modificação da lei pelo Parlamento...o que ainda pode demorar várias semanas.

165V

A OSTPOLITIK DE WILLY BRANDT ENTRA NUMA FASE "CRÍTICA"

Da euforia ao desencanto

Daniel Vernet

Willy Brandt vem conduzindo ostensivamente durante os três últimos anos, das margens do mar Negro a Varsóvia e de Moscou a Erfurt, sua política em relação à Alemanha Oriental. As negociações com a República Democrática Alemã (RDA) para a conclusão de um tratado fundamental foram realizadas em ritmo acelerado. É bem verdade que os dois lados tinham pressa em chegar a um acordo. Na República Federal da Alemanha (RFA), a conclusão de um acordo geral com a "outra Alemanha" parecia ser uma consagração da *Ostpolitik*, no momento em que a coalizão liberal-socialista encontrava-se frente a uma luta eleitoral incerta. Quanto aos dirigentes da RDA, estavam convictos de que um acordo com Bonn lhes abriria as portas das organizações internacionais e lhes traria o reconhecimento oficial por parte do conjunto dos países ocidentais. Os meses em que se desenvolveram as conversações foram impregnados de tensão, mas elas apareciam como as condições ou os sinais precursores de novos progressos.

Falta de firmeza

Atualmente a decepção é geral. A oposição democrata-cristã não é a única a denunciar a "precipitação" do governo. Mesmo entre os grupos parlamentares da maioria, alguns deputados censuram o governo por sua falta de firmeza enquanto a RDA multiplica as dificuldades e os sintomas de má vontade. Os deputados liberais e mesmo os órgãos dirigentes do Partido Liberal são os que condenam com mais virulência a atitude de Berlim Oriental.

No decorrer da última legislatura os social-democratas e os liberais estavam, sem dúvida alguma, de acordo quanto às perspectivas globais da política com o Leste e quanto à necessidade de se estabelecer acordos gerais com os países socialistas. Agora que as desavenças se referem a problemas precisos eles alteraram sua visão sobre as concessões necessárias para pôr em vigor os acordos. Os parlamentares do SPD (Partido Socialista Alemão, social-democrata) e não os menos importantes pois entre eles se encontra a presidente do Parlamento, Anne-Marie Renger, criticaram também as concepções defendidas por Egon Bahr, homem de confiança de Brandt e principal interlocutor dos países socialistas, atualmente ministro de Estado encarregado de missões especiais. Egon Bahr declarou recentemente que não era necessário manifestar de modo demasiado ostensivo a presença da República Federal em Berlim Ocidental reunindo ali frequentemente comissões do Parlamento.

Uma fase crítica

As discussões sobre a política do governo federal no Leste não se referem apenas a temas ideológicos vagos, como o problema da unidade da nação alemã ser ou não "mantida" com a existência de dois Estados, mas a problemas práticos e concretos. O sensível esfriamento das relações entre a RFA e os países da Europa Oriental bem poderia provocar o atraso na ratificação do tratado fundamental.

A *Ostpolitik* entrou numa fase crítica. É evidente que as visitas dos ministros da Alemanha Ocidental a Moscou ocasionaram manifestações de grande simpatia, mas os soviéticos parecem interessados, antes de mais nada, no desenvolvimento das trocas econômicas. Dentro do plano puramente político, a cooperação encontra-se em ponto morto. Na verdade, onde as relações entram em ponto morto é no problema de Berlim Ocidental. Embora o acordo dos Quatro sobre Berlim tenha confiado expressamente à República Federal a representação diplomática de Berlim Ocidental, os soviéticos não aceitam que o setor ocidental da antiga capital do Reich seja incluído nos acordos feitos com Bonn. A URSS tenta tratar Berlim Ocidental como uma entidade independente! Daí ter o Kremlim se recusado a associar o embaixador da Alemanha Federal à preparação da viagem oficial de Klaus Schutz, prefeito de Berlim Ocidental, a Moscou. Foi aliás por esse motivo que Schutz adiou sua visita à União Soviética.

"A Semana Verde"

Outro exemplo desse desejo manifesto dos soviéticos de interpretar o acordo de Berlim de uma maneira extremamente restritiva: eles têm recusado ultimamente qualquer participação na "Semana Verde" de Berlim Ocidental, porque a República Federal havia contribuído para a organização dessa exposição.

Basta que os berlinenses ocidentais façam parte de uma equipe esportiva da República Federal para que os atletas soviéticos se recusem a tomar parte numa competição internacional.

A República Federal não mantém com a Polônia relações muito melhores. O número de poloneses de origem alemã que foram autorizados em 1972 a emigrar para a RFA diminuiu para a metade, em relação a 1971. No entanto, as autoridades de Bonn esperavam que a ratificação do tratado de Varsóvia acelerasse o "reagrupamento das famílias". Parece mesmo que as intrigas administrativas dos funcionários poloneses fazem atrasar a correspondência entre a República Federal e as antigas províncias orientais da Alemanha. A melhoria das relações entre Bonn e Varsóvia é também entravada pelo problema das reparações às vítimas polonesas do trabalho obrigatório durante a Segunda Guerra Mundial.

Grande reação

Esses pontos de atrito são sentidos menos diretamente na Alemanha Federal do que as divergências que opõem Bonn e Berlim Oriental e que, de algumas semanas para cá, se tornaram mais agudas. Os protestos quase que automáticos das autoridades da Alemanha Oriental sempre que uma comissão parlamentar federal se reúne em Berlim Ocidental já fazem, atualmente, parte da rotina. Por outro lado, uma série de medidas tomadas recentemente pelo governo da RDA suscitaram uma grande reação na República Federal.

Berlim Oriental adotou uma lei referente ao estatuto dos correspondentes estrangeiros que foi vista como pouco compatível com o exercício da profissão de jornalista. Logo em seguida, o governo da Alemanha Oriental diminuiu ou parou quase totalmente a saída das crianças cujos pais já vivem na República Federal. Quando de seu último encontro com Egon Bahr, Michael Kohl, secretário de Estado da Alemanha Oriental não manifestou grande pressa em concluir um acordo sobre o tráfego aéreo, que permitiria a Berlim Ocidental integrar-se no sistema internacional. Em resumo, os alemães ocidentais passam a se dar conta de que a conclusão do tratado fundamental não modificou "fundamentalmente" o clima das relações entre os dois Estados alemães.

Cooperação comercial

Durante um discurso pronunciado durante a Jornada Internacional das Mulheres, Erich Honecker, primeiro secretário do partido comunista da Alemanha Oriental (SED) se esforçou, no entanto, por se mostrar conciliador. Ao declarar claramente que a RDA estava disposta a aplicar o tratado fundamental "ao pé da letra e dentro do espírito do mesmo", ele correspondia à expectativa do governo de Bonn. Mas, ao declarar que as relações da RDA com a RFA deveriam se desenvolver "como com qualquer outro Estado, sobre as bases da coexistência pacífica", Honecker reiterava sua decisão de não aceitar o apelo lançado pelos dirigentes da Alemanha Ocidental a favor de uma cooperação privilegiada entre os dois Estados. Para Bonn, a RDA e a RFA, longe de serem "como os outros", são dois Estados "da nação alemã".

O governo de Berlim Oriental encontra-se pronto para aprofundar suas relações com a República Federal num setor: o econômico. Quando, durante a Feira de Leipzig, as autoridades da Alemanha Ocidental propuseram o desenvolvimento das trocas comerciais entre os dois Estados, encontraram interlocutores atentos. Mas que não parecem dispostos a nada além de uma cooperação comercial.

Ideologia

A popularidade do chanceler Brandt, prêmio Nobel da Paz, nos países socialistas, sobre com esse endurecimento. Apesar de seus esforços a favor da paz, Willy Brandt permanece aos olhos dos cidadãos da Europa Oriental como o representante da Alemanha capitalista. Principalmente quando a multiplicação das visitas dos alemães ocidentais à República Democrática permite aos alemães orientais conhecerem melhor as condições de vida de um lado e de outro do muro, dando-lhes a possibilidade de comparar o valor ou a eficiência dos dois sistemas econômicos.

Uma aproximação muito grande dos dirigentes dos dois Estados alemães poderia despertar na população da RDA ilusões quanto à compatibilidade do socialismo e do capitalismo e levar a um relaxamento ideológico em relação aqueles que são considerados o "inimigo de classe". É por esse motivo que as negociações e a conclusão de um tratado com a República Federal são acompanhadas, na Alemanha Oriental, por uma reafirmação constante da teoria do *Abgrenzung* (separação radical entre os sistemas econômicos e sociais dos dois Estados) e por um reforço das campanhas ideológicas nos jornais. Da mesma forma, os oficiais do Exército da Alemanha Oriental multiplicaram, desde o final do ano passado, as conferências no sentido de manter a disciplina e a coesão "face a um inimigo que não mudou".

Agora que a RDA atingiu seu principal objetivo, ou seja, o reconhecimento por todos os países ocidentais, e em primeiro lugar pela RFA, de sua condição de Estado independente e soberano, ela parece pouco disposta a conseguir nos "alívios humanitários" que os dirigentes de Bonn consideram como essenciais.

Na conferência sobre a segurança européia, realizada em Helsinqui, a Alemanha Ocidental foi um dos primeiros países a propor uma discussão sobre "a troca de idéias e de homens" entre os dois grupos de Estados. Sua proposta foi alvo de vivos ataques por parte da União Soviética e é exatamente esse problema mais geral que dificulta as relações inter-alemãs.

A Alemanha Ocidental se encontra diante de um prazo fatal: a ratificação do tratado fundamental. À guisa de explicação para as dificuldades encontradas desde o início deste ano, Honecker declarou: "É conveniente não esquecer que o tratado não foi ainda ratificado e que, portanto, não entrou em vigor". Isso seria, sem dúvida alguma, uma forma de pressionar os dirigentes da RFA no sentido de uma rápida ratificação.

Mais empenho

A oposição democrata-cristã não se enganou, quando solicitou um adiamento dos debates sobre a ratificação até que Berlim Oriental ponha fim às medidas restritivas recentemente decididas. Os liberais tendem, da mesma forma, para um endurecimento. A posição dos social-democratas parece mais conciliadora; especialmente Egon Bahar, que exprime a posição do chanceler Brandt, deixa entrever que a República Federal não dispõe mais, atualmente, de meios para pressionar a RDA e que é inútil protestar. "Devemos discutir com calma — declarou ele ao jornal *Die Zeit* — para não transformar uma série de pequenas divergências em questões de prestígio"

Seria preciso, no entanto, que as autoridades da Alemanha Oriental manifestassem um pouco mais de empenho, para que a política oriental de Willy Brandt não passe a parecer uma fuga para a frente.

O novo modelo soviético

O comitê central do Partido Comunista e o conselho de ministros da URSS acabam de estabelecer um novo organograma da indústria. Trata-se de tornar mais flexível e mais eficaz a direção, graças a uma descentralização das responsabilidades e a um reagrupamento das fábricas e empresas por setor industrial.

Essa nova organização da produção industrial deve entrar em funcionamento em 1975, antes do início do 10.º plano quinquenal.

As relações entre a direção central e as empresas de base são estabelecidas por dois esquemas, que admitem, tanto um quanto o outro, algumas variações.

O primeiro esquema é composto de dois níveis. Estabelece uma ligação direta entre o Ministério — federal ou de uma república — e o complexo industrial que engloba as empresas e fábricas de uma mesma linha de produção.

A descentralização

O segundo esquema é mais complexo e compreende três níveis. O Ministério da URSS se relaciona diretamente com uma união industrial, a qual controla os complexos industriais. De acordo com a amplitude do Ministério são possíveis quatro variantes.

Para alguns setores peculiares há quatro níveis, entre a direção central e a empresa de base: Ministério da URSS, Ministério correspondente da República, união industrial da República e, enfim, complexo industrial.

Essa reorganização levará à supressão das direções dos Ministérios que serão, em certos casos, descentralizadas e colocadas perto dos centros de produção.

Na composição do complexo industrial, da forma como é definido pela resolução do comitê central e do conselho de ministros, entram as fábricas, as usinas, os institutos locais de pesquisa e os centros de estudo.

A união industrial reúne os diferentes complexos de um ramo de produção. É responsável pela elaboração de um plano e por sua realização, dispondo de autonomia financeira e econômica. Ela deve garantir o reembolso total dos investimentos, controlar o custo da produção, a pesquisa científica, os salários e os gastos sócio-culturais.

As decisões são tomadas por um colegiado composto do diretor principal e de seu adjunto, dos responsáveis pelo complexo e de um representante do sindicato desse ramo industrial.

Além disso, a direção da união é responsável pela criação de certos fundos centralizados, destinados principalmente ao desenvolvimento da produção, à pesquisa, ao desenvolvimento das exportações, às indenizações e às reservas arrecadadas para reparações ou para auxiliar as empresas deficitárias.

A resolução estipula que o conselho de ministros e o Gosplan (Planejamento) elaborarão, antes do mês de julho do próximo ano, em colaboração com os diferentes ministérios e departamentos especializados, um estudo detalhado sobre as possíveis concentrações da produção e sobre a localização das uniões nas Repúblicas.

Ainda é difícil imaginar a extensão real dessas medidas. O texto do comitê central é bastante vago, especialmente no que se refere à noção de "ramo industrial" e às relações entre o planejamento central (Gosplan) e os órgãos locais e especializados que serão instalados. Essa reforma aumenta a responsabilidade das direções locais. Deveria, portanto, permitir uma maior maleabilidade do pesado aparelho central que, até o momento, controlava quase toda a produção industrial da URSS.

A Iugoslávia contra os "delitos econômicos"

O marechal Tito acaba de anunciar um sensível endurecimento da legislação penal no campo dos "delitos econômicos": desvio de fundos, corrupção, malbaratamento de fundos públicos, etc. O presidente da Iugoslávia, dirigindo-se aos operários de uma indústria de Belgrado, deu a entender que essa decisão tinha sido tomada por unanimidade, na véspera, por ocasião de uma reunião do bureau executivo da Liga dos Comunistas Iugoslavos.

"Se os culpados fossem punidos com penas de 10, 15 ou 20 anos de prisão — e há países em que eles seriam punidos com a pena capital — tais coisas não mais aconteceriam" — acrescentou o marechal Tito.

O código penal e o código do processo civil já haviam sido modificados em fevereiro no sentido de uma maior severidade em matéria de delitos de subversão.

Evocando, por outro lado, a ação de fortalecimento ideológico e político iniciada desde a sua "carta" de outubro último aos comunistas iugoslavos, o chefe do Estado reconheceu a "impaciência da classe operária", reafirmando ao mesmo tempo a determinação da direção política suprema do país de tudo fazer para que as tarefas fixadas nesse documento sejam cumpridas.

Depois de frisar que a sociedade iugoslava devia agora operar uma "verdadeira guinada", o presidente Tito acrescentou que o partido, que não deve recobrar seu papel de "comando", precisa no entanto de "se meter em muitos domínios" para poder "assegurar um desenvolvimento social visando a instauração de relações socialistas autênticas".

APESAR DOS PROBLEMAS ATUAIS, HÁ ESPERANÇAS DE PAZ NO VIETNÃ

Sonhos e barriga vazia à beira do Mekong

Sob o título O Vietnã sem os Americanos, Jean-Claude Pomonti descreveu, na nossa edição anterior, o clima de indiferença que cercou a partida dos últimos soldados americanos do Vietnã. Neste artigo, ele analisa a situação em que se encontra o regime de Saigon face à nova conjuntura. Será a reconciliação? O fim de um longo túnel? Ou a guerra continua?

Jacques Amalric

Volta à normalidade? Homens de Estado novamente em seus postos? Ministros, generais conjurados? Coronéis desconhecidos? Bases militares se transformando em pastos? Refugiados voltando às suas aldeias habitantes de zonas urbanas voltando à condição de camponeses? Mães cuidando de seus lares, crianças nas escolas, os antepassados voltando aos altares? Em resumo, um filme rebobinado, uma história que caminha de trás para a frente? De forma alguma. "Viemos aqui para deter um processo revolucionário, e agora que partimos esse processo é retomado" declarou um diplomata americano após a assinatura dos acordos de Paris. Isso pode ser uma meia-verdade, pois o centro mudou e as sequelas da guerra americana continuam visíveis. Luta-se, ainda no Vietnã do Sul e essa situação perdurará por mais algum tempo, num cenário que não é o mesmo que há 10 anos e nunca voltará a sê-lo.

Bem ao norte de Saigon, as antigas instalações de Long-Binh — outrora a maior base americana no exterior — estendem-se por dezenas de quilômetros quadrados. Saigon havia pensado em transformá-la num *campus* universitário ou numa zona industrial. Mas isso exigiria muito capital. Os projetos mofam nas gavetas e, enquanto isso, algumas tropas acampam nessa vasta área. O arame farpado enferruja. Na periferia de Danang, outros acampamentos militares americanos abrigam cerca de 200 mil refugiados que vieram de Quang-Tri em maio de 1972. Para que eles voltassem para suas províncias seria necessário que os combates houvessem terminado, que as minas tivessem sido retiradas e que fossem concedidos recursos aos camponeses para reconstruírem suas habitações e cuidarem de suas plantações. Seria necessário, portanto, um acordo político e recursos financeiros. Os refugiados continuam esperando nos refeitórios transformados em dormitórios.

Alguns dados aproximados: 300 mil crianças feridas e 300 mil órfãs; cerca de 1 milhão de pessoas marginalizadas, por um ou outro motivo, vivendo às expensas do Ministério de Ex-Combatentes e Inválidos de Guerra. As forças regulares e as milícias de Saigon reúnem 1 milhão de pessoas, excluindo-se os 500 mil jovens que compõem as forças civis de autodefesa. O país tem pouco mais que 17 milhões de habitantes e pouco mais que 2 mil médicos (dos quais um civil para três militares). Nas cidades está mais da metade da população. Outra parte vive, há alguns anos, à beira dos grandes eixos rodoviários, deslocando antigas comunidades. Próximo às antigas bases americanas foram surgindo vilarejos como cogumelos. O Sul é um país essencialmente agrícola. Os inválidos só podem trazer para a região a infelicidade, de acordo com o pensamento tradicional.

Em Saigon, um aprendiz de pedreiro ganha o equivalente a 2 francos por dia de trabalho (aproximadamente Cr$2,00) ou seja, o preço de dois pratos de sopa (na rua), ou de uma laranjada numa confeitaria. Na grande propriedade agrícola o trabalhador ganha num pouco mais (3,30 francos, incluindo o arroz que lhe é fornecido). Em algumas regiões, o camponês produz apenas o necessário à subsistência de sua família, temendo que o fisco recaia sobre seu excedente. Em outras regiões, nem se tenta voltar a plantar, por causa dos bombardeios. No entanto, oficialmente, não há desempregados, pois, como dizia um vietnamita, "a gente perde o emprego, mas tem sempre os filhos para levar ao colégio, uma mãe para cuidar, um filho militar a ser visitado, um enterro para pagar, uma casa para reconstruir". Em outras palavras, prosseguia ele, "temos sempre com que nos ocupar, mesmo quando a tarefa é apenas ter uma arma na mão"

Grave crise social

Nhan era um dos sete filhos de um importante vietnamita católico do Camboja. Isso em 1970. Quando seu pai foi massacrado pelos homens de Lon Nol, ele se escondeu durante três meses nos pântanos, próximo a Phnom Penh. Depois disso, foi com sua família para o Vietnã. Viveram durante dois anos num pardieiro, esperando que lhes cedessem um pedaço de terra na periferia de Saigon para construírem uma casinha. Sua irmã mais velha se casou e mudou-se. Como seu irmão, um rapaz de 18 anos, foi convocado para o serviço militar, Nhan — de 16 anos — ficou sendo o único apoio de sua mãe, sua avó e quatro outros irmãos. Foi trabalhar com um artesão de Saigon por 50 francos por mês. Em sua casa não se toma o café da manhã e raramente se come carne, acontecendo o mesmo nas casas da maior parte dos 200 mil refugiados vietnamitas do Camboja. No entanto, bem ou mal a vida se estabilizou. O mínimo acidente pode vir a ser catastrófico quando as pessoas vivem desse modo, à beira do precipício. Não há a quem recorrer.

O delta do Mekong talvez seja a região onde as pessoas vivem melhor. Ali os combates raramente são muito destruidores e os arrozais estão sempre cheios de peixes. Mesmo em Saigon ainda há algum dinheiro, embora não seja mais possível fazer fortuna. No entanto, torna-se cada vez mais frequente encontrar funcionários — e, por vezes, oficiais — que completam seu pequeno salário trabalhando em táxis. Os vietnamitas escondem sua pobreza. Ou, pelo menos, raramente a expõem. No entanto, alguns dados são significativos, tais como a multiplicação de mendigos, de vendedores de bilhetes de loteria e de jornais, de guardadores de carros, de vendedores ambulantes. Há três anos, o corpo expedicionário americano tinha-se tornado um tronco cuja seiva alimentava milhões de parasitas. A fonte foi-se esgotando progressivamente, sem ser substituída. Aconteceu um duplo processo de desqualificação e empobrecimento. As injustiças tornaram-se gritantes.

Para enfrentar os encargos do prosseguimento dos combates, o regime de Saigon vem sendo de dois anos para cá obrigado a contar cada vez menos com os Estados Unidos. A ajuda americana diminuiu. Os serviços sociais têm sido os primeiros a se ressentir disso. Os impostos foram aumentados. Os preços da gasolina e do arroz — e portanto dos outros produtos de base — continuam a subir.

A moeda continua a se desvalorizar rapidamente e os salários de mais de 1 milhão de funcionários e militares passam, fatalmente, a ser pagos com atraso. Pouco a pouco os negócios são paralisados, a moeda deixa de circular e a corrupção torna-se a regra. Perante esse quadro,a maior parte dos um impasse antes do fim do ano. Que fazer, portanto, para evitá-lo? Seria necessário, mesmo sem garantia de êxito, retomar a produção, ou seja, desmobilizar, restabelecer a segurança, enviar os camponeses de volta às suas terras, eliminar os gastos militares, acabar com a corrupção... Em resumo, seria preciso fazer a paz, chegar a um entendimento com os vietcongs e não combatê-los. A reconciliação? Mas mesmo assim o Sul não tem certeza de poder evitar uma crise social.

Em Dalat, durante uma manifestação do governo, o nome de Ho Chi Minh foi pintado num boi — à guisa de insulto — e os retratos de Pham Van Dong e de Vo Nguyen Giap foram destroçados. Desde a proclamação do cessar-fogo, têm sido organizadas várias manifestações anticomunistas na província, especialmente quando da passagem de membros da comissão militar mista quadripartite. O regime tem que cuidar de tudo: impedir que os camponeses voltem às suas terras quando estão sob o controle do GRP (Governo Revolucionário Provisório), enviar parlamentares (os melhores) para conquistar o Congresso americano, assegurar progressivamente o controle das atividades da emprensa ocidental, suspeitar dos falsos amigos, distribuir os cargos de uma meia dúzia de comissões militares e civis (tanto em Paris como em Saigon), fiscalizar os protagonistas de uma terceira força, denunciar sete mil violações de cessar-fogo cometidas pelo adversário (será ele tão onipresente assim?), reduzir ao mínimo os deslocamentos e contatos dos membros das delegações do GRP e do Vietnã do Norte, sustentar a propaganda. Sem falar das centenas de bandeirinhas que testemunham a "fé antivietcong" da população.

Toda família que a polícia encontra nas províncias é fotografada com a bandeirinha de Saigon na mão. *Slogans* anticomunistas são pintados em todas as casas. Foi até necessário redistribuir algumas pastas, nos mais altos escalões — acarretando problemas de precedência — para manter o controle desse esforço imposto pelas negociações. Os problemas sociais e econômicos passam a segunda ordem de prioridade. Cada qual tenta resolvê-los à sua maneira. Os americanos dedicam-se a uma reconversão — alguns milhares de contratados e de funcionários para substituir os conselheiros militares, e uma força aérea. Seus protegidos vietnamitas herdam uma capa demasiado grande e um motor onde faltam várias peças. A favor da corrente, o esquema montado pode funcionar. Na contracorrente ele vai lentamente se debilitando. Ao menos no momento, ele se esgota em mil tarefas.

Os quatro "não"

A segunda República do Vietnã, fundada em abril de 1967, é dotada de uma Constituição, de um presidente e de suas Câmaras. O sufrágio é universal. As próximas eleições deverão realizar-se em outubro de 1973. Trata-se de renovar a metade dos senadores e alguns políticos já sonham com sua candidatura. A ideologia do regime, formulada pelo presidente Thieu, pode ser resumida em quatro "não": não ao comunismo, não ao neutralismo pró-comunista, não à coalizão, não à divisão territorial. A República ainda não reconhece o GRP, co-signatário dos acordos de Paris, mas apenas uma Frente de Libertação (segundo a terminologia em vigor o adjetivo "nacional" foi suprimido). A Frente é considerada como um movimento de oposição armada, em cujo nome lutam os "comunistas do norte", o que é denunciado como uma "fraude" e como agressão de um Estado por outro. Os acordos assinados em Paris não alteram nada e uma prova disso está em que as Câmaras ainda não foram convocadas a ratificá-los. É bem verdade que todos os anos as Câmaras entram em férias de três meses, por ocasião do Tet (3 de fevereiro, este ano). Na televisão, no rádio, nos discursos oficiais ou em circulares administrativas, as posições do regime não foram alteradas em nada.

Ao se apegar nem que seja a palavras e *slogans* o regime pretende, antes de mais nada, manter-se no poder. A crise está latente, sem dúvida alguma, porque a defasagem entre as aparências e a realidade toma proporções perigosas. Pouco a pouco as palavras tornam-se vazias, o essencial é abandonado, os projetos importantes mofam nas gavetas, os marginalizados proliferam e, como dizia um vietnamita, "a casa permanece aparentemente a mesma, enquanto os móveis são carregados, uns após os outros". Enquanto os oficiais de Saigon discutem em Tan-Son-Nhut com os vietcongs e os norte-americanos, enquanto ministros dos dois lados trocam cumprimentos em Paris, a Constituição de Saigon continua a proclamar o comunismo fora da lei.

Ares de fim de época? Há dois anos se poderia dizer que Saigon, com seus 4 milhões, aproximadamente, de falsos cidadãos, seu milhão de veículos motorizados, seus problemas de rios, canais, lixo, mosquitos, era uma cidade usada onde se fingia ir à escola, trabalhar, ser limpo e viver, uma cidade sem lugar para o ócio. Atualmente, isso já não corresponde mais à realidade. À margem do rio, na beira da estrada e mesmo nas calçadas, Saigon tem novamente seus sonhadores. Sonhadores de barriga vazia, alimentando-se mais do futuro que do presente. A tempestade atual os preocupa menos que o clarão que se desenha vagamente no horizonte. Será o fim de um túnel?

Camboja: os bombardeios não justificados

Jean-Claude Pomonti

O engajamento militar americano no Vietnã do Sul chega a seu fim. Mas acontece o mesmo nos outros países da Indochina, especialmente no Camboja? Essa questão não sensibiliza as massas americanas, voltadas principalmente para o retorno dos prisioneiros americanos. No entanto, alguns parlamentares começam a fazer perguntas: em nome de que princípio os Estados Unidos vêm, há mais de 30 dias, desencadeando intensos bombardeios no Camboja?

Tanto os porta-vozes da Casa Branca quanto os do Departamento de Estado se recusam a responder. Reconhecem que, na realidade, os aparelhos americanos fazem bombardeios diários mas ninguém apresenta qualquer justificativa constitucional. O único argumento é o do combate às atividades comunistas no Camboja. "As forças comunistas desenvolvem operações ofensivas e os Estados Unidos apenas respondem ao pedido de assistência feito pelo governo do Camboja", declarou Ziegler, porta-voz presidencial, depois de acusar Hanói de violar o artigo 20 do acordo de Paris. Esse acordo prevê especificamente que "os países estrangeiros porão fim a todas as atividades militares no Camboja e no Laos, retirando totalmente desses dois países suas tropas, seus conselheiros militares e seu material de guerra, e abstendo-se de reintroduzi-los".

Segundo os americanos, já deveria ter havido um cessar-fogo de fato no Camboja. Kissinger já teria deixado isso claro numa entrevista à imprensa, organizada pouco após a assinatura dos acordos de Paris. No entanto, no Camboja nada se passa como os especialistas americanos esperavam e a situação não pára de se deteriorar. O cessar-fogo no Laos não foi acompanhado da constituição de um governo de coalizão, como estava previsto no acordo de Vientiane. Ora, sem uma cessação dos combates no Camboja, está fora de cogitação que Hanói se esforce para alcançar uma estabilização da situação no Laos. O corredor laosiano é, na realidade, indispensável ao abastecimento das tropas comunistas no Camboja.

Tudo isso, no entanto, não fornece uma base constitucional para os bombardeios americanos no Camboja. Isso foi assinado por Fullbright, senador democrata, presidente da comissão para assuntos estrangeiros, antes de anunciar que estava prestes a convocar o secretário de Estado — Rogers — a fim de exigir dele uma explicação sobre a política americana no Camboja. A única explicação, até o momento, foi dada em particular por Sullivan, secretário-adjunto de Estado, encarregado dos assuntos do sudeste asiático, que declarou, durante um almoço com vários senadores, que "dois juristas do Departamento de Estado estão trabalhando" no sentido de encontrar uma justificativa constitucional para os bombardeios americanos. Recorrendo a um humor duvidoso, Sullivan — que acabou de ser nomeado embaixador nas Filipinas — declarou: "Por enquanto, direi apenas que a justificativa (para esses bombardeios) é a reeleição do presidente Nixon".

De uma maneira geral, os funcionários americanos se mostram muito menos otimistas neste momento do que há dois meses. É claro que os Estados Unidos já recuperaram a totalidade dos seus prisioneiros, inclusive os dois capturados no Laos. Mas, acrescenta-se em particular, este é o único motivo de satisfação. Os combates continuam na Indochina, a situação política no Camboja está muito confusa e, finalmente, Hanói continua suas infiltrações de homens e de material no Vietnã do Sul, através do Laos. Um funcionário norte-americano chegou mesmo a nos afirmar que as tropas sul-vietnamitas haviam recapturado recentemente antigos prisioneiros norte-vietnamitas, libertados logo depois do cessar-fogo.

Vários outros sustentam que não se deve levar muito a sério as declarações da Casa Branca, segundo as quais o governo de Washington se considera satisfeito com os relatórios enviados por Hanói sobre os prisioneiros. Segundo tais fontes, as autoridades americanas se recusam a acreditar que apenas uns 10 prisioneiros capturados no Laos continuam vivos: mais de 300 americanos — geralmente pilotos que trabalhavam para a companhia Air America, uma "cobertura" da CIA — foram aprisionados no Laos.

166V

EXPERIÊNCIAS PRETENDEM ESTABELECER UM NOVO TIPO DE PRODUÇÃO

À procura do trabalho livre e sem tédio

Pierre Drouin

É somente porque sente que está enlouquecendo que o trabalhador representado por Gian Maria Volonté, no filme *A Classe Operária vai ao Paraíso*, se recusa a continuar fazendo os gestos que seu trabalho exige. E, no entanto, ele chegara a se engrenar bem no ritmo exigido. Ele o tinha até ultrapassado com facilidade, por orgulho, por necessidade de melhorar, de ganhar mais. Imagens fortes, que permanecem na lembrança porque não vêm apoiar uma demonstração política (o herói não é nem comunista, nem socialista, nem esquerdista) mas ilustrar o escândalo do século, o da mutação regressiva que levou a transformar homens em máquinas.

Hoje em dia, ninguém ousa mais ignorar o problema. Quatrocentos operários especializados da fábrica Renault se revoltaram. O grupo Entrepise et Progrès propôs a supressão, em 10 anos, do trabalho em linha de montagem; um projeto de lei sobre a melhoria das condições de trabalho está à espera dos deputados que vão tomar posse; a partir de 6 de abril começam conversações sobre o assunto entre a Confederação Nacional do Patronato Francês e os sindicatos.

O operário especializado poderia retomar, mas no sentido contrário, a famosa frase de Voltaire, sobre a qual refletiram gerações de estudantes: "O trabalho *aproxima* de nós três grandes males: o tédio, o vício e a necessidade".

O tédio? As tarefas repetitivas e parceladas foram "cientificamente" destituídas de qualquer interesse. Apela-se para os reflexos mais elementares; para essas funções é exigido, como disse Taylor, o nível intelectual do boi. Os defensores do sistema que, por ingenuidade ou cinismo, viam na própria simplicidade dos gestos exigidos a possibilidade de conservar o espírito livre para sonhar, com toda certeza não estiveram muitas vezes no lugar de seus "objetos de observação".

O vício? Um estudo publicado nos Estados Unidos pelo Ministério da Saúde, no final de 1972, atribui às insatisfações no trabalho o aumento do alcoolismo, da delinquência e do uso da droga. Um outro estudo americano, igualmente publicado no ano passado por peritos em organização industrial, estimava que o alcoolismo já havia atingido proporções "epidêmicas" em certas regiões dos EUA, como Los Angeles, onde 10% dos operários poderiam ser classificados como "casos sérios".

A necessidade? No seu livro impressionante, *La Fin des O. S.? (O Fim dos Operários Especializados?)*, Jean-Pierre Dumont insiste na parca remuneração dessa categoria de trabalhadores, que os leva — graças à cilada diabólica do "salário segundo o rendimento" — a se imporem a si mesmos ritmos mais rápidos, que dificilmente os levam a ultrapassar o salário de mil francos por mês.

Quando nos lembramos das esperanças que os cristãos ou os marxistas depositaram no "valor" do trabalho, capaz não somente de transformar a natureza mas também de melhorar o trabalhador, e vemos as condições concretas em que vivem, quarenta e cinco horas por semana, milhões de "operários especializados", como não nos convencermos de que há algo fundamentalmente viciado no sistema?

Três constatações

Para que os poderes públicos e os chefes de empresa tomem sérias providências, é necessário que sejam feitas três constatações:

1) Ao contrário do que se pensava antes, a instalação de equipamentos automatizados não diminui — ao menos na fase atual — o número de operários não especializados da população ativa, ao contrário. Em 1954, o número de operários qualificados era superior ao de operários especializados; a partir de 1962, o movimento se inverte.

2) A porcentagem de faltas ao trabalho cresce, em todos os países, em proporções inquietantes. Nos EUA ela duplicou em sete anos, na indústria automobilística, passando de 3% a 6%. Na Renault, falou-se de uma porcentagem de 5 a 10%, dependendo das oficinas, chegando a extremos de 15%.

3) A indiferença dos jovens pelo trabalho nas fábricas explica-se, em grande parte, também por seu caráter traumatizante. Não são mais apenas os fatores culturais que contam, como sempre foi o caso na França, onde uma nítida linha de demarcação separa o trabalho intelectual do manual, com uma conotação pejorativa quanto ao segundo. O que muitos jovens não conseguem mais suportar, hoje em dia, por terem um grau de educação superior ao das gerações anteriores, são as relações hierárquicas por demais rígidas e a compartimentalização das tarefas, hiper-racionais vistas de cima, mas perfeitamente estúpidas vistas ao nível do posto de trabalho.

É a partir dessas situações de recusa constatadas hoje em dia que é necessário rever completamente o processo de produção, qualquer que seja, aliás, o tipo de exploração (sem jogo de palavras) considerado. Com efeito, sabe-se que na URSS surgiu o mesmo tipo de preocupações, o que levou os dirigentes a procurarem meios para remediar a compartimentalização exagerada do processo de trabalho. Por mais interessantes que sejam, é necessário não se deixar hipnotizar pelas "experiências", sejam elas feitas na fábrica Aurora Vermelha, na Philips, na Volvo ou na Rhodiaceta. Primeiro, porque o trabalho em linha de montagem não é o único desagradável na indústria. Depois, porque é desde a contratação até a aposentadoria que é necessário considerar *o que vai mal*.

Os jovens

Na empresa, o que se choca com aspirações do alto dessa escala até agora não tinha sido seriamente considerado, ao menos no que se refere aos operários. É a essa revisão considerável que os patrões estão sendo convidados hoje. O que significa que as palavras-chave de amanhã serão "flexibilidade", "personalização" e "autonomia". Em todos os níveis.

E primeiro é preciso considerar a acolhida dos jovens na fábrica. Todos os interessados o dizem: o ingresso na vida profissional é uma prova penosa. Mesmo se a formação foi muito bem adaptada ao posto oferecido. Com mais razão para o operário especializado. De uma vida descontraída onde, entre a família e a escola, os grupos de amigos lhe davam uma sensação de liberdade, é preciso passar para a jornada de trabalho rigorosamente dividida, na qual o relógio, os ritmos, o chefe comandam os gestos.

Enquanto se espera a subversão completa do próprio estilo do trabalho, o que evidentemente não acontecerá amanhã e em toda parte, parece indispensável explicar logo ao interessado quais são as possibilidades de promoção. Há "perfis de carreira" para os executivos. Não seria ao menos igualmente importante mostrar ao operário especializado de 18 anos que ele não pode ficar preso até o fim de seus dias à tarefa que lhe é proposta de início?

Livre escolha

Na fase de informação e de acolhida o novato precisa, evidentemente, sobretudo de calor humano. E que não seja paternalista. Um pouco mais de atenção no início evitaria, sem dúvida, essa forte mobilidade constatada entre os jovens operários, que tentam vários empregos antes de se fixar, o que aumenta os riscos de desemprego.

É certo que um melhor entrosamento entre os estudos e o trabalho também facilitaria muito as coisas, evitando um corte abrupto, sempre traumatizante. É por isto que na URSS instituiu-se, após a idade de 15 anos, um período de dois anos de estudo-trabalho combinados. Assim surgiram estabelecimentos do tipo fábrica-escola-superior-técnica e *sovkhose*-escola-superior-de-agricultura. As *Berufschulen* (escolas de produção), na Alemanha, são organizadas da mesma maneira. A França está muito atrasada nesse setor.

Assegurar o máximo de livre escolha individual na vida profissional é o segredo de qualquer reforma digna desse nome. O sucesso dos "horários móveis", que permitem aos assalariados escolher, eles mesmos, seu horário de entrada e saída da fábrica, sob a condição de que se mantenha um "núcleo fixo", pouco a pouco ganha terreno na França, após a adoção dessa fórmula na Alemanha e na Suíça. A experiência com "grupos autônomos" (que substituem, por exemplo, na Noruega, na Hunfos Fabrikker, o trabalho em série), cuja idéia já tinha sido lançada muito antes da guerra por Hyacinthe Dubreuil, segue a mesma linha, assim como o desenvolvimento do trabalho temporário.

Experiências

Numa fábrica da Chrysler, no Michigan, os operários especializados têm a possibilidade de tirar um dia de folga sem redução de seus salários, com a única condição de estabelecerem um acordo prévio com seu chefe. Com isso, a porcentagem de faltas caiu e a qualidade do trabalho melhorou. Em várias fábricas de Detroit estão sendo feitas experiências que deixam certas unidades de produção trabalhando sem contramestre; departamentos foram reorganizados por sugestão dos trabalhadores, etc.

As experiências mais interessantes giram todas, no fundo, em torno da mesma idéia: livrar a vida profissional do máximo de imposições, venham elas de ritmos fixados por um cronômetro, das ordens do contramestre, de regras pretensamente científicas de organização. Segundo Engels "a liberdade é a necessidade compreendida". É preciso que o trabalhador redescubra, por ele mesmo, os caminhos que levam à eficiência, que participe da elaboração das normas, que seja dono de seu tempo na oficina.

A fim de tornar as escolhas mais flexíveis e pessoais, alguns consideram até fórmulas mais gerais: "Cada um deveria ser livre para alternar períodos de trabalho remunerado, de estudos ou de formação e de lazer (inclusive aposentadoria) segundo seus próprios interesses e desejos" — escreve Gostta Rehn, diretor de recursos humanos e de assuntos sociais da OCDE. Ele é a favor de um "sistema integrado de transferência de rendas entre os diversos períodos da vida". Os nomerosos sistemas de proteção da renda durante os períodos de inatividade voluntária e involuntária que já existem independentemente uns dos outros tornam-se caóticos, dispendiosos, desiguais e burocráticos, além de insuficientes. Tendem, muitas vezes, a limitar a liberdade individual em vez de aumentá-la, funcionando como "algemas douradas" que prendem o trabalhador a uma atividade de que ele não gosta, porque deixá-la implicaria na perda das vantagens ligadas ao tempo de serviço.

Aposentadoria

Rehn propõe que cada um possa tirar de seu próprio "seguro de renda" certas quantias no momento em que delas precisar, seguindo suas próprias preferências quanto à distribuição do tempo de trabalho, estudo, aposentadoria ou lazer. Seriam, evidentemente, previstos limites para esses direitos a fim de impedir que o saldo de uma pessoa caia abaixo do nível mínimo de uma pensão para a velhice.

Igualmente no âmbito de uma melhor autodeterminação dos trabalhadores está a recente proposta do grupo Entreprise et Progrès sobre a "aposentadoria progressiva e personalizada", que permite evitar a ruptura brutal com a vida ativa, adotando a solução de um "desligamento progressivo", e escolher livremente o momento da aposentadoria.

É assim que convergem as pesquisas e deveriam se orientar as ações. É preciso transformar os ritmos que a sociedade impôs à vida, muitas vezes por falta de imaginação. A escola, a caserna, a fábrica, todos esses lugares que trazem a marca da obediência, onde se aprende *primeiro* a subordinação, não podem realmente funcionar mais como antes. Isso é patente. O novo governo, se é realmente novo, deverá tornar isso uma esperança comum. Só então o trabalho começará a afastar de milhões de assalariados "o tédio, o vício e a necessidade".

Uma literatura infantil revolucionária

Guy de Faramond

Na abundante floração de livros consagrados aos problemas sociais em nossas sociedades, foi um pouco esquecida uma categoria de leitores que, no entanto, não quer senão abrir seus olhos para o mundo: as crianças. Uma nova série, publicada pela Associação dos Estudantes Verdandi, em Uppsala (Suécia), quer preencher essa lacuna.

Fundada em 1882 por estudantes liberais e socialistas, a Verdandi se propunha inicialmente criar uma contracorrente à literatura conservadora dominante, publicando escritos sobre problemas atuais. De 1888 a 1954, foram publicados 430 títulos, inspirados por esse espírito liberal-socialista. As mais das vezes, eram redigidos por estudantes aos quais a Verdandi pedia, por exemplo, para reescreverem sua tese de licença para torná-la acessível a um público mais amplo. Eles eram utilizados, nos círculos de educação popular, tradicionalmente ligados ao movimento Verdandi. Ao mesmo tempo, este organizava debates apaixonados. Com o passar do tempo, o movimento, como os estudantes, foi evoluindo para a esquerda, e hoje se situa do lado da ala mais radical do Partido Social-Democrata. Durante os anos 60, a multiplicação dos grupos da nova esquerda e a concorrência da televisão provocaram o declínio das noites de debates. Para reagir contra esse desinteresse, uma nova série foi lançada em 1961 — *Debates Verdandi* — sobre assuntos ainda mais polêmicos e controvertidos.

Filipe pergunta

No fim dos anos 60, começa a ser sentida a necessidade de voltar-se para as crianças. Na escola, em casa, na televisão, as crianças ouvem falar do Vietnã, de descolonização, de poluição e de outros problemas que lhes parecem bem abstratos. Daí a necessidade de escrever livros para as crianças de cinco a 10-12 anos, diferentes das bibliotecas cor-de-rosa onde o mundo dos adultos é pintado com tintas idealizadas.

A ambição dos responsáveis pela série é a de despertar as consciências infantis para as injustiças sociais, para os estragos da guerra, para a situação das crianças excepcionais. Enquanto as obras convencionais para a juventude, sob formas inofensivas, perpetuam os valores conservadores tradicionais, Verdandi "anuncia a cor" na capa de cada livro, apresentando os objetivos da série e o conteúdo da obra.

Os assuntos e os autores são escolhidos por um comitê de redação de sete membros (jovens educadores, psicólogos, médicos, sociólogos), e os livros são publicados à razão de três ou quatro por ano pelo editor Rabén e Sjogren. Teve um grande sucesso o primeiro livro que saiu no momento em que o debate sobre o meio-ambiente atingia o auge, em 1970, e que tratava do "proprietário que derrama detritos de sua usina no lago" e contra o qual o povo se revolta e impõe a construção de uma estação depuradora de águas. Moral da história: "A partir de agora, todo mundo vai participar das decisões".

O livro sobre a vida diária no Vietnã do Norte (que está sendo traduzido em francês), com suas mulheres trabalhando nos arrozais com o fuzil a tiracolo e suas crianças aprendendo a ler em escolas subterrâneas, também foi um *best seller*. Outro livro descreve a integração de uma criança atingida por paresia cerebral, numa creche em que as crianças "normais" a adotam e brincam com ela. O segundo número da série *Filipe pergunta* revela às crianças os mistérios do nascimento. Filipe tem cinco anos. Sabe que sua mãe está com uma criança no útero e pergunta como ela apareceu. O pai e a mãe lhe explicam utilizando o vocabulário das crianças. Os desenhos mostram, com toda clareza, os órgãos genitais do homem e da mulher, o ato sexual, os meios anticoncepcionais, os diferentes tipos de famílias (família "normal", pai só com filho, mãe só com filho, família índia de três gerações, comunidade de vários casais), o parto, do qual o pai participa. O estilo direto do texto e o humor dos desenhos dão uma ajuda preciosa aos pais.

As últimas obras aparecidas têm, no fim duas páginas de números e fatos atuais que permitem aos pais responderem a perguntas, "se as crianças quiserem saber mais". Dois dos livros que vão sair este ano tratam dos problemas do racismo e da objeção de consciência. No primeiro, aparecerão as reações de desconfiança de um garoto sueco em relação a uma pequena imigrante italiana, e as zombarias de que ele mesmo é vítima ao frequentar uma escola italiana.

O segundo apresentará um jovem que se recusa a fazer o serviço militar e tentará explicar como e por que ainda há guerras no mundo em 1973.

Le Monde

© Le Monde 1972
Distribué par
Opera Mundi Paris
Tous droits réservés

Rebelião dentro da OEA

Newton Carlos

A III conferência anual da OEA, em Washington, foi aberta com uma autocrítica que mostra até onde chega o estado de rebelião contra essa organização: ele contamina um dos setores até então mais fiéis à hegemonia dos Estados Unidos, a própria burocracia interamericana. Mesmo pagando dois terços das despesas da OEA, o governo norte-americano já não consegue sequer controlar os que recebem seus dólares mensalmente. "É preciso eliminar todo vestígio de dependência", disse Galo Plaza, seu secretário-geral. "A atual dependência deve ser substituída por uma interdependência na qual a cooperação exista num sentido comunitário e seja do interesse comum o mútuo respeito a direitos fundamentais".

Embora tenha evitado cargas diretas Galo Plaza falava, segundo o consenso geral, da inviabilidade da OEA com entidade dependente dos Estados Unidos. Num momento ele estabeleceu com mais clareza a principal contradição, lembrando que "os horizontes dos Estados Unidos e da América Latina ampliaram-se por meio de relações com outras regiões do mundo". Condenava implicitamente, como obsoleto — diante, entre outras coisas, da própria viagem de Nixon à China — o padrão de rigidez ideológica imposto pelos Estados Unidos à OEA em função de seus interesses nacionais.

A OEA nasceu da guerra fria para alinhar os países latino-americanos aos Estados Unidos, numa época de divisão do mundo em blocos. Estados Unidos e União Soviética, cabeças desses blocos antagônicos quando a OEA foi codificada em 1948, estão agora juntos na luta contra as 200 milhas, já quase um princípio de direito internacional estabelecido por força de reivindicação maciça da América Latina.

A crise de sobrevivência

Numa advertência feita em 1964, o ex-ministro do Exterior brasileiro, Afonso Arinos, escreveu que "a crise estrutural e profunda da OEA não será vencida enquanto as finalidades da organização não se ajustarem à época em que vivemos". Passaram-se nove anos e nesse período o mundo transformou-se numa velocidade e profundidade que deixam longe a advertência de Arinos. O ex-ministro do Exterior brasileiro pedia há nove anos a reforma da OEA. No momento a questão é saber se há sobrevivência possível, mesmo com reforma. O tom de rebeldia não impediu que o secretário-geral Galo Plaza terminasse seu discurso com profissão de fé à OEA, à qual atribui ter criado "uma ordem de relações pacíficas sem paralelo em outras partes do mundo". O chanceler do Brasil, Gibson Barbosa, admitiu a reforma mas disse que a carta da OEA consagra normas modernas e de absoluta validade.

A política de Dulles

A principal resolução da conferência de 1954 em Caracas, a primeira reunida sob a carta da OEA, previa reuniões de consulta toda vez que "o domínio ou controle de instituições políticas de qualquer Estado americano pelo comunismo internacional" pusesse em risco "a paz nas Américas". O arquiteto da resolução foi John Foster Dulles, ex-secretário de Estado norte-americano e personalidade destacada da guerra fria. Oito meses depois, sem qualquer consulta, o governo da Guatemala era acusado de "comunista" e derrubado por meio de uma operação conduzida e financiada pela CIA, fato relatado com todas as letras nas memórias de Eisenhower. Em 1965 os Estados Unidos desembarcaram tropas na República Dominicana sem nenhuma consulta à OEA, convocada a "legalizar" a operação *a posteriori*.

Depois da reunião do Conselho de Segurança da ONU, no Panamá, vários países latino-americanos, na assembléia da OEA, voltaram a criticar os Estados Unidos e a política de boicote ao governo de Fidel Castro, em Cuba.

Em 1962 o marxismo-leninismo foi declarado incompatível com o sistema interamericano e Cuba excluída da OEA. Em 1971 a Colômbia, um dos mais firmes defensores da tese aprovada em 1962, assinou declaração conjunta com o Chile aceitando que "o respeito à autodeterminação dos povos e à não-intervenção fazem possível a cooperação entre Estados com regimes políticos e econômicos diferentes". Dizia o documento: "O princípio da pluralidade ideológica deve inspirar o entendimento dos povos nos organismos internacionais, mundiais e regionais". Desde então a pluralidade ideológica se incorpora aceleradamente à diplomacia latino-americana, figurando entre seus principais promotores o governo insuspeito da Venezuela.

O fato explica o destaque da questão de Cuba, cujo isolamento é rompido progressivamente à margem da OEA e em detrimento da OEA. "A OEA não será obstáculo a que reatemos com Cuba", declarou o ministro do Exterior do Panamá, que parece disposto a seguir, talvez em companhia da Argentina, os gestos do Chile, Peru, Guiana, Barbados, Jamaica e Trinidad. Mas na OEA as resistências ainda permitem manter o bloqueio, cuja eliminação exige dois terços dos votos. O Brasil e os países centro-americanos são contra a reincorporação de Cuba. O chanceler brasileiro afirmou que o continente permanece marcado por ações subversivas financiadas do exterior, responsabilizando Cuba. "Nada nos permite crer que tenham cessado ou seja intenção atual de seus autores, bem conhecidos e identificados, cessar esse tipo de atividades", disse Gibson Barbosa. Depois de assinarem com Cuba um acordo contra sequestros os Estados Unidos explicam mais suavemente a sua posição enfocando, sobretudo, num impulso hegemônico mecânico, o problema bilateral. Numa manifestação recente o encarregado da América Latina no Departamento de Estado explicou a diferença entre os problemas da China e Cuba. "Para a normalização de relações entre dois países é preciso que os dois queiram isso, como aconteceu com os Estados Unidos e China", observou, insinuando que Cuba ainda não deu qualquer indicação a respeito.

Em relação à OEA o quadro é, portanto, de colapso. Já foram tentadas reformas sem que o processo de decomposição se estancasse. Realizou-se no Rio em novembro de 1965, meses depois da invasão de São Domingos, a 11a. conferência extraordinária convocada para examinar a reforma do sistema interamericano. Os Estados Unidos insistiam em reforçar os "mecanismos coletivos de defesa", expressão sob a qual se escondia a idéia de criar uma força militar interamericana permanente com poderes incontroláveis de intervenção. A idéia só foi sepultada em 1967, quando em outra conferência extraordinária, a de Buenos Aires, 11 países votaram contra a institucionalização de um "comitê consultivo de defesa" previsto no artigo 44 da carta da OEA. "Não creio que em 1967, quando os países latino-americanos enfrentam problemas sociais e econômicos tão agudos, deva-se pensar em criar um aparato militar permanente", afirmou em apoio ao seu voto o delegado do México.

Prevaleceram preocupações de conteúdo econômico e social e de vitalização da OEA. O Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) cresceu de importância. Transformaram-se em anuais as conferências antes de cinco em cinco anos. Um velho e submisso burocrata, o uruguaio José Mora, irremediavelmente comprometido com a invasão de São Domingos, entregou a secretaria-geral a Galo Plaza, cujo *status* inclui o exercício da presidência do Equador. "O único resultado prático da primeira conferência anual da OEA (Costa Rica, 1969) foi alcançado fora da agenda", comentou o *New York Times*, colocando em questão "a viabilidade e utilidade da própria OEA". O resultado solitário determinou o reinício de negociações de paz entre Honduras e Salvador. A conferência deste ano se reúne menos de um mês depois de o Panamá ter recorrido ao Conselho de Segurança da ONU para a solução de um problema no âmbito interamericano, a ocupação indefinida da zona do canal pelos Estados Unidos.

A ficção política

O Conselho Interamericano Econômico e Social entrou num processo de asfixia pelas contradições insanáveis entre os interesses norte-americano e latino-americanos. Em 1970 tentou-se fortalecê-lo com um "comitê de consultas" (CECON), criado como foro obrigatório de entendimento prévio sobre qualquer medida envolvendo interesses da comunidade interamericana. Em 1971 os Estados Unidos sobretaxaram unilateralmente suas importações em 10 por cento, fazendo subir a um bilhão e 200 milhões de dólares o deficit da América Latina, esse ano, no comércio com os norte-americanos. A partir de então as reuniões do CIES viraram um duelo monótono e insolúvel com os Estados Unidos, de um lado, isolados, e os 22 da América Latina do outro. Foi assim em setembro de 1971 no Panamá e fevereiro de 1973 na Colômbia.

Está suficiente claro, hoje como ontem, que os hábitos imperiais dos Estados Unidos não se submetem a sistemas de consultas prévias. Isto coloca em xeque, fazendo-o em ficção, no plano político, o princípio jurídico básico do sistema interamericano: o de que são iguais os 23 membros da OEA. A inviabilidade de convivência igual entre desiguais levou um ex-coordenador da Aliança para o Progresso, o norte-americano W. D. Rodgers, a sugerir na revista *Visión* a transformação da OEA num organismo puramente latino-americano. As reformas, já tentadas e frustradas, continuariam sendo quando muito paliativos. Permanece atual o seguinte trecho de uma carta escrita há 14 anos por universitários chilenos a Eisenhower: "A OEA é uma entidade internacional na qual os países pobres são solidários com o país rico, os países fracos com o país forte, sem que ninguém conheça com precisão as obrigações do país rico e forte para com os países pobres e fracos".

Os guerrilheiros e a posse de Campora

Alberto Carbone

Nem nos piores momentos do período pré-eleitoral a Argentina viveu horas de tanta tensão como as da semana passada: da cúpula militar às bases peronistas, a ofensiva guerrilheira, que sequestrou o almirante Francisco Alemán e matou o coronel de inteligência Hector Iribarren, lançou na perplexidade e na irritação muitos militares e dirigentes peronistas.

As fábricas de boatos funcionam de vento em popa. Por trás delas, no entanto, há alguns fatos concretos. Em primeiro lugar, parece que os comandos militares mantêm inabalável a sua posição de entregar o governo, a 25 de maio, ao doutor Hector Campora: o comunicado oficial nesse sentido foi muito claro.

Para a Marinha, a Força Aérea e o Exército, a atual ofensiva pretende fazer com que as Forças Armadas entrem num "jogo de provocações", linguagem semelhante à usada por Juan Manuel Abal Medina, secretário-geral da Frejuli, a frente peronista. Este, por ocasião do atentado contra a sede da Marinha, que custou a vida de um soldado, afirmou que esses fatos "visam dificultar o acesso do povo ao poder". Além disso, alertou para uma "campanha de provocações que tende a impedir o início do processo de reconstrução nacional". O comunicado de Abal Medina provocou imediatamente uma polêmica nos setores "duros", a esquerda do peronismo. Abal Medina, considerado pelos duros como "caído em desgraça", costuma aventurar, segundo estes, opiniões "reformistas" e "conciliadoras" por sua própria conta.

A contradição

As versões mais fidedignas que circulam entre jornalistas e meios políticos indicam que, em vez de tentar impedir ou dificultar o acesso do peronismo ao governo, as "formações especiais" estão buscando, através dos sequestros, garantias para a efetiva aplicação de uma anistia aos presos políticos, impedindo represálias contra eles por partes dos setores "gorilistas" do Exército. Essa é uma eventualidade sobre a qual vêm insistindo com frequência o comitê de familiares dos presos políticos, o jornal peronista *Mayoria* e alguns porta-vozes oficiosos da direção peronista, que temem a repetição de Trelew, onde foram mortos 16 guerrilheiros.

Mas também aí há contradições. A guerrilha peronista continuaria suas ações, numa estratégia de "preparação para depois de 25 de maio, tanto para defender a continuidade do governo peronista como para garantir, através de sua pressão, que esse governo não possa aplicar uma política reformista e vacilante".

Essa parece ser a concepção básica das FAR (Forças Armadas Revolucionárias). Por ocasião do assalto que lhe rendeu 600 armas a FAR disse: "Não aceitaremos que se pretenda impor condições que a imensa maioria rechaçou plenamente. Nós, por todos os meios, com mobilizações, com as ações armadas, com a organização nas fábricas, nas universidade, continuaremos a nos preparar para defender o triunfo eleitoral e para que haja uma participação popular maciça no próximo governo".

Defesa dos presos

No dia seguinte, o ERP (Exército Revolucionário do Povo), de origem trotskista, sequestrava o almirante Alemán. Também enquadrava a sua ação na defesa dos presos políticos. Mas não mencionava as possibilidades abertas pela subida do peronismo ao governo. O ERP e as FAL (Forças Armadas de Libertação), de formação marxista, não dão maior crédito ao peronismo, atitude compartilhada pela esquerda tradicional, pelo comunismo e pelos grupos socialistas mais radicais.

Diferenças sensíveis

Os dois fatos fizeram pensar em diferenças sensíveis entre uma e outra estratégia. Isso tanto poderia significar atritos entre as "formações especiais" como futuras dores de cabeça para um governo que, sob signos populistas e nacionalistas, se veria em apuros para reprimi-las. Mas finalmente o sequestro e posterior morte do coronel Iribarren, chefe de inteligência do III Exército, fato reivindicado pelos montoneros, pró-peronistas, esvaziou essas especulações. Sustentava-se que a guerrilha peronista continuaria atuando em ações de aprovisionamento, apropriação de dinheiro, etc., mas sem chegar a provocar irritação entre os militares, como acontece quando é abatido ou sequestrado um de seus companheiros de armas. Isso poderia fazer perigar a posse do novo governo. Mas com a ação de Córdoba não restaram mais dúvidas, no governo nem no próprio peronismo, de que a ação guerrilheira não está preocupada com razões de grande política, pois, em sua clandestinidade, dá prioridade à questão dos presos políticos e da sua segurança, e tem a certeza de sua anistia.

O precedente uruguaio

Do seu ponto de vista essa solidariedade com os presos é perfeitamente compreensível. Não parece no entanto coerente. Faltando apenas um mês e meio para que Campora chegue à Casa Rosada, o início de uma ofensiva guerrilheira pode, no caso de mobilizar os setores golpistas e "gorilistas", terminar num golpe de Estado. Tal golpe faria recrudescer a repressão e diluiria definitivamente as possibilidades de uma anistia. Ainda mais, poderia repetir a experiência sofrida pelos tupamaros no Uruguai.

Estes lançaram, a 14 de abril do ano passado, uma ofensiva contra funcionários policiais e das Forças Armadas, acusados de integrar o "esquadrão da morte". Mas, apesar da sua organização e eficiência, não puderam deter a ofensiva das Forças Armadas. Em poucos meses, foram militarmente desmantelados. Hoje, cinco mil presos estão nos cárceres de Montevidéu. Não poderia repetir-se aqui a mesma experiência? Não parece viável que a guerrilha argentina esteja em condições de suportar uma ofensiva total dos militares. Além desses fatos, há outras indagações. Na medida em que as ações guerrilheiras contra os militares levem estes a reações que poderiam fazer perigar a institucionalização e portanto a possibilidade do peronismo subir ao poder, não estarão eles correndo o risco de que a grande massa peronista os inclua entre os "aventureiros" que impedem que Campora chegue ao governo e Perón ao poder? A história da América Latina tem muitos episódios em que a guerrilha, aferrada a um dogmatismo pouco político, terminou se desligando das grandes massas. Não foi o caso do peronismo que, em todos os seus atos e manifestações, sustentou as bandeiras guerrilheiras, aplaudiu os montoneros e prometeu a liberdade para seus presos. Mas tudo isso à sombra de Perón, que continua sendo o único fator de coesão e funcionamento do justicialismo.

Em declarações à imprensa, em Buenos Aires, Hector Campora disse que "os peronistas não podem ser responsabilizados pelos atentados terroristas" da semana passada. Alguns rumores indicam, no entanto, que o ministro do Interior, Mor Roig, teria solicitado um pronunciamento formal dos responsáveis pela Frejuli. Com a declaração de Campora, seguramente serão avivadas as chamas internas de um movimento que abriga em seu seio as mais desencontradas tendências.

A ofensiva nacionalista dos australianos

A prisão de vários membros de organizações terroristas croatas em Sidney, no dia 1.º deste mês, e a recente deportação de 20 outros terroristas são resultados das investigações que o novo governo trabalhista australiano está realizando.

Neste artigo, Wilfred Burchett — que só agora recebeu autorização para voltar a seu próprio país de nascimento — relata o que viu, após 23 anos de governos direitistas. Comenta as investigações sobre as grandes companhias norte-americanas e japonesas que operam na Austrália, e informa sobre a atuação de uma das três organizações terroristas — Legião Negra Ustashi — formadas por iugoslavos residentes no país. (Essas organizações foram criadas por partidários do regime do nazista Pavelic, estabelecido na Croácia, durante a Segunda Guerra Mundial.)

À medida que o novo governo trabalhista australiano tenta, modestamente, devolver à Austrália o controle sobre o que a ela pertence, o público fica sabendo de tudo que o país perdeu nos 23 anos de governos ultra-direitistas, que precederam o Partido Trabalhista no poder. O exemplo mais significativo teve origem numa investigação — conduzida pelo ministro da Justiça, senador Lionel Murphy — nos escritórios da ASIO (Organização de Inteligência e Segurança Australiana), no dia 17 de março.

Teoricamente, o Serviço de espionagem da ASIO deve manter informados o primeiro-ministro, o ministro da Justiça e os "serviços de inteligência amigos". Desde 5 de dezembro, quando os trabalhistas subiram ao poder, entretanto, parece que somente os "amigos" — especialmente a CIA — têm se beneficiado das atividades da ASIO. A revelação ocorreu na época da visita do primeiro-ministro iugoslavo, Bijedic, em 20 de março. Os partidários do regime do fantoche nazista Pavelic (estabelecido na Croácia durante a Segunda Guerra Mundial) ganharam *status* extraterritoriais na Austrália, durante os últimos 23 anos. Instalaram campos de treinamento militar e tinham o apoio de ministros australianos. Nos últimos anos, apareceram agentes terroristas na Iugoslávia treinados na Austrália, e pelo menos 15 atentados contra iugoslavos na Austrália foram atribuídos aos terroristas croatas Ustashi.

O primeiro-ministro Gough Whitlam tinha bons motivos para exigir que a ASIO fornecesse informações sobre os Ustashi, às vésperas da visita de Bijedic, especialmente porque havia provas de que estava preparado um atentado contra o visitante. A ASIO recusou-se terminantemente a fornecer os dados, mesmo após o governo iugoslavo ter denunciado que a sede mundial da organização terrorista Ustashi funcionava na Austrália. Com a recusa, o ministro da Justiça foi forçado a fazer uma batida — munido de autorização legal, expedida pela polícia da Commonwealth — nos escritórios da ASIO, apossando-se de documentos em que pudesse basear as medidas de segurança para a visita do primeiro-ministro iugoslavo. Logo nos primeiros minutos do encontro entre Bijedic e Whitlam, este disse ao iugoslavo que, durante os últimos 23 anos, não tinha havido prisões, repressão ou expulsão de terroristas fascistas iugoslavos.

Segredos

A quem a ASIO informa? Esta é a grande pergunta que surge para os australianos, já que a ASIO se recusa a informar ao primeiro-ministro e ao ministro da Justiça do país. Uma resposta — parcial — à pergunta surgiu com as revelações sobre um editor australiano que teria sido procurado por uma alta autoridade da ASIO, que lhe teria informado sobre atividades esquerdistas de membros importantes do Partido Trabalhista. Entretanto, a versão de maior aceitação é a de que a ASIO comprometeria suas relações com "outras" agências de inteligência, se fornecesse informações ao novo governo australiano.

Nosso correspondente Wilfred Burchett analisa da Austrália as tentativas do governo trabalhista em promover reformas econômicas e sociais no país.

Há no entanto outras revelações, além do escândalo da ASIO. Descobriu-se também que as importantes bases secretas que os Estados Unidos mantêm na Austrália (especialmente as de Pine Gap, North-west Cape e Nurrungar Valley, respectivamente nas regiões oeste, norte e sul do país) representam direitos extraterritoriais norte-americanos na Austrália. Essas bases encontram-se sob controle absoluto dos EUA, operam em condições totalmente secretas e, no caso de uma guerra entre EUA e URSS ou China, seriam alvos de retaliação nuclear. A base de Pine Gap, especialmente, abrigaria sistemas que possibilitariam o emprego de mísseis especiais armados contra a URSS ou China. A promessa eleitoral de que conseguiria pelo menos a inspeção — se não o próprio controle — dessas bases, feita pelo governo de Whitlam, ainda não se realizou. Os argumentos contra a inspeção das bases parte de altas autoridades militares do país, que alegam "solenes obrigações de tratados". Já há indícios de um sério confronto entre os trabalhistas e os militares — estes apoiados firmemente pelos norte-americanos.

Outro escândalo que se revela é a compra de bombardeiros F-111 a preços exorbitantes. Foram encomendados por governos anteriores, que supunham que a Indonésia invadiria a Austrália na década de 60. No último momento antes da entrega, em março deste ano, os norte-americanos acrescentaram US$30 bilhões ao preço dos aviões, deixando a opinião pública australiana dividida — uns acham que os aviões simplesmente não deveriam ser aceitos, outros acham que deveriam, mas sem o pagamento dos 30 milhões extras. O governo, por sua vez, parece inclinado a honrar compromissos assumidos anteriormente.

Desnacionalização

Outro problema dos mais importantes é o da entrega dos recursos nacionais a interesses estrangeiros. "A Austrália não está à venda" — esta foi a manchete do importante diário *The Australian*, em 21 de março deste ano, que se baseava na ação do novo governo no sentido de impedir todos os novos investimentos estrangeiros nas propriedades que estivessem sendo investigadas. Só recentemente foi conhecida a verdadeira extensão da tomada de terras e minerais australianos, essencialmente por companhias norte-americanas e japonesas. O congelamento de futuros investimentos estrangeiros foi decretado no mesmo dia em que se encerrou também a política de incentivos à exportação. Revelou-se que, das 30 maiores companhias que recebiam injustificáveis incentivos para exportação, 19 eram estrangeiras. Em outras palavras, os contribuintes australianos estavam financiando a exploração — por companhias estrangeiras — do produto de seu próprio trabalho e de seus recursos.

Todos esses escândalos, revelados pelas ações mínimas de um governo que prometeu "devolver a Austrália aos australianos", evidenciam a necessidade urgente de se promover uma revisão dos princípios básicos da defesa e da política exterior da Austrália. Durante os últimos 23 anos, o "perigo amarelo e o vermelho" do norte (dramatizado por assustadores cartazes mostrando garras vermelhas, envenenadas, prontas para atacar a Austrália, e por inúmeros artigos nos jornais) funcionou como lavagem cerebral para o povo australiano, levando-o a aceitar políticas que nada tinham a ver com os interesses de seu país. Enquanto o tesouro nacional sofria excessivos gastos com a defesa, e enquanto os australianos matavam e morriam em defesa de causas perdidas do imperialismo no Vietnã, os interesses japoneses e norte-americanos depredavam a economia do país, e os EUA virtualmente ditavam a política externa e de defesa da Austrália. Escudados por um patriotismo clínico, agitando bandeiras e batendo tambores, altas autoridades do país entregavam a Austrália a interesses estrangeiros.

Um exemplo dessa entregação foi a venda do minério de ferro de uma importante jazida no sul da Austrália à Kaiser (norte-americana), a três centavos por tonelada. Sem que investisse um dólar sequer, a Kaiser então revendeu a 12 centavos ao Japão, um minério de ferro que tem a mesma qualidade daquele que a Inglaterra compra da Suécia a 30 centavos por tonelada.

O novo governo está preparando, atualmente, uma "legislação de longo alcance", para evitar contratos desse tipo no futuro. Por enquanto as companhias estrangeiras ainda possuem mais de 80% dos principais setores da economia em minas e indústrias. Até agora, não há perspectivas de expropriação através de nacionalizações, nem há qualquer indicação dos meios a serem utilizados para "devolver a Austrália aos australianos". A prioridade, no momento, parece ser a tomada do controle sobre a política exterior e de defesa, assim como da ASIO.

A menos que haja uma total reestruturação da alta burocracia do país — que muito colaborou com a entrega do país no último quarto de século — Gough Whitlam, o novo primeiro-ministro trabalhista, vai ter que enfrentar problemas insuperáveis. Uma coisa porém é certa: Whitlam sempre terá o sólido apoio do poderoso movimento sindical e do público em geral.

A Austrália está começando a sentir a necessidade de seu próprio movimento de libertação nacional.

O Diner's dos soviéticos

Dev Murarka
do New Statesman

Os consumidores são uma espécie particular na sociedade soviética. Ao invés de os produtores darem caça a eles, eles é que dão caça à produção. Quando uma escassez é reduzida, imediatamente outra toma o seu lugar. As autoridades falam em reforma e em aumentar a produção, mas o problema persiste. A dificuldade é que a escassez muda de cor como camaleão. Ontem havia escassez de pão e açúcar; hoje não há bananas; e amanhã, por assim dizer, poderão faltar os gravadores portáteis.

Que fazer então? Todo mundo se preocupa com o assunto, e esta preocupação tem originado algumas idéias extraordinárias. A última delas, das mais significativas, partiu de dois cientistas, os quais acham que tanto quanto possível o uso do dinheiro deve ser abolido, e os consumidores abastecidos por lojas diretamente ligadas ao banco no qual os consumidores tenham suas contas. À primeira vista, isso parece uma versão soviética do sistema de cartão de crédito ocidental.

Esta solução foi proposta quase ao acaso. Um cientista soviético, R. Trakhtenberg, escreveu para o semanário *Literaturnaya Gazetta* propondo que as pessoas não andassem com dinheiro no bolso. Ao invés disso, deviam levar consigo um balanço de suas contas: quando fizessem compras, transfeririam imediatamente a importância devida para a loja. Trakhtenberg afirmou que sua proposta também reduziria a inflação e os ganhos não oficiais (os que não são declarados).

Os editores de *Literaturnaya Gazetta* ficaram tão fascinados pela idéia que entrevistaram um cientista mais conhecido, o acadêmico Viktor Glushkov, diretor do Instituto de Cibernética. O acadêmico Glushkov não apenas aprovou a idéia apresentada por seu colega, como foi mais adiante. Ele defendeu a criação de um sistema complexo no qual a escassez e o privilégio se combinarão. Surgeriu que as lojas ligadas aos bancos tenham a exclusividade de fornecimento de produtos escassos; como os bancos só aceitam as rendas legalmente obtidas, o sistema banirá o "dinheiro ilegal".

Glushkov acha que as pessoas devem ter a liberdade de abrir contas bancárias pessoais. Atualmente elas só podem ter carteiras de depósitos. E os que tivessem contas pessoais — correntes — poderiam, dependendo de sua renda, receber crédito. O acadêmico também sugeriu que fossem formadas associações de consumidores em todos os bairros, de 20 mil membros cada uma, no máximo. Isto, em sua opinião, encorajaria a supervisão coletiva do consumo.

O sistema que Glushkov advoga é na verdade muito similar ao das *beroozka*, ou lojas que trabalham com moeda estrangeira, que atualmente fornecem artigos aos estrangeiros privilegiados e aos altos funcionários soviéticos. Os pagamentos nestas lojas são feitos por meio de cupons, os quais são fornecidos contra pagamento em moeda estrangeira. Apesar de não poderem ser comparadas com suas similares ocidentais, em termos de regularidade e variedade de artigos, estas lojas fornecem coisas que são de outro modo impossíveis de se obter na União Soviética.

Em princípio, o sistema parece bastante razoável. O argumento é o seguinte: se este é o modo pelo qual as pessoas podem comprar mais artigos, não pode haver danos nele. Mas visto um pouco mais de perto, o que se advoga é um sistema permanente de escassez. Assume-se que a escassez sempre existirá, e que a única maneira de superá-la é juntar-se à classe dos privilegiados que possuem a chave para o "paraíso dos consumidores". O sistema teria outras virtudes. Não apenas legitimaria os privilegiados, como explicaria aos não privilegiados que não participam do privilégio por sua própria culpa.

Claro que Glushkov não mostra, na entrevista, sinais de que está, afinal de contas, legitimando e sancionando a escassez como um meio de vida. Mas talvez sem querer ele sublinhou que os advogados do *status quo* na União Soviética buscam não a mudança radical, nem maior igualdade, mas simplesmente uma melhoria superficial das condições existentes.

Como era natural, a entrevista de Glushkov conseguiu perturbar muita gente. Teve o efeito de uma martelada em muitas expectativas de vida futura mais fácil. Não que as pessoas acreditem seriamente que o sistema de Glushkov esteja prestes a ser adotado. Pelo contrário. As autoridades só podem ficar descontentes com uma idéia que cria uma classe permanente de subprivilegiados. Mas a *intelligentsia* sente que muitos artigos e serviços na sociedade soviética estão se tornando uma questão de privilégio, e não de direito. Glushkov, com sua ênfase na desigualdade, acabou com a máscara de que as coisas pudessem ser de outra forma.

Israel: os pecados de um candidato

Eric Silver
The Guardian

A eleição do quarto presidente de Israel está se tornando um pouco mais democrática e muito menos digna. Na semana passada, mais dois candidatos apareceram oficialmente na cena política: o dr. Ephraim Urbach, diretor do Instituto para a Ciência do Judaísmo e professor de Comentários e Preceitos, aceitou sua indicação pelo Partido Religioso Nacional; e Menachem Begin tornou-se o candidato do partido oposicionista Gahal.

O Knesset, parlamento israelense de 120 membros, escolherá até 25 de abril o sucessor do presidente Zalman Shazar, por voto secreto. O candidato do Partido Trabalhista, professor Ephraim Katchalski, um biofísico, permanece favorito, mas não com a certeza de vitória que tinha há uma semana.

A indicação do dr. Urbach foi na verdade um protesto contra a maneira pela qual os trabalhistas escolheram o dr. Katchalski. Este foi designado na última hora para impedir a indicação do vice-líder do Partido Trabalhista no parlamento, Yitzhak Navon, considerado inconvenientemente próximo à "facção-Dayan" do partido.

Navon é uma figura popular, judeu oriental, dramaturgo e contador de histórias. Sua mulher, uma psicóloga de 36 anos, foi *miss* Israel em 1956. Ele tem 52 anos, e fala meia dúzia de línguas, incluindo o árabe.

Inicialmente, Navon mostrou-se relutante em aceitar sua candidatura. A presidência seria o fim de uma carreira política que ele iniciou como secretário de David Ben-Gurion. Mas depois, aparentemente seguro de que nem o professor Katchalski nem Yaigael Yadin, um arqueólogo, estavam interessados na disputa, Navon concordou com a indicação, e seus sonhos começaram.

Para espanto da direção do Partido Trabalhista, a candidatura de Navon começou a ir em frente. Os organizadores de sua campanha calcularam que ele receberia 70 por cento dos votos no Congresso partidário. Diante disso, a máquina do Partido Trabalhista pressionou o professor Katchalski — que estava nos Estados Unidos — e usando todo o prestígio dele conseguiu uma pequena maioria no Congresso Trabalhista.

A operação deixou em muita gente um gosto amargo, e não somente entre os judeus orientais, que têm apenas um ministro no gabinete de Golda Meir, e pensaram que poderiam ter seu primeiro presidente. Mesmo o Partido Religioso viu com queixas todo o episódio, pois poderia dar seus votos a Navon.

Atualmente, o Partido Trabalhista está empenhado em explorar a seu favor divergências na comunidade religiosa. O candidato do Partido Religioso, dr. Urbach, é visto como perigosamente "progressista" pelo ultra-ortodoxo Partido Aguda. Uma facção do Partido Religioso o considera um "inimigo". Urbach é acusado de fazer campanha em prol do casamento civil, para os ortodoxos um imperdoável "pecado venial".

168

"Não tenho vergonha de retroceder"

A partir da semana passada, oficialmente, a Censura federal será a primeira a ouvir a música brasileira. Volta a entrar em vigor o decreto 2049 artigo 74 elaborado em 1946: "a solicitação da censura dos discos (para execução em rádios) deve ser acompanhada de uma cópia fiel da peça nele gravada, falada ou cantada, qualquer que seja sua natureza (...)". Antes de ser prensado, antes mesmo de sua gravação completa, ainda em fita, o disco nacional será examinado em detalhes, com o intérprete "cantando com seu instrumento, como deverá sair". A Censura — e a medida — partem da crença que, ainda que declarada a letra (como ordenava a portaria 3 969, do censor Aloysio Mulethaler de Souza, agora revogada), o compositor, músico ou cantor pode emitir mensagens posteriores, através do resultado final.

Cronologicamente, alega a Censura, sua nova atitude, tomada após a proibição do programa Flávio Cavalcanti, deveu-se, entre outras, à gravação da música Feira da Fruta, *pelo conjunto paulista Capote. O refrão-título, pronunciado com rapidez, daria a entender um dos mais conhecidos e populares palavrões da língua portuguesa. A entonação de uma frase numa música caipira não identificada ("uma chuvinha quente" excessivamente tônico na sílaba ma e teria recebido um acento se entenderia "o machu vinha quente") seria outro motivo.*

Prejudicadas pela medida, as gravadoras foram à Censura para defender seus argumentos, todos de ordem prática e administrativa. O principal deles referia-se, inclusive, a uma antiga e cada vez mais desigual disputa de mercado: com a censura prévia e calculando-se um mínimo de mil consultas mensais, a sobrecarga da Divisão de Censura de Diversões Públicas seria a ponto de acrescentar mais um triunfo à música importada. Ela entra no Brasil (à exceção de casos raros de pós-censura, como Je T'Aime (Moi Non Plus)) livremente.

A esperança de os representantes de gravadoras conseguirem a revogação da medida baseia-se num caso concreto: em 1969, a portaria Mulethaler era originalmente uma obrigação às gravadoras de apresentar em seus produtos acabados, ou seja, os discos gravados, mesmo sob o risco do grande prejuízo de ter que alterá-los. Hoje, também esses funcionários confiam numa frase habitual do dr. Rogério Nunes, diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas: "Parodiando Voltaire digo que não tenho vergonha de retroceder, porque não me envergonho de raciocinar"

GUIA DE SÃO PAULO

CINEMA

[illegible]os de um Sedutor (Play It Again, Sam) — Divertida comédia escrita e estrelada por Woody Allen. Direção de Herbert Ross. Ver crítica ao lado. Art Palácio Copacabana.

Retrospectiva do Filme de Horror — Segunda-feira, 9, 18h30m: **Monstros Conhecidos e Amados**, coletânea organizada por Jack Haley Jr., EUA/1964, narrada em português. **O Filho do Diabo em Paris (Le Fils du Diable à Paris)**, de Charles Lépine, França/1903. **As Travessuras do Diabo (Les 400 Coups du Diable)**, de Georges Méliès, França/1906. Fragmentos de **O Inferno de Dante (L'Inferno di Dante)**, de Giuseppe de Liguoro, Itália/1909. **O Gabinete do Dr. Caligari (Das Kabinet des Dr. Caligari)**, de Robert Wiene, Alemanha/1919. Terça, 10, 18h30m: Fragmento de **Múmia (Die Augen des Mumie Ma)**, de Ernst Lubitsch, Alemanha/1918. **Pode o Amor Mais Que a Morte? (Der Müde Tod)**, de Fritz Lang, Alemanha/1921. Quarta, [illegible] 18h30m: **Nosferatu, o Vampiro (Nosferatu)**, de F. W. Murnau, Alemanha/1920. **O Golem (Der Golem)**, de Paul Wegener and Carl Boese, Alemanha/1920. Quinta, 12, 18h30m: **O Mostrador de Sombras (Schatten)**, de Paul Robison, Alemanha/1923. **O Estudante de Praga (Die Student von Prague)**, de Henrik Galeen, Alemanha/1925. Sexta, 13, 18h30m: **O Gabinete das Figuras de Cera (Die Washenfigurenkabinet)**, de Paul Leni, Alemanha/1924. **A Queda da Casa de Usher (La Chute de la Maison Usher)**, de Jean Epstein and Luis Bufuel, França/1928. Sábado, 14, 18h30m: **A Feitiçaria Através dos Tempos (Haxan)**, de Benjamin Christensen, Dinamarca/1922. As 20h30m: **Fausto (Faust)**, de F. W. Murnau, Alemanha/1926. Todas essas sessões na Cinemateca do MAM.

Ainda no Ciclo de Horror: **O Bebê de Rosemary (Rosemary's Baby)**, de Roman Polanski, EUA/1968 — Studio Tijuca, sexta, 24. **Drácula**, de Tod Browning, com Bela Lugosi, EUA/1931 — Cinema-1, sexta, 24. **A Maldição do Sangue de Pantera (Curse of the Cat People)**, de Robert Wise, EUA/1944 — Cinema-1 sábado, 24h.

SHOW

Gilberto Gil — Estréia dia 10 com "músicas novas que já nasceram de um momento mais tranquilo de minha vida" (Gil). Com Tuti Moreno (bateria), Rubão Sabino (baixo) e Aloísio Milanez (piano). No teatro Opinião.

Egberto Gismonti — Dia 13, estréia do **show** produzido por Guilherme Araújo. Com Paulo Moura, João Palma e Edson Lobo. No Gláucio Gil.

O humor de Manhattan

O mito Bogart encontra a maestria de Allen, um criador inquieto

Woody Allen

Play it Again, Sam, ridiculamente traduzido aqui para *Sonhos de um Sedutor*, é uma comédia engraçada por culpa exclusiva de Woody Allen. Foi ele quem escreveu a peça original, interpretou-a (400 vezes) no palco e a interpreta agora no cinema diante da câmara complacente de Herbert Ross. Outro culpado em potencial: o espectro de Humphrey Bogart, "representado" no filme por um sósia (Jerry Lacy) quase perfeito enquanto seu rosto permanece à meia-luz. Allen entra com seu exuberante talento de humorista, *gag-man* e sua *persona* de pobre coitado militante. Bogie contribui com a sua mitologia. Objeto de culto desde que Belmondo parou em frente a um cartaz de *Trágica Farsa* para imitá-lo em *Acossado*, Bogie enviou à geração dos 40 um jeito especialmente dramático, cínico e máscule de tragar cigarro, levar um copo aos lábios e submeter as mulheres aos seus imperceptíveis caprichos de machão sofisticado e calculista. Ninguém, ou melhor, nenhum outro ator conseguiu ser um porco chauvinista tão bacana quanto ele nos 77 filmes que fez durante três décadas.

O ponto de partida de *Play* não oferece grandes novidades. Essa necessidade de transferência — o sonhar-de-olhos-abertos com uma personalidade e a realidade mítica por ela projetada — é um tema enraizado fundo na cultura americana. Há 12 anos, Walker Percy criou um personagem em seu primeiro romance, *The Moviegoer*, que sonhava em conhecer e ser amigo de William Holden e não conseguia tirar da cabeça a saraivada de balas que John Wayne dá em *No Tempo das Diligências* e o gato que se esconde sobre os pés de Orson Welles em *O Terceiro Homem*. A geração dos anos 40 descobriu o mundo pelo filtro mágico do cinema e o mínimo que se pode dizer dos resultados dessa educação é que eles criaram um mecanismo de defesa *sui generis*.

Quando *Play* começa, Allan está sorvendo os instantes derradeiros de *Casablanca*, não como o crítico que depois diz ser, mas como uma fanática fanzoca que sabe de cor cada plano, cada diálogo e encontra um prazer orgástico em sofrer com a separação de Bogie e Ingrid Bergman. O filme escolhido é um achado: *Casablanca* acabou ocupando, com o tempo, o lugar mais honroso entre os clássicos do romantismo do cinema americano. Tão mitificado quanto o próprio Bogie, *Casablanca* não resistiu ao folclore nostálgico que se criou em torno de seus personagens, a tal ponto que, durante muito tempo, acreditou-se que, numa de suas crises de melancolia, Bogie virava-se para o pianista negro, Dooley Wilson, dizia: "*Play it again, Sam*" ("Toque de novo, Sam"), e ele tocava *As Time Goes By*. Na verdade Bogie dir apenas "*play it*"; mas a frase mágica sobreviveu.

Quando o extasiado e fantasista Allan sai da sessão de *Casablanca*, as primeiras "lições da vida" começam a forçar a sua trágica volta à realidade de homem comum. Ele está na fossa: sua mulher (Susan Anspach) o abandonou porque "já estava cansada de passar a vida trancada em cinemas". Para piorar, em agosto os psiquiatras tiram férias. Não lhe faltam estímulos para seguir a técnica, supostamente infalível, de Bogie — o fantasma do ídolo reaparece constantemente para encorajá-lo e esclarecer detalhes de truques e tiques mais complicados — porém acontece que o neurótico adorador é, sob qualquer ponto de vista, o oposto do mestre. Em dois anos de casado só conseguiu oferecer dois orgasmos à mulher. Com as garotas predatórias que um casal amigo (Diane Keaton e Tony Roberts) procura arrumar-lhe raramente chega sequer aos primeiros avanços amorosos.

O mais lamentável em sua luta diária contra a realidade não é tanto a sua proverbial falta de bossa para se comunicar e ser entendido — ele próprio admite, com um cinismo masoquista, que tinha dificuldades de arranjar companhia até para o *réveillon* "mesmo quando estava casado" — mas a diferença absurda existente entre os objetos de conquista e o arsenal de afeto e táticas que ele utiliza para alvejá-los.

Allan Felix pode ser feio, baixinho, desajeitado, distraído, mas o seu entusiasmo em acertar é tão grande que, antes de culpá-lo pelo excesso de zelo em ser agradável, já rifamos o seu foco de interesse como indigno de tantas acrobacias e sacrifícios. Woody Allen sente muita pena, carinho e, de certo modo, orgulho de seu alter-ego e nos transmite esse sentimento sem precisar caricaturar as mulheres do elenco. Linda (Diane Keaton), a amiga neurótica com quem ele permuta coquetéis hipocondríacos (suco de maçã com Darvon; Librium com suco de tomate), define bem a situação quando diz que "qualquer mulher se sentiria honrada se soubesse o quanto para conquistá-la ele se sacrificara". Par um encontro casual com uma garo arrumado por Linda, Allan estuda qual tipo de música faria melhor efeito (Oscar Petterson ou Bela Bartók?), faz gargarejos com loção de barba e passa binaca nas axilas. É o fracasso mais bem-intencionado e esforçado de que se tem notícia desde Chaplin e Buster Keaton.

O humor de Woody Allen é típico de Manhattan, um humor sofisticado, amparado em dados culturais às vezes esotéricos para os de fora — um humor nova-iorquino que, por razões extra-artísticas (greves de técnicos na costa leste), teve de ser adaptado ao cosmopolitismo menos denso de São Francisco. A adaptação passa imperceptível para quem não sabe que originalmente a ação da peça decorria nos limites do Central Park e Greenwich Village. O transplante para a Califórnia, aliás, proporcionou a inclusão de uma *gag* privada e saborosa: num dos delírios de Allan, o marido de Linda, a quem ele acabara de trair, aparece tentando afogar-se na praia de Malibu exatamente como James Mason em *Nasce uma Estrela*.

Embora tenha declarado que não se interessava em filmar sua própria peça e que deixou Herbert Ross à vontade, todas as qualidades de *Play* — desde o texto, os caços inseridos na hora, até a contratação da excelente Diane Keaton (a mulher de Al Pacino em *Godfather*) para o papel de Linda — pertencem a Woody. O que caberia a Ross fazer — encontrar um equivalente visual para o humor nervoso e refinadamente surrealista do autor — ele não faz. Talvez um Frank Tashlin fosse capaz de obter o tom exato. Além, claro, do próprio Woody Allen cujo primeiro exercício como cineasta, *Um Assaltante Bem Trapalhão (Take the Money and Run)*, foi subestimado pela crítica brasileira. Quanto aos outros — *Bananas* (gozação a uma republiqueta latino-americana) e *Everything You Always Wanted to Know About Sex* — cabe à Censura e não à crítica dar explicações. O primeiro foi proibido em todo o território nacional. O segundo, por certo, deverá também [illegible] o caminho de volta para Nova [illegible] onde as pessoas, além de [illegible] qualquer tip[illegible]

GUIA DO RIO

CINEMA

No Limiar da Liberdade — Inglaterra, 1970. Direção de Joseph Losey (**O Mensageiro**). A angústia, o desespero, a insegurança humana na história de dois fugitivos da prisão. Cine Marachá.

Rodeio com a Morte — Estados Unidos, 1972. Bem sucedida estréia de Cliff Robertson na direção e que também interpreta o ex-presidiário desencantado no retorno à terra natal. Cine Paissandu.

A Sangue Frio — Na sessão flash-back do Museu de Arte Moderna, MASP, que apresenta filmes cujos contratos de exibição estão se vencendo, o filme de Richard Brooks que procura manter o clima do romance de Truman Capote, em que foi baseado, um vibrante estudo sobre a violência nos Estados Unidos. Dia 9, 2.ª-feira, às 20h30m.

Cinema Alemão — A escola expressionista alemã no ciclo de filmes promovido pela Casa de Goethe. Dia 9, **Scherben**, de Lulu Pick, 1921; **A Morte Cansada**, de Fritz Lang, 1921. Dia 10, **O Castelo Vogelod**, de F. W. Murnau, 1921; **Nosferatu**, de F. W. Murnau, 1921. Dia 11, **Os Nibelungos**, de Fritz Lang, 1924. Dia 12, **Dr. Mabuse I** e **Dr. Mabuse II**, de Fritz Lang, 1922. As sessões são às 18h30m e 20h30m.

Sociedade Amigos da Cinemateca — Retrospectiva Humberto Mauro no SAC. Dia 10, **Ganga Bruta**, 1933. Dia 11, **O Canto da Saudade**, 1952. Dia 12, **Bandeirantes**, de 1940, em co-direção com Roquete Pinto e participação no roteiro de Afonso de Taunay; **Engenhos e Usinas**, 1955; **A Velha e Fiar**. Às 20h30m na sala Mario de Andrade do Cine Belas Artes.

TEATRO

Evangelho segundo Zebedeu — Com grande parte dos espetáculos vendidos para as escolas e subvencionado pela prefeitura municipal de Santo André, o Grupo Teatro da Cidade estréia dia 9 com o texto de César Vieira (**Rei Momo**) apresentado há dois anos no Festival Universitário de Nancy, na França. Direção de Silney Siqueira (**Vida e Morte Severina**) e cenários de José Anchieta. No Teatro Municipal de Santo André.

MÚSICA

Darcy Villa Verde — Recebendo críticas elogiosas de respeitáveis personalidades, como Duke Ellington, as qualidades do violonista Villa Verde (Grand Prix D'interpretation no VIII Concurso Internacional de Violão em Paris) foram postas em dúvida pelo crítico-maestro Diogo Pacheco. O recém-polêmico Villa Verde dá um recital dia 10, às 21h no MASP, alternando no programa execuções de música clássica e popular.

BALLET

Royal Ballet Company — Assinaturas vendidas a crédito (financiadas por um grupo bancário), estréia mundial da peça **A Bela Adormecida** (somente duas apresentações especiais em Londres, uma para a rainha, o príncipe e convidados, e outra para estudantes), a ausência de Margot Fonteyn na temporada gaúcha (deverá chegar para a estréia paulista), a inusitada viagem da companhia (que só se apresentou duas vezes fora da Inglaterra, uma em Moscou e outra em N. York) são acontecimentos que envolveram de ansiosa expectativa a vinda do famoso **ballet** londrino. Expectativa que termina esta semana, em São Paulo, com a estréia do Royal Ballet Company no dia 11, que estará [illegible] dom[illegible] no Te[illegible] Municipal.

John Ford

Ford no Vietnã

Enquanto Jane Fonda e um grupo de estudantes protestavam contra a política americana de ajuda ao regime corrupto do presidente Nguyen Van Thieu, nas proximidades do hotel Beverly Hilton, em Los Angeles, sábado retrasado, lá dentro o presidente Nixon entregava ao veterano (78 anos) cineasta John Ford a mais alta condecoração civil dos EUA. Velho, cansado, inativo em Hollywood desde o fracasso comercial de *Sete Mulheres*, há 12 anos, John Ford compareceu à cerimônia numa cadeira de rodas. Ouviu do presidente um elogio ("Você é um dos gênios do cinema e um apóstolo apaixonado da liberdade") e devolveu na mesma moeda: "Quando vi o regresso dos nossos prisioneiros pela televisão, fiz uma simples oração — a mesma pronunciada em milhares de lares norte-americanos — Deus abençoe Richard Nixon".

As informações das agências noticiosas abstiveram-se de dar maiores detalhes sobre tão súbita condecoração. Pelas imagens apresentadas na TV, o prêmio ao grande e enfermo diretor foi uma espécie de extrema-unção pública. Pelo texto veiculado pela UPI-AFP, acredita-se que Nixon quis agradecer Ford por ter sido, além de seu eleitor, um "falcão" durante a guerra do Vietnã ou então sacramentar uma amizade iniciada nos anos 50 quando o atual presidente americano "elaborava em Hollywood a famosa lista negra que deveria condenar ao desemprego forçado todos aqueles que, dentro do cinema, eram suspeitos de simpatia em relação aos comunistas".

A primeira parte pode estar correta mas a segunda não tem fundamentos. Apesar de politicamente conservador, Ford comportou-se com mais decência do que muitos esquerdistas de Hollywood no calor da caça às bruxas organizada por Joe McCarthy e apoiada, entre outros, pelo então senador Richard Nixon. Mais do que isto: num de seus faroestes daquela época, *Sangue de Heróis* (*Fort Apache*, 47), ousou opor a dignidade do povo índio ao delírio de um chefe militar branco.

O mais provável, contudo, é que o governo americano tenha agradecido Ford por seu último filme: um documentário intitulado *Vietnã! Vietnã!* Ofic[illegible] pro[illegible] cineasta [illegible] realidade arquitetado por Bruce Herschensohn (funcionário da United States Information Agency) e dirigido por Sherman Beck, que de outubro a dezembro de 1968 registrou flagrantes da guerra *in loco*, com uma pequena equipe técnica. Ford limitou-se a supervisionar algumas tomadas perto de Saigon e a montar as 11 horas de material filmado reduzidas a 58 minutos de propaganda sobre as razões e a importância da ocupação do Vietnã pelos americanos. Nenhum outro documentário da USIA custou tão caro (US$ 252.751) e contou com tantas atrações: além de Ford, a narração é de Charlton Heston.

Por lei, nenhum filme de propaganda da USIA pode ser projetado nos EUA para não provocar polêmicas, mas alguns privilegiados, entre os quais o crítico e historiador Joseph McBride, conseguiram vê-lo em sessão privada em Washington, há sete meses.

Segundo McBride, *Vietnã! Vietnã!* tem a mesma estrutura das antigas, magníficas e ingênuas epopéias do cineasta. Como os índios de *Ao Rufar dos Tambores* (*Drums Along the Mohawk*, 39), que não chegavam a ser caracterizados como bandidos mas como inocentes úteis manipulados por um traidor da independência (John Carradine), os norte-vietnamitas são tratados como infelizes criaturas desvirtuadas do bom caminho pelos traidores da democracia, os comunistas. Apesar do apelo a recursos de linguagem incomuns ao estilo de Ford (teleobjetivas, desfoques, efeitos de luz), *VV* parece expressar melhor a frágil ideologia do cineasta que os premiados documentários de guerra por ele realizados há mais de 20 anos.

Acredita McBride que este pueril faroeste vietnamita possa, graças ao realismo exacerbado das cenas de violência, servir de involuntária propaganda contra a guerra. Quem conhece o paternalismo e o sentimentalismo com que Ford sempre encarou as chamadas questões melindrosas da sociedade americana — a colonização, o racismo, a intolerância — pode fazer uma idéia do teor político desse pequeno filme (já distribuído a 29 das 176 agências da USIA no exterior) [illegible] que pela primeira e, calcula-se, [illegible] vez o canastrão [illegible] realizou [illegible] [illegible] por Ford. [illegible]

Da largura do arame

O sucesso de Comportamento Geral não trouxe apenas lucros e sorrisos para Luiz Gonzaga Jr.

Duas semanas atrás, Luis Gonzaga Jr. gastou sete dias percorrendo as rádios de São Paulo. Foi desfazer o boato de que seu compacto *Comportamento Geral* havia sido proibido. Por causa dele, algumas rádios, usando uma espécie de autocensura, excluíram-no de suas programações e o compositor, cantor e violonista da música foi obrigado a cumprir este roteiro estranho.

Para Luiz Gonzaga Jr., o *Gonzaguinha*, foi uma boa experiência, porque ficou conhecendo "as pessoas que tocam minhas músicas e sabendo o que pensam de mim". Na verdade, como compositor de sucesso popular (modesto, ele acredita que seu disco, nas paradas, tenha vendido só uns 15 mil exemplares) foi seu primeiro contato com qualquer tipo de público. Antes ele era o autor "maldito", "hermético", "antipático", "mascarado", de letras longas e músicas de harmonia trabalhada, respeitado, mas quase ignorado. Participou de três festivais universitários enquanto se formava em Economia. Foi finalista (*Pobreza por Pobreza*), quarto colocado (*Parada Obrigatória para Pensar*) e vencedor (*O Trem*). Sempre distante, afinando sua magreza com um comportamento ríspido, ele chegou mesmo ao untuoso Festival Internacional da Canção, sem nunca, no entanto, ter-se integrado nele. Igualmente à margem permanecia *Gonzaguinha* nas aparições da TV ou excursões de teatro, com seu pai. Qualquer semelhança entre Luiz Gonzaga, rei do baião, sorridente, cara de lua, e Gonzaga Jr., agressivo, equilibrando o cigarro entre os dedos enquanto tocava, só podia ser coincidência. Tanto que se espalhou outro boato que de certa forma o constrange: o de que seria filho adotivo. "É uma longa história", diz *Gonzaguinha*, entre inquieto e encabulado. E conta que não é filho da atual mulher de Luiz (Helena) Gonzaga. Foi criado no morro de São Carlos, no bairro do Estácio, no Rio, por pais adotivos. "A *Dina* (Leopoldina de Castro Xavier) e o *Baiano* (Henrique Xavier), com quem aprendi a tocar violão".

"Sou um moleque"

Isso talvez explique a pouca interferência de Luiz Gonzaga na linha principal de influências do filho. E no seu comportamento geral. "Fui moleque de morro, quebrei vidro, joguei bola, roubei fruta, mas principalmente do quintal das pessoas que eu não gostava". *Gonzaguinha*, 27 anos, define-se dentro desta atmosfera construída na infância. "Sou um moleque. Mas um moleque bem alegre, um marginal que sabe que é e será marginal".

Suas bruscas mudanças de tom — às vezes sorri franco e simpático, outros momentos parece desconfiado das perguntas — correspondem, de certa forma, aos altos e baixos de sua carreira e músicas. *Gonzaguinha* tem passagens de inescondível indecisão poética ("vai carregado de esperança, amor, verdade e outros ades", *O Trem*) e outros de inabalável objetividade ("Mas sonha que passa/ ou toma cachaça/ aguenta firme irmão, na oração/ Deus tudo vê e Deus dará", *Um Sorriso nos Lábios*). Desde 68, quando começou a tentar a carreira (sua primeira música, *Primavera*, foi gravada pelo pai em 1959), manteve-se apenas fiel a um tipo de resultado sonoro que lembra (inclusive quanto ao registro de voz) Milton Nascimento. *Gonzaguinha* diz que não é influência: "Começamos praticamente na mesma época. O que há é que ele é alegre e moleque como eu".

Depois de *Comportamento Geral* ("Você merece / tudo vai bem / tudo legal / cerveja samba e amanhã, seu Zé, se acabarem com seu carnaval"?), um samba envolvente, quase arrastado, *Gonzaguinha* marcou sua presença, até então fluida, na música brasileira. Não sabe exatamente como se situar, porque "pertenço a esta geração meio espremida que pegou a barra pesada logo", mas admira de Milton Nascimento a Edu Lobo. "Influência é como gripe" e a única preocupação dele é filtrar os principais vírus, "compor consciente, como um exercício: venho aqui para casa e fico horas mexendo com música". Quando não está compondo, constrói móveis. As cadeiras, de barril e couro — "parece que custaram uma fortuna" — foram feitas por ele. Orgulha-se de estar em dia com o aluguel do apartamento modesto na Tijuca onde mora, vista para uma pedreira cinco metros à frente das janelas. Tem pago tudo sem ajuda, "só com minha carreira de compositor 'hermético' ", brinca ele.

Equilíbrio difícil

Sem ser uma nova candidatura ao trono desocupado por Geraldo Vandré, *Gonzaguinha* tem recebido um tipo de aplauso parecido, depois de ter ouvido muitas vaias, sem se abalar. No caso, para ele, é apenas uma questão de imagem preconcebida do público, da qual não tem culpa. "Qualquer pessoa pode ser chata, antipática antes que você se aproxime dela", justifica-se. Entre *Gonzaguinha* e Vandré, porém, parece guardar-se uma distância. "*Comportamento Geral* e *Sorriso nos Lábios* não representam necessariamente uma guinada na minha carreira nem são a única coisa que sei fazer". De seu próximo LP, que já começou a ser pré-gravado para apresentação à Censura, há músicas completamente diferentes; "daquelas que o público vaiava. É uma carreira de equilíbrio difícil, mas meu pé é da largura do arame".

O padrão confirmado

A TV Globo pretende elevar seu nível, mudando alguns programas. Satiricom provou que isso não será fácil.

"Rede Globo. Acima do padrão. A dinâmica moderna da comunicação". Com essas palavras a TV Globo encerrava as chamadas para os novos programas lançados na primeira semana de abril, e destinados a substituir esquemas que não atenderiam mais ao atual estágio do chamado "padrão Globo de qualidade". Acima do padrão.

Renovar um programa (ou qualquer coisa) implica, imediatamente, em ampliar seu campo de ação, fazer com que a coisa se torne a soma do que já era nos programas anteriores, fazendo com que o espectador passe a atuar no campo novo (ampliado) com uma mistura de situações e referências antigas e novas. E para isso é necessário que a idealização do programa reflita este estado de espírito de "tentativa", de coisa aberta, de invenção.

O horário de nove horas da noite de segunda-feira na TV Globo é habitualmente dedicado a um programa de humor, de piadas curtas e batidas, comediantes e esquemas diretamente inspirados em velhos programas de rádio. De *Balança Mas Não Cai* a *Faça Humor, Não Faça a Guerra* as modificações fundamentais eram no sentido de buscar o que seria a "gag" visual, um humor próprio de televisão que utilizasse, além do texto, todos os recursos oferecidos pela imagem. O resultado foi a repetição dos velhos esquemas numa sucessão infernal de cortes e *zoons* rapidíssimas, mais ou menos no estilo dos comerciais de televisão [illegible] da idéia tola de que 30 situações (planos) de 1 segundo "informam" 30 vezes mais que um único plano (situação) de 30 segundos. A "dinâmica" moderna da comunicação. Nos dois programas o mesmo esquema: as situações eram todas dentro de um "universo óbvio" do espectador; os loucos eram sempre "Napoleões", os analfabetos sempre absolutamente analfabetos, as mulheres facilmente consumíveis e as idéias inexistentes. O *Balança* mudou de canal e, com um elenco pior e mais "grosso", passou a liderar a audiência. Era uma disputa de um programa com sua imagem, de uma estrutura com seu reflexo.

Com o lançamento de *Satiricom* pela Globo na última segunda-feira, foi feita mais uma "renovação". A luta pela liderança no horário se tornava na prática uma espécie de busca de um riso geral, que reflita nos quadros do IBOPE a sua generalidade. Mantendo praticamente a mesma equipe técnica dos programas anteriores e sob o pretexto de "satirizar os meios de comunicação" o programa, agora, se situava num universo ainda mais restrito: a própria Rede Globo. O raciocínio é simples e eficiente em termos de IBOPE, se a garantia da audiência é dada na medida em que o campo de ação é mais facilmente reconhecível pelo espectador, que melhor universo a ser utilizado senão aquele que a própria televisão lhe apresenta diariamente? É claro que este é um tipo de proposta inversa à desejável. Trata-se de fechar o sistema de uma forma grosseira "satirizando" o caos utilizando a sua própria estrutura. Como num círculo vicioso, o espectador é remetido à sua situação original sem qualquer possibilidade de ampliação de seu campo de conhecimento.

Assim o programa focalizava, através de imitações, pastiches como *Jornal da Terra*, *Sessão Corujão*, *Lobo de Ouro* dentro de um esquema de "humor simpático" como se os programas satirizados fossem origem e modelo de emissões de telejornalismo, cinema pela televisão e parada musical. Dentro deste quadro a própria questão de talento (ou não) dos humoristas presentes (Jô Soares, Renato Corte Real, José Vasconcellos, Agildo Ribeiro, etc.) cai para um segundo plano em presença do aspecto fundamental, ou seja, o abandono de qualquer idéia de "função" de televisão em proveito de uma perspectiva de empresa, de faturamento. E não se pode levar em conta, para efeito de comentário, se se trata de um programa humorístico ou "sério", pois o que está em jogo não é a eficiência de uma piada, mas a própria idéia de um programa (de humor ou não) dentro de uma visão global do que seja televisão.

Em meio ao programa, uma rápida sucessão de fotos de personalidades famosas pretendia exprimir uma idéia de "aldeia global" criada pelos modernos meios de comunicação; para o espectador as fotos funcionavam apenas como ligação entre os quadros já conhecidos, deixando no ar um sentimento de que representavam um mundo exterior que lhe era vedado, um universo ao qual ele não teria acesso na medida em que sua relação com o programa lhe impunha um campo de ação tão restrito quanto possível onde o humor era perseguido com coisas do gênero "papel sanitário Satiricom, de muitas utilidades". O nível de solidão em que este telespectador (imaginado em uma sala escura frente ao aparelho ligado) é mantido é fruto direto da perspectiva de nossa televisão em funcionar como "empresa moderna". Televisão é empresa como cinema é indústria. E se é, não devia ser. (*Haroldo Marinho*)

O rock rural e um "filho" de Caetano

As estréias individuais de Renato Teixeira e Sérgio Sampaio: versões novas de caminhos conhecidos

Cresce a legião dos "filhos" de Caetano Veloso. E exatamente nessa característica está a deficiência do novo grupo, se é que assim pode ser chamado. São descendentes e não discípulos de um mestre cujo maior empenho é o de pregar a não-filiação a estilos, o descompromisso com escolas determinadas. *Eu quero botar meu bloco na rua* (Philips) por Sérgio Sampaio é o LP individual da estréia de mais um "filho" de Caetano. Desde o modo como a voz (por coincidência também parecida) é usada, até construções ("Bruxas, medos e suspiros/dentes, pelos e vampiros") e climas poéticos ("sentados e sérios em volta da mesa/a grande família e o dia que passou").

Trilha "compenetrada"

Isso ocorre principalmente com o que parece ser o afluente central do Lp de Sampaio, suas letras mais pretensiosas e elaboradas. Quando ele dá a impressão que apenas se diverte, escrevendo sobre uma melodia e ritmo simples de samba, obtém (talvez involuntariamente) resultados mais espontâneos (como os de *Odete* e *Raulzito Seixas*). E parecem ter sido eles precisamente os que teriam chamado a atenção para um estranho Lp — *Sociedade da Grã Ordem Kavernista* — que o lançou junto com Raul Seixas, e a participação da sambista Miriam Batucada em 1969.

Apenas neste havia humor em excesso, uma preocupação de ser mais engraçado do que permitia o lastro de criatividade dos participantes do disco. Agora, Sérgio Sampaio parece seguir uma trilha "compenetrada", puxada ação abre alas *Eu quero é botar meu bloco na rua*, uma marcha arrastada e entristecida que nada tem a ver com o clima do LP. E ficam à mostra suas deficiências, em especial a reduzida potência de sua linha melódica, em geral pobre e repetitiva. Sérgio escapa a um possível réquiem uníssono à sua estréia por algumas letras mais provocantes como *Pobre Meu Pai* ("Pobre meu pai / a marca no meu rosto / é do seu beijo fatal / o que eu levo no bolso / você não sabe mais") colocada, no Lp, em seguida a *Cala a boca zebedeu*, do pai do compositor. Um impacto reduzido, se levada em conta a expectativa da estréia, criada desde a classificação de *Eu quero é botar meu bloco na rua*, no último Festival Internacional da Canção.

Maior unidade

Outro estreante, Renato Teixeira, em *Paisagem* (Sinter) pretende atrelar-se a outra corrente de certa forma estabelecida na música brasileira: o *rock* rural. Por tratar-se de uma linha musical menos sólida, ou pela participação mais radical de Renato, ele chegou a um trabalho de maior unidade. A exacerbação da atmosfera doce e bucólica, porém, trouxe um tipo de consequências diferente dos problemas gerados no Lp de Sérgio Sampaio. Renato, um experiente participante de festivais (com fracas colocações) da época de Chico Buarque de Hollanda usou com muito entusiasmo sua capacidade de controlar a textura dos climas das músicas. Seu Lp ficou etéreo como uma folha de papel — em branco. De *Velha História* a *Sapo*, o ouvinte atravessa as faixas como se cruzasse um rio imaginário. As metáforas são no mínimo delicadas ("olha, escuta o sapo / na lagoa a cantar / olha como é lindo / ouvir de noite / ele cantar") para melodias tênues que parecem próximas de romper-se a qualquer instante. A ligação mais íntima entre o ambiente das faixas é feita por viola (Fausto) e coral (da USP), um segundo plano apenas capaz de acentuar a fragilidade da imagem em close. Renato Teixeira canta com simplicidade e *Marinheiro*, além de ser a música mais conhecida é a menos monótona do LP.

De resto, baladas *rock* rurais que ora lembram canções do oeste americano ora toadas do interior de Minas ou de São Paulo. E letras que concordam em gênero, número e grau com a passividade sugerida pelo título e a capa do disco (uma janela de papelão que se abre para uma paisagem encimada por um retrato e um desenho do rosto de Renato Teixeira). (*Tárik de Souza*)

Os Beatles de novo ?

Modos de vida e posições ideológicas dificultam a volta dos Beatles

Quando Allen Klein anunciou na semana passada seu afastamento da gravadora Apple, afirmando que não continuaria a administrar os negócios de John Lennon, Ringo Star e George Harrison, a imprensa imediatamente começou a falar dos encontros, gravações e a possível volta de Paul McCartney ao conjunto. A história é simples. Com a morte em 1967 de Brien Epstein — empresário e amigo dos Beatles — e após o fracasso de Paul na administração da Apple, os Beatles contrataram o americano Allen Klein como administrador da gravadora e subsidiárias. Paul McCartney, ao que parece, não gostou. A verdade é que o tio de Linda McCartney, mulher de Paul, dono das empresas Kodak, já havia sido escolhido pelo ex-Beatle, o mais interessado nos negócios e lucros do conjunto, para administrar a Apple. Com a dissolução do grupo, Klein continuou na administração da gravadora e dos negócios de John Lennon, Ringo Star e George Harrison.

O afastamento de Klein faz com que surjam algumas possibilidades sobre a volta dos Beatles. Mas levando-se em conta outros aspectos, talvez mais complexos do que uma simples briga por causa de um empresário, pode-se antecipar que a volta de McCartney ao conjunto não será tão fácil assim. Existem divergências bastante acentuadas entre John Lennon e McCartney, inclusive quanto a modos de vida e posições ideológicas. John, após a dissolução do conjunto, apresentou um trabalho preocupado com a guerra e suas consequências e uma nova sociedade (*Imagine*). O engomado Paul, apesar de algumas músicas proibidas e processos por uso de tóxicos, é hoje um homem de negócios e empresário de um conjunto, Wings.

Realmente, George Harrison, Lennon e Ringo Star se encontraram há algumas semanas em Los Angeles e gravaram algumas músicas para o novo LP de Ringo (nele John Lennon incluiu uma nova música, *I Was the Greatest (Eu era o Maior)*). Mas este encontro não foi planejado por empresários ou ocorreu voluntariamente. Reunidos num tribunal de Los Angeles, os três foram se defender de um processo de 15 milhões de dólares que Paul move contra eles, pedindo a dissolução oficial da Apple.

Um prato para machistas

A QUEDA DA MULHER, Elaine Morgan (Artenova, 222 páginas, Cr$ 21,00)

Talvez não seja adequado dizer de um livro, cuja autora se pretende feminista, que ele lembra uma salada. Os condimentos são suficientemente ecléticos e interessantes para tornar a autora, segundo a orelha brasileira, um sucesso de TV. Na BBC londrina lhe chega " a maior avalanche de cartas, desde os tempos da Batalha de Londres" e no livro do mês de 1972, *A Queda da Mulher* foi comprado por todos sócios. A revista *PlayBoy*, que entra no índex de qualquer feminista séria, teve a inconsequência e a ousadia de afirmar que o seu livro, desde a *Origem das Espécies* de Darwin, foi o que mais controvérsias causou. Como uma boa cozinheira ela sabe o gosto do público. E mete na panela Darwin e sua comitiva de naturalistas, o imperdoável Freud com sua pobre teoria do orgasmo vaginal, a evolução das espécies, o feminismo, Kate Millet e um tremendo bom senso. Bom senso principalmente na área que lhe diz respeito. O feminismo na sua mão recebe o tratamento de uma dona de casa esclarecida, mas ponderada e um pouco aborrecida com a mazorca das passeatas feministas. Isto não quer dizer que Elaine Morgan não tenha idéias sobre o movimento, mas nas suas teses feministas ela esquece a luta concreta das mulheres.

O título do livro em inglês é *The Descent of Woman*. Trata-se obviamente duma alusão ao livro de Darwin *The Descent of Man*. Sua paródia a Darwin é baseada na teoria aquática do biólogo marinho *Sir* Alister Hardy. A tese já foi piada em um romance de Flaubert, *Bouvard et Pécuchet*, na época em que o darwinismo vivia nos fulgores da moda. *Sir* Alister Hardy defende a teoria de que no período pliocênico passamos um bom bocado de tempo debaixo da água, dal a consequência de não termos pelos, e que a natação, mergulhos, voltas e manobras num elemento de três dimensões, como a água, serviriam para proporcionar maior flexibilidade da espinha e um *plexus* muscular, que facilitasse tais movimentos, explica a nossa elástica massa muscular. Esta tese se opõe à dos que Elaine Morgan caracteriza como tarzanistas: de galho em galho, somos o que somos e a nossa flexibilidade muscular deriva não deste passeio submarino, mas da necessidade do caçador desenvolvê-la para arremessar sua arma. Quanto a esta hipotética fase aquática na qual mergulhamos, a autora tenta enriquecê-la com duas suposições que são ao mesmo tempo respostas às questões do livro de Desmond Morris *O Macaco Nu*. A primeira questão é por que o *homo sapiens* apareceu com um pênis maior que todos os outros primatas e a segunda é por que o acasalamento passou do sistema traseiro que é o do macaco, do cão e do gato, para o método frontal dos mamíferos aquáticos que usam o ventre-com-ventre. Todo o problema procede da nossa fase submarina, quando houve o decisivo deslocamento da vagina, por ter a mulher de ficar sentada nas pedras e conchas e com o filho nos braços; esta fase possibilitou ainda o nascimento do hímen, como proteção contra a água salgada. Finalmente ela afirma que as principais mudanças no nosso comportamento sexual e as principais modificações na nossa estrutura física sexual que nos diferencia dos outros primatas são uma prova que, num certo tempo (ela diz dez milhões de anos), passamos por uma transformação marinha. Estas transformações anatômicas foram o último tango biológico, pois a relação amorosa, quando fomos para a terra, passou a ser feita numa atmosfera pouco cordial. Surgiram então, segundo a autora, as tênues ligações mentais entre sexo e brutalidade. Tinha-se dado o primeiro passo para a guerra entre os sexos, para o sadomasoquismo e, Elaine Morgan não tem o pudor de acrescentar, também para a crise contemporânea, a prostituição, a revista *PlayBoy* e os crimes sexuais. É engraçado como a tese dela pode-se opor às teses das feministas mais consequentes, que vêem na posição biológica sobretudo uma posição interessada em manter o *status quo*. Afinal, se a desgraça aconteceu quando não passávamos de uns macacos aquáticos, qual o interesse em solucionar agora? É preciso que a espécie prossiga o seu ciclo e, talvez, quem sabe se os órgãos sexuais do homem finalmente cheguem de novo a se harmonizar daqui a 20 milhões de anos.

É interessante observar no livro como ele não faz a menor distinção entre o *mundo da cultura*, que é o do homem e inclui tanto o erotismo como as perversões sexuais, e o *mundo da natureza*, do animal. Freud é malhado através de um obscuro dr. Kegel que propunha para o orgasmo vaginal exercícios de fortalecimento dos músculos que rodeiam a parede da vagina. Parece que o negócio dava resultado, mas Elaine Morgan supõe não sei por que, que isto basta para transformar toda obra de Freud numa peça arqueológica.

Finalmente, se opondo a Kate Millet e a Germaine Geer, ela lança sua posição no movimento feminista, tentando amainar o radicalismo das duas por uma posição mais branda onde amor-próprio, liberdade econômica e direito de ter filhos, são colocados apenas como objetivos, mas sem ser formulado como se consegue isso numa estrutura social. A esclarecida líder feminista Isabel Larguia, na revista *Partisans* no número dedicado à liberação das mulheres, já indicava, sem mistificações, o problema: "A tese que nós defendemos é que a situação da mulher na história não depende de fatores nem biológicos nem psicológicos, mas obedece à estrutura da sociedade de classes, onde ela forma uma parte essencial e fundamental da divisão do trabalho". Isabel Larguia indicou um método mais ligado à realidade que os devaneios quase bovaristas de Elaine Morgan. No fundo, sua salada é um ótimo prato para os machistas. (*W. Coutinho*)

A anormalidade latente

TODOS OS FOGOS O FOGO, de Julio Cortázar (Editora Civilização Brasileira, Cr$ 18,00, 157 páginas)

Imagine, leitor, um engarrafamento monstro que começasse ali pelo meio da Avenida Brasil — a principal via de acesso ao Rio — e se estendesse como uma cobra imensa e preguiçosa cujo rabo e cabeça não pudessem ser visto pela maioria dos desesperados ocupantes dos automóveis, entre eles velhos agonizantes, mulheres grávidas, crianças inquietas, freiras atônitas, rapazes ávidos de aventura e violência, burocratas gordos, com frio noturno e chuvas esparsas. É esta a "idéia-roteiro" de *A Auto-Estrada do Sul*, um dos oito belíssimos contos que compõem *Todos os Fogos o Fogo*, último livro de Julio Cortázar traduzido em português.

Apenas com este simples resumo o leitor familiarizado com Cortázar já sabe onde está pisando. Porque uma das características mais marcantes desta técnica consiste justamente em usar um fato rotineiro — ou pelo menos possível — (no caso o engarrafamento monstro às portas de Paris) e fazer brotar dele o imprevisto, o fantástico, a anormalidade latente, o absurdo potencial. A nova situação — isto é, a que advém do alargamento dos limites da "normalidade" ou de sua ruptura completa — resulta na crítica da situação anterior que lhe serviu de trampolim. É como se o autor invertesse os vetores: o absurdo passa a ser o real, o real passa a ser absurdo. Ou por outra: para o autor, absurda é a idéia de manter em compartimentos estanques e diversos "real" e "imaginário".

Alguma relação possível, nesse sentido, com algum escritor brasileiro? Pelo menos em parte sim: com Clarice Lispector. Também nos contos de Clarice — e na quase totalidade de sua obra — é da rotina, do cotidiano que emergem os fatos novos e surpreendentes (o "coração selvagem" das coisas e das experiências) o que só é possível a partir da ação do olho humano, isto é, da relação crítica do homem com a realidade potencialmente nova. É dessa relação que brota o imprevisto e do imprevisto a necessidade de uma constante e dolorosa análise do "estar no mundo", da natureza humana.

Mas se a técnica de Clarice e Cortázar tem, neste aspecto, alguma afinidade, elas são completamente antagônicas quanto à solução que ambos procuram para essas situações de impasse. Em Clarice, a situação nova é geralmente redomesticada pelo personagem, os limites conhecidos refeitos, a tranquilidade e o equilíbrio recobrados até novo "transe", nova situação crítica. Já para os personagens de Cortázar não há volta possível. Em Cortázar há um dinamismo maior dessas situações pela capacidade de seus personagens de influírem mais profundamente sobre elas e de mudá-las de modo radical. O que dá a sua obra o caráter de permanente esperança, de lírico otimismo de romântica confiança na atuação do homem. Romantismo, aliás, que ele não se preocupa em negar. Seu otimismo não anula a própria (e dramática) reação do homem diante da imperiosa necessidade de mudança.

Em *A Auto-Estrada do Sul*, por exemplo, quando, após semanas, os carros começam a se movimentar rumo ao *fog* avermelhado que anuncia Paris à distância, seus donos são invadidos por uma estranha sensação de insegurança por se afastarem, súbito, de uma situação que já lhes parecia normal. "Nada mais se podia fazer a não ser entregar-se à marcha, adaptar-se mecanicamente à velocidade dos automóveis em redor, não pensar. À esquerda corria o Taunnus e o dono do 404 por um segundo achou que o grupo se recompunha, que tudo entrava em ordem, que se poderia seguir adiante sem nada destruir". Metáfora simples, quase didática: uma circunstância anormal ganha fortes tintas de normalidade até que seja outra vez reestruturada pelo homem. Um exercício existencial sem fim.

Todo os Fogos o Fogo tem outros momentos do melhor Cortázar. O conto que dá título ao livro é uma bela história realizada sobre dois eixos narrativos ora simultâneos, ora paralelos: o primeiro uma arena romana, o outro um quarto onde um homem frio e distante recusa, ao telefone, os apelos amorosos de uma mulher desesperada. Apesar de completamente distintos — apenas a idéia de instante decisivo (o dos lutadores e o dos amantes) os aproxima — acabam convergindo para o mesmo ponto: o fogo que destrói ao mesmo tempo a arena e o quarto do misterioso personagem. É neste conto, sem dúvida, que a maturidade técnica de Cortázar aparece em toda a sua tranquila evidência. Nenhum daqueles malabarismos, nenhum daqueles exageros que nos levam, às vezes, a descobrir nas entrelinhas o autor agitando faixas do tipo "vejam como conheço bem os macetes da literatura moderna". Cortázar tem a simplicidade contundente dos clássicos. Sem a chatura que alguns deles carregam inapelavelmente pela história afora. (*Abel Silva*)

1694

Imunologia: os rumores sobre

A cura do câncer

Na pequena ilha de Sanibel, no golfo do México, em 1967, 60 cientistas da América e da Europa passaram cinco dias isolados numa casa estudando as implicações de uma nova tocha que estava empolgando vários pesquisadores. Na época as discussões ainda não tinham um rumo definido, apenas se discutia a possibilidade de associar algumas experiências sobre imunologia para abrir novas frentes de pesquisa num campo que se revelou bastante promissor.

A tese apresentada pelo coordenador da reunião, Robert Alan Good, foi a que provocou os debates mais acalorados e, desde o encontro de Sanibel, tem sido pesquisada por cientistas dos EUA e da Europa. Good, pesquisador de 50 anos, pediatra e doutor em Anatomia, disse que a imunologia poderia constituir o caminho mais rico na luta contra o câncer e outras doenças. Segundo seus estudos, os mecanismos de defesa que provocam a rejeição dos órgãos transplantados poderiam ser acionados para combater as células cancerosas.

Acusado por alguns de permitir que seu ego suplante o intelecto mas geralmente apontado como um vigoroso estimulador de idéias, Good recentemente se transferiu da Universidade de Minnesota, onde desenvolveu seus estudos sobre a imunologia como arma contra o câncer, para ir dirigir o Sloan-Kettering Institute Research de Nova York. O instituto é um dos maiores centros norte-americanos de pesquisa contra o câncer e é financiado por uma entidade particular.

As pesquisas imunológicas e suas possibilidades de combater efetivamente o câncer e outras doenças são analisadas no artigo abaixo do professor Nelson Monteiro Vaz, titular de Imunologia do Instituto Biomédico da UFF.

Dr. Robert Alan Good

A vacina possível

Há algo importante acontecendo na imunologia? Uma evidência de que há foi a concessão do prêmio Nobel de Medicina a imunologistas por duas vezes em um curto intervalo. Na década passada Burnet e Medawar dividiam o Nobel por seus trabalhos sobre transplantes; em 1972 Porter e Edelman eram laureados pela elucidação da estrutura dos anticorpos. Uma outra evidência é o aumento vertiginoso nos últimos anos de publicações científicas sobre imunologia. Em consequência desse progresso silencioso, dia a dia novos termos de imunologia saem dos livros técnicos para as páginas dos jornais. Diminuindo o interesse público sobre os transplantes, surgem agora rumores de uma cura imunológica para o câncer.

Nos últimos dois anos o governo americano mobilizou a ciência do país em programas de grande envergadura destinados a acelerar o progresso dos conhecimentos necessários para o controle do câncer. A esse respeito, dois comentários nos parecem apropriados. O primeiro é que, embora os recursos financeiros a serem utilizados na campanha contra o câncer sejam bem maiores que os normalmente oferecidos à pesquisa biológica, eles não são realmente vultosos. Para que se tenha uma idéia de como gastamos pouco dinheiro com a ciência, V.F. Weisskopf, na revista *Science*, calculou que o custo de *toda* a atividade científica desenvolvida no planeta desde Arquimedes foi de 30 bilhões de dólares, o que corresponde a cerca de 12 dias do Produto Nacional Bruto americano. O segundo comentário é que, para que a campanha fosse desencadeada, cortes muito significativos nas verbas destinadas à pesquisa básica em biologia foram efetuados, o que vem causando protestos de um grande número de cientistas americanos. E, se por um lado a opinião unânime dos imunologistas é de que os progressos recentes em imunologia básica poderiam levar ao desenvolvimento de métodos de controle imunológico do câncer, existe também a convicção de que esses métodos não foram ainda desenvolvidos. Para que tal aconteça é imprescindível que a investigação em imunologia básica seja estimulada, e não mutilada pelo desvio de verbas para qualquer objetivo aparentemente (e apenas aparentemente) mais imediato.

A resposta imune

A visão que o leigo e o não especialista fazem da imunologia é a de uma ciência que estuda os mecanismos de proteção do organismo contra doenças infecciosas, desenvolvendo, quando possível, novos soros e novas vacinas. Historicamente a visão é correta: a imunologia nasceu assim, no final do século passado. Tornou-se logo claro, no entanto, que os mesmos processos que conduzem ao aparecimento de anticorpos protetores quando o organismo é invadido por micróbios são também ativados em várias outras situações. Na realidade, o organismo não distingue se uma substância que penetra em seus tecidos virá ou não a ser nociva à sua integridade; ele tem apenas a capacidade de "reconhecer" se a substância é "própria" ou não, se já fazia parte da constituição de "si próprio" ou não. Quando a substância é identificada como estranha (não si próprio), e possui certas características estruturais, tais como tamanho e rigidez da molécula, um conjunto de fenômenos a que chamamos resposta imune será desencadeado.

O câncer seria um acidente, uma pequena falha no delicado sistema de proteção do corpo. O que a ciência procura descobrir é como evitá-la.

A resposta imune é iniciada pela multiplicação de linfócitos, células redondas com um citoplasma muito escasso encontradas no sangue, na linfa, e também em grandes aglomerados nos chamados órgãos do sistema linfóide: baço, timo, linfonodos, amígdalas, etc. Chamamos antígenos às substâncias capazes de estimular especificamente a multiplicação de linfócitos. No curso de sucessivos ciclos de divisão celular, alguns desses linfócitos se transformam (se diferenciam) em plasmócitos, células bastante diferentes, com um citoplasma abundante, onde são sintetizadas em ritmo muito intenso (cerca de 10 mil moléculas por segundo) proteínas especiais, chamadas anticorpos, que são capazes de reagir especificamente com o antígeno que induziu a resposta imune. Com isso queremos dizer que os anticorpos induzidos por um dado antígeno se combinaram a esse antígeno mas não a um segundo antígeno muito parecido ao primeiro. Indivíduos que possuam anticorpos contra um dos três vírus que causam a paralisia infantil estarão protegidos (imunizados) contra esse vírus mas não contra os outros dois tipos, embora os três tipos sejam tão parecidos que só é possível diferenciá-los utilizando-se uma resposta imune.

A memória

Supondo que uma bactéria penetre no organismo através de um corte na pele, mais cedo ou mais tarde ele faria contato com tipos de linfócitos capazes de reconhecer antígenos em sua superfície. Esses linfócitos seriam estimulados a se dividir, alguns deles se transformariam em plasmócitos e alguns dias mais tarde anticorpos estariam sendo lançados na circulação, para daí se difundirem por todo o organismo. Encontrando a bactéria, ou seus descendentes, os anticorpos se combinariam a eles. Partículas tais como bactérias que possuam moléculas de anticorpos agarradas à sua superfície se tornam muito apetecíveis a outro tipo de células, que existem em todas as regiões do organismo, e que podem deixar rapidamente a circulação para se concentrar em qualquer local: os macrófagos e polimorfos. Essas células então ingeririam as bactérias (o que chamamos fagocitose) e as destruiriam por digestão intracelular, ou seriam destruídas por elas. Um fato muito importante é que cessado esse episódio o organismo ficaria dotado de uma população aumentada de linfócitos capazes de reconhecer aquele dado antígeno; teria uma espécie de memória imunológica. Essa é a base do funcionamento de todas as vacinas em uso médico ou veterinário: expor o organismo a formas atenuadas de micróbios ou de seus produtos tóxicos, para que se desenvolva a memória imunológica, uma capacidade aumentada de reconhecimento daquele tipo específico de invasor.

Algo semelhante ocorre quando um órgão como um rim ou um fragmento de pele são transplantados de um ser humano a outro, embora nesse caso desejaríamos que a resposta imune não ocorresse. Linfócitos do receptor do transplante reconheceriam antígenos no órgão transplantado que não possuem em sua própria constituição: a resposta imune seria ativada, culminando na rejeição do transplante. Nesse caso, embora anticorpos contra o transplante sejam produzidos, não são os anticorpos que causam a rejeição do transplante, mas sim o contato direto de linfócitos do organismo do receptor com antígenos do transplante. Durante esse contato os linfócitos são estimulados a se dividir e também a liberar uma série de substâncias; algumas dessas substâncias são tóxicas e destróem células na vizinhança dos linfócitos.

O órgão que falta

Na realidade, existem dois tipos principais de linfócitos que cooperam para a produção de respostas imunes. Os linfócitos que, por exemplo, infiltram um transplante incompatível e causam sua rejeição, são células de vida longa produzidas no timo, uma glândula situada acima do coração. Esses linfócitos são chamados linfócitos-T (de timo). O outro tipo de linfócitos é o que se diferencia em plasmócitos para a produção dos anticorpos, e não produzidos independentemente do timo. Nas aves, esses linfócitos se formam no interior de um órgão denominado Bursa de Fabricius; nos mamíferos, incluindo o homem, não sabemos ainda onde eles se formam, mas sabemos que eles existem, e os denominamos linfócitos-B (de bursa).

A contribuição que a imunologia poderia dar para um controle efetivo do câncer poderia ser encarada sob o seguinte prisma: já que o organismo é capaz de reconhecer diferenças (antigênicas) entre a sua própria pele e a pele de um parente próximo que lhe seja transplantada, que, afinal, é tão parecida com a sua, será que o organismo não reconheceria diferenças entre a sua própria pele e um câncer de pele que eventualmente se desenvolva entre suas células normais? Em termos mais técnicos: existem ou não diferenças antigênicas entre as células de um tumor e as células do tecido normal de onde ele se originou? Se essas diferenças existissem e pudessem ser reconhecidas pelos linfócitos o tumor e todas as suas metástases poderiam ser rejeitados pelo organismo como se fossem transplantes incompatíveis. Talvez fosse inclusive possível isolar esses antígenos das células dos tumores e injetá-los em organismos normais antes que o câncer aparecesse, para que a memória imunológica se desenvolvesse: uma vacina contra o câncer.

Algumas dessas esperanças têm uma base real, embora seja ainda difícil precisar quando conseguiremos realizá-las. Evidências de que respostas imunes nos protegem do aparecimento de tumores já são conhecidas há algum tempo. Os tumores aparecem com muito mais frequência em idades onde a resposta imune não funciona bem: em indivíduos muito jovens (leucemias, por exemplo) e muito velhos. Outras evidências são menos circunstanciais: os tumores aparecem com mais frequência em indivíduos que desenvolveram defeitos no funcionamento de seus linfócitos, quer por doenças do sistema linfóide, quer por estarem sendo submetidos a tratamentos que destróem linfócitos (imuno-supressivos), por exemplo, para evitar que rejeitem um rim transplantado. Nesses casos, se o tratamento imuno-supressivo for suspenso, o indivíduo inicia um processo de rejeição imunológica do tumor.

De Arquimedes até hoje se gastou em pesquisa básica cerca de 30 bilhões de dólares. Esse é um limite objetivo na luta contra o câncer.

E há evidências mais diretas obtidas pela investigação de tumores experimentalmente induzidos em animais de laboratório, quer com drogas cancerígenas, quer com certos tipos de vírus (oncogênicos). Ambos os tipos de tumores possuem uma antigenicidade própria, diferente da antigenicidade do tecido normal de onde o tumor surgiu. Mais recentemente provou-se que o mesmo ocorre com certos tipos de tumores humanos — o câncer de cólon, alguns tipos de tumores do fígado e da retina. A pesquisa desses antígenos tumorais na circulação sanguínea pode inclusive ser utilizada como um recurso diagnóstico da presença do câncer. Descobriram-se fatos ainda mais significativos: demonstrou-se que o organismo do paciente canceroso na realidade reconhece a presença dos antígenos tumorais e desencadeia uma resposta imune contra os mesmos.

Queda da vigilância

O problema deve então ser reformulado nos seguintes termos: por que a resposta imune desencadeada não é efetiva para rejeitar o tumor? Talvez na maioria dos casos a resposta imune seja efetiva; talvez cada um de nós, uma vez por dia, 365 dias por ano, tenha de eliminar do seu organismo algumas poucas células que sofreram transformações malignas, mas se tornaram com isso tão diferentes que foram reconhecidas como "não si próprio" pelos linfócitos, e rejeitadas. Se isso fosse verdade (e talvez seja), os tumores que chegam a crescer, e eventualmente a destruir o organismo, são exatamente aqueles que conseguiram burlar a vigilância da resposta imune.

Isso poderia acontecer através de um mecanismo conhecido em imunologia como fenômeno de facilitação ou favorecimento (*enhancement*, em inglês), que consiste no seguinte: Embora pareça paradoxal, células tumorais forradas com anticorpos dirigidos contra seus antígenos de membrana, em lugar de serem mais facilmente destruídas, são na realidade protegidas do contato letal com linfócitos-T, e assim seu crescimento é favorecido. Anticorpos, por si só, nunca matam células nem mesmo células bacterianas. O mecanismo de destruição celular por anticorpos depende, ou da facilitação de fagocitose (englobamento por macrófagos), ou da ação direta de um conjunto de enzimas existente no plasma chamado sistema complemento, que pode ser ativado pela reação antígeno-anticorpos. Por motivos que ainda não conhecemos direito, esses mecanismos não funcionam bem na destruição de células quando as mesmas estão organizadas em massas sólidas de tecido, tal como ocorre em um transplante ou em um tumor em crescimento progressivo. O mecanismo de rejeição dos transplantes, e que poderia operar na rejeição de tumores, é causado pela ação direta de linfócitos-T sobre as células estranhas. Os anticorpos, encobrindo os antígenos dessas células, podem evitar que isso ocorra.

Se o organismo humano rejeita um órgão transplantado, por que ele falharia em expulsar um corpo estranho como a célula cancerosa?

Haveria, portanto, um grande interesse em desenvolver métodos que nos permitissem aumentar a reatividade de linfócitos-T e diminuir concomitantemente a atividade de linfócitos-B que estão dando origem aos anticorpos que interferem no mecanismo de rejeição. Mas isso não será possível enquanto não soubermos mais sobre o funcionamento de linfócitos-T e B. Na realidade haveria também muito interesse em desenvolver métodos que permitissem inibir linfócitos-T e ativar linfócitos-B, por exemplo, para permitir a sobrevivência de órgãos e tecidos transplantados com finalidades terapêuticas.

BCG X Câncer

Como os conhecimentos disponíveis sobre o mecanismo da resposta imune ainda são escassos, as tentativas de aplicação prática dos mesmos ainda são feitas em bases muito precárias. Para que se tenha idéia dessa precariedade, basta examinar o que está ocorrendo na aplicação do BCG (Bacilo Calmette-Guerin, uma forma atenuada do bacilo da tuberculose bovina) como um estimulante inespecífico da resposta imunológica em pacientes cancerosos.

Desde o século passado os imunologistas aprenderam a misturar

continua na página 21

continuação da página 20

aos seus antígenos diversos materiais capazes de reforçar a resposta imune resultante. Esses materiais foram chamados adjuvantes imunológicos. Alguns adjuvantes são particularmente eficazes para estimular a resposta de linfócitos-T e entre esses estão os bacilos da tuberculose, como o BCG, e outras micobactérias. De que maneira a presença de micobacterias ou de seus produtos em mistura com um dado antígeno há de fazer com que o organismo responda mais intensamente ao antígeno ainda é totalmente desconhecido. Mas tão logo se obtiverem evidências de que fenômenos de "favorecimento" (anticorpos bloqueando a ação de linfócitos-T) poderiam operar na resposta do organismo a antígenos de tumores, passou-se a imaginar que recursos existiriam para desfazer esse estado de coisas. Em pouco tempo, em vários hospitais do mundo, pacientes cancerosos estavam sendo injetados com BCG. Os resultados ainda são muito recentes para uma análise adequada, mas não ficam longe do que se poderia razoavelmente esperar de uma tentativa totalmente empírica: alguns casos animadores, muitos outros decepcionantes; sucessos em um hospital, fracassos em outro. Aparentemente, para que haja algum resultado, o BCG deve ser injetado dentro da massa tumoral, e parece que diferentes preparações de BCG variam em sua efetividade.

Há várias hipóteses para explicar o sucesso do BCG na cura da doença. Todas coerentes, todas incompletas e provavelmente falsas

Há no mínimo meia dúzia de hipóteses diferentes que poderiam ser levantadas para explicar os casos bem sucedidos, todas coerentes com o conhecimento imunológico atual, todas incompletas e provavelmente falsas.

O desenvolvimento do conhecimento em imunologia, assim como na ciência em geral, é motivado por dois impulsos humanos: o desejo do homem de explorar e conhecer o universo que habita e o desejo de melhorar as condições de vida humana. A idéia fundamental é de que a melhoria das condições de vida resulta da aplicação dos conhecimentos obtidos pela exploração sistemática do universo. É muito infeliz que esses desejos fundamentais nem sempre levem a ações que conduzem aos propósitos desejados ou ao benefício das pessoas envolvidas. O grande progresso atual nos conhecimentos sobre imunologia básica resultou da atração intelectual despertada em um grande número de cientistas pelos muitos aspectos fascinantes da resposta imune. O desafio intelectual representado por esses problemas é a principal fonte do desenvolvimento do conhecimento. Qualquer ação, por mais bem intencionada que seja, que interfira nesse processo, muito provavelmente resultará em um atraso na obtenção desses conhecimentos.

LEIA E ASSINE

opinião

A ciência dos pobres

Em relação à pesquisa, a maioria dos subdesenvolvidos age como a Índia: o país precisa de técnicos agrícolas mas investiu na formação de cientistas nucleares que quase sempre acabam emigrando para os EUA

Em um dos seus últimos números a revista *La Recherche* publicou um estudo sobre a situação da pesquisa nos países subdesenvolvidos. Este estudo, baseado em relatórios da ONU e da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), e elaborado por um especialista em problemas de política científica, traça um quadro sombrio: não apenas a situação é grave, como tende a se agravar cada vez mais. Primeiro, porque 98% dos gastos em pesquisa, fora da área socialista, são efetuados nos países ricos, e os países subdesenvolvidos disputam os 2% restantes; enquanto os países industriais gastam em pesquisas de 1% a 3% de seu PNB, os subdesenvolvidos gastam entre 0,1 e 0,5%. Em seguida, porque a qualidade da pesquisa nestes países é geralmente de nível baixo, se comparada à dos países desenvolvidos: grupos dispersos, com pouca comunicação entre si, mal estruturados, frequentemente mal equipados e investigando problemas que pouco ou nada têm a ver com as necessidades do país.

Obstáculos

Como solução, devemos reunir mais recursos, coordenar e reorientar a pesquisa? Encontramos dois obstáculos imediatos: primeiro, sai caro pesquisar num país subdesenvolvido; se aceitarmos a relação "gastos por pesquisador/PNB *per capita*" como indicativa dos custos sociais da pesquisa científica e técnica (esta relação indica quantas unidades de renda *per capita* devem ser desviadas de atividades produtivas para pôr um pesquisador a trabalhar), teremos que num país como a Índia esses custos serão 4 a 8 vezes mais elevados que na Europa ou nos Estados Unidos, diferença que é devida em boa parte aos salários pagos para evitar a fuga de cérebros e à importação de equipamento; segundo, a orientação da pesquisa científica em escala mundial é determinada nos países industrializados (onde está concentrada), e direta ou indiretamente em função das necessidades destes. E os cientistas dos países subdesenvolvidos, como a classe média urbana, seguem o que para eles não passa, na realidade, de modas a imitar. (Aqui no Brasil mesmo é engraçado ver como os literatos europeizantes deram lugar aos cientistas — e intelectuais em geral! — espiritualmente americanos). O resultado é que não só o custo como a orientação das atividades de pesquisa são determinados por fatores externos aos países subdesenvolvidos. Talvez não seja apenas coincidência o fato de que um dos raros países que efetivamente conseguiram colocar este "instrumento revolucionário que é a ciência" a serviço da luta pelo desenvolvimento tenha sido a China, que apesar dos pesares reduziu bastante os dois obstáculos citados.

Tirando este caso muito especial, o que existe? Praticamente não se conhece pesquisa de porte sobre a agricultura tropical, que no entanto talvez seja o assunto mais urgente a atacar. O caso da Índia é gritante: durante muitos anos dedicou 40% de seu orçamento em pesquisas à física nuclear e 8% à agricultura; seus físicos nucleares, dos melhores do mundo, não resistiram às ofertas dos EUA, dos outros países industriais, e até mesmo de alguns países subdesenvolvidos: a Índia sacrificou-se para ajudar os países desenvolvidos. E a agricultura, essa estagnou. E, no entanto, os especialistas são unânimes em afirmar que hoje é tecnicamente viável alimentar 33 bilhões de pessoas; mas os métodos são de baixa rentabilidade, e, por isso, nem são considerados por governos ou empresas.

Efeitos limitados

E aqui tocamos noutra ferida: a propalada "revolução verde" é apresentada como um modelo de pesquisa bem orientada para as necessidades do terceiro mundo. Na realidade, seus efeitos foram muito limitados, quando não contraproducentes. A Índia está sofrendo pressões para não se tornar exportadora de trigo. No Paquistão, na Tunísia, na Índia, nas Filipinas, no México a revolução verde aumentou a concentração da terra — a cultura do trigo de alto rendimento é feita em grandes plantações — gerando migrações maciças de pequenos agricultores para as favelas das capitais. Não deixa de ser sintomático, aliás, que as pesquisas de Borlaug no México, financiadas pela Fundação Rockefeller, tenham visado o trigo em vez do milho, base da economia camponesa do México.

E o trágico é que não é possível passar sem pesquisa científica. Nas palavras para o plano de ação mundial para a aplicação da ciência e da técnica ao desenvolvimento, da ONU: "A solução de muitos problemas dos países subdesenvolvidos requer a aplicação da ciência e da técnica à produção, mas as próprias condições do subdesenvolvimento tendem a limitar a possibilidade dessa aplicação" (1).

Diagnóstico surpreendente

A OCDE, organização que engloba os países capitalistas industrializados, faz um diagnóstico mais preciso e, vindo de quem vem, um tanto surpreendente: "A organização econômica atual dos países menos desenvolvidos não cria pressão alguma em favor da pesquisa científica e da tecnologia, e dá poucas possibilidades para sua aplicação; os problemas de estrutura e de organização da economia têm uma influência decisiva sobre a capacidade de utilização da ciência e da tecnologia; eles explicam o pouco desenvolvimento da pesquisa científica ligada à produção, bem como a contribuição limitada de tecnologias vindas do estrangeiro". Mais adiante: "Nosso ponto de vista evidentemente é de que a ciência não é panacéia. Por indispensáveis que sejam os conhecimentos científicos para o desenvolvimento econômico e social, seu potencial só pode ser amplamente explorado *pelo preço de um esforço consciente de reforma da economia em sua estrutura e sua organização*... Afirmar que os conhecimentos científicos e técnicos não podem ser totalmente explorados sem transformação da estrutura econômica equivale a dizer que planos de desenvolvimento corretamente concebidos e executados são indispensáveis para a aplicação da pesquisa científica à produção" (2).

Na falta disso, cada vez aumenta mais o fosso entre os desenvolvidos e o resto. A palavra do professor Reyfitz, da Universidade de Chicago: "Cada vez que o Ocidente aprende a realizar um processo industrial a custo inferior ao que se poderia chamar de custo fisiológico, ou seja, a preço de revenda menor do que poderiam fazê-lo trabalhadores aceitando receber apenas o suficiente para não morrer, é mais um elo que desaparece entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido e superpovoado. Somente pesquisas permitiriam dizer quando chegaríamos a esse ponto para os diversos tipos de mercadorias, mas tenho a impressão de que para muitas delas esse ponto está próximo"

Atitudes possíveis

Frente a esta situação, há duas atitudes possíveis: encarar o problema com honestidade, analisar as relações entre economias dominantes e dependentes, e dai extrair as conclusões e recomendações necessárias; ou, se não se tem a coragem de recomendar as reformas profundas de estrutura, aderir aos modismos na esperança de um "milagre".

Destes, o último é a "transferência de tecnologia", panacéia para "decolar" e até mesmo "alcançar" os países adiantados. Chegou-se mesmo a dizer que é a contribuição mais importante que as firmas multinacionais podem dar às economias dos países subdesenvolvidos. Na realidade, a transferência de tecnologia poderia ser útil se não fosse frequentemente acompanhada de condições extorsivas. Por exemplo, um estudo realizado nos países do pacto andino revelou que, só na indústria farmacêutica, o preço do produto "transferido" sofria uma majoração de 30% a 500% na maioria dos casos. Mas o principal efeito da transferência de tecnologia, nos moldes multinacionais que conhecemos, pode ser melhor descrito como "Hong-Konguização"

(Extraído do artigo *La Science des Pauvres*, do número de janeiro 1973 da revista *La Recherche*)

Notas: (1) Ciência e Técnica a serviço do desenvolvimento, ONU, 1971
(2) OCDE, Politique Scientifique et developpement. Paris, 1968

A volta dos cortadores de cérebro

O uso da psicocirurgia para controlar os violentos, os irracionais e os dissidentes

Uma equipe de médicos estava se preparando para introduzir finas agulhas de ouro e elétrodos de platina no cérebro de um doente mental de 22 anos, na semana passada, em Richmond, Virginia, quando houve um repentino adiamento da operação. Diante de inúmeros protestos, o secretário de Justiça do Estado, por telefone, proibiu a cirurgia que se destinava a alterar o comportamento social do paciente.

Ao mesmo tempo em que os preparativos de Virginia eram interrompidos, abriu-se em Detroit o julgamento de outra operação cerebral — neste caso, num assassino que se encontra preso. Os dois casos — que levarão semanas para serem julgados — certamente fornecerão uma norma legal com relação à ética e à legalidade desse tipo de cirurgia.

Calcula-se, extra-oficialmente, que cerca de 500 operações psicocirúrgicas sejam realizadas anualmente nos Estados Unidos. E os psicocirurgiões já têm alguma força: a primeira Sociedade Internacional de Psicocirurgia reuniu-se, em Copenhagen, há três anos, com a presença de mais de 100 fundadores. Atualmente, o movimento mantém pessoas agindo em seu nome junto ao Capitólio e os líderes já conseguiram envolver essa especialidade — que basicamente envolve corte, injeção de gás, aquecimento, eletrocussão ou pressão de pequenas partes do cérebro com o objetivo de destruir tecidos — com a guerra nacional contra a subversão política.

"Testes preventivos"

A obra clássica de psicocirurgia — *A Violência e o Cérebro* — do psiquiatra bostoniano Frank Ervine, defende a necessidade de se desenvolver "testes preventivos" antecipados para descobrir quais são as pessoas que poderiam, eventualmente, exceder um "nível aceitável de violência", definido arbitrariamente.

Ervine diz que esse nível seria aplicado "igualmente a policiais, autoridades públicas e grupos politicamente ativistas (estudantes, minorias raciais, etc)". Todos os que ultrapassassem limites aceitáveis de violências seriam passíveis do "tratamento" defendido por Ervine que inclui a cirurgia cerebral.

A idéia de que os médicos venham a operar os cérebros dos dissidentes políticos provocou imediato furor nos Estados Unidos. Ainda não se tem notícia de nenhuma operação cerebral por motivos políticos mas os casos de cirurgia divulgados são suficientemente repulsivos.

Provavelmente o que deu início ao atual debate foi um artigo publicado num periódico científico radical de Washington, no ano passado. O artigo citava uma "experiência" realizada pelo decano da associação, professor Orlando Andy. Seu paciente era um garoto de nove anos de idade, conhecido apenas como JM, descrito pelo médico como "hiperativo, agressivo, combativo, explosivo, destrutivo e sádico".

JM foi entregue ao dr. Andy há cerca de três anos: foram feitas profundas perfurações em seu crânio e introduziram elétrodos no tecido cerebral. Em seguida ligaram a corrente elétrica para coagular as células "suspeitas". Nove meses depois, JM passou por outra operação, semelhante à primeira, e o dr. Andy informou que o garoto estava "evidentemente melhor" e já podia voltar à sua escola de educação especializada.

Um ano depois, o rapaz piorou e houve nova cirurgia cerebral, num outro local que, segundo o médico, prejudicava a memória para fatos recentes. Outras intervenções foram feitas e, em seu relatório final, o médico observa, sem demonstrar qualquer desânimo aparente, que um balanço das três tentativas de destruir parte do cérebro do garoto indicava que "intelectualmente, o paciente está se deteriorando"

JM, o prisioneiro de Detroit e o jovem de 22 de Virginia foram todos considerados violentos e irracionais: nos três casos tomou-se a cirurgia cerebral como último recurso. Os médicos que realizaram as operações não demonstraram outra atitude senão a de neutralidade científica. Neutralidade agora bastante questionada pelos que acreditam ter a psicocirurgia notória utilidade política.

O caso da psicocirurgia constitui o terceiro grande escândalo médico dos Estados Unidos, nos últimos meses. No começo de março, uma comissão presidida pelo senador Edward Kennedy iniciou investigações sobre as experiências científicas que estavam sendo realizadas nas prisões do país e começavam a provocar uma onda de protestos. A investigação, ainda não concluída, deverá estabelecer regras para futuras experiências com seres humanos. Especialmente se tiverem alguma semelhança com as realizadas na pequena vila de Tuskegee onde, segundo foi revelado recentemente, durante 30 anos, um grupo de cientistas impediu deliberadamente que os sifilíticos da cidade recebessem medicamentos. O objetivo era estudar os efeitos e a evolução da doença até seu grau máximo.

Como controlar os militares

continuação da página 24

envolverem um mínimo de interesse nacional. Nós podemos aceitar 75 milhões de baixas (numa guerra nuclear), se o inimigo tiver que enfrentar 150 milhões. Estas são, tais como têm sido claramente enunciadas, as verdades burocráticas do poder militar. O que é, objetivamente, a organização que admite estas verdades?

3 — É uma organização ou um complexo de organização, e não uma conspiração. Se o problema é examinado como se fosse uma conspiração, o poder militar é um conluio entre generais e industriais, e o seu objetivo é o enriquecimento mútuo: cada grupo faz a cama do outro. Os industriais são os *Deus Ex Machina* e seus agentes em Washington promovem os ajustes necessários; se oferecer dinheiro é perigoso demais, mulheres, bebidas e formas mais prosaicas de divertimento, ou a promessa de futuros empregos a generais e a almirantes são também meios válidos. Há um certo enriquecimento e algum suborno, mas imaginar que o poder militar é uma trama com a finalidade de enriquecer e corromper é prejudicial à compreensão do problema. Isto leva a que se procurem soluções através da elaboração de regulamentos, o reforçamento de leis, ou mandando gente para a prisão; isto exagera o papel das indústrias ligadas à defesa, pois se são elas que fazem a maior parte do dinheiro, presume-se — numa clássica visão capitalista — que são também elas que determinam as regras do jogo. Imagina-se que as Forças Armadas, de certo modo, seriam seus fantoches.

A realidade, no entanto, é a existência de um complexo de organizações perseguindo seus objetivos — vários, mas muitas vezes comuns. Os homens que servem às organizações o fazem porque, em muitas, se não na maioria das vezes, eles se comprometem com a verdade burocrática. Muitos deles são homens honestos, cujo comportamento público e privado resistiria, tão bem quanto tantos outros, a uma investigação pública. Vivem com seus soldos militares ou com seus salários de engenheiros, de cientistas, de empresários, ou com seus rendimentos como executivos, e nem sonhariam em oferecer ou em aceitar um suborno. Os homens que participam destas organizações têm amplo contato entre si e naturalmente tomam suas decisões de acordo com sua visão do mundo específica, visão da burocracia da qual participam. Não se trata de conspiração e de corrupção: o problema é a falta de controle do público sobre os que governam. O governo reflete as necessidades burocráticas e não as necessidades nacionais. Ele não se ocupa do que é melhor para os Estados Unidos, mas daquilo que a Aeronáutica, o Exército, a Marinha e mais uma dúzia de grandes empresas industriais acreditam que seja o melhor.

As organizações que detêm o poder militar são as Forças Armadas, e especialmente os seus departamentos de compras; e o poder militar abrange as empresas industriais especializadas em armamentos, e compreende ainda certos setores de algumas firmas civis como a General Eletric ou a AT&T. O poder militar, entretanto, não se restringe às Forças Armadas e aos empresários que as servem. Ele envolve também pessoas ligadas ao Serviço Secreto e ao Departamento de Estado; utiliza os serviços de cientistas universitários especializados em sistemas e estratégias armamentistas; e conta ainda com porta-vozes militares no Congresso, principalmente os que participam das comissões das Forças Armadas. Todas essas organizações fortalecem o poder militar.

O decálogo do controle

Minha tarefa agora é oferecer um decálogo político daquilo que é necessário fazer.

1 — O objetivo, ninguém deve esquecer, é colocar o poder militar sob firme controle político. Se Richard Nixon não resistir ao poder militar cairá no esquecimento como Johnson levando vários outros com ele. Isto nós acreditamos que ele saiba. Assim, enquanto toda pressão moral possível deve ser exercida sobre o presidente, o alvo imediato deve ser o Congresso.

2 — O Congresso não se impressionará com discursos encomendados sobre o perigo do poder militar. É preciso que haja organização. A última eleição mostrou o poder de certa parte da comunidade — escolas, universidades, uma parcela esclarecida da classe média, homens de negócio — que foram alertados pela guerra do Vietnã. Assim, em cada Distrito Eleitoral deve existir uma organização tendo em vista o problema do poder militar. Antigamente, os candidatos à eleição eram a favor de uma "defesa nacional adequada", um eufemismo que significava carta branca ao Pentágono. Agora, todos devem ser pressionados no sentido de prometer resistir aos programas militares. Qualquer senador ou congressista que não acreditar que o Congresso deve exercer supervisão rigorosa sobre o Pentágono, que este deve satisfações tanto por suas ações como por suas despesas, confessa sua indiferença pelo próprio papel de legislador.

3 — As comissões parlamentares que se ocupam das Forças Armadas

O governo não se ocupa do que é melhor para o país, mas daquilo que a Aeronáutica, a Marinha e o Exército acreditam que é melhor para o país.

devem naturalmente ser o objeto de esforços especiais. Elas são até agora, com exceção de alguns membros, fantoches do poder militar. Nenhum empenho, inclusive um ataque sobre o próprio sistema de prioridades, deveria ser poupado, tendo em vista destituir os atuais representantes e preencher seus cargos com elementos de mentalidades abertas e independentes.

4 — O objetivo não é tornar o poder militar mais eficiente ou mais honesto. É colocá-lo sob controle. Estes são objetivos diferentes. O primeiro pretende eliminar os ganhos excessivos, o fraco desempenho técnico, o favoritismo, ou outros abusos do poder. O segundo objetivo se preocupa com o próprio poder e com os gastos que o sustentam. O primeiro é uma tática de despistamento porque convence o povo de que alguma coisa está sendo feita, enquanto que o poder e os orçamentos permanecem intactos.

5 — Não se trata de uma cruzada antimilitarista. Generais e almirantes, soldados, marinheiros e aviadores não são o alvo do ataque. O propósito é reconduzir a instituição militar à sua posição tradicional no sistema político americano. Ela nunca pretendeu se associar *indefinidamente* às indústrias militares. Qualquer general ou almirante que tenha obtido renome antes da Segunda Guerra Mundial ficaria surpreendido e horrorizado em descobrir que seus sucessores na profissão são agora sócios de empresas industriais.

6 — Apesar de seu lado moral, não há futuro político em um desarmamento unilateral, e não se deve chegar a um acordo através de suposições otimistas a respeito dos soviéticos, pois eles podem destruí-las. O que se pode afirmar com segurança é que a idéia de extermínio nuclear é impopular para a maioria do povo russo e do povo americano, e que seus dirigentes sabem disto. É, no entanto, prudente que se admita que dentro do sistema industrial soviético, como também do nosso, existe uma burocracia industrial-militar empenhada em seu próprio crescimento e perpetuação. É isto que mais precisamente determina os objetivos do controle.

7 — Podemos identificar quatro tipos principais de sistemas de armamentos. Primeiro há os relacionados diretamente com o equilíbrio do poder ou o equilíbrio do terror *vis-à-vis* os soviéticos. Os ICBM (Intercontinental Balistic Missiles — Mísseis Balísticos Intercontinentais) e os submarinos Polaris são, evidentemente, deste tipo. Na falta de uma decisão de desarmamento unilateral, a restrição ou a redução destas armas requer acordos com os soviéticos. Há ainda, em segundo lugar, os sistemas que podem ser aumentados sem que o equilíbrio da balança do poder seja drasticamente prejudicado, para um ou outro lado. Eles permitem que cada país destrua o outro mais eficazmente. Em terceiro lugar, há os que de um modo ou de outro influem ou parecem influir neste equilíbrio do poder. Estes últimos sistemas de armamentos prometem destruição do inimigo enquanto permitem que o seu detentor escapa. Um ABM — Missil Antibalístico — que parece proporcionar defesa, enquanto o que faz, na verdade, é permitir uma contínua agressão, pertence a esta espécie. Há mísseis em tal quantidade, peso e precisão que são capazes de destruir o armamento de outro país sem possibilidade de represália.

Finalmente, existem sistemas de armamentos e dispositivos militares que aumentam primordialmente o prestígio das Forças Armadas, ou que dão maior promoção à posição competitiva de uma determinada arma, seja o Exército, a Marinha ou a Aeronáutica.

8 — O segundo e o mais importante objetivo do controle político é obter um acordo com os soviéticos sobre o controle e a redução dos armamentos. Isto significa, ao contrário das atuais doutrinas militares, que nós partimos do princípio de que os soviéticos negociam de boa fé, e que nós aceitamos também um acordo imperfeito, pois ninguém é infalível, como um recurso mais seguro do que a continuidade da corrida armamentista. Isto significa, de modo prático, que o papel militar nas negociações deve ser nitidamente circunscrito. Os militares, estimulados por seus aliados industriais, pretenderão sempre se opor a qualquer acordo que não seja incondicional e seguro.

Sob tais circunstâncias, as negociações sobre o controle armamentista se tornam, como vem acontecendo, um enigma. Em vez de interromper a corrida armamentista, elas podem até mesmo chegar a justificá-la. O Congresso e o povo devem mostrar ao Executivo, de modo inflexível, a necessidade deste controle.

9 — Opiniões científicas competentes devem ser mobilizadas para liderar o esforço político, para aconselhar o Congresso e o próprio Executivo. A corrida armamentista, como se apresenta atualmente, é tanto uma questão matemática e científica quanto uma disputa militar. Os militares não poderão mais, por muito tempo, considerar esse problema como de sua exclusiva competência ou como sendo um segredo militar; a visão contrária deve ser também considerada. Assim, chegado o momento de se constituir um corpo especial de cientistas e cidadãos altamente qualificados que seria chamado de Comissão de Auditoria Militar. Sua função seria a de assessorar o Congresso e de informar o público sobre os programas e as negociações militares. Deveria ser independentemente (isto é, particularmente) financiada. A Comissão seria a voz autorizada a falar sobre armas que contribuem para a tensão e para a competição internacional e que servem, sobretudo, para estabelecer um jogo de prestígio entre as Forças Armadas e para beneficiar os seus fornecedores industriais. Deveria também ter o papel especial de funcionar como cão de guarda nas negociações, a fim de assegurar que o poder militar não interfira.

10 — O controle sobre o poder militar deve ser um esforço global. Obviamente, ninguém que se considere um liberal pode continuar a aceitá-lo, mas o problema também diz respeito aos conservadores, aos que tradicionalmente concentram grande parte do poder público. É também um problema para cada homem de empresa, para cada cidadão que descobre a verdadeira imagem política desta burocracia.

LIVROS

RECEBA EM CASA OS ÚLTIMOS LANÇAMENTOS

Este é um novo serviço da Editora Inúbia. Enviando pelo Correio o anúncio acompanhado de cheque visado ou vale postal, você recebe, **sem qualquer acréscimo ou despesa**, as últimas novidades editoriais pelo mesmo preço das livrarias.

Por favor mandem-me o(s) livro(s) assinalados no anúncio

Nome: _____

Endereço: _____ ZC _____

Cidade: _____ Estado: _____

☐ cheque visado

☐ vale postal*

no valor de Cr$ _____

* vale postal pode ser adquirido em qualquer agência de Correio. Basta trocar a quantia em dinheiro a ser mandada por um documento para **Editora Inúbia Ltda. Rua Abade Ramos, 78. Jardim Botânico — ZC 20 — Rio de Janeiro — GB**

☐ **ECONOMIA, PAZ E HUMOR**, John Kenneth Galbraith, Artenova, Cr$ 25,00 — 26 ensaios sobre economia, política externa americana e figuras políticas contemporâneas.

☐ **OS ÚLTIMOS DIAS DA MONOGAMIA**, Louis Pauwels e Laslo Havas, Artenova, Cr$ 20,00 — o adultério e a sexualidade coletiva como saídas para o casamento burguês.

☐ **MEIOS ECONÔMICOS E FINS SOCIAIS**, Robert L. Heilbroner, Expressão e Cultura, Cr$ 20,00 — questionamento da economia moderna, cada vez mais apoiada na econometria. O autor propõe uma economia voltada para o homem.

☐ **PSICOLOGIA E EPISTEMOLOGIA**, Jean Piaget, Forense, Cr$ 20,00.

☐ **ECOLOGIA GERAL**, Roger Dajoz, Vozes, Cr$ 40,00.

☐ **O DIREITO DE SER HOMEM**, seleção de textos organizada por Jeanne Hersch, Editora Conquista, Cr$ 50,00 — textos sobre o homem, o poder e seus limites, a liberdade, direitos sociais, servidão e violência, que inspiraram a Declaração dos Direitos do Homem.

☐ **SEMEADURA E COSMO**, Erich von Daniken, Melhoramentos, Cr$ 18,00.

☐ **MEMÓRIAS**, Agripino Grieco, Editora Conquista, volume 1 — Cr$ 25,00 e volume 2 — Cr$ 30,00.

☐ **O DESAFIO DO FUTURO**, Dennis Gabor, Expressão e Cultura, Cr$ 20,00 — as invenções científicas e tecnológicas e as inovações econômicas, sociais e políticas dos próximos 50 anos.

☐ **ASPECTOS NEGATIVOS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA**, Samuel de Paula, Brasiliense, Cr$ 12,00.

☐ **O MITO DA LIBERDADE**, B.F.Skinner, Edições Bloch, Cr$ 17,00.

☐ **O HOMEM E A EVOLUÇÃO**, John Lewis, Paz e Terra, Cr$ 18,00.

☐ **O MILAGRE BRASILEIRO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS**, Paul Israel Singer, Cadernos Cebrap, Cr$ 10,00.

☐ **CAMUS, VIDA E OBRA**, Vicente Barreto, José Álvaro Editora, Cr$ 14,00.

☐ **O JOGADOR**, Dostoievski, Edições Bloch, Cr$ 16,00.

☐ **A GRANDE VIAGEM**, Jorge Semprun, Edições Bloch, Cr$ 20,00.

☐ **O AFOGADO**, Abel Silva, José Álvaro Editora, Cr$ 15,00.

☐ **O CODIGO DOS SONHOS**, Charles Maillant, Civilização Brasileira, Cr$ 30,00 — confronto das imagens oníricas com as diferentes interpretações sugeridas pela tradição, o folclore, as teorias psicanalíticas clássicas, modernas e as decorrentes da medicina.

☐ **OS GRAUS DA LOUCURA**, Léon Michaux, Civilização Brasileira, Cr$ 25,00.

☐ **HITLER ANTES DE HITLER**, Jacques Brosse, Artenova, Cr$ 20,00.

☐ **O ESTRUTURALISMO E A MISÉRIA DA RAZÃO**, Carlos Nelson Coutinho, Paz e Terra, Cr$ 20,00 — crítica ao estruturalismo e às concepções de Lévi-Strauss, Michel Foucault, Roland Barthes e Althusser.

☐ **DEMÔNIOS DA LOUCURA**, Aldous Huxley, Companhia Editora Americana, Cr$ 28,00.

☐ **OS DIREITOS DO SEXO E DO MATRIMÔNIO**, vários autores, Vozes, Cr$ 25,00 — mudança dos conceitos de sexo e matrimônio no catolicismo, superando o amor-procriação.

☐ **DIAS DE CLICHY**, Henry Miller, Companhia Editora Americana, Cr$ 15,00.

☐ **A IGREJA E O ABORTO**, Vozes, Cr$ 4,00 — coletânea organizada pela CNBB de declarações das conferências episcopais de diversos países sobre o aborto.

171

Sacco e Vanzetti, um debate

continuação da página 2

reclama a fuga do cineasta Giuliano Montaldo da verdadeira história contida em 4 rolos de documentários pertencentes à Universidade Brandeis (os quais Montaldo pesquisou) e na obra de Francis Russell *A Tragédia de Sacco e Vanzetti*, editada aqui pela Editora Civilização Brasileira (obra esta também pesquisada por Montaldo).

Fica, portanto, a pergunta: até onde pode ir a criatividade de transformação da realidade, por um cineasta, quando ele consulta as fontes e resolve dar a sua visão, objetivando mais este ou aquele enfoque, de acordo com suas proposições? Até que ponto, por exemplo, o filme *Os Inconfidentes*, de Joaquim Pedro, não é um filme histórico? Joaquim Pedro pesquisou a História, como se envolveu também pelas poesias de Cecília Meirelles e modificou detalhes da história real da Inconfidência, *mas que davam maior força a seu trabalho*. (...)

Até que ponto o filme *Queimada* de Gillo Pontecorvo perde pontos por erros históricos, como o de situar colônia de Portugal nas Antilhas? Na América, a única colônia portuguesa foi o Brasil; quem possuía colônia nas Antilhas era a Espanha, sendo que a cana-de-açúcar era explorada pelos holandeses. Onde Portugal explorou cana-de-açúcar foi no Brasil. Nem por esta modificação o filme perde a sua importância histórica.

O filme mostra todo o processo de transição do colonismo ao neocolonialismo e mostra todo o envolvimento dos movimentos de libertação. É a visão de Pontecorvo.(...)

Vamos analisar a declaração de Giuliano Montaldo sobre seu filme: "Meu filme está engajado numa realidade mais universal, na medida em que foi concebido como um discurso rigorosamente motivado no terreno histórico, onde nada se inventou e tudo se baseia numa documentação autêntica. Certamente, o filme trata de sintetizar os dados e reelaborá-los à luz de um juízo ético-político que não se conforma em descrever os fatos de um modo impressionista".

Montaldo está coerente com a visão citada acima, a respeito da conotação histórica. Ele ainda foi mais puro não inventando nada que não tivesse base na documentação autêntica. Segundo ele, o filme reelabora os dados dentro de um critério ético-político, não se conformando na pura e simples descrição dos fatos. Portanto, procurando os fatos mais importantes, para ele (Montaldo) e não os atos mais importantes segundo o crítico Sergio Augusto, que — dentro de uma perspectiva histórica também correta — critica a quase omissão de Montaldo em mostrar que realmente Sacco era o criminoso. Eu disse quase omissão porque o filme de Montaldo não deixa claro que eles são inocentes, fosse assim, seria desnecessário desfocar a cena em *flashback* da reconstituição do crime. Seria cômodo para o diretor bastando apresentar os verdadeiros assassinos. Mas não, ele não diz sim, nem não, muito pelo contrário. Ele está com outro tipo de preocupação, a preocupação da universalidade de tais casos. Então, não importa se Sacco matou ou não (o que nem o livro tem a certeza; existe a dúvida de que realmente teria matado). Quem no filme se declara inocente até a hora da morte na cadeira elétrica é Vanzetti. O que importa para Montaldo é caracterizar o julgamento dos dois, não como uma condenação aos dois, mas uma condenação ao movimento anarquista radical. Importa ao diretor caracterizar que, inocentes ou culpados, eles representavam os radicais e tinham que ser o bode expiatório.

É errôneo da parte de Sergio Augusto dizer que o diretor parte da certeza da inocência dos dois. (...) Montaldo deixa em aberto sem deixar certeza em nada a não ser no erro estrutural do processo judiciário americano.

O crítico de cinema de OPINIÃO vai descendo mais o nível de sua argumentação, chamando as obras de Costa-Gravas de "suspense-político que não passa de subproduto de velhos policiais de Hollywood, liberalóides ou não". Evidente, esta colocação é feita na medida de compração dos filmes de Costa-Gravas com os de Montaldo. O crítico ainda: "descamba-se para o mais deslavado drama de tribunal, em que tudo é permitido". O que me parece é que o crítico não teve tempo de ler com atenção (se é que realmente leu) a obra de Francis Russell, que mostra todos os excessos que existiram no tribunal.

Sergio Augusto reclama ainda que o filme se salva somente em cima dos trabalhos dos atores — "Ricardo Cucciola está excelente, embora Sacco tenha sido menos débil no original...". Realmente, o crítico precisa reler a obra de Francis Russell, principalmente no capítulo em que o autor enfoca as debilidades psicóticas de Nicola Sacco, páginas 246 a 251 (capítulo 13). Nesse capítulo vêm descritos os depoimentos de sua mulher sobre a loucura de Sacco, o medo; as declarações de Sacco ao dr. Campbell; os ataques descritos pelo relatório do chefe da enfermaria; o estudo do dr. Ralph Colp; e o diagnóstico final, apontando Sacco como sofrendo de psicose de caráter paranóide.

E a finalização do artigo do crítico de cinema Sergio Augusto é tão sem propósito ("Volonté tem o ar de quem realmente devorou Gorki, Merlino, Reclus, Marx, Leon de Labriola e Malatesta") que nos deixa perplexos. Tanto a caracterização de Sacco é perfeita, como a de Volonté — até mesmo em proporções de tamanho (vide as fotos do livro).

Proponho ao crítico ter a paciência de ler as 495 páginas do livro de Francis Russell. (...) Dessa forma, o crítico poderá ter as condições necessárias, o instrumental básico para analisar o filme, entrando com o pé direito na História e nas observações corretas que deve ter esta ou aquela recriação da História proposta pelo diretor do filme (...). Procurar compreender a distinção entre forma e conteúdo. Isto não só no cinema, mas em todas as manifestações artísticas.

(...) Para concluir, usemos uma citação de Carlos Cavalcante (*Como Entender a Pintura Moderna*, Editora Civilização Brasileira), uma vez que é da maior importância para a nossa compreensão dessa dicotomia — forma e conteúdo: "... esse valor super-histórico da arte-valor de permanência e universalidade, transcendendo das circunstâncias históricas e sociais que lhe modelaram as peculiaridades técnicas e expressivas, está na forma e não no conteúdo. Os valores da forma, unicamente plásticos, dirigem-se à nossa percepção sensível ou às exigências de nossa vitalidade. São, por isso mesmo, comuns a todos os seres humanos, em todos os tempos e lugares. Os valores do conteúdo, ao contrário, por seus significados históricos e sociais, dirigem-se à percepção intelectual, bastante diversificada, conforme 'o nível de cultura de cada indivíduo'".

João Carlos Corriandre
Rio de Janeiro GB

Superficialidade barroca

Surpreendente o envelhecimento político de nosso melhor crítico cinematográfico — Sergio Augusto — ao criticar Sacco e Vanzetti **(...).**

Trata-se sem dúvida de um efeito do tempo que infelizmente vivemos em nosso país. Dizer que, do ponto de vista digestivo, o filme se salva e afirmar, em outra página, que Nelson Rodrigues é de fato nosso maior dramaturgo **(ao criticar** Toda Nudez...**) é, no mínimo, ingenuidade. E da grossa.**

Parece que para sua excelência o crítico cinematográfico Sergio Augusto, o cinema está no número 200 de suas preocupações cotidianas. Se o mesmo crítico se desse ao luxo de assistir ao referido filme numa das salas de espetáculo de qualquer país latino-americano — o Brasil não conta — veria o público aplaudindo de pé a referida película ao término de cada sessão, durante 15 a 20 minutos. Sacco e Vanzetti **é um dos mais importantes filmes do cinema político dos últimos tempos, não entendido (...) pelo referido crítico, escrevendo superficialidades sobre o filme. E superficialidades até certo ponto barrocas. O que é verdadeiramente lastimável, principalmente tratando-se da pessoa até agora tão respeitável.**

José Eurico Paes
Porto Alegre, RS

A derrota de Spassky

Leonard Barden

O torneio internacional deste mês em Tallinn, capital da Estônia, despertou um interesse desusado fora da União Soviética. O meu palpite é de que os empresários de Las Vegas, Nova York e Mônaco que pretendem promover uma revanche do campeonato mundial em outubro próximo estavam seguindo diariamente os resultados de Spassky no torneio. A opinião geral é de que as autoridades soviéticas só permitirão que Spassky tire a revanche se acharem que ele tem uma possibilidade real de retomar o título de Fischer.

Visto neste contexto, o resultado de Tallinn foi meio desencorajador para Boris. Mikhail Tal, que foi campeão mundial por um ano em 1960-61, liderou desde o início e ganhou o primeiro prêmio com uma vitória brilhante sobre Spassky na antepenúltima rodada. Os primeiros colocados foram Tal com 12 pontos em 15, Lev Polugaevsky com 10 1/2, e Yuri Balashov, David Bronstein, Paul Keres e Spassky, todos com 9. É verdade que Spassky só perdeu para Tal, mas não foi este o Spassky que derrotou, com grande categoria, rivais de peso em sua ascensão ao título mundial de 1965 a 1969.

Mas a revanche com Fischer ainda pode estar valendo. Spassky, juntamente com Keres, aceitou um convite para jogar no campeonato internacional a se realizar em Dortmund, Alemanha Ocidental, de 17 de maio a 2 de junho. Um mês depois disso ele deve chefiar a equipe russa no campeonato europeu por equipes em Bath (6-13 de julho). Um bom desempenho em qualquer dos dois eventos poderia ser aceito em Moscou como evidência de que Spassky poderia jogar melhor do que em Reykjavik.

Entrementes, o resultado da Estônia colocou Tal como favorito para vencer o interzonal e os encontros oficiais para escolher um desafiante para Fischer (ou, só por via das dúvidas, para Spassky) em 1975. Tal, que durante anos esteve prejudicado por uma doença dos rins, voltou à sua forma do final da década dos 50 com quatro vitórias espetaculares e seguidas em torneios importantes. Muitos gostariam de ver o seu gênio de atacante enfretando a lógica de Fischer no que teríamos de chamar o Encontro do Milênio.

A partida Spassky-Tal, na qual o lance favorito de Spassky 4 B5C na defesa Nimzo-India foi triturado, foi um belo clímax para o torneio de Tallinn.

Boris Spassky — Mikhail Tal
Defesa Nimzo-Índia

1 P4D C3BR 2 P4BD P3R 3 C3BD B5C 4 B5C A marca registrada de Spassky, que ele aprendeu, quando garoto, com seu treinador V. Zak.

4 ... P3TR 5 B4T P 4B 6 P5D P4CD A resposta mais agressiva 6 ... BxC 7 PxB P4R é ruim por causa de 8 P6D!

7 PDxP 7 P4R P4C 8 B3C CxPR 9 B5R O-0 10 D5T P3D 11 B3D CxC 12 DxPT C5R+ desc., 13 R1B PxB 14 BxC P4B 15 D6C+ (Penrose-Unzicker, Neuhausen 1961, seguindo a análise de Zak) empata por xeque perpétuo, e se as brancas desejam evitar esta linha a única alternativa razoável parece ser 9 D3B, que Portisch já usou uma vez.

7 ... PBxP 8 PxP P4D 9 P3R (!) A esta altura, Spassky deve conhecer bem a sua própria variante, mas o plano natural é jogar primeiro 9 P3TD! para minimizar os efeitos da cravada no CD. Uma partida Volpert-Nedeljovic, 1961, continuou com 9 ... B4T 10 P3R PSD 11 PxP PxP 12 P4CD Px C 13 PxB DxP 14 BxC PxB e agora, em vez do lance óbvio 15 D5T+ que foi jogado, as brancas podem manter a vantagem com 15 D2B.

9 ... 0-0 10 C3B Ainda era tempo de fazer 10 P3TD.

10 ... D4T 11 BxC TxB 12 D2D P3T! Agora as brancas estão em dificuldades devidas à forte pressão no centro.

13 PxP C3B 14 B2R PSD 15 PxP TxC! O lance ganhador. As negras emergem das complicações com dois bispos ativos contra uma torre.

16 BxT PxP 17 0-0 PxC 18 PxP BxPB 19 D6D TxP 20 BxC B5C! 21 D8C TxB 22 TD1B B4B 23 T2B D5T 24 D3C D5CR 25 D3C D4B 26 TR1B B2C 27 D3BR D4C 28 D3CD T2B 29 P3C Se as brancas insistirem na troca de damas com 29 D3CR, então 29 ... BxP+!; as negras vencem depois de 30 RxB D4BR+ e ... TxT, ou 30 DxB DxT+ simplificando e chegando a um final ganho. Com o lance do texto, Tal vence com um ataque belíssimo.

29 ... BxP+! 30 RxB D3B+ 31 R1R D4R+ 32 R1B B3T+ 3 R1C D5D+ 34 R2C D5R+ 35 R1C B2C! 36 P4TR D8T+ 37 R2B T2B+ 38 R2R D5R+ 39 Abandonam. Se 39 D3R B3T+ 40 R2D T2D+ ganhando a dama, e se 39 R2D T7B+ 40 R1D D8T mate.

Problema Nº 22

As brancas jogam e ganham (estudo de final pelo dr. E. Zepler). Como de costume, as brancas jogam de baixo para cima, de modo que o peão negro de 7CD está prestes a coroar-se.

Solução do Nº 21

1 D6R PxD 2 P4T P4R 3 B5C mate.

CLASSIFICADOS

Cr$ 2,00 por palavra. Artigos não são contados. Mande o seu anúncio de qualquer parte do Brasil, acompanhado de um cheque visado, ordem de pagamento ou vale postal para Editora Inúbia Ltda. no valor correspondente e será publicado. Rua Abade Ramos, 78 (Rio). Para usar "cartas para a redação sob o n.º ..." adicionar Cr$ 3,00 ao total.

CURSOS

O Centro Moderno de Idiomas está com as inscrições abertas para seus Cursos de Francês, Inglês e Alemão. Informações na Rua Gen. Roca, 913 — conj. 407. (GB)

FLAUTA DOCE — Violão, pintura, trab. manuais p/crianças e adolescentes. Nadir Ferreira. 227-4957. Humberto Campos, 635/402.

PROJETOR — O Serviço de Cinema Educativo e Cultural mantém permanentemente um Curso de Manejo em Projetores de 16mm, com aulas individuais e certificado de conclusão. Informações na Rua Paissandu, n.º 384 — de 11 às 17 horas — Tel. 245-4576.

VIOLÃO — Solo, acomp. estilização. Prof. Scarambone. Tel. 245-6757.

INGLÊS — Aula particular. Prof. americano. Rua Siqueira Campos, 43, sala 382, Copacabana.

DIVERSOS

UNIVERSITÁRIA — Baby-sitter e orientadora educacional. Tel. 267-7653. (GB)

TRADUÇÕES — técnicas, comerciais, corresp. inglês. Tel. 232-5628 — Sr. Cláudio. (GB)

AULAS PARTICULARES — Português, Inglês para primário, ginásio. Cristina. 235-2244. (GB)

DISCOS USADOS — Compro, pago à vista, LPs clássicos e populares, diariamente tel. 236-7172. Macedo. (GB)

Precisamos jovens estudantes para a venda de assinaturas do jornal OPINIÃO. Pagamos 12% de comissão por assinatura. Entrevistas na parte da tarde, na Rua Abade Ramos, 78 — J. Botânico. (GB)

opinião

DESEJO FAZER UMA ASSINATURA DE OPINIÃO

BRASIL ☐ anual: Cr$ 120,00 ☐ semestral: Cr$ 65,00

EXTERIOR ☐ anual: US$ 30,00 ☐ semestral: US$ 15,00

Nome _____

Rua _____

Cidade _____ Estado _____ ZC _____

Incluo ☐ Cheque visado pagável no Rio de Janeiro
☐ Vale Postal no valor assinalado acima

Remeter seu pedido de assinatura para: Editora Inúbia Ltda. — Rua Abade Ramos, 78 — Jardim Botânico — Rio de Janeiro
186, Av. Daumesnil — Paris XII
"Zibeline Agencies" — 17, Belgrave Gardens — London NW8

No exterior a venda avulsa de OPINIÃO é feita nos seguintes lugares: "Paris — La Joie de Lire da Editora Maspéro 40, Rue Saint Séverin — Paris V
Londres — 48, Old Compton St. — London W1
"Zibeline Agencies" — 17, Belgrave Gds. — London NW8
Chile — Camara Latino-Americana del Libro Casilla 14502 Correo 21 — Santiago.

Como controlar os militares

John Kenneth Galbraith

Depois da publicação de seu livro O Novo Estado Industrial, o economista John Kenneth Galbraith achou necessário falar mais de um de seus temas: o complexo industrial-militar americano. Na opinião dele, a questão do poder militar não seria um fato isolado, mas "um exemplo terrível da tendência da organização burocrática, nesta era da burocracia, para desenvolver um estilo de vida, objetivos e verdades próprios" Mas como deter essa tendência? Para responder a esta pergunta, Galbraith escreveu Como Controlar o Militarismo, um panfleto publicado por uma sociedade pacifista londrina, e aqui reproduzido parcialmente.

John Kenneth Galbraith, professor de Economia da Universidade de Harvard, serviu como conselheiro econômico durante os governos de Roosevelt e Truman e foi embaixador dos Estados Unidos na Índia durante o governo Kennedy. Entre suas outras obras estão os livros A Sociedade Afluente, A Hora Liberal, O Novo Estado Industrial e a novela O Triunfo.

Este pequeno trabalho, em sua origem, está ligado ao livro que publiquei em 1967 — *O Novo Estado Industrial*. Eu havia concluído, então, que uma das principais tendências de nossa época é a de transferir o poder das mãos do consumidor ou do cidadão para as do produtor ou fornecedor — do consumidor para a General Motors, do cidadão para o Pentágono e para a General Dynamics. No entanto, há uma importante diferença entre a perda de poder decisório sobre automóveis e a perda de poder em decisões que envolvem armamento e política externa. À primeira perda nós podemos sobreviver; à segunda muito provavelmente não. Enquanto muitos de meus leitores avaliaram até que ponto havia ido a transferência de poder para a General Motors, muitos não souberam fazer o mesmo em relação aos militares e seus fornecedores. Em *O Novo Estado Industrial* essas questões foram abordadas nos últimos capítulos. Mas resolvi escrever um pequeno panfleto sobre os aspetos militares do problema, sobre a absoluta necessidade de se reivindicar o controle público sobre esta parte da economia e sobre os os problemas práticos e políticos que esse controle acarretará.

Não teremos feito muito pouco se sairmos do Vietnã e deixarmos sem modificações as nossas istituições e a sua capacidade de errar organizadamente. Para escrever este trabalho, fui especialmente encorajado por homens de negócios preocupados com a influência (e o custo) do chamado complexo industrial-militar. Há três ou quatro anos atrás, se alguém levantasse o problema do poder militar, ficaria falando sozinho. Agora é diferente: o exercício do poder e a arrogância ou indiferença que ele provoca em seus detentores tem produzido uma forte reação. A questão é tornar a reação contra o poder militar politicamente efetiva. Não se pode permitir que ela se desperdice em movimentos inconsistentes de ódio e protesto. E, como é comum nos Estados Unidos, não há fórmulas mágicas para promover milagres: há apenas a dura tarefa de persuasão da opinião pública e a organização política.

Parece-me incrivelmente tolo imaginar que as grandes firmas especializadas e contratadas para o fornecimento de equipamento militar, e cujos negócios são totalmente, ou em sua maioria, realizados com o Pentágono, sejam realmente empresas privadas. Seria muito vantajoso que se reconhecesse que estas empresas são um prolongamento do Pentágono. Algum dia este reconhecimento se concretizará mas não será o bastante para se resolver o problema do poder militar.

Na minha opinião, são as Forças Armadas e não seus fornecedores industriais os principais controladores deste poder. Assim, a nacionalização das grandes empresas não solucionaria a questão do poder militar, o que, além do mais, seria muito dispendioso.

Espero que esse panfleto leve os leitores a sentir que suas responsabilidades quanto ao problema que abordo devem ser devidamente conscientizadas. É necessário que todos se apercebam da importância deste assunto, a fim de que, pressionando o Congresso, ele seja capaz de representar a opinião pública no que se refere à necessidade de controle sobre o poder militar.

A verdade burocrática

1 — Em janeiro de 1969, às vésperas de deixar o governo, Lyndon Johnson enviou ao Congresso seu último relatório sobre o panorama econômico dos Estados Unidos. Ficou estabelecido neste documento que, de um modo ou de outro, a guerra do Vietnã, através da qual ele e sua administração foram destruídos, chegaria gradualmente a um fim. A questão discutida pelos economistas de Johnson era se isto traria uma redução ou um aumento nos gastos militares. O orçamento militar para o ano fiscal de 1969 foi de 78,4 bilhões de dólares; para o ano seguinte, incluindo a majoração da folha de pagamentos, foi fixado em cerca de 3 bilhões a mais. Daí em diante, admitindo-se que houvesse paz e que se processasse, consequentemente, a retirada da Ásia, haveria uma redução de 6 ou 7 bilhões de dólares. Isto, no entanto, se o Pentágono não pretendesse utilizar novos armamentos, isto é, caso ele estivesse satisfeito com o que já lhe fora autorizado adquirir. Ninguém, na verdade, pensou nesta possibilidade. Os economistas do presidente mencionaram a existência de planos que envolviam uma "encomenda" de novas aeronaves, de modernos navios de guerra, de outras instalações de defesa, etc., que custariam muitos bilhões. Assim, qualquer poupança decorrente da retirada do Vietnã seria eliminada. A paz, deste modo, tornar-se-ia mais cara do que a guerra.

Com Richard Nixon, as perspectivas de aumento das despesas com equipamento bélico aparentemente se mostravam maiores. Durante a campanha eleitoral ele prometeu estabelecer uma nítida superioridade militar sobre os soviéticos, um esforço que provocaria uma resposta facilmente previsível e que levaria os Estados Unidos a um empenho ainda maior para que a promessa presidencial fosse cumprida. Melvin R. Layrd, o novo secretário de Defesa, foi, enquanto atuou no Congresso, um ardente porta-voz dos pontos de vista militares, e, poucas semanas após instalar-se no Pentágono, ele já liderava a política dos "falcões" para liberar o Sistema ABM — (Anti-Balistic Missile — Mísseis Antibalísticos). O seu vice-secretário de Defesa, David Packard, apesar de ser o exemplo raro de um empresário que tenha falado a favor do controle armamentista, foi recrutado no âmago do complexo industrial-militar.

Pouco antes da posse de Nixon, a Associação da Força Aérea, a mais credenciada representante dos militares e de seus fornecedores, afirmou com satisfação que "se o novo governo quiser aplicar dinheiro na defesa do país, algumas mudanças benéficas são prementes". J. Leland Atwood, presidente e chefe executivo da North-American Rockwell — uma das 12 grandes empresas industriais produtoras de armamentos — disse a um repórter: "São muito positivas todas as proposições de Nixon sobre equipamento bélico e sobre a questão espacial. Creio que ele talvez tenha um pouco mais de conhecimento a esse respeito do que outras pessoas que já passaram pela Casa Branca". Como se vê, muita gente entusiasmou-se com o governo.

Quando comecei este trabalho, arrisquei o palpite de que o poder militar certamente faria pelo presidente Nixon o mesmo que o Vietnã fez por seu antecessor; pode ser no entanto que ele procure evitar a má sorte de Johnson. Richard Nixon, até agora, não tem-se mostrado indiferente aos rumos de sua carreira política. Em qualquer caso, o resultado seria uma consequente restrição do poder militar por parte de Nixon. O que se torna evidente é que vem ocorrendo uma drástica mudança nas atitudes do público americano em relação aos militares e aos seus aliados industriais. Estas alterações não serão ignoradas por muito tempo pelos políticos sensíveis às tendências populares e é possível que neste novo clima político surja a oportunidade para que eles reivindiquem seus direitos de exercer controle.

O objetivo deste panfleto é analisar a natureza do poder militar, avaliar seus pontos fortes e suas debilidades e sugerir linhas gerais para que se consiga recobrar o controle necessário. Pois ninguém pode duvidar desta necessidade.

2 — O problema do poder militar não é um fato isolado: é apenas um exemplo terrível da tendência da organização burocrática, nesta era da burocracia, para desenvolver um estilo de vida, objetivos e verdades próprios. Esta tendência existe em toda grande burocracia, seja pública ou privada, e sua ação não visa atender ao mais alto interesse público, nem suas crenças refletem a realidade social. Tudo aquilo que é pensado e que é feito deve, primeira e naturalmente, servir aos objetivos da própria burocracia. A ação realizada no interesse da organização, ou em resposta às verdades burocráticas, pode, consequentemente, ser uma fórmula de desserviço ou mesmo de desastre público. Nada há de teórico nesta possibilidade. Tem havido muitas explicações sobre a nossa participação na guerra do Vietnã, uma ação sobre a qual, mesmo os mais prematuros e os maiores entusiastas, agora se mostram reservados. Mas todas as explicações se resumem em uma só: foi o resultado de uma longa série de etapas levadas a efeito em consequência de uma visão burocrática do mundo, visão diante da qual um presidente submeteu-se, voluntariamente ou não, e que, durante muito tempo, não foi controlada nem pela oposição nem pelo Legislativo. Esta visão mostrava um planeta ameaçado por um iminente esmagamento produzido pelas forças unidas e dominadoras do mundo comunista, dirigidas por Moscou (ou posteriormente, e com perigo ainda maior, por Pequim) e focalizava, a milhares de quilômetros de distância, a atividade de algumas guerrilhas contra o governo conservador do Vietnã do Sul. As primeiras verdades burocráticas estabelecidas para sustentar a intromissão americana no sudeste asiático são incrivelmente simples. O que era essencialmente uma guerra civil entre os vietnamitas foi transformado em um conflito internacional com ampla carga ideológica para toda a humanidade. Os ditadores do Vietnã do Sul tornaram-se exemplos do poder democrático na Ásia. Uma eleição trapaceada transformou-se em um baluarte da democracia. Um dos Exércitos mais inconstantes e mais confusos do mundo passa a ser, sempre potencialmente, um paradigma de vigor marcial. E uma infinidade de reveses, de perdas, de derrotas são disfarçados em vitórias. Tal é a capacidade da burocracia de criar sua própria verdade. Nada, ou quase nada, havia de cínico neste esforço. A maioria dos homens responsáveis e envolvidos pela organização burocrática aceita o mito do qual participa, pois para quem está do lado de dentro é o mundo exterior que parece errado e perverso.

Como já foi observado, o protótipo do burocrata em nossa época foi o secretário de Estado Dean Rusk: poucos serviram à burocracia com tal devoção. Em suas declarações havia um tom de desesperança sobre a inabilidade do resto do mundo em aceitar as verdades burocráticas recém-formuladas. Para ele, apenas os excêntricos, os indisciplinados ou ingênuos não aceitavam o que o Departamento de Estado afirmara como verdade. Sua desesperança era ainda evidente no momento em que deixou o cargo, com a carreira arruinada e a administração da qual participou destruída por uma ação que visava concretizar essas crenças. Não há exemplo mais trágico ou dramático do modo pelo qual a burocracia conquista a adesão dos homens para as suas verdades.

Não foi em relação ao caso do Vietnã que pela primeira vez as pessoas foram conquistadas por aquele tipo de verdades. Não faz muito tempo, houve a questão da baía dos Porcos, um exemplo elementar de como a burocracia engana-se a si própria (1). A burocracia precisava acreditar que Fidel Castro estava prestes a ser marginalizado, que o comunismo, por ser uma conspiração internacional, não poderia ter raízes populares locais, que o povo cubano receberia de braços abertos os esforços para destruir essa espécie de regime. As mesmas idéias orientaram o ataque militar contra inexistentes comunistas na República Dominicana. Os exemplos mais espetaculares da verdade burocrática, no entanto, são os que servem ao poder militar, pois justificam suas constantes aquisições de armas, as quais, apesar de não terem ainda produzido nada tão dramático quanto o Vietnã, a baía dos Porcos ou os reveses dominicanos, têm potencial ainda maior para fazê-lo. Estas verdades e suas consequências merecem ser especificadas em alguns detalhes.

Primeiramente, existe a crença militar de que, quaisquer que sejam os perigos de uma corrida armamentista com a União Soviética, eles são menores do que o risco de uma abertura no sentido de impedi-la. Há também a crença de que a luta contra o comunismo é a última batalha do homem; assim, ninguém hesitaria em destruir vidas para livrar o mundo desta ameaça. Esta crença permite aceitar a corrida armamentista por mais perigosa que ela seja. Em terceiro lugar, o interesse nacinal é absoluto e o individual é irrelevante. Mesmo a perspectiva de morte e destruição total não impedirá o desenvolvimento de novos sistemas armamentistas, se eles

continua na página 22

(1) Fracassada invasão de Cuba planejada pela Central Intelligence Agency — CIA — durante o governo de John Kennedy. Os invadores, em boa parte refugiados cubanos que moravam em Miami, foram desbaratados pelas tropas de Fidel Castro ao tentarem o desembarque em Cuba, na baía dos Porcos.

A N E X O - 3

Número 24 de OPINIÃO: uma cópia de exemplar apreendido e um exemplar que circulou posteriormente.

* * *

173

TEMPO EM SÃO PAULO

O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA (1885-1927) - JULIO DE MESQUITA FILHO (1927-1969) - FRANCISCO MESQUITA (1927-1969)

JULIO DE MESQUITA NETO
DIRETOR RESPONSÁVEL

Capital e Interior de São Paulo Cr$ 1,50 | ANO 94 | TERÇA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 1973 | N.º 30.878 | Domingo: Cr$ 1,20. Assinatura Cr$ 18,00

Venezuela pede a reestruturação básica da OEA

Israel elimina líderes da Fatah

Silêncio sobre a visita de Perón

JULIO DE MESQUITA NETO

RUY MESQUITA

UM JORNAL CONTRA UM GOVERNADOR

Cuba vista por dentro

As revoluções de Pablo Picasso

OPINIÃO DOS LEITORES

O general e os erros da história

O depoimento de Zerbine no livro de Hélio Silva?

Senhor general Euryale de Jesus Zerbine

Li as retificações que apresentou no artigo de minha responsabilidade intitulado *Março-1964*, publicado em OPINIÃO n.º 21, e volto ao assunto, para melhor esclarecimento.

No próprio artigo acentuei que se tratava de um primeiro ensaio do livro que pretendo escrever. Por isso mesmo agradeço as retificações no tocante a sua atuação pessoal. Não tendo a oportunidade de entrevistá-lo, ausente que se encontra do Rio, vali-me de informes de duas fontes, uma das quais assinalava a sua ausência à reunião do QG, e a segunda afirmando o seu comparecimento e prisão subsequente. Aceitei a segunda que o senhor agora contesta, sem invalidar o fato principal, a atitude tomada e a consequência de sua detenção, mais tarde, quando se apresentou no Rio.

No registro dos acontecimentos, o importante era assimilar a posição dos chefes militares. A sua posição, anotada em meu ensaio, foi confirmada. Aceito e agradeço a retificação quanto ao não-comparecimento à reunião.

Mais importante, porém, e este é o motivo principal desta carta, é a segunda retificação, quando à denominação de *comunista*, que o senhor contesta, declarando-se nacionalista e adepto da Doutrina Social da Igreja.

O que está em movimento é a afirmativa de que o então ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, "recebeu documento do dossiê informando sobre as atividades de um grupo de oficiais apontados como *comunistas*: Osvino, Assis Brasil, Zerbine, Cunha Melo, Francisco Teixeira". Esse dossiê foi organizado por elementos do grupo que propunha uma aliança com o ministro da Guerra para combater a tendência esquerdista do governo Jango, que eles consideravam comunismo. Não afirmei, nem tinha elementos para afirmar, que algum dos nomes citados fosse comunista. Este é o ponto capital. Católico praticante, minha posição face ao comunismo não precisa ser esclarecida. Coerente com minha formação, defendo a liberdade de opinião e não considero crime ser comunista. Por isso mesmo não usaria dessa qualificação para apontar ninguém. Relatei um fato verdadeiro: a entrega do dossiê.

Sua retificação enseja um depoimento mais completo, que pode ser um dos muito depoimentos que completam esse livro anunciado e que só será publicado se puder ser a honesta apresentação da verdade histórica.

Atenciosas saudações

Hélio Silva
Rio de Janeiro, GB

"Polêmica provinciana e estéril"

Para Sergio Augusto a polêmica provocada pelo filme Sacco e Vanzetti é provinciana e estéril

Não me espantou muito a polêmica sobre *Sacco e Vanzetti* a partir de minha crítica contra o filme, publicada neste jornal a 21 de março. Sinceramente, eu preferia estar explicando a importância e a maior consequência política de filmes como *La Hora de los Hornos*, de Solanas, ou *Joe Hill*, de Bo Widerberg, mas estes jamais serão exibidos aqui, *et pour cause*: eles realmente são didáticos e destrincham — sem sentimentalismo barbaresco e para espectadores de qualquer nível — os meandros e a mecânica do capitalismo, do imperialismo, do sindicalismo e outros ismos. A polêmica sobre *S & V*, além de provinciana, é estéril na medida em que dela só participam pessoas devidamente instruídas sobre o caso e suas implicações sociopolíticas.

Não creio que OPINIÃO tenha cometido, como disse o leitor José Luís A. da Silva, "uma violência" contra os seus leitores; apenas confiou no gosto e na suposta capacidade analítica de seu único crítico de cinema estabelecido no Rio. Em vez de Sergio Augusto poderia ter sido Ely Azeredo, um crítico reconhecidamente conservador, para a felicidade do sr. J.L.A.S. que, com retumbante entusiasmo, o cita ao final de sua carta. O passionalismo do sr. J.L.A.S. revela-se logo ao início de seu ataque ao considerar meu artigo "uma tragédia para o jornalismo". Não haveria outras tragédias maiores e sistemáticas contra o jornalismo do que a livre expressão, ainda que equivocada, de uma opinião sobre um filme? Pela falta de senso de medida de uma pessoa pode-se julgar o valor de sua retórica.

Jamais coloquei o cinema acima de suas implicações sociais; apenas acredito ter ele sido razoavelmente fria e lúcida [illegible] personalidades — mínimas bases para julgar a História — do cinema como despertador de consciências e estopim revolucionário. Tenho um fascínio especial por todo e qualquer filme político, e é justamente por respeitar tanto o "gênero" que costumo ser muito exigente quando vejo uma obra que trata de problemas que me interessam, e que, de uma forma ou de outra, me dizem respeito.

Ainda em resposta ao sr. J.L.A.S., gostaria de pedir-lhe desculpas pelo paternalismo de minha crítica a *Harold e Maud*. Considero-o, honestamente, um filme de arte para classe média, assim como considero *S & V* um filme político para classe média. E aproveito para informar-lhe que, ao contrário do que o leitor disse, a sociedade americana — dos *hippies* ou não — *tem muito a ver* com a nossa. Infelizmente mas tem. E mais: 1) O advogado Moore foi praticamente chutado da Defesa por insistência de Sacco. 2) Andrea Salsedo realmente se suicidou (vide Francis Russell, pág. 96). 3) Eu não creio que todo socialista seja um suicida em potencial, mas isto não impede de achar *alguns* socialistas ingênuos, excessivamente idealistas e burros. 4) Um filme, para ser novo e bom, não precisa necessariamente "ter conteúdo" (essa discussão, aliás, é das mais bizantinas). 5) Montaldo teve medo de tornar seus personagens antipáticos junto ao público católico e por isso evitou discutir o fato de os católicos terem se recusado a testemunhar em favor de Vanzetti e não quis mostrar Sacco e Vanzetti recusando-se a aceitar a extrema-unção. 6) Se o filme é "a própria história do capitalismo", lamento ter perdido meu tempo consumindo ensaios e livros densos e complicados sobre economia e política.

Ao sr. João Carlos Corrlandes informo que não existem estabelecidos em nenhuma bíblia "os valores da análise crítica cinematográfica" que ele não só julga existirem como conhecê-los. Meus críticos acreditam, com um fanatismo religioso, que toda arte é ou *deve ser* utilitária, ponto de vista discutível na medida em que faltam dados históricos para provar a eficácia desse utilitarismo. Eu, pessoalmente, gostaria que um filme tivesse a força de um contingente policial, mas ainda não tive a ventura de chegar ao Shangri-la. As invenções de Montaldo (a começar pela glamourização absurda de todos os personagens envolvidos na defesa de Sacco e Vanzetti, principalmente o advogado Moore) podem ser comprovadas com uma leitura atenta do livro de Francis Russell, que eu, ao contrário do que disse o leitor, fiz com o maior cuidado. Agradeço, mas dispenso, as pretensiosas lições sobre "forma e conteúdo" que o sr. J.C.C. me enviou e peço desculpas se não lhe pareço lukacsiano.

Ao sr. José Eurico Paes agradeço a paciência por me haver considerado o melhor crítico de cinema do Brasil até o dia 21 de março. Quer dizer que é ingenuidade da grossa afirmar que Nelson Rodrigues é o maior dramaturgo brasileiro? Desconfio, e temo, que o leitor esteja confundindo o abjeto jornalista e cronista com o talentoso autor teatral de décadas passadas. Para mim, os 15 a 20 minutos de aplausos a *S & V*, citados pelo leitor, ao longo de toda a América Latina, soam inacreditáveis, para dizer o mínimo. Na sessão em que vi o filme — no Condor Largo do Machado, a Cr$ 8,00 o ingresso, e cercado por uma platéia típica da classe média — ninguém aplaudiu, embora, acredito, houvesse quem desejasse fazê-lo, com lágrimas nos olhos. O cinema, sr. J.E.P., "não ocupa o 200.º lugar de minhas preocupações". Talvez seja até a primeira, mas eu ainda tenho certeza de que agricultura é mais, muito mais importante.

Sergio Augusto
Rio de Janeiro, GB

"50 anos de mulher" Ou a cultura da TV

O apresentador fez uma pergunta. Uma resposta está aqui

Há três meses atrás a TV Cultura, canal 2 de São Paulo, apresentou um programa muito bom com Júlio Lerner trazendo um médico obstetra de São Paulo que aplica técnicas psicodramáticas a grupos de mulheres grávidas, tornando mais claro para elas os problemas físicos e psicológicos que surgem durante o período da gravidez, possibilitando assim uma vivência mais nítida, mais rica e menos traumatizante de todo o processo da maternidade.

No programa, o médico deu explicações das técnicas que usa e fez uma sessão com mulheres grávidas suas clientes e outras, funcionárias da TV 2.

Ao final do programa, Júlio Lerner colocou a importância de se fazer uma série de programas como aquele que seria proveitosa para qualquer mulher e convidou o médico para realizá-la. Este, naturalmente, aceitou e eu fiquei na expectativa.

Soube agora que a série de programas foi cancelada. Como interessada, desejo saber por que a TV 2 cancelou a série.

Mais TV 2: para o dia 24/3/73 (sábado) às 12h30m esse canal se propôs a apresentar, no seu programa *Sinveso*, o tema *50 Anos de Mulher*. Muito otimista, fiquei esperando uma síntese com dados objetivos sobre a inserção da mulher na educação, na produção, sobre as mudanças havidas no que diz respeito à sexualidade e à educação de crianças. Podia ser no mundo todo, ou ao menos no Ocidente, ou ao menos no Brasil, ou no mínimo em um país do Ocidente.

O que foi apresentado por Antonio Carlos Assumpção (apresentador) tendo como assistente de produção Vera Roquette Pinto foi um filme de procedência e ficha técnica não mencionadas que começou em 1910, no Maxim's, em Paris.

Apresentou a seguir as passeatas de operários por volta de 1911 (com participação de mulheres), mme. Curie, sufragistas inglesas e americanas, mulheres fardadas marchando durante a Primeira Guerra. A seguir, mulheres desportistas (sic), pára-quedistas e aviadoras do pós-guerra, rápidas fotos de mulheres com cabelo *à la garçonne* dos anos 30 (com rápido comentário sobre o número crescente de mulheres que estavam entrando no trabalho público por necessidade).

Comentário do apresentador: "Certo ou errado, com razão ou sem razão elas continuam se movimentando".

Em seguida o filme mostrou a mulher "vencendo" na política — exemplos citados e ilustrados: mme. Chiang Kai-shek, mme. Nehru, mme. Eva Perón (é demais, não é?).

Aí comenta-se que as formas das mulheres continuam sendo ponto alto de atenções (*flashes* da Mona Lisa, Anita Ekberg em *La Dolce Vita* e uma mulher de biquíni).

Aí, pula para 1963 com Valentina chegando das 43 voltas à Terra (...). O filme termina com um *close* de Valentina acompanhado deste texto: "Finalmente Eva expulsa do paraíso reencontra o céu! Este é o ponto final das memórias de Eva"!

Aí o apresentador diz: E você, o que acha?

Respondo: Isto é coisa que se apresente na TV 2? Nem uma imagem ou palavra sobre a Segunda Guerra, sobre a participação das mulheres nas revoluções socialistas e nas guerras de libertação. Nem um a sobre os anticoncepcionais, ou sobre aqueles mínimos dados objetivos que eu esperava no início do programa.

Acho é que a TV 2 podia ser pouquinha coisa mais séria, fazer a série prometida pelo Júlio Lerner em vez de ficar passando esse tipo de filme (sob esse título pretensioso) que nada tem a ver com a realidade da mulher brasileira ou com qualquer verdade histórica.

Marlene R. Andrade
São Paulo, SP

Economia: conceitos revisados

O respeito que tenho por OPINIÃO, bem como pelos seus leitores, obriga-me a um esclarecimento, sem qualquer intuito 'polêmico', no tocante a certa passagem da carta com que o historiador Caio Prado Júnior respondeu a uma crítica que fiz ao seu livro *História e Desenvolvimento* (*Tapando Buracos com Novos Buracos*, OPINIÃO n.º 22).

No penúltimo parágrafo de sua carta, o prof. Caio Prado dá a entender — a quem não leu o meu artigo — que a minha *simpatia* pela atual política econômica do governo brasileiro seja irrestrita.

Esclarecendo, gostaria de dizer que, com menos simpatia e mais restrições, procurando ser o mais objetivo e realista no que respeita a qualquer pronunciamento sobre essa política, estou longe de aplaudi-la incondicionalmente, reconhecendo, por outro lado, que ela superou certos entraves que o condicionamento histórico, aliás demonstrado pelo prof. Caio Prado em seu livro, impedira sempre, até então. A própria revisão cepalina dos modelos teóricos de explicitação do subdesenvolvimento brasileiro é suficiente para mostrar os pontos "surpreendentes" da atual política econômica brasileira.

Mas é claro que o crescimento que, de certa maneira obrigou os teóricos a uma revisão dos seus esquemas interpretativos não exclui absolutamente, entre outras graves questões, a problemática da [illegible] ou "reconcentração" da renda, do desequilíbrio regional, do endividamento externo, este entretanto não sujeito a critérios absolutos, pelo menos na minha parte, e do controle exercido pelo capital estrangeiro ao nível decisório.

Quanto à crítica que fiz ao seu livro, não vejo motivos para alterá-la.

José Roberto do Amaral Lapa
Campinas, SP

opinião

Uma publicação da Editora Inúbia Ltda.

DIRETOR
Fernando Gasparian

REDAÇÃO
EDITOR
SECRETÁRIO DE REDAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO
ARTE

ALÉM DA EDIÇÃO BRASILEIRA DO LE MONDE OPINIÃO PUBLICA AINDA UMA SELEÇÃO DE ARTIGOS DOS SEGUINTES JORNAIS E REVISTAS

The Washington Post
THE GUARDIAN
The New York Review of Books
NEW STATESMAN

Outras opiniões de leitores na página 23

Palavras, palavras, palavras... Apenas palavras?

E[illegible] liberdade de imprensa, sucessão presidencial, seriam apenas palavras? Na semana passada, políticos em exercício de liderança [illegible] em busca de melhores oportunidades trataram desses temas como se significassem algo mais que meras palavras.

Surpreendendo pelo menos os comentaristas políticos, o deputado Flavio Marcílio presidente da Câmara dos Deputados — em quem governos de tendências aparentemente opostas têm confiado — defendeu a volta ao Estado [illegible]reito e a necessidade de o Congr[illegible] começar a tomar iniciativas nesse terreno sem aguardar ordens do Executivo. Segundo o *Jornal do Brasil*, Marcílio defendeu em entrevista no Rio "a necessidade de nos apresentarmos no exterior como país democratizado e para isto ele acha que o Congresso deve debater as leis de exceção existentes, para que se incorporem ou não à Constituição, objetivando a institucionalização do país".

Esfriando o entusiasmo ou desfazendo os temores que a fala do deputado Flavio Marcílio pudesse provocar, o presidente do Senado e da ARENA, senador Filinto Strumbling Muller — servidor de poderosos com antiga tradição — apressou-se em dizer que não acreditava que o presidente Medici tomasse até o fim de seu governo qualquer medida [illegible]. Para o velho senador a opinião do presidente da Câmara é "exclusivamente pessoal".

Talvez sem igual exclusividade — já que o MDB diz defender os mesmos princípios — mas num pronunciamento também pessoal, outro arenista, o ex-governador de Minas, ex-ministro do Exterior do governo Castelo Branco, e atual senador Magalhães Pinto saiu em defesa do voto direto. Recebendo o título de cidadão honorário do Rio Doce-MG, o político e banqueiro d[illegible] que "a delegação popular é [illegible]tuível".

[illegible]bém ex-governador (do Maranhão), outro senador enriqueceu com sua opinião a galeria dos temas tratados. A propósito da briga entre o governador Laudo Natel e o jornal *O Estado de São Paulo*, o senador José Sarney discursou e disse: "A liberdade de imprensa é tão fundamental para a democracia que se diz, hoje, que ela é um direito do homem como o é a saúde. E os tempos atuais estão a pedir, a exigir e a demonstrar que a informação constitui, hoje, a única válvula capaz de sustentar o homem para cumprir o seu grande destino dentro da comunidade".

Mas o diálogo dominante na semana parece mesmo ter sido o indiretamente travado entre os presidentes da Câmara e do Senado. E sempre com o senador Filinto Strumbling Muller rebatendo afirmações do deputado Flavio Marcílio. Este admitiu a antecipação do debate sucessório em função do projeto regulamentando o Colégio Eleitoral apresentado por um deputado emedebista. Já o senador Filinto Strumbling Muller acha que o debate sucessório deve ser aberto somente após o Executivo tomar a iniciativa de propô-lo. Como aliás tem acontecido com todos os temas quando eles deixam de ser apenas palavras.

Filinto Strumbling Muller

BRASILIA

Ao completar 13 anos a cidade recebe do governador apenas *circus*

Em outubro de 1969, quando o presidente Garrastazu Medici preparava-se para tomar posse e o Congresso comprava apressadamente flores para ornamentar a mesa na sessão de reabertura, um personagem desconhecido em Brasília hospedou-se no Hotel Nacional. O personagem desenvolveu na época uma tímida ofensiva de contatos com as escassas lideranças da cidade. Hoje, mais de três anos já passados, o atual governador do distrito federal, arquiteto Hélio Prattes da Silveira, não é mais exatamente o mesmo cauteloso desconhecido.

Esta semana, quando Brasília comemora seu 13.º aniversário, ao governador e arquiteto Hélio Prattes ela pode agradecer pelo menos um presente: está altamente superdimensionada em matéria de instalações esportivas pelo menos em alguns setores. Logo depois da vitória do Brasil no México o governador anunciou a construção de um estádio para 100 mil pessoas. Acontece que a cidade já tinha um estádio para 20 mil pessoas que nunca havia reunido nem um terço de sua lotação, mesmo nos jogos mais importantes.

Já que a capital federal tem ainda muitas deficiências, como por exemplo um sistema de escoamento de água que evite as costumeiras inundações na Asa Norte, para não falar nas desprezadas cidades-satélites, causou uma certa surpresa o grandioso estádio de Hélio Prattes. Mas a disposição governamental foi mais forte que a surpresa da cidade. Ficou decidida a construção de um centro esportivo, incluindo um ginásio para 20 mil pessoas, o tal estádio de futebol, várias piscinas, quadras de esporte e um autódromo. E o centro esportivo seria construído a 500 metros do palácio Buriti, onde despacha o governador, em plena área urbana e completamente fora das previsões do Plano Piloto. A esse Plano o governador já fez inclusive várias críticas mais ou menos veladas quando voltou de uma viagem em que se entusiasmou com a arquitetura venezuelana de Caracas.

Os cartolas brasilienses resolveram incluir um clube no campeonato nacional mas, segundo as normas da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), só clubes que tenham estádios para no mínimo 40 mil pessoas podem ter acesso àquele torneio. E o Ministério da Educação e Cultura, dando sua contribuição para aumentar a ociosidade das instalações desportivas da cidade, destinou 300 mil cruzeiros para as obras de ampliação do estádio já existente, o *Pelezão*, que devem estar concluídas no próximo mês.

O autódromo provisório aliás nasceu de uma briga em torno do *Pelezão*. Sem conseguir chegar a um acordo — os dirigentes de futebol queriam a ampliação desse campo ao invés da construção de um novo — o governador Hélio Prattes decidiu-se por abandonar o *Pelezão*, o que fez com requintes de vingança. O estacionamento de automóveis desse estádio foi transformado em pista de corrida o que, se não impede, no mínimo prejudica o acesso ao estádio.

Evidentemente essas medidas, junto a outras, como a paralisação da ponte que deveria atravessar o Lago, receberam críticas da imprensa. A situação foi enfrentada através do médico, chefe da Casa Civil, conselheiro e irmão do governador, Caio Flavio Prattes da Silveira, [illegible]

Vencidos os opositores da política desportiva, Brasília pôde chegar ao seu 13.º aniversário com um estádio e meio, um outro ampliado e mais um em construção, dois autódromos — um para treino e outro para corridas de "fórmula 1". [illegible]

PETROBRÁS

De como o partido do governo foi contra uma empresa estatal

Seria de se esperar que um partido governista apoiasse sempre projetos de leis que fossem favoráveis aos organismos governamentais. Pelo menos é o que sempre tem feito a ARENA. Mas se a diretoria atual da Petrobrás esperava que o partido governista, a ARENA, tivesse tal ponto de vista em relação ao monopólio estatal de petróleo, deve ter ficado decepcionada na semana passada.

Um projeto do deputado Francisco Pinto (MDB — Bahia) que propunha aumentar o monopólio da Petrobrás para a distribuição e comércio de petróleo bruto, do poço ou de xisto (de que o Brasil tem uma das maiores reservas mundiais) foi declarado inconstitucional após debatido na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara por nove votos a cinco. O curioso é que os votos contra foram todos da ARENA, enquanto os favoráveis à constitucionalidade do projeto contavam três deputados do partido de oposição oficial.

O presidente da Petrobrás, general Ernesto Geisel, havia dito numa palestra no próprio Congresso Nacional que a distribuição de derivados de petróleo, "sendo uma atividade que proporciona alta rentabilidade, é do interesse da Petrobrás dela participar, para assim obtermos maiores recursos que cubram os elevados custos das atividades exploratórias". Isso foi lembrado pelo oposicionista Lysaneas Maciel em voto em separado. Mas os situacionistas preferiram acompanhar o relator do projeto, deputado Djalma Bessa (ARENA — Bahia). Para ele se tratava de matéria de segurança nacional, devendo ser ouvido o Conselho de Segurança Nacional. Além disso — alegou — a intervenção do Estado na economia tem condições fixadas na Constituição federal que impediriam a intromissão do Legislativo.

O deputado Cantídio Sampaio (ARENA — SP) pediu votação secreta, mas Lysaneas Maciel, querendo registrar "os nomes daqueles que foram contra a nossa própria Petrobrás e se colocaram a favor de interesses estrangeiros", pediu e conseguiu votação nominal. Votaram contra o projeto: Ferreira Amaral (Paraná), João Linhares (Santa Catarina), Elcio Tavares (Espírito Santo), Osnelli Martinelli (GB), Luiz Braz (Rio de Janeiro), Cantídio Sampaio (SP), Túlio Vargas (Paraná), Lauro Leitão (R. G. do Sul) e o relator Djalma Bessa. Votaram a favor: os emedebistas Alceu Colares (R. G. do Sul), Laerte Vieira (Santa Catarina), Lysaneas Maciel (GB) e os arenistas Antonio Mariz (Paraíba) e José Alves (Alagoas).

Uma disputa pelo governo de São Paulo?

Uma nota curta, de cinco linhas, explicou a todos o que o prefeito Figueiredo Ferraz dizia em segredo: não renunciará ao seu mandato, que dura até 1975, e não encaminhará ao governador Laudo Natel nenhum pedido de exoneração. Se ele sair, será pelas mesmas mãos que o indicaram e assinaram sua nomeação para a prefeitura da capital, as do governador.

A nota redigida pelo próprio professor Figueiredo Ferraz encerrou, ao menos aparentemente, uma crise iniciada há cerca de 20 dias, quando o jornal *Estado de São Paulo* publicou reportagem sobre os dois anos do sr. Laudo Natel. O governador se sentiu injuriado e poucos o defenderam — e entre estes poucos não estava o prefeito Ferraz. Duas correntes de pessoas ligadas ao governador se manifestaram. Uma dizia que o prefeito Ferraz deveria sair com declarações em defesa do sr. Laudo Natel e não o fez, portanto, de alguma forma estaria envolvido no esquema da matéria publicada pelo jornal; a outra afirmava que a reportagem teria sido encomendada ou sugerida pelo prefeito à direção do Estado, servindo à opinião pública como amostra das diferenças de atuação das duas administrações. O governador e o prefeito repeliram as duas insinuações, num encontro de hora e meia, no Palácio dos Bandeirantes, há 10 dias, e "se imunizaram contra novas e possíveis intrigas que evidentemente seriam feitas por políticos, principalmente", segundo um assessor de Ferraz.

Todavia, entre a publicação da reportagem no Estado e a reunião dos dois, ocorreram alguns fatos. Teriam sugerido ao prefeito a alteração de seu quadro de auxiliares diretos, a substituição de secretários e representantes da prefeitura nas empresas de economia mista. O autor da sugestão seria o deputado federal Rafael Baldacci, ex-chefe de gabinete do ex-prefeito Faria Lima, eleito no primeiro mandato pelo MDB, e que depois de transferir-se para a ARENA transformou-se em assessor político do governador e é um dos candidatos a senador.

Os acontecimentos se sucediam e três deputados ligados ao secretário dos transportes, Paulo Salim Maluf — Wadih Helu, Caio Pompeu de Toledo e Ricardo Izar [illegible] — e mais alguns vereadores eleitos em novembro — iniciaram uma sistemática campanha contra Ferraz que só terminou quinta-feira quando o prefeito disse claramente que não se julga obrigado a comparecer ao plenário da Câmara municipal ou da Assembléia Legislativa, para prestar informações o que não atenderá a qualquer desses órgãos.

Políticos da oposição interpretaram esses acontecimentos como sintoma de que alguns membros da ARENA estão dispostos a iniciar já a luta pela posse da máquina eleitoral que representa a prefeitura da capital, garantindo, assim, bons resultados nas próximas eleições proporcionais e majoritárias de 1974, enfraquecendo ao mesmo tempo um dos mais sérios candidatos em potencial a governador do Estado. Como numa guerrilha, o prefeito atacou, afirmando que não se filiaria à ARENA e que esperaria, tranquilamente, os limites dos prazos para os que pretendem se candidatar a qualquer coisa.

Apesar destas dificuldades, Figueiredo Ferraz desaponta os inimigos que esperavam dele a repetição de duas atitudes anteriores quando renunciou como secretário do ex-prefeito Ademar de Barros, por não concordar com alguns dos seus métodos administrativos e renunciou como secretário do primeiro governo Laudo Natel porque Natel não queria a unificação das estradas de ferro do Estado. [illegible] ministração federal, principalmente no gabinete do presidente da República [illegible] administrativos, como a regulamentação das áreas [illegible] segundo políticos de oposição [illegible] porque [illegible] e [illegible] Estado, o ministro Delfim Netto.

Perón no Paraguai em missão secreta?

Algum suspense no caso de Itaipu. Mas tudo indica um final feliz

Uma nota de suspense parece ter entrado no já complicado caso da represa de Itaipu. Segundo foi noticiado na quinta-feira da semana passada pelo jornal argentino *La Opinión*, Perón estaria no momento executando uma delicada missão secreta, cujo objetivo seria sugerir ao ditador paraguaio, Alfredo Stroessner, o adiamento a assinatura do convênio com o Brasil sobre Itaipu para depois de 25 de maio, quando assumirá o novo governo eleito na Argentina.

Seria um apelo de Perón ao velho amigo Stroessner que já o atendeu em piores circunstâncias? (Foi no Paraguai que Perón achou acolhida quando foi derrubado na Argentina.) Talvez não seja só isso. Pelo que foi publicado na revista paraguaia *Diálogo*, o governo de Stroessner, tendo que escolher entre o velho caudilho, que retorna reforçado ao poder na Argentina, e o agora poderoso aliado brasileiro, resolveu optar... pelos dois. Tudo vai depender das circunstâncias e dos interesses do governo paraguaio. O Jornal do Brasil trazia no sábado passado uma declaração de Stroessner de que cumpriria seus compromissos sobre Itaipu ao mesmo tempo que faria tudo que fosse do interesse de seu país para facilitar a construção da hidrelétrica de Corpus. Além disso o Paraguai poderá vender à Argentina parte da eletricidade que lhe caberá quando funcionar a usina de Itaipu.

No caso Itaipu a posição do Paraguai é a mais cômoda: o Brasil depende dele para construir a usina e a Argentina vai oferecer todas as vantagens para que Itaipu não seja feita contrariando os seus interesses. Talvez para diminuir o poder de barganha do Paraguai — às vésperas do convênio que deverá assinar com o Brasil na próxima semana — é que o governo brasileiro tem, aparentemente pelo menos, procurado acordos também com a Argentina.

Terça-feira da semana passada representantes dos dois países se reuniram em Buenos Aires para assinar um contrato (o primeiro desde que começou a divergência de Itaipu) que prevê o financiamento de estudos para determinar o potencial de produção de energia do rio Uruguai e seu afluente Pepiri-Guaçu, na fronteira Brasil-Argentina. Com prazo de dois anos e meio, o estudo irá determinar a possibilidade de construção de três represas hidrelétricas.

O entendimento entre os dois países poderia ser selado com uma visita do patrono do novo governo argentino ao Brasil? A vinda de Perón foi realmente anunciada pelo novo vice-presidente da Argentina, Vicente Solano Lima, em rápida passagem pelo aeroporto do Galeão, no Rio. Voltando de um encontro com Perón em Madri, Solano Lima disse que o objetivo da viagem seria o "perfeito entrosamento entre todas as nações latino-americanas para o fortalecimento da América do Sul". Mas fontes do Itamarati diplomaticamente consideraram o assunto "muito importante e delicado para ser analisado no momento".

E talvez seja melhor não fazer nada que possa comprometer o que "no momento" parece caminhar tão bem. Do lado da Argentina, o administrador de Água e Energia, comodoro Francisco Ferrante, ao assinar o acordo para estudos do rio Uruguai considerou o ato "um testemunho a mais da integração do continente americano e vem ratificar os fraternais laços de amizade entre o Brasil e a Argentina". O presidente recém-eleito, Campora, também disse acreditar na continuidade da amizade atual entre os dois países.

Em relação ao Paraguai as dúvidas para o futuro parecem ser ainda menores. Há 18 anos no poder, o general Stroessner ultimamente tem-se aproximado cada vez mais do governo brasileiro. Tudo faz crer que assim continuará. Stroessner acaba de ser confirmado no cargo por mais cinco anos e já estaria preparando o filho, Gustavo Stroessner, para sucedê-lo. E Gustavo Stroessner tem curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Brasil (ESAO).

Por isso é bastante provável a assinatura do convênio Brasil-Paraguai sobre Itaipu no próximo dia 27, quando Stroessner, segundo suas próprias palavras, trará ao Brasil "uma mensagem de paz, amizade, cooperação e boa vontade". Principalmente porque dentro da política de "pêndulo" — oscilando entre o Brasil e a Argentina — adotada sabidamente por Stroessner, Itaipu é uma forte atração para a oscilação ser na direção do Brasil, "dentro dos interesses do Paraguai".

A visita de Medici, os peões e a portaria

Um conjunto de homens ágeis e aguerridos, dispostos a combater os empreiteiros, vigiar os fazendeiros e proteger os fracos peões de fazenda. Será que é isso o Subgrupo Volante de Inspeção do Trabalho, criado na semana passada para orientar e fiscalizar as empresas que atuam na Amazônia? A portaria que criou o novo órgão foi elaborada a partir dos resultados da visita do presidente Medici ao projeto Jari Agro-Industrial, em fevereiro passado, quando foi constatada a existência de várias irregularidades.

Pelas punições com que ameaça as empresas irregulares e pelas visitas de surpresa que anuncia às diversas frentes de trabalho na selva amazônica, esse subgrupo volante parece ter encargos e tarefas bem severas. Mas, pela habitual falta de recursos e pelo que se conhece da atuação de órgãos semelhantes na Amazônia, a atividade desses homens talvez não seja tão emocionante, e sim estritamente burocrática.

De qualquer forma, os possíveis vilões até agora não se manifestaram publicamente, embora os fazendeiros já tenham diagnosticado um fato no meio das contradições dos pronunciamentos ministeriais quanto à execução de medidas para acabar com o trabalho escravo na região: o fim do empreiteiro e a transferência dos encargos sociais e trabalhistas dele para as próprias fazendas.

Todavia, para os fazendeiros o empreiteiro é uma peça fundamental nas frentes pioneiras amazônicas, pois utiliza uma forma típica e única de trabalho. Ao começar a implantar o seu projeto, o empresário transfere a um grupo de pessoas, geralmente da região e com um bom conhecimento dela, a tarefa de recrutar braços para o desmatamento, a roçagem e o plantio de pastagem. Só depois de feito esse trabalho preliminar é que começa propriamente a implantação da fazenda.

Essa preocupação foi transmitida em Belém por Afonso Mommensohn, vice-presidente da Companhia Agro-Pecuária e Industrial Maringá-Capim, sediada no município paraense de São Domingos do Capim. Tentando provar os péssimos efeitos da medida, Mommensohn afirmou que se o empreiteiro for eliminado "vamos ter que destacar nossos próprios empregados para realizar o serviço de recrutamento de trabalhadores. Mas, como os empregados não possuem qualquer experiência, seremos levados a usar pelo menos cinco deles num serviço que era feito apenas por um homem, o empreiteiro, que conhece toda a região e sabe onde conseguir bons homens".

As dúvidas

O difícil nessa argumentação, que tende a transformar-se na defesa quase que geral dos fazendeiros, parece ser comprová-la. A começar pela própria existência nebulosa do empreiteiro. Ninguém sabe onde estão as sedes dos escritórios das (pelo menos duas) empresas de empreitada: tanto a Empresa Paraense de Reflorestamento quanto a Serviços Florestais não têm CPF, CGC, nem existência jurídica legalizada. Na maioria das vezes, o empreiteiro age sozinho, sem formar uma empresa, como acontece com quatro dos que oferecem mão-de-obra à Jari que, além disso, nunca assinam todo o nome: M. Cardoso, Elesbão, Acreano e Pompeu.

Mas talvez as preocupações dos fazendeiros se devessem apenas à mania que têm de antecipar sua oposição a medidas que podem vir a prejudicá-los. Até o fim da semana, no entanto, permaneciam várias dúvidas às atividades do Subgrupo Volante. A principal delas é a de saber-se se o órgão atuará apenas na área de influência da Transamazônica: Em toda a portaria não há nem a mais leve referência ao campo de atuação, mas ela parece restringir-se ao do próprio Grupo de Tarefa da Transamazônica (GATT), que agora exclusivamente na área cortada pela rodovia. Nesse caso, não apenas estaria excluída da fiscalização a esmagadora maioria das fazendas aprovadas pela SUDAM, mas a própria Jari.

Outro ponto chave para o êxito do grupo volante ainda é muito duvidoso: a surpresa. A portaria diz que as despesas decorrentes da fiscalização serão pagas pelos órgãos componentes. Porém, nem o GATT, o FUNRURAL ou o INPS possuem avião próprio e sem ele a surpresa é um sonho ou uma ilusão." A SUDAM e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) tinham essa ambição mas, sem meios, acabaram renunciando às *incertas* e passaram a visitar os projetos nos aviões das próprias fazendas, onde eram recebidos em ambiente de festa e harmonia. Além disso, como costumam dizer ironicamente os empreiteiros, entre as instalações de um ambulatório e as frentes de desmatamento, a distância é enorme. Entre as normas do papel e a relação direta com trabalhadores, também.

Seriam nossos índios "latifundiários"?

Apesar da aparência de certa forma ridícula — camisas de mangas compridas, de gravatas, sem paletó, os cabelos muito pretos e lisos escorregando sobre os ombros e imensos cocares de pena na cabeça — os cinco chefes Xavante e Xerente recebidos pelo presidente da República em novembro do ano passado mantinham um certo ar de dignidade. Eles foram agradecer a Medici o decreto que criou suas cinco reservas, ao norte de Mato Grosso, levaram arcos e flechas de presente e Aribuena, um dos caciques, arriscou um rápido e desajeitado discurso. A cena depois foi descrita como de comovente confraternização.

Na semana passada, a razão desse agradecimento foi posta em perigo. O general Ismarth de Araújo Oliveira, superintendente administrativo da Fundação Nacional do Índio — FUNAI — o órgão do governo encarregado de defender os interesses dos índios, anunciou em Brasília a decisão do órgão de reduzir a área das reservas indígenas do país e devolver à União as terras que considerar "improdutivas". Além de não querer ser "latifundiária", diz a FUNAI, ela estaria evitando problemas com essas terras, frequentemente invadidas por seringueiros, caçadores, castanheiros e, ultimamente, cobiçadas por fazendeiros. Além disso, segundo o general, os índios deixariam de ser vítimas da extensão de território, pois aventuram-se em caçadas e passeios que às vezes terminam em choques com os colonos.

A decisão foi anunciada nebulosamente, o que faz supor a mera existência de um projeto. Não foram explicados detalhes sobre as reservas a serem reduzidas, o significado de terra produtiva e improdutiva para a FUNAI e se o conceito de produtividade da FUNAI por acaso coincide com o dos índios. A FUNAI explicou, contudo, que, ao atingir um estágio cultural de pré-integração na sociedade e ao desenvolver culturas agrícolas de subsistência, o índio, naturalmente, reduz sua área de perambulação. E essa explicação aumentou as preocupações das pessoas que comumente se interessam pelos índios.

O antropólogo Roberto da Mata, por exemplo, acredita que a FUNAI está enganada. Coordenador dos cursos de pós-graduação do Museu Nacional, no Rio, PhD por Harvard e autor de vários livros sobre os índios do Brasil, ele afirma que sua experiência com índios do Brasil central não autoriza esta conclusão. "Do ponto de vista científico, é muito difícil para um ocidental determinar o que é terra produtiva ou improdutiva, quando se trata de uma sociedade que explora a natureza de maneira bastante diferente.

Existem 18 reservas e quatro parques indígenas no Brasil, territórios fechados a qualquer outro grupo, sob qualquer pretexto. No total, as terras ditas dos índios somam 52 milhões de hectares, dos quais 35 milhões pertencem a seu patrimônio, gerido pela FUNAI e os restantes 17 milhões são terras devolutas da União. As reservas indígenas são, segundo a FUNAI, áreas tradicionalmente habitadas pela tribo, reservadas à sua sobrevivência e preservação cultural. E, como todas essas reservas se localizam na Amazônia, a importância das suas terras é confirmada pela expansão da "sociedade nacional", que as atinge, mediante o que o governo chama de "deslocamento da fronteira agrícola", através da criação de centenas de fazendas de gado, construção de 11 mil quilômetros de estradas e afixação de um milhão de colonos nordestinos.

Reduzir suas áreas — algumas são muito extensas, como a dos Waimiri-Atroari, no Amazonas: 1.500 mil hectares para 3 mil índios — poderia significar, brevemente, a mistura desses grupos aos novos conquistadores da região. Para o professor Roberto da Mata, as consequências seriam extremamente nocivas. "Eu posso prever que, confinados num espaço territorial reduzido, eles vão aumentar suas tensões e problemas. As consequências serão drásticas quanto aos valores desses grupos. Agora, cabe à FUNAI fazer as opções".

A FUNAI ao mesmo tempo e paradoxalmente está desenvolvendo um lento mas elogiável trabalho de demarcação de terras para evitar sua invasão sob alegação de ignorância. E na semana passada publicou editais de concorrência para fixação dos limites das cinco reservas dos Xavante e Xerente do norte de Mato Grosso.

De qualquer forma, embora as minúcias não estejam suficientemente esclarecidas, as preocupações de que os índios venham a ser novamente os grandes prejudicados parecem justificar-se diante das últimas medidas envolvendo temas de índios. O Parque Nacional de Aripuanã foi desocupado há duas semanas para as terras serem ocupadas por uma empresa. E, ainda na semana passada, a FUNAI anunciou que desistiu de criar uma reserva para os 4 mil índios Yanomani de Roraima porque sua região será atravessada pela Perimetral Norte.

A difícil reforma das prisões

"Um panorama desolador" — disse na semana passada, em seu discurso de posse, o novo juiz-corregedor dos presídios e da polícia judiciária de São Paulo, Renato Laércio Talli, ao se referir à situação das 223 prisões paulistas. Para ele, com exceção de alguns estabelecimentos (seis na capital e seis no interior), o que domina é "a superlotação, a ociosidade, os vícios, prejudicando ou, quando não, tornando impossível o exercício de qualquer regime educativo".

As preocupações do novo juiz-corregedor podem ser medidas com base em dados suficientemente concretos por ele mesmo coletados: na Casa de Detenção de São Paulo 5.064 condenados amontoam-se nas celas porque a capacidade normal de ocupação não ultrapassa o número de 2.200. A situação é ainda mais precária nas cidades do interior: numa a cadeia não tem teto e o prédio está afundando; noutra não há carcereiro nem verba para alimentação; numa terceira, a cadeia recém-inaugurada não dispõe de água, nem fechaduras, nem guardas, nem carcereiros; menores delinquentes ocupam o lugar de presos em outra, e assim por diante.

Em 13 anos de carreira, Talli peregrinou por diversas cidades do interior, escrevendo relatórios, conversando com detentos, sentindo seus problemas de perto. Dessas visitas ele recolheu uma triste imagem do sistema penitenciário paulista: falta de verbas, prisões superlotadas, injustiças e frustrações, inexistência de vagas em manicômios judiciários. Agora, prepara-se para enfrentar o que considera "o maior desafio" da sua carreira.

Em meio a pilhas de relatórios contendo invariavelmente a vida de milhares de prisioneiros, o novo juiz-corregedor explicou uma de suas primeiras providências para solucionar o problema carcerário paulista: evitar a promiscuidade entre os presos, separando os detentos de acordo com o grau de instrução e os tipos de crimes. "Dentro do sistema que pretendo implantar — explica Talli — o estudante de Direito, por exemplo, não poderá ficar junto a um batedor de carteiras, um sujeito de alta periculosidade. De modo que, nos nove pavilhões da Casa de Detenção, um estudante ficará junto a outros estudantes e homens de maior periculosidade cumprirão a pena separados".

O juiz promete ainda tornar invioláveis os presídios do Estado. "Casos do passado não voltarão a acontecer", afirmou, referindo-se possivelmente à retirada de detentos das prisões para serem eliminados sumariamente. "Isso terminou graças à ação enérgica do antigo corregedor Nelson Fonseca e do promotor Hélio Bicudo", disse, lembrando os processos contra o Esquadrão da Morte.

O novo juiz-corregedor não encara sua nova função como uma tarefa fácil, mas ele já começa a sentir alguns êxitos das suas denúncias. Aparentemente por sua influência, no final da semana passada, foi anunciado o fim do velho Presídio Tiradentes, na capital, condenado várias vezes por ser obsoleto e não oferecer os requisitos mínimos de segurança. O casarão, como é chamado, será definitivamente interditado, dando-se início imediato à transferência dos presos ali recolhidos.

Dessa forma, o juiz Talli argumenta que seus planos não são de forma nenhuma utópicos: "Meus planos não são utopia, não. Veja bem: se o governo proporcionar verbas e construir mais 10 presídios, em 10 anos teremos um sistema carcerário cientificamente organizado, com padrões de fazer inveja a qualquer país. Tenho uma missão muito importante a cumprir e ela se torna mais indeclinável quando se é religioso".

O caso do "Estadão" contra Natel

Uma longa e instrutiva divergência que traz alguns úteis ensinamentos no conturbado campo da liberdade e da dignidade da imprensa.

Por Dirceu Brisola

Sevandija não é uma palavra usual na língua portuguesa. É um designativo comum para os parasitas e vermes imundos, que pode ser adjetivamente aplicado a pessoas que vivem às custas dos outros; pessoas indecorosamente servis, comparáveis aos parasitas. No princípio da semana passada, um editorial do jornal O Estado de São Paulo falava de "uma certa imprensa de sevandijas" a cujas "mesuras enfiçosas" estaria acostumado o governador de São Paulo Laudo Natel. A frase — com sua palavra rebuscada, talvez pedante, mas sem dúvida violenta — parece bastante significativa. Ela foi dita no momento mais grave de uma grave divergência entre o jornal e o governador do Estado, logo depois que este determinara a suspensão da publicidade do governo usualmente publicada no Estadão causando ao jornal um prejuízo mensal calculado entre 600 e 700 mil cruzeiros.

Essa frase serve para marcar a posição do jornal O Estado de São Paulo no panorama da imprensa brasileira, uma imprensa cujos órgãos se distribuem em várias séries e nuanças na escala da dignidade profissional e da estima pelo direito de criticar os poderosos.

Vamos deixar de lado tudo o que se tem dito ou se poderia dizer a respeito das idéias políticas tradicionalmente defendidas pelo jornal O Estado de São Paulo e as acusações de extremo conservadorismo que não faltam à família Mesquita desde os tempos em que Julio de Mesquita Filho atribuía o desequilíbrio político do país à "massa impura e formidável de dois milhões de negros subitamente investida de prerrogativas constitucionais" (1). [illegible] Examinemos apenas com atenção os fatos e os ensinamentos do episódio que envolveu de um lado o jornal e de outro o governador Laudo Natel.

Na verdade, jamais houve qualquer notável manifestação de simpatia dos Mesquita com relação a Laudo Natel. Mesmo antes que este tivesse sido oficialmente indicado pelo presidente da República para o cargo, Ruy Mesquita manifestou diretamente a Médici a sua opinião de que Natel não era a pessoa indicada. Numa audiência de 30 minutos ele disse ao presidente que julgava a oportunidade de uma escolha como aquela excelente para que São Paulo ganhasse um governador "de primeira grandeza", descrição que seguramente não coincidia com a figura política apagada de Natel. E desde que o desejo presidencial foi anunciado, tanto o Estadão como o Jornal da Tarde mantiveram diante do governador uma atitude de discreta e pouco entusiasmada expectativa não sem com indícios de verdadeira má vontade.

A situação agravou-se no princípio do ano passado, quando o Estadão deu publicidade ao escandaloso caso da Organização Brasileira de Serviços, uma firma de cuja diretoria participavam um irmão (Décio Alves Natel, diretor presidente) e um sobrinho (Nelson Natel) do governador e que segundo o Jornal da Tarde prometia "facilidades em inscrições em vestibulares, em matrículas, financiamentos e assistência junto aos poderes públicos". Como sempre acontece nessas ocasiões vários políticos ligados ao governo procuraram intervir para amenizar o conflito. O deputado Salvador Julianelli, atual presidente da Assembléia Legislativa, por exemplo, sugeriu um almoço em sua casa, uma suculenta macarronada pacificadora à qual compareceriam Natel e Ruy Mesquita. Embora não se saiba a exata reação do governador ao convite, é certo que Ruy ("se cada vez que eu falasse mal do Laudo tivesse que comer uma macarronada ia acabar com excesso de colesterol") não se dispôs a esse gênero de negociações alimentar.

Foi no dia 15 de março passado que os jornais dos Mesquita finalmente atacaram Natel de maneira mais contundente. Numa grande reportagem sob o título Laudo, 2 Anos Tímidos e Apagados, o Estadão criticou violentamente o papel político e administrativo desempenhado pelo governador que naquele dia cumpria — "sem o menor destaque", dizia o Estado — a primeira metade do seu mandato.

Os termos da reportagem irritaram profundamente o governo, e os políticos ligados a Natel começaram a articular uma reação. Antes mesmo que qualquer medida fosse realmente tomada, porém, o jornal publicou uma nova denúncia, o caso dos seguros da Ferrovia Paulista S. A., Fepasa, que acabou sendo a razão imediata da suspensão punitiva dos anúncios.

No fundo o affaire Fepasa não era em si um episódio muito diferente do da Organização Brasileira de Serviços. Tratava-se da escolha pela empresa que controla todas as estradas de ferro de propriedade do Estado, de uma firma corretora de seguros única para realizar os contratos de seguro de vida e acidentes pessoais dos seus 50 mil funcionários, recebendo por essa intermediação uma comissão mensal de cerca de 100 mil cruzeiros. Até aí, nada de mais. Acontece porém que a firma escolhida para substituir as corretoras que há cerca de 30 anos tradicionalmente encarregavam-se desse serviço era uma pequena empresa com sede no Rio e filial em São Paulo, com capital de giro de 20 mil cruzeiros, movimento mensal de 15 mil e apenas dois empregados constando de uma pobre folha de pagamentos de 1.500 cruzeiros. E que havia indícios suficientes da presença no negócio de um irmão do governador, Washington Natel, ex-subchefe da Casa Civil do governo.

Diante da denúncia, Laudo convocou uma reunião dos seus principais assessores políticos e resolveu tomar a medida de represália. Antes que ela fosse posta em prática, contudo, o próprio jornal anunciou em nota da redação que "para relevar a v. Laudo Natel do doloroso processo de tomar decisões" o Estadão e o Jornal da Tarde haviam resolvido não mais aceitar "qualquer espécie de publicidade do governo estadual" e divulgar gratuitamente os editais e comunicados e noticiário que considerassem "de interesse geral".

É possível que a suspensão dos anúncios já estivesse sendo preparada há mais tempo pelo governo. Logo depois da reportagem de aniversário, o Banco do Estado de São Paulo publicou uma página de publicidade no Estadão que não foi reproduzida em nenhum outro jornal. Isso levou os outros a reclamar, criando um clima evidentemente mais propício à punição que seria imposta sob o pretexto de "redistribuir a propaganda", uma versão ainda trabalhosamente defendida por assessores de Laudo que relutam em admitir que a medida tenha sido tomada por vingança.

Seja como for, a posição adotada pelo governo paulista no episódio provocou uma repercussão de caráter nacional. Deputados, vereadores e senadores pronunciaram-se contra a medida e entre eles estavam vários membros da bancada da ARENA na Câmara federal e na Assembléia estadual de São Paulo. E de tudo o que aconteceu parece que o jornal saiu politicamente mais fortalecido e o governo mais desgastado.

Mas como e por que pode o jornal resistir e comportar-se dessa forma durante todo o longo desenrolar dos acontecimentos e a prodigiosa sucessão de pressões, desde macarronadas envolventes até palpáveis prejuízos financeiros?

Em parte, porque tem uma sólida organização econômica. "Na verdade", diz Ruy Mesquita, "a publicidade do governo e das companhias controladas por ele não representa senão uma parte mínima do nosso faturamento. Oitenta e cinco por cento dos nossos anúncios vem de classificados e a empresa O Estado de São Paulo S. A. tem hoje uma posição econômica tranqüila que não se abala com uma medida como essa. Temos inclusive um fundo de reserva que nos garante contra essa e outras eventualidades".

Mas não foi apenas o pequeno peso do dinheiro governamental (menos de 1% do faturamento, calcula-se) que influiu no poder de resistência dos Mesquita. Concorreram para isso alguns fatores mais abstratos e mais poderosos em determinados casos. Houve o desejo de manter intacto o prestígio e a grande influência do jornal, sem dúvida o de maior presença no cenário político do país. Houve a disposição moral de exercer o jornalismo. E houve a tradição.

O jornal O Estado de São Paulo vai completar um século de existência em janeiro de 1975. Durante esses quase 100 anos ele criou para si um conjunto de princípios que se transformou na sua própria essência jornalística. Embora alguns desses princípios sejam discutíveis, não se pode negar que o jornal manteve-se preso a eles com incrível coerência. Em nome deles resistiu em situações tão difíceis quanto a ditadura de Vargas, que provocou a intervenção do governo no jornal de 1940 a 1945 e acabou levando Julio de Mesquita Filho (pai de Ruy e Julio Neto) ao exílio.

Julio de Mesquita Neto, da terceira geração e descendente em linha reta do primeiro Mesquita, que em 1895 assumiu a direção do jornal, é legalmente o grande depositário atual dessa tradição. Antes de tornar-se diretor responsável de O Estado ele foi preparado para o cargo desde o ginásio (Colégio São Luís até a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco) e passou por várias seções e postos na redação do próprio jornal. Muitas de suas atitudes e pronunciamentos denunciaram a profundidade dessa formação. "Pertenço a uma família de jornalistas", disse ele durante um debate em outubro do ano passado. "Muitos viram nisso um mal. Eu me orgulho disso e acredito que meu senso de responsabilidade aumentou muito nos exemplos e lições do que me tanto depositório".

Levado pela força do seu jornal e por sua grande disposição em defender a liberdade de imprensa, Julio Neto exerceu importantes funções na Associação Interamericana de Imprensa e em várias ocasiões fez minuciosos relatórios a respeito da situação da imprensa no Brasil e em outros países da América Latina. Em virtude dessa sua posição liberal chegou a agir em favor de organismos contrários a suas próprias convicções políticas, como quando protestou contra o fechamento da agência cubana Prensa Latina no Uruguai (gesto que jamais foi perdoado pelos jornalistas cubanos de Miami) e quando reagiu à perseguição do presidente Hugo Banzer da Bolívia contra jornalistas. Mesmo com relação a funcionários do seu próprio jornal, Julio Neto assumiu várias vezes a posição de um protetor que se recusa a promover os expurgos algumas vezes exigidos pelas autoridades. "No Estado não há elementos subversivos, respondeu uma vez secamente, apenas há um corpo de profissionais responsáveis e dignos pelos quais a direção responde".

Para Ruy Mesquita, um dos grandes elementos de independência dos seus jornais é o fato de que eles sempre foram "o único negócio da família". "No inventário de meu pai", diz ele, "a única coisa realmente de valor que havia eram as ações do Estado. Papai porém julgava que a família não deveria depender exclusivamente do jornal do ponto de vista econômico, pois poderia repetir-se o que aconteceu em 1940 quando ele teve que pedir dinheiro a amigos para sobreviver. Mas por outro lado não convém a jornalistas terem muitos negócios que talvez possam comprometê-los. Nós optamos então pelo fundo de investimentos no qual temos atualmente uns 11 milhões que podem garantir a nossa subsistência. Outra regra que Ruy faz o possível para seguir é a de não manter grande convivência social com pessoas que exerçam cargos importantes e portanto devam ser constantemente julgadas pelo jornal. "O Delfim por exemplo — diz ele — costuma freqüentar vários lugares que eu freqüento e gostar de várias coisas que eu também gosto, mas eu não poderia viver tomando uísque com ele porque isso comprometeria a minha posição, embora eu o admire". [illegible]

Governantes dispostos a seguir o mesmo caminho que Laudo Natel nas suas relações com a imprensa não serão provavelmente casos raros no Brasil, atualmente. Antonio Carlos Magalhães, governador da Bahia, promove há tempos um inexorável programa de aniquilamento do Jornal da Bahia, retirando-lhe os anúncios oficiais, pressionando empresas particulares para que façam o mesmo e até proibindo o jornal de publicar gratuitamente os editais do governo. Eraldo Gueiros, governador de Pernambuco, ameaçou há cerca de um mês suspender o contrato de impressão que o Jornal da Semana do Recife mantém com a Companhia Editora de Pernambuco, que pertence ao Estado, se o jornal não deixasse de publicar críticas ao governo e, por isso, o Jornal da Semana resolveu suspender a sua página política. Oswaldo Pieruccetti, prefeito de Belo Horizonte, retirou a sua publicidade do jornal O Estado de Minas desde que este resolveu promover uma campanha contra o aumento das taxas de águas e esgotos.

Se o arbitrário emprego dos recursos públicos em favor de propósitos políticos pessoais é uma coisa comum no plano das relações entre a imprensa e os governantes, não está também constantemente representado o triste espetáculo da subserviência às pressões e às atraentes verbas de publicidade do poder. Em Recife, por exemplo, no dia 5 de abril passado, todos os grandes jornais — Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco, Diário da Noite e Diário da Manhã — publicaram, literalmente, o mesmo comunicado distribuído pela prefeitura. Todos começavam a matéria da mesma forma ("Ao procurar conceder mobilidade...") e com pequeníssimas modificações prosseguiam usando rigorosamente as mesmas palavras. O comprometimento da imprensa de Pernambuco com o governo é tão grande que dos 320 repórteres e redatores que trabalham no Estado cerca de 50 trabalham também oficialmente para o governo e a prefeitura, fora os que recebem "jetons", uma gratificação paga aos jornalistas por órgãos como Companhia de Eletrificação de Pernambuco, Banco de Desenvolvimento do Estado, prefeitura municipal, Companhia de Transportes Urbanos, etc.

Em Minas Gerais a situação não é muito diferente. Grande parte dos jornalistas trabalha para órgãos públicos e isso chega a ser incentivado pela direção dos próprios jornais. Numa reunião recente com seus auxiliares, o diretor Pedro Aguinaldo Fulgêncio, do Estado de Minas, disse que não dava aumento aos funcionários porque todos tinham conseguido bons empregos às custas do jornal.

Mesmo na grande imprensa do Rio e de São Paulo, a dependência de jornais diretamente devedores dos governos, do INPS, dos bancos oficiais e esquemas, e isso, sem dúvida, diminui grandemente, quando não anula, o poder de crítica e mesmo de informação desses órgãos.

Não será certamente fácil mudar essa situação, já antiga na imprensa brasileira. [illegible]

Julio de Mesquita Neto e Ruy Mesquita

(1) Julio de Mesquita Filho — A Crise Nacional p. 7-9 — citado por Edgard Carone em A República Velha. Posições consideradas conservadoras foram constantemente defendidas pelo jornal O Estado de São Paulo no decorrer da sua história. Por exemplo, foi contra o monopólio estatal do petróleo, contra a alteração da estrutura da propriedade da terra, contra a revolução de 1930 (movimento que derrubou a oligarquia rural que dominava a República velha) [illegible]. Intransigente defensor da livre iniciativa e do livre ingresso de capitais estrangeiros no país, o jornal foi várias vezes apedrejado por estudantes que percorriam as ruas em passeata [illegible]

A investida brasileira

Alto funcionário do governo brasileiro fala de inversões na Bolívia

Na miserável paisagem boliviana, qualquer influência nova é logo visível. Em Santa Cruz de la Sierra a presença de aviões da Força Aérea Brasileira e de numerosos comerciantes brasileiros já é um fato notável mas deverá tomar um novo e maior impulso quando forem cumpridos os planos recentemente traçados para o desenvolvimento conjunto da fronteira. Com a realização desses planos a influência econômica do Brasil na Bolívia deve aumentar de forma prodigiosa.

Na verdade, essa influência já não é pequena, no momento. Recentemente o partido democrata-cristão boliviano, único partido de oposição de existência legal, fez severas críticas ao presidente Hugo Banzer acusando-o de aceitar a liderança brasileira no continente e de se descuidar das relações com o Peru e a Argentina. Segundo o chefe do partido, advogado Benjamin Miguel, a Bolívia está deixando que se deteriorem as suas relações com a Argentina como resultado da crescente influência do Brasil.

Entre as obras programadas para a região da fronteira, próximo às reservas bolivianas de minério de ferro de El Mutum, estão um gasoduto para transportar o gás natural da Bolívia para o Brasil, uma siderúrgica que produzirá aço a partir do minério de El Mutum e uma usina termoelétrica que deverá alimentar de energia um conjunto de outros empreendimentos que, de acordo com um alto funcionário do Ministério da Indústria e Comércio do Brasil virão a constituir um "complexo industrial".

O gasoduto, saindo de perto de El Mutum e passando por Corumbá e Porto Suarez, será a primeira dessas grandes obras. Planejado desde agosto de 1972 mas ainda não completamente definido, o gasoduto deverá fornecer gás à própria região de fronteira e depois enveredar pelo Estado de São Paulo até alcançar o litoral. Um ramal secundário deverá ser desviado para Minas Gerais onde, segundo o mesmo funcionário brasileiro, vai atender à demanda criada por algumas indústrias que estão em fase de instalação.

Mas o gasoduto é apenas uma parte do conjunto de investimentos que o Brasil pretende realizar na Bolívia. No plano de implantação de um grande complexo industrial na região de Corumbá e Porto Suarez, ao Brasil caberá montar uma usina termoelétrica alimentada com o gás boliviano que chegará através dos tubos. Toda a região fronteiriça da Bolívia terá então — segundo o mesmo governo brasileiro — energia elétrica e gás combustível: uma razoável infra-estrutura de desenvolvimento.

Porém o grande elemento de todo o esquema será a construção em El Mutum de uma siderúrgica financiada pelo Brasil. O projeto prevê a construção de uma usina semelhante à construída na Bahia — USIBA — que faz redução do aço a gás sem necessidade de carvão. Tudo, é claro, baseado no gasoduto.

"O Brasil não tem nenhum interesse em explorar o minério de El Mutum, por um motivo simples: temos as maiores reservas do mundo", diz a mesma alta fonte do governo brasileiro. Para ele as reservas existentes em Minas Gerais, na serra dos Carajás e em Urucum (o prolongamento brasileiro de El Mutum) são suficientes para atender à demanda do consumo brasileiro de aço.

E como fica a Argentina, o tradicional parceiro boliviano, diante da surpreendente investida brasileira? Donos de um gasoduto que vai da Bolívia até Buenos Aires, os argentinos têm sido os grandes consumidores do gás boliviano e, em parte por isso, os detentores de uma grande influência econômica que o Brasil agora parece disposto a dividir. Com a instalação de uma siderúrgica em El Mutum a Argentina perderá um importante fornecedor de minério de ferro em bruto, matéria-prima da qual não dispõe em seu próprio território.

A construção da usina siderúrgica para beneficiamento do minério de El Mutum deverá modificar completamente o panorama da exportação boliviana. O transporte do minério através de hidrovias eleva demasiadamente o custo da operação. O rio só permite a utilização de "chatas" que carregam em média duas toneladas. (No porto de Tubarão em Vitória, ES, especialmente construído para a exportação de minério, ensinam navios até de 250 mil toneladas). Em cada tonelada de minério exportada a Bolívia consegue reter apenas um dólar. Em operação idêntica, o Brasil fica com seis dólares por tonelada.

Produzindo aço a Bolívia poderá reter cerca de 100 dólares por tonelada exportada para a Argentina ou qualquer outro país, inclusive o Brasil. "Nós queremos ajudar o desenvolvimento do programa siderúrgico boliviano. Poderemos também consumir o aço excelente que eles produzirem", afirma o mesmo funcionário do governo brasileiro.

Neste ambicioso projeto de desenvolvimento conjunto, o gás que passará a correr por parte do território de São Paulo já tem um destino definido: mover empresas ligadas à petroquímica, fertilizantes, e abastecer o consumo industrial e até doméstico em cidades onde haja deficiências de fornecimento de gás de fogo.

Os técnicos do governo brasileiro se preparam para enfrentar uma situação bem mais tensa que a atualmente existente com relação à hidrelétrica de Itaipu. A perda da influência econômica e do minério de El Mutum deverá provocar uma contra-investida argentina na área.

Mas os técnicos do governo brasileiro dizem que não se importam com as questões diplomáticas ("Não somos diplomatas") e os projetos, de cuja viabilidade econômica nenhuma das partes parece duvidar, continua sendo discutido por um grupo misto Brasil/Bolívia.

A defesa de Itaipu

O dono de uma grande construtora de barragens no Brasil dá sua opinião

O debate sobre a construção da usina hidroelétrica de Itaipu na fronteira Brasil-Paraguai envolve, além de questões diplomáticas com a Argentina, aspectos geralmente só conhecidos dos técnicos. Alguns desses aspectos técnicos foram apresentados pelo engenheiro Carlos Eugenio Silva em dois artigos que OPINIÃO publicou nos números 20 (*O Debate de Itaipu*) e 23 (*A Dúvida Técnica*).

Agora recebemos do engenheiro Eduardo Celestino Rodrigues algumas considerações sobre o primeiro dos dois artigos. O eng.º Rodrigues é ex-presidente do Instituto de Engenharia, ex-professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e diretor-presidente da Cetenco Engenharia S.A., uma das grandes construtoras de barragens do Brasil.

Ele defende a construção de Itaipu considerando principalmente que a energia atualmente disponível no sudeste brasileiro é aproximadamente 10 milhões de quilowatts e o aumento do consumo de eletricidade se dá à razão de 12% ao ano. Com a programação das obras para a produção de energia atualmente existente, prevê o eng.º Rodrigues que em 1982 o país estará numa crise de produção de energia mesmo com a construção de Itaipu.

Outras considerações do eng.º Rodrigues:

Sobre a possibilidade de aproveitamento de grandes potencialidades para a produção de energia elétrica no rio Tietê e no Alto Paraíba, que poderia ser uma opção preterida pela prioridade que o governo está dando do projeto de Itaipu:

No Tietê só se pode aproveitar Avanhandava, Alteado, Rui Barbosa e Três Irmãos, num total máximo de 1 milhão de kw, com alto custo por kw. O Alto Paraíba poderia ser aproveitado apenas em Caraguatatuba (as outras represas estão construídas ou em construção) com o máximo de 1 milhão de kw, mas prejudicaria o abastecimento das cidades do Vale do Paraíba, pois haveria descarga da usina na vertente marítima.

Sobre o argumento de que a distância de 800 km de Itaipu a São Paulo encareceria demais a eletricidade transportada:

Pelo argumentado, Corpus não deveria ser construída pois fica a distância maior de Buenos Aires que Itaipu de São Paulo, e nem Chocon (Argentina) em construção e cuja linha de transmissão terá 1200km.

Sobre a altura da barragem de Itaipu e a possibilidade de que ele prejudique a navegação no rio Paraná:

A barragem terá apenas 120 m e não impedirá a navegação do Paraná. A eclusa prevista para Ilha Solteira e parcialmente construída tem 46m e há eclusas simples, de grande altura, em Carapatelo (Portugal), com 36 m, Ust-Kamergonokoisk (URSS), com 42m, nas famosas Portas de Ferro do Danúbio, com 33,5m. Eclusa com câmaras múltiplas existe uma em Bouktarma (URSS), com 68m. Temos ainda Krasnoyarsk, na União Soviética, com um plano inclinado de 116m de altura.

Duas ou três eclusas resolverão o problema de Itaipu e pelo vale encaixado em rocha a construção será fácil e econômica, e no projeto Itaipu há previsão de despesas de 23 milhões de dólares para as obras iniciais.

Sobre o fato de que a construção da usina argentina de Corpus impediria o Brasil de construir Itaipu:

Como a cota do rio Paraná ao deixar o Brasil na confluência com o rio Iguaçu é de 100m, esse é o limite máximo do reservatório de Corpus. Nenhum país pode inundar outro rio acima para aproveitamento hidrelétrico e por motivos técnicos. Porque: a) inundaria as terras de outro país, inutilizando-as; b) diminuiria a altura do aproveitamento rio acima. Perderíamos nesse caso 20m, ou aproximadamente 16% da potência de Itaipu, mais a potência do aproveitamento brasileiro-argentino de Iguaçu. Além disso, Corpus inundaria a usina paraguaia de Acaray e reduziria o aproveitamento possível do Mandal paraguaio. Enquanto o trecho brasileiro-paraguaio corre em vale rochoso fechado e fundo, Corpus, situado 268 km abaixo, tem vale mais aberto e seu reservatório, de qualquer modo, inundará muita terra de alta fertilidade (terra roxa). A inundação de Itaipu é relativamente pequena.

Sobre os eventuais prejuízos que a barragem brasileira poderia causar na economia da região argentina afetada:

Itaipu favorecerá a Argentina, pois: — aumenta a vazão turbinável do rio e consequentemente a sua potência aproveitável; — elimina os efeitos desastrosos causados pelas enchentes, retendo águas nas cheias; — facilita a navegação, criando maior vazão mínima. No caso de Jupiá, o rio passou a ter normalmente vazão de 4.500 m^3 por segundo, e no período mais seco 3.200 m^3 por segundo, em vez da mínima natural de 1. 360.

Sobre as razões econômicas que justificariam Itaipu:

A barragem alta em lugar de duas barragens mais baixas produz energia mais barata, e nos estudos feitos as duas barragens ficaram 22% mais caras que Itaipu.

Virgílio x Cesar: Desgraças do Ceará

Na ARENA cearense a disputa entre o eleito do Lions e o velho cacique

Não causou surpresa alguma o esfacelamento da ARENA no Ceará, como resultado da luta entre o governador Cesar Cals e o senador Virgílio Távora, que disputam a cada palmo a liderança total no Estado, cada qual apaixonadamente preocupado em não deixar para o outro nem mesmo uma cadeira de vereador.

Quando assumiu o governo, há dois anos, Cals anunciou sem segredos que tinha como missão destruir as velhas lideranças e acabar com o prestígio de Virgílio Távora, sem dúvida alguma o único político que estaria em condições de disputar eleições diretas para o governo estadual. E na semana passada Cals deu início à liquidação geral de quem quer que estivesse ao lado de Virgílio.

A derrubada começou pelo médico Lúcio Alcântara, secretário de Saúde. Ele é filho do senador Waldemar de Alcântara, um dos maiores aliados de Virgílio Távora. Cesar chamara Waldemar para uma conversa a dois, pretendendo que ele deixasse de se candidatar à reeleição em 1974, para apoiar o governador, que deseja ser senador. Waldemar negou-se saindo-se habilmente com seu talento pessedista, sob o argumento de que era cedo para discutir o assunto. E manteve-se fiel a Virgílio. Seu filho Lúcio pagou o preço, recebendo na saída um elogio do governador, que considerou seu trabalho excelente.

A lista foi aumentada com a degola do advogado Moacyr de Aguiar, o mais fiel amigo de Virgílio, e do sr. Cláudio Santos, também virgilista, da diretoria do Banco do Estado do Ceará, onde serão substituídos pelo ex-prefeito de Fortaleza, José Valter Cavalcante, e por um advogado criminalista famoso, Evaldo Ponte. Caiu também o ex-deputado Ésio Pinheiro, da diretoria de uma empresa mista, e fala-se em outras longas listas virgilistas que seriam todos demitidos. Um dos vice-líderes de Cals na Assembléia já reafirmou sua posição ao lado de Virgílio e — dizem — vai cair. Todos os deputados que não ficarem com o Palácio na divisão das águas deverão ser punidos com a perda das suas posições políticas no interior, que é o pior castigo possível.

A radicalização vai aumentar ainda mais, diante da pronta eficiência do Serviço Estadual de Informações — que continua funcionando e pode apontar outros nomes de virgilistas. Esse serviço secreto, aliás, é dirigido por um general da reserva que, antes, foi um ardoroso virgilista, chegando até a ser secretário da Fazenda no governo Virgílio Távora.

Enquanto Cesar Cals faz o jogo aberto contra Virgílio, este não deixou Brasília para dizer ainda qualquer coisa. Político experiente, com 20 anos de tarimba, ele age de modo reservado, pois assim é que obteve até hoje bons resultados. Sabe-se que somente os virgilistas tradicionais cairão, enquanto muitos ficarão ainda infiltrados no governo, em posições importantes, esperando a hora de abrir o jogo. Entre estes estariam dois dos secretários do atual governador, que chegam a manter contatos telefônicos para informar Virgílio do que ocorre nas reuniões do secretariado de Cesar. O certo é que a ambição de ir para o Senado levou o governador a radicalizar as posições e deu à ARENA cearense a sua maior crise dos últimos tempos.

O partido está esfacelado. Dos 39 deputados estaduais, oito pertencem ao MDB e os restantes se dividem entre os comandos de Cesar Cals, Virgílio Távora, Flávio Marcílio, enquanto dois seguem o pouco expressivo ex-governador Plácido Castelo. Dessa forma, para se manter superior a Virgílio, Cesar terá de fazer grandes concessões a Marcílio, cuja candidatura à presidência da Câmara Federal o governador do Ceará tentou evitar com o famoso dossiê enviado contra ele às vésperas de sua eleição. Além desses grupos, os irmãos Bezerra (Adauto e Humberto, este último vice-governador) estão nos calcanhares do governador, pois também contam com parte da Assembléia, e exigirão o máximo para apoiar o esquema do Palácio. Recentemente, Cals teve que entregar a cabeça do diretor-geral do DETRAN, rompendo com todo o seu esquema militar estadual, para não ser derrotado na eleição para presidente da Assembléia. Atendeu aos irmãos Bezerra, arranjou inimigos fortes, para obter os votos decisivos deles.

Quando chegou ao Ceará, Cesar Cals parecia ter como missão importante destruir Virgílio Távora, que àquela época não era simpatizado ao governo federal e só fora eleito senador porque sem a candidatura dele a ARENA seria derrotada, já que o senador Wilson Gonçalves só se elege quando carregado nas costas de um grande eleitor. A ofensiva começou, mas ao mesmo tempo Virgílio se recuperava, com seu trabalho no Senado. Quando das eleições municipais, o próprio Filinto Muller convenceu Cals a dar legenda aos candidatos de Virgílio, que terminou elegendo mais prefeitos que o governador. Depois começaram as demonstrações de prestígio de Virgílio e as recomendações a Cals sobre como evitar a ruptura da frágil ARENA cearense. Com a escolha de Virgílio para vice-líder do governo no Senado, a publicidade sobre sua atuação na luta pela criação do "terceiro pólo de desenvolvimento no Nordeste", a situação ganhou novos contornos. E a última gota d'água foi a recente condecoração de Virgílio pelo presidente Medici.

A declaração de guerra desta semana é vista aparentemente sob dois prismas: ou Cesar desistiu de ser senador por não acreditar que isso seja possível ou tem cobertura muito alta para iniciar uma luta que desintegrará o partido do governo, tornando o MDB o bloco mais forte da Assembléia, decidindo qualquer votação, pelo lado que escolher.

O silêncio de Virgílio é atribuído à sua prudência, aproveitando-se do fato de que o governador não conhece a política cearense. Flávio Marcílio dificilmente apoiará Cals numa hora decisiva, como uma eleição de senador. Os irmãos Bezerra giram em faixa própria, matreiros e calados, mas no final devem ficar com Virgílio. O PSD, cujo comando é do senador Alcântara, é virgilista. E os políticos cearenses, na hora em que os últimos dias de governo começarem a chegar, deixarão, com raras exceções, o governador sozinho. A certeza de Virgílio é a de que, nas urnas, obtém pelo menos sete votos contra um de Cesar.

Além do mais, o maior eleitorado do Ceará está em Fortaleza, cujo prefeito tem imagem melhor que a do governador, e tem a fama de ser um virgilista incubado, que estaria ao lado de Cals para se manter no cargo. O prefeito — espera-se — voltará fatalmente para as hostes de Virgílio, de quem foi secretário de Viação e por quem foi indicado ao governador José Sarney para uma importante secretaria, em São Luís do Maranhão.

Doravante, assegurado por tradicionais inimigos pessoais do senador, e com a maior parte dos seus auxiliares ambicionando cadeiras na Câmara e na Assembléia, Cesar Cals sai-se em tempos de crises diárias na Assembléia e na administração. Sua inexperiência de político de apenas dois anos, que só venceu uma eleição — para governador do Lions Club — será testada a cada dia. De seu progresso nas artes e artimanhas políticas depende o resultado da luta, na qual aparentemente o mais forte é Virgílio.

[C] informe fundamental

Como aumentar o preço e reduzir a inflação

Para acabar com a crise do leite, o governo resolveu criar um leite milagroso, que não tem preço de tabela e não aparece no índice do custo de vida

Como é possível que o aumento do preço de um produto essencial não altere o índice do custo de vida? Para o leite foi encontrada uma fórmula mágica: ela daria ao produtor o preço que está pedindo, às usinas uma maior margem de lucros, [illegible] sem que o aumento [illegible] na composição do custo de [illegible] final [illegible] sem que prejudique a meta dos 12% de inflação fixada pelo governo para este ano. E para o consumidor, evidentemente, sobra o aumento de preço.

Problema crônico

Desde o início desse ano, mais em São Paulo do que no Rio, a população tinha sendo ameaçada de escassez de leite, e isso em plena época de chuvas e de boa comercialização do produto. Os produtores reclamavam [illegible]

[illegible]

Garantindo a aritmética

[illegible]

O milagre

[illegible]

produção na forma do atual leite C tabelado, ficando livres os preços de outros tipos de leite, chamados de "leite especial", cujos preços poderão ser fixados à vontade por elas. A porcentagem de gordura também é estipulada apenas para o leite C comum. Para os "outros tipos", ela ficará à vontade das usinas.

Para o pecuarista, a situação deverá melhorar. Metade da sua produção será considerada C comum e por ela receberá o preço normal de 57 centavos por litro. A outra metade será vendida como leite especial e vai valer 72, 8 centavos o litro. Na média geral da produção, portanto, o pecuarista receberá 65 centavos por litro de leite entregue às usinas.

[illegible]

Gato por lebre

[illegible]

Malabarismo

[illegible]

Lembrando o Havaí

A disputa entre os Estados. O leilão onde o comprador nada paga e tudo recebe. A arma usada pelo governo de Minas para atrair a FIAT. Essas e outras revelações.

Chico de Oliveira

A política de incentivos que faz parte do estilo de desenvolvimento econômico do Brasil tem a imagem de um leilão. Dois acontecimentos recentes parecem confirmar essa imagem: o recente Seminário de Integração Nacional e o Acordo de Comunhão de Interesses entre a FIAT e o governo mineiro.

No Seminário de Integração Nacional, realizado no Rio no início deste mês, reuniram-se governadores e técnicos governamentais de um lado e empresários estrangeiros de outro. Não se sabe se os promotores do referido encontro se deram conta da contradição do título do seminário — de Integração Nacional — com a qualidade de um dos grupos participantes: os empresários estrangeiros... Além disso — que não tem muita importância e poderia ser tido como ranço de velho nacionalismo xenófobo — o SIN apresentou um espetáculo ridículo e pictórico que poucas vezes foi dado presenciar: conforme algum articulista já observou, cada governador tratava de convencer os famosos empresários estrangeiros de que o Estado confiado à sua preclara direção era o paraíso sonhado por todos os empresários do mundo. Folhetos se sucediam de Estado para Estado, mostrando, ao lado dos indefectíveis distritos industriais (ou de seus projetos, na maioria das vezes), bafejados pela larga enumeração dos favores à disposição dos empresários, as belezas naturais, as praias, jangadas, patrimônio histórico, que emolduravam a paisagem rica e variada do país. Ver um desses folhetos é quase rever velhos e estereotipados filmes sobre Porto Rico e o Havaí: a sensualidade dos trópicos e o *business-man* constituem a melhor mistura, o melhor modo de vida — agora um *brazilian way of life* — que a civilização inventou.

Facilidades que se anulam

Só que o leilão é de cabeça pra baixo. No leilão tradicional, o leiloeiro oferta e os interessados compram e pagam; na imagem de leilão que foi o SIN, os leiloeiros — os governadores da quase totalidade dos Estados brasileiros — ofertavam, mas os compradores — os empresários estrangeiros — não pretendiam pagar nada: querem receber tudo.

[illegible]

de convencer os empresários da exclusividade de seus incentivos, da qualidade única dos benefícios à disposição, da existência de mercados quase cativos para a produção que se localize em seus territórios, da invenção original de mecanismos e favores, da especificidade do tratamento que podem esperar. Com uma ingenuidade que raia ao absurdo, não se deram ao trabalho de comparar suas próprias ofertas com as do vizinho, seus próprios folhetos com o material de propaganda dos outros Estados. Mas os empresários compararam e fazem isso permanentemente. E sabem por dever de ofício e já aprenderam suficientemente no Brasil que o leilão é ilimitado, que a maioria das ofertas são similares e que portanto cabe-lhes exigir sempre mais, a invenção de novos favores e mecanismos, a fim de que possam "conceder a graça" de instalar sua indústria neste ou naquele Estado. Talvez não completamente conscientes de uma regra de álgebra, eles sabem que grandezas iguais, colocadas em oposição, se anulam: isto é, se os incentivos da região da SUDENE existem para todos os nove Estados e mais a região do polígono de Minas, os Estados são iguais sob esse aspecto; é preciso procurar a diferença, *um tipo de favor*

> **Os empresários já sabem: o leilão é ilimitado, as concessões sempre maiores. Basta conceder a graça de aceitar a melhor oferta.**

que, somado aos favores da SUDENE, torne um dos Estados mais favorável à sua empresa que os outros [illegible]

[illegible]

Quem sai ganhando

[illegible]

unívoca (em termos técnicos, pela razão custo de transporte da matéria-prima em bruto *versus* custo de transporte do produto beneficiado, isto é, busca-se evitar o transporte de material inerte, sem valor). Quase todas as demais atividades, com a exceção dos serviços, podem ter duas ou mais localizações, e caberiam até as atividades que se diz de localização ubíqua, isto é, podem ser localizadas indiferentemente. Quem acaba por definir a localização, nessas condições, são os diferenciais de custo da mão-de-obra e as diferenças no custo do capital. Ora, do ponto de vista do custo da mão-de-obra, o país sofre antes de homogeneidade que de diferenças marcantes entre os vários Estados; São Paulo e Guanabara são as exceções a esse respeito. E não é preciso nenhuma formação técnica para saber porque é tão barato o custo da mão-de-obra no Brasil. Assim, as diferenças que poderiam chegar a pesar tornando singulares cada localização seriam as diferenças no custo do capital. Toda a legislação de apoio à industrialização existente hoje no Brasil acaba por tornar o custo do capital quase *homogêneo* em qualquer parte do país. Nos princípios da década de 60, a legislação dos incentivos fiscais para o nordeste, conhecida como artigos 34/18, constituía-se numa real diferenciação, rebaixando o custo do capital para aplicações naquela região, o que motivou a instalação de filiais das principais empresas industriais do sul no nordeste. Hoje, entretanto, pela multiplicação dos incentivos em todas as frentes, seu efeito é muito reduzido. Assim sendo, os Estados e municípios [illegible]

A inovação de Minas

[illegible]

continua na página 8

A grande justificativa: novas fábricas, novos empregos, aumento do bem-estar para todos. Mas a combinação de grandes incentivos com baixos salários produz maior concentração de renda e aumento da exploração dos trabalhadores.

continuação da página 7

Subscreverá capital em montante muito igual aos subsídios: pouco mais de 30% e pouco menos de 50%, de forma a que o controle acionário permaneça em mãos da FIAT SpA. Até aqui nenhum Estado havia outorgado essa fórmula, inclusive pela debilidade financeira de todos eles. A concessão de outros favores fiscais para a FIAT segue a linha e as fórmulas prevalecentes na maioria dos outros Estados, e desse ponto de vista não constitui diferença.

A diferença realmente marcante que o governo do Estado de Minas Gerais conseguiu estabelecer, e que o torna singular nesse momento entre todos os outros Estados do país, é que o decantado Acordo de Comunhão de Interesses transforma *realmente o governo mineiro numa dependência da FIAT italiana*. Não há nenhum exagero nessa afirmação, e pretendemos provê-la com as cláusulas do Acordo aprovado pela Assembléia Legislativa de Minas.

Logo no artigo 1, *Base do Acordo*, as partes contratantes comprometem-se a conseguir para o empreendimento não apenas os máximos incentivos atuais, o que seria normal nas atuais regras do jogo, mas "dos atuais favorecidos que venham a ser outorgados em legislação futura". Os parágrafos 2, 3 e 3, 4 estabelecem com maior clareza a natureza de certos compromissos acordados: II-se (no 3.3): "A FIAT declara e o Estado declara-se ciente que a Iniciativa está baseada na obtenção e na manutenção durante a vigência do Acordo (os grifos são nossos) dos benefícios e incentivos objeto deste artigo". Isto é, a política econômica do governo brasileiro e do governo mineiro *não poderá mudar* no que se refere a incentivos *até 1985*, que é quando termina a vigência do Acordo. Onde e como fica a soberania do Estado? O parágrafo 3.4 declara que "o presente Acordo é estipulado pela FIAT no pressuposto e na condição essencial da obtenção e manutenção dos incentivos e benefícios supramencionados"; isto é, uma reafirmação da intocabilidade de certos aspectos da política econômica, o que significa dizer que o Estado, a instituição estatal, é feita para servir à FIAT. A fronteira entre Estado e empresa desaparece, dessa forma.

É inegável que mediante as cláusulas e mecanismos do Acordo se estabelece uma relação desigual entre sócios aparentemente iguais, em claro detrimento para o Estado de Minas Gerais. Indo a outro dos aspectos da questão, no terreno que os economistas gostam de pisar, o dos investimentos, dos compromissos de caráter econômico-financeiro, dos resultados do empreendimento, é fácil outra vez encontrar os elementos que apontam para uma iminente situação em que o Estado, sua capacidade financeira, sua capacidade de investimento, a orientação de seus gastos, ficam subordinados às necessidades da empresa privada, no caso a FIAT. O artigo 6, *Obrigações Específicas das Partes*, diz no terceiro parágrafo do item 6.1.1, que "em consideração ao alto valor social da Iniciativa, o Estado concorda em que o pagamento do valor supra-indicado de Cr$ 31.500.000,00 (trinta e um milhões e quinhentos mil cruzeiros) seja feito pela Sociedade em 45 (quarenta e cinco) prestações iguais, anuais e consecutivas de Cr$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros) cada uma, sem juros, correção monetária ou qualquer outro (grifos nossos) a cargo da Sociedade, vencendo-se a primeira prestação em 31 de dezembro de 1977". Isto é, o prazo de amortização do valor do terreno será de 45 anos, atentando-se para o fato de que não haverá nem juros, nem correção, por qualquer índice. Outras leis e disposições quando é o vice-diretorzinho da FIAT SpA que está em jogo. Senão vejamos, no item 6.2.1, em que a FIAT compromete-se a elaborar o projeto do empreendimento e prestar assistência técnica, aparece imediatamente que: "A Sociedade reembolsará a FIAT de todas as despesas relativas aos itens mencionados *encargos*" cujo valor deverá ser "creditado pela Sociedade à FIAT em prestações semestrais sucessivas *em dólares norte-americanos, sendo a primeira a vencer na data de aprovação do Projeto Industrial*" (grifos nossos). Isto é, como é provável que o cruzeiro continue durante muito tempo desvalorizando-se em relação ao dólar americano, o crédito feito em dólares, *pois-se: é a dívida que se expressa em dólares* e não apenas o seu pagamento; ainda mais, o crédito começará a ser feito na data de aprovação do Projeto, enquanto a dívida para com o Estado de Minas Gerais terá um prazo de carência de três anos e será paga em 45 anos. Uma metade dos créditos decorrentes da assistência técnica será convertida em ações da FIAT até 31 de dezembro de 1975, enquanto a outra metade "a Sociedade será obrigada ao pagamento do valor correspondente em (nome em dólares norte-americanos, em prestações semestrais *com juros de 8% (oito por cento) livres de despesas* (aqui grifos nossos) a partir do dia 1.º de janeiro de 1976, vencendo a primeira em 30/6/76 e a última em 31/12/78..." Isto é, conforme pelo menos do próprio documento, o dinheiro da FIAT rende juros e deverá ser pago até quatro anos após o início do projeto, enquanto o dinheiro mineiro não rende juros e deve ser pago em 45 anos. Em linguagem popular, o dinheiro mineiro é "macho", não se multiplica, enquanto o dinheiro italiano é "fêmea" com uma capacidade de parir dólares sem-fim comparável aos porquinhos da Índia.

Além do jogo desigual que se expressa na multiplicação dos recursos da FIAT italiana e na infertilidade do dinheiro mineiro, o Estado de Minas Gerais se compromete "sem qualquer ônus para a Sociedade" a garantir a realização de uma longa lista de obras de infra-estrutura que vão desde a abertura de estradas até a instalação de uma linha de telex. No sub-item 6.1.7, o Estado compromete-se a construir conjuntos habitacionais "para atender ao operariado da Sociedade". Este tipo de compromisso, que no fundo significa orientar a política de inversão do governo mineiro para satisfazer às necessidades de uma única empresa, é levado às últimas consequências. Conforme o disposto no item 6.1.5, o Estado de Minas compromete-se a prevenir o município de Betim, onde estará localizada a fábrica da FIAT, para que este conceda todos os incentivos fiscais à nova Sociedade, notadamente, "em especial no que tange o Imposto sobre Serviços, Imposto sobre Construções, Imposto Territorial sobre o Imóvel e ICM, bem como no que concerne ao previsto no sub-item 6.1.7". Não somente ainda, os termos do contrato entre o Estado de Minas Gerais e a FIAT SpA, por um lado, como ações do empreendimento, e a prefeitura municipal de Betim, por outro, tornam-se para aprovação pela Assembléia mineira, obrigam o município, pelo artigo 1.º, a título de incentivo fiscal, a isentar a futura Sociedade de "todos os impostos e taxas municipais" (grifo nosso), até 31 de dezembro de 1985, segundo o artigo 2.º. Pelo artigo 3.º, a prefeitura de Betim compromete-se a agilizar o empreendimento não apenas dos impostos e taxas atuais, mas de quaisquer outros que venham a ser criados no que passam a competência do município. Realmente, não se poderia pedir mais? Pode-se. E, no compromisso que a prefeitura de Betim assume em relação à chamada Das Obras Sociais de Melhor Interesse, aparece uma realidade que a imaginação de sindicalistas mais desvairados jamais sonhou. De passagem, deve ser dito que a realidade brasileira supera a ficção neste ponto em outros terrenos.

Sobre uma parcela dos recursos gerados pela presença da FIAT em território do município não prevalece a soberania do município, vale dizer, do poder público. Não apenas o município obriga-se a empregar uma parcela em obras que atendam exclusivamente aos interesses da FIAT — o fato de que são obras para a população não muda em nada esse aspecto, pois se trata antes de mais nada de aumentar a lucratividade da FIAT — como o município é considerado *menor idade* para aplicá-los, os recursos são transferidos para uma Conta Vinculada sobre a qual a FIAT detém praticamente o poder de movimentação, e serão utilizados na "forma acordada anualmente entre o município e a FIAT Automóveis S/A". Permanecendo ainda alguma dúvida quanto à verdadeira finalidade de tais incentivos, o artigo 5.º do contrato visa impedir o município de efetuar mudanças na sua legislação de incentivos, obrigando-o a, no limite, oferecer compensações que "para a FIAT Automóveis S/A prevaleçam equilíbrio econômico-financeiros compatíveis".

O novo incentivo que Minas descobriu para atrair a FIAT: virar uma dependência da empresa italiana.

As justificativas

A análise do acordo entre o Estado de Minas Gerais e a FIAT SpA não teve como objetivo cansar o leitor, nem mostrar aspectos particulares de uma associação entre uma empresa estrangeira e um estado da federação (?) brasileira. Os aspectos particulares do contrato analisado apenas fazem resaltar algumas *tendências gerais* nas relações entre o Estado e a empresa no Brasil, e o que é que relaciona esse enorme esforço do governo de Minas com o estilo de desenvolvimento econômico-social vigente no país. O contrato entre Minas e a SpA é a forma desse Estado diferenciar-se dos demais no leilão geral: para contratar a tendência que o mantinha igualado à grande maioria dos demais Estados brasileiros, Minas foi forçado — essa é a expressão — a fazer concessões em uma escala nunca antes alcançada e que, sob esse aspecto, pode mostrar-se eficiente: nenhum dos demais Estados da União pode abalançar-se a conceder os mesmos benefícios a uma só empresa, com a inédita exceção de São Paulo, que não precisa fazê-lo. Mas, por que os Estados são obrigados a entrar nesse leilão, concedendo benefícios que, rigorosamente, são abusos?

Recobrimento

Os tecnocratas dos diversos níveis de governo justificam as concessões em termos dos efeitos econômicos que um investimento dessa ordem e dessa qualidade — trata-se de indústria automobilística — trar para os diversos Estados. No caso em que o governo de Minas encaminha a proposta de acordo não faltam os surrados argumentos da criação de empregos — cerca de 10 mil empregos diretos e uns 20 mil indiretos — a partir da instalação da FIAT. De outro lado, argumenta-se com os efeitos "para trás" e "para frente", criando outras indústrias, demandando novos serviços, consumindo matérias-primas e bens intermediários, incentivando a instalação da indústria de autopeças, enfim, uma longa lista de efeitos derivados da presença da FIAT, que certamente transformariam o quadro geral da economia mineira. Sobre o Estado, argumenta-se, os investimentos diretos e indiretamente induzidos pela FIAT compensarão largamente, ao ponto de — afirma-se — ao cabo de três anos o Estado de Minas ver recuperado, em termos de arrecadação fiscal, mesmo com os incentivos, o investimento que vai realizar. Esse tipo de argumentação, além do surrado, pois repete-se em quase todo projeto que se lhe ofereça para apresentar os investimentos como "perseguindo a instalação no país do mito "economia do bem-estar", não tem que na teoria econômica convencional serve para propor a ideologia de desenvolvimento harmônico, não conflitante, que distribui benesses a todos nas mesmas proporções, a patrões e empregados, a negros e brancos, a proprietários e não proprietários. Essa argumentação mostra o supérfluo e esconde o essencial.

Os resultados reais da firma, quantidade e qualidade com que os incentivos são distribuídos hoje para quase toda atividade econômica no Brasil e de que os compromissos do governo de Minas com a FIAT são um eloquente exemplo são totalmente o oposto do que prega a ideologia do "bem-estar". Não se nega que os empregos são criados, nem que os efeitos econômicos multiplicadores se dêem nas proporções previstas, mesmo porque ainda não se inventou uma economia capitalista que não criasse empregos. Apesar da automação. Mas, para além da propaganda oficial baseada nas previsões tecnocratas, uma política econômica que utilize os incentivos tal como eles aconteceram no Brasil apresenta resultados que nem o mais ingênuo dos economistas poderá assemelhar a algo como "bem-estar". Não por acaso, todos os folhetos distribuídos no Seminário de Integração Nacional, e os arranjos preparados pelo governo de Minas para justificar seu acordo com a FIAT *fazem ênfase justamente no baixo custo da mão-de-obra brasileira*, particularmente nos Estados mais pobres. Ora, uma combinação de baixos salários e de incentivos na escala em que estão sendo dados produz um resultado que não pode ser confundido nem pelo ideólogo mais empedernido com "bem-estar", desenvolvimento harmônico, justa distribuição de riquezas, concórdia das classes sociais, pois produz exatamente o contrário: concentração da renda, aumento da disparidade entre ricos e pobres, aumento da exploração dos trabalhadores.

Uma coisa porém é certa: os enormes incentivos vêm sempre com a promessa que mão-de-obra é e continuará a ser barata.

A associação Estado-empresa, com a qual praticamente desaparece a fronteira entre os dois, não se dá por acaso. Não corresponde a uma versão de nacionalismo de direita, como podem pensar alguns desavisados, que levaria a um crescente poder do Estado. Em determinado momento, e por um fator aleatório, poderia ocorrer uma virada à esquerda, ao estilo peruano, peruano algum. Os fatos estariam a demonstrar que sem o *Estado* o setor privado não funciona: essa demonstração é supérflua, pois *sempre* o setor privado funcionou sem o Estado. No estilo de desenvolvimento da economia brasileira, a associação Estado-empresa leva à subordinação da ação do Estado aos fins da empresa; quem quiser tirar as dúvidas, e não se tiver satisfeito com as citações tiradas do *Minas Gerais* (Diário do Legislativo) — terça-feira, 27 de março de 1973, que consulte o original. Durante 12 anos, pelo menos, a autonomia do Estado de Minas Gerais e do município de Betim em relação aos seus programas de investimento será ludibriada pela estabilidade o empreendimento da FIAT; mais ainda, o Estado e o município se comprometem a dar, de antemão, quaisquer incentivos novos que venham a ser criados, à FIAT Automóveis S/A, sem reduzir os termos de sua contribuição ao desenvolvimento econômico-social da sociedade mineira. A empresa arranca os direitos de soberania sobre o Estado. Nesse caso, as leis e demais disposições do poder público são anuladas e comprometidas com o desempenho econômico financeiro de uma empresa, e parece que a "IA" não é uma empresa dentro do Estado de Minas Gerais, mas o Estado de Minas é que é uma dependência da FIAT.

Presença benéfica e necessária

É verdadeiro que tipo de acordo é depende tão somente da habilidade dos negociadores da FIAT, de um lado, e da espantosa falta de visão dos negociadores de Minas de outro? Não. Esse tipo de acordo e os favores dele decorrentes fazem parte hoje do estilo de desenvolvimento sócio-político-econômico do Brasil. Não é a toa que um governo estadual está presente, nem se pense que o governo federal não viu e teve nem desejo de acompanhar passo por passo as conversações entre os dois grupos. A audácia do acordo vai ao ponto de procurar condicionar, no futuro, até a política econômica do governo federal, até a autonomia da União. Um estilo de desenvolvimento que retira sua vitalidade do crescimento das desigualdades econômicas e sociais; um estilo de desenvolvimento que persegue com tenacidade o formar a economia brasileira a passo sem fim dos grandes monopólios nacionais e internacionais; um estilo de desenvolvimento que alentou uma desesperada elevação das taxas de lucro e que portanto marginaliza quem não segue essa corrida; a lógica do sistema obriga as empresas à ferrea lei de crescer tanto mais rápido quanto possível, sob pena de serem bloqueadas, engolidas, fusionadas, na tendência incontrolável de concentração do poder econômico que é a lei maior do crescimento da economia brasileira hoje. Assim, compreende-se que num mercado já dominado por gigantes do tipo de Volkswagen, Ford, General Motors, Chrysler, não vá a FIAT entrar de mansinho, modestamente, procurando crescer através de seus próprios e honrados lucros. Não: ou cia entra grande ou jamais será. Como não há mágica a fazer em economia, a forma de nascer grande é tirar dos outros, no caso, do Estado mineiro e dos trabalhadores, sobre os quais vai repousar a produção dos futuros lucros, e da comunidade mineira que paga seus impostos e vai vê-los destinados a melhorar a *performance* econômica da FIAT.

A associação Estado-empresa tem outras conotações. A presença do Estado ou de instituições estatais é até vista como *benéfica e necessária* pelas empresárias estrangeiras. Benéfica porque quase sempre a remuneração do Estado é subestimada, entrando geralmente com os recursos vivos para os empreendimentos. *Necessária* porque não somente abre as portas, desemperra burocracia, concede favores como porque sua presença dentro da sociedade tem a função de manter a repressão necessária sobre os trabalhadores, reprimindo a pagar minguados salários, impedindo as legítimas reivindicações, obstaculizando a sindicalização e a formação da consciência dos direitos. Necessária ainda porque essa é uma forma de dividir mercados, preservar a competição monopolística, preservar a regra do jogo entre gigantes.

A simbiose Estado-empresa, de que o caso governo de Minas e FIAT é quase um caso puro, é a forma de crescimento capitalista em economias como a brasileira, uma mal-formação que arranca sua vitalidade do fato de que, por condições políticas peculiares, a exploração do trabalho pode ser levada aos limites mais exagerados da mente tecnocrática mais desvairada. O Estado funciona como um aspirador-varredor, limpando o terreno onde a empresa privada vai colher os frutos do trabalho. Primeiro, o Estado, através do seu poder de coerção, transfere os custos para a sociedade; segundo, a empresa privada colhe os frutos dessa socialização e da exploração do trabalho. O feliz é apenas uma imagem ingênua dessa atordoante realidade.

Caminhos brasileiros para o movimento feminista

Paulo Singer

Como não podia deixar de ser, o movimento feminista acabou repercutindo no Brasil. Tivemos a visita de Betty Friedan e, mais recentemente, um congresso nacional, no Rio, que procurou enfocar os problemas da mulher brasileira. É preciso, porém, não transplantar meramente a problemática feminista de países industrializados ao nosso meio. A mulher americana ou européia compartilha do elevado padrão de vida de toda a sociedade, por mais "masculina" que ela seja. Ela desfruta de bom nível educacional e pode optar pela sua independência econômica, engajando-se na vida profissional. A sua revolta contra o casamento e a estrutura familiar, que impedem que ela se realize como ser humano pleno, tem bases materiais objetivas. A mulher pode se emancipar nestas condições, usando sua independência, real ou potencial, para propor ao homem um novo tipo de relacionamento no qual a participação na vida econômica, social e política e as tarefas domésticas sejam divididas de modo igual entre os sexos.

A situação da mulher brasileira é, obviamente, muito diferente. Dado o baixo padrão de vida da maioria, apenas um pequeno número de mulheres da classe média e alta pode identificar, como sua, a problemática levantada pelos movimentos feministas dos países desenvolvidos. A grande maioria das mulheres no Brasil ainda não tem condições de se livrar da sujeição econômica ao homem — ao pai primeiro, ao marido depois — dadas as condições de pobreza geral que se concretiza, para a mulher, sob a forma de falta de oportunidades de entrada no processo social de produção. Até que estas condições se alterem radicalmente (e nisto mulheres e homens estão igualmente interessados), o movimento feminista no Brasil terá que colocar como problema vital o do trabalho da mulher, se não quiser falar em nome de um grupo reduzido que, nas atuais circunstâncias, goza de uma situação privilegiada.

Para se ter uma idéia do grau de exclusão da mulher da atividade econômica, basta dizer que menos de 25% da população feminina urbana trabalhava, em 1970 (1), sendo que das que trabalharam quase a metade era constituída por empregadas domésticas. No campo, a situação parecia algo melhor: 43% da população feminina rural trabalhava na agricultura, naquele ano. Mas é preciso lembrar que o trabalho da mulher do campo é realizado no âmbito doméstico, estritamente subordinado ao "chefe" da casa (pai ou marido). Das mulheres ativas na agricultura em 1960 apenas 18% eram empregadas assalariadas. Das restantes, a grande maioria deve ser constituída por membros não remunerados da família.

Para que o trabalho possa ser um elemento de emancipação feminina (na verdade, uma pré-condição), é preciso que ele seja independente do homem, não do homem em geral mas daquele homem que é o "chefe" da família e, portanto, da mulher. Uma assalariada pode ter por chefe no *trabalho* um homem, mas em relação ao seu homem ela tem uma fonte de renda que independe dele. Nestas condições, o trabalho assalariado é a mais importante das formas de participação na vida econômica que podem alterar o status da mulher.

Ameaça da máquina

É interessante observar, neste contexto, que a proporção de empregadas na população feminina ativa

> **No Brasil a luta feminista deve começar pela conquista do trabalho assalariado, de modo a integrar a mulher na vida econômica da sociedade**

na agricultura brasileira tem sistematicamente diminuído: de 37% em 1940 para 23% em 1950 e para 18% em 1960. Este declínio se deve à saída das mulheres das grandes propriedades, onde a especialização das atividades levou à substituição da mulher pelo homem numa primeira etapa (1940/1950) e à substituição de ambos pela máquina, a seguir. Atualmente, uma proporção cada vez maior da população agrícola se encontra em propriedades pequenas e médias, cujo número tem aumentado consideravelmente. Neste tipo de propriedade o trabalho feminino é intensamente utilizado, porém sob a forma de "membro não remunerado da família". É assim que se explica que, no Brasil, tenha aumentado não só a participação da mulher no trabalho agrícola como a saída das mulheres (em medida igual ou maior que os homens) da agricultura.

Poder-se-ia supor que, nestas condições, a vinda à cidade represente um aumento da possibilidade de participação independente da mulher na atividade econômica. Isto é verdade, em princípio, mas esta possibilidade tem-se concretizado para uma proporção reduzida da população feminina das cidades. Uma primeira indicação, neste sentido, é que a proporção de mulheres urbanas que trabalha caiu de 31% em 1940 para 23% em 1950, tendo-se mantido quase no mesmo nível nas duas décadas seguintes. Esta queda se deve a várias causas, a mais importante das quais é que ao grande aumento da população feminina urbana (que passou de 4,7 milhões de mulheres de 10 anos ou mais em 1940 a 20 milhões em 1970) não correspondeu o crescimento do número de oportunidades de trabalho abertas às mulheres.

Indo-se um pouco mais ao fundo do problema, pode-se distinguir dois tipos de fatores que levam a este desequilíbrio. O primeiro tipo se refere à separação, no espaço e no tempo, entre as atividades produtivas e as domésticas. Esta separação resulta do próprio desenvolvimento e é, em sua essência, inevitável. No passado, um grande número de mulheres trabalhava em suas próprias casas, como costureiras, bordadeiras, doceiras, etc., ou então como ajudantes do "chefe" da casa em pequenos estabelecimentos comerciais ou artesanais. Hoje, a indústria de confecção reduziu o número de costureiras domésticas, os supermercados e as grandes lojas substituem os pequenos negócios, o que acaba por eliminar um grande número de lugares de trabalho ocupados por mulheres que combinavam atividades domésticas e produtivas. Em compensação, surgiram novos lugares de trabalho, na indústria fabril e no grande comércio, que oferecem à mulher a possibilidade da independência econômica do "chefe" da família. Assim, das mulheres ocupadas em atividades industriais, no Brasil, a proporção de empregadas assalariadas era de apenas 57,2% em 1940, subindo para 84% em 1970. Vale a pena assinalar também o grande crescimento do número de empregadas (embora não a proporção relativa) nos Serviços de Produção (comércio, transporte, comunicações), que passou de 49.583 em 1940 para 395.380 em 1970. O fato, porém, é que o aumento do número de assalariadas não igualou o crescimento da mão-de-obra feminina urbana, acrescido da eliminação de oportunidades de trabalho "em casa" pela industrialização. Pode-se conjecturar que além disso muitos dos novos empregos deixam de ser ocupados por mulheres pelo fato de que as exigências do serviço doméstico impedem seu afastamento do lar.

A mulher vulnerável

O segundo tipo de fator que leva a desequilíbrio entre oferta potencial e aproveitamento efetivo da mão-de-obra feminina é que sua baixa qualificação torna a mulher uma vítima freqüente do progresso tecnológico. No Brasil, um dos ramos que emprega mais mulheres, o de fiação e tecelagem, sofreu intensa mudança tecnológica, da qual resultou uma queda do número de empregos, enquanto a produção se elevava. A introdução da telefonia automática eliminou uma grande quantidade de empregos de telefonista, em geral ocupados por mulheres. É provável, também, que o uso cada vez maior de computadores atinja de forma proporcionalmente maior as mulheres, que tendem (mais que os homens) a desempenhar funções burocráticas auxiliares.

Neste caso, é provável que a discriminação contra a mulher, que a impede de atingir posições mais qualificadas no trabalho, contribua para que a mulher seja mais vulnerável que o homem aos efeitos negativos da mudança tecnológica. É bom esclarecer que daí não cabe concluir

> **A industrialização e a mudança tecnológica tiraram o emprego de muitas mulheres que se dedicavam a ocupações artesanais**

que se deve impedir o progresso da técnica. Muito pelo contrário, a conclusão correta é que se deve lutar contra a discriminação sexual no trabalho.

A carência de oportunidades de trabalho independente leva a uma grande parte das mulheres a ficar em casa. De fato, elas são desempregadas. Mas como o ócio é um privilégio masculino e a mulher que fica em casa sempre acaba se ocupando de alguma tarefa caseira, estas mulheres não são registradas como desempregadas mas como estando ocupadas em afazeres domésticos, isto é, *fora* da força de trabalho. É o desemprego oculto (nas estatísticas), que deve ser bem amplo no Brasil, embora ainda não haja elementos para estimá-lo.

O falso emprego

Parte das mulheres que necessitam de trabalho, sem encontrá-lo no processo social de produção, isto é, nas empresas, acaba por achar um "falso emprego" no serviço doméstico remunerado. Este tipo de emprego é falso tanto do ponto de vista social, pois está à margem da divisão social do trabalho, como do ponto de vista da emancipação da mulher. A empregada doméstica continua desempenhando as funções femininas tradicionais — prestar serviços pessoais aos membros de uma família — só que não à própria mas a uma família estranha. Mas nem por isso ela atinge qualquer grau de independência. Menos que uma trabalhadora, a empregada doméstica sofre uma pseudo-integração no domicílio, como um membro inferior do círculo familiar, ao qual se impõem as restrições habituais de ordem moral à liberdade pessoal. Ao mesmo tempo, ela tende a ser superexplorada, sem contar sequer com a proteção das leis do trabalho. É dentro deste quadro que o enorme número de empregadas domésticas no Brasil — cerca de 2 milhões em 1970 — adquire seu pleno significado. Ele é um indicador do tremendo desperdício de potencial produtivo que nossa economia sofre por não aproveitar adequadamente a força de trabalho feminina disponível.

Resta assinalar por outro lado que a expansão do emprego nos Serviços de Consumo Coletivo (serviços de educação, de saúde, previdência social, administração pública) tem oferecido ponderável quantidade de lugares de trabalho qualificado a mulheres. O número de mulheres ocupadas nestes serviços aumentou de 41,4 mil em 1920 para 136,3 mil em 1940 e para 1.112 mil em 1970. Uma grande proporção delas são professoras, enfermeiras, assistentes sociais, etc. É nesta área que se registra um efetivo avanço no processo de emancipação feminina no Brasil. Esse avanço é duplamente benéfico. Por um lado, propicia um aproveitamento significativo das potencialidades produtivas da mulher em áreas de grande significação para o desenvolvimento do país. Por outro, faz surgir um núcleo de mulheres profissionalizadas que dispõem de condições objetivas e subjetivas para lutar por uma redefinição básica do lugar da mulher na sociedade brasileira, em consonância com as transformações estruturais decorrentes do desenvolvimento.

O feminismo, entendido como um movimento de emancipação social ao lado de outros, pode ter um papel relevante no Brasil, desde que se fundamente na situação real das grandes massas femininas do país. É de se crer que entre suas tarefas deverá ter grande prioridade a da luta contra as barreiras que impedem à mulher o acesso ao trabalho socialmente produtivo, que abre perspectivas à independência econômica, sem a qual a emancipação nos demais planos permanecerá utópica.

(1) Este dado, como os demais citados neste artigo, provêm de uma pesquisa sobre Estrutura do Emprego e Trabalho Feminino no Brasil: 1920-1970 *feita por Felícia Madeira e pelo autor.*

O fim do caso ITT & CIA

Morreram no Senado americano as últimas esperanças da ITT de receber qualquer indenização pela nacionalização de sua Cia. Telefônica do Chile

A ITT será diretamente atingida pelas investigações realizadas no Senado americano sobre suas atividades no Chile, visando impedir a posse do presidente Allende: na semana passada, tanto o governo chileno, como a OPIC — Overseas Private Investment Corporation — negaram-se a pagar qualquer indenização à ITT pela nacionalização de uma de suas subsidiárias, a Companhia Telefônica do Chile.

Pouco depois de sua posse, o presidente Allende colocou a subsidiária da ITT sob intervenção, iniciando ao mesmo tempo negociações com a empresa norte-americana para resolver a questão da indenização. As negociações, no entanto, foram suspensas em março do ano passado, quando o jornalista Jack Anderson publicou documentos confidenciais da ITT, que revelavam seu envolvimento, juntamente com a CIA, num complô para impedir a posse do presidente Allende e provocar caos econômico no Chile. Foram estes documentos que levaram o senador Frank Church, presidente do subcomitê do Senado norte-americano que investiga a ação das chamadas empresas multinacionais, a promover as audiências sobre o caso "ITT and CIA".

Assim que o governo Allende suspendeu as negociações — ao mesmo tempo em que o Congresso chileno estudava a possibilidade de nada pagar à ITT — ela solicitou então uma indenização de 92,5 milhões de dólares à OPIC, entidade vinculada ao governo dos Estados Unidos, cuja principal finalidade é oferecer seguro contra os riscos enfrentados pelas empresas norte-americanas nos países subdesenvolvidos — a fim de compensar a nacionalização de sua subsidiária no Chile. No entanto, as revelações feitas durante as recentes audiências no Senado americano sobre o caso "ITT and CIA" (veja OPINIÃO, n.ºs 22 e 23) tiraram as últimas chances de a ITT receber qualquer indenização. O próprio presidente da OPIC, Bradford Mills, revelou na semana passada que a organização resolvera não atender ao pedido de indenização feita pela ITT, pelo fato de ela não ter preenchido "todos os requisitos exigidos pela companhia de seguros, tendo deixado de fornecer informações essenciais" — desculpa obscura que revela, porém, a difícil situação em que ficou o governo Nixon depois das revelações feitas no Congresso dos Estados Unidos sobre o caso "ITT *and* CIA".

No Chile, o próprio Allende se encarregou de anunciar a decisão final de seu governo sobre a questão da indenização a ser paga à ITT. Discursando durante a abertura da Conferência Internacional de Trabalhadores — que reúne em Santiago representantes sindicais de 70 países para discutir as atividades das empresas multinacionais — o presidente chileno afirmou que, depois das audiências realizadas pelo subcomitê do Senado norte-americano, não havia mais dúvidas sobre a existência de um "conluio" entre a ITT e a CIA para tentar impedir sua eleição em 1970 e, posteriormente, tentar depô-lo.

"Hoje, disse Allende, posso afirmar que, sendo a CIA um organismo oficial do governo norte-americano, ficou provado seu conluio com a ITT". Afirmando que seu governo não pagará nenhuma indenização à ITT pela nacionalização da Companhia Telefônica do Chile, ele perguntou: "Existe alguém, no Chile ou no mundo, que pretenda que paguemos meio centavo de indenização à ITT depois do que aquela empresa pretendeu fazer e fez no país, tentando levar a nação a uma sangrenta guerra civil"?

Grande no preço

Se com o lançamento do Dodge-1800, feito no dia 5 deste mês, o objetivo da Chrysler era causar um grande impacto no mercado de carros médios, sua primeira cartada ficou longe da intenção: logo após o lançamento, o Dodge-1800 tornou-se o carro médio mais caro do país, custando Cr$ 24.775,00 na versão "luxo" e Cr$ 27.048,00 na "*gran luxo*". O preço deste último modelo supera até mesmo o Opala "cupê especial", considerado carro grande e custando Cr$ 26.630,00.

Enquanto isso, a GM confirmava na semana passada que manterá os preços anunciados para sua investida no mercado de carros médios: o Chevette — a grande estrêla da GM para brigar com o Volks TL, o Corcel e o Dodge-1800 — será lançado no próximo dia 2 e deverá custar entre 20 e 21 mil cruzeiros.

A retaliação israelense

Há mais de um ano os comandantes militares de Israel haviam prometido que seu Exército teria tanta capacidade para agir na forma de guerrilhas quanto a que demonstrou na guerra convencional, em 1967. O objetivo parece que foi atingido na quarta-feira da semana passada, quando aproximadamente 40 agentes israelenses, usando táticas até agora empregadas por seus inimigos, atacaram um campo de refugiados palestinos e fuzilaram três líderes de organizações da resistência árabe, em Beirute.

Em dezembro de 1968, um ano e meio após a guerra dos Seis Dias, os israelenses deram uma amostra do que estavam dispostos a fazer quando um grupo de pára-quedistas desembarcou no aeroporto de Beirute, ao raiar do dia, para destruir 12 jatos comerciais árabes estacionados na pista. Naquela oportunidade, o ataque durou 45 minutos, e os israelenses não encontraram resistência.

Quarenta meses depois, a nova incursão em território libanês mostrou que os israelenses se consideram quase tão seguros em Beirute quanto em seu próprio território. Os 40 agentes que participaram da ação de quarta-feira foram conduzidos de helicóptero e em lanchas até as proximidades de seus objetivos, onde desembarcaram vestidos de *hippies*, e embarcaram em seis carros Mercedes-Benz, alugados três dias antes por dois ingleses, dois belgas, um alemão ocidental e um indiano. Um grupo de 15 agentes dirigiu-se para a estrada que liga Beirute ao mesmo aeroporto atacado em dezembro de 68, detendo-se na altura na praia de Sidon, onde lançaram foguetes e granadas contra um campo de refugiados palestinos, que serve como uma das bases de apoio para guerrilheiros da Al Fatah. Cerca de 25 pessoas morreram, na ocasião.

O outro grupo, em que havia um agente vestido de mulher, dirigiu-se para a Rua Verdun, no principal bairro residencial de Beirute, para atacar um edifício de apartamentos onde estavam hospedados três importantes líderes da resistência palestina: Kmal Nasser, Kamel Adouane e Abu Youssef, este o segundo homem em importância na Al Fatah. Todos os três foram executados sumariamente a rajadas de metralhadora, que provocaram também a morte da mulher de um deles e ferimentos graves nos filhos de Kmal Nasser.

Findo o ataque, os israelenses voltaram a seus carros, dirigiram-se aos locais onde desembarcaram de helicópteros e lanchas, retornando a seu território da mesma forma como chegaram. Toda a ação durou três horas e quatro israelenses ficaram feridos. Em Telavis, o comandante do Exército israelense, general David Elazar, justificou perante jornalistas a ação como sendo uma represália ao ataque feito no dia anterior a um jato da El Al e ao consulado israelense, ambos em Nicósia, no Chipre, mas suas explicações não convenceram os correspondentes estrangeiros que compareceram à entrevista. Nenhum deles conseguiu entender como é que os carros usados para a incursão em Beirute já estavam alugados desde o domingo.

Na capital libanesa, os refugiados palestinos gritavam por vingança, enquanto o primeiro-ministro Saab Salem demitia-se de seu cargo fazendo queixas veladas aos comandantes militares libaneses, que teriam relaxado a vigilância e até mesmo fornecido informações a agentes israelenses sobre os deslocamentos de líderes palestinos em Beirute. Salem era também amigo pessoal de Youssef, com quem chegara a um acordo em 1970, concedendo liberdade de movimento aos palestinos em território libanês.

Nos dias seguintes aos atentados, nos demais países árabes, o Líbano era visto como um lugar pouco seguro, pois, segundo o jornal inglês *Daily Express*, nada menos de 31 altos dirigentes guerrilheiros da Al Fatah e outras organizações palestinas foram mortos por agentes israelenses em Beirute e outras cidades libanesas nos últimos 11 meses. Quatro destes líderes foram mortos num ataque de um comando naval israelense a um pequeno balneário situado ao sul de Beirute, no dia 23 de fevereiro passado.

Árabes capturados no atentado contra o embaixador de Israel em Nicósia.

Nestas circunstâncias são poucos os palestinos que se consideram seguros nos territórios de países árabes, mesmo naqueles cujos governos têm-se declarado inimigos de Israel.

As sucessivas ações retaliatórias entre árabes e israelenses transformaram completamente o caráter do conflito militar no Oriente Médio. Israel não respeita mais a integridade territorial de seus vizinhos. Os diversos ataques ao Líbano configuram invasões militares, no sentido convencional da guerra, mas deixaram de ser encarados como tal pelas autoridades libanesas.

Por outro lado, os palestinos já há algum tempo consideram qualquer cidadão israelense, em qualquer ponto do mundo, como um alvo para atentados. O resultado é uma guerra sem fronteiras, sem regras, sem retaguarda e cujo alcance já ultrapassou as previsões mais pessimistas.

CAMBOJA

O que falta para os guerrilheiros tomarem Phnom Penh?

A possibilidade de tomada de Phnom Penh, capital do Camboja, pelos guerrilheiros comunistas do Khmer Rouge e pelos partidários do ex-chefe de Estado, príncipe Sihanouk, manteve-se durante o fim de semana a ameaça de eclosão de lutas em grande escala na Indochina.

O cerco da capital pelos guerrilheiros, que já dura algumas semanas, paralisou ainda mais a vida da cidade, que sofre os efeitos do racionamento de combustíveis e gêneros alimentícios, além da interrupção frequente nos serviços de luz e água.

O objetivo do cerco dos guerrilheiros seria mais político do que militar. Pretenderiam enfraquecer a posição de Lon Nol, para forçar a sua queda e a consequente ascensão do príncipe Sihanouk — que tem o apoio dos comunistas. Sihanouk, por sua vez, não admitiria qualquer acordo negociado com Lon Nol.

Na quarta-feira passada, o general Alexander Haig, enviado especial do presidente Nixon, visitou Phnom Penh para fazer um levantamento da situação. Haig encontrou-se durante algumas horas com Lon Nol, com quem teria discutido a situação militar e os resultados dos bombardeios americanos.

A visita de Haig provavelmente reforçará a impressão de que os Estados Unidos apoiam decididamente o regime de Lon Nol. Mas supõe-se que o general teria discutido com o chefe de Estado cambojano a possibilidade de seu governo incluir alguns elementos da oposição, a fim de ampliar a sua base, cada vez mais estreita. Mas Lon Nol aparentemente não está disposto a dividir o poder, e sua posição quanto a isso teria se tornado ainda mais intransigente nos últimos dias.

Na quinta-feira, diante do agravamento da situação no Camboja, o presidente Nixon reuniu o Conselho de Segurança americano para discutir as medidas a serem tomadas pelos Estados Unidos. À luz das informações dadas pelo general Haig. Após a reunião circularam informações de que os americanos aceitariam, como condição para a paz, a volta do príncipe Sihanouk ao Camboja — mas não foram especificado em que condições. E, segundo o *The New York Times*, o Conselho de Segurança teria examinado, entre as possíveis opções americanas, a retomada dos bombardeios contra objetivos militares de Hanói e Haiphong e pressões diplomáticas sobre a China e a União Soviética, especialmente para deter o envio de armas que estaria sendo feito pelos dois países.

Especulava-se também que o general Haig poderia ter discutido, em sua visita à Indochina, o envio de tropas do Vietnã do sul ao Camboja, para ajudar as tropas governamentais a romper o cerco dos guerrilheiros. Este teria sido também um dos temas das conversas do presidente Nixon com o presidente sul-vietnamita, Nguyen Van Thieu, durante a recente permanência deste nos Estados Unidos.

Na mesma ocasião em que tais especulações eram feitas, o Governo Revolucionário Provisório afirmava oficialmente que o envio de tropas sul-vietnamitas ao Camboja constituiria uma "grave ameaça" à paz no Vietnã. A afirmação foi feita pelo chefe da delegação do GRP às conversações de Paris, Ly Van Sau, durante a sexta reunião com os delegados do governo de Saigon sobre o futuro político do Vietnã.

Em Hanói, o príncipe Sihanouk descreveu, na semana passada, sua recente visita às áreas "liberadas" do Camboja — os guerrilheiros dominam mais de dois terços do país — que teria durado um mês e meio, e realizada em completa segurança. "Eles sempre disseram que eu não poderia voltar ao país", disse Sihanouk. "Agora isso já foi feito".

Visitar o Camboja é algo que aparentemente Sihanouk ou qualquer outro inimigo do regime de Lon Nol podem fazer quando bem entenderem. A posição dos guerrilheiros é tão sólida que já atacaram até o subúrbio de Takhamu, a apenas 11 quilômetros de Phnom Penh, cujos habitantes fugiram antes do ataque. E a capital provincial de Takeo, a mais importante do sul do país, e para onde se deslocou boa parte da luta, está completamente sitiada pelos guerrilheiros; seu abastecimento só pode ser feito pelo ar.

A questão mais importante agora não parece ser *quando* os guerrilheiros decidirão tomar Phnom Penh, mas sim qual será a resposta — dos Estados Unidos, pois o governo Lon Nol está inteiramente impotente — se isso vier a ocorrer. *Vera Cardoso*

BORMANN

A morte definitiva de um cadáver que já teria 28 anos

"Estou totalmente satisfeito com a decisão de um tribunal alemão ocidental que identificou os restos de Martin Bormann. Meu arquivo de mil folhas sobre ele tem, agora, somente valor documental, como os que guardo sobre Hitler e Himmler". Com esta frase Tuvia Friedman, um "caçador de nazistas", aparentemente considerava encerrada sua caçada, ao saber que o promotor Joachim Richter, do Estado de Hesse, tinha concluído, na quarta-feira passada, que um crânio e os ossos encontrados em dezembro passado numa estação ferroviária pertenceram a Bormann, lugar-tenente de Hitler.

Esta é a segunda conclusão "definitiva" a que chegam as autoridades da Alemanha Ocidental. É mais fundamentada, entretanto, que a primeira. Em 1946, o tribunal de Nuremberg condenou Bormann à morte, à revelia. Em 1954, o criminoso de guerra (que atualmente teria 72 anos) foi declarado oficialmente morto por outro tribunal, que acreditou nos depoimentos de Arthur Axmann, ex-chefe da Juventude Hitleruta.

Na ocasião, Axmann declarou ter visto os corpos de Bormann e do médico Ludwig Stumpfegger (também nazista e procurado) estendidos na ponte ferroviária de Berlim. Nesse mesmo lugar, um funcionário dos correios sepultou dois corpos em 8 de maio de 1945, segundo declarações prestadas posteriormente.

Mas logo aumentaram as denúncias de que Bormann teria sido visto vivo em vários lugares do mundo e, em 1961, o caso foi reaberto. Além de vivo, Bormann estava se transformando num ser onipresente, a julgar pelas inúmeras denúncias. Mas os dentes do crânio encontrado na mesma estação citada por Axmann, as calcificações de fraturas num braço e clavícula do esqueleto, e principalmente os fragmentos de uma cápsula de cianureto entre os dentes desse mesmo crânio parecem pôr fim à caça de Bormann, "que se suicidou em Berlim, no dia 2 de maio de 1945", dois dias depois do suicídio de Hitler.

VIETNÃ

A gravação e as "interpretações secretas" dos acordos de Paris

Pela primeira vez foi revelado que além dos acordos de Paris há também interpretações secretas desses acordos, e que os entendimentos cerbais entre os negociadores norte-americanos e norte-vietnamitas foram gravados.

A revelação praticamente oficial de que há gravações das conversações secretas de Paris foi feita por Xan Thuy, representante da República Democrática do Vietnã (RDV), quando concedia entrevista, em Paris, um pouco antes de partir de volta para Hanói. Como ele tinha afirmado que os vôos de reconhecimento norte-americanos sobre território do Vietnã do Norte constituíam uma violação dos acordos, um jornalista perguntou se esses vôos não estariam previstos nas interpretações secretas (cuja existência já foi admitida tanto por ele como por Kissinger). "Não", respondeu Thuy. "Se Kissinger escutar a gravação ele ouvirá que foi ele mesmo quem propôs que a proibição de atividades militares no Vietnã incluiria também vôos de reconhecimento".

PRISIONEIROS/VIETNÃ

O outro lado: choques, amputações e envenenamento

Depois de uma semana de acusações, depoimentos e comentários sobre o tratamento dado aos quase 600 prisioneiros de guerra norte-americanos em prisões do Governo Revolucionário Provisório e da República Democrática do Vietnã, a imprensa começou a mostrar, na semana passada, o lado oposto da questão. Como eram — ou são — tratados os prisioneiros (cerca de 350 mil no sul)? Segundo denúncias oficiais do GRP e da RDV, os métodos de tortura do regime de Saigon variam desde a amputação de pernas até choque elétrico.

A série de revelações começou na segunda-feira, com um relatório elaborado pelo Ministério da Saúde Pública e Segurança Nacional da RDV. Esse documento refere-se aos prisioneiros da ilha de Phu Quoc e das províncias de Bien Hoa e Can Tho. As denúncias continuaram na terça-feira, quando a Associated Press, citando a agência de notícias de Hanói, falou do massacre de 100 mil prisioneiros em Ban Me Thuo, por envenenamento.

Os sul-vietnamitas — agindo sob controle direto de assessores militares norte-americanos, "farejadores de civis" — misturaram veneno à comida de homens, mulheres, velhos e crianças. Essas pessoas não eram necessariamente vietcongs, e representavam o resultado de uma *blitz* realizada em Saigon e Ban Me Thuot. Dessas cidades, foram levadas pela polícia aos campos de concentração de Dat Lo e Trung Hua, onde foram assassinados em massa.

Essa não é a primeira vez que se fala em massacre nas prisões do sul. Logo após a assinatura do cessar-fogo em 27 de janeiro, Thieu mandou soltar às ruas milhares de prisioneiros acusados de pertencer ao vietcong — ato de que ele se desculpou oficialmente, pois isso era uma violação aos acordos de Paris. Esta soltura descontrolada impossibilitou a contagem e o relacionamento dos nomes dos ex-prisioneiros. Assim, ficou difícil confirmar as acusações de massacre nas prisões do Vietnã do Sul.

ÍNDIOS

Os deuses indígenas entram na guerra de Wounded Knee

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos teve na semana passada que deixar de lado as questões jurídicas para aprofundar seus conhecimentos em mitologia indígena, a fim de manifestar-se sobre uma nova condição imposta pelos Oglala Sioux para evacuar Wounded Knee. A nova exigência dos índios, surgida depois que o governo e os líderes dos rebelados conseguiram chegar a um acordo para pôr fim à ocupação da cidade em poder dos Sioux há quase dois meses, foi divulgada depois que um dos caciques da tribo disse na semana passada ter recebido "instruções divinas", durante um sonho, para não devolver à polícia as armas em poder dos rebeldes. Estas deveriam ser enterradas num lugar sagrado, cujo acesso é vedado aos índios sob pena de "terríveis castigos". Os índios afirmam agora que só sairão de Wounded Knee se o governo aceitar esta nova exigência.

De acordo com as instruções do cacique, as armas atualmente em poder dos Sioux deverão ser enterradas num cemitério índio, numa cova sobre a qual será colocado o "sagrado cachimbo da paz". Segundo as tradições indígenas, todo aquele que mexer no cachimbo estará condenado à morte, mas as autoridades americanas estão em dúvida se as ameaças divinas serão mais fortes do que os interesses políticos, em caso de novo choque entre Sioux e os "caras pálidas" de Washington.

Le Monde

nº 24 16 a 22 abril de 1973 5 rue des Italiens - 75 Paris 9e Tel. 7 709 120

UMA GRANDE CONTROVÉRSIA EM ISRAEL SOBRE O MOVIMENTO SIONISTA

O direito do mais forte

Amnon Kapeliuk

Desde meados do ano passado discute-se em Israel a natureza do movimento sionista. A controvérsia se tornou mais ampla após a prisão de judeus que faziam espionagem para os árabes. Sua importância é grande no momento em que Israel intensifica suas represálias (contra o Líbano na semana passada) e se prepara para eleições ainda este ano.

A recente descoberta de uma "rede de espionagem e de sabotagem" pró-Síria, da qual participavam seis judeus (inclusive dois "sabras", nascidos no país), abalou a opinião pública israelense. Além disso relançou uma controvérsia sem precedentes que, em meados de 1972, havia alimentado a crônica sobre a natureza do movimento sionista.

O caso de Ehud Adiv, jovem sabra, nascido e formado no *kibbutz*, causou uma emoção especial. Como pôde esse jovem estudante, ex-pára-quedista, rejeitar tudo o que lhe tinha sido inculcado, para ajudar o lado inimigo? Para Moshé Shamir, um dos ideólogos do Movimento pelo Grande Israel, os responsáveis são as autoridades que não souberam seduzir os jovens israelenses com as "perspectivas exaltantes da colonização nos territórios ocupados". Outros acusam a sociedade israelense de ser demasiado tolerante em relação aos movimentos extremistas. O órgão da grande central operária Histadrut chegou a afirmar que tinham sido as declarações de generais israelenses sobre a ausência de uma ameaça de extermínio, às vésperas da guerra dos Seis Dias, que incitaram os jovens a colocar-se do lado do inimigo.

Todas as reações não foram assim tão categóricas. O professor Avishai Margalit, da universidade de Jerusalém, atribuiu as motivações dos dois jovens sabras à convicção, cada vez mais difundida entre a juventude israelense, de que "a solução sionista clássica é injusta pois é baseada numa iniquidade para com o povo palestino". Seu colega, o professor Shlomo Avineri, por sua vez, acha que a ideologia inculcada na juventude, e que, até a guerra dos Seis Dias, era baseada na "auto-satisfação" oficial, está sendo, desde junho de 1967, contestada pelos jovens, que fazem perguntas angustiantes às quais as autoridades nada respondem.

Alguns jovens também reagiram. O escritor Yaakov Rothlit, que publica uma crônica semanal no jornal *Haaretz*, escreveu que o verdadeiro responsável pela conduta de Ehud Adiv e de seus companheiros é a guerra: "Um homem nasce nesse país belo e generoso e não aprende outra coisa senão guerra. Vinte e cinco anos de existência, 25 anos de guerra ininterrupta: uma guerra que é justa ou injusta — não sei — mas que dura há 25 anos! Qualquer pessoa normalmente constituída perderia a cabeça. Principalmente quando nos prometem, em alto nível, e da maneira mais séria do mundo, que isso é um negócio que vai durar duas ou três gerações, sem perspectiva de paz. Eu também perco a cabeça com essa situação. Guerra, mais guerra e sempre guerra".

Confusão e desvio

O general Matitiahu Peled, conhecido pelo seu não-conformismo, chefe do setor de engenharia na guerra dos Seis Dias e hoje professor de literatura árabe moderna na universidade de Telaviv, explica que, pela primeira vez desde o nascimento do movimento sionista, o argumento clássico *lis brera* (não há outra escolha) tornou-se caduco, em virtude da enorme potência do Estado de Israel. Segundo ele, as tentativas oficiais de explicar a situação por tal argumento só podem provocar o ceticismo em qualquer jovem capaz de reflexão independente. "Os que não estão dispostos a renunciar aos territórios ocupados são pois obrigados a sombar de todos os valores morais" — escreveu ele no *Maariv* em dezembro. "É exatamente a tese segundo a qual a justiça está inteiramente de um só lado que contribuiu largamente para aumentar a confusão e desviou os jovens desiludos". (Alusão à "rede de espionagem e de sabotagem".)

Os palestinos

Paradoxalmente, o debate sobre a natureza do sionismo foi desencadeado por um artigo aparecido em julho do ano passado no *Yediot Aharonoth*, assinado por Yeshayau Ben Porat, jornalista considerado ligado ao general Dayan. O objetivo desse controvertido artigo era precisamente apaziguar a animosidade suscitada na opinião pública pela expulsão de habitantes árabes da região de Raffah para instalar judeus em seu lugar, bem como pelos casos de Akraba e das aldeias de Biraam e de Ikrit. Golda Meir havia tentado, em várias ocasiões, justificar as medidas de expulsão invocando imperativos de segurança.

Ben Porat considera, por seu lado, que estas medidas fazem parte integrante do sionismo, cujo objetivo essencial é garantir a volta do povo judeu à sua pátria e às suas terras. Segundo ele "não há sionismo, nem estabelecimento nas terras, nem Estado judeu, sem evacuação dos árabes, sem confisco", e todos os que pretendem o contrário são ingênuos ou hipócritas. Nosso confrade admite certamente que "um esclarecimento corajoso sobre a concepção sionista, que serve de base ao Estado judeu, pode expor o governo a críticas no interior de Israel e a ataques venenosos no estrangeiro". Ele acha no entanto que "a franqueza em relação ao estrangeiro e ao povo israelense eliminará os mal-entendidos e rasgará a capa de hipocrisia que cobre muitas das nossas ações, pois tal é o sentido do sionismo tanto no começo do século como em 1972".

Nun, segundo artigo, publicado três semanas depois, Ben Porat sustenta que milhares de palestinos foram obrigados a deixar suas terras mesmo antes da criação do Estado de Israel, sem nenhuma indenização, "pela própria força da realidade sionista". Afirma finalmente que, em 1948 e em 1967, todos os refugiados palestinos não deixaram os seus lares por sua própria vontade e que "aqui e ali os israelenses os ajudaram a chegar até o Jordão".

O ponto de vista de Ben Porat foi defendido por Eliezer Livné, ex-líder do Mapai, um dos ideólogos do sionismo socialista e do Movimento pelo Grande Israel, para quem "a instalação judia no país passa pela expulsão de árabes de suas terras". Um escritor conhecido, Ilar Yossef, sionista do *Yediot Aharonoth*, embora deplorando o fato de os palestinos terem obrigados a abandonar suas terras, acha que não se tem o direito de ser sentimental "quando se trata da instalação de pontos de habitação sionistas". Note-se que a palavra hebraica utilizada para exprimir a instalação de pontos de habitação — *hitnahalut* (literalmente "tomar posse de uma terra") — é uma palavra bíblica empregada para a instalação das tribos de Israel por ocasião da conquista da Terra Santa, depois da saída do Egito.

Um dos redatores do jornal social-democrata *Davar* confirma essa interpretação do sionismo, ao afirmar que não se deve minimizar a tese palestina segundo a qual o sionismo expulsou o povo palestino de suas terras. "É certo — escreve ele — que os direitos dos palestinos se chocam de frente, sem possibilidade de compromisso, com o nosso próprio direito. Não há outra solução a não ser o respeito dos imperativos de existência do povo judeu".

Inquietação

Essas profissões de fé, sustentadas abertamente até pouco tempo atrás, somente pela direita sionista, e adotadas recentemente também por correntes de opinião pertencentes ao campo trabalhista, como os partidários do general Dayan, provocaram grande inquietação entre os que acham que o sionismo não é necessariamente oposto às aspirações do povo árabe da Palestina. Admitir, dizem eles, que há uma "contradição trágica e eterna" entre as aspirações dos dois povos é admitir o princípio do direito do mais forte" e, afinal de contas, admitir a superioridade de um povo sobre o outro, sendo que o mais poderoso determina o caráter do conflito e a sua solução. "É uma fascistização da ideologia sionista" — acrescentam, afirmando que a lógica de Ben Porat e de seus amigos significa uma guerra sem fim com os árabes. Como, dizem eles, convém-lhes a fazerem a paz, se nós nos reservamos o direito de expulsá-los das suas terras sempre que julgarmos isso de acordo com o nosso interesse nacional?

O PROGRAMA DO NOVO GOVERNO FRANCÊS ESQUECE ALGUMAS PROMESSAS

A terceira via de Messmer

Gilbert Mathieu

Poderia Messmer, conhecendo a maioria que o apóia, ir mais longe [illegible] a maneira pela qual cumpriu suas promessas? Essas duas questões estavam naturalmente presentes enquanto o primeiro-ministro fazia sua exposição no Parlamento, reafirmando sua fé numa "terceira via" que, repudiando ao mesmo tempo o "totalitarismo coletivista" e o "capitalismo clássico", é vista como aquela que asseguraria "a libertação dos homens, sua dignidade e felicidade". É mais em relação ao silêncio sobre o programa econômico governamental, do que em relação a suas escolhas, que se podem fazer críticas.

Sem dúvida, as palavras do primeiro-ministro não têm a força do discurso de Chaban-Delmas sobre a "nova sociedade"; o grande painel histórico não é o forte de Messmer. Mas o primeiro-ministro conta com a fidelidade a suas escolhas: as decisões que foram anunciadas concordam com as promessas feitas em Provins e, em certos pontos, vão até mesmo mais longe que os compromissos de três meses atrás. A disputa eleitoral não foi de todo inútil já que serviu para fazer com que os líderes da maioria tomassem consciência da necessidade de aumentar os seus lances. Isso se deveria ao medo de perder o poder ou a uma tomada de consciência mais exata da situação do país? Isso não importa: o resultado é inegável e não é desprezível.

Encontram-se no discurso de posse do primeiro-ministro os grandes temas do programa eleitoral de Provins: o desejo de assegurar um forte crescimento, sem o qual o país teria poucos dividendos suplementares para repartir; de proteger a exploração agrícola individual e de desenvolver as habitações rurais; a prioridade dada aos mais velhos, em quem foi prometida a aposentadoria, com garantia de terem aos 60 anos os mesmos direitos que atualmente têm aos 65; a promessa de uma carta assegurando aos velhos dispensados de imposto melhores condições de habitação, assim como "a gratuidade dos transportes e de serviços de assistência médica"; o anúncio dos contratos com as famílias propostos pela primeira vez há dois anos e meio por Pompidou; a confirmação do encaminhamento de dois projetos de lei sobre o comércio e o artesanato; o desejo de desenvolver a participação dos operários nos lucros e nas ações das empresas; a promessa de estabilidade da pressão fiscal, etc.

Mas, dessa vez, Messmer foi "mais rápido e mais longe" que em Provins. O salário mínimo de mil francos por mês a partir de 1.º de julho próximo (que necessitará de uma arrecadação de 11,7%) não fazia parte das promessas anteriores da maioria: a velha reivindicação sindical sobre a aproximação dos salários convencionais e das remunerações efetivas também não fazia parte das promessas. A substituição progressiva do salário pelo rendimento apareceu no programa governamental, assim como a afirmação de que é indispensável um salário mais elevado quando o trabalho é "aborrecido ou penoso". O primeiro-ministro tocou também nos temas abordados por ocasião dos debates preparatórios do VI.º Plano, quando fez alusão à "necessidade de revalorização do trabalho manual". E, para que os patrões compreendam bem sua intenção, Messmer acrescentou que "se necessário, será promulgada uma lei" sobre aquilo que as negociações coletivas não forem capazes de obter.

Quanto às prestações familiares, Messmer se declara pronto a assumir o compromisso de elevação de seu poder de compra, enquanto que em Provins ele falava de uma simples progressão de seu valor nominal. Indo mais longe que em sua declaração precedente, Messmer anunciou, ainda que os delegados aos conselhos de administração ou aos conselhos de segurança terão voz deliberativa e não apenas consultiva.

A fiscalização parcial da segurança social, que sempre ocasionou numerosos debates parlamentares, figurou pela primeira vez entre os compromissos governamentais. E se a fórmula empregada continua vaga, o conteúdo está descrito no famoso livro azul que Messmer, juntamente com Edgar Faure e Christian Poncelet lançou no começo da campanha eleitoral. Para evitar "sobrecarregar as indústrias de mão-de-obra" — explica o livro — "o salário não deve constituir a única base dos recursos" da segurança social, através "de uma porcentagem moderada", uma "segunda base" de recursos poderá ser encontrada.

A segunda reforma importante é a introdução tímida do "imposto negativo", sob a forma de garantia de recursos para as pessoas idosas, qualquer que seja a ajuda recebida por elas das suas famílias. Em vez dessas pessoas serem obrigadas a provar que têm recursos mínimos, para assim conseguirem uma aposentadoria mínima cada vez menor (12,40 francos por dia), elas terão o direito a uma quantia maior daqui por diante (aproximadamente 25 francos por dia) e que aumentará de acordo com o custo de vida. Isso também fazia parte do pequeno livro azul.

No entanto, as três medidas anunciadas por Messmer para reduzir a desigualdade das rendas não tinham sido nunca anunciadas: o bloqueio "durante algum tempo" dos salários pagos aos dirigentes das empresas nacionais quando eles forem superiores aos mais altos vencimentos da função pública e, já que Messmer disse que o Estado daria o exemplo, um estímulo provável para que as empresas privadas façam o mesmo; limitação dos ganhos profissionais para os "detentores de remunerações importantes"; enfim, revisão da regulamentação sobre a porcentagem distribuída aos administradores das sociedades.

A boa fada

Felizmente para Giscard d'Estaing a inflação produzirá muito: a mais-valia no ano passado foi de quatro bilhões de francos somente em taxas sobre o valor acumulado. O mesmo acontecerá com as obrigações sociais baseadas nos salários, que aumentam mais depressa do que estava previsto pelos técnicos, de maneira que uma boa parte dos projetos fundamentais poderá ser financiada por essa mina fiscal e social criada por uma alta dos preços superior às previsões.

Assim, por um paradoxo que não é novidade, essa mesma inflação, contra a qual Messmer instaura a vigilância "dos cidadãos, dos produtores e dos consumidores", é a boa fada que põe no berço do governo nascente os bilhões de que ele precisa para financiar sua política social. Mas é um paradoxo nocivo, pois a experiência mundial mostrou que a inflação sempre prejudica os fracos, os que não têm voz para impor um ajustamento de suas rendas em função dos preços.

Seria mais exato falar de contradição, pois o que a inflação vai permitir ao governo no sentido de financiar as classes sociais que ele quer socorrer, ela vai retirar dessas mesmas classes, vítimas do recurso à fabricação de dinheiro. Não serão com efeito as poucas medidas fiscais anunciadas por Messmer que farão grande coisa: dirá politicamente porque são moralizadoras, elas não darão nenhum lucro ao Tesouro, amputado este ano de seis bilhões de francos de taxas industriais e alimentícias por decisão tomada em janeiro. Quanto à estabilização da pressão fiscal, ela não trará nada de bom pois já estava prevista no VI.º Plano e no orçamento deste ano.

A imprecisão do dispositivo financeiro governamental leva a formular uma série reserva quanto ao projeto anunciado por Messmer. Essa imprecisão parece refletir o vazio do programa oficial de luta contra a inflação, após a extinção do efeito dos fatores fiscais de dezembro. Messmer não disse nada sobre a política dos preços. E mesmo que ele tenha citado várias vezes os perigos que a descoordenação monetária faz sofrer ao país, espera-se ainda para saber qual o seu dispositivo de contra-ataque ou mesmo de segurança.

Paralelamente o primeiro-ministro não lembrou, a não ser por alto, a situação dos imigrantes. Deve-se deduzir daí que as circulares dos ministros Fontanet e Marcellin, contra as quais centenas de trabalhadores estrangeiros já fizeram a greve da fome, não serão anuladas sem

(continua na página 13)

O espírito de Ho Chi Minh no Vietnã do Sul

Nos dois últimos números, Jean-Claude Pomonti descreveu o clima de indiferença em relação à retirada dos americanos do Vietnã e analisou a situação do regime de Saigon na nova conjuntura (*O Vietnã sem os Americanos* e *Sonhos e Barriga Vazia à Beira do Mekong*). **Neste artigo, ele mostra o peso da lenda de Ho Chi Minh, mesmo no Vietnã do Sul, e as relações incipientes entre as populações sob controle de Saigon e do GRP e sua vontade de conhecer o norte.**

Jean-Claude Pomonti

Oficiais de Saigon estiveram em Hanói por ocasião da liberação de prisioneiros de guerra americanos. Trouxeram de lá canções revolucionárias gravadas em miniaturas. Oficiais do Exército de Libertação (da RDV, Vietnã do Norte) passearam durante alguns minutos na Rua Catinat, em pleno centro de Saigon. Viram, de passagem, a sacada do hotel Continental, o antigo Teatro Municipal, sede da Assembléia Nacional, e o monumento aos mortos, estátua meio apagada de dois soldados em posição de combate. As trocas de prisioneiros entre Hanói e Saigon se multiplicaram. Os ministros do GRP (Governo Revolucionário Provisório da Frente Nacional de Libertação, FNL) e da Van Thieu discutem em Paris.

Na campanha sul-vietnamita, várias aldeias foram metralhadas, e às vezes destruídas, por terem hasteado a bandeira do GRP. A polícia de Saigon continua caçando feiticeiras, toda atividade antigovernamental continua proibida e as comissões encarregadas de controlar ou de aplicar os acordos de Paris permanecem paralisadas ou ainda não fizeram sequer a décima parte do trabalho que deveriam fazer. No entanto, alguns clarões ainda indecisos aparecem no horizonte desse sul atrofiado e, sem dúvida, ainda condenado a viver outras horas terríveis.

Debate reaberto

Circulando no universo de cidades inchadas, quase sempre à margem dos combates, alguns sul-vietnamitas nunca tiveram ocasião de esquecer a guerra. Mas o seu sentido e razão de ser lhes escapava às vezes. A rápida leitura do texto dos acordos de Paris num jornal da capital, a presença insólita de oficiais norte-vietnamitas, as disputas semânticas e sobre bandeiras. À sua vista, tudo isso começa a excitar a sua curiosidade adormecida. Imperceptivelmente, o verdadeiro debate foi reaberto.

"Ho Chi Minh é maior morto que vivo. Maior não tendo visto a paz do que tendo-a vivido, e é contra a sua imagem que Thieu deve combater. Não é o culto de um morto, é antes de tudo uma mensagem que nunca teve tanto sentido". Esse tipo de declaração, da parte de um intelectual sul-vietnamita, tem o dom de irritar certos altos funcionários e políticos de Saigon, principalmente quando são originários do Vietnã do Norte. A imagem do velho revolucionário, respondem eles aborrecidos, pertence ao passado e não é prova de objetividade ressuscitá-la neste momento. A lenda daquele que deu a independência ao Vietnã teria assim cada vez menos importância. Principalmente no sul.

Não é tão certo. Os antigos prisioneiros, hoje no poder em Hanói, não são os únicos a se lembrarem dele. Ho Chi Minh era a senha corrente em Saigon durante a resistência antifrancesa e continua sendo a senha dos revolucionários. O sul era a terra preferida do velho líder, onde ele desejava ser enterrado. Ele havia percebido que sem o sul o Vietnã não era viável e, principalmente, não tinha sentido. No melhor e no pior, é o sul que dá o tom e, aos olhos dos vietcongs, é ainda Ho Chi Minh que melhor exprimia isso. Cabe a eles fazer reviver a sua lembrança.

As perguntas

Um chefe de batalhão de uma unidade de elite de Saigon, 35 anos, 14 medalhas bravamente conquistadas, de família abastada de origem nortista, explica: "Contra os comunistas a gente tem pelo menos Thieu. Não é o culto de um morto mas é melhor do que nada. Mas ele precisa se corrigir um pouco. O senhor entende, antes de partirem para o combate, os soldados começam a fazer perguntas. Por quem vamos combater? Onde estão os filhos dos generais? No estrangeiro? Há oito meses ou mais que eles combatem sem uma só licença. Suas famílias não os vêem a não ser em caso de ferimento ou de morte. É aborrecido. Somos obrigados a nos colocarmos um pouco no lugar deles. Então são adotadas táticas mais defensivas. Eles precisam pelo menos respirar um pouco. E precisam de uma aparência de justiça". Ele próprio aguarda com impaciência a sua desmobilização para poder viver mais com os seus.

Um intelectual saigonês, 50 anos, doente, nível de vida modesto, diz: "Eu vivi muito tempo sob o impacto de 1945. Sei que naquela época os comunistas estavam sob pressão. Havia as legiões do Kuomintang chinês no norte, as tropas inglesas no sul, a Kempetai (polícia secreta japonesa) ainda presente e as forças de Leclerc que chegaram. Eram tempos duros para os comunistas, o seu período stalinista. Mas agora os tempos mudaram. Eu os perdôo. Perdôo porque eles me fazem sonhar. Uma vida sem sonho é o suicídio na certa. Eles conseguiram, graças à sua disciplina, experimentar algo de verdadeiro. Há muita riqueza no que eles fazem. O tema que eles cantam neste momento é a primavera e para nós, vietnamitas, a primavera é mais do que a renovação, é uma renascença. Para um homem da minha geração isso é fabuloso. Os comunistas não me fazem vergonha e, mesmo que eu continue em desacordo com eles, eu os respeito". Pausa. "O que é que o senhor quer? Thieu nunca me fará sonhar".

Ao definir uma retirada militar americana rápida bem como as grandes linhas de uma solução política, os acordos de Paris semearam um pouco de discórdia em Saigon. Será preciso agora que o regime reforce suas bases locais, pois tem que contar menos com a assistência do seu poderoso protetor. Ou endurece e continua nessa posição, como neste momento, ou aceita uma certa distensão, à qual convidam os acordos. Nos dois casos, os chefes do Exército têm uma palavra importante a dizer, mesmo que a embaixada americana continue a dispor de um trunfo decisivo com sua ajuda econômica e militar.

Em Saigon, num primeiro momento, os generais recomeçaram a ganhar importância. Será necessário, mais tarde, reintroduzir no circuito político os representantes de certos grupos confessionais e os advogados de um diálogo com o adversário. É preciso levar em conta os seus meios políticos e esse não será o menor dos reajustamentos.

Diante deles está a Frente Nacional de Libertação e o organismo que a representa, o GRP, presidido por Huynh Tan Phat. Eles constituem um instrumento político de pouco peso mas aguerrido, um adversário cujos meios políticos são temíveis e estão em flagrante contraste com a fraqueza de seus meios militares. O Exército da RDV assegura a defesa das regiões controladas pela FNL, e os reforços que esta recebe do norte, sobretudo através da trilha Ho Chi Minh, deverão permitir-lhe, pouco a pouco, desencorajar a artilharia e os caças de Saigon. Um dia, os aviões a jato serão recebidos por mísseis e não voltarão às bases. Canhões de 130mm, com um alcance de 27 quilômetros, farão calar as baterias de 155 mm de Saigon. Para tanto será preciso esperar uns meses mas, uma vez garantida a defesa das suas zonas, o GRP poderá assegurar melhor a sua administração e, antes de tudo, facilitar a volta dos refugiados para suas terras.

Uma nova vida

Os vietcongs (FNL) não têm capital, nem cidades, nem grandes eixos rodoviários, nem aviação, nem frota. Na melhor das hipóteses, a população das suas zonas não chega a 10% do total do Vietnã do Sul. Eles só controlam florestas e pântanos. Os arrozais do seu império estão sempre ameaçados por uma operação de blindados e por raides aéreos. Eles não estão em parte alguma. E estão em toda parte, na margem de uma estrada, numa prisão, sob a lua, numa canção. Tornaram-se novamente uma permanente sugestão. Não aparecem. A gente os sente em um editorial, por trás de um protocolo de acordo, junto a uma bandeira que balança ao vento, donos da noite, ao abrigo das primeiras árvores de uma plantação, nos volteios de uma reflexão. Eles não dão ordens. Contentam-se em oferecer elementos de interpretação e de informação, em retificar uma análise, em corrigir um reflexo, em reintroduzir um vocabulário esquecido. Para dar relevo ao presente, eles falam do passado. Falam do Vietnã aos vietnamitas, numa linguagem que os seus compatriotas compreendem.

O que parece às vezes tão natural é, na verdade, o resultado de um gigantesco esforço, de 20 anos de sofrimentos, de questionamentos e de combate revolucionário sob a direção de marxistas-leninistas, que pagaram muito caro pelos mínimos desvios para se deixarem [illegible] afastar das realidades. Essa [illegible] verdade amadurecida e que se arma de paciência está em cada um dos seus passos. Lentamente, os vietcongs reencontram assim um lugar no espírito de cada um. Um pequenino lugar inicialmente. O processo é muito lento mas nem por isso é menos revolucionário.

O canal de televisão americana foi extinto. Não se verá mais os *westerns* e filmes policiais. O mercado negro dos produtos roubados nos supermercados militares, que fecharam suas portas, tornou-se marginal, quase inexistente. Jornais em língua inglesa, espetáculos internacionais, bares, restaurantes, todo um mundo ligado ao Ocidente se prepara também para fechar suas portas. Nesse ínterim, a rádio e a televisão de Saigon se esforçam por desmentir as acusações da FNL, contam as desventuras sofridas por oficiais vietcongs ou norte-vietnamitas, não cessam de proclamar a vontade de reconciliação e de paz do regime. As ocasiões de fuga e de evasão se tornam cada vez menos numerosas. Por falta de gasolina, os vietnamitas reaprendem as virtudes da bicicleta. Por um momento são lamentadas as partidas de futebol, transmitidas pelo canal de televisão americana. Mas logo as pessoas se acostumam.

Os soldados esperam finalmente ser desmobilizados e voltar para casa. Os universitários esperam poder enfim ter acesso aos trabalhos feitos no norte há 20 anos, ao menos por curiosidade. Os homens de negócios esperam um pouco de ordem na economia e nas finanças. As mães esperam que finalmente seus filhos possam voltar à escola, em vez de ficar de guarda à noite. Todas essas esperanças estão talvez fora de lugar. Não repousam sobre nada, talvez. Mas assim um novo estado de espírito toma forma e até raiz. A municipalidade de Huê decidiu livrar a cidade do arame farpado, sem esperar mais. Saigon também está ficando mais atraente, com algumas camadas de pintura, alguns gramados, algumas lâmpadas suplementares. Não se trata de "desrepressão" mas somente de um pouco de impaciência.

Passeio em Hanói?

As possibilidades de paz e de calma, embora pequenas, já começam a dar idéias. Dar um passeio em Hanói? Refugiados do norte, católicos, já fazem a pergunta, sem se deter nela por enquanto. Voltar um dia para a aldeia, para a terra dos antepassados? Isso já não é impossível. Se os filhos voltam do Exército o pai poderá enfim se aposentar, coisa adiada de ano para ano. Talvez seja uma ilusão. Mas a gente termina pensando. Enquanto os *can-bo*, os quadros da revolução, recomeçam a circular sobre os diques que separam os arrozais como um tabuleiro de damas, insuflando um espírito tão diferente e, no entanto, tão natural, os sul-vietnamitas voltam novamente a viver.

A matéria é explosiva, pois não há contradição, pelo contrário. A mudança toma forma imperceptivelmente. E no dia em que ela aparecer mais claramente será, sem dúvida, tarde demais. Então, tudo o que tentar se meter na frente será varrido. Muitos pressentem isso. Assim vão-se reunindo, pouco a pouco, as condições para uma certa e ainda longínqua unanimidade.

Na última edição, à página 13, foram trocados os nomes dos autores dos artigos sobre o Vietnã e sobre o Cambója. O artigo sobre o Vietnã — Sonhos e Barriga Vazia à Beira do Mekong *— é de Jean-Claude Pomonti, e o artigo sobre o Cambója —* Cambója: os Bombardeios Não Justificados *— é de Jacques Amalric.*

Tudo "normal" nas colônias portuguesas

As eleições realizadas pelos portugueses em suas colônias (províncias de ultramar) tiveram, pelo menos, a utilidade, do ponto de vista do governo, de dar à opinião pública européia uma impressão de exercício da democracia. Enquanto isso, a oposição portuguesa, reunida em Aveiro, e congregando as mais diversas tendências políticas, não conseguia chegar a um acordo sobre a questão primordial dos territórios portugueses da África.

Philippe Decraene

As eleições para as Assembléias Legislativas, realizadas no conjunto das províncias portuguesas de ultramar, passaram praticamente despercebidas. Parece difícil avaliar a importância real dessa consulta nas províncias portuguesas da Ásia (Macau e Timor). Mas, na África, acredita-se que ela marcou uma primeira etapa na evolução do estatuto político de territórios tão diversos como a Guiné, Angola, Moçambique e os arquipélagos do Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. Com efeito, o escrutínio foi a primeira aplicação concreta da lei orgânica de 23 de junho de 1972, que prevê uma maior autonomia para as províncias de ultramar.

Os dirigentes de Lisboa frisam, por seu lado, três aspectos das eleições: a ausência de distinção entre europeus e africanos entre os eleitos, o crescimento sensível do número de eleitores e a forte participação eleitoral. O governo português ignora deliberadamente o sistema do duplo Colégio Eleitoral que foi a regra, na época colonial, nos territórios franceses de ultramar, antes da adoção da lei básica. O número dos inscritos nas listas eleitorais, segundo as estatísticas oficiais, aumentou muito, triplicando em Angola e duplicando na Guiné, em relação a 1969.

Não é menos espantoso que, depois de cinco séculos de presença portuguesa no arquipélago de São Tomé e Príncipe, que têm uns 60 mil habitantes, só haja ali 3.881 eleitores.

A importância da participação eleitoral constitui, em todo caso, um motivo de satisfação para o governo de Marcelo Caetano, pois ela varia entre 81% e 92% nos territórios africanos.

Representatividade?

Os nacionalistas africanos, que lutam nos movimentos de libertação e fazem guerrilha na Guiné, em Angola e em Moçambique, contestam o próprio princípio desse escrutínio. Sem dúvida, alguns separatistas brancos, uma pequena minoria, mas resolutamente partidários de uma política separatista análoga à dos europeus da Rodésia, compartilham esse ponto de vista, por motivos radicalmente diferentes.

A honestidade do escrutínio e a distribuição dos eleitores são questionados. Mas o que os nacionalistas africanos criticam sobretudo é a representatividade dos eleitos. Denunciam também os exíguos poderes das Assembléias constituídas. Estas só podem tomar iniciativas no terreno orçamentário e o seu papel é essencialmente consultivo. Herdeira do antigo Conselho Legislativo, a Assembléia Legislativa continua sendo presidida pelo governador, representante do poder central e único verdadeiro senhor das decisões.

As Assembléias continuam contando com numerosos membros eleitos por sufrágio indireto, embora o seu número tenha sido voluntariamente limitado. São representantes de grupos socioprofissionais, culturais ou corporativos, todos estreitamente ligados ao regime estabelecido em Lisboa. No entanto, 11 dos 21 membros da Assembléia do Cabo Verde, cinco dos 17 membros da Assembléia da Guiné, 32 dos 53 da de Angola foram eleitos por voto direto.

Restam duas perguntas importantes: Quem são realmente os eleitos? Por quem foram eleitos? Com efeito, a designação de "naturais", empregada pelos portugueses para as pessoas nascidas no país, sem distinção de raça, não permite que se conheça a proporção exata dos africanos eleitos em relação aos europeus. Por outro lado, dificilmente se pode apreciar o peso dos "expatriados", originários da metrópole, no conjunto do corpo eleitoral.

Apesar dessas reservas, a organização dessas eleições encerra, no entanto, um certo número de ensinamentos. Tende sobretudo a pôr em evidência a vontade do governo de Lisboa de provar à opinião internacional que, a despeito da atividade dos guerrilheiros nacionalistas, pode existir nas províncias africanas de Portugal uma vida política "normal", por mais modesta que seja.

PARA ECHEVERRIA, É HORA DE CRIAR UMA NOVA ORDEM INTERNACIONAL

Uma vitória palestina em Israel

A ala moderada do governo israelense saiu vitoriosa no Conselho de Ministros. Este decidiu manter o *statu quo* no que diz respeito à aquisição de terras por particulares nos territórios ocupados: somente a autoridade imobiliária nacional terá o direito de comprar terras na Cisjordânia e em Gaza.

O ministro da Defesa, general Dayan, declarou imediatamente que não estava de acordo com a decisão do governo e que continuará a acreditar na possibilidade de transações entre os árabes dos territórios ocupados e os compradores israelenses.

O grupo parlamentar do Gahal (direita nacionalista) decidiu, por seu lado, fazer uma censura quanto à [illegible] adotada pelo governo.

[illegible] da reunião do gabinete, Golda Meir teve uma entrevista particular com o general Dayan, e depois com o ministro da Justiça, Moshé Shapiro, na qual tentou dissuadi-los de apresentarem oficialmente as propostas ao Conselho de Ministros. Ela lhes tinha explicado que, em sua opinião, não havia chegado o momento para uma mudança tão fundamental e que um voto oficial em relação a um assunto tão delicado agravaria a cisão no seio do governo e do Partido Trabalhista.

Segundo alguns, a chefe do governo teria acentuado as repercussões desfavoráveis que uma tal decisão não deixaria de provocar no seio da opinião internacional. Finalmente ela conseguiu convencer seus interlocutores a "congelar" por enquanto os seus projetos.

Erro tático

Assim, somente o governo poderá adquirir ou confiscar, no futuro como no passado, terras árabes, de acordo com sua política de criar "fatos consumados" nos territórios ocupados. Os particulares israelenses (entre os quais um membro do Parlamento) que já tinham feito transações por conta própria não poderão registrar sua compra. Além disso, de acordo com a lei jordaniana sempre em vigor, e os regulamentos do governador militar da Cisjordânia e de Gaza, que datam de 1967, eles estão ameaçados com pena de cinco anos de prisão por terem efetuado transações ilegais. Ora, até o momento não foi iniciado nenhum processo contra essas pessoas e é quase certo que o general Dayan não autorizará o governador militar a endurecer sua atitude a esse respeito.

Os meios políticos em Jerusalém acham que a decisão do governo constitui uma derrota, talvez temporária, do general Dayan. Este, de acordo com esses meios, cometeu um grave erro tático ao fomentar esse problema em público, o que provocou múltiplos protestos no mundo e mesmo em Israel, onde uma maioria cristalizou-se, no seio do governo, contra o ministro da Defesa. Entre os seus adversários estão os dois ministros do Mapam, o representante dos liberais independentes e, sobretudo, alguns ministros trabalhistas, entre os quais Allon, Sapir e Abba Eban. O general Barlev, ex-chefe do estado-maior e ministro do Comércio, e o general Rabin, ex-embaixador em Washington, também se expressaram contra Dayan. Somente o apoiaram abertamente seu amigo fiel, Simon Peres, ministro das Comunicações, e os três ministros do partido nacional religioso, cujo órgão — *Hatzofeh* — escreveu que para todos os judeus crentes "a aquisição de terras em toda a Palestina é um dever sagrado".

A imprensa, o rádio e a televisão deram grande cobertura aos dois lados. Os diferentes pontos de vista podem resumir-se assim: para os partidários do general Dayan, o *statu quo* atual, que proíbe aos judeus comprar terras na sua pátria Eretz-Israel (a Palestina) enquanto podem fazê-lo em qualquer outra parte do mundo, é inadmissível. Além disso, afirmam eles, a manutenção desse *statu quo* encoraja a intransigência dos árabes.

Ato político

O outro lado responde que a aquisição de terras por particulares nos territórios ocupados não é uma transação comercial ordinária, mas um ato político de capital importância, pois os compradores de terras constituirão um grupo de pressão que fixará praticamente o traçado das fronteiras de Israel. Além disso, dizem eles, a compra, pelos israelenses, de bens imóveis nos territórios ocupados contradiz, na atual conjuntura, as declarações do governo sobre sua vontade de fazer a paz sem condições prévias.

A adoção da proposta de Dayan significaria a anexação desses territórios a Israel. Além disso, sempre de acordo com os opositores de Dayan, dar aos judeus o direito de comprar terrenos nos territórios ocupados e impedir os árabes de fazer a mesma coisa em Israel constitui uma discriminação flagrante. Finalmente as transações de terras já efetuadas e as que se seguiriam, se o projeto do general Dayan fosse aprovado, fomentariam a especulação imobiliária.

Os habitantes dos territórios ocupados, que haviam expressado sua amargura e sua hostilidade por ocasião da proposta do general Dayan, acolheram favoravelmente a decisão do governo. Os prefeitos de Nablus e Hebron qualificaram a medida de equitativa. O de Belém, onde numerosas transações já tinham sido feitas, acentuou a necessidade de se respeitar efetivamente a decisão do governo. Os palestinos acham que, se as terras dos territórios ocupados passassem das mãos dos árabes para as dos israelenses, a causa palestina estaria definitivamente perdida.

O congresso do partido de W. Brandt

Daniel Vernet

Sobre a Stadhalle de Hanover, edifício circular com uma cúpula que lhe dá a aparência de uma igreja oriental, flutuava na semana passada a bandeira alaranjada do Partido Social-Democrata alemão (SPD). Foi aí que o partido, sob a presidência do chanceler Willy Brandt, realizou o seu V.º congresso ordinário desde do fim da guerra. Na terça-feira, Helmut Schmidt, ministro das Finanças e vice-presidente do partido, pronunciou o discurso de abertura diante de 435 delegados, mil jornalistas e umas 30 representações estrangeiras. Robert Pontillon representou o Partido Socialista Francês.

A palavra de ordem do congresso, pintada em letras azuis sobre um fundo branco, por trás da tribuna, recomenda "o alargamento da democracia social" no Estado. Na escolha desse *slogan*, os dirigentes do partido tiveram muita prudência, evitando inclusive o termo "socialismo". Tudo leva a crer que, se a discussão é bastante aberta (Herbert Wehner confirmou, em entrevista à imprensa, que a direção do partido estava pronta para a abertura), o conflito entre a maioria moderada e uma ala esquerda reforçada, conduzida pelos jovens socialistas ("Jusos"), não terá lugar no período que se seguirá ao congresso. O discurso de Willy Brandt deu o tom ao congresso. É provável que os dirigentes do SPD saberão fazer as concessões ideológicas ou pessoais necessárias à salvaguarda do essencial, isto é, do programa fundamental de Bad-Godesberg e do programa eleitoral de outubro de 1972, depois do congresso da semana passada.

Três grandes temas

A ordem do dia dos trabalhos girou em torno de três temas principais: o programa a longo prazo do SPD, a reforma do direito fundiário e a formação do patrimônio operário.

O programa a longo prazo foi preparado de acordo com uma resolução do congresso do Sarre em 1970, o qual pedia que uma comissão estudasse e "quantificasse" uma política social-democrata até 1985. Essa comissão, presidida por Helmut Schmidt, havia entregue, em novembro de 1971, um projeto que foi objeto de violentos ataques. A sua segunda versão, elaborada em 1972, também não foi bem acolhida. A ala esquerda do partido e principalmente os jovens socialistas criticaram a comissão por apresentar um projeto "tecnocrático" sem ter estudado as condições reais do desenvolvimento econômico da Alemanha Federal. O resultado é que o ambicioso programa a longo prazo é hoje apenas um modesto "quadro de orientação política e econômica para o período de 1973/1985". A direção do partido quer evitar que, a respeito do mesmo, se desenvolva o conflito entre as tendências no seio do SPD e que, através desse caminho, o programa de Bad-Godesberg seja posto em questão. No mais, todo mundo está de acordo agora em reconhecer que a comissão fez apenas um trabalho de pesquisa e seleção que merece respeito.

continuação da página 11

reformadas? A dignidade do homem, celebrada pelo primeiro-ministro no fim do seu discurso, não valeria para esses trabalhadores, sem os quais o nosso país já não pode passar? E o que foi feito da promessa de equiparar os salários femininos, em desvantagem de 20 a 25% sobre as remunerações masculinas? E a vontade de fazer progredir os vencimentos dos funcionários paralelamente aos salários do setor privado? Será que ficaria muito [illegible] para o Estado? E a promessa de [illegible]ão mais tolerar nenhuma [illegible]peculação"? Pela primeira vez há muito tempo, o discurso do primeiro-ministro não anunciou nada sobre a luta contra a especulação nem sobre as reivindicações das duas principais centrais operárias sobre demissões.

Poder-se-ia citar ainda outras promessas da campanha eleitoral aparentemente esquecidas: o cálculo das aposentadorias com base nos 10 anos de melhor remuneração, a gratuidade total dos livros e material escolar... Igualmente Messmer não deu nenhuma indicação precisa sobre o estímulo prioritário aos equipamentos coletivos. Esquecimento lamentável na medida em que esses equipamentos são realizados sempre abaixo das previsões dos planos sucessivos, em prejuízo das famílias mais modestas que são as que mais utilizam esses equipamentos, principalmente os hospitais públicos.

Fiel às suas escolhas anteriores, Messmer escorregou perigosamente, em seu discurso-programa, sobre vários problemas importantes que ele terá que enfrentar. Abandono discreto de objetivos considerados por demais ambiciosos? Medo de chocar uma maioria tão preocupada com o desenvolvimento econômico como interessada em justiça social? Medo de se engajar depressa demais em terrenos ainda pouco explorados? Vontade de guardar alguns trunfos na previsão dos próximos debates parlamentares? A resposta não é evidente.

Para enfrentar o desafio da nossa época, o primeiro-ministro fez um apelo final à ajuda do "maior número de franceses". Será que ele acha que pode obter essa ajuda, se não lhes [illegible] todos os elementos para um julgamento? A abertura de que [illegible] tem falado poderia ser a dos [illegible] problemas [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible].

A RESOLUÇÃO SOBRE A VENDA DE TERRAS É IMPORTANTE PARA A PAZ

Prosperidade ou insegurança geral

Por ocasião da visita do presidente Luis Echeverria, do México, a Paris, dentro da atual viagem de 30 dias do chefe do Executivo mexicano a diversos países, inclusive a URSS e a China, ele concedeu a Marcel Niedergang uma entrevista da qual destacamos o que se segue.

"Eu estou, em primeiro lugar, a serviço do meu país, mas espero também contribuir para a distensão e a paz do mundo. Parece que chegamos a um momento privilegiado, a uma encruzilhada nas relações internacionais. Tudo parece possível aos homens de boa vontade. Não se deve deixar passar essa ocasião. O fim do conflito vietnamita deveria permitir uma reorganização séria das relações internacionais. Sei que a guerra, infelizmente, continua no Camboja e no Laos, que o conflito árabe-israelense não está resolvido.

Mas é claro que o acordo de cessar-fogo no Vietnã marca o fim de um período excepcional de tensão. É urgente então para nós todos, quer pertençamos ao mundo desenvolvido, industrializado, quer àquele, bem mais vasto, dos países em via de desenvolvimento, fazer tudo para evitar novas tensões, novos riscos de conflitos. Quem não vê, sob esse ponto de vista, que as desigualdades cada vez maiores entre as nações estão se tornando o problema mais explosivo da nossa época?

Como não desejar o nascimento de uma nova era de cooperação internacional, que escape às regras do arbítrio, da fantasia e do bel-prazer, para se firmar no campo do direito? A conquista da independência política e a exploração dos recursos naturais não bastam necessariamente para assegurar a soberania total de uma nação. Alguns povos em desenvolvimento enfrentam novas formas de dominação econômica e tecnológica. São obrigados, em razão de seu fraco poder de negociação, a aceitar frequentemente as normas culturais e econômicas de uma potência dominante. Mas a manutenção dessa política de potência e as injustiças que ela provoca são um perigo para a paz mundial. A escolha hoje é entre a prosperidade para todos ou a insegurança generalizada".

A uma pergunta sobre a carta dos direitos e deveres econômicos dos Estados, proposta por ele na reunião da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), em abril de 1972, em Santiago do Chile, o presidente mexicano respondeu:

"Ela é talvez o principal objetivo da minha atual viagem. Desejaria obter a compreensão, senão o acordo, das grandes potências. Quando cheguei em Ottawa, disseram-me que essa era uma idéia romântica. Quando parti, os dirigentes canadenses assinaram um comunicado que prevê sua total cooperação para o estabelecimento da carta. Em Londres, o primeiro-ministro Heath fez questão de conhecer detalhadamente as motivações do projeto. Já é um sucesso. Por que não obteria eu a mesma atenção benevolente em Paris, em Moscou, em Pequim? Tive a grande honra, em 1964, no México, de apertar a mão do general De Gaulle. Não esqueci o que ele nos gritou do alto da sacada do palácio presidencial: 'Uma causa: a do homem; uma necessidade: a do progresso mundial; um dever: o da paz'. Se não prestarmos atenção a essa voz, haverá outros Vietnãs... As companhias multinacionais não têm a responsabilidade de cooperar para a defesa da paz. Muito pelo contrário, trabalham frequentemente para a guerra. Os países industriais, ao exportarem máquinas, exportam também sua inflação. Devemos tomar cuidado: os países subdesenvolvidos poderiam muito bem exportar suas tensões sociais, sua cólera e seus dramas. Os governos precisam estudar atentamente esse problema..."

Mar territorial

Sobre a questão do mar territorial respondeu o presidente Echeverria:

"Em Ottawa reconhecemos, com os canadenses, que os Estados que possuem um litoral têm que se beneficiar de certos direitos relativos à exploração de todos os recursos, num largo setor adjacente a suas costas e além do mar territorial de 12 milhas, bem como de certos direitos especiais, nesse mesmo setor, sobre prevenção da poluição e regulamentação da pesquisa científica. Não é justo que países altamente industrializados como os Estados Unidos, a União Soviética ou o Japão, que dispõem de importantes frotas de pesca, imponham sua vontade aos países pobres.

Nós mexicanos até agora voltamos as costas ao mar, embora tenhamos 10 mil quilômetros de litoral. Como tantos outros países do Terceiro Mundo em nossa situação, a população mexicana é carente de proteínas. Não é pois por agressividade gratuita ou só glória que nós colocamos esse problema. É pela preocupação de melhor alimentarmos as nossas crianças. Vamos renovar a nossa frota. Em Londres, acabamos de adquirir 21 canhoneiras rápidas destinadas a uma melhor vigilância de nossas águas territoriais. Graças a um acordo com os britânicos, construiremos outras canhoneiras no México. Um esforço preciso e benéfico de transferência de tecnologia".

Sobre a colaboração de capitais estrangeiros, eis a posição do presidente do México:

"Espero explicar bem claramente em Paris a maneira como consideramos a colaboração dos capitais estrangeiros. A legislação que rege os investimentos diretos foi revista e consolidada em dois textos recentemente aprovados, um sobre o registro da transferência de tecnologia e o outro sobre a regulamentação do investimento estrangeiro. No fundo, nada de essencial foi modificado — temos a mesma posição do Canadá nesse terreno — mas é claro, e sempre dissemos isso, que nossa preferência é pela fórmula da companhia mista com vocação para a exportação".

Sobre a OEA, eis a opinião de Echeverria:

"OEA? Ela existe ainda? É preciso reconstruí-la em bases diferentes, levando em conta as orientações atuais. É preciso estabelecer uma nova organização regional que não exclua ninguém, inclusive Cuba e o Canadá".

Le Monde

© Le Monde 1972
Distribué par
Opera Mundi Paris
Tous droits réservés

186

O PC da Geórgia e os relógios suíços

Robert Kaiser
Washington Post

O Partido Comunista da Geórgia — uma das 15 repúblicas socialistas soviéticas — recentemente chegou à conclusão de que há algo que seus 4,7 milhões de cidadãos devem saber. Os tranquilos e hospitaleiros georgianos viram nos últimos seis meses o seu mundo ser virado de cabeça para baixo — ou no mínimo receber uma boa sacudidela — por um novo "patrão", como os habitantes locais tratam a figura em questão. É ele Eduard Shevardnadze, primeiro-secretário do Partido Comunista da Geórgia, que parece gostar de sua imagem de personagem firme e austero numa sociedade onde a austeridade tem sido pouco reverenciada.

Shevardnadze tem 44 anos, ou seja, é jovem, pelos padrões da classe dirigente soviética. Chegou ao posto máximo da hierarquia da Geórgia nos últimos dois anos, aparentemente porque o Politburo em Moscou chegou à conclusão de que a "velha ordem" naquela República estava podre. Os cidadãos locais concordam em que isso realmente ocorria. A corrupção, dizem, chegou até a família do ex-primeiro-secretário do PC da Geórgia, que foi expulso do Politburo no ano passado após perder o cargo.

Em todo o resto da União Soviética, a Geórgia há muito tempo é vista como um "enclave", que goza de alto nível de vida e possui muitos rublos. Os georgianos sempre viveram sob leis menos severas do que as outras nacionalidades soviéticas, primeiro porque Stálin — ele próprio um georgiano — era benevolente com eles, e também porque aparentemente ninguém conseguia controlá-los.

Agora Shevardnadze está tomando este controle. A profundidade das mudanças que provocou nos últimos seis meses ainda não é conhecida. Alguns destacados cidadãos foram, contudo, secretamente presos. Diversos restaurantes estatais, cujos gerentes os dirigiam como empreendimentos privados, voltaram sem estardalhaço ao setor público. Certos altos funcionários da Geórgia, que no passado ostentavam elegantes relógios de pulso suíços e japoneses, hoje controlam o tempo por meio de seguros — ainda que menos sofisticados — modelos soviéticos.

Esta última transformação sugere algo do estilo de Shevardnadze. Corre uma história na Geórgia, bastante acreditada, segundo a qual ele teria pedido a seus colegas de liderança, pouco depois de assumir o cargo, para votarem a respeito de uma certa questão levantando a mão esquerda. Diz a história que quando as mãos foram levantadas, Shevardnadze observou que todos pareciam usar relógios estrangeiros. Diz-se que teria sugerido aos colegas que abandonassem tal demonstração de ostentação.

Há numerosas outras anedotas neste mesmo estilo. Diz-se que Shevardnadze recusou-se a mudar para uma casa maior ao tornar-se primeiro-secretário do Partido, por causa da preferência por seu pequeno apartamento e pela comida feita por sua mulher. Outra história apresenta-o disfarçado como camponês, inspecionando o cumprimento de sua lei contra a venda de produtos agrícolas da Geórgia nos mercados de Moscou. Por tudo isso, apareceram rumores sobre a existência de ameaças anônimas contra a vida de Shevardnadze e sua família.

Em Tbilisi, capital da Geórgia, e em Moscou, a opinião corrente é de que tais ameaças poderiam partir de prósperos georgianos que Shevardnadze colocou fora de ação nos "negócios". Mas isso é apenas um palpite. Com ou sem ameaças, a verdade é que alguns negociantes "clandestinos" tiveram que fechar suas portas.

O caso mais notório envolveu um certo Otari Lazeishvili, condenado em fevereiro a 15 anos de prisão por várias infrações da lei. Lazeishvili e cerca de 100 colaboradores haviam criado uma vasta rede clandestina de fábricas e lojas, para a produção e venda de artigos como suéteres e capas sofisticados, que não se encontram à venda em outros lugares. Segundo informações da imprensa oficial, Lazeishvili e seus sequazes conseguiram enormes lucros com as operações clandestinas. Há rumores de que gozava de proteção política do velho regime.

Apesar de ter sido o mais notável escândalo comercial da Geórgia, este não foi certamente o único. Outros casos apareceram nos últimos meses: os artigos de vestuário parecem ser um item favorito dos operadores clandestinos. As moças de Tbilisi — vestidas muito mais na moda que as das cidades russas, por exemplo — são uma evidência de que não há falta de fregueses.

O Partido Comunista da Geórgia reconhece haver resistências às reformas de Shevardnadze. Um relatório do comitê central do Partido afirma que "a massa dos trabalhadores está reagindo com satisfação às mudanças em curso, e espera que a justiça triunfe". Entretanto, diz o relatório, "há pessoas maliciosas que não estão interessadas em qualquer mudança, e que esperam que as coisas voltem a ser como sempre foram"...

Alguns contatos limitados com cidadãos georgianos tendem a confirmar que as reformas de Shevardnadze são populares. Aparentemente, o homem comum acha que a situação mudou significativamente. Um velho casal, que se queixava de ter que dar sempre um pequeno suborno cada vez que ia ao médico, nos velhos tempos, afirma ter havido uma melhoria verdadeira. A *intelligentsia* supostamente estaria também satisfeita com as mudanças, e esperançosa de que os "homens de negócio" seriam banidos de suas velhas posições de influência.

Os problemas do primeiro-ministro georgiano vão além de negocistas e de corrupção, como as mudanças que já fez revelam. Ele substituiu diversos funcionários governamentais e promoveu numerosos deslocamentos no mais alto nível do Partido Comunista. As poucas mudanças pessoais que foram divulgadas parecem envolver funcionários a quem o novo líder procurou humilhar. Um dos atingidos foi um vice-ministro dos Negócios Internos.

O novo "patrão" também desfez-se da fachada tradicional de confiança e autocongratulação tradicional na Geórgia, admitindo que a indústria e a agricultura da República estão em situação caótica. Numa série de reuniões francas divulgadas em detalhe pela imprensa oficial, Shevardnadze e seus colegas apresentaram um quadro de ineficiência maciça, recursos roubados e desperdiçados, favoritismo, produtividade inadequada e estupidez.

Muitas entre as revelações são alarmantes, especialmente num país que em geral tenta disfarçar suas próprias deficiências. Uma recente reportagem de jornal, por exemplo, descrevia as condições dos apartamentos em Kutaisi, o segundo maior centro industrial da Geórgia. Estes apartamentos ficaram sem sistemas de aquecimento e de esgotos "durante anos", e às vezes sem eletricidade ou água corrente.

Resta saber se a revelação destas deficiências ajudará a eliminá-las. O vizinho da Geórgia a sudeste é a República do Azerbaijão, onde um líder partidário "duro", Aliej, assumiu o poder há três anos. Como Shevardnadze, ex-ministro do Interior da Geórgia, Aliej possuía um *background* policial, e surpreendeu seus conterrâneos ao falar francamente sobre as deficiências deles.

Aliej continuou falando sobre as deficiências durante mais de dois anos, mas a situação não pareceu melhorar muito. De acordo com fontes oficiais de Moscou, seus esforços para ajeitar o Azerbaijão foram considerados um fracasso. O destino da Geórgia continua em jogo.

Iraque x Kuwait guerra à vista?

David Hirst
The Guardian

No mundo árabe, dilacerado por crescentes conflitos internacionais, a crise de fronteira entre o Iraque e o Kuwait poderia parecer apenas mais um pequeno incidente. Porém na realidade ela constitui um sinal do que está por acontecer.

Além do conflito árabe-israelense, o Oriente Médio está prestes a ganhar uma segunda zona de atrito, potencialmente tão explosiva quanto a outra, nas ricas regiões de petróleo do Golfo Pérsico.

Nas últimas semanas o Kuwait foi levado à linha de frente do que os comentaristas árabes chamam de "batalha do Golfo" — uma batalha cuja duração prevê-se que seja longa. Ela envolve os conflitos interárabes, o desacordo entre os nacionalismos persa e árabe e a rivalidade das grandes potências numa área de enorme importância econômica e estratégica para o mundo ocidental.

Em sua disputa com o Kuwait, o Iraque, o primeiro a deflagrar o conflito, está sendo movido por uma mistura de legítimo interesse próprio e ambição "revolucionária". Segundo seu ministro das Relações Exteriores, o Iraque está decidido a se estabelecer como "um Estado do Golfo". Sendo o segundo maior país do Golfo Pérsico, o Iraque conta com a menor faixa litorânea, de aproximadamente 35 milhas, o que é não apenas geograficamente inconveniente, como também o deixa imprensado entre o Kuwait e o temível e poderoso vizinho, o Irã, altamente vulnerável.

O Iraque quer tirar grandes vantagens econômicas de seu único acesso ao mar. Para isso, está transformando Umm Qasr em porto principal e base naval, o que fica, no caminho para o estuário de Shat-al-Arab, impossibilitando-se [illegible] ... o mapa ao lado). O país deseja também criar novos terminais para sua produção de petróleo, tem em vista um aumento garantido da produção nos próximos anos, principalmente no Iraque do Sul. Os terminais existentes, em Fao e Khor al-Amaya são, por uma razão ou outra, inadequados.

Mas o Iraque também vê a possibilidade de tornar-se uma "potência do Golfo" no sentido político e militar. O regime Ba'athist é duro e totalitário. Suas perspectivas a longo prazo são dúbias. No entanto, no momento, seu principal artífice, Saddam Hussein Takriti, é o mais forte governante que o Iraque já teve em muitos anos.

Estando cada vez mais confiante em sua própria força, fortalecido financeiramente por sua "vitória" com a nacionalização da Iraq Petroleum Company, aproveitando a inexistência de uma oposição egípcia unificada e fortemente apoiada pelos russos, Takriti está-se voltando, após um período de isolacionismo, para uma política árabe mais ativa.

De acordo com informações que se tem no Kuwait, as tropas do Iraque já se retiraram de seu território. Haverá negociações de alto nível, mas esta foi uma retirada tática. Resta pouca dúvida de que Takriti está determinado a seguir seu caminho mas, apesar de todas as informações alarmistas, nunca houve muito perigo de uma grande conflagração entre os dois países.

A ofensiva do Iraque no Golfo só poderia ser feita às custas do Kuwait. O Iraque há muito lança olhares ambiciosos sobre seu pequeno vizinho, e em 1961 o general Kassem, ressuscitando de repente uma antiga reivindicação histórica, ameaçou invadir o Kuwait e anexá-lo. As forças inglesas impediram que a ameaça se concretizasse.

Atualmente, não é apenas o tributo financeiro — coisa que o Kuwait esteve sempre disposto a pagar — que o regime Ba'athist deseja, mas um tipo de tributo muito odioso; ou seja, um tal grau de subserviência política a seu vizinho do norte que poderia, em última análise, ameaçar sua própria existência como país independente.

Quando, a 20 de março último, 1.500 soldados iraquianos se apoderaram do posto policial de Samitah, matando um de seus defensores e ocupando umas poucas milhas do território do Kuwait, estavam apenas intensificando um processo de usurpação que vem ocorrendo desde 1969. Este processo teve início quando o Xá da Pérsia, o maior inimigo dos Ba'athists, demonstrou sua crescente força militar e pretensa em usá-la ao revogar unilateralmente o tratado entre a Pérsia e o Iraque sobre os direitos de navegação no estuário de Shat-al-Arab.

Recentemente, os iraquianos começaram a construir uma estrada através do território do Kuwait em direção à enseada de Umm Qasr. Não resta dúvida de que para uma melhor defesa do porto de Umm Qasr, altamente vulnerável ao bloqueio persa, os iraquianos necessitam de uma faixa do território kuwaitiano. Eles estão, aparentemente, reivindicando uma faixa litorânea de Umm Qasr para baixo, além da ilha de Warba e Bubayan. É muito difícil, por razões políticas, que o Kuwait conceda isso ao Iraque.

Após a última invasão iraquiana, o Kuwait não pode mais manter seu tradicional silêncio. Pelo contrário, todos os seus sentimentos antiiraquianos reprimidos manifestaram-se através de ondas de indignação no Parlamento, demonstrações nas ruas, lutas corporais com os residentes iraquianos e apelos no sentido da defesa da pátria. O ministro das Relações Exteriores declarou que o Kuwait "não cederia nem um milímetro de seu território".

Torna-se irônica a maneira pela qual os governos árabes, supostamente unidos, conferem inviolabilidade às fronteiras, a maioria delas demarcadas pelos ingleses, e que não são mais do que linhas no mapa. As fronteiras do Kuwait são mais arbitrárias que a maioria das outras. Num mundo racional seria difícil justificar a existência dessa nação.

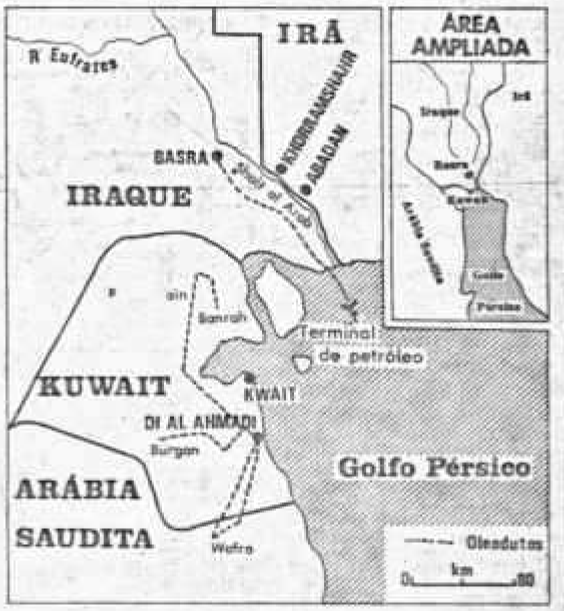
O general Kassem não estava longe da realidade quando disse que a Inglaterra considerava "uns poucos poços de petróleo como um país". A maioria dos kuwaitianos sente assim. Eles têm, portanto, uma grande necessidade de manter um sentimento de autêntico nacionalismo: em parte, a importância que dispensam às suas fronteiras não está, sem dúvida alguma, ligada a um sentido adquirido de identidade nacional.

Está principalmente ligada a uma ansiedade, proveniente de um egoísmo natural, à proteção de seu *status* ímpar como a comunidade mais rica da face da terra — onde 375.000 cidadãos kuwaitianos — os homens livres — podem levar uma vida de indolência enquanto os imigrantes árabes, sem direitos políticos, fazem todo o trabalho por eles.

O Kuwait não é de forma alguma uma sociedade preparada para a guerra, mas na opinião do ministro das Relações Exteriores vai ter agora "reconstruído" para garantir sua autodefesa: "O Vietnã resistiu à América", disse ele, "e Israel resistiu a 100 milhões de árabes".

Isso pode parecer cômico e, na realidade, o é. No fundo, o Kuwait teme violentamente o Iraque e sabe que se "a batalha do Golfo" realmente prosseguir ele não passará de um fantoche, um Estado-tampão nas mãos dos principais protagonistas.

O desenvolvimento da luta dependerá em grande medida da URSS e de quanto ela pretende, através do Iraque, fazer valer seus direitos numa área que até recentemente constituía uma reserva exclusivamente ocidental.



14 anos de revolução em julgamento

Retrato de Cuba

Nove anos depois da expulsão do regime do primeiro-ministro Fidel Castro da Organização dos Estados Americanos (OEA), muita coisa mudou no relacionamento entre Cuba e os demais países americanos. Fidel abandonou a propaganda em torno da via guerrilheira, como única solução possível para as esquerdas do continente chegarem ao poder; aproximou-se da posição moderadora da URSS; passou a elogiar regimes militares como os do Peru e Panamá; e chegou a assinar um acordo com os Estados Unidos para extradição de sequestradores de aviões e barcos.

Por outro lado, países latino-americanos como Chile, Trinidad e Tobago, Peru, Jamaica, Barbados e Guianas (o México nunca chegou a romper com Cuba) estabeleceram relações diplomáticas com Havana, apesar da aprovação de um boicote econômico e político pela maioria dos países-membros da OEA, em 1964.

Além disso, países como Panamá, Equador, Venezuela, Colômbia e também a Argentina (o novo governo) manifestaram disposição de reatar com Cuba.

Com a passagem da guerra fria para um segundo plano nas preocupações dos norte-americanos, Cuba deixou de ser encarada como uma ameaça direta à segurança dos Estados Unidos, e de certa maneira perdeu a periculosidade que Washington lhe atribuiu durante a famosa crise dos foguetes, em 1962 — quando a União Soviética, que havia instalado uma base de mísseis em Cuba, retirou seus foguetes diante do bloqueio marítimo determinado pelo então presidente Kennedy. Muitos estudantes norte-americanos realizaram recentemente viagens turísticas a Havana e alguns chegaram até mesmo a trabalhar voluntariamente na colheita de cana.

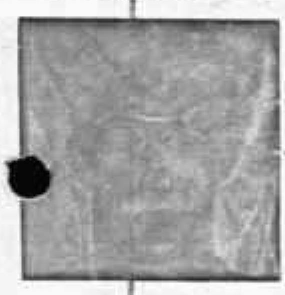
Mudaram os tempos ou mudou Cuba? Durante seis semanas, o jornalista norte-americano Joe Nicholson Jr., repórter do *New York Post*, percorreu as seis províncias de Cuba, tendo por guia um estudante cubano. Visitou portos de pesca, fazendas estatais, escolas, fábricas, conjuntos habitacionais, jornais e várias sedes regionais do Partido Comunista Cubano. Passou muitas horas passeando sozinho pelas ruas, conversando com cubanos nos bares, restaurantes e em suas casas. Notou que tanto os mais ardorosos defensores da Revolução quanto seus inimigos pareciam ansiosos por conversar com um jornalista estrangeiro, conhecedor da língua espanhola.

O resultado da viagem de Nicholson foi publicado no último número (abril/73) de Harper's, uma sofisticada publicação mensal norte-americana. OPINIÃO publica a reportagem de Nicholson com exclusividade para o Brasil.

A maioria dos cubanos acha que existe um estado de guerra de fato em relação aos Estados Unidos, e é frequente mostrarem amargura quando se referem ao bloqueio econômico que os Estados Unidos têm mantido para isolar Cuba do comércio com países não comunistas. Não teve, portanto, nada de surpreendente a recepção de herói que foi dada, em dezembro, ao presidente do Chile, Salvador Allende, cujo país foi o primeiro da América do Sul a reatar (no ano passado) relações diplomáticas com Cuba. Allende foi também o primeiro chefe de Estado latino-americano a visitar Cuba, recebendo uma calorosa acolhida por parte das dezenas de milhares de cubanos que o saudavam. Num comício que reuniu 500 mil pessoas na Plaza de la Revolución, de Havana, ficou patente o entusiasmo desse povo isolado por seu novo aliado, especialmente durante um fascinante diálogo entre Fidel e a multidão ali reunida.

"Os imperialistas" — dizia Fidel, aproximando-se da fileira de microfones para alcançar a máxima potência de sua voz — "se utilizam de bombas e explosivos contra o povo vietnamita. No Chile tentam asfixiar o povo suspendendo o crédito econômico, provocando a fome. Vou fazer uma proposta", acrescentou, voltando-se ligeiramente na direção de Allende, que se sentara imediatamente atrás dele no pódio. "Afirmamos que estamos prontos a dar nosso sangue por nossos irmãos chilenos, mas isso não basta. Devemos também estar preparados para repartir nossos alimentos. Isso também é heróico. E o açúcar que lhes estamos vendendo não basta para suprir suas necessidades. Proponho, portanto, que cada um de nós abra mão de meia libra (uns 250 gramas) de sua ração de 2 quilos mensais e a envie ao povo chileno".

O rugido da multidão foi interrompido por um slogan cantado que começou lá no meio da massa: "una, una, una" (uma libra). Quando o slogan chegou aos flancos daquela imensa multidão, metade das pessoas reunidas na praça ergueu o braço com um dedo esticado para o alto.



"Não podemos fazer isso", disse Fidel, interrompendo aquele cântico. "Algumas famílias precisam desse açúcar. Vemos que temos que debater esta proposta e as decisões serão tomadas em reuniões nos nossos centros de trabalho e organizações de massa. Será que devemos mandar esse açúcar — são quase 40 mil toneladas ao ano — para o povo chileno"?

"*Ahora, ahora, ahora*"! A multidão queria que a decisão fosse tomada ali imediatamente.

"Ficamos impressionados com vosso espírito de generosidade", prosseguiu Fidel, "mas também devemos dar oportunidade de participar desta decisão aos habitantes das províncias de Oriente, Camaguey, Las Villas, Matanzas, Pinar del Rio e da Ilha da Juventude. Isto também contribuirá para a formação da consciência política do pessoal dessas regiões e garantirá que esta decisão não é fruto de um momento de emoção, mas um puro ato de consciência".

Depois da manifestação, visitei o apartamento de alguns amigos — cheio de gente — e perguntei-lhes o que tinham achado da proposta de Fidel.

"Bom, você sabe que nós precisamos desse açúcar. Sempre acaba antes do final do mês. Nunca há balas nem doces para o Rafael", disse Aneida, uma eficiente dona de casa de quem eu ficara amigo durante um comício de rua. Refletindo, acrescentou: "Mas o povo chileno também precisa de açúcar. Acho que Fidel tinha razão ao dizer que precisamos ajudá-los. Não temos o suficiente, mas acho que podemos ceder meia libra por mês".

"Eu acho que Fidel tem razão", acrescentou a mãe de Aneida. Fiquei duplamente surpreendido com essa declaração porque, como muitas mulheres cubanas da geração mais velha — ela estava com 68 anos — a mãe de Aneida raramente participava da conversa quando havia homens presentes, e também porque sabia que ela era católica devota e se opunha ao governo comunista. "Acho muito justo que ajudemos o povo chileno", disse.

"Mas você não está sabendo", interrompeu Rafael, visita frequente da casa que eu já tinha compreendido ser um adversário ferrenho de Castro e seu governo. "No Chile não há racionamento. (Na ocasião ainda não havia, efetivamente, racionamento no Chile.) Por que razão havemos nós de dar aos chilenos coisas se eles nem têm racionamento"?

Após um silêncio de alguns momentos, Tony respondeu: "Mas eles ainda têm um sistema capitalista. Têm uma classe pobre — muitos deles desempregados e sem comida. Aqui, pelo menos, há comida para todos".

"Isso é verdade"? perguntou a avó, preocupada pelo comentário de Rafael. "Eles não têm racionamento"? Sua pergunta, porém, não chegou a ser respondida, pois sua outra filha entrava nessa altura na sala, acompanhada pelo marido.

Vários dias após minha chegada, perguntei a Marcos (o estudante que me servia de guia) por que não havia assentos de privada. "Não usamos", respondeu, como se fosse um costume obsoleto. Não encontrei um único assento de privada senão quando visitei, semanas depois, as autoridades suíças, instaladas na ex-embaixada norte-americana. Os assentos de privada foram o primeiro caso de carência de bens de consumo com que me deparei em Cuba. Objetos de luxo são raros e a comida é estritamente racionada, à exceção de coisas como arroz, cerveja e refrigerantes. Até o açúcar, principal produto cubano, está limitado a três libras e meia mensais (cerca de 1,750 kg) por pessoa, caso a proposta de Fidel venha a ser aceita. O racionamento mensal por pessoa consta de: 6 libras de arroz, 3 libras de carne, 3 libras de feijão, 5 libras e meia de massas, uma libra de sal, meia libra de farinha de trigo, cerca de 170 gramas de café, 15 ovos, três latas de leite em pó (leite fresco é só para crianças e velhos), 15 maços de grelha, quatro embalagens de iogurte, duas embalagens de creme de trigo, etc.

Apesar dessa dieta rigorosa, não vi nenhum cubano com aspecto subnutrido, e aqueles de quem ouvi mais queixas sobre o racionamento eram invariavelmente hostis a toda e qualquer ação da Revolução. Os trabalhadores, normalmente, comem refeições extremamente baratas e de alimentação programada. Alguns comem as três refeições na fábrica, deixando as rações para a família.

A ausência de produtos de consumo geralmente deixa as famílias com dinheiro supérfluo, suficiente para jantar fora. A maioria dos cubanos diz que come melhor agora do que antes da Revolução. O racionamento de vestuário representa um problema mais grave que o da comida.

Num quadro da Faculdade de Ciências da Universidade de Havana, uma lista de bens a serem divididos entre os estudantes mostrava: duas geladeiras, três televisores, três relógios de pulso para homem e outros três para mulher, cinco aparelhos de rádio e 17 despertadores. Eu já tinha sido informado de que as faculdades e os centros de trabalho distribuíam seus bens de consumo durante reuniões de massa, nas quais era decidido quem os merecia. Mais tarde, quando visitei uma fábrica têxtil em Holguín, uma cidadezinha do nordeste cubano, o processo me foi explicado detalhadamente.

Coloca-se num quadro, na parede, a lista de bens de consumo de que se dispõe no momento; os trabalhadores interessados preenchem um formulário que é posteriormente analisado por uma comissão de cinco trabalhadores eleitos durante uma reunião da qual participam todos os operários da fábrica. Essa comissão analisa a conduta de cada trabalhador e decide quem deve receber os produtos.

E se o operário escolhido não tiver dinheiro que dê para pagar o que foi estipulado?

"Eles podem comprar a prazo, se não tiverem dinheiro à vista".

E pagam juros, nesse caso?

"Não, não, claro que não. Só o preço que tiver sido estipulado". Minha pergunta provocou gargalhadas de meu interlocutor, que me explicou depois que um lavrador, por exemplo, recebia seus produtos através da Organização Nacional de Pequenos Lavradores, e uma pessoa idosa e sem família ficaria vivendo numa casa de repouso para velhos, todas as quais, financiadas pelo governo, dispõem de televisores e geladeiras. Toda família recebe seus produtos através do centro de trabalho ou da escola onde um membro de sua família trabalha.

E nas famílias onde ninguém trabalhe?

"Isso ainda não foi definido, porque aqui, em Cuba, todo mundo trabalha. Seria difícil encontrar uma casa onde ninguém trabalhe".

Os cubanos dizem que ainda estão construindo o socialismo e que só conseguirão alcançar o verdadeiro comunismo quando o Homem Novo cubano tiver sido formado. Como não podia deixar de ser, a formação desse Homem Novo é uma das preocupações prioritárias da Revolução; o intenso programa de treinamento de professores e construção de escolas é a melhor demonstração disso. Esse esforço visa criar oportunidades para as crianças do campo, em contraste com o que acontecia anteriormente, quando as oportunidades praticamente só existiam para os moradores das cidades, especialmente os filhos de ricos. Essa cruzada lançou uma campanha de alfabetização maciça, mandando estudantes para o campo, onde viviam nas casas dos camponeses, trabalhavam com eles e os ensinavam a ler e escrever. Hoje em dia, os cubanos anunciam, orgulhosos, que, segundo as estatísticas da UNESCO, Cuba tem o mais baixo índice de analfabetismo da América Latina, apenas 3%.

No outono passado, Fidel inaugurou 44 colégios internos de trabalho e estudo, todos situados no campo, onde os estudantes podem fazer o trabalho agrícola que ainda é o ramo básico na economia cubana. Enquanto metade trabalha nos campos de plantação de tabaco e de limão, a outra metade estuda, durante as manhãs; à tarde, a situação se inverte. Na época das colheitas, suspende-se o estudo durante várias semanas para que os estudantes possam dedicar tempo integral ao trabalho de campo.

Visitei um destes colégios de trabalho e estudo, nos arredores de Havana. A diretora do colégio, Georgina Alvarez, uma mocinha de 24 anos militante da Liga da Juventude Comunista, me disse que o colégio não tem professores mais velhos porque uma escola revolucionária requer uma filosofia educacional completamente nova. Dos 48 professores da escola, apenas quatro tinham mais de 26 anos, e o mais velho tinha 30 anos. Ao sair do escritório de Georgina para dar uma volta pelo colorido edifício da escola, perguntei-lhe onde poderia deixar minha máquina fotográfica. Georgina apontou para cima de sua mesa. Deixei o aparelho em cima da mesa, cobrindo-o com um jornal, enquanto Georgina me olhava com um sorriso divertido, mas bem-educada demais para comentar meus modos desconfiados de ianque. Quando me mostrou os dormitórios das moças, reparei que os compartimentos vestiários e livros não tinham portas. "Aqui não aceitamos ladrões como estudantes", explicou-me.

Georgina me apresentou a Ismael, um professor de inglês, de 21 anos. Perguntei se num internato, dirigido sob a orientação da educação coletiva, havia suficiente "privacidade".

"Bem, nós não precisamos disso, pois nossas atividades são todas atividades de grupo", Ismael respondeu.

Mas suponho, insisti, que um estudante quisesse ficar só por alguns minutos, para dar uma volta ao redor da escola, por exemplo? Ismael respondeu que tal coisa não era permitida durante a semana, mas no sábado à noite os alunos tinham permissão para deixar a escola e passar um dia com a família.

E quanto aos cabelos — todos os alunos os tinham cortados curtos — havia permissão para se usar longas cabeleiras? "Não é direito que os cabelos dos rapazes sejam longos", respondeu Ismael. "Temos que criar similaridade entre os estudantes e incutir neles uma filosofia coletiva. Este é o preceito básico do comunismo".

Algumas semanas depois, durante uma visita que fiz à província de Camaguey, conheci um dos Homens Novos cubanos. Osael Vilarino pertence à Coluna Jovem Centinal, uma organização de voluntários semimilitar que está tentando melhorar a agricultura de Camaguey e acelerar sua industrialização. Vilarino, um jovem forte de 26 anos, disse-me: "Nós nos comprometemos a ficar em

Camaguey até 1980 ajudando a Revolução. Trabalhamos sete dias por semana. Toda semana dedicamos três tardes às aulas. Ao cabo de 55 dias de trabalho, tiramos uma semana de folga e vamos para casa descansar".

Me conduziu até a sala de troféus da Coluna Centinal, onde me mostrou a fotografia de um musculoso trabalhador. "Esse é Juan Torreblanca, nosso herói nacional do Trabalho. Foi o primeiro macheteiro na história de nosso país a cortar 400 mil arrobas de cana-de-açúcar. Não recebeu mais dinheiro que os outros por esse feito. Sua quota diária de trabalho lhe era ditada por sua consciência". Perguntou-me o que eu estava achando de Cuba.

"Parece-se com o Corpo de Voluntários da Paz de nosso país", respondi. Vilarino ofereceu-me um enorme sorriso que parecia dizer: "Simpatizamos com sua ingenuidade na comparação, mas temos certeza de que você sabe que não está falando sério". Mas respondeu-me, com seriedade: "Os Voluntários da Paz constroem escolas, mas não mudam a estrutura social do país. Resolvem um problema imediato, mas isso é apenas um esparadrapo para os problemas do país. As diferenças de classe e a exploração continuam. Além disso, muitos dos voluntários do Corpo de Paz fazem espionagem ou incomodam".

continua na página 16

188

Um homossexual: "Quando eles prendem um de nós publicam o nome nos jornais dizendo que se trata de um homossexual. E depois eles dizem que somos anti-sociais. Como é que os homossexuais poderiam gostar deste governo"?

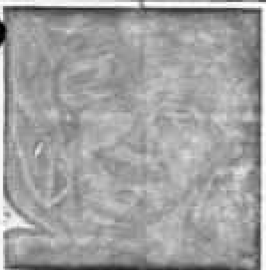
continuação da página 16

temente, um trabalho ideológico: apresentam uma visão muito agradável do imperialismo. Mostram o imperialista como um cara muito simpático".

Embora a Revolução tenha melhorado a vida da grande maioria dos cubanos, ela criou uma nova classe de marginalizados — os homossexuais. São oficialmente classificados de "anti-sociais" e, portanto, hostis à Revolução; são banidos das organizações políticas de massa e relegados a uma condição de cidadãos de segunda classe.

Uma tarde, quando passeava pela Avenida Malecon, conheci Carlos. Começamos a conversar e ele me disse que tinha perdido um bom lugar na fábrica onde trabalhava depois que pedira permissão para ir para os EUA. Hoje era gari, varrendo as ruas por um salário bem mais baixo. Após eu ter respondido à cerca de uma dúzia de perguntas que me fez — sempre olhando por cima do ombro, preocupado com algum possível espião — ele me disse que queria sair de Cuba.

"Aqui, nós temos um medo de morte", explicou-me, dizendo que tinha 36 anos e dividia um apartamento com sua mãe, vários irmãos e irmãs e ainda uma tia e um tio. "Os CDR's (Comitês de Defesa da Revolução) vigiam-nos o tempo todo. Não temos intimidade. Nos tempos de Batista, as coisas eram muito, mas muito melhores. Você sabia que quando eles prendem homossexuais, publicam seus nomes nos jornais, dizendo que são homossexuais"? Carlos parou, incapaz de encontrar palavras que traduzissem sua fúria. E depois continuou com a mesma raiva do governo: "E depois eles nos dizem que somos anti-sociais! Como é que os homossexuais não haveriam de ser contrários a este



governo"? Pediu-me para ver minhas credenciais de jornalista e obrigou-me a prometer que não escreveria nada que o pudesse identificar. "Você poderia me ajudar a fugir? Será que você poderia encontrar um navio, em Nova York, que estivesse vindo para Cuba? Custa cerca de US$ 1.500, mas eu tenho parentes nos Estados Unidos". Perguntou-me o que é que eu achava do comunismo. Respondi que a vida nos EUA também não era nenhuma maravilha de perfeicionismo. "Existe racismo e pobreza". Ele olhou para mim: "Esse jeito de que você fala parece de comunista. Você tem certeza que não é comunista"?

Ao ouvir homossexuais cubanos, me lembrei daquelas palestras de ginásio sobre os perigos do comunismo: as pessoas nas mãos de um Estado policial todo-poderoso, sonhando em escapar para a liberdade. A Revolução, do ponto de vista dos homossexuais cubanos, tornou essa lenda uma realidade. E eu não pude evitar em pensar na possibilidade de que outro grupo viesse a sofrer igual discriminação no futuro.

O progresso social dos negros e das mulheres está em contraste gritante com o tratamento que é dispensado aos homossexuais. Desde o início, a Revolução lutou para superar o racismo e o chauvinismo masculino. O sucesso tem sido fenomenal: o racismo e a discriminação sexual contra os negros se tornaram coisas do passado; as mulheres se libertaram dos velhos costumes que as restringiam à vida de donas de casa e de empregadas.

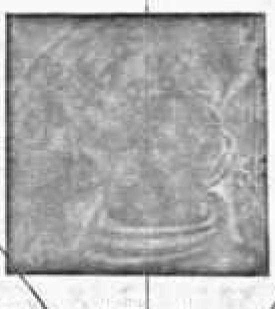
Eu não tinha compreendido completamente a extensão do desaparecimento do racismo até uma noite em fui a uma boate com Aneida, Tony, Célia, a filha deles, e um casal de noivos que frequentava aquela boate — Rafael e Ana. Quando o garçom trouxe nosso rum, Rafael falou com ele. O garçom lhe respondeu com aquela altivez de desafio que os negros norte-americanos reservam aos brancos racistas. Foi uma resposta que talvez me tivesse passado despercebida nos EUA, mas me surpreendeu porque eu estava em Cuba e nunca ouvira nada de semelhante durante o mês que já passara lá. Tanto negros quanto mulatos, que representam quase 4 milhões de pessoas (metade da população cubana), me disseram repetidamente que não há realmente qualquer tipo de racismo em Cuba, à exceção de um racismo individual de alguns brancos. Essa razão — depois compreendi — para a reação do garçom negro que nos servia. "Você gosta de negros"? perguntou-me Rafael quando o garçom se afastou, rindo o riso sarcástico das pessoas que realmente odeiam a raça negra. Respondi-lhe que tinha namorado uma moça negra alguns anos atrás. Isso causou surpresa na própria Célia e seus pais, que disseram acreditar na igualdade mas não em casamento inter-racial. "Não é difícil ter uma namorada negra nos Estados Unidos"? perguntou Rafael. Respondi que sim, em alguns lugares era difícil.

Fidel tem pregado a igualdade para as mulheres desde o início do *Movimento 26 de Julho*. Duas das guerrilheiras que são hoje [illegible] líderes do governo revolucionário, Célia Sanchez e Haydée Santamaria, se utilizaram das próprias palavras de Fidel para persuadi-lo a que deixasse elas se juntarem a ele durante o ataque a Moncada, em Santiago de Cuba, no dia 26 de julho de 1953. Foram presas, junto com os outros guerrilheiros nessa operação fracassada. Hoje, a *companera* Sanchez é secretária do Conselho de Ministros (gabinete) e a *companera* Santamaria, diretora da Casa de las Americas, instituto cultural de Cuba. Hoje em dia, as mulheres estudam e trabalham lado a lado com os homens, na universidade, no campo e nas fábricas. Embora, de modo geral, ainda existam atividades que lhes são tradicionalmente negadas — como a de pescador, gerente industrial ou chefe militar — elas avançaram incrivelmente em 14 anos. Antes da Revolução, Havana era um dos grandes centros internacionais do vício, um paraíso para os turistas estrangeiros mas um inferno para os milhares de mulheres cubanas, forçadas pela pobreza a se tornarem prostitutas. Antes de visitar Cuba eu tinha uma atitude muito cética em relação à propaganda do governo cubano de que a prostituição tinha sido erradicada. Mas após minha visita de seis semanas — durante a qual encontrei uma única prostituta, veterana da era de Batista, envelhecida e de aparência suja — fiquei convencido de que era fato.

Antigamente, o American Club era um lugar onde se reuniam prósperos homens de negócios norte-americanos e cubanos para discutir as negociatas de açúcar e fumo entre doses de uísque e partidas de bilhar. Achei o edifício do clube, entre os edifícios de pedra de arquitetura neocolonial que ladeiam a Avenida Prado, uma artéria arborizada e agradável que era o centro de reuniões sociais dos industriais na Havana pré-revolucionária.

O porteiro, um negro velho que fala corretamente o idioma inglês, disse-me: "O edifício ainda é o mesmo. Mas a situação mudou. Acho que não preciso dizer-lhe mais". Convidou-me a entrar e apontou para o quadro de George Washington na parede. Uma lista, datada de 1.° de janeiro de 1961, mostrava os nomes de 844 sócios do clube, a maioria com nomes anglo-saxões. "Hoje, há cerca de 100 sócios", disse o velho porteiro, "inclusive alguns norte-americanos. Mas não há jovens".

Fui apresentado à mulher de um dos sócios do clube, uma senhora alta, de cabelo branco, que falava inglês com o sotaque típico da aristocracia de língua espanhola — muito comum nas praias de Palm Beach, no inverno. Estava usando um colar de pérolas, um batom agressivamente vermelho, do tipo do que se usava na década de 50, e um par de óculos de aro metálico. (Quando mais tarde fiz a descrição dela a



Marcos, ele classificou-a de *gusana* — verme — nome que os cubanos dão às pessoas de média ou alta burguesia que deram as costas à Revolução.)

Quando lhe disse que era um jornalista norte-americano, ela insistiu em falar longamente. "O American Club era um lugar maravilhoso", lembrou. "Boa comida, ar condicionado, tênis, bilhar, uma biblioteca, as revistas sempre atualizadas. Todos os altos funcionários do Bank of Boston, do First National Bank of New York, do Chase Manhattan, reuniam-se para almoçar e conversarem. Depois, pouco a pouco, foram deixando [illegible] cubanos — a maioria destes nem sempre era das classes mais altas! Costumava ser o que nós chamamos um clube ABC — americano, britânico e canadense".

Ela hesitou em falar sobre a Revolução, dizendo que suas declarações poderiam ser gravadas e que, se eu escrevesse sobre ela, deveria descrevê-la como sendo "um jovem bem moço". "No início, pensávamos que a Revolução só ia durar uns meses. Depois, pensamos que talvez durasse um ou dois anos. Depois pensamos que o seu fim tinha chegado. Foi na ocasião da invasão da baía dos Porcos: nunca pensamos que os americanos dessem apoio a uma invasão que fosse fracassar! Depois vieram as más colheitas: pensamos que elas seriam o fim deste governo. Passaram todos os anos, mas já comecei a ter minhas dúvidas. Mas Nixon é amigo dos cubanos que estão em Key Biscaine e em Miami e talvez ele faça alguma coisa. A esperança nunca morre. Talvez isto seja otimismo exagerado. Tudo o que eu gostaria de fazer era poder viajar, ir a Nova York e Paris. Aqui, o governo faz tudo: diz o que você deve e não deve fazer, o que você deve e não deve comer. Mas como é que eles podem saber o que é que é bom para eu comer"?!

E ela continuou: "E você sabe de uma coisa? Eles querem obrigar todo mundo a ir a uma policlínica grátis. Eu declarei que queria ir ao meu médico particular. Não tenho confiança nesses médicos jovens que eles têm. Passam a maior parte do seu tempo da faculdade fazendo trabalho de campo, cortando cana, mostrando que são bons comunistas. Ao cabo dos quatro anos de faculdade, talvez eles possam ser enfermeiros razoáveis, mas médicos é que eles não são. Alguns anos atrás nós contávamos uma piada sobre Fidel quando ele estava fazendo aqueles discursos todos sobre o Homem Novo. Naquela altura aconteceu que num dos hospitais locais nasceu um bebê sem estômago e com três braços. Nós dizíamos que, quando o médico admitiu que o bebê não sobreviveria, Fidel, ao saber disso, mandara executar o médico. E tinha dito que aquele bebê era o Homem Novo cubano: só trabalho e nada para comer".

E ela continuou nessa ladainha uma porção de tempo. Não pude evitar pensar nela como o tipo de mulher possível de ser encontrada numa reunião das Filhas da Revolução Americana, provavelmente proferindo uma palestra sobre a crescente permissividade sexual revelada pelo último número do *Reader's Digest*. Perguntei-lhe por que ela e o marido ainda estavam em Cuba.

"Gostamos do clima e estamos velhos demais para recomeçar nossas vidas. Além do mais, temos uma vida fácil por aqui. Ainda temos nossa casa, nossa cozinheira e nossa empregada. Naturalmente que é difícil conseguir sobressalentes para o carro, por exemplo — tem que se ir ao mercado negro".

Pedi ao assessor de imprensa do Ministério de Relações Exteriores para conseguir permissão para que eu visitasse duas fábricas, mas o encarregado da assessoria insistiu que isso não seria o suficiente para que eu apreciasse o progresso da Revolução. Assim, Marcos e eu visitamos o que me pareceu uma eternidade de fábricas novas, produtoras de cimento, fertilizantes e refrigerantes; de embalagem de lagostas; de processamento de arroz; de geradores de termoeletricidade — todas limpas, eficientes e monótonas. Minha rotina foi igual para todas elas: conhecer os líderes operários, seguir a linha de montagem, entrevistar, ao acaso, alguns operários — alguns na presença de minha comitiva, outros sozinhos. À exceção de um único operário, todos falaram com entusiasmo de sua fábrica e da Revolução.

A única exceção foi um jovem operário que conheci numa fábrica de geladeiras na cidade interior de Ciego de Avila. O líder operário da fábrica, Ramón Reyes, um comunista de cabelo grisalho de porte militar, mostrou-me os ônibus da fábrica (grátis para o transporte ao trabalho e para atividades recreativas de fim de semana), o barbeiro, instituto de beleza (com preços variáveis conforme o penteado desejado), a biblioteca (gratuita), as salas de aula (406 dos 1.600 operários frequentam as aulas, gratuitas) e a enfermaria (com médico e duas enfermeiras, gratuita). Quando Reyes me conduzia à última oficina, onde as geladeiras eram pintadas de branco, vi um jovem operário com ar aparentemente preocupado e com o pincel de tinta na mão. Parecia estar concentrando sua atenção em algum ponto longínquo; era o olhar de um homem que se contenta em não fazer nada. Quando me aproximei dele, Reyes se interpôs dizendo-me: "Esse rapaz não está aqui há muito tempo, não vale a pena entrevistá-lo".

"*Quantos años trabaja usted aquí*"? perguntei ao rapaz. Respondeu-me que trabalhava lá há dois anos. Eu disse a Reyes que considerava isso tempo suficiente e continuei a questioná-lo. Disse-me que seu nome era Nelson Perez e tinha 21 anos de idade. Perguntei-lhe se pertencia à Juventude Comunista e ele respondeu um "não" completamente indiferente. Perguntei-lhe se gostaria de se filiar à JC. Hesitou algum tempo e respondeu "Sim", mas num tom tão apático que suspeitei ter ele simplesmente querido evitar futuras explicações que acarretariam numa resposta negativa. Reyes ficou nervoso quando perguntei ao rapaz se gostava da fábrica. Ele hesitou e respondeu, encolhendo os ombros, "Legal", um eufemismo que tanto pode significar ser uma coisa boa quanto positivamente intragável. Perguntei-lhe em seguida o que tinha feito antes de vir trabalhar na fábrica: começou a se sentir mais à vontade e disse que estava estudando fertilização de solos numa escola técnica e esperava vir a ser engenheiro agrônomo. Perguntei se continuava estudando para ser engenheiro.

"Não", respondeu secamente. "Eles decidiram que o plano de estudos da escola técnica onde eu estava não era bom e que os estudantes eram necessários para a produção".

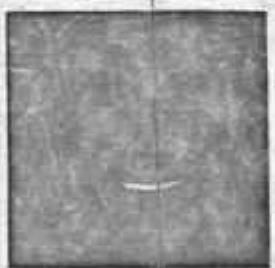
Reyes pôs-se na minha frente e disse irritado: "Não concordo. Esse problema não existe. Os estudantes nunca são tirados das escolas para a produção. Se um plano de estudo de uma escola do governo não funciona, os estudantes são enviados a outra escola".

Nelson estava olhando para mim, mas sem me ver, como se não lhe interessasse se eu estava ou não escutando. "Fizeram-me pintor e ainda sou pintor e ainda ganho US$ 86 (cerca de Cr$ 520) por mês. Gostaria de mudar de trabalho. Ainda sou jovem. Gostaria de me educar para fazer outro tipo de trabalho, talvez operar as máquinas. Também gostaria de trabalhar em algum lugar mais perto de minha casa — moro em Ranchuelo, a 25 quilômetros daqui".

Disse-lhe adeus e cumprimentei-o com a mão esquerda — na direita ele ainda tinha o pincel. Reyes continuou me conduzindo mas parecia deprimido, talvez achando que os comentários de Nelson tivessem arruinado a boa impressão que eu tinha da fábrica. Perguntei-lhe se Nelson era bom trabalhador e ele respondeu: "Vou lhe mostrar o arquivo dele porque não sei". O arquivo continha 12 páginas, mostrava Nelson como bom trabalhador mas também dizia que ele completara sete anos de educação — e não 12 como ele dissera — e que ele saíra voluntariamente da escola técnica.

"Muitas vezes as pessoas não são suficientemente honestas para dizerem estas coisas à primeira vez. De qualquer maneira, ele tem oportunidade de terminar seus estudos pré-universitários aqui, se o quiser", concluiu Reyes, deixando-me incerto e sem saber se acreditava em Nelson ou no arquivo.

Nas minhas conversas com operários durante minhas visitas às fábricas, ficou claro que os cubanos não perderam seus hábitos tradicionais: de beber cerveja, fumar charutos, jogar dominó e se vangloriar de suas



conquistas amorosas. Mas o novo teste de masculinidade parece ser o número de horas de trabalho. Dez, 12, 14 horas de trabalho num dia — eles dizem o número de horas que trabalharam como prova de virilidade, assim como prova de dedicação à Revolução. Toda a sociedade se orienta à base do trabalho: a tradicional pausa do almoço e da sesta foram reduzidas de duas horas para 30 minutos; o transporte de ônibus é normalmente gratuito; estão sendo construídas creches por todo o lado para mães trabalhadoras; aparelhos de ar condicionado importados do Japão estão sendo divididos entre os centros de trabalho; a construção de fábricas é superior à construção de casas; a maioria dos programas de televisão são noturnos; e as partidas de beisebol são jogadas após o horário de trabalho.

Uma tarde, quando eu estava sentado no bar do Hotel Nacional, um russo enorme, de cabeça branca, entrou e sentou-se no reservado. "Cerveja! cerveja! cerveja!" gritou, em inglês, cada vez mais alto, enquanto a garçonete cubana o olhava sem

continua na página seguinte

"Nixon é um gentleman", me disse o russo, que terminava um trabalho de assistência técnica em Cuba. "Talvez ele vá continuar a guerra. Mas e daí? Esse McGovern era um cara que me parecia rebelde demais, você não acha"?

continuação da página anterior

[illegible]

À medida que meu avião se dirigia para a cabeceira da pista, eu dei pela janela uma última olhadela nas palmeiras e orquídeas do aeroporto José Martí. Passamos uma porção de guindastes, caminhões e ônibus. [illegible] "Ianques, fora do Vietnã". No aeroporto da cidade do México fomos saudados por uma interminável fila de cartazes publicitários que dominavam a paisagem: "Gin Beefeater para o perfeito martini", "Pepsi", "Beba Coca-Cola", "Nescafé, o símbolo da amizade", "Hospedeira do Mundo". A americanização da América Latina era chocante após a desamericanização de Cuba.

O México estava construindo um novo Colonel Sanders Kentucky Fried Chicken, cujo slogan traduzido dizia: "Depois você terá vontade de lamber os dedos". [illegible]

[illegible]

As várias opções de Hector Campora

A menos de um mês de sua posse, Hector Campora sofre pressões de vários grupos, na elaboração de seu programa de governo.

Por Alberto Carbone, nosso correspondente

A uns 20 quilômetros a oeste desta capital, onde já começam os Pampas e os bairros mostram a uniformidade de suas casas baixas, cerca de 150 rapazes, todos peronistas, reuniram-se na noite de terça-feira passada para discutir as tarefas concretas de seu movimento, a partir do dia 25 de maio, após a posse de Hector Campora na presidência da República.

A discussão se prolongou até o amanhecer, e durante os debates os termos mais ouvidos eram: "expropriação", "nacionalização" e "ocupação". Um dos projetos, que consumiu quase duas horas de polêmica, era o da ocupação do Hotel Sheraton, da ITT, inaugurado há poucos meses e avaliado em oito milhões de dólares, para transformá-lo num hospital de crianças, passando também a chamar-se "edifício Luis Abal Medina", um guerrilheiro morto há dois anos e irmão do atual secretário-geral do Partido Justicialista, Manuel Abal Medina.

Nesta mesma noite, Manuel declarava que "dentro do movimento peronista, não se havia discutido a possibilidade de expropriações", e prometeu que não se repetiria o caso do jornal *La Prensa*, que durante o governo de Juan Domingo Perón foi tomado pelos trabalhadores. O secretário-geral do Justicialismo, além de tranquilizar os proprietários do matutino conservador, uma das mais tradicionais e oligárquicas famílias da Argentina, os Gainza Paz, garantiu que o "*La Prensa* poderá até aumentar a sua tiragem fazendo oposição a Campora". Esta promessa foi recebida com manifestações de desagrado pelo sindicato de jornalistas, que há semanas propuseram em diversas assembléias da classe, a necessidade de mudar a forma como estão sendo usados e controlados os meios de comunicação no país.

Dois dias antes, Vicente Solano Lima, vice-presidente eleito, recebia em seu escritório político, no Hotel Crillon, volumosas pastas contendo projetos para aplicação na indústria, comércio, agricultura e outros setores, elaborados pelo chamado "Comando Tecnológico" da Frente Justicialista de Libertação (FREJULI). As pastas foram também entregues à direção peronista (os peronistas integram a FREJULI, junto com conservadores, desenvolvimentistas e outros grupos políticos), que passou a analisar o seu conteúdo com algum desinteresse, já que muitas das teses existentes em seu interior foram elaboradas por "desenvolvimentistas" filiados ao ex-presidente Arturo Frondizi, um aliado de última hora de Campora.

Os programas de governo atualmente em estudo entre os dirigentes da FREJULI, mais do que um instrumental prático de orientação para a futura administração, refletem em seu conteúdo as diferentes tendências existentes dentro do movimento justicialista. Daí resulta que muitos dos projetos encaminhados a Hector Campora acabarão se transformando em instrumento de luta entre os partidos da FREJULI, obrigando o futuro presidente argentino a deixar de lado as grandes formulações de seus assessores para aferrar-se a um pragmatismo, determinado pelas circunstâncias políticas que encontrar durante seu mandato.

Para os setores empresariais que apoiam Campora, especialmente os agrupados na Confederação Geral Econômica (CGE) — de médios empresários — e os ligados à União Industrial Argentina (UIA) — grandes empresários, o programa básico é o da reativação do mercado interno, aumento do consumo, uma "pacificação social" que garanta um clima de trabalho estável e sem conflitos. Estas medidas contam — em sua maioria — com o apoio da burocracia sindical peronista, interessada de um apaziguamento de ânimos entre os trabalhadores argentinos.

Equipes técnicas, integradas por profissionais peronistas, também elaboraram seus próprios projetos. O conselho de Planejamento, dirigido por Leopoldo Frenkel, representante do setor mais moderado dentro da FREJULI, elaborou um programa de conteúdo desenvolvimentista e modernizador, incentivando um maior controle sobre os investimentos norte-americanos na Argentina. Deste grupo, até o momento, são conhecidos apenas em detalhes, planos na área econômica e de saúde pública. A ele estão vinculados os peronistas de origem cristã e a maioria dos integrantes do "frondizismo", aparentemente o setor mais empenhado em ganhar posições-chave nos Ministérios do futuro governo.

Outro grupo que já apresentou seus trabalhos é o Conselho Tecnológico Peronista, dirigido pelo cientista Rolando Garcia. Trata-se de um setor bastante vinculado à Juventude Peronista, e em seu trabalho classifica as diversas sugestões como uma ajuda à "tendência revolucionária peronista". Ele conta com o apoio decidido de Perón e seus projetos abrangem questões econômicas, saúde pública, educação, habitação, agropecuária, todos com um claro conteúdo socialista, onde a participação popular é apontada como o elemento básico.

Para os jovens peronistas, "governar é mobilizar". Por isto, num dos trabalhos feitos pelo Conselho Tecnológico Peronista, seus autores afirmam que a "organização e militância das massas deverão apontar — seja qual for o conteúdo ideológico do futuro gabinete — a solução do problema salarial e do controle dos preços". Para este setor, "um programa reformista nas mãos do povo é revolucionário, mas nas mãos dos burocratas transforma-se em entreguismo". O problema é, então, quem terá a hegemonia: os setores que incentivam a mobilização popular, ou aqueles que, a partir dos postos de direção, estariam interessados em impedir a participação das massas na execução das medidas do governo".

As questões econômicas e sociais no entanto só poderão ser resolvidas nas primeiras semanas de governo de Hector Campora, já que, no momento, o problema político criado pela oposição militar à anistia dos presos políticos e a questão da escolha dos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, bem como dos critérios para nomeação dos ministros militares, são prioridade absoluta na agenda da direção peronista.

No que se refere à anistia, as coisas não andam bem para os planos de Campora. Na terça-feira da semana passada, falando numa solenidade relacionada com a morte do general Juan Carlos Sanchez, executado por guerrilheiros no ano passado, o general Elbio Anaya, comandante do Segundo Exército, foi muito claro: "Se as portas das prisões se abrirem para permitir a libertação de assassinos subversivos, terá chegado a hora de novamente desembainhar as espadas".

Os militares argentinos entendem também que são eles que indicarão os seus comandantes e o ministro da Defesa, contrariando declarações de Campora, que prometeu "não aceitar imposições de nenhum tipo". Da definição destes dois problemas é que dependerão em muito as medidas que os peronistas adotarão no campo econômico e social, nos seus primeiros meses de volta ao poder.

Agora, a "OEA dos latinos"

Desde a fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA), os países que a integram acreditaram na possibilidade de que a noção de igualdade jurídica entre Estados poderia garantir uma convivência harmoniosa entre nações ricas e pobres, num mesmo organismo. Hoje, muitos países latino-americanos passaram a achar que esta igualdade é teórica, e que, na prática, as relações com os Estados Unidos não são tão pacíficas e tranquilas como imaginavam.

Pelo menos isto foi o que os delegados do Chile, Peru e Uruguai deixaram mais ou menos claro durante a assembléia-geral ordinária da OEA, na semana passada, quando apresentaram um projeto de fundação da "OEA dos latino-americanos", da qual os Estados Unidos não participariam. Venezuela, Colômbia, Equador e Costa Rica não chegaram tão longe, mas em propostas separadas, na mesma ocasião, exigiram uma "imediata reforma dos estatutos da OEA, para evitar que esta não se transforme rapidamente numa deplorável ficção jurídica".

O coro de reclamações contra o que a maioria de países latino-americanos classificou de "paralisia" do organismo interamericano contou com vozes que lamentavam desde a falta de empenho de funcionários, sem atribuir culpa maior à estrutura, até outras que pregavam, de forma indireta ou velada, o abandono puro e simples da organização fundada por iniciativa norte-americana na época da guerra fria. Todas afinavam-se no entanto nas queixas quanto à preponderância exagerada da influência dos EUA.

Nos bastidores da OEA, era voz corrente que a proposta chileno-uruguaio-peruana era muito mais do que uma simples reforma. Na verdade, segundo os comentários, a sugestão abria as portas para um possível reconhecimento de Cuba, sem as restrições existentes nos complicados dispositivos jurídicos da OEA. Além disso, falava-se que, se a proposta for aprovada (não sem antes uma prolongada etapa de discussões e negociações), o próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), onde os EUA têm uma influência majoritária, acabaria se dividindo também num "BID dos latino-americanos".

Os defensores da OEA sem os EUA alegam que os países ao sul do rio Grande já dispõem de experiência suficiente na condução de seus próprios interesses políticos e econômicos, graças à Comissão Especial de Coordenação Latino-americana (CECLA), à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e ao fato de já terem atuado na forma de bloco diplomático nas reuniões da UNCTAD e na ONU.

Entre os norte-americanos a declaração mais significativa a propósito da "OEA dos latinos" foi do jornal *Washington Post*, num editorial intitulado *Por Que Não Sair da OEA?* "Os norte-americanos têm grande responsabilidade no processo de degradação da Organização dos Estados Americanos, pois utilizaram com frequência este organismo para alcançar os seus próprios objetivos, não se importando sobre a sua real utilidade para seus sócios", disse o jornal.

Em Lima, um jornal governista foi mais radical. Depois de fazer um retrospecto da rebeldia latino-americana contra os Estados Unidos, dizendo inclusive que muitos diplomatas do continente não querem mais participar de reuniões hemisféricas em Washington "pois lá eles são quase que ignorados pelos jornais e TV", o *Expreso* afirma: "os latino-americanos precisam é de uma declaração de independência igual à dos norte-americanos em relação à Inglaterra".

A luta fora da tela

VETADO

Atualmente arbitrada pelo Instituto Nacional do Cinema, a antiga luta entre exibidores e produtores teve mais um assalto na semana passada. Os presidentes dos sindicatos das empresas exibidoras de São Paulo, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas e Rio de Janeiro enviaram um manifesto ao ministro Jarbas Passarinho atribuindo o fechamento de 65 cinemas (de Minas e São Paulo) aos "erros e desmandos do INC" e exigindo uma "ampla revisão da política e da conduta da autarquia".

No dia seguinte à divulgação deste manifesto, os produtores cinematográficos reuniram-se para defender o acusado e explicar o motivo do fechamento dos cinemas. Segundo os produtores, os exibidores mentiram ao alegar que o motivo pelo não cumprimento da lei de obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais (que causou o fechamento dos cinemas) era a falta de filmes inéditos. "A verdadeira razão", asseguraram os produtores, "foi o exagerado número de dias que a maioria dos cinemas devia, pois alguns deles, desde sua inauguração, nunca tinham exibido filmes brasileiros". (Num levantamento de filmes já censurados mas inéditos comercialmente, comprova-se o argumento dos exibidores. *Barão Olavo, o Horrível*, *Vida de Artista* e *A Fera* e o *Rei Bangue Bangue*, entre outros, aguardam sua vez, pacientemente numa enorme fila.)

A rigor, trata-se do mesmo combate com apenas uma nova característica: colocado na arena, o juiz também está sujeito a levar alguns golpes. Nossos críticos de cinema, Sérgio Augusto e Jean-Claude Bernadet, discutem o assunto.

O INC visa a indústria
e não a cultura.
Por Sergio Augusto

Desde sua criação, há oito anos, que o INC ouve as mesmas queixas e acaba convocando todos a fumarem o cachimbo da paz com soluções conciliadoras mas in-satisfatórias para as duas partes em litígio. Foi assim com o aumento de dias de exibição obrigatória de filmes nacionais (os produtores queriam passar de 56 para 112 e tiveram de contentar-se com 84) e continuará sendo enquanto a nossa indústria cinematográfica for escrava de favores governamentais. Abalisando-se friamente a discussão, sem preconceitos emocionais (não há dúvida que o coração tende sempre para o lado dos produtores), e admitindo-se como fato indiscutível serem os exibidores uma base vital da indústria, temos de aceitar as soluções tomadas até hoje pelo INC como as únicas viáveis dentro do sistema.

Euforia falaciosa

O recente fechamento de 65 cinemas em São Paulo e Minas foi uma medida de proteção necessária, não só à indústria nacional de filmes, mas também aos brios do próprio Instituto. Dessa vez os exibidores foram contrariados. Chegará a vez de os produtores acusarem o INC, como já fizeram em outras brigas, de "erros e desmandos". Quem sabe se o Instituto, uma vez mais, vai tirar o corpo fora no controle (leia-se diminuição) do volume de filmes estrangeiros (389 em 1970, 410 em 71 e 414 em 72) lançados comercialmente no Brasil?

O cinema brasileiro vive um momento de euforia falaciosa como nos tempos da Vera Cruz. Do ponto de vista cultural — o único que, a rigor, me interessa — o sucesso de produções do gênero *Independência ou Morte*, *A Viúva Virgem* e *A 300 Km por Hora* não me diz absolutamente nada. Seria ingenuidade supor que uma indústria alimentada com o êxito popular desses arremedos subdesenvolvidos do cinema comercial estrangeiro possa servir de infra-estrutura para a produção de filmes culturalmente relevantes. Ao sucesso de *Independência ou Morte* sucederá, naturalmente, *O Descobrimento do Brasil*. Ao sucesso de *A Viúva Virgem* sucederá, certamente, *A Desquitada do Balacobaco*.

O que o INC pode oferecer são medidas burocráticas de interesse [illegible] indústria de [illegible] ao cinema [illegible]. Quanto à Embrafilme, órgão do Ministério de Educação, que financiaria os produtores nacionais, é um sonho dourado para os que ambicionam realizar obras bem comportadas.

A máscara no protesto
dos exibidores.
Por Jean-Claude Bernadet

O mercado exibidor brasileiro é abastecido em grande parte (parte que, pelo que se sabe, ainda não foi calculada com precisão) por filmes estrangeiros, deixando apenas uma pequena área para o filme nacional. Para tornar economicamente viável a indústria cinematográfica brasileira é necessário que ela disponha de uma parcela de mercado muito maior que a atual. A conquista desta parcela implica obrigatoriamente numa mudança das fontes de abastecimento dos exibidores, que terão que se abastecer menos nos produtores e distribuidores estrangeiros e mais nos brasileiros. São mudanças que por sua vez obrigam a uma reorganização das distribuidoras e exibidoras que atuam no Brasil, numa modificação de seus métodos de trabalho e de seu relacionamento com o público. É, porém, esperado que os exibidores reajam contra uma reestrutura do mercado do cinema no Brasil, já que isso vai perturbar seus negócios, que são basicamente a comercialização de filmes estrangeiros. Essa reestruturação, é verdade, vem se dando lentamente, o que caracteriza uma fase de transição, marcada por uma série de conflitos entre os interesses dos produtores (colocar mais filmes brasileiros no mercado) e dos exibidores (não alterar a comercialização dos filmes estrangeiros).

Em última análise, porém, parece pacífico o fato de que eles não estão vivendo um fenômeno isolado no processo de industrialização brasileira. Sempre que houve a substituição de um produto estrangeiro importado pelo similar nacional, seguiu-se uma fase de reação negativa por parte dos vendedores do produto estrangeiro, e por parte dos consumidores.

Argumentos contestáveis

Basicamente, no entanto, esta fase de transição não pode ser senão conflitiva, já que, no seu conjunto, os exibidores não se associam aos esforços da produção (com as eventuais honrosas exceções de praxe). Esses conflitos são baseados principalmente no fato de que o filme estrangeiro tem, ao chegar ao Brasil, um custo inferior de uma produção média brasileira. Sem fundamento, porém, os exibidores costumam mascarar a situação — em si, conflitiva — acrescentando a ela argumentos contestáveis. Entre eles está o de que o INC não foi capaz de elevar o nível qualitativo do cinema brasileiro. A qualidade é uma questão bastante subjetiva que os exibidores não levantam em relação ao cinema estrangeiro, e que aliás, não lhes importa: importa é se o filme dá ou não dinheiro. Outro argumento (do manifesto dos exibidores) reclama para eles, exibidores, um amparo "em conjunto" com a produção. Ora, se se quiser desenvolver a produção, é impossível dar aos dois o mesmo tratamento, visto que é a atual situação da exibição e da distribuição que bloqueia a produção. E, por outro lado, é indiscutível a evolução da produção cinematográfica brasileira em termos empresariais. A título de exemplo: os dois filmes de maior bilheteria de 1.º de janeiro a 30 de setembro de 1972 são brasileiros: *A 300 Km por hora*, com Cr$ 4.575.144,00 e *A Viúva Virgem*, com Cr$ 3.740.709,00. A melhor renda de filme estrangeiro para o mesmo período só vem em terceiro lugar: *007, Os Diamantes São Eternos*, Cr$ 3.362.986,00 (dados do INC).

Em resumo, apesar do tom pomposo, o documento (*A Verdade Que Precisa Ser Dita*), lançado pelos exibidores no último dia 5, não traz qualquer informação substancialmente nova para um debate antigo.

VETADO

A dança e a contradança

As aulas de Margot
Fonteyn e as dificuldades
do balé brasileiro

O Royal Ballet de Londres excursiona pelo Brasil. É um espetáculo cujas poltronas custam Cr$ 250,00 e profissional. Para recebê-lo os empresários brasileiros tiveram de depositar em um banco a garantia de Cr$ 1 milhão. Neste momento, as pessoas ligadas ao balé no Brasil aproveitam para fazer um balanço dos resultados conseguidos por essa arte no país. Ouvimos uma dessas pessoas, a bailarina Dalal Achcar, principal responsável pela vinda do Royal Ballet ao Brasil.

A primeira dama do balé mundial, Margot Fonteyn, [illegible] Escola Municipal de Bailados de São Paulo para dar uma [illegible] alunos. Ninguém [illegible] mão da brasileira [illegible]. Margot procura [illegible] roupa algum [illegible] Ballet de Londres [illegible] sala. Parecem [illegible] emparedados [illegible] professores [illegible] morta. Cinco minutos [illegible] estúdio onde Margot [illegible] prendeu em 40 anos de carreira. Sua [illegible] é de passos [illegible] e três velhos bailarinos. Todos operam [illegible] pela artista que chega atrasada. Uma [illegible] depois [illegible].

[illegible] sala as luzes, Dalal, amiga de [illegible] Fonteyn desde quando [illegible] balé na Inglaterra [illegible] com ar desolado:

[illegible] Brasil simplesmente não [illegible] na década de 40 houve algumas tentativas, como o balé da juventude, as tentativas de Igor Schwezoff, as de Tatiana Leskova. Naquela época, com a guerra, os principais bailarinos procuravam os países que não estavam envolvidos. Terminada a guerra, eles iniciaram o retorno ou se fixaram em outros países, onde houvesse maior tradição de balé. No Brasil, a última tentativa séria e [illegible] foi o balé do 4.º centenário de São Paulo, que se extinguiu [illegible] comemorações. Fatos [illegible] que o balé é o que [illegible] onde não existe [illegible] a arte vai para segundo plano. Não ganha milhões na [illegible] Isto sem a [illegible]. [illegible] "eles não têm" [illegible], e não é uma camada de [illegible] o concreto. Assim não há [illegible] tendão de Aquiles que [illegible] numa renovação dos [illegible] de balé do clima em cinco anos. Ao mesmo tempo, não há platéia. Não há profissão porque não foi regulamentada. Tudo se transforma num círculo vicioso, e a grande [illegible] é a cultura do povo brasileiro".

Dalal diz essas últimas frases com os olhos nas linhas do corpo de 52 anos de Margot Fonteyn, no fundo do estúdio. No balé, dizem os especialistas que duas horas de treino correspondem a um trabalho normal de oito horas, tal a concentração exigida. E quem se aventura a ganhar apenas mil cruzeiros neste trabalho em que a coisa mais importante é cuidar do corpo?

— No balé, a carreira é curta e limitada, além de não deixar nenhum registro das coisas. O balé tem pouca a ver com um documento da realidade. É difícil deixar registros, como a música, as artes plásticas. O fim da bailarina chega aos 45 anos. É uma carreira tão rápida quanto precoce, onde seu praticante atinge a correspondência do nível universitário aos 14 anos, estagia aos 17 e aos 18 já dança em companhias. Isto cria uma defasagem cultural e à maioria das crianças se impõe para estudar no início da carreira enquanto estuda outras [illegible] na escola normal e que não têm a mínima importância para o balé. Por isso estão certas as autoridades educacionais da Rússia, Estados Unidos, Holanda e Inglaterra, onde o balé é sério e os que o estudam têm as outras matérias incluídas no seu currículo normal. No Brasil a classe mais rica é muito animada para se dedicar a uma atividade que exige muita tenacidade e resistência física e mental. A outra, a pobre, precisa pensar primeiro na sua sobrevivência e sabendo que o balé não é reconhecido nem regulamentado, portanto não é uma profissão, não fazem dele um ideal de vida. Assim ele fica espremido, caminhando por uma estreita faixa.

O que se sabe do balé brasileiro é que a maioria é inteligente, talentosa e busca soluções. A outra coisa é que a classe, ou o que restou dela, reduzida e limitada, é desunida. Essa desunião é a mesma que ocorreu na Inglaterra há 45 anos, quando havia [illegible] de ensino de balé. Creio que o Brasil também tem que buscar um estilo de balé e um sistema de [illegible]. O sistema foi o Royal Ballet que [illegible], e a vinda do [illegible] ao Brasil é a expressão [illegible] uma união e [illegible]. Margot é a atual diretora da Royal Ballet School que forma e prepara professores para todo o mundo e corpo examinadores para os professores do ciclo primário e médio e do ciclo universitário. Ela já tinha conseguido um grande passo quando em 1969 revolucionou o mundo do ensino da dança sugerindo que esta arte poderia ser praticada até por aqueles que não pretendem um dia serem bailarinos profissionais. Ela descobriu e propagou, então, que o balé poderia servir como fonte de comunicação, que havia muita informação no balé.

A mim coube introduzir o sistema no Brasil, afirma Dalal. Em 1971, 197 alunos foram examinados e receberam um diploma conferido pela escola inglesa com quem troquei informações sobre balé, atestando a boa qualidade do ensino e seu aproveitamento. No ano seguinte, 998 alunos receberam certificados da escola e este ano se esperam 2 mil inscrições. Estamos conseguindo unificar ao menos o aprendizado em Brasília, Pernambuco, Bahia, Guanabara, Belo Horizonte, mas em São Paulo é mais difícil porque na capital, por exemplo, há problemas geográficos e as escolas estão agrupadas em bairros, etc.

Por isto é porque há quase 10 anos todos os anos pelo menos duas vezes vou à Inglaterra, converso com ela e tento encontrar uma data vaga para apresentações no Brasil. Suas apresentações podem servir de exemplo, para as autoridades, de como se pode ajudar um país de outras formas. O público é e está sedento de arte. O dinheiro precisa ter sua atenção chamada para a dança. Há seis anos que se luta pela regulamentação da profissão e minha esperança é que a vinda de grupos como o Royal Ballet e o Alwin Nikolais sirvam de estímulo. (Cynda)

GUIA DE SÃO PAULO

VETADO

CINEMA

Os Pecados de Todos Nós — Oportunidade de ver Marlon Brando, ao lado de Liz Taylor, cometendo pecadilhos permitidos — adultérios, homossexualismo, voyeurismo, etc. — já que o "grande pecado" de **Último Tango em Paris** continua excomungado ao público brasileiro. Astor e Ipiranga.

TEATRO

Labirinto — A volta de Walmor Chagas numa auto-análise da condição do homem e do profissional. Walmor diz (bem) textos de Fernando Pessoa, Unamuno, Drummond, Rimbaud, Chico Buarque e Caetano Veloso, entre outros, segundo roteiro de Flávio Império e Maria Thereza Vargas. Teatro Cacilda Becker.

ARTES PLASTICAS

Rebolo — 320 obras de um autor de 2.500 que se orgulha de um dia ter sido pintor de paredes e hoje viver da arte. No MAM.

MÚSICA

Macalé — Estréia dia 16, no Teatro das Nações, com a participação especial de Tenório Jr. no piano e percussão.

Ana Maria

GUIA DO RIO

CINEMA

Amigo É pra Essas Coisas — Comédia depravada e supostamente engraçada sobre uma mulher masoquista (Dyan Cannon) que acaba se prostituindo na ânsia de vingar-se de um marido adúltero e moribundo. É provável que o oportunista Otto Preminger tenha pretendido fazer algum comentário social sobre a hipocrisia da sociedade americana, mas seu filme é um modelo de porco-chauvinismo. Cines Pax, Scala, Ricamar e outros.

Tati, a Garota — Estréia de Bruno Barreto (filho do produtor Luís Carlos Barreto) com a quarta adaptação cinematográfica da obra do escritor Aníbal Machado. Tecnicamente correto, até demais para um debutante tão jovem (17 anos) em um cinema geralmente tão amadorístico quando o brasileiro. Bruno acha que o texto de Aníbal é "lírico, romântico e realista". O que sobrou na tela — após zooms gratuitos e enfáticos comentários musicais — é lírico, romântico e realista, como uma telenovela. Destaque para Hugo Carvana. Circuito Metro.

Sergio Augusto

MÚSICA

Gilberto Gil — Um show intencionalmente descontínuo, fatiando climas que se alternam sem a "coerência" dos espetáculos tradicionais. (Gil começa com uma música nova e vibrante — **Essa É pra Tocar no Rádio** — tocando guitarra elétrica, para depois, ao violão, tocar um arranjo lento e quase litúrgico de **Ponto de Iansã**), obrigando o público a permanente atenção à espera da próxima surpresa. Gil tem nesse espetáculo a oportunidade de reafirmar sua condição de autor, no sentido que comprova, mais uma vez, seu papel de artista original e inovador.

Abel Silva

PICASSO (1881-1973)

A mais multiforme, a mais original, a mais poderosa personalidade das artes visuais dos primeiros três quartos do século. Um homem que teve um dom natural prodigioso e que o usou para mudar o universo da arte. A vida e as revoluções de Pablo Picasso

Um homem e um século

Jacques Michel
Le Monde

Suas obras eram menos originais e menos poderosas que as de Matisse: sua simples qualidade de pintor era menos profunda que a de Braque. Era talvez na pura inventividade de sua imagem plástica que estava sua grandeza. Havia Picasso, o [illegible]. Picasso, o cubista. Picasso, o surrealista. O ceramista Picasso, o gravador Picasso. Picasso, o escultor. Picasso, o soberbo desenhista. Picasso, o efervescente e exuberante. Picasso, o triste e carrancudo. Picasso, o financista astucioso. Picasso, o sedento de publicidade. Picasso, o espanhol em combustão permanente. Picasso, o brincalhão e inventor de charadas. Picasso, o generoso. Mesmo Picasso, o autor teatral. Um gênio dos tempos, um homem que esperou maravilhosas e algumas vezes insultantes mudanças na arte, Pablo Picasso foi sem dúvida a mais original, a mais multiforme, a mais poderosa personalidade das artes visuais dos primeiros três quartos do século. Um homem que teve um dom natural prodigioso e que o usou para mudar o universo da arte.

"Henri Matisse e George Braque, dois pintores de estatura assegurada na arte moderna, também foram originais, mas antes desenvolveram um estilo definido e prenderam-se a ele. Enquanto isso Picasso, com sua criatividade febril e o talento profuso que o acompanhou até a velhice, foi um homem de muitos estilos, cuja vida artística revela um processo de constante descoberta. Ele criou seu próprio universo povoando-o com os seres humanos que ele produziu, e suas próprias formas de bestas e mitos", diz Alden Whitman, crítico do *New York* [illegible]. Sua própria imagem física dá [illegible] energia vital que se concen[illegible] — e emanava — em seus trabalhos. Picasso era um homem baixo, ombros e braços largos, musculosos. Ele orgulhava-se de suas mãos e pés pequenos e de seu tórax peludo. Na velhice seu corpo era firme e compacto, e sua cabeça de bata de camisa, quase careca, lisa como bronze. Encravados nessa cabeça, profundos olhos negros de tal forma penetrantes e alertas que se tornaram sua marca registrada.

Um homem de extraordinário signo, uma espécie de um Minotauro de seus próprios desenhos, Robert Hughes, da revista *Times*, numa matéria de capa que celebrou os 90 anos do mestre, que morreu na semana passada com 91, imaginou o que dava a impressão de ser um dia de rotina na vida deste homem imprevisível:

"Supõe-se que tudo deva começar com um luminoso *breakfast* de testículos de bode. A seguir, cercado por um rebanho de admirados e domésticos pombos, ele desce ao estúdio e produz 30 gravuras, dois murais e uma natureza morta. No almoço, depois de um sapateado diante dos lívidos repórteres de uma equipe do *Paris Match*, ele ensina ao toureiro Domínguin alguns segredos na arte de demolir um touro. Agora é a vez da olaria, de onde 83 vasos de cerâmica depois, Picasso ironiza seu chuffer e sai para capturar três virgens na praia. Elas são defloradas durante a *siesta* e retiram-se gozando gradualmente para escrever suas memórias.

Restaurado, o mestre enche o tempo monótono de espera do jantar com uma dúzia de retratos. A omelete palpita sob seu garfo incapaz de deduzir sua própria sorte. Ela também será consumida mais "Picasso". Um silêncio verde e noturno reina no jardim, quebrado apenas pelo clamor surdo de milionários gregos entupindo a caixa de cartas de Picasso com notas de mil dólares na esperança de que ele assine uma delas. Mas o dia terminou"...

Embora isso seja apenas parte de sua extraordinária lenda, na verdade ele foi um homem de muitas mulheres e de uma fertilidade artística fantástica. Também é inegável que Picasso foi um Midas do século XX. Seu traço valia ouro, assim como sua assinatura.

Há 25 anos ele pintava todos os dias, à exceção de 1966 — ano em que foi operado e não pintou uma única tela. Sua obra pictórica está incluída nos 26 volumes do catálogo feito por Christian Zervos: cerca de 10 mil itens. Ainda assim existem por volta de 3 mil desenhos, não incluídos, doados a Barcelona e há ainda a reserva pessoal do pintor, avaliada em 3 mil telas. O cálculo de sua produção média anual era de 200 telas, produção que foi respeitada até seus últimos 12 meses de vida. Picasso, porém, sabia o que fazer da venda de seus quadros. Atribui-se a ele enormes famendas na França e alguns investimentos excelentes. Entre eles, na certa, não estão incluídos seus gestos largos de generosidade. "Por muitos anos", conta Henry Kanweiler, seu principal *marchand*, "ele amparou mais de uma dúzia de pintores indigentes". E sempre que foi preciso fazer alguma caridade, ele contribuiu espontaneamente. Deu, além disso, grandes somas para o lado republicano da Guerra Civil Espanhola e aos grupos de refugiados, depois da derrota dos republicanos, que se estabeleceram na França.

Um ponto de referência na história do século XX, Picasso era, contudo, segundo uma espécie de biografia escrita por uma de suas mulheres, Françoise Gilot, um homem imerso em dúvidas, como qualquer mortal. "Ele sempre aconteva imerso numa onda de pessimismo e havia uma espécie de ritual a ser seguido, uma litania diária", conta Gilot em *Minha Vida com Picasso*. "Estou perto do desespero", lamentava-se Picasso. "Gostaria de saber porque realmente eu devo me levantar. Por que devo pintar? Por que continuar a existir dessa maneira? Uma vida igual à minha é insuportável".

Parte de seu mau humor podia ser deduzido a partir do estado deplorável em que mantinha seu quarto de dormir.

"No fundo havia uma alta secretária, estilo Louis XIII", conta Gilot. E colada à parede esquerda, uma arca da mesma época totalmente coberta de papéis, livros, revistas e cartas que Pablo nunca respondia, desenhos empilhados e pacotes de cigarros. Em cima da cama estava uma lâmpada elétrica nua. Atrás da cama, desenhos de que Picasso particularmente gostava, presos por pregadores de roupa.

As cartas que ele achava importantes, que ele não responderia, mas mantinha consigo como uma lembrança e penitência permanente, também ficavam presas por pregadores em metas enticadas do fio da luz à chaminé. Não havia mais mobília, exceto uma cadeira suera, de madeira laminada".

Ele morreu, se é que morreu, trabalhando. "Pintar é meu *hobby*", ele disse um dia. "Quando acabo de pintar, penso de novo para descansar" barrocos do gênio catalão, fiente da arte de Gaudi e de El Greco.

Seu estilo ainda não havia nascido, mas ele já aborda um tema que vai ter grande lugar na sua obra: o touro na arena. Os desenhos que ele publicava na revista *Pel y Plomo* já mostravam uma originalidade acima da produção corrente. No início do século, ele cede à atração da "Cidade-Luz", de onde seus amigos escreviam para ele. Em outubro de 1900 ele desembarca às margens do Sena, onde encontra uma grande colônia espanhola. Tem 19 anos.

Em Montmartre, leva uma vida boêmia com seu amigo o escultor Manolo, desenhando e pintando cenas de Paris. Depois de voltar a Málaga, Madri e Barcelona, vai novamente para Paris onde começa a estudar a pintura de Gauguin, Van Gogh, Toulouse-Lautrec e Vuillard e também os pintores consagrados: Renoir, Degas e outros impressionistas. Faz um curso de história das artes com os grandes mestres do Louvre, onde estuda também os mistérios da estatuária egípcia, cujo arcaísmo aparecerá na sua obra.

De repente ele se revela: aparece o primeiro *Arlequim*, pintado no ano de 1901 e que anunciava as correntes pictóricas que vão tomar conta de seus pincéis. Sua primeira exposição parisiense foi uma iniciativa de Vollard e mostrou, em junho de 1901, os desenhos espanhóis de Picasso.

Período azul

No fim desse mesmo ano aparece em sua pintura o azul de Cézanne, que iria inundar seus quadros de uma luz glacial e monocolor, por onde passará o universo miserável que foi, sem dúvida, o seu seria *época*. Ele abandona as paisagens e as cenas de rua. Encontrou o tema em que ficará mais à vontade: a figura humana se destacando sobre um fundo neutro.

Em 1904, Picasso se instala definitivamente em Paris, em uma casa chamada por Max Jacob de Bateau-Lavoir. Começa o período montmartriano de cinco anos, durante o qual ele encontra Fernande Olivier, que se torna sua companheira. No Bateau-Lavoir se reunem os talentos de vanguarda da época: Max Jacob, Apollinaire, Mac Orlan, Juan Gris, Freundlich. A casa é muito visitada. Ali vão Marie Laurencin, Braque, Derain; os *marchands* Berthe Weil,

continua na página 20

continuação da página 19

Vollard e Kahnweiler, seu *marchand* até hoje.

Nessa época ele frequenta o circo e produz *A família de saltimbancos* (1905). Começa a ter sucesso: a americana Gertrude Stein e o russo Serguei Stchukine são seus admiradores. Sua pintura agora tem tonalidades rosa e seus arlequins são mais otimistas. Depois de uma temporada em Andorra, sua pintura muda de estilo. O desenho será mais refinado, intenso, os volumes serão arquitetônicos e as cores ocre e cinza, uma estética inspirada na escultura ibérica pré-romana. Até 1907, sua obra será a preparação de uma tela que modificará o curso da história da pintura: *Les Demoiselles d'Avignon*. O sentimento que ele tinha buscado nas esculturas espanholas é reencontrado no seu auto-retrato montado sobre o corpo de um dos dois personagens centrais das *Demoiselles d'Avignon*.

Um salto na pintura

Nessa obra, de formas quebradas, onde parece presente o espírito de Cézanne, são vistos à esquerda os tons avermelhados do período rosa, à direita traços do período azul. Com todas as formas naturais quebradas, a pintura acabara de entrar numa nova era, entregue à incompreensão dos contemporâneos. Nada de saltimbancos melancólicos. Nada de neoclassicismo. Picasso, aos 26 anos, fazia a pintura dar um salto. Braque, Matisse, Vlaminck, Derain, Friesz (*Les Fauves*, feras) tinham "libertado a cor". Picasso acabou com a tirania da natureza.

Picasso pinta, nessa época, com uma energia pouco comum, mas não é uma busca. As novas imagens vêm por si mesmas: "Eu não procuro, encontro". Ele continuará, à sua maneira, esse "cubismo" que tornará as imagens mais imprevistas e novas.

Por volta de 1915, depois de vaguear pelas formas barrocas, ele volta à linha reta com *O Arlequim*. É o cubismo chamado sintético que estiliza os personagens em formas abstratas, como se as cortasse com uma tesoura. O gênero iria culminar com as duas versões dos *Três Músicos*, em 1921. Em 1917 Jean Cocteau o leva a Roma, onde ele encontra Stravinski, do qual pinta um retrato, e Olga Koklova, dançarina de balé, com a qual se casa.

Nas cenas de banhos de mar, em 1923, aparecem enormes nus com pequenas cabeças que parecem voar, nos quais alguns vêem um tratamento irônico do tema clássico das mulheres no banho. Ao mesmo tempo, o seu cubismo toma formas cada vez mais curvilíneas, com cortes maleáveis e desligados. No momento em que se pensa que ele está fechado num estilo, Picasso recomeça tudo, como se nunca houvesse desenhado. A deslocação das formas inaugurada com *Os Três Dançarinos* (1925) desenvolve-se no *Minotauro*, em *As Mulheres Sentadas* e em *O Acrobata*. O seu pincel tem uma energia extraordinária.

Na primavera de 1932, ele pinta uma série de mulheres deitadas. No verão desse mesmo ano a galeria Georges Petit, de Paris, apresenta uma grande retrospectiva de Picasso: 236 obras. No ano seguinte, ele faz cabeças de mulheres no estilo do movimento de Apollinaire. O modelo é sua nova companheira Dora Maar. Em 1935 ele pára um pouco de pintar. Dedica-se então, com grande vitalidade, à gravura. Sua longa série *O Pintor e Seu Modelo* é como que uma narração. Nela estão as gravuras encomendadas por Vollard, que constituem um dos grandes momentos da sua obra. É também a época em que escreve poemas e frequenta os seus amigos surrealistas.

Guernica

Em 1937 ele faz uma série de gravuras anti-franquistas, *Sonhos e Mentiras de Franco*. Em 1937, *Guernica* é apresentada na exposição mundial de Paris, no pavilhão da República da Espanha. Essa tela está hoje no Museu de Arte Moderna de Nova York.

Em *Guernica* há toda uma mitologia do sofrimento e da violência: uma mãe com o filho morto; um cavalo ferido num extraordinário movimento de dor simboliza o povo; um touro, força cega, que representa a brutalidade, olha sem compaixão a carnificina. O outro grande afresco de Picasso, depois de *Guernica*, foi *Pesca à Noite em Antibes* (1939).

Durante a guerra ele fica em Paris, embora os amigos insistam para que ele vá para os Estados Unidos. Durante esse tempo, ele se consagra à escultura. Seis semanas depois da libertação, no dia 25 de agosto de 1944, é inaugurado o Salão da Libertação. É a primeira grande manifestação de arte livre depois de quatro anos de ocupação alemã. A obra de Picasso ocupa uma sala inteira, com 74 pinturas e cinco esculturas. Ele acabara de aderir ao Partido Comunista Francês, do qual faziam parte seus melhores amigos, como Paul Eluard e Aragon. A exposição provoca manifestações de estudantes de direita, que danificam algumas telas.

Em 1947, ele se instala no palácio dos Grimaldi, a convite do diretor do museu de Antibes, para poder pintar à vontade. Mais tarde, o palácio dos Grimaldi foi transformado no Museu Picasso. Outra atividade dele, nessa época, é a litografia. Em 1952, ele pinta, numa capela que lhe foi oferecida pela prefeitura de Vallauris, dois grandes afrescos — *A Guerra* e *A Paz*. Em 1956, Clouzot roda o filme *O Mistério Picasso*, apresentado no Festival de Cannes, de 1956. Em 1951 o seu *Massacre na Coréia* mostra robôs atirando contra mulheres e crianças, inspirado em cenas da execução de Goya.

Por ocasião da morte de Stálin, Picasso, que nunca havia feito nenhuma concessão quanto às suas concepções estéticas, desenha um retrato convencional que mostra um Stálin jovem, com traços esquematizados. Aragon lhe havia pedido que fizesse "qualquer coisa", mas a obra é desaprovada pelo PCF. Três anos depois, em 1956, apesar de pertencer ao Partido Comunista, ele protestou, juntamente com nove outros intelectuais comunistas, contra "o silêncio" e "as ambiguidades" do partido quanto à repressão na Hungria, sendo censurado por Roger Garaudy.

Em 1958, ele pinta um grande afresco para a sede da UNESCO, primeiro grande edifício moderno de Paris. Festejado por todos, ele se instala no castelo de Vauvenargues, uma propriedade de 1.500 hectares.

Últimos anos

Aos 80 anos Picasso, cuja mulher legítima, Olga Koklova, tinha morrido em 1955, casa-se com Jacqueline Roque. Sua última companheira tinha sido Françoise Gilot.

Em 1963, apesar de sua oposição radical ao regime franquista, foi inaugurado, com seu consentimento tácito, o Museu Picasso em Barcelona.

No seu nonagésimo aniversário, Paris lhe oferece uma grande festa e Picasso entra, ainda vivo, no Museu do Louvre. Não comparece pessoalmente às honrarias que lhe são prestadas, seu filho Paul vai em seu lugar. Aliás ele não sai de Mougins.

Nos últimos anos de sua vida, Picasso envia regularmente seus desenhos e suas gravuras à Galeria Leiris, de Kahnweiler, e suas pinturas ao palácio dos papas, em Avignon. Este ano, ele tinha mandado para Avignon, apenas uma semana antes de sua morte, seus quadros de 1972. Estava preparando, com isso, sua primeira exposição póstuma. É o final do reino centenário da sua pintura.

Guernica: a monumental obra política de Picasso. Sua imagem de pesadelo, uma combinação do trágico e do grotesco, evoca simbolicamente a agonia da guerra. O efeito emocional é obtido por distorções anatômicas: à direita uma mulher semivestida cambaleia embaraçada em suas mãos e pés disformes. Outra cai de um prédio em chamas, seu rosto é uma máscara contorcida de terror. A criança morta à esquerda está amparada por sua mãe desesperada e, abaixo do cavalo ferido, uma figura despedaçada aperta na mão uma espada quebrada, símbolo tradicional de resistência. "O touro", explica Picasso, "não é o fascismo, mas a brutalidade e escuridão. E o cavalo representa o povo".

A opção política

Depois de 1936, e com a Guerra Civil Espanhola, Picasso foi levado para a atividade política. Sua relação com o país foi romântica e apaixonada; e o fato de ter-se afastado da Espanha do generalíssimo Francisco Franco, mantendo sua nacionalidade espanhola, era uma prova dos sentimentos umbilicais que o prendiam ao país.

Essa ligação teve duas consequências principais. Uma foi *Guernica* e a outra seu alistamento no Partido Comunista Francês, em 1944. "Na época da Guerra Civil Espanhola, Picasso era completamente apolítico", diz seu agente, o Kahnweiler. "Ele nem mesmo sabia os nomes de todos os partidos. A Guerra Civil mudou isso".

Anteriormente, a rebeldia de Picasso era a de qualquer artista contra a opressão da vida convencional. Mas com a explosão do conflito em sua terra, Picasso tornou-se instintivamente um partidário ardente do governo republicano.

Em janeiro de 1937, ele começou a gravar as duas grandes chapas de *Sueño y Mentira de Franco*. Elas mostravam o líder rebelde como o criminoso de simbólicas cenas de horror — e, afinal, transformado num centauro e ferido de morte pelos chifres de um touro. Inúmeras cópias dessas gravuras foram espalhadas como propaganda no território de Franco. Mas o bombardeio da cidade basca de Guernica y Luno, no dia 26 de abril de 1937, levou Picasso ao ápice de sua genialidade. Às 16h30m de uma tarde ensolarada de segunda-feira, a força aérea alemã fornecida a Franco por Adolf Hitler atacou Guernica, uma cidade sem importância militar, num teste sobre os efeitos conjuntos de explosivos e bombas incendiárias na população civil. O massacre foi enorme e suas notícias aterrorizaram o mundo civilizado.

Na mesma época, Picasso tinha sido convidado pelo governo legalista para fazer um mural para uma feira em Paris, no fim daquele ano. A afronta a Guernica forneceu assunto a Picasso, e num mês de trabalho furioso e vulcânico ele completou sua pintura inquietante.

O mural monocromático totalmente em preto, cinza e branco, depois foi guardado pelo artista em nome da nação espanhola. Era para ser devolvido ao país quando ele se tornasse novamente uma república.

A respeito do impacto que esse quadro sempre causou, o crítico Roland Penrose escreveu:

"É a simplicidade de *Guernica* que a torna uma pintura de rápida compreensão. As formas são despojadas de complicações que poderiam afastá-la de seu significado. As chamas que sobem da casa queimada e também as roupas da mulher que está caída são representadas por sinais tão marcantes quanto os usados por artistas primitivos.

Os cascos cravados de pregos, mãos de vincos profundos nas palmas, e o sol iluminado pelo bulbo de uma lâmpada elétrica são desenhados com uma simplicidade infantil, surpreendente por sua integridade".

Guernica causou uma das mais notáveis respostas de Picasso. Durante a ocupação alemã na França na Segunda Guerra Mundial, um oficial nazista visitou o estúdio do artista onde estava à mostra uma grande reprodução do mural.

"Ah! Então foi você quem fez isso"? disse o alemão.

"Não", replicou instantaneamente Picasso. "Vocês é que o fizeram".

Picasso pintou dois outros grandes quadros históricos: "*Os Massacres da Coréia* e *Guerra e Paz*. Ambos foram feitos para despertar a consciência da humanidade contra os horrores da guerra.

Perto do encerramento da Segunda Guerra Mundial, o artista filiou-se ao Partido Comunista e *L'Humanité*, o diário do partido, marcou o fato publicando quase uma página inteira com sua fotografia. Embora sua decisão tenha parecido claramente motivada pela guerra espanhola e a seguinte II Guerra Mundial, houve muitos que, a princípio, pensaram tratar-se de outro dos caprichos de Picasso.

Ele respondeu a esta corrente com uma declaração publicada pelo *Les Lettres Françaises*, que dizia em certo trecho:

"Que pensam que um artista é? Um imbecil que tem apenas olhos, se é um pintor, ouvidos, se é um músico, ou uma lira em cada parte de seu coração, se é um poeta; ou se é simplesmente um boxeador, apenas músculos?

Ao contrário, ele é ao mesmo tempo um ser político, constantemente atento às dores, violências ou acontecimentos alegres do mundo, moldando-se à sua semelhança.

Como seria possível não sentir interesse por outras pessoas e, por causa de uma torre de marfim de indiferença, desligar-se da vida que elas trazem às mãos tão abertas?

Não, a pintura não foi feita para decorar apartamentos. É um instrumento de guerra para atacar e defender do inimigo".

Mas o comunismo de Picasso nem sempre teve a marca de Moscou, ao menos no período do Kremlin stalinista. Em 1948, seus trabalhos foram denunciados por Vladimir Kemenov, um crítico de arte soviético, como "uma apologia da estética capitalista, que provoca a indignação das pessoas simples, quando não da burguesia".

"Sua patologia criou monstruosidades repugnantes", continuava o sr. Kemenov. "Em *Guernica*, ele retratou monstros e não a República espanhola. Ele segue o caminho do cosmopolitanismo, das vazias formas geométricas. Cada uma de suas telas deforma o homem, seu corpo e seu rosto".

Picasso ficou magoado, mas manteve-se irredutível diante do ataque: "Eu não quero dar conselhos aos russos em economia. Por que eles querem me dizer como pintar?", ele comentou com um amigo.

Na mesma época, um pintor soviético ortodoxo teria dito quando foi apresentado a Picasso: "Sempre soube que o senhor era um bom comunista, mas temo não gostar de suas pinturas".

"Posso dizer o mesmo a seu respeito, camarada", respondeu Picasso. Depois da avaliação de Kemenov, a atitude de Moscou com o artista inclinou. *A Pomba*, um de seus quadros, ajudou, sem querer, a criar um *slogan* que ocorreu da seguinte forma:

Um dia, em 1949, Matisse foi visitar Picasso levando uma pomba branca para a coleção do amigo. Imediatamente, Picasso fez uma litografia naturalista da recém-chegada; e Luís Aragon, o poeta e novelista comunista, que a viu, em seguida, percebeu imediatamente suas possibilidades.

A litografia, assinada pelo artista, foi usada pela primeira vez como *poster* da Conferência Mundial da Paz. E após esta introdução ela viajou pelo mundo, reproduzida em todos os tamanhos e por todos os meios de comunicação como um símbolo da paz.

Picasso caiu de novo nas águas turvas dos comunistas em 1953. Desta vez o ataque partiu dos camaradas franceses. Foi por ocasião da morte de Stálin e a propósito de um retrato em crayon feito pelo artista. A semelhança de Stálin a um jovem agitou os membros operários do partido francês. Aragon, que o publicou, foi obrigado a se retratar em público e Picasso aborreceu-se.

"Quando você manda uma coroa para um funeral, a família não costuma criticá-lo pela escolha das flores", ele disse.

Todavia, em 1954, Moscou pareceu arrepender-se, pois tirou do esconderijo seus 37 preciosos Picassos do início da carreira (eles nunca tinham sido mostrados ao público soviético) e os mandou a uma exibição parisiense. E dois anos depois, a Rússia assinalou a passagem do 75.º aniversário de Picasso mostrando grande número de seus quadros e cerâmicas para o público.

As realidades distorcidas em Picasso, que Kemenov criticou, também passaram a desconcertar menos os críticos políticos que estavam desacostumados à linguagem individual do artista e sua mitologia particular ou que não apreciam a estética da geometria plana e sólida e de projeções do rosto e da forma humana. *(Trecho de uma longa biografia de Picasso publicada por* The New York Times, *escrita pelo crítico Alden Whitman).*

Um mundo sem escolas?

SOCIEDADE SEM ESCOLAS Ivan Illich (Vozes, 188 páginas, Cr$15,00)

"Precisamos construir mais prédios, para que a criança fique mais tempo na escola e faça dela sua segunda casa".
Do governador da Guanabara, Chagas Freitas, na semana passada.

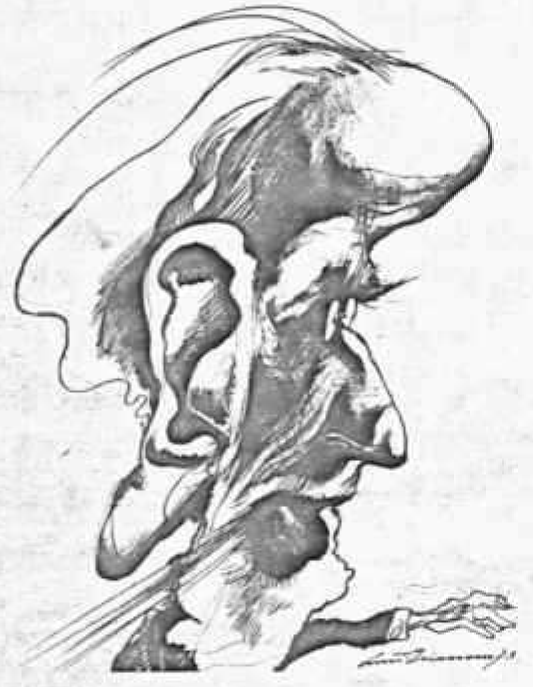
O livro de Ivan Illich, *Sociedade sem Escolas* (*), tenta propor justamente o contrário: que não haja mais escolarização e que o ser humano passe o mínimo possível de seu tempo aprendendo coisas obrigatórias. Em seu livro Illich responsabiliza o sistema escolar e não a Educação por todas as distorções sociais e econômicas em que vivemos, por seu caráter seletivo, discriminatório e aristocrático. Enquanto milhões não têm acesso à educação, um pequeno grupo se especializa e se intelectualiza cada vez mais, criando diferenças intransponíveis e sistemas de mérito estabelecidos pelos monopolizadores do sistema. Todos os que não foram escolarizados, ou melhor, "educados", passam a constituir a multidão dos "sem-acesso", mesmo que possuam capacidade e possibilidade de se auto-educar.

Para que a educação seja uma atividade criadora e livre, Illich sugere uma "revolução cultural": proteção legal contra os currículos obrigatórios e sistemáticos, abolição de critérios seletivos por grau de escolarização, formação de centros de habilitação onde as pessoas se capacitem com o mínimo de ensino dirigido e outras medidas radicais.

Afirmações radicais

O livro deverá causar no Brasil a mesma polêmica que levantou no exterior: há necessidade de cada vez mais escolas, ou a Escola deve ser abolida e em seu lugar ser estimulada a Educação criativa e desvinculada dos currículos obrigatórios? Milhares de diretores de colégios, professores e responsáveis pela educação, mesmo de escolas renovadas, além de pensadores independentes e insuspeitos, vêem como necessária uma escolarização que atenda às exigências sempre crescentes de milhões de crianças, jovens e adultos. Já esse ex-padre católico, nascido em Viena, naturalizado americano e que agora trabalha em Cuernavaca, no México, acredita ser a educação institucionalizada o maior fator de massificação e da negação da criatividade do homem moderno. Segundo ele, a institucionalização de valores em todos os campos leva, inevitavelmente, a três dimensões de um processo de degradação global e de miséria modernizada: no campo físico à poluição, no social, à polarização e no psicológico, à impotência.

O livro é uma crítica violenta a todos os sistemas educacionais postos em prática a partir do século XIX. "A maior parte de nossos conhecimentos adquirimo-los fora da escola. Os alunos realizam a maior parte de sua aprendizagem sem, ou muitas vezes, apesar dos professores. Mais trágico ainda é o fato de que a maioria das pessoas aprende sem nunca ter ido à escola". Afirmativas como essa fazem do livro um trabalho polêmico e de Illich uma figura controvertida: o crítico da *New York Review of Books* por exemplo recusa suas idéias e, quando muito, sugere que elas possam ser aplicadas no Terceiro Mundo, já que nos Estados Unidos há esforços que Illich desconhece no sentido de devolver à escola seu papel criativo. Enquanto isso, estudantes latino-americanos que participaram de um Seminário organizado por Illich sobre suas teorias, em janeiro de 1973, em Cuernavaca, acusaram-no de querer globalizar problemas relacionados quase exclusivamente com os Estados Unidos, senão com o mundo desenvolvido. Illich responde que a maior parte das pessoas vive vir-



tualmente "drogada" pelo formalismo com que foi "educada" e perde a capacidade de entender como funcionam os mecanismos de perpetuação da escola obrigatória.

O sistema escolar bem sucedido, segundo Illich, converte pais e alunos à dependência da escolarização contínua.

Como seria, para Illich, o mundo sem escolas? As pessoas, desde crianças, seriam libertas da obrigatoriedade de se reunirem em lugares certos, em horas determinadas, para aprenderem matérias que outros estabeleceram ser de seu interesse. Cada um teria liberdade e estímulo para se perguntar: "com que espécie de pessoas e de coisas eu gostaria de entrar em contato para aprender"? Seria dado grande valor ao intercâmbio de habilidades, que permite a descoberta de aptidões e a forma como essas aptidões podem ser transmitidas. O encontro de colegas e um serviço de consultas a pessoas que dominam uma atividade seriam também estimulados, visando o desaparecimento do monopólio do professor.

As idéias de Illich, entretanto, não se esgotam na desescolarização. O homem novo da sociedade sem escolas seria também um homem liberto de todo tipo de injunção institucional: educação, saúde, leis, etc. Nesse livro estes assuntos são tratados de passagem. Mas no retiro que Illich mantém, em Cuernavaca, onde reúne periodicamente estudantes e interessados, são estas as teorias mais discutidas. Em todos os ramos da atividade humana ele condena o monopólio pelos especialistas, a mecanização sem controle e propõe uma nova sociedade cujas relações se baseiem em um novo tipo de produção de bens e *instrumentos* limitados.

Um homem como Illich, que se laicizou depois de rumoroso processo na Cúria Romana — em que foi tratado como "una cosa de curiosità, de meraviglia, de scandalo" — e que está sempre questionando a realidade e as instituições, tem que esperar críticas violentas a seu trabalho. Um dos defeitos de que mais o acusam é de propor soluções sem indicar maneiras práticas de alcançá-las, ou mesmo sem levar em conta a realidade. Illich admite isso e diz que o método deve ser escolhido pelos que querem a transformação. A ele, Illich, cabe levantar dúvidas, apontar alternativas, destruir mitos. Estamos na presença de um utopista moderno ou de um criador de "ondas" louco por publicidade?

Uma coisa é certa: o livro faz afirmações radicais e coloca o leitor em posição de combate, apesar do estilo pesado e muitas vezes de assimilação difícil, prejudicado pela tradução. A demonstração de que a "criança" (como instituição) é resultante da Revolução Industrial, ou de que a escola é um falso serviço público, por exemplo, mantém o interesse até o último capítulo, onde Illich contrapõe ao mito de Prometeu a visão do homem novo, ou o homem Epimeteu.

Tentativas práticas

No Brasil, onde as reivindicações em torno da escolarização vão desde promessas demagógicas até a realidade das filas no período de matrícula, o livro de Illich pode encontrar forte oposição. Os milhões de brasileiros analfabetos ou semi-alfabetizados devem ter sua fome de escolas saciada? Ou o sistema criou o mito de uma escolarização cada vez mais especializada para manter um contingente permanente de população sempre infra-educada em relação a padrões estabelecidos pelo próprio sistema? É a escola formadora de homens conscientes, aptos a manejar seu próprio destino?

Inspirados nas idéias de Illich já há experiências que tentam, na prática, responder a essas questões. Uma escola em Salzburgo, por exemplo, resolveu fazer um rodízio de pais das próprias crianças como auxiliares de educação, em vez dos tradicionais professores. Nessa escola todas as atividades são de iniciativa da criança, ainda que ela tenha toda a ajuda possível. Resta perguntar: mesmo esse tipo de experiência conseguirá abolir a idéia de escola como um lugar onde as pessoas se reúnem para aprender alguma coisa?

* Estranhamente a tradução brasileira omite alguns trechos do original de Ivan Illich. Na página [illegible] da edição original, por exemplo, há um longo trecho em que [illegible] defende a idéia de que a mudança da estrutura escolar só é possível mudando-se a base social em que ela se fundamenta. Já na página 46 o trecho esquecido é o seguinte: "Desde há [illegible] Freire (N. da R.: o texto refere-se ao educador Paulo Freire) tem-se movimentado de exílio para exílio principalmente porque se recusa a conduzir suas sessões em torno de palavras pré-selecionadas por educadores aprovados, em vez de palavras trazidas à classe pelos participantes". *(Lucia Thereza Lessa)*

VETADO

Um policial que já pensa

A FALHA, Antonis Samarakis (Expressão e Cultura, 184 páginas, Cr$ 18,00)

O TRIUNFO DO MAL, Paul Kavanagh (Artenova, 171 páginas, Cr$ 18,00)

Um dos editores do romance policial — parece que S. S. Van Dine — estabeleceu para o seu gênero um decálogo, uma série de leis rígidas às quais o romancista deveria obedecer, e que incluíam necessariamente, nesse tipo de livros, um crime e uma caçada ao criminoso. Parece no entanto que, hoje em dia, o sucesso de um policial é possível na medida em que ele se afasta dessas regras rígidas e revela, em seus autores, uma preocupação em analisar uma realidade. Este é o caso de *A Falha*, de Antonis Samarakis (grego), e o *Triunfo do Mal* de Paul Kavanagh (norte-americano).

Mais importante que o de Kavanagh, o livro de Samarakis tem, a garantir sua inclusão no gênero, os prêmios que ganhou: Grande Prêmio da Literatura Policial na França, Prêmio Nacional de Prosa e Prêmio dos Doze, estes na Grécia. *A Falha*, mais que um simples romance de suspense, é um livro sobre o terror policial e a opressão política. É a história de um homem preso num bar, suspeito de atividades contra o regime, e do requinte do plano estabelecido pelo Serviço Especial (a polícia secreta) para arrancar, dele, uma confissão.

"Poderes ilimitados"

O que interessa a Samarakis discutir, portanto, em seu livro, é a insegurança em que se debate o homem num regime onde as liberdades individuais não têm o menor valor. Um homem é preso e sequestrado, sem culpa formada, por causa de uma denúncia anônima. Aos olhos do Serviço Especial, ele será sempre culpado, se não conseguir provar o contrário. A polícia secreta é, por força dessa posição irrefutável, "a mais alta autoridade do país", uma organização que não está presa a "formalidade alguma" e que possui "poderes ilimitados". Quando ao cidadão preso sob uma vaga suspeita, não tem o menor valor seu argumento de que é um "cidadão pacífico", pois a isso lhe responde o diretor do Serviço Especial: "Para o regime, cidadão pacífico não significa absolutamente nada. O que se distingue é unicamente as pessoas que são a favor do regime e as que não são. Para ser inimigo do regime, basta não ser a favor do regime, não ter provado sua atividade em prol do regime. Isso mesmo, para o regime é válida a lei: *quem não está comigo está contra mim*".

Infalível, o Serviço Especial inclui imediatamente o homem preso no café dentro de tais regras. E, ao mesmo tempo, deverá ser submetido às maiores pressões que permitam arrancar dele o maior número de informações no menor espaço de tempo. Mas, dessa vez, as pressões não seguirão os métodos clássicos — os interrogatórios e as torturas — pois o Serviço Especial tem um requintado plano que deseja utilizar: é, na verdade, uma outra forma de tortura, que se resume em dar ao prisioneiro um tratamento tão incrivelmente humano que este, num momento de fraqueza, resolva confessar.

Descobertas

O plano é perfeito, e fascina o Investigador, o outro personagem do romance, eficiente torturador: ele seria capaz de, após um "duro interrogatório", arrancar todas as informações do Prisioneiro. Mas, em vez disso, terá que representar com este uma comédia e utilizar um material que, para ele, é absolutamente novo: os chamados sentimentos humanos.

Os requintes do plano de Samarakis chegam a lembrar, em determinados momentos, o labirinto kafkiano de *O Processo*. E aí, o autor quebra outra regra do decálogo de Van Dine, ao estabelecer, na metade do romance, a culpa do Prisioneiro: este, embora sem o confessar aos policiais, realmente conspirava contra o regime.

Há, porém uma falha: o fato de o Investigador jogar com sentimentos humanos faz com que ele acabe se envolvendo com o homem que é seu prisioneiro, e descobrindo, afinal, que ele próprio é um homem, e não apenas um eficiente torturador a serviço do regime. Daí a compreender que lhe compete estar solidário com esse homem envolvido numa situação injusta é apenas um passo. Num final altamente dramático, Prisioneiro e Investigador se defrontam pela última vez para descobrirem que sempre estarão do mesmo lado, e que o regime não pode ser mais importante que o Homem.

Sentimentos traidores

O Triunfo do Mal é, segundo os editores, um "romance sobre o terror político e o assassínio da democracia americana". Parente próximo do livro de Samarakis, ele trata de uma nação sob severa pressão político-econômica, polarizada ao longo de linhas raciais e regionais, "pronta para a revolução": os Estados Unidos.

Uma velada organização, cujas raízes estão, certamente, na ideologia nazista, resolve apressar o processo nos EUA, através da matança ordenada de vários líderes — de esquerda, centro e direita — de modo a provocar um caos que, certamente, beneficiará os radicais de direita ("Minha opinião é de que assim que vocês (a esquerda) fizeram uma crise, garantirão uma derrota. Porque há um maior número de (a direita) que de vocês. Todo dia trará a esquerda mais próxima de seu ponto máximo, que é talvez 25 por cento da população. Todo dia trará a direita mais perto de seu ponto máximo, de talvez 75 por cento da população").

Para executar o plano diabólico e garantir o triunfo do mal, a organização vai buscar um dos seus mais antigos e fiéis membros, Miles Dorn, um matador que sobreviveu a várias guerras e revoluções desde o início de sua carreira a serviço dos alemães nazistas. Ele executa uma a uma as suas vítimas, mas, como o Investigador de Samarakis, acabará traído pelos sentimentos humanos, mais especificamente, pelo amor que sente por uma jovem e confusa militante de esquerda. Esse amor é que o faz, afinal, parar impotente ante uma das vítimas, o prefeito negro de Detroit, em cujo retrato Miles Dorn reconhece um homem como ele. E o fará, também, alterar a ordem das vítimas, de modo a frustrar as intenções dos conspiradores.

Fé no homem

Tanto *A Falha* como *O Triunfo do Mal* levantam questão em torno de "sentimentos humanos": até que ponto eles subsistem em sociedades pressionadas pela intolerância? Samarakis e Kavanagh revelam uma inquebrantável fé no homem: a súbita identidade entre o Investigador e o Prisioneiro, ou a redenção a que Miles Dorn chega através do amor não deixam dúvidas quanto a isso. São estes sentimentos que unem os homens e os fazem resistir e vencer a opressão.

E isso, dito nas entrelinhas de dois romances considerados "policiais", dá bem idéia de como ainda o gênero em vez dos super-homens capazes de reunir provas e apontar o culpado na página final, seres humanos empenhados numa luta surda contra o sistema opressor. Em vez de suspense evasivo, idéias inquietantes. Isso explica, talvez, o fato de *A Falha* já ter sido publicado em 19 países: por ser um romance que utiliza um subgênero — o policial — para falar do *aqui* e do *agora*. *(Aguinaldo Silva)*

194

O jogo e a ciência de Silva Mello

EU NO UNIVERSO (Record, Silva Mello, 274 páginas, Cr$22,00)

Quando a mitologia da superioridade nórdica passeava suas botas pelo mundo, Silva Mello escreveu o livro *A Superioridade do Homem Tropical*; quando todos estavam fascinados por problemas subjetivos — era o auge do existencialismo — recolheu-se para inventar um modelo aperfeiçoado de vaso sanitário. De fundo de um naufrágio (não é metáfora: naufragou mesmo, ao voltar da Europa para o Brasil), não tentou abolir o acaso: conta que, perdido no oceano junto com homens e mulheres que rezavam, só lhe ocorreu pensar que era bom ficar calado, pois seria jogado ao mar se seus companheiros de infortúnio soubessem que era ateu. Uma carreira de lucidez que já dura quase noventa anos.

Silva Mello é o Grande Velho. Penetrante e bem-humorado, lendo ou passeando, está sempre destilando alguma coisa que pode ser um remédio, ou pelo menos uma bebida saborosa. Sua última produção, o livro *Eu e o Universo* (Editora Record) merece portanto a mais atenta leitura, sobretudo porque é, declaradamente, um sumário, uma síntese da longa vida mental de um homem incomum. Está nele todo Silva Mello: a ausência de falsa modéstia (falando de si mesmo, diz: "sua vida foi dedicada ao estudo... num esforço intelectual tão seguido e obstinado que admite ser dos maiores que o ser humano é capaz de despender"), e a presença de modéstia verdadeira: a ousadia no afirmar [illegible] numa fase [illegible]" e a prudência científica no analisar. Uma posição essencialmente "conservadora", porque humanista, mas que contesta pela raiz, ao considerar que "a razão tem sido um mau guia, e o desprezo pelos instintos um de nossos maiores erros".

É difícil discordar de Silva Mello. Não que custe encontrar pontos fracos em sua visão, como o vezo de ver em tudo uma consequência da biologia, minimizando os fatores psíquicos e sociais, ou erros de fato, como a ignorância que atribui a Freud acerca da hipnose. Mas, no conjunto, ele navega tão junto da verdade que é difícil propor alguma mudança de rumo. No quadro, porém, da controvérsia que acompanha esta matéria — porões versus cozinha — não podemos deixar de confessar que o Velho decepciona um pouco. Sensato

como é, falta-lhe uma coisa para apresentar uma alternativa viável ao delírio e à burrice: falta a poesia, o amor imotivado mas irrefutável à cama e à mesa.

Está bem que o ser humano seja, como ele diz, "insignificante dentro do universo". Está muito bem que, com esse argumento, refute a paranóia misticóide e a paranóia tecnológica. Não basta, porém, reconhecer isso; é preciso tirar dessa insignificância um princípio de força, como o Satã de Milton tirava alegria do próprio inferno. Afinal de contas, o que é o universo? Aceitar sem outros comentários seu peso irresistível não é fazer exatamente o jogo da demissão, mística ou racionalista? Ocorre uma frase de Henri Poincaré, grande matemático e poeta que não fazia versos: "O homem é apenas um breve lampejo entre duas trevas eternas; mas é esse lampejo o que vale". Silva Mello ensina a primeira parte, que se pode demonstrar cientificamente; a segunda, que não pode ser demonstrada — nem refutada — omite.

A descrição que faz de todos os homens e de si mesmo dentro do universo é significativa. Para ele, somos "gatos numa biblioteca". Vemos todos os livros, conhecemos tudo que está nela, mas não compreendemos nada. O que é trágico. Esquece de dizer que, em certo sentido, foi o gato quem escreveu os livros que não entende e que a ciência, em sua extrema vanguarda, chegou ao contato com uma verdade que antes pertencia apenas à Poesia — a de que a essência do real é ser inesgotável: embora eludindo sempre o nosso desejo, abre sempre à via para um novo desejo, mais intenso e profundo que o anterior.

Apesar dessa crítica, motivada pela urgência da situação de descalabro intelectual em que se encontra o país, e que torna inadiável o surgimento de intelectuais ao mesmo tempo cultos, racionais e imaginativos, não se pode deixar de recomendar a leitura do *Eu e o Universo*, pelo que ele tem de revolucionário. Não pode ser mau — embora seja insuficiente — um livro que estampa na mesma página as duas frases que os poderes do tempo querem nos apresentar como contradições, mas que são profundamente complementares: "O jogo é uma necessidade absoluta" e "A ciência deve ser nosso guia supremo". Complementaridade com que somos forçados a nos contentar, até que algum grande cientista ou poeta nos mostre, pela milésima vez, que jogo e razão não podem existir autenticamente um sem o outro, pois são na raiz uma só coisa: a *poesia*, o ato humano de criar e de se criar. *(Heitor da Luz)*

NOTA: A apresentação gráfica do livro de Silva Mello é muito curiosa. Os editores estão evidentemente tentando vendê-lo para o público "interplanetário", até pelo subtítulo terrorista: "QUEM NASCEU PRIMEIRO, O HOMEM OU DEUS?"; é como trocar os rótulos dos vidros de uma farmácia. *(Heitor da Luz)*

Porão e tecnocratas

O último livro de Silva Mello motiva um debate sobre alguns pontos do momento da cultura brasileira:

Já faz alguns anos, dizia há poucas semanas um outro articulista nesta mesma página, que os intelectuais desceram aos porões. Os que andavam pela sala e pelos quartos, querendo às vezes intervir nos acontecimentos, andam agora perseguindo as sombras do subsolo, onde nunca acontece nada; ou melhor, onde sempre acontecem as mesmas coisas, pois os sonhos arquetípais não mudam, por mais que se disfarcem os deuses de astronautas.

A moda é toda no sentido da demissão, não apenas política, mas até intelectual: é coisa passée querer transformar-se a si mesmo, pela razão ou pela poesia. Puxar a cadeira até a beira do abismo e contemplá-lo do alto da solidão — coragem do cientista e do poeta dignos do nome — nem passa pela cabeça dos atuais gurus, gente que tem idéias originalíssimas, desde que essas especulações sejam compartilhadas por bastantes outros. Quando não se trata de aderir a Roma ou a algum outro deus cansado de milênios e de impotência, O Tao e o Zen andam à solta; mas não a coragem prática do taoísta ou o esforço incessante que, segundo o próprio Buda, é a marca do seguidor do Caminho.

Diante desse misticismo flácido — e comercializado em revistas internacionais — ergue-se uma muralha da China de "racionalidade". Mas de que espécie? Contra a contracultura, como única opção possível, oferecem-nos ideologias "desmistificadas", desenvolvimento e tecnologia. Nesse campo dos "equilibrados", reina a economia e a realpolitik, inseridas numa visão do mundo que, em última análise, é tão mística quanto a outra, e tão arbitrária. O escritor alemão Junger (considerado o segundo de sua língua, logo em seguida a Thomas Mann) explica bem a questão, ao dizer que "a idéia de construir uma ponte entre a Terra e a Lua pode ser técnica e economicamente absurda, mas pertence, afinal, ao domínio da técnica". O tecnocrata nos engana e abusa de nós é quando nos tenta convencer de que essa ponte, ou outra qualquer, pode resolver o problema humano, enriquecer nossa vida interior e de relação. O abuso do tecnocrata [illegible] e grave, pois desmoraliza a razão, [illegible] e assim dá argumentos [illegible] do porão. O que [illegible] na sala e nos quartos, que [illegible] que importa, fica esquecido.

Preso às tenazes desse falso dilema — viajar de automóvel, de navio, de avião, de televisor, de cinema, ou viajar de drogas e de irracionalidade — o intelectual parece não ter saída. Como na época feroz das guerras de religião (que ainda não acabou) ele tem que tomar partido entre duas posições restritivas, as quais, apesar de sua aparente contradição, têm em comum o fundamental: a tese implícita de que a verdade vem de fora, e a salvação depende dos progressos da química, produtora tanto do petróleo e do aço quanto do LSD-25. "Podes escolher", dizem os vendedores do supermercado de idéias, desde que não escolhas a ti mesmo". (H. L.)

A qualidade controlada

VETADO

Melhorar a qualidade da televisão brasileira se tornou, de um momento para outro, um objetivo comum (aparentemente) a diversos setores interessados. O governo, através de reuniões de nível ministerial, se prepara para ditar normas no sentido de eliminar da televisão determinados "momentos de baixo nível" o que, na prática, seria conseguido com a proibição de programas "ao vivo", permitindo, através do video-tape, que toda e qualquer imagem posta no ar tenha sido submetida a um maior controle. Por outro lado as televisões, apesar de plenamente satisfeitas com o nível apresentado (caso contrário a Rede Globo, por exemplo, não chamaria de "Globo" o seu padrão de qualidade), continuam a se referir a "melhorar a qualidade", colocar-se acima do padrão", etc.

É claro que, nos dois casos, a palavra "qualidade" exprime coisas diferentes; se no primeiro caso é tudo uma questão de um maior ou menor controle, no segundo, o sentido que ela adquire é consequência direta da chamada "mentalidade empresarial".

Em uma indústria de peças, por exemplo, o conceito de "qualidade" é uma coisa bastante definida: o valor qualitativo de uma peça pronta é conseguido através de um rígido "controle de qualidade" nos diversos estágios da fabricação e pode ser medido por meio de uma simples comparação com a peça ideal.

Mas em televisão a coisa produzida terá como destino servir de elemento de ligação entre o homem e o mundo que o cerca, e a sua qualidade só pode ser avaliada na medida em que essa ligação tenha sentido de enriquecer (ampliar) ou não os conhecimentos desse homem em relação a esse mundo. Então é inevitável o choque entre uma busca de qualidade e a mentalidade da hipotética indústria de peças: é como se, inversamente, uma fábrica se dedicasse a produzir peças para automóveis cujo critério de valor fosse, antes de tudo, artístico.

Daí o fato da qualidade de um programa ser verificada através dos gráficos do IBOPE: bom é o que vende, como nas peças de automóveis. É um equívoco de proporções gigantescas e desvirtuamento radical de talvez o único meio de que o povo dispõe para se relacionar com o mundo. E se esse meio é manipulado por um grupo de pessoas interessadas somente em coisas como "eficiência" e "rentabilidade", então tudo se passa como se esse povo fosse mantido cego para "cantar melhor", como o assum preto, o pássaro nordestino.

> **Melhorar o nível, em TV pode ter significados inesperados. Por exemplo, parecer com os objetivos simplistas do faturamento, perseguidos por uma indústria de autopeças**

Desta forma a busca da qualidade se torna, fatalmente, infrutífera, ou, em outras palavras, não existe sequer uma busca "real" de qualidade pois as emissoras não conseguem nem imaginar qual seja o objetivo desejável, o equivalente "especificado". E se a TV Globo é a emissora que mais exerce essa mentalidade empresarial, as outras têm como objetivo primeiro ser como a TV Globo, adquirir o mesmo "padrão de qualidade".

A exibição de *Em Busca do Ouro* de Chaplin (TV Globo, sábado, dia 7, meia-noite) foi mais uma manifestação dessa "mentalidade"; anunciado como "um presente de alta qualidade" que a televisão oferecia ao público, o filme foi exibido com uma narração que, além de cumprir o seu papel (dublar a narração original), "interpretou" diálogos não dublados e, ao início, enxertou sobre a imagem uma longa explicação sobre a importância do filme, e do presente que estava sendo oferecido. Era a TV Globo pondo o seu dedo para assegurar o habitual "padrão de qualidade". A TV Rio pretende disputar os horários fortes da Globo (as novelas de 7 e 8 horas, por exemplo) colocando no ar um programa de igual gênero e pior nível (novelas paulistas de péssima qualidade). Se ela estivesse empenhada em qualquer busca (real) de qualidade poderia usar o horário para alguma coisa com um pouco mais de inventiva que os programas habituais. Mesmo o lado experimental (riqueza e invenção) da idéia asseguraria um público determinado (que não gosta dessas novelas) com um nível de audiência melhor que o atual. Mesmo porque, pior não podia ser. Mas isso se houvesse uma busca. A realidade é a conhecida: mesmo nas transmissões mais simples (em termos de solução) como partidas de futebol, corrida de automóveis, etc. as intervenções (cuts, cortes) são sempre pobres, sempre em prejuízo da qualidade (real).

A situação é realmente complicada; exigir qualidade "real" à televisão brasileira é pedir uma coisa que ela não pode dar na medida em que a deficiência da "mentalidade" que a preside se coloca como uma barreira intransponível; exigir uma melhoria "real" de nível é pressupor a possibilidade de um diálogo que não pode existir na medida em que o que está a jogo é algo muito mais amplo (grave) do que os homens de televisão conseguem. Em jogo está a consciência de todos nós e os objetivos de um trabalho a realizar; em jogo está a relação do homem brasileiro com seu mundo. E o mais grave é que qualquer mudança a curto prazo nessa situação não pode sequer ser imaginada, a não ser, como andam falando, com a criação da TELEBRAS. O que vai piorar bastante. *(Haroldo Marinho)*

VETADO

VETADO

Stirner, a solidão do filósofo

Ele liderou a corrente do anarquismo individualista

Na leitura do artigo *A Volta de Max Stirner* (OPINIÃO n.º 20) deparou-se-me algumas afirmações errôneas. Não é certo que Stirner tenha escrito somente *O Único e Sua Propriedade*. Em 1852 editara em Berlim uma *História da Reação*, em dois volumes, de sua autoria. Anteriormente traduzira as obras mestras de J. B. Say e de Adam Smith, lançadas em Leipzig, entre 1845 e 1847, compreendendo oito alentados tomos, com anotações inseridas sob seu nome. Em 1852 traduziu uma brochura de J. B. Say intitulada *Capital e Juros*, com extensas anotações e que foi publicada em Hamburgo.

Numerosíssimos são os artigos publicados sob seu nome na *Gazette Rhenane* e *Gazette Generale de Leipzig*, como: *Reflexões sobre o Livro de Bruno Bauer, Trombetas do Último Julgamento, Arte e Religião, Os Reacionários Filosóficos, Os Falsos Princípios de Nossa Educação, Resposta aos Críticos de O Único*, etc., que foram enfeixados em livro por E. Mackay, sob o título: *Max Stirner's Kleinere Schriften*.

Não é verdade que tenha sido o precursor do anarquismo, mas sim da corrente individualista do anarquismo. Esse pensador maldito, praticamente desconhecido, a não ser de modo extremamente deformado por Marx na *Ideologia Alemã*, mereceu um estudo mais sereno do filósofo Martin Buber em *Between Man and Man*, do escritor Alberto Camus em *L'Homme Revolté* e de Herbert Read em *Freedom*.

Sabemos que Nietzsche bebeu em sua fonte, principalmente o *Assim Falava Zaratrusta*. Idem para Freud. O postulado da individuação de Jung já se encontra no *O Único e Sua Propriedade*, sem mencionar as fontes do existencialismo. Pesquisas modernas não confirmam que Stirner tenha levado nos seus últimos anos uma existência miserável. Graças a um seguro de vida de sua mãe ele pôde pagar os seus credores e tornar sua vida menos dolorosa.

Não podemos deixar de considerar sua atualidade quando lemos em *O Único e Sua Propriedade* o seguinte: "O Estado procura obstruir toda atividade livre com sua censura, sua supervisão, sua polícia, e se aferra a esta obstrução porque está que é seu dever... Com ele só vivem os homens objetos, os autênticos serão seus antagonistas".

Ricardo Maia Leitão
Rio de Janeiro, GB

Gente de fora na reserva indígena

Quem arrendou as terras dos índios à beira do Guarita?

O jornal OPINIÃO tem focalizado de diversas formas e sob diversos aspectos o problema relacionado com os nossos índios. De modo geral o que está em evidência é a Transamazônica, Parque Xingu, etc...

Mas não é só lá que acontecem coisas deplorávei. Temos aqui no Estado do Rio Grande do Sul a Área dos Índios, situada nos municípios de Redentora e, especialmente Tenente Portela.

Neste município, área de segurança nacional, prefere-se nomeado pelo Governo a Área dos Índios vai até o rio Guarita.

Quem se aproximar das margens do rio Guarita de surpresa pode surpreender outros, que, do lado de lá, isto é, de dentro da Área dos Índios, estão tirando palanques para cerca, que são levados em caiques, como são chamados aqui, ou canoas, rio abaixo. Até 15 homens trabalhando já foram vistos.

Há algumas semanas houve movimentação para tirar os arrendatários das terras dos Índios na Área acima descrita, mas finalmente chegou-se à conclusão de que isso seria impossível, pois os arrendatários teriam que pagar seus empréstimos ao Banco do Brasil. Isso é fato noticiado pela imprensa.

A pergunta que eu faço é a seguinte: "Quem arrendou as matas à beira do rio Guarita, pertencentes à Área dos Índios no município de Tenente Portela, para tirar palanques para fazer cerca, os quais são levados misteriosamente rio abaixo em "caiques"?

Günter Bartage
Palmitinho, RS

Zeloni e Mussolini

"Se o povo italiano era feliz sob o fascismo? Se era? Até demais. Era feliz e produtivo". O repórter não acredita no que ouve. Pensa que está sonhando. Mas não, está começando a entrevista o ator Carlo Zeloni, em sua mansão situada em Cotia, a 40 km da capital paulista. Entre alguns conceitos duvidosos, como afirmar que a natureza fez o homem poligamo e a mulher mais sociável, ou ainda que o batismo é um ato de covardia que os mais velhos cometem contra os recém-nascidos, Zeloni confessa que foi o fascismo que o colocou nos eixos. E, talvez por isso, afirma que o fascismo foi muito bem no Brasil.

A entrevista foi publicada na edição do dia 28/1/1973 do *Jornal do Bairro*, um semanário bastante digno que circula na região sul da cidade de São Paulo. Mas, o fascismo, o magnetismo que Mussolini exercia sobre o povo? — Perguntou Zeloni e conta ao repórter que, quando era rapaz, estava num teatro quando ouviu um zum-zum. Virou para trás e o que viu? Mussolini em pessoa, sentado logo atrás dele. Ficou tão paralisado pela emoção que não conseguiu mais ver a peça.

Certamente a paralisia a que Zeloni se referiu foi a mesma que o ditador usou para ceifar a vida de milhares de italianos — mais resistentes ao fascismo e ao magnetismo pessoal do que o voluível comediante ítalo-brasileiro. Os quais ainda, ao contrário dele, ficaram decididos para ver a peça até o final.

PS: 1) Em anexo, a capa e a contracapa da edição citada, para que os senhores vejam que bom estão fazendo. Poderiam mesmo pensar em fazer uma reportagem sobre este jornal (...).

PS: (...) 2) Seria muito aconselhável que OPINIÃO recomendasse a seus leitores assistir ao filme *Guerra e Homem*, japonês, em exibição no cine Brigadeiro, em São Paulo. Esse filme tem uma história comprida. Ele é o sucessor de *Guerra e Humanidade*, que passou aqui há seis anos com nove horas de duração. O *Guerra e Homem* tem apenas quatro horas, mas isso porque o laboratório falia, ou explicações do gênero. Tanto um como outro mostram as contradições da sociedade capitalista: a guerra como uma necessidade das empresas; o industrial em confronto com o filho; o cientista impossibilitado de tomar uma posição política; a esposa em choque com a prostituta do Ministério; etc. Dos melhores filmes já realizados ar pelo jornal, também ele entra em choque com o capitalismo, na medida em que sua exibição será sempre dificultada e o seu sucesso, escamoteado. Mas essa contradição o filme não mostra: talvez porque quem o fez tenha esperança que a gente ainda vá vê-lo? Não se assustem com as quatro horas de projeção: quando o filme acaba, a gente exclama "Já?" (...).

José Roberto Aranha
São Paulo, SP

opinião

OPINIÃO no exterior

No exterior a venda avulsa de OPINIÃO é feita nos seguintes lugares:

Paris — La Joie de Lire da Editora Maspéro 40, Rue Saint Séverin — Paris V
Londres — 48, Old Compton St. — London W1
"Zibeline Agencies" — 17, Belgrave Gds. — London NW8
Chile — Camara Latino-Americana del Libro Casilla 14002 Correo 21 — Santiago.

CLASSIFICADOS

Cr$ 2,00 por palavra. Artigos não são contados. Mande o seu anúncio de qualquer parte do Brasil, acompanhado de um cheque visado, ordem de pagamento ou vale postal para Editora Inúbia Ltda. no valor correspondente e será publicado. Rua Abade Ramos, 78 (Rio). Para usar "cartas para a redação sob o nº..." adicionar Cr$ 2,00 ao total.

DIVERSOS

VENDE-SE uma coleção Tesouro da Juventude com 18 volumes, sem uso. Preço Cr$ 500,00. Telefone: 230-6767 (GB)

PROJETOR 16mm sonoro com filmes 1.500, op. de som est. 700 máq. de escrever portátil 280. Violão 35. Tel. 246-4809 (GB)

Procuro p/ alugar sala grande c/ salete, em edifício comercial, localizada no posto 6 ou Ipanema. Glória. Tel: 267-5835 à noite (GB)

CURSOS

Senhora estrangeira ensina ALEMÃO. Método rápido. Tel. 255-0283. D. Johanna

AULAS INDIVIDUAIS 237-5514. Ciências Exatas - Matemática - Física Química - Biologia - Ciências

INGLÊS - Precisamos de professores experientes. Entrevistas à Av. Rio Branco nº 156 s/ 1204 com mrs. Schutz

INGLÊS aulas particulares ou em grupos c/ prof. americanos e ingleses. Centro F. 32-4844 - Augusto 288-8847 (SP)

Alekhine, a defesa combativa

Leonard Barden

Uma das aberturas que tem melhorado de status nos últimos tempos é a Defesa Alekhine 1 P4R C3BR. Durante os últimos anos a Alekhine tem sido usada regularmente por Larsen, Korchnoi e Hort quando esses grandes mestres precisam ganhar com as negras. Fischer também incluiu a Alekhine em seu repertório, por exemplo na 13.ª e 19.ª partidas de Reykjavik, aliás das mais brilhantes do encontro. Uma boa escolha para sair do grupo de variantes da Siciliana, a Alekhine merece a reputação de defesa combativa.

A Alekhine luta pela iniciativa desde o começo, provocando as brancas a perseguirem o cavalo negro ao redor do tabuleiro e ficarem assim com um centro de peões muito extenso. Até agora faltava aos fãs da Alekhine um bom texto de referência em língua inglesa, mas isto acaba de ser reparado com a publicação de *Alekhine's Defence*, por R. G. Eales e A. H. Williams (Batsford, 140 pp., £ 2).

Ambos os autores são ex-campeões da Inglaterra e membros da equipe da Universidade de Cambridge; este é seu primeiro livro de aberturas, e uma exposição admiravelmente lúcida e detalhada da Alekhine, que deverá tornar-se um padrão internacional de referência sobre esta defesa.

O teste de fogo de qualquer livro de aberturas é ver se os seus veredictos mantêm-se válidos depois da publicação. *Alekhine's Defence* é relevante para a maioria das partidas em que a Alekhine ocorreu no campeonato mundial por equipes e no campeonato da URSS. Minha única reserva é uma suspeita de que, com o aumento da publicidade e de conhecimentos sobre a Alekhine, aparecerão fraquezas básicas na estratégia das negras. A Alekhine tem defensores importantes, mas também tem alguns adversários de peso. Um jogador que parece sair-se bem com regularidade contra a Alekhine é o grande mestre Geller, e a partida desta semana, jogada não faz muito tempo no torneio internacional de Budapeste, é uma significativa melhoria sobre a 19.ª partida Spassky-Fischer e define uma variante importante em favor das brancas.

Evfim Geller (URSS) — Hans-Joachim Hecht (Alemanha Ocidental)
Defesa Alekhine

1 P4R C3BR 2 P5R C4D 3 P4D P3D 4 C3BR B5C. Desconfio que esta variante não é tão boa quanto 4 ... C3C ou 4 ... P3CR, apesar de 4 ... B5C ter sido escolhida por Fischer contra Spassky.

5 B2R P3R 6 0-0 B2R 7 P4B C3C 8 P3TR B4T 9 C3B 0-0 10 B3R P4D 11 P5B BxC 12 BxB C5B 13 B4B! A 19.ª partida Spassky-Fischer continuou com o elogiadíssimo 13 P3CD após o qual o consenso geral das análises realizadas é de que os ataques das brancas na coluna BR e no centro, embora perigosos, não bastam para ganhar. Os comentadores dos jogos Spassky-Fischer só consideraram como alternativa para as brancas 13 B1B, mas o lance de Geller é abertamente mais forte. Primeiro, se agora 13 ... CxPC 14 D3C C5B 15 DxP C2D 16 T1C e as brancas estão bem; é difícil para as negras repetarem na coluna CD por causa de seu PTD enfraquecido. Segundo, Geller dispõe de uma versão melhorada de uma variante parecida, na qual as brancas trocaram peões em 6D e não interpolaram P3TR B4T — ver a nota seguinte.

13...C3B 14 P3CD C5H4T. Uma posição parecida (com troca de peões em 6D ao invés de P3TR e B4T) é analisada por Eales e Williams com o comentário: "As brancas provavelmente estão um pouco melhor aqui, já que é difícil para as negras desemaranhar os seus cavalos — o que é um risco ocupacional nesta abertura". A posição do texto é melhor ainda para as brancas porque o peão avançado em 5R evita contrajogo sobre o PD branco.

15 D2D P3CD 16 TD1B! PxP 17 PxP BxP. Esta tentativa de liberação fracassa, mas com qualquer outro lance as brancas jogam C4T com uma posição permanente.

18 CxP! BSD. Se 18...PxC 19 TxB com jogo esmagador.

19 P4CD PxC 20 PxB D2D. Mas isto também não é bom. Na melhor das hipóteses, as negras perdem duas peças por uma torre.

21 TxC DxT 22 DxB TD1D 23 T1B D2C 24 B5C Abandonam. Se 24... T2D 25 B4C ganha qualidade, e senão as brancas ganham o PD.

Problema Nº 23

É a vez de as negras jogarem, elas abandonaram nesta posição, ocorrida num torneio internacional, porque as brancas têm uma dama a mais. Poderiam salvar a partida se continuassem a jogar?

Solução do Nº 22

1 R7B (ameaça 2 T5T mate) P4D 2 R6C (ameaça 3 T8C mate) P5D 3 R7B P4D 4 R6C e ganha.

opinião

DESEJO FAZER UMA ASSINATURA DE OPINIÃO

BRASIL ☐ anual: Cr$ 120,00 ☐ semestral: Cr$ 65,00
EXTERIOR ☐ anual: US$ 30,00 ☐ semestral: US$ 15,00

Nome _____
Rua _____
Cidade _____ Estado _____ ZC _____

Incluo ☐ Cheque visado pagável no Rio de Janeiro
☐ Vale Postal no valor assinalado acima

Remeter seu pedido de assinatura para: Editora Inúbia Ltda. — Rua Abade Ramos, 78 — Jardim Botânico — Rio de Janeiro
186, Av. Daumesnil — Paris XII
"Zibeline Agencies" — 17, Belgrave Gardens — London NW8

Watergate: um drama político pela televisão

Nixon não quer permitir que auxiliares seus deponham no comitê do Senado que investiga a invasão do Partido Democrata. Mas o comitê diz que Nixon terá de ceder. Por Ivo Cardoso.

Há motivos razoáveis para se supor que o "caso Watergate" poderá constituir o maior escândalo de toda a administração Nixon, capaz de danificar de forma irreparável a credibilidade tanto do presidente quanto do Partido Republicano. O que antes era um simples acontecimento policial acabou se transformando num escândalo nacional. A 17 de junho de 1972, cinco homens foram surpreendidos na sede do Partido Democrata, no edifício Watergate, em Washington, colocando aparelhos de espionagem eletrônica nos telefones. Juntamente com outros dois, que também participaram da operação, foram condenados por um grande júri pelo crime de espionagem da campanha presidencial democrata. Como investigações mostrariam mais tarde, dois dos acusados eram ex-funcionários da Casa Branca, e na época da invasão de Watergate trabalhavam na campanha para a reeleição do presidente Nixon.

O clímax dessa história deverá ocorrer quando começarem as audiências televisionadas do comitê do Senado que a investiga, marcadas para a semana que vem. Estas audiências, nas quais serão chamados a depor auxiliares do presidente Nixon, poderão ser uma das mais dramáticas confrontações da política americana desde as célebres audiências do Comitê sobre Atividades Antiamericanas, em 1954, também televisionadas para milhões de espectadores. (1)

O presidente Nixon já teria afirmado taxativamente que não permitiria que seus auxiliares supostamente envolvidos na operação, prestassem depoimento público e sob juramento perante o comitê do Senado. Caso isso realmente ocorra, o chefe do comitê, senador Sam Ervin, promete expedir mandatos de prisão contra os auxiliares presidenciais. Legalmente, Ervin tem poderes para tomar uma providência dessas.

Questão nebulosa

Aparentemente, Watergate está condenado a ser ainda durante algum tempo um caso fascinante e nebuloso. Num certo sentido, é até discutível se poderá algum dia ser completamente elucidado. As investigações progridem, em frentes diferentes, só até certo ponto — e então param. Contudo, alguns resultados bastante significativos já foram conseguidos. Entre eles, destaca-se o abandono da indicação de Patrick Gray para a direção do Federal Bureau of Investigations, FBI, atendendo a pedido do próprio Gray, mas na verdade por pressão direta da Casa Branca (2). Segundo os observadores, Gray não conseguiria a aprovação do comitê do Senado, basicamente por ter atuado nas investigações sobre Watergate não como diretor (provisório) do FBI, mas sim como uma pessoa aparentemente disposta a acobertar a participação de funcionários da Casa Branca no caso.

O que fazer?

Qual seria a maneira mais direta para o comitê do Senado chegar à elucidação do caso Watergate? Como descobrir o papel que teriam desempenhado John W. Dean, John Ehrlichman e H. Haldeman — estes três, componentes da chamada "guarda germânica" da Casa Branca — e outros conselheiros do presidente Nixon?

Um dos auxiliares que estariam envolvidos, o ex-conselheiro Charles Colson, já chegou até a tomar medidas práticas para provar sua inocência. Recentemente, submeteu-se a um teste particular com o detector de mentiras, com sucesso. Colson teria "passado" no teste, dando respostas "corretas" a cinco questões relevantes sobre sua participação em Watergate. O único problema, segundo alguns céticos, estaria no fato de que as perguntas do teste foram formuladas pelo sócio de Colson num escritório de advocacia.

A revista *New Republic* tem uma resposta pronta à pergunta sobre o modo mais adequado para se chegar aos culpados de Watergate: "A melhor maneira de se fazer isso é levar para diante do comitê e das câmaras de televisão os homens que instalaram os aparelhos de espionagem dos telefones, fotografaram documentos, que fizeram circular falsos materiais de campanha dos democratas, que espionaram candidatos e grupos pacifistas, que tomaram parte no tumultuamento de manifestações públicas e que obtiveram e distribuíram malas cheias de notas de 100 dólares. Somente se estes indivíduos e suas histórias forem levados ao vivo a milhares de lares, pela televisão, é que o público ficará convencido de que está em jogo nada menos que a integridade do sistema eleitoral".

Numa palavra, para a *New Republic* a obrigação primordial do comitê seria desvendar o "objetivo global" da campanha de espionagem e sabotagem planejada por elementos do Partido Republicano contra o Partido Democrata e seus candidatos, nas eleições de 1972.

Público desorientado

O senador Lowell Weicker, membro do comitê do Senado, disse recentemente que "não se trata apenas de Watergate, mas sim de saber se nós americanos vamos ou não aceitar um novo padrão para as eleições presidenciais".

É possível que a opinião pública americana ainda não tenha entendido isso. Ela talvez esteja se sentindo desorientada em relação aos acontecimentos, após nove meses de histórias talvez propositadamente mal contadas, combinadas com desmentidos sistemáticos da Casa Branca, testemunhos de pessoas que "ouviram dizer" algo, notícias que "passam" misteriosamente do comitê para a imprensa, e ainda a incerteza sobre se a própria Casa Branca teria conhecimento ou teria dirigido a operação Watergate.

Hoje, alguns setores do público também devem achar curioso que o escândalo de Watergate não tivesse sido um tema de grande importância nas eleições presidenciais do ano passado. Os democratas tiveram quatro meses para explorá-lo politicamente, mas estranhamente não o fizeram.

De qualquer forma, a confusão do público é justificada, especialmente no que diz respeito aos "figurantes" do caso Watergate. Como em certos enredos do teatro moderno, nos quais um mesmo ator assume as "máscaras" de diferentes personagens, da mesma forma são ambíguos alguns dos participantes da trama de Watergate.

James W. McCord, por exemplo, afirmou perante um grande júri ter recebido 3 mil dólares por mês para que silenciasse sobre seu papel em Watergate. Segundo ele, o dinheiro provinha de fundos controlados por Kenneth W. Parkinson, advogado do comitê para a reeleição de Nixon. Parkinson, por sua vez, qualificou a informação como "totalmente falsa".

Enquanto isso, Lawrence Young, o advogado da Califórnia que primeiro revelou o suposto contato entre o sabotador político Donald Segretti e a Casa Branca, denunciou recentemente a existência de um complô para silenciá-lo.

Já outro dos implicados, C. Gordon Liddy, teria afirmado a McCord que o ex-procurador-geral John Mitchell e o conselheiro John Dean tinham aprovado pessoalmente a espionagem, e que outros funcionários da Casa Branca também tinham conhecimento dela.

Outra figura contraditória é Howard Hunt Jr, ex-funcionário da presidência, e, acredita-se, um dos organizadores da operação. Até a invasão da sede do Partido Democrata, a 17 de junho de 1972, Hunt — apesar de ter saído da folha de pagamento da Casa Branca, como consultor, desde 29 de março — ainda usava regularmente um escritório especial no terceiro andar do prédio de escritórios do Executivo. Hunt tinha um passe especial para entrar na Casa Branca e uma chave do escritório, normalmente fechado em sua ausência. As pessoas que telefonaram para ele pediam o ramal 2282, e quando não havia resposta — Hunt não tinha secretária — as ligações eram dirigidas para o escritório de outro consultor da Casa Branca, Charles Colson, onde eram tomados recados. Havia também no escritório de Hunt um cofre, sobre o qual ele mantinha "custódia e controle exclusivos", conforme declarou no tribunal.

Cheirando como uma rosa...

VETADO

É curioso que Watergate não tenha sido um tema importante nas eleições americanas. Os democratas tiveram quatro meses para explorá-lo politicamente, mas não o fizeram.

Segundo se acredita, logo após a invasão de Watergate ou no dia seguinte Hunt teria ido a seu escritório para "limpar" as gavetas e para esconder no cofre qualquer evidência incriminatória. Apesar destes fatos, Hunt e seus associados da Casa Branca quase não mereceram investigações sérias no julgamento de Watergate. O FBI nunca teve permissão para examinar o cofre, conforme o diretor-interino, Patrick Gray, revelou durante as audiências de confirmação no Senado.

Na mesma tarde da invasão de Watergate, agentes do FBI tentaram entrevistar Hunt (seu nome fora encontrado na caderneta de um dos cinco homens surpreendidos dentro do Partido Democrata), mas ele negou-se a prestar qualquer declaração sem assistência de um advogado. Quase à mesma hora, uma prova datiloscópica feita pelo FBI revelava que um dos homens apanhados em Watergate, e que dera o nome de Ed Martin, era na verdade James McCord, um ex-agente do FBI então trabalhando para o comitê de reeleição do presidente.

No dia seguinte, quando os jornais começavam a seguir indícios que levavam à Casa Branca, o conselheiro John Dean mandou que o cofre fosse removido do escritório de Hunt e arrombado, o que foi feito numa sala de despejo da Casa Branca. Dean recolheu e guardou consigo o material encontrado no cofre, incluindo aparelhagem eletrônica de espionagem. Na manhã seguinte, e nos sete dias subsequentes, Dean falou pessoalmente várias vezes com o diretor do FBI, Gray, a respeito das investigações. Em nenhum momento, segundo Gray, Dean mencionou que tinha em seu poder material do cofre de Hunt. Posteriormente, Gray diria no Senado que Dean "provavelmente mentira", ao responder que não estava certo se Hunt tinha um escritório na Casa Branca, fato que obviamente era de seu conhecimento.

Em seguida à publicação das histórias de que seu cofre teria sido aberto, Hunt teria entrado em contato com Dean através de um intermediário, antes de procurar um advogado e se apresentar à Justiça. Há razões para se suspeitar que, antes de se apresentar à Justiça, Hunt queria se certificar com Dean que o conteúdo do cofre estaria protegido contra investigações.

Imagem marcada

10 a 23 de abril de 1973

Do ponto de vista da Casa Branca, talvez a melhor coisa que poderia acontecer, segundo alguns analistas políticos, seria que as verdades de Watergate jamais chegassem a ser descobertas. Há cerca de duas semanas, o influente Wall Street *Journal* publicou uma pesquisa de opinião revelando que Watergate está despertando "preocupações" gerais, além de "prejudicar seriamente o presidente e seu partido. Já no entender da revista *Time*, Nixon e seus auxiliares terão de enfrentar as consequências de Watergate e da maneira pela qual a campanha de reeleição foi conduzida. "Não é suficiente", observa o *Time*, "divulgar desmentidos indignados, e em seguida sustentar que os auxiliares presidenciais só podem discutir o assunto sigilosamente, ou por trás das portas de salas de julgamento".

Mas Nixon aparentemente insistirá na questão do "prerrogativas presidenciais" (privilégio que dispensaria os auxiliares de prestarem testemunho público nas audiências do comitê. Diz-se que o presidente teria afirmado recentemente que "talvez seja chegada a hora da mais alta corte deste país tomar uma decisão definitiva" a respeito da questão. Mas poucos acreditam que uma decisão legal pudesse favorecer a tese de Nixon.

Na semana passada, o procurador-geral Richard Kleindienst aparentemente tornou a questão das "prerrogativas presidenciais" ainda mais complexa. Depondo perante o comitê do Senado, ele ampliou a definição que a administração Nixon dá a tal privilégio, sustentando que esta regalia se aplica aos 2,5 milhões de funcionários do Executivo. Segundo o procurador-geral, o Congresso não teria poder para obrigar um funcionário do setor executivo a prestar depoimento perante o Congresso, caso o presidente impedisse tal testemunho.

Em agosto último, quando os primeiros fatos relacionados com Watergate começaram a vir à luz, o presidente Nixon declarou: "Já deixamos claro que queremos todos os fatos esclarecidos, e todos os envolvidos processados". Vista na perspectiva da situação atual, esta declaração lembrou a alguns jornalistas a advertência do ex-procurador-geral John Mitchell aos jornalistas, no início da primeira administração Nixon: "Fiquem de olho no que nós fazemos, e não no que nós dizemos".

(1) Foi durante os trabalhos desse comitê que ficou célebre o senador Joe McCarthy [illegible] justificados [illegible] Richard Nixon [illegible] carreira [illegible] trabalhos do comitê.

(2) Os dois mais fortes candidatos ao cargo de diretor do FBI seriam, segundo fontes da administração americana, o procurador-assistente, Henry Petersen, e o chefe do setor de narcóticos do próprio FBI, John Ingersoll. Petersen poderia encontrar [illegible] Gray [illegible] pela investigação do caso Watergate conduzida pelo Departamento de Justiça.

TEMPO EM SÃO PAULO

O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA (1891-1927) - JULIO DE MESQUITA FILHO (1927-1969) - FRANCISCO MESQUITA (1927-1969)

JULIO DE MESQUITA NETO
DIRETOR RESPONSÁVEL

Capital e Interior de São Paulo Cr$ 0,80 | ANO 94 | TERÇA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 1973 | N.º 30.070 | Domingo Cr$ 1,20. Assinatura Cr$ 183,00

Venezuela pede a reestruturação básica da OEA

WASHINGTON — A Venezuela propôs ontem na III Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos — OEA — a reforma do sistema interamericano; a criação de uma "Comissão de Sábios" para estabelecer, em menos de um ano, as bases dessa reforma; exortou os países latino-americanos a não entrar em choque emocional com os Estados Unidos; condenou as intervenções, diretas, de um Estado neste e, finalmente, manifestou que só interessaria à área dos 200 milhas marítimas.

"A OEA, como tudo na vida — disse o chanceler Arístides Calvani — necessita de constante adaptação às mutações circunstanciais. Apoiamos pois a proposta para a criação de uma comissão de seis, nove ou onze membros, para analisar o resultado desses debates e para formular as reformas consideradas necessárias. É necessário agir firmemente, mas com prudência. Não podemos cair no romantismo jurídico e acreditar que as instituições param porque as modificam as normas jurídicas. Não pode haver novas formas de relações interamericanas, mas sim Estados decididos a exercer sua renovada vontade política. O homem africano sente a protagonista de seu destino, como as nações e não de [illegible] histórica".

E prosseguiu: "A OEA [illegible] ção regional tem plena [illegible] ção em nosso continente e é absolutamente necessária no mundo atual. Aceitamos os Estados Unidos nesta mesa, mas não lhes conferimos direitos [illegible] vote. Reafirmamos que é [illegible] uma atitude colonialista [illegible] parte dos Estados, do que [illegible] atitude imperialista por [illegible] dos poderosos. [illegible] em vertiginosa [illegible] de uma [illegible] Ibe A.

[illegible] vetos mundiais, os Estados Unidos. Há quem fale em malogro da política hemisférica, afirmando que os interesses vitais dos Estados Unidos estão, muitas vezes, em contradição com os interesses da América Latina. Na verdade, criou-se em torno da OEA um sentimento de culpa que, por sua vez, gera um complexo de inferioridade. É preciso reagir. Fagamos, então, [illegible] para podermos quebrá-la [illegible] o "fantasma".

Intervenção

Depois de [illegible] igualdade e [illegible] vani condenou [illegible] ou indi[illegible] cão, afirmou [illegible] te apenas [illegible] da, em sua [illegible] guerra e a [illegible] tentada de [illegible] intervenção em [illegible] pelas mudanças de petróleo educativos. A intervenção [illegible] ostensiva, dos países desenvolvidos impedindo a transferência tecnológica para os países [illegible] desenvolvidos. Mas a intervenção, sendo [illegible] mais viável e aceitável, é desejável pelo modo de intervenção".

Calvani concluiu seu discurso — um dos mais aplaudidos nos [illegible]

Radiofoto UPI

[illegible]inho de casa

americano, cujo helicóptero foi abatido pelo fogo dos Vietcong quando prestava serviços a CIA. (Página 2)

Israel elimina líderes da Fatah

BEIRUTE — Em fulminante ação de represália às atividades de terroristas árabes em Chipre, que ontem dinamitaram a residência do embaixador de Israel em Nicósia e tentaram seu exato sequestrar [illegible] El-Al (pag[illegible] israel[illegible] [illegible] em na ma[illegible] de [illegible] em [illegible]

[illegible] por [illegible] portantes dirigentes da [illegible]

Silêncio sobre a visita de Perón

Do Sucursal de [illegible]

[illegible] da vinda do presidente da República Dominicana [illegible] Brasil [illegible] geral e [illegible] de que [illegible] importância [illegible] para [illegible] qualquer comentário".

[illegible] Rio, pelo [illegible] Aires. [illegible] que Perón [illegible] Perón [illegible] "dos [illegible] para [illegible] da Argentina, o governo brasileiro manteve silêncio para não sobrestar pessoas e [illegible] pátria.

Teve não [illegible] que [illegible] último [illegible] o episódio de 1964, quando o Brasil, a pedido da Argentina, impediu o prosseguimento da viagem de Perón de Madrid para Buenos Aires. O fato não indica, porém, que se trata de uma medida contra ou a favor do vice-presidente, mas apenas do atendimento ao pedido de um país vizinho.

Vicente Solano Lima, em trânsito no Rio para Buenos Aires, não especificou sob qual qualificação Perón visitaria o Brasil, mas disse que sua missão teria por objetivo o "perfeito entrosamento entre todas as nações latino-americanas, objetivando o fortalecimento da América do Sul".

O novo vice-presidente [illegible] ao "enfoque sensacionalista da imprensa" a [illegible] divergências [illegible] a Argentina [illegible] política do [illegible] Guerra [illegible] Página 11

Le Monde

[illegible]os contra [illegible] da Fepasa

[illegible]tel criticado da [illegible]ibuna do Senado

Do Sucursal, das [illegible] e de Serviço Local

[illegible] — A "medida [illegible]" tomada pelo governo de São Paulo [illegible] "O Estado" e a "Jornal da Tarde" foi outra crítica da tribuna do Senado [illegible] José Sarney, [illegible] Maranhão. Sarney [illegible] "hoje uma [illegible] não de[illegible] uma de[illegible] pois [illegible] Argentina e [illegible] [illegible] emitido "qualquer conceito desfavorável" contra o jornalista Júlio de Mesquita Neto. Na última semana, quando apontava um discurso do senador Nelson Carneiro, Petrônio Portela acusou o jornalista de "facciosa e apaixonada, cujo depoimento [illegible] Montego Bay revelou sua intenção de indispor o [illegible] com a opinião pública [illegible] nacional".

Na Assembléia [illegible] va de São Paulo [illegible] do MDB, [illegible] Goldmann [illegible] de um [illegible] "[illegible]

[illegible]grafa à [illegible]

[illegible]de a [illegible]ualid[illegible] do ensino

[illegible] Página 31

[illegible]ará [illegible]76

Em Paris [illegible]

[illegible]outra m[illegible]

PARIS — Cerca de [illegible] estudantes e aposentados [illegible] petroleiros estiveram, ontem, na [illegible] de uma manifestação [illegible] que [illegible] dentes entre [illegible] quistas e manifestantes [illegible] de ordem da Cr[illegible] rei do Trabalho [illegible] gida por [illegible] do movimento [illegible] [illegible] gens e [illegible] Fontainebleau. [illegible] A manifestação [illegible] e aposentados [illegible] em Paris [illegible]

JULIO DE MESQUITA NETO

RUY MESQUITA

UM JORNAL CONTRA UM GOVERNADOR

As revoluções de Pablo Picasso

1974

Palavras, palavras, palavras... Apenas palavras?

Supreendendo pelo menos os comentaristas políticos, o deputado Flavio Marcílio presidente da Câmara dos Deputados — em quem governos de tendências aparentemente opostas têm confiado — defendeu a volta ao Estado de direito e a necessidade de o Congresso começar a tomar iniciativas nesse terreno sem aguardar ordens do Executivo. Segundo o *Jornal do Brasil*, Marcílio defendeu em entrevista no Rio "a necessidade de nos apresentarmos no exterior como país democratizado e para isto ele acha que o Congresso deve debater as leis de exceção existentes, para que se incorporem ou não a Constituição, objetivando a institucionalização do país".

Esfriando o entusiasmo ou desfazendo os temores que a fala do deputado Flavio Marcílio pudesse provocar, o presidente do Senado e da ARENA, senador Filinto Strumbling Muller — servidor de poderosos com antiga tradição — apressou-se em dizer que não acreditava que o presidente Medici tomasse até o fim de seu governo qualquer medida

Para o velho senador a opinião do presidente da Câmara é "exclusivamente pessoal".

Talvez sem igual exclusividade — já que o MDB diz defender os mesmos princípios — mas num pronunciamento também pessoal, outro arenista, o ex-governador de Minas, ex-ministro do Exterior do governo Castelo Branco, e atual senador Magalhães Pinto saiu em defesa do voto direto. Recebendo o título de cidadão honorário do Rio Doce-MG, o político e banqueiro declarou que "a delegação popular é insubstituível".

Também ex-governador (do Maranhão), outro senador enriqueceu com sua opinião a galeria dos temas tratados. A propósito da briga entre o governador Laudo Natel e o jornal *O Estado de São Paulo*, o senador José Sarney discursou e disse: "A liberdade de imprensa é tão fundamental para a democracia que se diz, hoje, que ela é um direito do homem como o é a saúde. E os tempos atuais estão a pedir, a exigir e a demonstrar que a informação constitui, hoje, a única válvula capaz de sustentar o homem para cumprir o seu grande destino dentro da comunidade".

Mas o diálogo dominante na semana parece mesmo ter sido o indiretamente travado entre os presidentes da Câmara e do Senado. E sempre com o senador Filinto Strumbling Muller rebatendo afirmações do deputado Flavio Marcílio. Este admitiu a antecipação do debate sucessório em função do projeto regulamentando o Colégio Eleitoral apresentado por um deputado emedebista. Já o senador Filinto Strumbling Muller acha que o debate sucessório deve ser aberto somente após o Executivo tomar a iniciativa de propô-lo. Como aliás tem acontecido com todos os temas quando eles deixam de ser apenas palavras.

opinião

BRASÍLIA

Ao completar 13 anos a cidade recebe do governador apenas *circus*

Em outubro de 1969, quando o presidente Garrastazu Medici preparava-se para tomar posse e o Congresso comprava apressadamente flores para ornamentar a mesa na sessão de reabertura, um personagem desconhecido em Brasília hospedou-se no Hotel Nacional. O personagem desenvolveu na época uma tímida ofensiva de contatos com as escassas lideranças da cidade. Hoje, mais de três anos já passados, o atual governador do distrito federal, arquiteto Hélio Prattes da Silveira, não é mais exatamente o mesmo cauteloso desconhecido.

Esta semana, quando Brasília comemora seu 13.º aniversário, ao governador e arquiteto Hélio Prattes ela pode agradecer pelo menos um presente: está altamente superdimensionada em matéria de instalações esportivas pelo menos em alguns setores. Logo depois da vitória do Brasil no México o governador anunciou a construção de um estádio para 100 mil pessoas. Acontece que a cidade já tinha um estádio para 20 mil pessoas que nunca havia reunido nem um terço de sua lotação, mesmo nos jogos mais importantes.

Já que a capital federal tem ainda muitas deficiências, como por exemplo um sistema de escoamento de água que evite as costumeiras inundações na Asa Norte, para não falar nas desprezadas cidades-satélites, causou uma certa surpresa o grandioso estádio de Hélio Prattes.

Ficou decidida a construção de um centro esportivo incluindo um ginásio para 20 mil pessoas, o tal estádio de futebol, várias piscinas, quadras de esporte e um autódromo. E o centro esportivo seria construído a 500 metros do palácio Buriti, onde despacha o governador, em plena área urbana e completamente fora das previsões do Plano Piloto. A esse Plano o governador já fez inclusive várias críticas mais ou menos veladas quando voltou de uma viagem em que se entusiasmou com a arquitetura venezuelana de Caracas.

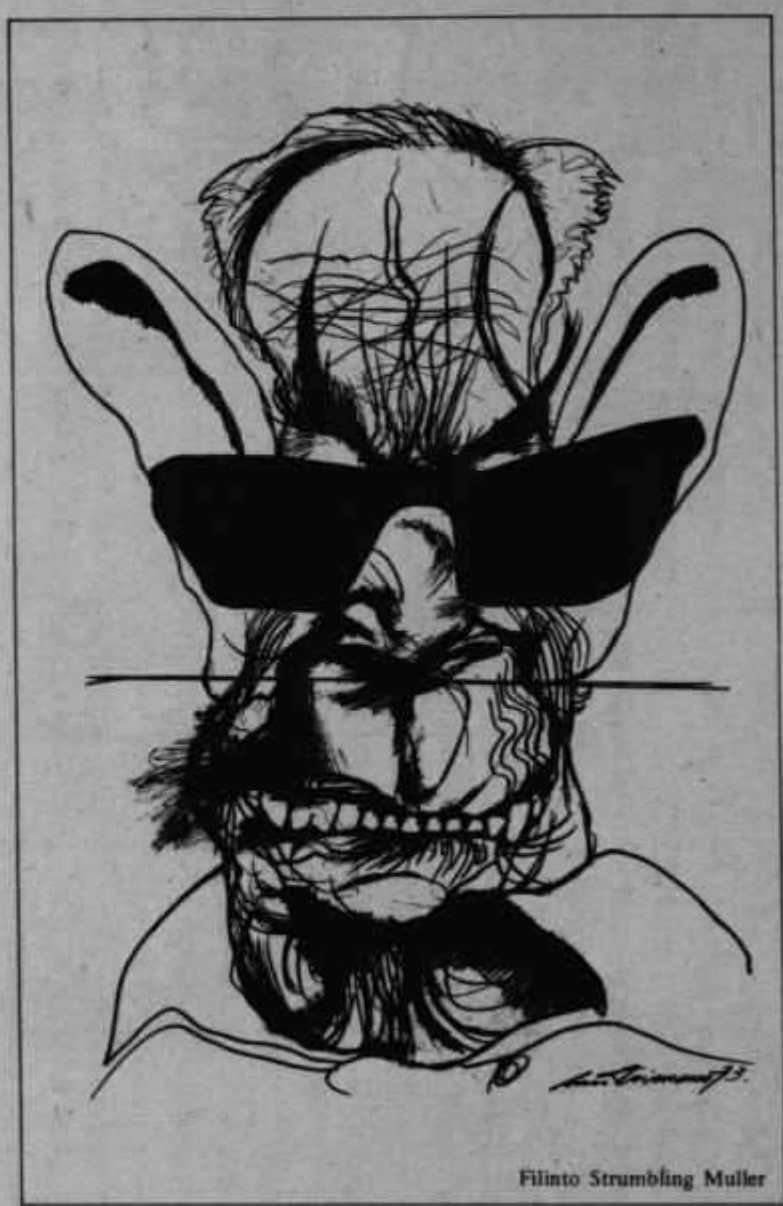
Os cartolas brasilienses resolveram incluir um clube no campeonato nacional mas, segundo as normas da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), só clubes que tenham estádios para no mínimo 40 mil pessoas podem ter acesso àquele torneio. E o Ministério da Educação e Cultura, dando sua contribuição para aumentar a ociosidade das instalações desportivas da cidade, destinou 300 mil cruzeiros para as obras de ampliação do estádio já existente, o *Pelezão*, que devem estar concluídas no próximo mês.

O autódromo provisório aliás nasceu de uma briga em torno do *Pelezão*. Sem conseguir chegar a um acordo — os dirigentes de futebol queriam a ampliação desse campo ao invés da construção de um novo — o governador Hélio Prattes decidiu-se por abandonar o *Pelezão*.

O estacionamento de automóveis desse estádio foi transformado em pista de corrida o que, se não impede, no mínimo prejudica o acesso ao estádio.

Evidentemente essas medidas, junto a outras, como a paralisação da ponte que deveria atravessar o Lago, receberam críticas da imprensa. A situação foi enfrentada através do médico, chefe da Casa Civil, conselheiro e irmão do governador, Caio Flavio Prattes da Silveira.

Vencidos os opositores da política desportiva, Brasília pôde chegar ao seu 13.º aniversário com um estádio e meio, um outro ampliado e mais um em construção, dois autódromos — um para treino e outro para corridas de "fórmula-1".



Filinto Strumbling Muller

assine opinião

PETROBRÁS

De como o partido do governo foi contra uma empresa estatal

Seria de se esperar que um partido governista apoiasse sempre projetos de leis que fossem favoráveis aos organismos governamentais. Pelo menos é o que sempre tem feito a ARENA. Mas se a diretoria atual da Petrobrás esperava que o partido governista, a ARENA, tivesse tal ponto de vista em relação ao monopólio estatal de petróleo, deve ter ficado decepcionada na semana passada.

Um projeto do deputado Francisco Pinto (MDB — Bahia) que propunha aumentar o monopólio da Petrobrás para a distribuição e comércio de petróleo bruto, de poço ou de xisto (de que o Brasil tem uma das maiores reservas mundiais) foi declarado inconstitucional após debatido na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara por nove votos a cinco. O curioso é que os votos contra foram todos da ARENA, enquanto favoráveis à constitucionalidade do projeto contavam três deputados do partido de oposição oficial.

O presidente da Petrobrás, general Ernesto Geisel, havia dito numa palestra no próprio Congresso Nacional que a distribuição de derivados de petróleo, "sendo uma atividade que proporciona alta rentabilidade, é do interesse da Petrobrás dela participar, para assim obtermos maiores recursos que cubram os elevados custos das atividades exploratórias". Isso foi lembrado pelo oposicionista Lysaneas Maciel em voto em separado. Mas os situacionistas preferiram acompanhar o relator do projeto, deputado Djalma Bessa (ARENA — Bahia). Para ele se tratava de matéria de segurança nacional, devendo ser ouvido o Conselho de Segurança Nacional. Além disso — alegou — a intervenção do Estado na economia tem condições fixadas na Constituição federal que impediriam a intromissão do Legislativo.

O deputado Cantídio Sampaio (ARENA — SP) pediu votação secreta, mas Lysaneas Maciel, querendo registrar "os nomes daqueles que foram contra a nossa própria Petrobrás e se colocaram a favor de interesses estrangeiros", pediu e conseguiu votação nominal. Votaram contra o projeto: Ferreira Amaral (Paraná), João Linhares (Santa Catarina), Élcio Tavares (Espírito Santo), Osnelli Martinelli (GB), Luiz Braz (Rio de Janeiro), Cantídio Sampaio (SP), Túlio Vargas (Paraná), Lauro Leitão (R. G. do Sul) e o relator Djalma Bessa. Votaram a favor: os emedebistas Alceu Colares (R. G. do Sul), Laerte Vieira (Santa Catarina), Lysaneas Maciel (GB) e os arenistas Antonio Mariz (Paraíba) e José Alves (Alagoas).

Uma disputa pelo governo de São Paulo?

Uma nota curta, de cinco linhas, explicou a todos o que o prefeito Figueredo Ferraz dizia em segredo: não renunciará ao seu mandato, que dura até 1975, e não encaminhará ao governador Laudo Natel nenhum pedido de exoneração. Se ele sair, será pelas mesmas mãos que o indicaram e assinaram sua nomeação para a prefeitura da capital, as do governador.

A nota redigida pelo próprio professor Figueredo Ferraz encerrou, ao menos aparentemente, uma crise iniciada há cerca de 20 dias, quando o jornal *Estado de São Paulo* publicou reportagem sobre os dois anos do sr. Laudo Natel. O governador se sentiu injuriado e poucos o defenderam — e entre estes poucos não estava o prefeito Ferraz. Duas correntes de pessoas ligadas ao governador se manifestaram. Uma dizia que o prefeito Ferraz deveria sair com declarações em defesa do sr. Laudo Natel e não o fez, portanto, de alguma forma estaria envolvido no esquema da matéria publicada pelo jornal; a outra afirmava que a reportagem teria sido encomendada ou sugerida pelo prefeito à direção do Estado, servindo à opinião pública como amostra das diferenças de atuação das duas administrações. O governador e o prefeito repeliram as duas insinuações, num encontro de hora e meia, no Palácio dos Bandeirantes, há 10 dias, e "se imunizaram contra novas e possíveis intrigas que evidentemente seriam feitas por políticos, principalmente", segundo um assessor de Ferraz.

Todavia, entre a publicação da reportagem no Estado e a reunião dos dois, ocorreram alguns fatos. Teriam sugerido ao prefeito a alteração de seu quadro de auxiliares diretos, a substituição de secretários e representantes da prefeitura nas empresas de economia mista. O autor da sugestão seria o deputado federal Rafael Baldacci, ex-chefe de gabinete do ex-prefeito Faria Lima, eleito no primeiro mandato pelo MDB, e que depois de transferir-se para a ARENA transformou-se em assessor político do governador e é um dos candidatos a senador.

Os acontecimentos se sucediam e três deputados ligados ao secretário dos transportes, Paulo Salim Maluf — Wadih Helu, Caio Pompeu de Toledo e Ricardo Izar

e mais alguns vereadores eleitos em novembro — iniciaram uma sistemática campanha contra Ferraz que só terminou quinta-feira quando o prefeito disse claramente que não se julga obrigado a comparecer ao plenário da Câmara municipal ou da Assembléia Legislativa, para prestar informações o que não atenderá a qualquer desses órgãos.

Políticos da oposição interpretaram esses acontecimentos como sintoma de que alguns membros da ARENA estão dispostos a iniciar já a luta pela posse da máquina eleitoral que representa a prefeitura da capital, garantindo, assim, bons resultados nas próximas eleições proporcionais e majoritárias de 1974, enfraquecendo ao mesmo tempo um dos mais sérios candidatos em potencial a governador do Estado. Como numa guerrilha, o prefeito atacou, afirmando que não se filiaria à ARENA e que esperaria, tranquilamente, os limites dos prazos para os que pretendem se candidatar a qualquer coisa.

Apesar destas dificuldades, Figueiredo Ferraz desaponta os inimigos que esperavam dele a repetição de duas atitudes anteriores quando renunciou como secretário do ex-prefeito Ademar de Barros, por não concordar com alguns dos seus métodos administrativos e renunciou como secretário do primeiro governo Laudo Natel porque Natel não queria a unificação das estradas de ferro do Estado.

assine opinião

Perón no Paraguai em missão secreta?

Algum suspense no caso de Itaipu. Mas tudo indica um final feliz

Uma nota de suspense parece ter entrado no já complicado caso da represa de Itaipu. Segundo foi noticiado na quinta-feira da semana passada pelo jornal argentino *La Opinión*, Perón estaria no momento executando uma delicada missão secreta, cujo objetivo seria sugerir ao ditador paraguaio, Alfredo Stroessner, o adiamento a assinatura do convênio com o Brasil sobre Itaipu para depois de 25 de maio, quando assumirá o novo governo eleito na Argentina.

Seria um apelo de Perón ao velho amigo Stroessner que já o atendeu em piores circunstâncias? (Foi no Paraguai que Perón achou acolhida quando foi derrubado na Argentina.) Talvez não seja só isso. Pelo que foi publiado na revista paraguaia *Diálogo*, o governo de Stroessner, tendo que escolher entre o velho caudilho, que retorna reforçado ao poder na Argentina, e o agora poderoso aliado brasileiro, resolveu optar... pelos dois. Tudo vai depender das circunstâncias e dos interesses do governo paraguaio. O Jornal do Brasil trazia no sábado passado uma declaração de Stroessner de que cumpriria seus compromissos sobre Itaipu ao mesmo tempo que faria tudo que fosse do interesse de seu país para facilitar a construção da hidrelétrica de Corpus. Além disso o Paraguai poderá vender à Argentina parte da eletricidade que lhe caberá quando funcionar a usina de Itaipu.

No caso Itaipu a posição do Paraguai é a mais cômoda: o Brasil depende dele para construir a usina e a Argentina vai oferecer todas as vantagens para que Itaipu não seja feita contrariando os seus interesses. Talvez para diminuir o poder de barganha do Paraguai — às vésperas do convênio que deverá assinar com o Brasil na próxima semana — é que o governo brasileiro tem, aparentemente pelo menos, procurado acordos também com a Argentina.

Terça-feira da semana passada representantes dos dois países se reuniram em Buenos Aires para assinar um contrato (o primeiro desde que começou a divergência de Itaipu) que prevê o financiamento de estudos para determinar o potencial de produção de energia do rio Uruguai e seu afluente Pepiri-Guaçu, na fronteira Brasil-Argentina. Com prazo de dois anos e meio, o estudo irá determinar a possibilidade de construção de três represas hidrelétricas.

O entendimento entre os dois países poderia ser selado com uma visita do patrono do novo governo argentino ao Brasil? A vinda de Perón foi realmente anunciada pelo novo vice-presidente da Argentina, Vicente Solano Lima, em rápida passagem pelo aeroporto do Galeão, no Rio. Voltando de um encontro com Perón em Madri, Solano Lima disse que o objetivo da visita seria o "perfeito entrosamento entre todas as nações latino-americanas para o fortalecimento da América do Sul". Mas fontes do Itamari diplomaticamente consideraram o assunto "muito importante e delicado para ser analisado no momento".

E talvez seja melhor não fazer nada que possa comprometer o que "no momento" parece caminhar tão bem. Do lado da Argentina, o administrador de Água e Energia, comodoro Francisco Ferrante, ao assinar o acordo para estudos do rio Uruguai considerou o ato "um testemunho a mais da integração do continente americano e vem ratificar os fraternais laços de amizade entre o Brasil e a Argentina". O presidente recém-eleito, Campora, também disse acreditar na continuidade da amizade atual entre os dois países.

Em relação ao Paraguai as dúvidas para o futuro parecem ser ainda menores. Há 18 anos no poder, o general Stroessner ultimamente tem-se aproximado cada vez mais do governo brasileiro. Tudo faz crer que assim continuará: Stroessner acaba de ser confirmado no cargo por mais cinco anos e já estaria preparando o filho, Gustavo Stroessner, para sucedê-lo. E Gustavo Stroessner tem curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Brasil (ESAO).

Por isso é bastante provável a assinatura do convênio Brasil-Paraguai sobre Itaipu no próximo dia 27, quando Stroessner, segundo suas próprias palavras, trará ao Brasil "uma mensagem de paz, amizade, cooperação e boa vontade". Principalmente porque dentro da política de "pêndulo" — oscilando entre o Brasil e a Argentina — adotada sabidamente por Stroessner, Itaipu é uma forte atração para a oscilação ser na direção do Brasil, "dentro dos interesses do Paraguai".

A difícil reforma das prisões

"Um panorama desolador" — disse na semana passada, em seu discurso de posse, o novo juiz-corregedor dos presídios e da polícia judiciária de São Paulo, Renato Laércio Talli, ao se referir à situação das 223 prisões paulistas. Para ele, com exceção de alguns estabelecimentos (seis na capital e seis no interior), o que domina é "a superlotação, a ociosidade, os vícios, prejudicando ou, quando não, tornando impossível o exercício de qualquer regime educativo".

As preocupações do novo juiz-corregedor podem ser medidas com base em dados suficientemente concretos por ele mesmo coletados: na Casa de Detenção de São Paulo 5.064 condenados acotovelam-se nas celas porque a capacidade normal de ocupação não ultrapassa o número de 2.200. A situação é ainda mais precária nas cidades do interior: numa a cadeia não tem teto e o prédio está afundando; noutra não há carcereiro nem verba para alimentação; numa terceira, a cadeia recém-inaugurada não dispõe de água, nem fechaduras, nem guardas, nem carcereiros; menores delinquentes ocupam o lugar de presos em outra, e assim por diante.

Em 13 anos de carreira, Talli peregrinou por diversas cidades do interior, escrevendo relatórios, conversando com detentos, sentindo seus problemas de perto. Dessas visitas ele recolheu uma triste imagem do sistema penitenciário paulista: falta de verbas, prisões superlotadas, injustiças e frustrações, inexistência de vagas em manicômios judiciários. Agora, prepara-se para enfrentar o que considera "o maior desafio" da sua carreira.

Em meio a pilhas de relatórios contendo invariavelmente a vida de milhares de prisioneiros, o novo juiz-corregedor explicou uma de suas primeiras providências para solucionar o problema carcerário paulista: evitar a promiscuidade entre os presos, separando os detentos de acordo com o grau de instrução e os tipos de crimes. "Dentro do sistema que pretendo implantar — explica Talli — o estudante de Direito, por exemplo, não poderá ficar junto a um batedor de carteiras, um sujeito de alta periculosidade. De modo que, nos nove pavilhões da Casa de Detenção, um estudante ficará junto a outros estudantes e homens de maior periculosidade cumprirão a pena separados".

O juiz promete ainda tornar invioláveis os presídios do Estado. "Casos do passado não voltarão a acontecer", afirmou, referindo-se possivelmente à retirada de detentos das prisões para serem eliminados sumariamente. "Isso terminou graças à ação enérgica do antigo corregedor Nelson Fonseca e do promotor Hélio Bicudo", disse, lembrando os processos contra o Esquadrão da Morte.

O novo juiz-corregedor não encara sua nova função como uma tarefa fácil, mas ele já começa a sentir alguns êxitos das suas denúncias. Aparentemente por sua influência, no final da semana passada, foi anunciado o fim do velho Presídio Tiradentes, na capital, condenado várias vezes por ser obsoleto e não oferecer os requisitos mínimos de segurança. O *casarão*, como é chamado, será definitivamente interditado, dando-se início imediato à transferência dos presos ali recolhidos.

Dessa forma, o juiz Talli argumenta que seus planos não são de forma nenhuma utópicos: "Meus planos não são utopia, não. Veja bem: se o governo proporcionar verbas e construir mais 10 presídios, em 10 anos teremos um sistema carcerário cientificamente organizado, com padrões de fazer inveja a qualquer país. Tenho uma missão muito importante a cumprir e ela se torna mais indeclinável quando se é religioso".

A visita de Medici, os peões e a portaria

Um conjunto de homens ágeis e aguerridos, dispostos a combater os empreiteiros, vigiar os fazendeiros e proteger os fracos peões de fazenda. Será que é isso o Subgrupo Volante de Inspeção do Trabalho, criado na semana passada para orientar e fiscalizar as empresas que atuam na Amazônia? A portaria que criou o novo órgão foi elaborada a partir dos resultados da visita do presidente Medici ao projeto Jari Agro-Industrial, em fevereiro passado, quando foi constatada a existência de várias irregularidades.

Pelas punições com que ameaça as empresas irregulares e pelas visitas de surpresa que anuncia às diversas frentes de trabalho na selva amazônica, esse subgrupo volante parece ter encargos e tarefas bem severas. Mas, pela habitual falta de recursos e pelo que se conhece da atuação de órgãos semelhantes na Amazônia, a atividade desses homens talvez não seja tão emocionante, e sim estritamente burocrática.

De qualquer forma, os possíveis vilões até agora não se manifestaram publicamente, embora os fazendeiros já tenham diagnosticado um fato no meio das contradições dos pronunciamentos ministeriais quanto à execução de medidas para acabar com o trabalho escravo na região: o fim do empreiteiro e a transferência dos encargos sociais e trabalhistas dele para as próprias fazendas.

Todavia, para os fazendeiros o empreiteiro é uma peça fudamental nas frentes pioneiras amazônicas, pois utiliza uma forma típica e única de trabalho. Ao começar a implantar o seu projeto, o empresário transfere a um grupo de pessoas, geralmente da região e com um bom conhecimento dela, a tarefa de recrutar braços para o desmatamento, a roçagem e o plantio de pastagem. Só depois de feito esse trabalho preliminar é que começa propriamente a implantação da fazenda.

Essa preocupação foi transmitida em Belém por Afonso Mommensohn, vice-presidente da Companhia Agro-Pecuária e Industrial Maringá-Capim, sediada no município paraense de São Domingos do Capim. Tentando provar os péssimos efeitos da medida, Mommensohn afirmou que se o empreiteiro for eliminado "vamos ter que destacar nossos próprios empregados para realizar o serviço de recrutamento de trabalhadores. Mas, como os empregados não possuem qualquer experiência, seremos levados a usar pelo menos cinco deles num serviço que era feito apenas por um homem, o empreiteiro, que conhece toda a região e sabe onde conseguir bons homens"

As dúvidas

O difícil nessa argumentação, que tende a transformar-se na defesa quase que geral dos fazendeiros, parece ser comprová-la. A começar pela própria existência nebulosa do empreiteiro. Ninguém sabe onde estão as sedex dos escritórios das (pelo menos duas) empresas de empreitada: tanto a Empresa Paraense de Reflorestamento quanto a Serviços Florestais não têm CPF, CGC, nem existência jurídica legalizada. Na maioria das vezes, o empreiteiro age sozinho, sem formar uma empresa, como acontece com quatro dos que oferecem mão-de-obra à Jari que, além disso, nunca assinam todo o nome: M. Cardoso, Elesbão, Acreano e Pompeu.

Mas talvez as preocupações dos fazendeiros se devessem apenas à mania que têm de antecipar sua oposição a medidas que podem vir a prejudicá-los. Até o fim da semana, no entanto, permaneciam várias dúvidas às atividades do Subgrupo Volante. A principal delas é a de saber-se se o órgão atuará apenas na área de influência da Transamazônica. Em toda a portaria não há nem a mais leve referência ao campo de atuação, mas ela parece restringir-se ao do próprio Grupo de Tarefa da Transamazônica (GATT), que agora exclusivamente na área cortada pela rodovia. Nesse caso, não apenas estaria excluída da fiscalização a esmagadora maioria das fazendas aprovadas pela SUDAM, mas a própria Jari.

Outro ponto chave para o êxito do grupo volante ainda é muito duvidoso: a surpresa. A portaria diz que as despesas decorrentes da fiscalização serão pagas pelos órgãos componentes. Porém, nem o GATT, o FUNRURAL ou o INPS possuem avião próprio e sem ele a surpresa é um sonho ou uma ilusão. A SUDAM e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) tinham essa ambição mas, sem meios, acabaram renunciando às *incertas* e passaçam a visitar os projetos nos aviões das próprias fazendas, onde eram recebidos em ambiente de festa e harmonia. Além disso, como costumam dizer ironicamente os empreiteiros, entre as instalações de um ambulatório e as frentes de desmatamento, a distância é enorme. Entre as normas do papel e a relação direta com trabalhadores, também.

Seriam nossos índios "latifundiários"?

Apesar da aparência de certa forma ridícula — camisas de mangas compridas, de gravatas, sem paletó, os cabelos muito pretos e lisos escorregando sobre os ombros e imensos cocares de pena na cabeça — os cinco chefes Xavante e Xerente recebidos pelo presidente da República em novembro do ano passado mantinham um certo ar de dignidade. Eles foram agradecer a Medici o decreto que criou suas cinco reservas, ao norte de Mato Grosso, levaram arcos e flechas de presente e Aribuena, um dos caciques, arriscou um rápido e desajeitado discurso. A cena depois foi descrita como de comovente confraternização.

Na semana passada, a razão desse agradecimento foi posta em perigo. O general Ismarth de Araújo Oliveira, superintendente administrativo da Fundação Nacional do Índio — FUNAI — o órgão do governo encarregado de defender os interesses dos índios, anunciou em Brasília a decisão do órgão de reduzir a área das reservas indígenas do país e devolver à União as terras que considerar "improdutivas". Além de não querer ser "latifundiária", diz a FUNAI, ela estaria evitando problemas com essas terras, frequentemente invadidas por seringueiros, caçadores, castanheiros e, ultimamente, cobiçadas por fazendeiros. Além disso, segundo o general, os índios deixariam de ser vítimas da extensão de território, pois aventuram-se em caçadas e passeios que às vezes terminam em choques com os colonos.

A decisão foi anunciada nebulosamente, o que faz supor a mera existência de um projeto. Não foram explicados detalhes sobre as reservas a serem reduzidas, o significado de terra produtiva e improdutiva para a FUNAI e se o conceito de produtividade da FUNAI por acaso coincide com o dos índios. A FUNAI explicou, contudo, que, ao atingir um estágio cultural de pré-integração na sociedade e ao desenvolver culturas agrícolas de subsistência, o índio, naturalmente, reduz sua área de perambulação. E essa explicação aumentou as preocupações das pessoas que comumente se interessam pelos índios.

O antropólogo Roberto da Mata, por exemplo, acredita que a FUNAI está enganada. Coordenador dos cursos de pós-graduação do Museu Nacional, no Rio, PhD por Harvard e autor de vários livros sobre os índios do Brasil, ele afirma que sua experiência com índios do Brasil central não autoriza esta conclusão. "Do ponto de vista científico, é muito difícil para um ocidental determinar o que é terra produtiva ou improdutiva, quando se trata de uma sociedade que explora a natureza de maneira bastante diferente.

Existem 18 reservas e quatro parques indígenas no Brasil, territórios fechados a qualquer outro grupo, sob qualquer pretexto. No total, as terras ditas dos índios somam 52 milhões de hectares, dos quais 35 milhões pertencem a seu patrimônio, gerido pela FUNAI e os restantes 17 milhões são terras devolutas da União. As reservas indígenas são, segundo a FUNAI, áreas tradicionalmente habitadas pela tribo, reservadas à sua sobrevivência e preservação cultural. E, como todas essas reservas se localizam na Amazônia, a importância das suas terras é confirmada pela expansão da "sociedade nacional", que as atinge, mediante o que o governo chama de "deslocamento da fronteira agrícola", através da criação de centenas de fazendas de gado, construção de 11 mil quilômetros de estradas e afixação de um milhão de colonos nordestinos.

Reduzir suas áreas — algumas são muito extensas, como a dos Waimiri-Atroari, no Amazonas: 1.500 mil hectares para 3 mil índios — poderia significar, brevemente, a mistura desses grupos aos novos conquistadores da região. Para o professor Roberto da Mata, as consequências seriam extremamente nocivas. "Eu posso prever que, confinados num espaço territorial reduzido, eles vão aumentar suas tensões e problemas. As consequências serão drásticas quanto aos valores desses grupos. Agora, cabe à FUNAI fazer as opções".

A FUNAI ao mesmo tempo e paradoxalmente está desenvolvendo um lento mas elogiável trabalho de demarcação de terras para evitar sua invasão sob alegação de ignorância. E na semana passada publicou editais de concorrência para fixação dos limites das cinco reservas dos Xavante e Xerente do norte de Mato Grosso.

De qualquer forma, embora as minúcias não estejam suficientemente esclarecidas, as preocupações de que os índios venham a ser novamente os grandes prejudicados parecem justificar-se diante das últimas medidas envolvendo temas de índios. O Parque Nacional de Aripuanã foi decepado há duas semanas para as terras serem ocupadas por uma empresa. E, ainda na semana passada, a FUNAI anunciou que desistiu de criar uma reserva para os 4 mil índios Yanomoni de Roraima porque sua região será atravessada pela Perimetral Norte.

1981

O caso do "Estadão" contra Natel

Sevandija não é uma palavra usual na língua portuguesa. É um designativo comum para os parasitas e vermes imundos, que pode ser adjetivamente aplicado a pessoas que vivem às custas dos outros, pessoas indecorosamente servis, comparáveis aos parasitas. No princípio da semana passada um editorial do jornal *O Estado de São Paulo* falava de "uma certa imprensa de sevandijas" a cujas "mesuras cobiçosas" estaria acostumado o governador de São Paulo Laudo Natel. A frase — com essa palavra rebuscada, talvez pedante, mas sem dúvida violenta — parece bastante significativa. Ela foi dita no momento mais grave de uma grave divergência entre o jornal e o governador do Estado, logo depois que este determinou a suspensão da publicidade do governo usualmente publicado no *Estadão* causando ao jornal um prejuízo mensal calculado entre 600 e 700 mil cruzeiros.

Esta frase serve para marcar a posição do jornal *O Estado de São Paulo* no panorama da imprensa brasileira, uma imprensa cujos órgãos se distribuem em vários níveis e nuanças na escala da dignidade profissional e da estima pelo direito de criticar os poderosos.

Vamos deixar de lado tudo o que se tem dito ou se poderia dizer a respeito das idéias políticas tradicionalmente defendidas pelo jornal *O Estado de São Paulo* e as acusações de excessivo conservadorismo que são feitas à família Mesquita desde os tempos em que Julio de Mesquita Filho atribuía o desequilíbrio político do país à "massa impura e formidável de dois milhões de negros subitamente investida de prerrogativas constitucionais" (1).

Examinemos apenas com atenção os fatos e os ensinamentos do episódio que envolveu de um lado o jornal e do outro o governador Laudo Natel.

Na verdade, jamais houve qualquer notável manifestação de simpatia dos Mesquita com relação a Laudo Natel. Mesmo antes que este tivesse sido oficialmente indicado pelo presidente da República para o cargo, Ruy Mesquita manifestou diretamente a Medici a sua opinião de que Natel não era a pessoa indicada. Numa audiência de 30 minutos ele disse ao presidente que julgava a oportunidade de uma escolha como aquela excelente para que São Paulo ganhasse um governador "de primeira grandeza", descrição que seguramente não coincidia com a figura política apagada de Natel. E desde que o desejo presidencial foi anunciado, tanto o *Estadão* como o *Jornal da Tarde* mantiveram diante do governador uma atitude de discreta e pouco entusiasmada expectativa não raro com indícios de verdadeira má vontade.

A situação agravou-se no princípio do ano passado, quando o *Estadão* deu publicidade ao escandaloso caso da Organização Brasileira de Serviços, uma firma de cuja diretoria participavam um irmão (Dácio Alves Natel, diretor presidente) e um sobrinho (Nelson Natel) do governador e que segundo o *Jornal da Tarde* prometia "facilidades em inscrições em vestibulares, em matrículas, financiamentos e assistência junto aos poderes públicos". Como sempre acontece nessas ocasiões vários políticos ligados ao governo procuraram intervir para amenizar o conflito. O deputado Salvador Julianelli, atual presidente da Assembléia Legislativa, por exemplo, sugeriu um almoço em sua casa, uma suculenta macarronada pacificadora à qual compareceriam Natel e Ruy Mesquita. Embora não se saiba a exata reação do governador ao convite, é certo que Ruy ("se cada vez que eu falasse mal do Laudo tivesse que comer uma macarronada ia acabar com excesso de colesterol") não se dispôs a esse gênero de negociações alimentar.

Foi no dia 15 de março passado que os jornais do Mesquita finalmente atacaram Natel de maneira mais contundente. Numa grande reportagem sob o título *Laudo, 2 Anos Tímidos e Apagados*, o *Estadão* criticou violentamente o papel político e administrativo desempenhado pelo governador que naquele dia cumpria — "sem o menor destaque", dizia o *Estado* — a primeira metade do seu mandato.

Os termos da reportagem irritaram profundamente o governo, e os políticos ligados a Natel começaram a articular uma reação. Antes mesmo que qualquer medida fosse realmente tomada, porém, o jornal publicou uma nova denúncia, o caso dos seguros da Ferrovia Paulista S. A., Fepasa, que acabou sendo a razão imediata da suspensão punitiva dos anúncios.

No fundo o *affaire* Fepasa não era em si um episódio muito diferente do da Organização Brasileira de Serviços. Tratava-se da escolha pela empresa que controla todas as estradas de ferro de propriedade do Estado, de uma firma corretora de seguros única para realizar os contratos de seguro de vida e acidentes pessoais dos seus 70 mil funcionários, recebendo por essa intermediação uma comissão mensal de cerca de 100 mil cruzeiros. Até aí, nada de mais. Acontece porém que a firma escolhida para substituir os corretores que há cerca de 30 anos tradicionalmente encarregavam-se desse serviço era uma pequena empresa com sede no Rio e filial em São Paulo, com capital de giro de 20 mil cruzeiros, movimento mensal de 15 mil e apenas dois empregados constando de uma pobre folha de pagamentos de 1.500 cruzeiros. E que havia indícios suficientes da presença no negócio de um irmão do governador, Washington Natel, ex-subchefe da Casa Civil do governo.

Diante da denúncia, Laudo convocou uma reunião dos seus principais assessores políticos e resolveu tomar a medida de represália. Antes que ela fosse posta em prática, contudo, o próprio jornal anunciou em nota da redação que "para relevar o sr. Laudo Natel do doloroso processo de tomar decisões" o *Estadão* e o *Jornal da Tarde* haviam resolvido não mais aceitar "qualquer espécie de publicidade do governo estadual" e divulgar gratuitamente os editais e comunicados e noticiário que considerassem "de interesse geral".

É possível que a suspensão dos anúncios já estivesse sendo preparada há mais tempo pelo governo. Logo depois da reportagem de aniversário, o Banco do Estado de São Paulo publicou uma página de publicidade no *Estadão* que não foi reproduzida em nenhum outro jornal. Isso levou os outros a reclamar, criando um clima evidentemente mais propício à punição que seria imposta sob o pretexto de "redistribuir a propaganda", uma versão ainda trabalhosamente defendida por assessores de Laudo que relutam em admitir que a medida tenha sido tomada por vingança.

Seja como for, a posição adotada pelo governo paulista no episódio provocou uma repercussão de caráter nacional. Deputados, vereadores e senadores pronunciaram-se contra a medida e entre eles estavam vários membros da bancada da ARENA na Câmara federal e na Assembléia estadual de São Paulo. E de tudo o que aconteceu parece que o jornal saiu politicamente mais fortalecido e o governo mais desgastado.

Mas como e por que pode o jornal resistir e comportar-se dessa forma durante todo o longo desenrolar dos acontecimentos e a prodigiosa sucessão de pressões, desde macarronadas envolventes até palpáveis prejuízos financeiros?

Em parte, porque tem uma sólida organização econômica. "Na verdade", diz Ruy Mesquita, "a publicidade do governo e das companhias controladas por ele não representa senão uma parte mínima do nosso faturamento. Oitenta e cinco por cento dos nossos anúncios vem de classificados e a empresa o Estado de São Paulo S. A. tem hoje uma posição econômica tranquila que não se abala com uma medida como essa. Temos inclusive um fundo de reserva que nos garante contra essa e outras eventualidades".

Mas não foi apenas o pequeno peso do dinheiro governamental (menos de 1% do faturamento, calcula-se) que influiu no poder de resistência dos Mesquita. Concorreram para isso alguns fatores mais abstratos e mais poderosos em determinados casos. Houve o desejo de manter intacto o prestígio e a grande influência do jornal, sem dúvida o de maior presença no cenário político do país. Houve a disposição moral de exercer o jornalismo. E houve a tradição.

O jornal *O Estado de São Paulo* vai completar um século de existência em janeiro de 1975. Durante esses quase 100 anos ele criou para si um conjunto de princípios que se transformou na sua própria essência jornalística. Embora alguns desses princípios sejam discutíveis, não se pode negar que o jornal manteve-se preso a eles com incrível coerência. Em nome deles resistiu em situações tão difíceis quanto a ditadura de Vargas, que provocou a intervenção do governo no jornal de 1940 a 1945 e acabou levando Julio de Mesquita Filho (pai de Ruy e Julio Neto) ao exílio.

Julio de Mesquita Neto, da terceira geração e descendente em linha reta do primeiro Mesquita que em 1895 assumiu a direção do jornal, é inegavelmente o grande depositário atual dessa tradição. Antes de tornar-se diretor-responsável de *O Estado* ele foi preparado para o cargo desde o venerável Colégio São Luiz até a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e percorrendo várias seções e postos na redação do próprio jornal. Muitas de suas atitudes e pronunciamentos demonstram a profundidade dessa formação. "Pertenço a uma família de jornalistas", disse ele durante um debate em outubro do ano passado. "Muitos vêem nisso um mal. Eu me orgulho disso e acredito que meu senso de responsabilidade aumentou mercê dos exemplos e lições de que me sinto depositário".

Levado pela força do seu jornal e por sua grande disposição em defender a liberdade de imprensa, Julio Neto exerceu importantes funções na Associação Interamericana de Imprensa e em várias ocasiões fez minuciosos relatórios a respeito da situação da imprensa no Brasil e em outros países da América Latina. Em virtude dessa sua posição liberal chegou a agir em favor de organismos contrários a suas próprias convicções políticas, como quando protestou contra o fechamento da agência cubana Prensa Latina no Uruguai (pelo que jamais foi perdoado pelos jornalistas cubanos de Miami) e quando reagiu à perseguição do presidente Hugo Banzer da Bolívia contra jornalistas. Mesmo com relação a funcionários do seu próprio jornal, Julio Neto assumiu várias vezes a posição de um protetor que se recusa a promover os expurgos algumas vezes exigidos pelas autoridades. "No *Estado* não há elementos subversivos, respondeu uma vez secamente, apenas há um corpo de profissionais responsáveis e dignos pelos quais a direção responde".

Para Ruy Mesquita, um dos grandes elementos de independência dos seus jornais é o fato de que eles sempre foram "o único negócio da família". "No inventário de meu pai", diz ele, "a única coisa realmente de valor que havia eram as ações do *Estado*. Papai porém julgava que a família não deveria depender exclusivamente do jornal do ponto de vista econômico, pois poderia repetir-se o que aconteceu em 1940 quando ele teve que pedir dinheiro a amigos para sobreviver. Mas por outro lado não convém a jornalistas terem muitos negócios que talvez possam comprometê-los. Nós optamos então pelo fundo de investimentos no qual temos atualmente uns 11 milhões que podem garantir a nossa subsistência. Outra regra que Ruy faz o possível para seguir é a de não manter grande convivência social com pessoas que exerçam cargos importantes e portanto devam ser constantemente julgadas pelo jornal. "O Delfim por exemplo — diz ele — costuma frequentar vários lugares que eu frequento e gostar de várias coisas que eu também gosto, mas eu não poderia viver tomando uísque com ele porque isso comprometeria a minha posição, embora eu o admire"

Governantes dispostos a seguir o mesmo caminho que Laudo Natel nas suas relações com a imprensa não serão provavelmente casos raros no Brasil, atualmente. Antonio Carlos Magalhães, governador da Bahia, promove há tempos um inexorável programa de aniquilamento do *Jornal da Bahia*, retirando-lhe os anúncios oficiais, pressionado empresas particulares para que façam o mesmo e até proibindo o jornal de publicar gratuitamente os editais do governo. Eraldo Gueiros, governador de Pernambuco, ameaçou há cerca de um mês suspender o contrato de impressão que o *Jornal da Semana* de Recife mantém com a Companhia Editora de Pernambuco, que pertence ao *Estado*, se o jornal não deixasse de publicar críticas ao governo e, por isso, o *Jornal da Semana* resolveu suspender a sua página política. Oswaldo Pierucetti, prefeito de Belo Horizonte, retirou a sua publicidade do jornal *O Estado de Minas* desde que este resolveu promover uma campanha contra o aumento das taxas de águas e esgotos.

Se o arbitrário emprego dos recursos públicos em favor de propósitos políticos pessoais é uma cena comum no palco das relações entre a imprensa e os governantes, nele está também constantemente representado o triste espetáculo da subserviência às pressões e às atraentes verbas de publicidade do poder. Em Recife, por exemplo, no dia 5 de abril passado, todos os grandes jornais — *Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco, Diário da Noite* e *Diário da Manhã* — publicaram, literalmente, o mesmo comunicado distribuído pela prefeitura. Todos começavam a matéria da mesma forma ("Ao presidir ontem de manhã a solenidade"...) e com pequeníssimas modificações prosseguiam usando rigorosamente as mesmas palavras. O comprometimento da imprensa de Pernambuco com o governo é tão grande que dos 330 repórteres e redatores que trabalham no *Estado* cerca de 50 trabalham também oficialmente para o governo e a prefeitura, fora os que recebem "jeton", uma gratificação paga aos jornalistas por órgãos como Companhia de Eletrificação de Pernambuco, Banco de Desenvolvimento do Estado, prefeitura municipal, Companhia de Transportes Urbanos, etc.

Em Minas Gerais a situação não é muito diferente. Grande parte dos jornalistas trabalha para órgãos públicos e isso chega a ser incentivado pela direção dos próprios jornais. Numa reunião recente com seus auxiliares, o diretor Pedro Aguinaldo Fulgência, do *Estado de Minas*, disse que não dava aumento aos funcionários porque todos tinham conseguido bons empregos às custas do jornal.

Mesmo na grande imprensa do Rio e de São Paulo, a dependência de jornais diretamente devedores dos governos, do INPS, dos bancos oficiais é expressiva, e isso, sem dúvida, diminui grandemente, quando não anula, o poder de crítica e mesmo de informação desses órgãos.

Não será certamente fácil mudar essa situação, já antiga na imprensa brasileira.

Julio de Mesquita Neto e Ruy Mesquita

(1) *Julio de Mesquita Filho* — A Crise Nacional *p. 7-9 — citado por Edgard Carone em* A República Velha. *Posições consideradas conservadoras foram constantemente defendidas pelo jornal* O Estado de São Paulo *no decorrer da sua história. Por exemplo, foi contra o monopólio estatal do petróleo, contra a alteração da estrutura da propriedade da terra, contra a revolução de 1930 (movimento que derrubou a oligarquia rural que dominou a República velha)*

Intransigente defensor da livre iniciativa e do livre ingresso de capitais estrangeiros no país, o jornal foi várias vezes apedrejado por estudantes que percorriam as ruas em passeata.

Leia e assine opinião

Leia e assine opinião

Caminhos brasileiros para o movimento feminista

Paulo Singer

Como não podia deixar de ser, o movimento feminista acabou repercutindo no Brasil. Tivemos a visita de Betty Friedan e, mais recentemente, um congresso nacional, no Rio, que procurou enfocar os problemas da mulher brasileira. É preciso, porém, não transplantar meramente a problemática feminista de países industrializados ao nosso meio. A mulher americana ou européia compartilha do elevado padrão de vida de toda a sociedade, por mais "masculina" que ela seja. Ela desfruta de bom nível educacional e pode optar pela sua independência econômica, engajando-se na vida profissional. A sua revolta contra o casamento e a estrutura familiar, que impedem que ela se realize como ser humano pleno, tem bases materais objetivas. A mulher pode se emancipar nestas condições, utilizando sua independência, real ou potencial, para propor ao homem um novo tipo de relacionamento no qual a participação na vida econômica, social e política e as tarefas domésticas sejam divididas de modo igual entre os sexos.

A situação da mulher brasileira é, obviamente, muito diferente. Dado o baixo padrão de vida da maioria, apenas um pequeno número de mulheres da classe média e alta pode identificar, como sua, a problemática levantada pelos movimentos feministas dos países desenvolvidos. A grande maioria das mulheres no Brasil ainda não tem condições de se livrar da sujeição econômica ao homem — ao pai primeiro, ao marido depois — dadas as condições de pobreza geral que se concretiza, para a mulher, sob a forma de falta de oportunidades de entrada no processo social de produção. Até que estas condições se alterem radicalmente (e nisto mulheres e homens estão igualmente interessados), o movimento feminista no Brasil terá que colocar como problema vital o do trabalho da mulher, se não quiser falar em nome de um grupo reduzido que, nas atuais circunstâncias, goza de uma situação privilegiada.

Para se ter uma idéia do grau de exclusão da mulher da atividade econômica, basta dizer que menos de 25% da população feminina urbana trabalhava, em 1970 (1), sendo que das que trabalhavam quase a metade era constituída por empregadas domésticas. No campo, a situação parecia algo melhor: 43% da população feminina rural trabalhava na agricultura, naquele ano. Mas é preciso lembrar que o trabalho da mulher do campo é realizado no âmbito doméstico, estritamente subordinado ao "chefe" da casa (pai ou marido). Das mulheres ativas na agricultura em 1960 apenas 18% eram empregadas assalariadas. Das restantes, a grande maioria deve ser constituída por membros não remunerados da família.

Para que o trabalho possa ser um elemento de emancipação feminina (na verdade, uma pré-condição), é preciso que ele seja independente do homem, não do homem em geral mas daquele homem que é o "chefe" da família e, portanto, da mulher. Uma assalariada pode ter por chefe *no trabalho* um homem, mas em relação ao *seu* homem ela tem uma fonte de renda que independe dele. Nestas condições, o trabalho assalariado é a mais importante das formas de participação na vida econômica que podem alterar o *status* da mulher.

Ameaça da máquina

É interessante observar, neste contexto, que a proporção de empregadas na população feminina ativa na agricultura brasileira tem sistematicamente diminuído: de 37% em 1940 para 23% em 1950 e para 18% em 1960. Este declínio se deve à saída das mulheres das grandes propriedades, onde a especialização das atividades levou à substituição da mulher pelo homem numa primeira etapa (1940/1950) e à substituição de ambos pela máquina, a seguir. Atualmente, uma proporção cada vez maior da população agrícola se encontra em propriedades pequenas e médias, cujo número tem aumentado consideravalmente. Neste tipo de propriedade o trabalho feminino é intensamente utilizado, porém sob a forma de "membro não remunerado da família". É assim que se explica que, no Brasil, tenha aumentado não só a participação da mulher no trabalho agrícola como a saída das mulheres (em medida igual ou maior que os homens) da agricultura.

No Brasil a luta feminista deve começar pela conquista do trabalho assalariado, de modo a integrar a mulher na vida econômica da sociedade

Poder-se-ia supor que, nestas condições, a vinda à cidade represente um aumento da possibilidade de participação independente da mulher na atividade econômica. Isto é verdade, em princípio, mas esta possibilidade tem-se concretizado para uma proporção reduzida da população feminina das cidades. Uma primeira indicação, neste sentido, é que a proporção de mulheres urbanas que trabalha caiu de 31% em 1940 para 23% em 1950, tendo-se mantido quase no mesmo nível nas duas décadas seguintes. Esta queda se deve a várias causas, a mais importante das quais é que ao grande aumento da população feminina urbana (que passou de 4,7 milhões de mulheres de 10 anos ou mais em 1940 a 20 milhões em 1970) não correspondeu o crescimento do número de oportunidades de trabalho abertas às mulheres.

Indo-se um pouco mais ao fundo do problema, pode-se distinguir dois tipos de fatores que levam a este desequilíbrio. O primeiro tipo se refere à separação, no espaço e no tempo, entre as atividades produtivas e as domésticas. Esta separação resulta do próprio desenvolvimento e é, em sua essência, inevitável. No passado, um grande número de mulheres trabalhava em suas próprias casas, como costureiras, bordadeiras, doceiras, etc., ou então como ajudantes do "chefe" da casa em pequenos estabelecimentos comerciais ou artesanais. Hoje, a indústria de confecção reduziu o número de costureiras domésticas, os supermercados e as grandes lojas substituem os pequenos negócios, o que acaba por eliminar um grande número de lugares de trabalho ocupados por mulheres que combinavam atividades domésticas e produtivas. Em compensação, surgiram novos lugares de trabalho, na indústria fabril e no grande comércio, que oferecem à mulher a possibilidade da independência econômica do "chefe" da família. Assim, das mulheres ocupadas em atividades industriais, no Brasil, a proporção de empregadas assalariadas era de apenas 57,2% em 1940, subindo para 84% em 1970. Vale a pena assinalar também o grande crescimento do número de empregadas (embora não a proporção relativa) nos Serviços de Produção (comércio, transporte, comunicações), que passou de 49.583 em 1940 para 395.380 em 1970. O fato, porém, é que o aumento do número de assalariadas não igualou o crescimento da mão-de-obra feminina urbana, acrescido da eliminação de oportunidades de trabalho "em casa" pela industrialização. Pode-se conjecturar que além disso muitos dos novos empregos deixam de ser ocupados por mulheres pelo fato de que as exigências do serviço doméstico impedem seu afastamento do lar.

A mulher vulnerável

O segundo tipo de fator que leva a desequilíbrio entre oferta potencial e aproveitamento efetivo da mão-de-obra feminina é que sua baixa qualificação torna a mulher uma vítima frequente do progresso tecnológico. No Brasil, um dos ramos que emprega mais mulheres, o de fiação e tecelagem, sofreu intensa mudança tecnológica, da qual resultou uma queda do número de empregos, enquanto a produção se elevava. A introdução da telefonia automática eliminou uma grande quantidade de empregos de telefonista, em geral ocupado por mulheres. É provável, também, que o uso cada vez maior de computadores atinja de forma proporcionalmente maior as mulheres, que soem (mais que os homens) desempenhar funções burocráticas auxiliares.

Neste caso, é provável que a discriminação contra a mulher, que a impede de atingir posições mais qualificadas no trabalho, contribua para que a mulher seja mais vulnerável que o homem aos efeitos negativos da mudança tecnológica. É bom esclarecer que daí não cabe concluir que se deve impedir o progresso da técnica. Muito pelo contrário, a conclusão correta é que se deve lutar contra a discriminação sexual no trabalho.

A industrialização e a mudança tecnológica tiraram o emprego de muitas mulheres que se dedicavam a ocupações artesanais

A carência de oportunidades de trabalho independente leva a uma grande parte das mulheres a ficar em casa. De fato, elas são desempregadas. Mas como o ócio é um privilégio masculino e a mulher que fica em casa sempre acaba se ocupando de alguma tarefa caseira, estas mulheres não são registradas como desempregadas mas como estando ocupadas em afazeres domésticos, isto é, *fora* da força de trabalho. É o desemprego oculto (nas estatísticas), que deve ser bem amplo no Brasil, embora ainda não haja elementos para estimá-lo.

O falso emprego

Parte das mulheres que necessitam de trabalho, sem encontrá-lo no processo social de produção, isto é, nas empresas, acaba por achar um "falso emprego" no serviço doméstico remunerado. Este tipo de emprego é falso tanto do ponto de vista social, pois está à margem da divisão social do trabalho, como do ponto de vista da emancipação da mulher. A empregada doméstica continua desempenhando as funções femininas tradicionais — prestar serviços pessoais aos membros de uma família — só que não à própria mas a uma família estranha. Mas nem por isso ela atinge qualquer grau de independência. Menos que uma trabalhadora, a empregada doméstica sofre uma pseudo-integração no domicílio, como um membro inferior do círculo familiar, ao qual se impõem as restrições habituais de ordem moral à liberdade pessoal. Ao mesmo tempo, ela tende a ser superexplorada, sem contar sequer com a proteção das leis do trabalho. É dentro deste quadro que o enorme número de empregadas domésticas no Brasil — cerca de 2 milhões em 1970 — adquire seu pleno significado. Ele é um indicador do tremendo desperdício de potencial produtivo que nossa economia sofre por não aproveitar adequadamente a força de trabalho feminina disponível.

Resta assinalar por outro lado que a expansão do emprego nos Serviços de Consumo Coletivo (serviços de educação, de saúde, previdência social, administração pública) tem oferecido ponderável quantidade de lugares de trabalho qualificado a mulheres. O número de mulheres ocupadas nestes serviços aumentou de 41,4 mil em 1920 para 136,3 mil em 1940 e para 1.112 mil em 1970. Uma grande proporção delas são professoras, enfermeiras, assistentes sociais, etc. É nesta área que se registra um efetivo avanço no processo de emancipação feminina no Brasil. Esse avanço é duplamente benéfico. Por um lado, propicia um aproveitamento significativo das potencialidades produtivas da mulher em áreas de grande significação para o desenvolvimento do país. Por outro, faz surgir um núcleo de mulheres profissionalizadas que dispõem de condições objetivas e subjetivas para lutar por uma redefinição básica do lugar da mulher na sociedade brasileira, em consonância com as transformações estruturais decorrentes do desenvolvimento.

O feminismo, entendido como um movimento de emancipação social ao lado de outros, pode ter um papel relevante no Brasil, desde que se fundamente na situação real das grandes massas femininas do país. É de se crer que entre suas tarefas deverá ter grande prioridade a da luta contra as barreiras que impedem à mulher o acesso ao trabalho socialmente produtivo, que abre perspectivas à independência econômica, sem a qual a emancipação nos demais planos permanecerá utópica.

(1) Este dado, como os demais citados neste artigo, provêm de uma pesquisa sobre Estrutura do Emprego e Trabalho Feminino no Brasil: 1920-1970 *feita por Felícia Madeira e pelo autor.*

O fim do caso ITT & CIA

Morreram no Senado americano as últimas esperanças da ITT de receber qualquer indenização pela nacionalização de sua Cia. Telefônica do Chile

A ITT será diretamente atingida pelas investigações realizadas no Senado americano sobre suas atividades no Chile, visando impedir a posse do presidente Allende: na semana passada, tanto o governo chileno, como a OPIC — Overseas Private Investment Corporation — negaram-se a pagar qualquer indenização à ITT pela nacionalização de uma de suas subsidiárias, a Companhia Telefônica do Chile.

Pouco depois de sua posse, o presidente Allende colocou a subsidiária da ITT sob intervenção, iniciando ao mesmo tempo negociações com a empresa norte-americana para resolver a questão da indenização. As negociações, no entanto, foram suspensas em março do ano passado, quando o jornalista Jack Anderson publicou documentos confidenciais da ITT, que revelavam seu envolvimento, juntamente com a CIA, num complô para impedir a posse do presidente Allende e provocar caos econômico no Chile. Foram estes documentos que levaram o senador Frank Church, presidente do subcomitê do Senado norte-americano que investiga a ação das chamadas empresas multinacionais, a promover as audiências sobre o caso "ITT *and* CIA".

Assim que o governo Allende suspendeu as negociações — ao mesmo tempo em que o Congresso chileno estudava a possibilidade de nada pagar à ITT — ela solicitou então uma indenização de 92,5 milhões de dólares à OPIC, entidade vinculada ao governo dos Estados Unidos, cuja principal finalidade é oferecer seguro contra os riscos enfrentados pelas empresas norte-americanas nos países subdesenvolvidos — a fim de compensar a nacionalização de sua subsidiária no Chile. No entanto, as revelações feitas durante as recentes audiências no Senado americano sobre o caso "ITT *and* CIA" (veja OPINIÃO, n.ºs 22 e 23) tiraram as últimas chances de a ITT receber qualquer indenização. O próprio presidente da OPIC, Bradford Mills, revelou na semana passada que a organização resolvera não atender ao pedido de indenização feita pela ITT, pelo fato de ela não ter preenchido "todos os requisitos exigidos pela companhia de seguros, tendo deixado de fornecer informações essenciais" — desculpa obscura que revela, porém, a difícil situação em que ficou o governo Nixon depois das revelações feitas no Congresso dos Estados Unidos sobre o caso "ITT *and* CIA".

No Chile, o próprio Allende se encarregou de anunciar a decisão final de seu governo sobre a questão da indenização a ser paga à ITT. Discursando durante a abertura da Conferência Internacional de Trabalhadores — que reúne em Santiago representantes sindicais de 70 países para discutir as atividades das empresas multinacionais — o presidente chileno afirmou que, depois das audiências realizadas pelo subcomitê do Senado norte-americano, não havia mais dúvidas sobre a existência de um "conluio" entre a ITT e a CIA para tentar impedir sua eleição em 1970 e, posteriormente, tentar depô-lo.

"Hoje, disse Allende, posso afirmar que, sendo a CIA um organismo oficial do governo norte-americano, ficou provado seu conluio com a ITT". Afirmando que seu governo não pagará nenhuma indenização à ITT pela nacionalização da Companhia Telefônica do Chile, ele perguntou: "Existe alguém, no Chile ou no mundo, que pretenda que paguemos meio centavo de indenização à ITT depois do que aquela empresa pretendeu fazer e fez no país, tentando levar a nação a uma sangrenta guerra civil"?

Grande no preço

Se com o lançamento do Dodge-1800, feito no dia 5 desse mês, o objetivo da Chrysler era causar um grande impacto no mercado de carros médios, sua primeira cartada ficou longe da intenção: logo após o lançamento, o Dodge-1800 tornou-se o carro médio mais caro do país, custando Cr$ 24.775,00 na versão "luxo" e Cr$ 27.048,00 na "*gran luxo*". O preço deste último modelo supera até mesmo o Opala "cupê especial", considerado carro grande e custando Cr$ 26.630,00.

Enquanto isso, a GM confirmava na semana passada que manterá os preços anunciados para sua investida no mercado de carros médios: o Chevette — a grande estréia da GM para brigar com o Volks TL, o Corcel e o Dodge-1800 — será lançado no próximo dia 2 e deverá custar entre 20 e 21 mil cruzeiros.

1991

A retaliação israelense

Há mais de um ano os comandantes militares de Israel haviam prometido que seu Exército teria tanta capacidade para agir na forma de guerrilhas quanto a que demonstrou na guerra convencional, em 1967. O objetivo parece que foi atingido na quarta-feira da semana passada, quando aproximadamente 40 agentes israelenses, usando táticas até agora empregadas por seus inimigos, atacaram um campo de refugiados palestinos e fuzilaram três líderes de organizações da resistência árabe, em Beirute.

Em dezembro de 1968, um ano e meio após a guerra dos Seis Dias, os israelenses deram uma amostra do que estavam dispostos a fazer quando um grupo de pára-quedistas desembarcou no aeroporto de Beirute, ao raiar do dia, para destruir 12 jatos comerciais árabes estacionados na pista. Naquela oportunidade, o ataque durou 45 minutos, e os israelenses não encontraram resistência.

Quarenta meses depois, a nova incursão em território libanês mostrou que os israelenses se consideram quase tão seguros em Beirute quanto em seu próprio território. Os 40 agentes que participaram da ação de quarta-feira foram conduzidos de helicóptero e em lanchas infláveis até as proximidades de seus objetivos, onde desembarcaram vestidos de *hippies*, e embarcaram em seis carros Mercedez-Benz, alugados três dias antes por dois ingleses, dois belgas, um alemão ocidental e um indiano. Um grupo de 15 agentes dirigiu-se para a estrada que liga Beirute ao mesmo aeroporto atacado em dezembro de 68, detendo-se na altura na praia de Sidon, onde lançaram foguetes e granadas contra um campo de refugiados palestinos, que serve como uma das bases de apoio para guerrilheiros da Al Fatah. Cerca de 25 pessoas morreram, na ocasião.

O outro grupo, em que havia um agente vestido de mulher, dirigiu-se para a Rua Verdun, no principal bairro residencial de Beirute, para atacar um edifício de apartamentos onde estavam hospedados três importantes líderes da resistência palestina: Kmal Nasser, Kamel Adouane e Abu Youssef, este o segundo homem em importância na Al Fatah. Todos os três foram executados sumariamente a rajadas de metralhadora, que provocaram também a morte da mulher de um deles e ferimentos graves nos filhos de Kmal Nasser.

Findo o ataque, os israelenses voltaram a seus carros, dirigiram-se aos locais onde desembarcaram de helicópteros e lanchas, retornando a seu território da mesma forma como chegaram. Toda a ação durou três horas e quatro israelenses ficaram feridos. Em Telaviv, o comandante do Exército israelense, general David Elazar, justificou perante jornalistas a ação como sendo uma represália ao ataque feito no dia anterior a um jato da El Al e ao consulado israelense, ambos em Nicósia, no Chipre, mas suas explicações não convenceram os correspondentes estrangeiros que compareceram à entrevista. Nenhum deles conseguiu entender como é que os carros usados para a incursão em Beirute já estavam alugados desde o domingo.

Na capital libanesa, os refugiados palestinos gritavam por vingança, enquanto o primeiro-ministro Saab Salem demitia-se de seu cargo fazendo queixas veladas aos comandantes militares libaneses, que teriam relaxado a vigilância e até mesmo fornecido informações a agentes israelenses sobre os deslocamentos de líderes palestinos em Beirute. Salem era também amigo pessoal de Youssef, com quem chegara a um acordo em 1970, concedendo liberdade de movimento aos palestinos em território libanês.

Nos dias seguintes aos atentados, nos demais países árabes, o Líbano era visto como um lugar pouco seguro, pois, segundo o jornal inglês *Daily Express*, nada menos de 11 altos dirigentes guerrilheiros da Al Fatah e outras organizações palestinas foram mortos por agentes israelenses em Beirute e outras cidades libanesas nos últimos 11 meses. Quatro destes líderes foram mortos num ataque de um comando naval israelense a um pequeno balneário situado ao sul de Beirute, no dia 21 de fevereiro passado.

Árabes capturados no atentado contra o embaixador de Israel em Nicósia.

Nestas circunstâncias são poucos os palestinos que se consideram seguros nos territórios de países árabes, mesmo naqueles cujos governos têm-se declarado inimigos de Israel.

As sucessivas ações retaliatórias entre árabes e israelenses transformaram completamente o caráter do conflito militar no Oriente Médio. Israel não respeita mais a integridade territorial de seus vizinhos. Os diversos ataques ao Líbano configuram invasões militares, no sentido convencional da guerra, mas deixaram de ser encarados como tal pelas autoridades libanesas.

Por outro lado, os palestinos já há algum tempo consideram qualquer cidadão israelense, em qualquer ponto do mundo, como um alvo para atentados. O resultado é uma guerra sem fronteiras, sem regras, sem retaguarda e cujo alcance já ultrapassou as previsões mais pessimistas.

CAMBOJA

O que falta para os guerrilheiros tomarem Phnom Penh?

A possibilidade de tomada de Phnom Penh, capital do Camboja, pelos guerrilheiros comunistas do Khmer Rouge e pelos partidários do ex-chefe de Estado, príncipe Sihanouk, mantinha durante o fim de semana a ameaça de eclosão de lutas em grande escala na Indochina.

O cerco da capital pelos guerrilheiros, que já dura algumas semanas, paralisou ainda mais a vida da cidade, que sofre os efeitos do racionamento de combustíveis e gêneros alimentícios, além da interrupção frequente nos serviços de luz e água.

O objetivo do cerco dos guerrilheiros seria mais político do que militar. Pretenderiam enfraquecer a posição de Lon Nol, para forçar a sua queda e a consequente ascensão do príncipe Sihanouk — que tem o apoio dos comunistas. Sihanouk, por sua vez, não admitiria qualquer acordo negociado com Lon Nol.

Na quarta-feira passada, o general Alexander Haig, enviado especial do presidente Nixon, visitou Phnom Penh para fazer um levantamento da situação. Haig encontrou-se durante algumas horas com Lon Nol, com quem teria discutido a situação militar e os resultados dos bombardeios americanos.

A visita de Haig provavelmente reforçará a impressão de que os Estados Unidos apoiam decididamente o regime de Lon Nol. Mas supõe-se que o general teria discutido com o chefe de Estado cambojano a possibilidade de seu governo incluir alguns elementos da oposição, a fim de ampliar a sua base, cada vez mais estreita. Mas Lon Nol aparentemente não está disposto a dividir o poder, e sua posição quanto a isso teria se tornado ainda mais intransigente nos últimos dias.

Na quinta-feira, diante do agravamento da situação no Camboja, o presidente Nixon reuniu o Conselho de Segurança americano para discutir as medidas a serem tomadas pelos Estados Unidos, à luz das informações dadas pelo general Haig. Após a reunião circularam informações de que os americanos aceitariam, como condição para a paz, a volta do príncipe Sihanouk ao Camboja — mas não ficou especificado em que condições. E, segundo o *The New York Times*, o Conselho de Segurança teria examinado, entre as possíveis opções americanas, o reinício dos bombardeios contra objetivos militares de Hanói e Haiphong e pressões diplomáticas sobre a China e a União Soviética, especialmente para deter o envio de armas que estaria sendo feito pelos dois países.

Especulava-se também que o general Haig poderia ter discutido, em sua visita à Indochina, o envio de tropas do Vietnã do sul ao Camboja, para ajudar as tropas governamentais a romper o cerco dos guerrilheiros. Este teria sido também um dos temas das conversas do presidente Nixon com o presidente sul-vietnamita, Nguyen Van Thieu, durante a recente permanência deste nos Estados Unidos.

Na mesma ocasião em que tais especulações eram feitas, o Governo Revolucionário Provisório afirmava oficialmente que o envio de tropas sul-vietnamitas ao Camboja constituiria uma "grave ameaça" à paz no Vietnã. A afirmação foi feita pelo chefe da delegação do GRP às conversações de Paris, Ly Van Sau, durante a sexta reunião com os delegados do governo de Saigon sobre o futuro político do Vietnã.

Em Hanói, o príncipe Sihanouk descreveu, na semana passada, sua recente visita às áreas "liberadas" do Camboja — os guerrilheiros dominam mais de dois terços do país — que teria durado um mês e meio, e realizada em completa segurança. "Eles sempre disseram que eu não poderia voltar ao país", disse Sihanouk. "Agora isso já foi feito".

Visitar o Camboja é algo que aparentemente Sihanouk ou qualquer outro inimigo do regime de Lon Nol podem fazer quando bem entenderem. A posição dos guerrilheiros é tão sólida que já atacaram até o subúrbio de Takhamu, a apenas 11 quilômetros de Phnom Penh, cujos habitantes fugiram antes do ataque. E a capital provincial de Takeo, a mais importante do sul do país, e para onde se deslocou boa parte da luta, está completamente sitiada pelos guerrilheiros: seu abastecimento só pode ser feito pelo ar.

A questão mais importante agora não parece ser *quando* os guerrilheiros decidirão tomar Phnom Penh, mas sim qual será a resposta — dos Estados Unidos, pois o governo Lon Nol está inteiramente impotente — se isso vier a ocorrer. (*Ivo Cardozo*)

BORMANN

A morte definitiva de um cadáver que já teria 28 anos

"Estou totalmente satisfeito com a decisão de um tribunal alemão ocidental que identificou os restos de Martin Bormann. Meu arquivo de mil folhas sobre ele tem, agora, somente valor documental, como os que guardo sobre Hitler e Himmler". Com esta frase Tuvia Friedman, um "caçador de nazistas", aparentemente considerava encerrada sua caçada, ao saber que o promotor Joachim Richter, do Estado de Hesse, tinha concluído, na quarta-feira passada, que um crânio e os ossos encontrados em dezembro passado numa estação ferroviária pertenceram a Bormann, lugar-tenente de Hitler.

Esta é a segunda conclusão "definitiva" a que chegam as autoridades da Alemanha Ocidental. É mais fundamentada, entretanto, que a primeira. Em 1946, o tribunal de Nuremberg condenou Bormann à morte, à revelia. Em 1954, o criminoso de guerra (que atualmente teria 72 anos) foi declarado oficialmente morto por outro tribunal, que acreditou nos depoimentos de Arthur Axmann, ex-chefe da Juventude Hitlerista.

Na ocasião, Axmann declarou ter visto os corpos de Bormann e do médico Ludwig Stumpfegger (também nazista e procurado) estendidos na ponte ferroviária de Berlim. Nesse mesmo lugar, um funcionário dos correios sepultou dois corpos em 8 de maio de 1945, segundo declarações prestadas posteriormente.

Mas logo aumentaram as denúncias de que Bormann teria sido visto vivo em vários lugares do mundo e, em 1961, o caso foi reaberto. Além de vivo, Bormann estava se transformando num ser onipresente, a julgar pelas inúmeras denúncias. Mas os dentes do crânio encontrado na mesma estação citada por Axmann, as calcificações de fraturas num braço e clavícula do esqueleto, e principalmente os fragmentos de uma cápsula de cianureto entre os dentes desse mesmo crânio parecem pôr fim à caça de Bormann, "que se suicidou em Berlim, no dia 2 de maio de 1945", dois dias depois do suicídio de Hitler.

VIETNÃ

A gravação e as "interpretações secretas" dos acordos de Paris

Pela primeira vez foi revelado que além dos acordos de Paris há também interpretações secretas desses acordos, e que os entendimentos verbais entre os negociadores norte-americanos e norte-vietnamitas foram gravados.

A revelação praticamente oficial de que há gravações das conversações secretas de Paris foi feita por Xan Thuy, representante da República Democrática do Vietnã (RDV), quando concedia entrevista, em Paris, um pouco antes de partir de volta para Hanói. Como ele tinha afirmado que os vôos de reconhecimento norte-americanos sobre território do Vietnã do Norte constituíam uma violação dos acordos, um jornalista perguntou se esses vôos não estariam previstos nas interpretações secretas (cuja existência já foi admitida tanto por ele como por Kissinger). "Não", respondeu Thuy. "Se Kissinger escutar a gravação ele ouvirá que foi ele mesmo quem propôs que a proibição de atividades militares no Vietnã incluiria também vôos de reconhecimento".

PRISIONEIROS/VIETNÃ

O outro lado: choques, amputações e envenenamento

Depois de uma semana de acusações, depoimentos e comentários sobre o tratamento dado aos quase 600 prisioneiros de guerra norte-americanos em prisões do Governo Revolucionário Provisório e da República Democrática do Vietnã, a imprensa começou a mostrar, na semana passada, o lado oposto da questão. Como eram — ou são — tratados os prisioneiros (cerca de 350 mil) no sul? Segundo denúncias oficiais do GRP e da RDV, os métodos de tortura do regime de Saigon variam desde a amputação de pernas até choque elétrico.

A série de revelações começou na segunda-feira, com um relatório elaborado pelo Ministério da Saúde Pública e Segurança Nacional da RDV. Esse documento refere-se aos prisioneiros da ilha de Phu Quoc e das províncias de Bien Hoa e Can Tho. As denúncias continuaram na terça-feira, quando a Associated Press, citando a agência de notícias de Hanói, falou do massacre de 100 mil prisioneiros em Ban Me Thou, por envenenamento.

Os sul-vietnamitas — agindo sob controle direto de assessores militares norte-americanos "fantasiados de civis" — misturaram veneno à comida de homens, mulheres, velhos e crianças. Essas pessoas não eram necessariamente vietcongs, e representavam o resultado de uma *blitz* realizada em Saigon e Ban Me Thout. Dessas cidades, foram levadas pela polícia aos campos de concentração de Dat Ls e Trung Hoa, onde foram assassinados em massa.

Essa não é a primeira vez que se fala em massacre nas prisões do sul. Logo após a assinatura do cessar-fogo em 27 de janeiro, Thieu mandou soltar às ruas milhares de prisioneiros acusados de pertencer ao vietcong — ato de que ele se desculpou oficialmente, pois isso era uma violação aos acordos de Paris. Essa soltura descontrolada impossibilitou a contagem e o relacionamento dos nomes dos ex-prisioneiros. Assim, ficou difícil confirmar as acusações de massacre nas prisões do Vietnã do Sul.

ÍNDIOS

Os deuses indígenas entram na guerra de Wounded Knee

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos teve na semana passada que deixar de lado as questões jurídicas para aprofundar seus conhecimentos em mitologia indígena, a fim de manifestar-se sobre uma nova condição imposta pelos Oglala Sioux para evacuar Wounded Knee. A nova exigência dos índios, surgida depois que o governo e os líderes dos rebelados conseguiram chegar a um acordo para pôr fim à ocupação da cidade em poder dos Sioux há quase dois meses, foi divulgada depois que um dos caciques da tribo disse na semana passada ter recebido "instruções divinas", durante um sonho, para não devolver à polícia as armas em poder dos rebeldes. Estas deveriam ser enterradas num lugar sagrado, cujo acesso é vedado aos índios sob pena de "terríveis castigos". Os índios afirmam agora que só sairão de Wounded Knee se o governo aceitar esta nova exigência.

De acordo com as instruções do cacique, as armas atualmente em poder dos Sioux deverão ser enterradas num cemitério índio, numa cova sobre a qual será colocado o "sagrado cachimbo da paz". Segundo as tradições indígenas, todo aquele que mexer no cachimbo estará condenado à morte, mas as autoridades americanas estão em dúvida se as ameaças divinas serão mais fortes do que os interesses políticos, em caso de novo choque entre Sioux e os "caras pálidas" de Washington.

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

Le Monde

nº 24 16 a 22 abril de 1973 5 rue des Italiens - 75 Paris 9e Tel. 7 709 120

UMA GRANDE CONTROVÉRSIA EM ISRAEL SOBRE O MOVIMENTO SIONISTA

O direito do mais forte

Desde meados do ano passado discute-se em Israel a natureza do movimento sionista. A controvérsia se tornou mais ampla após a prisão de judeus que faziam espionagem para os árabes. Sua importância é grande no momento em que Israel intensifica suas represálias (contra o Líbano na semana passada) e se prepara para eleições ainda este ano.

A recente descoberta de uma "rede de espionagem e de sabotagem" pró-Síria, da qual participavam seis judeus (inclusive dois "sabras", nascidos no país), abalou a opinião pública israelense. Além disso relançou uma controvérsia sem precedentes que, em meados de 1972, havia alimentado a crônica sobre a natureza do movimento sionista.

O caso de Ehud Adiv, jovem sabra, nascido e formado no *kibbutz*, causou uma emoção especial. Como pôde esse jovem estudante, ex-pára-quedista, rejeitar tudo o que lhe tinha sido inculcado, para ajudar o lado inimigo? Para Moshé Shamir, um dos ideólogos do movimento pelo Grande Israel, os responsáveis são as autoridades que não souberam seduzir os jovens israelenses com as "perspectivas exaltantes da colonização nos territórios ocupados". Outros acusam a sociedade israelense de ser demasiado tolerante em relação aos movimentos esquerdistas. O órgão da grande central operária Histadrut chegou a afirmar que tinham sido as declarações de generais israelenses sobre a ausência de uma ameaça de extermínio, às vésperas da guerra dos Seis Dias, que incitaram os jovens a colocar-se do lado do inimigo.

Todas as reações não foram assim tão categóricas. O professor Avishai Margalit, da universidade de Jerusalém, atribuiu as motivações dos dois jovens sabras à convicção, cada vez mais difundida entre a juventude israelense, de que "a solução sionista clássica é injusta pois é baseada numa iniquidade para com o povo palestino". Seu colega, o professor Shlomo Avineri, por sua vez, acha que a ideologia inculcada na juventude, e que, até a guerra dos Seis Dias, era baseada na "auto-satisfação" oficial, está sendo, desde junho de 1967, contestada pelos jovens, que fazem perguntas angustiantes às quais as autoridades nada respondem.

Alguns jovens também reagiram. O escritor Yaakov Rotblit, que publica uma crônica semanal no jornal *Haaretz*, escreveu que o verdadeiro responsável pela conduta de Ehud Adiv e de seus companheiros é a guerra: "Um homem nasce nesse país belo e generoso e não aprende outra coisa senão guerra. Vinte e cinco anos de existência, 25 anos de guerra ininterrupta: uma guerra que é justa ou injusta — não sei — mas que dura há 25 anos! Qualquer pessoa normalmente constituída perderia a cabeça. Principalmente quando nos prometem, em alto nível, e da maneira mais séria do mundo, que isso é um negócio que vai durar duas ou três gerações, sem perspectiva de paz. Eu também perco a cabeça com essa situação. Guerra, mais guerra e sempre guerra"

Confusão e desvio

O general Matitiahu Peled, conhecido pelo seu não-conformismo, chefe do setor de engenharia na guerra dos Seis Dias e hoje professor de literatura árabe moderna na universidade de Telaviv, explica que, pela primeira vez desde o nascimento do movimento sionista, o argumento clássico *lin hrera* (não há outra escolha) tornou-se caduco, em virtude da enorme potência do Estado de Israel. Segundo ele, as tentativas oficiais de explicar a situação por tal argumento só podem provocar o ceticismo em

Amnon Kapeliuk

qualquer jovem capaz de reflexão independente. "Os que não estão dispostos a renunciar aos territórios ocupados são pois obrigados a zombar de todos os valores morais" — escreveu ele no *Maariv* em dezembro. "É exatamente a tese segundo a qual a justiça está inteiramente de um só lado que contribuiu largamente para aumentar a confusão e desviou os jovens detidos". (Alusão à "rede de espionagem e de sabotagem".)

Os palestinos

Paradoxalmente, o debate sobre a natureza do sionismo foi desencadeado por um artigo aparecido em julho do ano passado no *Yedioth Aharonoth*, assinado por Yeshayau Ben Porat, jornalista considerado ligado ao general Dayan. O objetivo desse controvertido artigo era precisamente apaziguar a animosidade suscitada na opinião pública pela expulsão de habitantes árabes da região de Raffah para instalar judeus em seu lugar, bem como pelos casos de Akraba e das aldeias de Biraam e de Ikrit. Golda Meir havia tentado, em várias ocasiões, justificar as medidas de expulsão invocando imperativos de segurança.

Ben Porat considera, por seu lado, que estas medidas fazem parte integrante do sionismo, cujo objetivo essencial é garantir a volta do povo judeu à sua pátria e às suas terras. Segundo ele "não há sionismo, nem estabelecimento nas terras, nem Estado judeu, sem evacuação dos árabes, sem confisco", e todos os que pretendem o contrário são ingênuos ou hipócritas. Nosso confrade admite certamente que "um esclarecimento corajoso sobre a concepção sionista, que serve de base ao Estado judeu, pode expor o governo a críticas no interior de Israel e a ataques venenosos no estrangeiro". Ele acha no entanto que "a franqueza em relação ao estrangeiro e ao povo israelense eliminará os mal-entendidos e rasgará a capa de hipocrisia que cobre muitas das nossas ações, pois tal é o sentido do sionismo tanto no começo do século como em 1972".

Num segundo artigo, publicado três semanas depois, Ben Porat sustenta que milhares de palestinos foram obrigados a deixar suas terras mesmo antes da criação do Estado de Israel, sem nenhuma indenização, "pela própria força da realidade sionista". Afirma finalmente que, em 1948 e em 1967, todos os refugiados palestinos não deixaram os seus lares por sua própria vontade e que "aqui e ali os israelenses os ajudaram a chegar até o Jordão".

O ponto de vista de Ben Porat foi defendido por Eliezer Livné, ex-líder do Mapai, um dos ideólogos do sionismo socialista e do Movimento pelo Grande Israel, para quem "a instalação judia no país passa pela expulsão de árabes de suas terras". Um escritor conhecido, Bar Yossef, coronista do *Yedioth Aharonoth*, embora deplorando o fato de os palestinos serem obrigados a abandonar suas terras, acha que não se tem o direito de ser sentimental "quando se trata da instalação de pontos de habitação sionistas". Note-se que a palavra hebraica utilizada para exprimir a instalação de pontos de habitação — *hitnahalut* (literalmente "tomar posse de uma terra") — é uma palavra bíblica empregada para a instalação das tribos de Israel por ocasião da conquista da Terra Santa, depois da saída do Egito.

Um dos redatores do jornal social-democrata *Davar* confirma essa interpretação do sionismo, ao afirmar que não se deve minimizar a tese palestina segundo a qual o sionismo expulsou o povo palestino de suas terras. "É certo — escreve ele — que os direitos dos palestinos se chocam de frente, sem possibilidade de compromisso, com o nosso próprio direito. Não há outra solução a não ser o respeito dos imperativos de existência do povo judeu".

Inquietação

Essas profissões de fé, sustentadas abertamente até pouco tempo atrás, somente pela direita sionista, e adotadas recentemente também por correntes de opinião pertencentes ao campo trabalhista, como os partidários do general Dayan, provocaram grande inquietação entre os que acham que o sionismo não é necessariamente oposto às aspirações do povo árabe da Palestina. Admitir, dizem eles, que há uma "contradição trágica e eterna" entre as aspirações dos dois povos é admitir o princípio do direito do mais forte" e, afinal de contas, admitir a superioridade de um povo sobre o outro, sendo que o mais poderoso determina o caráter do conflito e a sua solução. "É uma fascistização da ideologia sionista" — acrescentam, afirmando que a lógica de Ben Porat e de seus amigos significa uma guerra sem fim com os árabes. Como, dizem eles, convencê-los a fazerem a paz, se nós nos reservamos o direito de expulsá-los das suas terras sempre que julgarmos isso de acordo com o nosso interesse nacional?

O PROGRAMA DO NOVO GOVERNO FRANCÊS ESQUECE ALGUMAS PROMESSAS

A terceira via de Messmer

Poderia Messmer, conhecendo a maioria que o apóia, ir mais longe e precisar a maneira pela qual cumprirá suas promessas? Essas duas questões estavam naturalmente presentes enquanto o primeiro-ministro fazia sua exposição no Parlamento, reafirmando sua fé numa "terceira via" que, repudiando ao mesmo tempo o "totalitarismo coletivista" e o "capitalismo clássico", é vista como aquela que asseguraria "a libertação dos homens, sua dignidade e felicidade". É mais em relação ao silêncio sobre o programa econômico governamental, do que em relação a suas escolhas, que se podem fazer críticas.

Sem dúvida, as palavras do primeiro-ministro não têm a força do discurso de Chaban-Delmas sobre a "nova sociedade"; o grande painel histórico não é o forte de Messmer. Mas o primeiro-ministro conta com a fidelidade a suas escolhas: as decisões que foram anunciadas concordam com as promessas feitas em Provins e, em certos pontos, vão até mesmo mais longe que os compromissos de três meses atrás. A disputa eleitoral não foi de todo inútil já que serviu para fazer com que os líderes da maioria tomassem consciência da necessidade de aumentar os seus lances. Isso se deveria ao medo de perder o poder ou a uma tomada de consciência mais exata da situação do país? Isso não importa: o resultado é inegável e não é desprezível.

Encontram-se no discurso de posse do primeiro-ministro os grandes temas do programa eleitoral de Provins: o desejo de assegurar um forte crescimento, sem o qual o país teria poucos dividendos suplementares para repartir; de proteger a exploração agrícola individual e de desenvolver as habitações rurais; a prioridade dada aos mais velhos, aos quais foi prometida a aposentadoria, com garantia de terem aos 60 anos os mesmos direitos que atualmente têm aos 63; a promessa de uma carta assegurando aos velhos dispensados de imposto melhores condições de habitação, assim como "a gratuidade dos transportes e de serviços de assistência médica"; o anúncio dos contratos com as famílias propostos pela primeira vez há dois anos e meio por Pompidou; a confirmação do encaminhamento de dois projetos de lei sobre o comércio e o artesanato; o desejo de desenvolver a participação dos operários nos lucros e nas ações das empresas; a promessa de estabilidade da pressão fiscal, etc.

Mas, dessa vez, Messmer foi "mais rápido e mais longe" que em Provins. O salário mínimo de mil francos por mês a partir de 1.º de julho próximo (que necessitará de uma arrecadação de 11,7%) não fazia parte das promessas anteriores da maioria; a velha reivindicação sindical sobre a aproximação dos salários convencionais e das remunerações efetivas também não fazia parte das promessas. A substituição progressiva do salário pelo rendimento apareceu no programa governamental, assim como a afirmação de que é indispensável um salário mais elevado quando o trabalho é "aborrecido ou penoso". O primeiro-ministro voltou também aos temas abordados por ocasião dos debates preparatórios do VI.º Plano, quando fez alusão à "necessidade de revalorização do trabalho manual". E para que os patrões compreendam bem sua intenção, Messmer acrescentou que "se necessário, será promulgada uma lei" sobre aquilo que as negociações coletivas não forem capazes de obter.

Gilbert Mathieu

Quanto às prestações familiares, Messmer se declara pronto a assumir o compromisso de elevação de seu poder de compra, enquanto que em Provins ele falava de uma simples progressão de seu valor nominal. Indo mais longe que em sua declaração precedente, Messmer anunciou ainda que os delegados aos conselhos de administração ou aos conselhos de segurança terão voz deliberativa e não apenas consultiva.

A fiscalização parcial da segurança social, que sempre ocasionou numerosos debates parlamentares, figurou pela primeira vez entre os compromissos governamentais. E se a fórmula empregada continua vaga, o conteúdo está descrito no famoso livro azul que Messmer, juntamente com Edgar Faure e Christian Poncelet lançou no começo da campanha eleitoral. Para evitar "sobrecarregar as indústrias de mão-de-obra" — explica o livro — "o salário não deve constituir a única base dos recursos" da segurança social; através "de uma porcentagem moderada", uma "segunda base" de recursos poderá ser encontrada.

A segunda reforma importante é a introdução tímida do "imposto negativo", sob a forma de garantia de recursos para as pessoas idosas, qualquer que seja a ajuda recebida por elas das suas famílias. Em vez dessas pessoas serem obrigadas a provar que têm recursos mínimos, para assim conseguirem uma aposentadoria mínima cada vez menor (12,40 francos por dia), elas terão o direito a uma quantia maior daqui por diante (aproximadamente 25 francos por dia) e que aumentará de acordo com o custo de vida. Isso também fazia parte do pequeno livro azul.

No entanto, as três medidas anunciadas por Messmer para reduzir a desigualdade das rendas não tinham sido nunca anunciadas: o bloqueio "durante algum tempo" dos salários pagos aos dirigentes das empresas nacionais quando eles forem superiores aos mais altos vencimentos da função pública e, já que Messmer disse que o Estado daria o exemplo, um estímulo provável para que as empresas privadas façam o mesmo; limitação dos gastos profissionais para os "detentores de remunerações importantes"; enfim, revisão da regulamentação sobre a porcentagem distribuída aos administradores das sociedades.

A boa fada

Felizmente para Giscard d'Estaing a inflação produzirá muito: a mais-valia no ano passado foi de quatro bilhões de francos somente em taxas sobre o valor acumulado. O mesmo acontecerá com as obrigações sociais baseadas nos salários, que aumentam mais depressa do que estava previsto pelos técnicos, de maneira que uma boa parte dos projetos fundamentais poderá ser financiada por essa mina fiscal e social criada por uma alta dos preços superior às previsões.

Assim, por um paradoxo que não é novidade, essa mesma inflação, contra a qual Messmer incitava a vigilância "dos cidadãos, dos produtores e dos consumidores", é a boa fada que põe no berço do governo nascente os bilhões de que ele precisa para financiar sua política social. Mas é um paradoxo nocivo, pois a experiência mundial mostrou que a inflação sempre prejudica os fracos, os que não têm voz para impor um ajustamento de suas rendas em função dos preços.

Seria mais exato falar de contradição, pois o que a inflação vai permitir ao governo no sentido de financiar as classes sociais que ele quer socorrer, ela vai retirar dessas mesmas classes, vítimas do recurso à fabricação de dinheiro. Não serão com efeito as poucas medidas fiscais anunciadas por Messmer que farão grande coisa: úteis politicamente porque são moralizadoras, elas não darão nenhum lucro ao Tesouro, amputado este ano de seis bilhões de francos de taxas industriais e alimentícias por decisão tomada em janeiro. Quanto à estabilização da pressão fiscal, ela não trará nada de bom pois já estava prevista no VI.º Plano e no orçamento deste ano.

A imprecisão do dispositivo financeiro governamental leva a formular uma séria reserva quanto ao projeto anunciado por Messmer. Essa imprecisão parece refletir o vazio do programa oficial de luta contra a inflação, após a extinção do efeito dos favores fiscais de dezembro. Messmer não disse nada sobre a política dos preços. E mesmo que ele tenha citado várias vezes os perigos que a desordem monetária faz correr ao país, espera-se ainda para saber qual o seu dispositivo de contra-ataque ou mesmo de segurança.

Paralelamente o primeiro-ministro não lembrou, a não ser por alto, a situação dos imigrantes. Deve-se deduzir daí que as circulares dos ministros Fontanet e Marcellin, contra as quais centenas de trabalhadores estrangeiros já fizeram a greve da fome, não serão anuladas nem

continua na página 13

2004

O espírito de Ho Chi Minh no Vietnã do Sul

Nos dois últimos números, Jean-Claude Pomonti descreveu o clima de indiferença em relação à retirada dos americanos do Vietnã e analisou a situação do regime de Saigon na nova conjuntura (*O Vietnã sem os Americanos* e *Sonhos e Barriga Vazia à Beira do Mekong*). Neste artigo, ele mostra o peso da lenda de Ho Chi Minh, mesmo no Vietnã do Sul, e as relações incipientes entre as populações sob controle de Saigon e do GRP e sua vontade de conhecer o norte.

Jean-Claude Pomonti

Oficiais de Saigon estiveram em Hanói por ocasião da libertação de prisioneiros de guerra americanos. Trouxeram de lá canções revolucionárias gravadas em minicassetes. Oficiais do Exército de Libertação (da RDV, Vietnã do Norte) passearam durante alguns minutos na Rua Catinat, em pleno centro de Saigon. Viram, de passagem, a sacada do hotel Continental, o antigo Teatro Municipal, sede da Assembléia Nacional, e o monumento aos mortos, estátua meio apagada de dois soldados em posição de combate. As trocas de prisioneiros entre Hanói e Saigon se multiplicaram. Os ministros do GRP (Governo Revolucionário Provisório da Frente Nacional de Libertação, FNL) e da Van Thieu discutem em Paris.

Na campanha sul-vietnamita, várias aldeias foram metralhadas, e às vezes destruídas, por terem hasteado a bandeira do GRP. A polícia de Saigon continua caçando feiticeiras, toda atividade antigovernamental continua proibida e as comissões encarregadas de controlar ou de aplicar os acordos de Paris permanecem paralisadas ou ainda não fizeram sequer a décima parte do trabalho que deveriam fazer. No entanto, alguns clarões ainda indecisos aparecem no horizonte desse sul atrofiado e, sem dúvida, ainda condenado a viver outras horas terríveis.

Debate reaberto

Circulando no universo de cidades inchadas, quase sempre à margem dos combates, alguns sul-vietnamitas nunca tiveram ocasião de esquecer a guerra. Mas o seu sentido e razão de ser lhes escapava às vezes. A rápida leitura do texto dos acordos de Paris num jornal da capital, a presença insólita de oficiais norte-vietnamitas, as disputas semânticas e sobre bandeiras, à sua vista, tudo isso começa a excitar a sua curiosidade adormecida. Imperceptivelmente, o verdadeiro debate foi reaberto.

"Ho Chi Minh é maior morto que vivo. Maior não tendo visto a paz do que tendo-a vivido, e é contra a sua imagem que Thieu deve combater. Não é o culto de um morto, é antes de tudo uma mensagem que nunca teve tanto sentido". Esse tipo de declaração, da parte de um intelectual sul-vietnamita, tem o dom de imitar certos altos funcionários e políticos de Saigon, principalmente quando são originários do Vietnã do Norte. A imagem do velho revolucionário, respondem eles aborrecidos, pertence ao passado e não é prova de objetividade ressuscitá-la neste momento. A lenda daquele que deu a independência ao Vietnã teria assim cada vez menos importância. Principalmente no sul.

Não é tão certo. Os antigos prisioneiros, hoje no poder em Hanói, não são os únicos a se lembrarem dele. Ho Chi Minh era a senha corrente em Saigon durante a resistência antifrancesa e continua sendo a senha dos revolucionários. O sul era a terra preferida do velho líder, onde ele desejava ser enterrado. Ele havia percebido que sem o sul o Vietnã não era viável e, principalmente, não tinha sentido. No melhor e no pior, é o sul que dá o tom e, aos olhos dos vietcongs, é ainda Ho Chi Minh que melhor exprimiu isso. Cabe a eles fazer reviver a sua lembrança.

As perguntas

Um chefe de batalhão de uma unidade de elite de Saigon, 35 anos, 14 medalhas bravamente conquistadas, de família abastada de origem nortista, explica: "Contra os comunistas a gente tem pelo menos Thieu. Não é o culto de um morto mas é melhor do que nada. Mas ele precisa se corrigir um pouco. O senhor entende, antes de partirem para o combate, os soldados começam a fazer perguntas. Por quem vamos combater? Onde estão os filhos dos generais? No estrangeiro? Há oito meses ou mais que eles combatem sem uma só licença. Suas famílias não os vêem a não ser em caso de ferimento ou de morte. É aborrecido. Somos obrigados a nos colocarmos um pouco no lugar deles. Então são adotadas táticas mais defensivas. Eles precisam pelo menos respirar um pouco. E precisam de uma aparência de justiça"! Ele próprio aguarda com impaciência a sua desmobilização para poder viver mais com os seus.

Um intelectual saigonês, 50 anos, doente, nível de vida modesto, diz: "Eu vivi muito tempo sob o impacto de 1945. Sei que naquela época os comunistas estavam sob pressão. Havia as legiões do Kuomintang chinês no norte, as tropas inglesas no sul, a Kempetai (polícia secreta japonesa) ainda presente e as forças de Leclerc que chegavam. Eram tempos duros para os comunistas, o seu período stalinista.

Os comunistas não me fazem vergonha e, mesmo que eu continue em desacordo com eles, eu os respeito". Pausa. "O que é que o senhor quer? Thieu nunca me fará sonhar".

Ao definir uma retirada militar americana rápida bem como as grandes linhas de uma solução política, os acordos de Paris semearam um pouco de discórdia em Saigon. Será preciso agora que o regime reforce suas bases locais, pois tem que contar menos com a assistência do seu poderoso protetor. Ou endurece e continua nessa posição, como neste momento, ou aceita uma certa distensão, à qual convidam os acordos. Nos dois casos, os chefes do Exército têm uma palavra importante a dizer, mesmo que a embaixada americana continue a dispor de um trunfo decisivo com sua ajuda econômica e militar.

Em Saigon, num primeiro momento, os generais recomeçaram a ganhar importância. Será necessário, mais tarde, reintroduzir no circuito político os representantes de certos grupos confessionais e os advogados de um diálogo com o adversário. É preciso levar em conta os seus meios políticos e esse não será o menor dos reajustamentos.

Diante deles está a Frente Nacional de Libertação e o organismo que a representa, o GRP, presidido por Huynh Tan Phat. Eles constituem um instrumento político de pouco peso mas aguerrido, um adversário cujos meios políticos são temíveis e estão em flagrante contraste com a fraqueza de seus meios militares. O Exército da RDV assegura a defesa das regiões controladas pela FNL, e os reforços que esta recebe do norte, sobretudo através da trilha Ho Chi Minh, deverão permitir-lhe, pouco a pouco, desencorajar a artilharia e os caças de Saigon. Um dia, os aviões a jato serão recebidos por mísseis e não voltarão às bases. Canhões de 130mm, com um alcance de 27 quilômetros, farão calar as baterias de 155 mm de Saigon. Para tanto será preciso esperar uns meses mas, uma vez garantida a defesa das suas zonas, o GRP poderá assegurar melhor a sua administração e, antes de tudo, facilitar a volta dos refugiados para suas terras.

Uma nova vida

Os vietcongs (FNL) não têm capital, nem cidades, nem grandes eixos rodoviários, nem aviação, nem frota. Na melhor das hipóteses, a população das suas zonas não chega a 10% do total do Vietnã do Sul. Eles só controlam florestas e pântanos. Os arrozais do seu império estão sempre ameaçados por uma operação de blindados e por reides aéreos. Eles não estão em parte alguma. E estão em toda parte, na margem de uma estrada, numa prisão, sob a lua, numa canção. Tornaram-se novamente uma permanente sugestão. Não aparecem. A gente os sente em um editorial, por trás de um protocolo de acordo, junto a uma bandeira que balança ao vento, donos da noite, ao abrigo das primeiras árvores de uma plantação, nos volteios de uma reflexão. Eles não dão ordens. Contentam-se em oferecer elementos de interpretação e de informação, em retificar uma análise, em corrigir um reflexo, em reintroduzir um vocabulário esquecido. Para dar relevo ao presente, eles falam do passado. Falam do Vietnã aos vietnamitas, numa linguagem que os seus compatriotas compreendem.

O canal de televisão americana foi extinto. Não se verá mais os *westerns* e filmes policiais. O mercado negro dos produtos roubados nos supermercados militares, que fecharam suas portas, tornou-se marginal, quase inexistente. Jornais em língua inglesa, espetáculos internacionais, bares, restaurantes, todo um mundo ligado ao Ocidente se prepara também para fechar suas portas. Nesse interim, a rádio e a televisão de Saigon se esforçam por desmentir as acusações da FNL, contam as desventuras sofridas por oficiais vietcongs ou norte-vietnamitas, não cessam de proclamar a vontade de reconciliação e de paz do regime. As ocasiões de fuga e de evasão se tornam cada vez menos numerosas. Por falta de gasolina, os vietnamitas reaprendem as virtudes da bicicleta. Por um momento são lamentadas as partidas de futebol, transmitidas pelo canal de televisão americana. Mas logo as pessoas se acostumam.

Os soldados esperam finalmente ser desmobilizados e voltar para casa. Os universitários esperam poder enfim ter acesso aos trabalhos feitos no norte há 20 anos, ao menos por curiosidade. Os homens de negócios esperam um pouco de ordem na economia e nas finaças. As mães esperam que finalmente seus filhos possam voltar à escola, em vez de ficar de guarda à noite. Todas essas esperanças estão talvez fora de lugar. Não repousam sobre nada, talvez. Mas assim um novo estado de espírito toma forma e até raiz. A municipalidade de Huê decidiu livrar a cidade do arame farpado, sem esperar mais. Saigon também está ficando mais atraente, com algumas camadas de pintura, alguns gramados, algumas lâmpadas suplementares. Não se trata de "desrepressão" mas somente de um pouco de impaciência.

Passeio em Hanói?

As possibilidades de paz e de calma, embora pequenas, já começam a dar idéias. Dar um passeio em Hanói? Refugiados do norte, católicos, fazem a pergunta, sem se deter nela por enquanto. Voltar um dia para a aldeia, para a terra dos antepassados? Isso já não é impossível. Se os filhos voltam do Exército o pai poderá enfim se aposentar, coisa adiada de ano para ano. Talvez seja uma ilusão. Mas a gente termina pensando. Enquanto os *can-bo*, os quadros da revolução, recomeçam a circular sobre os diques que separam os arrozais como um tabuleiro de damas, insuflando um espírito tão diferente e, no entanto, tão natural, os sul-vietnamitas voltam novamente a viver.

A matéria é explosiva, pois não há contradição, pelo contrário. A mudança toma forma imperceptivelmente. E no dia em que ela aprecer mais claramente será, sem dúvida, tarde demais. Então, tudo o que tentar se meter na frente será varrido. Muitos pressentem isso. Assim vão-se reunindo, pouco a pouco, as condições para uma certa e ainda longínqua unanimidade.

assine opinião

Leia e assine opinião

Na última edição, à página 13, foram trocados os nomes dos autores dos artigos sobre o Vietnã e sobre o Camboja. O artigo sobre o Vietnã — Sonhos e Barriga Vazia à Beira do Mekong *— é de Jean-Claude Pomonti, e o artigo sobre o Camboja —* Camboja: os Bombardeios Não Justificados *— é de Jacques Amalric.*

Tudo "normal" nas colônias portuguesas

As eleições realizadas pelos portugueses em suas colônias (províncias de ultramar) tiveram, pelo menos, a utilidade, do ponto de vista do governo, de dar à opinião pública européia uma impressão de exercício da democracia. Enquanto isso, a oposição portuguesa, reunida em Aveiro, e congregando as mais diversas tendências políticas, não conseguia chegar a um acordo sobre a questão primordial dos territórios portugueses da África.

Philippe Decraene

As eleições para as Assembléias Legislativas, realizadas no conjunto das províncias portuguesas de ultramar, passaram praticamente despercebidas. Parece difícil avaliar a importância real dessa consulta nas províncias portuguesas da Ásia (Macau e Timor). Mas, na África, acredita-se que ela marcou uma primeira etapa na evolução do estatuto político de territórios tão diversos como a Guiné, Angola, Moçambique e os arquipélagos do Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. Com efeito, o escrutínio foi a primeira aplicação concreta da lei orgânica de 23 de junho de 1972, que prevê uma maior autonomia para as províncias de ultramar.

Os dirigentes de Lisboa frisam, por seu lado, três aspectos das eleições: a ausência de distinção entre europeus e africanos entre os eleitos, o crescimento sensível do número de eleitores e a forte participação eleitoral. O governo português ignora deliberadamente o sistema do duplo Colégio Eleitoral que foi a regra, na época colonial, nos territórios franceses de ultramar, antes da adoção da lei básica. O número dos inscritos nas listas eleitorais, segundo as estatísticas oficiais, aumentou muito, triplicando em Angola e duplicando na Guiné, em relação a 1969.

Não é menos espantoso que, depois de cinco séculos de presença portuguesa no arquipélago de São Tomé e Príncipe, que têm uns 60 mil habitantes, só haja ali 5.881 eleitores.

A importância da participação eleitoral constitui, em todo caso, um motivo de satisfação para o governo de Marcelo Caetano, pois ela varia entre 81% e 92% nos territórios africanos.

Representatividade?

Os nacionalistas africanos, que lutam nos movimentos de libertação e fazem guerrilha na Guiné, em Angola e em Moçambique, contestam o próprio princípio desse escrutínio. Sem dúvida, alguns separatistas brancos, uma pequena minoria, mas resolutamente partidários de uma política separatista análoga à dos europeus da Rodésia, compartilham esse ponto de vista, por motivos radicalmente diferentes.

A honestidade do escrutínio e a distribuição dos eleitores são questionados. Mas o que os nacionalistas africanos criticam sobretudo é a representatividade dos eleitos. Denunciam também os exíguos poderes das Assembléias constituídas. Estas só podem tomar iniciativas no terreno orçamentário e o seu papel é essencialmente consultivo. Herdeira do antigo Conselho Legislativo, a Assembléia Legislativa continua sendo presidida pelo governador, representante do poder central e único verdadeiro senhor das decisões.

As Assembléias continuam contando com numerosos membros eleitos por sufrágio indireto, embora o seu número tenha sido voluntariamente limitado. São representantes de grupos socioprofissionais, culturais ou corporativos, todos estreitamente ligados ao regime estabelecido em Lisboa. No entanto, 11 dos 21 membros da Assembléia do Cabo Verde, cinco dos 17 membros da Assembléia da Guiné, 32 dos 53 da de Angola foram eleitos por voto direto.

Restam duas perguntas importantes: Quem são realmente os eleitos? Por quem foram efetivamente eleitos? Com efeito, a designação de "naturais", empregada pelos portugueses para as pessoas nascidas no país, sem distinção de raça, não permite que se conheça a proporção exata dos africanos eleitos em relação aos europeus. Por outro lado, dificilmente se pode apreciar o peso dos "expatriados", originários da metrópole, no conjunto do corpo eleitoral.

Apesar dessas reservas, a organização dessas eleições encerra, no entanto, um certo número de ensinamentos. Tende sobretudo a pôr em evidência a vontade do governo de Lisboa de provar à opinião internacional que, a despeito da atividade dos guerrilheiros nacionalistas, pode existir nas províncias africanas de Portugal uma vida política "normal" por mais modesta que seja.

PARA ECHEVERRIA, É HORA DE CRIAR UMA NOVA ORDEM INTERNACIONAL

Uma vitória palestina em Israel

A ala moderada do governo israelense saiu vitoriosa no Conselho de Ministros. Este decidiu manter o *status quo* no que diz respeito à aquisição de terras por particulares nos territórios ocupados: somente a autoridade imobiliária nacional terá o direito de comprar terras na Cisjordânia e em Gaza.

O ministro da Defesa, general Dayan, declarou imediatamente que não estava de acordo com a decisão do governo e que continuará a acreditar na possibilidade de transações entre os árabes dos territórios ocupados e os compradores israelenses.

O grupo parlamentar do Gahal (direita nacionalista) decidiu, por seu lado, fazer uma censura quanto à posição adotada pelo governo.

Antes da reunião do gabinete, Golda Meir teve uma entrevista particular com o general Dayan, e depois com o ministro da Justiça, Moshé Shapiro, na qual tentou dissuadi-los de apresentarem oficialmente as propostas ao Conselho de Ministros. Ela lhes tinha explicado que, em sua opinião, não havia chegado o momento para uma mudança tão fundamental e que um voto oficial em relação a um ponto tão delicado agravaria a cisão no seio do governo e do Partido Trabalhista.

Segundo alguns, a chefe do governo teria acentuado as repercussões desfavoráveis que uma tal decisão não deixaria de provocar no seio da opinião internacional. Finalmente ela conseguiu convencer seus interlocutores a "congelar" por enquanto os seus projetos.

Erro tático

Assim, somente o governo poderá adquirir ou confiscar, no futuro como no passado, terras árabes, de acordo com sua política de criar "fatos consumados" nos territórios ocupados. Os particulares israelenses (entre os quais um membro do Parlamento) que já tinham feito transações por conta própria não poderão registrar sua compra. Além disso, de acordo com a lei jordaniana sempre em vigor, e os regulamentos do governador militar da Cisjordânia e de Gaza, que datam de 1967, eles estão ameaçados com pena de cinco anos de prisão por terem efetuado transações ilegais. Ora, até o momento não foi iniciado nenhum processo contra essas pessoas e é quase certo que o general Dayan não autorizará o governador militar a endurecer sua atitude a esse respeito.

Os meios políticos em Jerusalém acham que a decisão do governo constitui uma derrota, talvez temporária, do general Dayan. Este, de acordo com esses meios, cometeu um grave erro tático ao comentar esse problema em público, o que provocou múltiplos protestos no mundo e mesmo em Israel, onde uma maioria cristalizou-se, no seio do governo, contra o ministro da Defesa. Entre os seus adversários estão os dois ministros do Mapam, o representante dos liberais independentes e, sobretudo, alguns ministros trabalhistas, entre os quais Allon, Sapir e Abba Eban. O general Barlev, ex-chefe do estado-maior e ministro do Comércio, e o general Rabin, ex-embaixador em Washington, também se expressaram contra Dayan. Somente o apoiaram abertamente seu amigo fiel, Simon Peres, ministro das Comunicações, e os três ministros do partido nacional religioso, cujo órgão — *Hatzoefh* escreveu que para todos os judeus crentes "a aquisição de terras em toda a Palestina é um dever sagrado".

A imprensa, o rádio e a televisão deram grande cobertura aos dois lados. Os diferentes pontos de vista podem resumir-se assim: para os partidários do general Dayan, o *status quo* atual, que proíbe aos judeus comprar terras na sua pátria Eretz-Israel (a Palestina) enquanto podem fazê-lo em qualquer outra parte do mundo, é inadmissível. Além disso, afirmam eles, a manutenção desse *status quo* encoraja a intransigência dos árabes.

Ato político

O outro lado responde que a aquisição de terras por particulares nos territórios ocupados não é uma transação comercial ordinária, mas um ato político de capital importância, pois os compradores de terras constituirão um grupo de pressão que fixará praticamente o traçado das fronteiras de Israel. Além disso, dizem eles, a compra, pelos israelenses, de bens imóveis nos territórios ocupados contradiz, na atual conjuntura, as declarações do governo sobre sua vontade de fazer a paz sem condições prévias.

A adoção da proposta de Dayan significaria a anexação desses territórios a Israel. Além disso, sempre de acordo com os opositores de Dayan, dar aos judeus o direito de comprar terrenos nos territórios ocupados e impedir os árabes de fazer a mesma coisa em Israel constitui uma discriminação flagrante. Finalmente as transações de terras já efetuadas e as que se seguiriam, se o projeto do general Dayan fosse aprovado, fomentariam a especulação imobiliária.

Os habitantes dos territórios ocupados, que haviam expressado sua amargura e sua hostilidade por ocasião da proposta do general Dayan, acolheram favoravelmente a decisão do governo. Os prefeitos de Nablus e Hebron qualificaram a medida de equitativa. O de Belém, onde numerosas transações já tinham sido feitas, acentuou a necessidade de se respeitar efetivamente a decisão do governo. Os palestinos acham que, se as terras dos territórios ocupados passassem das mãos dos árabes para as dos israelenses, a causa palestina estaria definitivamente perdida.

O congresso do partido de W. Brandt

Daniel Vernet

Sobre a Stadhalle de Hanover, edifício circular com uma cúpula que lhe dá a aparência de uma igreja oriental, flutuava na semana passada a bandeira alaranjada do Partido Social-Democrata alemão (SPD). Foi aí que o partido, sob a presidência do chanceler Willy Brandt, realizou o seu V.º congresso ordinário desde do fim da guerra. Na terça-feira, Helmut Schmidt, ministro das Finanças e vice-presidente do partido, pronunciou o discurso de abertura diante de 435 delegados, mil jornalistas e umas 20 representações estrangeiras. Robert Pontillon representou o Partido Socialista Francês.

A palavra de ordem do congresso, pintada em letras azuis sobre um fundo branco, por trás da tribuna, recomenda "o alargamento da democracia social" no Estado. Na escolha desse *slogan*, os dirigentes do partido tiveram muita prudência, evitando inclusive o termo "socialismo". Tudo leva a crer que, se a discussão é bastante aberta (Herbert Wehner confirmou, em entrevista à imprensa, que a direção do partido estava pronta para a abertura), o conflito entre a maioria moderada e uma ala esquerda reforçada, conduzida pelos jovens socialistas ("jusos"), não terá lugar no período que se seguirá ao congresso. O discurso de Willy Brandt deu o tom ao congresso. É provável que os dirigentes do SPD saberão fazer as concessões ideológicas ou pessoais necessárias à salvaguarda do essencial, isto é, do programa fundamental de Bad-Godesberg e do programa eleitoral de outubro de 1972, depois do congresso da semana passada.

Três grandes temas

A ordem do dia dos trabalhos girou em torno de três temas principais: o programa a longo prazo do SPD, a reforma do direito fundiário e a formação do patrimônio operário.

O programa a longo prazo foi preparado de acordo com uma resolução do congresso do Sarre em 1970, o qual pedia que uma comissão estudasse e "quantificasse" uma política social-democrata até 1985. Essa comissão, presidida por Helmut Schmidt, havia entregue, em novembro de 1971, um projeto que foi objeto de violentos ataques. A sua segunda versão, elaborada em 1972, também não foi bem acolhida. A ala esquerda do partido e principalmente os jovens socialistas criticaram a comissão por apresentar um projeto "tecnocrático" sem ter estudado as condições reais do desenvolvimento econômico da Alemanha Federal. O resultado é que o ambicioso programa a longo prazo é hoje apenas um modesto "quadro de orientação política e econômica para o período de 1973/1985". A direção do partido quer evitar que, a respeito do mesmo, se desenvolva o conflito entre as tendências no seio do SPD e que, através desse caminho, o programa de Bad-Godesberg seja posto em questão. No mais, todo mundo está de acordo agora em reconhecer que a comissão fez apenas um trabalho de pesquisa e seleção que merece respeito.

continuação da página 11

reformadas? A dignidade do homem, celebrada pelo primeiro-ministro no fim do seu discurso, não valeria para esses trabalhadores, sem os quais o nosso país já não pode passar? E o que foi feito da promessa de equipar os salários femininos, em desvantagem de 20 a 25% sobre as remunerações masculinas? E a vontade de fazer progredir os vencimentos dos funcionários paralelamente aos salários do setor privado? Será que ficaria muito caro para o Estado? E a promessa de "não mais tolerar nenhuma especulação"? Pela primeira vez há muito tempo, o discurso do primeiro-ministro não anunciou nada sobre a luta contra a especulação nem sobre as reivindicações das duas principais centrais operárias sobre demissões.

Poder-se-ia citar ainda outras promessas da campanha eleitoral aparentemente esquecidas: o cálculo das aposentadorias com base nos 10 anos de melhor remuneração, a gratuidade total dos livros e material escolar... Igualmente Messmer não deu nenhuma indicação precisa sobre o estímulo prioritário aos equipamentos coletivos. Esquecimento lamentável na medida em que esses equipamentos são realizados sempre abaixo das previsões dos planos sucessivos, em prejuízo das famílias mais modestas que são as que mais utilizam esses equipamentos, principalmente os hospitais públicos.

Fiel às suas escolhas anteriores, Messmer escorregou perigosamente, em seu discurso-programa, sobre vários problemas importantes que ele terá que enfrentar. Abandono discreto de objetivos considerados por demais ambiciosos? Medo de chocar uma maioria tão preocupada com o desenvolvimento econômico como interessada em justiça social? Medo de se engajar depressa demais em terrenos ainda pouco explorados? Vontade de guardar alguns trunfos na previsão dos próximos debates parlamentares? A resposta não é evidente.

Para enfrentar o desafio da nossa época, o primeiro-ministro fez um apelo final à ajuda do "maior número de franceses". Será que ele acha que pode obter essa ajuda, se não lhes proporciona todos os elementos para um julgamento? A abertura de que tanto se tem falado poderia ser a dos grandes problemas nacionais. Contanto que em seus dossiês estejam todas as peças.

A RESOLUÇÃO SOBRE A VENDA DE TERRAS É IMPORTANTE PARA A PAZ

Prosperidade ou insegurança geral

Por ocasião da visita do presidente Luís Echeverría, do México, a Paris, dentro da atual viagem de 30 dias do chefe do Executivo mexicano a diversos países, inclusive a URSS e a China, ele concedeu a Marcel Niedergang uma entrevista da qual destacamos o que se segue.

"Eu estou, em primeiro lugar, a serviço do meu país, mas espero também contribuir para a distensão e a paz do mundo. Parece que chegamos a um momento privilegiado, a uma encruzilhada nas relações internacionais. Tudo parece possível aos homens de boa vontade. Não se deve deixar passar essa ocasião. O fim do conflito vietnamita deveria permitir uma reorganização séria das relações internacionais. Sei que a guerra, infelizmente, continua no Camboja e no Laos, que o conflito árabe-israelense não está resolvido.

Mas é claro que o acordo de cessar-fogo no Vietnã marca o fim de um período excepcional de tensão. É urgente então para nós todos, quer pertençamos ao mundo desenvolvido, industrializado, quer àquele, bem mais vasto, dos países em via de desenvolvimento, fazer tudo para evitar novas tensões, novos riscos de conflitos. Quem não vê, sob esse ponto de vista, que as desigualdades cada vez maiores entre as nações estão se tornando o problema mais explosivo da nossa época?

Como não desejar o nascimento de uma nova era de cooperação internacional, que escape às regras do arbítrio, da fantasia e do bel-prazer, para se firmar no campo do direito? A conquista da independência política e a exploração dos recursos naturais não bastam necessariamente para assegurar a soberania total de uma nação. Alguns povos em desenvolvimento enfrentam novas formas de dominação econômica e tecnológica. São obrigados, em razão de seu fraco poder de negociação, a aceitar frequentemente as normas culturais e econômicas de uma potência dominante. Mas a manutenção dessa política de potência e as injustiças que ela provoca são um perigo para a paz mundial. A escolha hoje é entre a prosperidade para todos ou a insegurança generalizada".

A uma pergunta sobre a carta dos direitos e deveres econômicos dos Estados, proposta por ele na reunião da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), em abril de 1972, em Santiago do Chile, o presidente mexicano respondeu:

"Ela é talvez o principal objetivo da minha atual viagem. Desejaria obter a compreensão, senão o acordo, das grandes potências. Quando cheguei em Ottawa, disseram-me que essa era uma idéia romântica. Quando parti, os dirigentes canadenses assinaram um comunicado que prevê sua total cooperação para o estabelecimento da carta. Em Londres, o primeiro-ministro Heath fez questão de conhecer detalhadamente as motivações do projeto. Já é um sucesso. Por que não obteria eu a mesma atenção benevolente em Paris, em Moscou, em Pequim? Tive a grande honra, em 1964, no México, de apertar a mão do general De Gaulle. Não esqueci o que ele nos gritou do alto da sacada do palácio presidencial: 'Uma causa: a do homem; uma necessidade: a do progresso mundial; um dever: o da paz'. Se não prestarmos atenção a essa voz, haverá outros Vietnãs... As companhias multinacionais não têm a responsabilidade de cooperar para a defesa da paz. Muito pelo contrário, trabalham frequentemente para a guerra. Os países industriais, ao exportarem máquinas, exportam também sua inflação. Devemos tomar cuidado: os países subdesenvolvidos poderiam muito bem exportar suas tensões sociais, sua cólera e seus dramas. Os governos precisam estudar atentamente esse problema...".

Mar territorial

Sobre a questão do mar territorial, respondeu o presidente Echeverría:

"Em Ottawa reconhecemos, com os canadenses, que os Estados que possuem um litoral têm que se beneficiar de certos direitos relativos à exploração de todos os recursos, num largo setor adjacente a suas costas e além do mar territorial de 12 milhas, bem como de certos direitos especiais, nesse mesmo setor, sobre prevenção da poluição e regulamentação da pesquisa científica. Não é justo que países altamente industrializados como os Estados Unidos, a União Soviética ou o Japão, que dispõem de importantes frotas de pesca, imponham sua vontade aos países pobres.

Nós mexicanos até agora voltamos as costas ao mar, embora tenhamos 10 mil quilômetros de litoral. Como tantos outros países do Terceiro Mundo em nossa situação, a população mexicana é carente de proteínas. Não é pois por agressividade gratuita ou vã glória que nós colocamos esse problema. É pela preocupação de melhor alimentarmos as nossas crianças. Vamos renovar a nossa frota. Em Londres, acabamos de adquirir 21 canhoneiras rápidas destinadas a uma melhor vigilância de nossas águas territoriais. Graças a um acordo com os britânicos, construiremos outras canhoneiras no México. Um esforço preciso e benéfico de transferência de tecnologia".

Sobre a colaboração de capitais estrangeiros, eis a posição do presidente do México:

"Espero explicar bem claramente em Paris a maneira como consideramos a colaboração dos capitais estrangeiros. A legislação que rege os investimentos diretos foi revista e consolidada em dois textos recentemente aprovados, um sobre o registro da transferência de tecnologia e o outro sobre a regulamentação do investimento estrangeiro. No fundo, nada de essencial foi modificado — temos a mesma posição do Canadá nesse terreno — mas é claro, e sempre dissemos isso, que nossa preferência é pela fórmula da companhia mista com vocação para a exportação".

Sobre a OEA, eis a opinião de Echeverría:

"OEA? Ela existe ainda? É preciso reconstruí-la em bases diferentes, levando em conta as orientações atuais. É preciso estabelecer uma nova organização regional que não exclua ninguém, inclusive Cuba e o Canadá".

Le Monde

© Le Monde 1972
Distribué par
Opera Mundi Paris
Tous droits réservés

2014

O PC da Geórgia e os relógios suíços

Robert Kaiser
Washington Post

O Partido Comunista da Geórgia — uma das 15 repúblicas socialistas soviéticas — recentemente chegou à conclusão de que há algo que seus 4,7 milhões de cidadãos devem saber. Os tranquilos e hospitaleiros georgianos viram nos últimos seis meses o seu mundo ser virado de cabeça para baixo — ou no mínimo receber uma boa sacudidela — por um novo "patrão", como os habitantes locais tratam a figura em questão. É ele Eduard Shevardnadze, primeiro-secretário do Partido Comunista da Geórgia, que parece gostar de sua imagem de personagem firme e austero numa sociedade onde a austeridade tem sido pouco reverenciada.

Shevardnadze tem 44 anos, ou seja, um jovem, pelos padrões da classe dirigente soviética. Chegou ao ponto máximo da hierarquia da Geórgia nos últimos dois anos, aparentemente porque o Politburo em Moscou chegou à conclusão de que a "velha ordem" naquela República estava podre. Os cidadãos locais concordam em que isso realmente ocorria. A corrupção, dizem, chegou até a família do ex-primeiro-secretário do PC da Geórgia, que foi expulso do Politburo no ano passado após perder o cargo.

Em todo o resto da União Soviética, a Geórgia há muito tempo é vista como um "enclave", que goza de alto nível de vida e possui muitos rublos. Os georgianos sempre viveram sob leis menos severas do que as outras nacionalidades soviéticas, primeiro porque Stálin — ele próprio um geotgiano — era benevolente com eles, e também porque aparentemente ninguém conseguia controlá-los.

Agora Shevardnadze está tentando este controle. A profundidade das mudanças que provocou nos últimos seis meses ainda não é conhecida. Alguns destacados cidadãos foram, contudo, secretamente presos. Diversos restaurantes estatais, cujos gerentes os dirigiam como "empreendimentos privados, voltaram sem estardalhaço ao setor público. Certos altos funcionários da Geórgia, que no passado ostentavam elegantes relógios de pulso suíços e japoneses, hoje controlam o tempo por meio de seguros — ainda que menos sofisticados — modelos soviéticos.

Esta última transformação sugere algo do estilo de Shevardnadze. Corre uma história na Geórgia, bastante acreditada, segundo a qual ele teria pedido a seus colegas de liderança, pouco depois de assumir o cargo, para votarem a respeito de uma certa questão levantando a mão esquerda. Diz a história que quando as mãos foram levantadas, Shevardnadze observou que todos pareciam usar relógios estrangeiros. Diz-se que teria sugerido aos colegas que abandonassem tal demonstração de ostentação.

Há numerosas outras anedotas neste mesmo estilo. Diz-se que Shevardnadze recusou-se a mudar para uma casa maior ao tornar-se primeiro-secretário do Partido, por causa da preferência por seu pequeno apartamento e pela comida feita por sua mulher. Outra história apresenta-o disfarçado como camponês, inspecionando o cumprimento de sua lei contra a venda de produtos agrícolas da Geórgia nos mercados de Moscou. Por tudo isso, apareceram rumores sobre a existência de ameaças anônimas contra a vida de Shevardnadze e sua família.

Em Tbilisi, capital da Geórgia, e em Moscou, a opinião corrente é de que tais ameaças poderiam partir de prósperos georgianos que Shevardnadze colocou fora de ação nos "negócios". Mas isto é apenas um palpite. Com ou sem ameaças, a verdade é que alguns negocistas "clandestinos" tiveram que fechar suas portas.

O caso mais notório envolveu um certo Otari Lazeishvili, condenado em fevereiro a 15 anos de prisão por várias infrações da lei. Lazeishvili e cerca de 100 colaboradores haviam criado uma vasta rede clandestina de fábricas e lojas, para a produção e venda de artigos como suéteres e capas sofisticados, que não se encontram à venda em outros lugares. Segundo informações da imprensa oficial, Lazeishvili e seus sequazes conseguiram enormes lucros com as operações clandestinas. Há rumores de que gozava de proteção política do velho regime.

Apesar de ter sido o mais notável escândalo comercial da Geórgia, este não foi certamente o único. Outros casos apareceram nos últimos meses; os artigos de vestuário parecem ser um item favorito dos operadores clandestinos. As moças de Tbilisi — vestidas muito mais na moda que as das cidades russas, por exemplo — são uma evidência de que não há falta de fregueses.

O Partido Comunista da Geórgia reconhece haver resistências às reformas de Shevardnadze. Um relatório do comitê central do Partido afirma que "a massa dos trabalhadores está reagindo com satisfação às mudanças em curso, e espera que a justiça triunfe". Entretanto, diz o relatório, "há pessoas maliciosas que não estão interessadas em qualquer mudança, e que esperam que as coisas voltem a ser como sempre foram"...

Alguns contatos limitados com cidadãos georgianos tendem a confirmar que as reformas de Shevardnadze são populares. Aparentemente, o homem comum acha que a situação mudou significativamente. Um velho casal, que se queixava de ter que dar sempre um pequeno suborno cada vez que ia ao médico, nos velhos tempos, afirma ter havido uma melhoria verdadeira. A *intelligentsia* supostamente estaria também satisfeita com as mudanças, e esperançosa de que os "homens de negócio" seriam banidos de suas velhas posições de influência.

Os problemas do primeiro-ministro georgiano vão além de negocistas e de corrupção, como as mudanças que já fez revelam. Ele substituiu diversos funcionários governamentais e promoveu numerosos deslocamentos no mais alto nível do Partido Comunista. As poucas mudanças pessoais que foram divulgadas parecem envolver funcionários a quem o novo líder procurou humilhar. Um dos atingidos foi um vice-ministro dos Negócios Internos.

O novo "patrão" também desfez-se da fachada tradicional de confiança e autocongratulação tradicional na Geórgia, admitindo que a indústria e a agricultura da República estão em situação caótica. Numa série de reuniões francas divulgadas em detalhe pela imprensa oficial, Shevardnadze e seus colegas apresentaram um quadro de ineficiência maciça, recursos roubados e desperdiçados, favoritismo, produtividade inadequada e estupidez.

Muitas entre as revelações são alarmantes, especialmente num país que em geral tenta disfarçar suas próprias deficiências. Uma recente reportagem de jornal, por exemplo, descrevia as condições dos apartamentos em Kutaisi, o segundo maior centro industrial da Geórgia. Estes apartamentos ficaram sem sistemas de aquecimento e de esgotos "durante anos", e às vezes sem eletricidade ou água corrente.

Resta saber se a revelação destas deficiências ajudará a eliminá-las. O vizinho da Geórgia a sudeste é a República do Azerbaijão, onde um líder partidário "duro", Aliej, assumiu o poder há três anos. Como Shevardnadze, ex-ministro do Interior da Geórgia, Aliej possuía um *background* policial, e surpreendeu seus conterrâneos ao falar francamente sobre as deficiências deles.

Aliej continuou falando sobre as deficiências durante mais de dois anos, mas a situação não pareceu melhorar muito. De acordo com fontes oficiais de Moscou, seus esforços para ajeitar o Azerbaijão foram considerados um fracasso. O destino da Geórgia continua em jogo.

Iraque x Kuwait guerra à vista?

David Hirst
The Guardian

No mundo árabe, dilacerado por crescentes conflitos internacionais, a crise de fronteira entre o Iraque e o Kuwait poderia parecer apenas mais um pequeno incidente. Porém na realidade ela constitui um sinal do que está por acontecer.

Além do conflito árabe-israelense, o Oriente Médio está prestes a ganhar uma segunda zona de atrito, potencialmente tão explosiva quanto a outra, nas ricas regiões de petróleo do Golfo Pérsico.

Nas últimas semanas o Kuwait foi levado à linha de frente do que os comentaristas árabes chamam de "batalha do Golfo" — uma batalha cuja duração prevêem que seja longa. Ela envolve os conflitos interárabes, o desacordo entre os nacionalismos persa e árabe e a rivalidade das grandes potências numa área de enorme importância econômica e estratégica para o mundo ocidental.

Em sua disputa com o Kuwait, o Iraque, o primeiro a deflagrar o conflito, está sendo movido por uma mistura de legítimo interesse próprio e ambição "revolucionária". Segundo seu ministro das Relações Exteriores, o Iraque está decidido a se estabelecer como "um Estado do Golfo". Sendo o segundo maior país do Golfo Pérsico, o Iraque conta com a menor faixa litorânea, de aproximadamente 35 milhas, o que é não apenas geograficamente inconveniente, como também o deixa imprensado entre o Kuwait e o temível e poderoso vizinho, o Irã, altamente vulnerável.

O Iraque quer tirar grandes vantagens econômicas de seu único acesso ao mar. Para isso, vem transformando Umm Qasr em porto principal e base naval, já que Basra, no caminho para o estuário de Shat-al-Arab, encontra-se inevitavelmente exposta ao bloqueio persa (veja o mapa ao lado). O país deseja também criar novos escoadouros para sua produção de petróleo, tem em vista um aumento garantido da produção nos próximos anos, principalmente no Iraque do Sul. Os terminais existentes, em Fao e Khor al-Amaya são, por uma razão ou outra, inadequados.

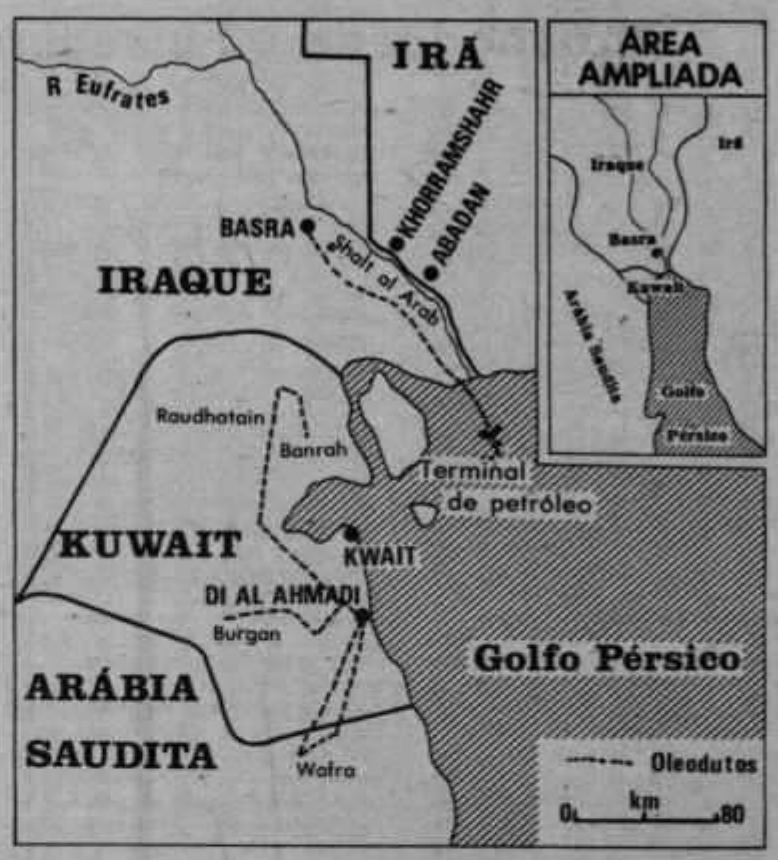
Mas o Iraque também vê a possibilidade de tornar-se uma "potência do Golfo" no sentido político e militar. O regime Ba'athist é duro e totalitário. Suas perspectivas a longo prazo são dúbias. No entanto, no momento, seu principal artífice, Siddam Hussein Takriti, é o mais forte governante que o Iraque já teve em muitos anos.

Estando cada vez mais confiante em sua própria força, fortalecido financeiramente por sua "vitória" com a nacionalização da Iraq Petroleum Company, aproveitando a inexistência de uma oposição egípcia unificada e fortemente apoiado pelos russos, Takriti está-se voltando, após um período de isolacionismo, para uma política árabe mais ativa.

De acordo com informações que se tem no Kuwait, as tropas do Iraque já se retiraram de seu território. Haverá negociações de alto nível, mas esta foi uma retirada tática. Resta pouca dúvida de que Takriti está determinado a seguir seu caminho mas, apesar de todas as informações alarmistas, nunca houve muito perigo de uma grande conflagração entre os dois países.

A ofensiva do Iraque no Golfo só poderia ser feita às custas do Kuwait. O Iraque há muito lança olhares cobiçosos sobre seu pequeno vizinho, e em 1961 o general Kassem, ressuscitando de repente uma antiga reivindicação histórica, ameaçou invadir o Kuwait e anexá-lo. As forças inglesas impediram que a ameaça se concretizasse.

Atualmente, não é apenas o tributo financeiro — coisa que o Kuwait esteve sempre disposto a pagar — que o regime Ba'athist deseja, mas um tipo de tributo muito odioso; ou seja, um tal grau de subserviência política a seu vizinho do norte que poderia, em última análise, ameaçar sua própria existência como país independente.



Quando, a 20 de março último, 1.500 soldados iraquianos se apoderaram do posto policial de Samitah, matando um de seus defensores e ocupando umas poucas milhas do território do Kuwait, estavam apenas intensificando um processo de usurpação que vem ocorrendo desde 1969. Esse processo teve início quando o Xá da Pérsia, o maior inimigo dos Ba'athists, demonstrou sua crescente força militar e presteza em usá-la ao revogar unilateralmente o tratado entre a Pérsia e o Iraque sobre os direitos de navegação no estuário de Shat-al-Arab.

Recentemente, os iraquianos começaram a construir uma estrada através do território do Kuwait em direção à enseada de Umm Qasr. Não resta dúvida de que para uma melhor defesa do porto de Umm Qasr, altamente vulnerável ao bloqueio persa, os iraquianos necessitam de uma faixa do território kuwaitiano. Eles estão, aparentemente, reivindicando uma faixa litorânea de Umm Qasr para baixo, além da ilha de Warba e Bubayan. É muito difícil, por razões políticas, que o Kuwait conceda isso ao Iraque.

Após a última invasão iraquiana, o Kuwait não pode mais manter seu tradicional silêncio. Pelo contrário, todos os seus sentimentos antiiraquianos reprimidos manifestaram-se através de cenas de indignação no Parlamento, demonstrações nas ruas, lutas corporais com os residentes iraquianos e apelos no sentido da defesa da pátria. O ministro das Relações Exteriores declarou que o Kuwait "não cederia nem um milímetro de seu território".

Torna-se irônica a maneira pela qual os governos árabes, supostamente unidos, conferem inviolabilidade às fronteiras, a maioria delas demarcadas pelos ingleses, e que não são mais do que linhas no mapa. As fronteiras do Kuwait são mais arbitrárias que a maioria das outras. Num mundo racional seria difícil justificar a existência dessa nação.

O general Kassem não estava longe da realidade quando disse que a Inglaterra considerava "uns poucos poços de petróleo como um país". A maioria dos kuwaitianos sente assim. Eles têm, portanto, uma grande necessidade de manter um sentimento de autêntico nacionalismo: em parte, a importância que dispensam às suas fronteiras não está, sem dúvida alguma, ligada a um sentido adquirido de identidade nacional.

Está principalmente ligada a uma ansiedade, proveniente de um egoísmo natural, a proteção de seu *status* ímpar como a comunidade mais rica da face da terra — onde 375.000 cidadãos kuwaitianos — os homens livres — podem levar uma vida de indolência enquanto os imigrantes árabes, sem direitos políticos, fazem todo o trabalho por eles.

O Kuwait não é de forma alguma uma sociedade preparada para a guerra, mas na opinião do ministro das Relações Exteriores vai ser agora "reconstruído" para garantir sua autodefesa. "O Vietnã resistiu à América" disse ele, "e Israel resistiu a 100 milhões de árabes".

Isso pode parecer cômico e, na realidade, o é. No fundo, o Kuwait teme violentamente o Iraque e sabe que se "a batalha do Golfo" realmente prosseguir ele não passará de um fantoche, um Estado-tampão nas mãos dos principais protagonistas.

O desenvolvimento da luta dependerá em grande medida da URSS e de quanto ela pretende, através do Iraque, fazer valer seus direitos numa área que até recentemente constituía uma reserva exclusivamente ocidental.

A luta fora da tela

Atualmente arbitrada pelo Instituto Nacional do Cinema, a antiga luta entre exibidores e produtores teve mais um assalto na semana passada. Os presidentes dos sindicatos das empresas exibidoras de São Paulo, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas e Rio de Janeiro enviaram um manifesto ao ministro Jarbas Passarinho atribuindo o fechamento de 65 cinemas (de Minas e São Paulo) aos "erros e desmandos do INC" e exigindo uma "ampla revisão da política e da conduta da autarquia".

No dia seguinte à divulgação deste manifesto, os produtores cinematográficos reuniram-se para defender o acusado e explicar o motivo do fechamento dos cinemas. Segundo os produtores, os exibidores mentiram ao alegar que o motivo pelo não cumprimento da lei de obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais (que causou o fechamento dos cinemas) era a falta de filmes inéditos. "A verdadeira razão", asseguram os produtores, "foi o exagerado número de dias que a maioria dos cinemas devia, pois alguns deles, desde sua inauguração, nunca tinham exibido filmes brasileiros". (Num levantamento de filmes já censurados mas inéditos comercialmente comprova-se o argumento dos exibidores. *Barão Olavo, o Horrível, Vida de Artista* e *A Faca e o Rio, Bangue Bangue*, entre outros, aguardam sua vez, pacientemente numa enorme fila.)

A rigor, trata-se do mesmo combate com apenas uma nova característica colocado na arena, o juiz também está sujeito a levar alguns golpes. Nossos críticos de cinema, Sergio Augusto e Jean-Claude Bernadet, discutem o assunto.

Desde sua criação, há oito anos, que o INC ouve as mesmas queixas e acaba convocando todas a fumarem o cachimbo da paz com soluções conciliadoras mas insatisfatórias para as duas partes em litígio. Foi assim com o aumento de dias de exibição obrigatória de filmes nacionais (os produtores queriam passar de 56 para 112 e tiveram de contentar-se com 84) e continuará sendo enquanto a nossa indústria cinematográfica for escrava de favores governamentais. Abalisando-se friamente a discussão, sem preconceitos emocionais (não há dúvida que o coração tende sempre para o lado dos produtores), e admitindo-se como fato indiscutível serem os exibidores uma base vital da indústria, temos de aceitar as soluções tomadas até hoje pelo INC como as únicas viáveis dentro do sistema.

Euforia falaciosa

O recente fechamento de 65 cinemas em São Paulo e Minas foi uma medida de proteção necessária, não só à indústria nacional de filmes, mas também aos brios do próprio Instituto. Dessa vez os exibidores foram contrariados. Chegará a vez de os produtores acusarem o INC, como já fizeram em outras brigas, de "erros e desmandos". Quem sabe se o Instituto, uma vez mais, vai tirar o corpo fora no controle (leia-se diminuição) do volume de filmes estrangeiros (389 em 1970, 410 em 71 e 414 em 72) lançados comercialmente no Brasil?

O cinema brasileiro vive um momento de euforia falacioso como nos tempos da Vera Cruz. Do ponto de vista cultural — o único que, a rigor, me interessa — o sucesso de produções do gênero *Independência ou Morte, A Viúva Virgem* e *A 300 Km por Hora* não me diz absolutamente nada. Seria ingenuidade supor que uma indústria alimentada com o êxito popular desses arremedos subdesenvolvidos do cinema comercial estrangeiro possa servir de infra-estrutura para a produção de filmes culturalmente relevantes. Ao sucesso de *Independência ou Morte* sucederá, naturalmente, *O Descobrimento do Brasil*. Ao sucesso de *A Viúva Virgem* sucederá, certamente, *A Desquitada do Balacobaco*.

O que o INC pode oferecer são medidas burocráticas de interesse geral.

Quanto à Embratilme, órgão do Ministério de Educação, que financiaria os produtores nacionais, é um sonho dourado para os que ambicionam realizar obras bem comportadas.

A máscara no protesto dos exibidores. Por Jean-Claude Bernadet

O mercado exibidor brasileiro é abastecido em grande parte (parte que, pelo que se sabe, ainda não foi calculada com precisão) por filmes estrangeiros, deixando apenas uma pequena área para o filme nacional. Para tornar economicamente viável a indústria cinematográfica brasileira é necessário que ela disponha de uma parcela de mercado muito maior que a atual. A conquista desta parcela implica obrigatoriamente numa mudança das fontes de abastecimento dos exibidores, que terão que se abastecer menos nos produtores e distribuidores estrangeiros e mais nos brasileiros. São mudanças que por sua vez obrigam a uma reorganização das distribuidoras e exibidoras que atuam no Brasil, numa modificação de seus métodos de trabalho e de seu relacionamento com o público. É, porém, esperado que os exibidores reajam contra uma reestrutura do mercado do cinema no Brasil, já que isso virá perturbar seus negócios, que são basicamente a comercialização de filmes estrangeiros. Essa reestruturação, é verdade, vem se dando lentamente, o que caracteriza uma fase de transição, marcada por uma série de conflitos entre os interesses dos produtores (colocar mais filmes brasileiros no mercado) e dos exibidores (não alterar a comercialização dos filmes estrangeiros).

Em última análise, porém, parece pacífico o fato de que eles não estão vivendo um fenômeno isolado no processo de industrialização brasileiro. Sempre que houve a substituição de um produto estrangeiro importado pelo similar nacional, seguiu-se uma fase de reação negativa por parte dos vendedores do produto estrangeiro, e por parte dos consumidores.

Argumentos contestáveis

Basicamente, no entanto, esta fase de transição não pode ser senão conflitiva, já que, no seu conjunto, os exibidores não se associam aos esforços da produção (com as eventuais honrosas exceções de praxe). Esses conflitos são baseados principalmente no fato de que o filme estrangeiro tem, ao chegar ao Brasil, um custo inferior de uma produção média brasileira. Sem fundamento, porém, os exibidores costumam mascarar a situação — em si, conflitiva — acrescentando a ela argumentos contestáveis. Entre eles está o de que o INC não foi capaz de elevar o nível qualitativo do cinema brasileiro. A qualidade é uma questão bastante subjetiva que os exibidores não levantam em relação ao cinema estrangeiro, e que aliás, não lhes importa: importa é se o filme dá ou não dinheiro. Outro argumento (do manifesto dos exibidores) reclama para eles, exibidores, um amparo "em conjunto" com a produção. Ora, se se quiser desenvolver a produção, é impossível dar aos dois o mesmo tratamento, visto que é a atual situação da exibição e da distribuição que bloqueia a produção. E, por outro lado, é indiscutível a evolução da produção cinematográfica brasileira em termos empresariais. A título de exemplo: os dois filmes de maior bilheteria de 1.º de janeiro a 30 de setembro de 1972 são brasileiros: *A 300 Km por hora*, com Cr$ 4.575.144,00 e *A Viúva Virgem*, com Cr$ 3.740.709,00. A melhor renda de filme estrangeiro para o mesmo período só vem em terceiro lugar: *007, Os Diamantes São Eternos*, Cr$ 3.362.986,00 (dados do INC).

Em resumo, apesar do tom pomposo, o documento (*A Verdade Que Precisa Ser Dita*), lançado pelos exibidores no último dia 5, não traz qualquer informação substancialmente nova para um debate antigo.

A dança e a contradança

As aulas de Margot Fonteyn e as dificuldades do balé brasileiro

O Royal Ballet de Londres excursiona pelo Brasil. É um espetáculo caro (as poltronas custam Cr$ 350,00) e profissional. Para recebê-lo os empresários brasileiros tiveram de depositar em um banco a garantia de Cr$ 1 milhão. Nesse momento as pessoas ligadas ao balé no Brasil aproveitam para fazer um balanço dos resultados conseguidos por essa arte no país. Ouvimos uma dessas pessoas, o bailarino Dalal Achcar, principal responsável pela vinda do Royal Ballet ao Brasil.

A primeira dama do balé mundial, Margot Fonteyn, vai à Escola Municipal de Bailado de São Paulo para dar uma aula a professores e alunos. Ninguém a espera. Levada pela mão da brasileira Dalal Achcar, Margot procura a sala onde trocam de roupa alguns bailarinos do Royal Ballet de Londres, que participarão da aula. Passam por dois corredores emparedados de retratos de antigos professores e alunas, a maioria já morta. Cinco minutos depois estão no estúdio onde Margot mostrará o que aprendeu em 40 anos de bailado. Sua platéia é de poucas ex-alunas, agora mães, e três velhos bailarinos. Todos esperam mais cinco minutos pelo pianista, que chega atrasado. Uma hora depois ouvem-se aplausos, muito fracos.

Na sala ao lado, Dalal, amiga de Margot Fonteyn desde quando aprendia balé na Inglaterra, assiste à aula e fala com ar desolado:

"O balé no Brasil simplesmente não existe. Principalmente na década de 40 houve algumas tentativas, como o balé da juventude, as tentativas de Igor Schwezoff, as de Tatiana Lescova. Naquela época, com a guerra, os principais bailarinos procuravam os países que não estavam envolvidos. Terminada a guerra, eles iniciaram o retorno ou se fixaram em outros países, onde houvesse maior tradição de balé. No Brasil, a última tentativa séria e maravilhosa foi o balé do 4.º centenário de São Paulo, que se esvaiu junto com as comemorações. Fatos como esse mostram que o balé é o que mais sofre nos países onde não existe tradição de cultura e a arte vai para segundo plano. São gastos milhões na construção de teatros, feitos sem a colaboração dos entendidos. Resultado: eles não têm altura, profundidade, o piso é uma camada de tacos cobrindo o concreto. Assim não há menisco nem tendão de Aquiles que resista, e implica numa renovação dos conjuntos de baile de cinco em cinco anos. Ao mesmo tempo, não há platéia. Não há profissão porque não foi regulamentada. Tudo se transforma num círculo vicioso, e a grande prejudicada é a cultura do povo brasileiro".

Dalal diz essas últimas frases com os olhos nas linhas do corpo de 52 anos de Margot Fonteyn, no fundo do estúdio. No balé, dizem os especialistas que duas horas de treino correspondem a um trabalho normal de oito horas, tal a concentração exigida. E quem se aventura a ganhar apenas mil cruzeiros neste trabalho em que a coisa mais importante é cuidar do corpo?

— No balé, a carreira é curta e limitada, além de não deixar nenhum registro das coisas. O balé tem pouco a ver com um documento da realidade. É difícil deixar registros, como a música, as artes plásticas. O fim da bailarina chega aos 45 anos. É uma carreira tão rápida quanto precoce, onde seu praticante atinge a correspondência do nível universitário aos 14 anos, estagia aos 17 e aos 18 já dança em companhias. Isto cria uma defasagem cultural, e a maioria das crianças se inscreve para estudar no início da carreira enquanto estuda outras coisas na escola normal e que não têm muita importância para o balé. Por isso estão certas as autoridades educacionais da Rússia, Estados Unidos, Holanda e Inglaterra, onde o balé é sério e os que o estudam têm as outras matérias excluídas do seu currículo normal. No Brasil a classe mais rica é muito mimada para se dedicar a uma atividade que exige muita tenacidade e resistência física e mental. A outra é pobre, precisa pensar primeiro na sua sobrevivência e sabendo que o balé não é reconhecido nem regulamentado, portanto não é uma profissão, não fazem dele um ideal de vida. Assim ele fica espremido, caminhando por uma estreita faixa.

O que se sabe do balé brasileiro é que a maioria é inteligente, talentosa e busca soluções. A outra coisa é que a classe, ou o que restou dela, reduzida e limitada, é desunida. Essa desunião é a mesma que ocorreu na Inglaterra, há 45 anos, quando havia vários sistemas de ensino do balé. Como lá, o Brasil também tem que buscar um estilo de balé e um sistema de ensino. O sistema foi o Royal Ballet que conseguiu implantar, e a vinda do conjunto ao Brasil é a expressão prática de se procurar uma união e através dela sobreviver. Margot é a atual diretora da Royal Ballet School que forma e prepara professores para todo o mundo e envia examinadores para os professores do ciclo primário e médio e do ciclo universitário. Ela já tinha conseguido um grande passo quando em 1969 revolucionou o mundo do ensino da dança sugerindo que esta arte poderia ser praticada até por aqueles que não pretendem um dia serem bailarinos profissionais. Ela descobriu e propagou, então, que o balé poderia servir como fonte de comunicação, que havia muita informação no balé.

A mim coube introduzir o sistema no Brasil, afirma Dalal. Em 1971, 197 alunos foram examinados e receberam um diploma conferido pela escola inglesa com quem trocarão informações sobre balé, atestando a boa qualidade do ensino e seu aproveitamento. No ano seguinte, 998 alunos receberam certificados da escola e este ano se esperam 2 mil inscrições. Estamos conseguindo unificar ao menos o aprendizado em Brasília, Pernambuco, Bahia, Guanabara, Belo Horizonte, mas em São Paulo é mais difícil porque na capital, por exemplo, há problemas geográficos e as escolas estão agrupadas em bairros, etc.

Por isto é porque há quase 10 anos todos os anos pelo menos duas vezes vou à Inglaterra, converso com ela e tento encontrar uma data vaga para apresentações no Brasil. Suas apresentações podem servir de exemplo, para as autoridades, de como se pode ajudar um país de outras formas. O público é e está sedento de arte. O dinheiro precisa ter sua atenção chamada para a dança. Há seis anos que se luta pela regulamentação da profissão e minha esperança é de que a vinda de grupos como o Royal Ballet e o Alwin Nokolais sirvam de estímulo. Ou não.

GUIA DE SÃO PAULO

CINEMA

Os Pecados de Todos Nós — Oportunidade de ver Marlon Brando, ao lado de Liz Taylor.

TEATRO

Labirinto — A volta de Walmor Chagas numa auto-análise da condição do homem e do profissional. Walmor diz (bem) textos de Fernando Pessoa, Unamuno, Drummond, Rimbaud, Chico Buarque e Caetano Veloso, entre outros, seguindo roteiro de Flávio Império e Maria Thereza Vargas. Teatro Cacilda Becker.

ARTES PLÁSTICAS

Rebolo — 320 obras de um autor de 2.500 que se orgulha de um dia ter sido pintor de paredes e hoje viver da arte. No MAM.

MÚSICA

Macalé — Estréia dia 16, no Teatro das Nações, com a participação especial de Tenório Jr. no piano e percussão.

Ana Maria

GUIA DO RIO

CINEMA

Amigo É pra Essas Coisas — Comédia depravada e supostamente engraçada sobre uma mulher masoquista (Dyan Cannon) que acaba se prostituindo na ânsia de vingar-se de um marido adúltero e moribundo. É provável que o oportunista Otto Preminger tenha pretendido fazer algum comentário social sobre a hipocrisia da sociedade americana, mas seu filme é um modelo de porco-chauvinismo. Cines Pax, Scala, Ricamar e outros.

Tati, a Garota — Estréia de Bruno Barreto (filho do produtor Luis Carlos Barreto) com a quarta adaptação cinematográfica da obra do escritor Aníbal Machado. Tecnicamente correto até demais para um debutante tão jovem (17 anos) em um cinema geralmente tão amadorístico quando o brasileiro. Bruno acha que o texto de Aníbal é "lírico, romântico e realista". O que sobrou na tela — após **zooms** gratuitos e enfáticos comentários musicais — é lírico, romântico e realista, como uma telenovela. Destaque para Hugo Carvana. Circuito Metro.

Sergio Augusto

MÚSICA

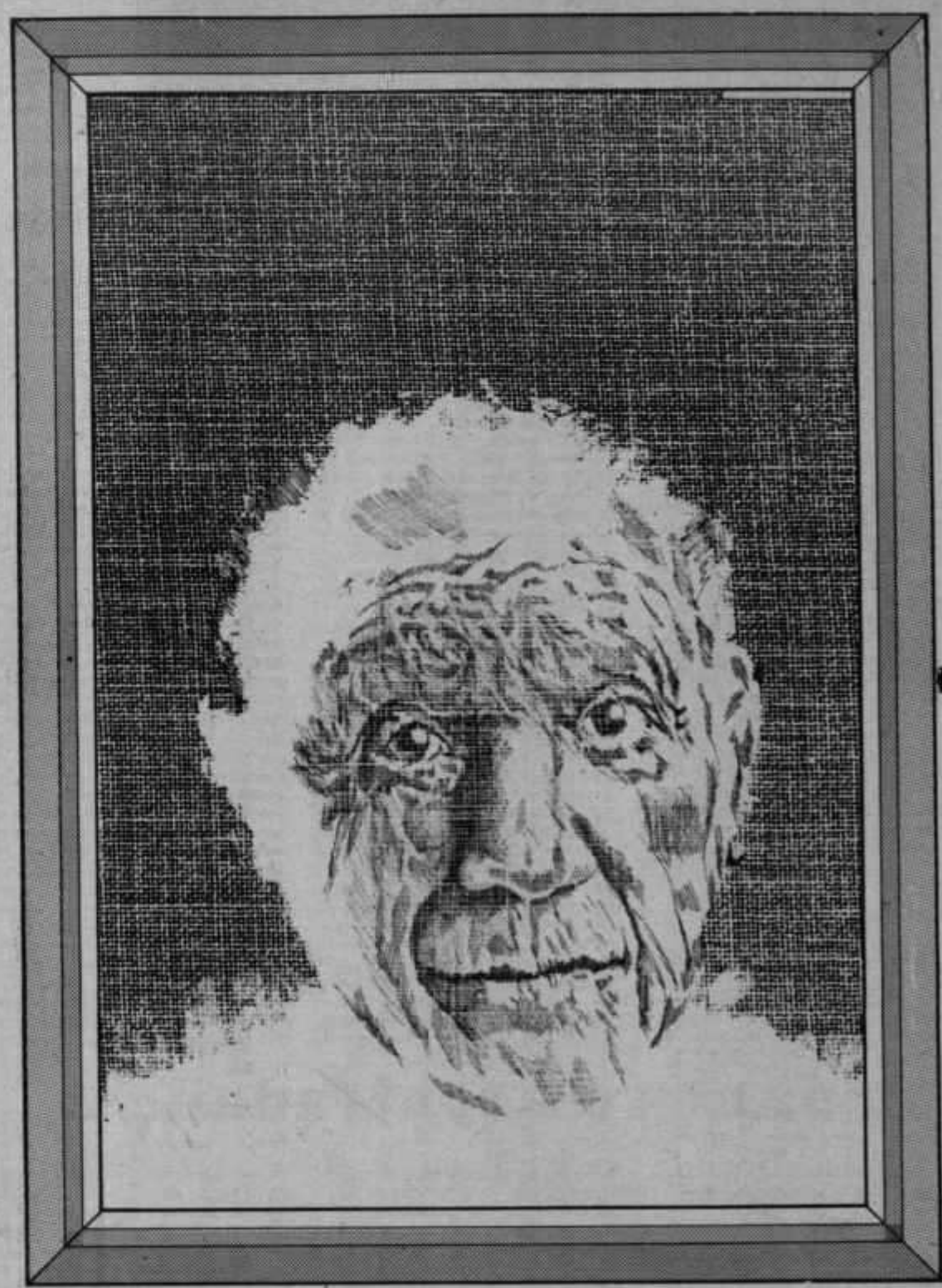
Gilberto Gil — Um show intencionalmente descontínuo, feito de climas que se alternam sem a "coerência" dos espetáculos tradicionais. (Gil começa com uma música nova e vibrante — **Essa É pra Tocar no Rádio** — tocando guitarra elétrica, para depois, ao violão, tocar um arranjo lento e quase litúrgico de **Ponto de Iansã**), obrigando o público a permanente atenção à espera da próxima surpresa. Gil tem nesse espetáculo a oportunidade de reafirmar sua condição de autor, no sentido que comprova, mais uma vez, seu papel de artista original e inovador.

Abel Silva

2021

PICASSO (1881-1973)

A mais multiforme, a mais original, a mais poderosa personalidade das artes visuais dos primeiros três quartos do século. Um homem que teve um dom natural prodigioso e que o usou para mudar o universo da arte. A vida e as revoluções de Pablo Picasso



Um homem e um século

Jacques Michel
Le Monde

Suas cores eram menos originais e menos poderosas que as de Matisse: sua simples qualidade de pintor era menos profunda que a de Braque. Era talvez na pura inventividade de sua imagem plástica que estava sua grandeza. Havia Picasso, o neoclássico. Picasso, o cubista. Picasso, o surrealista. O ceramista Picasso, o gravador Picasso. Picasso, o escultor. Picasso, o soberbo desenhista. Picasso, o efervescente e exuberante. Picasso, o triste e carrancudo. Picasso, o financista astucioso. Picasso, o sedento de publicidade. Picasso, o espanhol em combustão permanente. Picasso, o brincalhão e inventor de charadas. Picasso, o generoso. Mesmo Picasso, o autor teatral. Um gênio dos tempos, um homem que operou maravilhosas e algumas vezes insultuosas mudanças na arte, Pablo Picasso foi sem dúvida a mais original, a mais multiforme, a mais poderosa personalidade das artes visuais dos primeiros três quartos do século. Um homem que teve um dom natural prodigioso e que o usou para mudar o universo da arte.

"Henri Matisse e George Braque, dois pintores de estatura assegurada na arte moderna, também foram originais, mas ambos desenvolveram um estilo definido e prenderam-se a ele. Enquanto isso Picasso, com sua criatividade febril e o talento profuso que o acompanhou até a velhice, foi um homem de muitos estilos, cuja vida artística revela um processo de contínua descoberta. Ele criou seu próprio universo povoando-o com os seres humanos que ele produziu, e suas próprias formas de bestas e mitos", diz Alden Whitman, crítico do *New York Times*. Sua própria imagem física dá idéia de energia vital que se concentrava — e emanava — em seus trabalhos. Picasso era um homem baixo, ombros e braços largos, musculosos. Ele orgulhava-se de suas mãos e pés pequenos e de seu tórax peludo. Na velhice seu corpo era firme e compacto; e sua cabeça de bala de canhão, quase careca, luzia como bronze. Encravados nessa cabeça, profundos olhos negros de tal forma penetrantes e alertas que se tornaram sua marca registrada.

Um homem de extraordinário vigor, uma espécie de um Minotauro de seus próprios desenhos. Robert Hughes, da revista *Times*, numa matéria de capa que celebrou os 90 anos do mestre, que morreu na semana passada com 91, imaginou o que dava a impressão de ser um dia de rotina na vida deste homem imprevisível:

"Supõe-se que tudo deva começar com um luminoso *breakfast* de testículos de bode. A seguir, cercado por um rebanho de admirados e domésticos pombos, ele desce ao estúdio e produz 30 gravuras, dois murais e uma natureza morta. No almoço, depois de um sapateado diante dos ávidos repórteres de uma equipe do *Paris Match*, ele ensina ao toureiro Dominguin alguns segredos na arte de demolir um touro. Agora é a vez da olaria, de onde, 83 vasos de cerâmica depois, Picasso convoca seu chofer e sai para capturar três virgens na praia. Elas são defloradas durante a *siesta* e retiram-se gorjeando graciosamente para escrever suas memórias.

Restaurado, o mestre enche o tempo monótono de espera do jantar com uma dúzia de retratos. A omelete palpita sob seu garfo incapaz de deduzir sua própria sorte. Ela também será convertida num "Picasso". Um silêncio verde e noturno reina no jardim, quebrado apenas pelo clamor surdo de milionários gregos entupindo a caixa de cartas de Picasso com notas de mil dólares na esperança de que ele assine uma delas. Mas o dia terminou"...

Embora isso seja agora apenas parte de sua extraordinária legenda, na verdade ele foi um homem de muitas mulheres e de uma fertilidade artística fantástica. Também é inegável que Picasso foi um Midas do século XX. Seu traço valia ouro, assim como sua assinatura.

Há 25 anos ele pintava todos os dias, à exceção de 1966 — ano em que foi operado e não pintou uma única tela. Sua obra pictórica está incluída nos 26 volumes do catálogo feito por Christian Zarvos: cerca de 10 mil itens. Ainda assim existem por volta de 3 mil desenhos, não incluídos, doados a Barcelona e há ainda a reserva pessoal do pintor, avaliada em 3 mil telas. O cálculo de sua produção média anual era de 200 telas, produção que foi respeitada até seus últimos 12 meses de vida. Picasso, porém, sabia o que fazer da venda de seus quadros. Atribui-se a ele enormes fazendas na França e alguns investimentos excelentes. Entre eles, na certa, não estão incluídos seus gestos largos de generosidade. "Por muitos anos", conta Henry Kanweiler, seu principal *marchand*, "ele amparou mais de uma dúzia de pintores indigentes". E sempre que foi preciso fazer alguma caridade, ele contribuiu espontaneamente. Deu, além disso, grandes somas para o lado republicano da Guerra Civil Espanhola e aos grupos de refugiados, depois da derrota dos republicanos, que se estabeleceram na França.

Um ponto de referência na história do século XX, Picasso era, contudo, segundo uma espécie de biografia escrita por uma de suas mulheres, François Gilot, um homem imenso em dúvidas, como qualquer mortal. "Ele sempre acordava imerso numa onda de pessimismo e havia uma espécie de ritual a ser seguido, uma litania diária", conta Gilot em *Minha Vida com Picasso*. "Estou perto do desespero.", lamentava-se Picasso. "Gostaria de saber porque realmente eu devo me levantar. Por que devo pintar? Por que continuar a existir dessa maneira? Uma vida igual à minha é insuportável".

Parte de seu mau humor podia ser deduzido a partir do estado deplorável em que mantinha seu quarto de dormir.

"No fundo havia uma alta secretária, estilo Louis XIII", conta Gilot. E colada à parede esquerda, uma arca da mesma época totalmente coberta de papéis, livros, revistas e cartas que Pablo nunca respondia, desenhos empilhados e pacotes de cigarros. Em cima da cama estava uma lâmpada elétrica nua. Atrás da cama, desenhos de que Picasso particularmente gostava, presos por pregadores de roupa.

As cartas que ele achava importantes, que ele não responderia, mas mantinha consigo como uma lembrança e penitência permanente, também ficavam presas por pregadores em cortas esticadas do fio da luz à chaminé. Não havia mais mobília, exceto uma cadeira sueca, de madeira laminada"

Ele morreu, se é que morreu, trabalhando. "Pintar é meu *hobby*", ele disse um dia. "Quando acabo de pintar, pinto de novo para descansar"

No dia 25 de outubro de 1881, às 23h15m, nascia no terceiro andar de uma modesta casa, na Praça de la Merced, em Málaga, Pablo, filho de José Ruiz y Blasco, pintor medíocre, e de Maria Picasso y López. Desde a infância, encorajado por sua mãe ele mostrou dotes excepcionais. Em Barcelona, onde passou sua infância, frequentou a Lanja, escola de Belas-Artes. Datam aí as primeiras histórias sobre seu gênio: nas provas iniciais ele desenhou em 24 horas o que os outros levaram um mês para fazer. Seus primeiros modelos foram seus pais e seu amigo Manuel Pollares, que divide com ele o ateliê da rua Conde de Asalto. Nesse tempo Picasso via o mundo através de um realismo sem humor, característico da pintura espanhola.

Em Madri, ele continua suas façanhas como estudante de belas-artes mas passa seu tempo a estudar as obras-primas do museu do Prado. Mas ele não ficou muito tempo lá. Barcelona, capital da Catalunha, onde a vida intelectual é aberta às correntes estrangeiras, o atrai novamente. No café Quatro Gatos ele encontra Jaime Sabartes, seu secretário e biógrafo, mais tarde administrador do Museu Picasso de Barcelona; Ramon Casas, que o iniciou na arte francesa dos Lautrec e dos Steinlen; Miguel Utrillo que decifrou para ele os esplendores barrocos do gótico catalão, fonte da arte de Gaudí e de El Greco.

Seu estilo ainda não havia nascido, mas ele já aborda um tema que vai ter grande lugar na sua obra: o touro na arena. Os desenhos que ele publicava na revista *Pel y Ploma* já mostravam uma originalidade acima da produção corrente. No início do século, ele cede à atração da "Cidade-Luz", de onde seus amigos escreviam para ele. Em outubro de 1900 ele desembarca às margens do Sena, onde encontra uma grande colônia espanhola. Tem 19 anos.

Em Montmartre, leva uma vida boêmia com seu amigo o escultor Manolo, desenhando e pintando cenas de Paris. Depois de voltar a Málaga, Madri e Barcelona, vai novamente para Paris onde começa a estudar a pintura de Gauguin, Van Gogh, Toulouse-Lautrec e Vuillard e também os pintores consagrados: Renoir, Degas e outros impressionistas. Faz um curso de história das artes com os grandes mestres do Louvre, onde estuda também os mistérios da estatuária egípcia, cujo arcaísmo aparecerá na sua obra.

De repente ele se revela: aparece o primeiro *Arlequim*, pintado no ano de 1901 e que anunciava as correntes elétricas que vão tomar conta de seus piancéis. Sua primeira exposição parisiense foi uma iniciativa de Vollard e mostrou, em junho de 1901, os desenhos espanhóis de Picasso.

Período azul

No fim desse mesmo ano aparece em sua pintura o azul de Cézanne, que iria inundar seus quadros de uma luz glacial e monocolor, por onde passará o universo miserável que foi, sem dúvida, o seu nessa época. Ele abandona as paisagens e as cenas de rua. Encontrou o tema em que ficará mais à vontade: a figura humana se destacando sobre um fundo neutro.

Em 1904, Picasso se instala definitivamente em Paris, em uma casa chamada por Max Jacob de Bateau-Lavoir. Começa o período montmartriano de cinco anos, durante o qual ele encontra Fernande Olivier, que se torna sua companheira. No Bateau-Lavoir se reuniam os talentos de vanguarda da época: Max Jacob, Apollinaire, Mac Orlan, Juan Gris, Freundlich. A casa é muito visitada. Ali vão Marie Laurencin, Braque, Derain; os *marchands* Berthe Weil,

continua na página 20

continuação da página 19

Vollard e Kahnweiller, seu *marchand* até hoje.

Nessa época ele frequenta o circo e produz *A família de saltimbancos* (1905). Começa a ter sucesso: a americana Gertrude Stein e o russo Serguei Stchukine são seus admiradores. Sua pintura agora tem tonalidades rosa e seus arlequins são mais otimistas. Depois de uma temporada em Andorra, sua pintura muda de estilo. O desenho será mais refinado, intenso, os volumes serão arquitetônicos e as cores ocre e cinza, uma estética inspirada na escultura ibérica pré-romana. Até 1907, sua obra será a preparação de uma tela que modificará o curso da história da pintura: *Les Demoiselles d'Avignon*. O sentimento que ele tinha buscado nas esculturas espanholas é reencontrado no seu auto-retrato montado sobre o corpo de um dos dois personagens centrais das *Demoiselles d'Avignon*.

Um salto na pintura

Nessa obra, de formas quebradas, onde parece presente o espírito de Cézanne, são vistos à esquerda os tons avermelhados do período rosa, à direita traços do período azul. Com todas as formas naturais quebradas, a pintura acabava de entrar numa nova era, em meio à incompreensão dos contemporâneos. Nada de saltimbancos melancólicos. Nada de neoclassicismo. Picasso, aos 26 anos, fazia a pintura dar um salto. Braque, Matisse, Vlaminck, Derain, Friesz (*Les Fauves*, feras) tinham "libertado a cor". Picasso acabou com a tirania da natureza.

Picasso pinta, nessa época, com uma energia pouco comum, mas não é uma busca. As novas imagens vêm por si mesmas: "Eu não procuro, encontro". Ele continuará, à sua maneira, esse "cubismo" que tomará as imagens mais imprevistas e novas.

Por volta de 1915, depois de vaguear pelas formas barrocas, ele volta à linha reta com *O Arlequim*. É o cubismo chamado sintético que estiliza as personagens em formas abstratas, como se as cortasse com uma tesoura. O gênero iria culminar com as duas versões dos *Três Músicos*, em 1921. Em 1917 Jean Cocteau o leva a Roma, onde ele encontra Stravinski, do qual pinta um retrato, e Olga Koklova, dançarina de balé, com a qual se casa.

Nas cenas de banhos de mar, em 1923, aparecem enormes nus com pequenas cabeças que parecem voar, os quais alguns vêem um tratamento cínico do tema clássico das mulheres no banho. Ao mesmo tempo, o seu cubismo toma formas cada vez mais curvilíneas, com cortes maleáveis e desligados. No momento em que se pensa que ele está fechado num estilo, Picasso recomeça tudo, como se nunca houvesse desenhado. A deslocação das formas inaugurada com *Os Três Dançarinos* (1925) desenvolve-se no *Minotauro*, em *As Mulheres Sentadas* e em *O Acrobata*. O seu pincel tem uma energia extraordinária.

Na primavera de 1932, ele pinta uma série de mulheres deitadas. No verão desse mesmo ano a galeria Georges Petit, de Paris, apresenta uma grande retrospectiva de Picasso: 236 obras. No ano seguinte, ele faz cabeças de mulheres no estilo do movimento de Apollinaire. O modelo é sua nova companheira Dora Maar. Em 1935 ele pára um pouco de pintar. Dedica-se então, com grande vitalidade, à gravura. Sua longa série *O Pintor e Seu Modelo* é como que uma narração. Nela estão as gravuras encomendadas por Vollard, que constituem um dos grandes momentos da sua obra. É também a época em que escreve poemas e frequenta os seus amigos surrealistas.

Guernica

Em 1937 ele faz uma série de gravuras anti-franquistas, *Sonhos e Mentiras de Franco*. Em 1937, *Guernica* é apresentada na exposição mundial de Paris, no pavilhão da República da Espanha. Essa tela está hoje no Museu de Arte Moderna de Nova York.

Em *Guernica* há toda uma mitologia do sofrimento e da violência: uma mãe com o filho morto; um cavalo ferido num extraordinário movimento de dor simboliza o povo; um touro, força cega, que representa a brutalidade, olha sem compaixão a carnificina. O outro grande afresco de Picasso, depois de *Guernica*, foi *Pesca à Noite em Antibes* (1939).

Durante a guerra ele fica em Paris, embora os amigos insistam para que ele vá para os Estados Unidos. Durante esse tempo, ele se consagra à escultura. Seis semanas depois da libertação, no dia 25 de agosto de 1944, é inaugurado o Salão da Libertação. É a primeira grande manifestação de arte livre depois de quatro anos de ocupação alemã. A obra de Picasso ocupa uma sala inteira, com 74 pinturas e cinco esculturas. Ele acabava de aderir ao Partido Comunista Francês, do qual faziam parte seus melhores amigos, como Paul Eluard e Aragon. A exposição provoca manifestações de estudantes de direita, que danificam algumas telas.

Em 1947, ele se instala no palácio dos Grimaldi, a convite do diretor do museu de Antibes, para poder pintar à vontade. Mais tarde, o palácio dos Grimaldi foi transformado no Museu Picasso. Outra atividade dele, nessa época, é a litografia. Em 1952, ele pinta, numa capela que lhe foi oferecida pela prefeitura de Vallauris, dois grandes afrescos — *A Guerra* e *A Paz*. Em 1956, Clouzot roda o filme *O Mistério Picasso*, apresentado no Festival de Cannes, de 1956. Em 1951 o seu *Massacre na Coréia* mostra robôs atirando contra mulheres e crianças, inspirado em cenas da execução de Goya.

Por ocasião da morte de Stálin, Picasso, que nunca havia feito nenhuma concessão quanto às suas concepções estéticas, desenha um retrato convencional que mostra um Stálin jovem, com traços esquematizados. Aragon lhe havia pedido que fizesse "qualquer coisa", mas a obra é desaprovada pelo PCF. Três anos depois, em 1956, apesar de pertencer ao Partido Comunista, ele protestou, juntamente com nove outros intelectuais comunistas, contra "o silêncio" e "as ambiguidades" do partido quanto à repressão na Hungria, sendo censurado por Roger Garaudy.

Em 1958, ele pinta um grande afresco para a sede da UNESCO, primeiro grande edifício moderno de Paris. Festejado por todos, ele se instala no castelo de Vauvenargues, uma propriedade de 1.500 hectares.

Últimos anos

Aos 80 anos Picasso, cuja mulher legítima, Olga Koklova, tinha morrido em 1955, casa-se com Jacqueline Roque. Sua última companheira tinha sido Françoise Gilot.

Em 1963, apesar de sua oposição radical ao regime franquista, foi inaugurado, com seu consentimento tácito, o Museu Picasso em Barcelona.

No seu nonagésimo aniversário, Paris lhe oferece uma grande festa e Picasso entra, ainda vivo, no Museu do Louvre. Não comparece pessoalmente às honrarias que lhe são prestadas, seu filho Paul vai em seu lugar. Aliás ele não sai de Mougins.

Nos últimos anos de sua vida, Picasso envia regularmente seus desenhos e suas gravuras à Galeria Leiris, de Kahnweiller, e suas pinturas ao palácio dos papas, em Avignon. Este ano, ele tinha mandado para Avignon, apenas uma semana antes de sua morte, seus quadros de 1972. Estava preparando, com isso, sua primeira exposição póstuma. É o final do reino centenário da sua pintura.

Guernica, a monumental obra política de Picasso. Sua imagem de pesadelo, uma combinação do trágico e do grotesco, evoca simbolicamente a agonia da guerra. O efeito emocional é obtido por distorções anatômicas: à direita uma mulher semivestida cambaleia embaraçada em suas mãos e pés disformes. Outra cai de um prédio em chamas, seu rosto é uma máscara contorcida de terror. A criança morta à esquerda está amparada por sua mãe desesperada e, abaixo do cavalo ferido, uma figura despedaçada aperta na mão uma espada quebrada, símbolo tradicional de resistência. "O touro", explica Picasso, "não é o fascismo, mas a brutalidade e escuridão. E o cavalho representa o povo".

A opção política

Depois de 1936, e com a Guerra Civil Espanhola, Picasso foi levado para a atividade política. Sua relação com o país foi romântica e apaixonada; e o fato de ter-se afastado da Espanha do generalíssimo Francisco Franco, mantendo sua nacionalidade espanhola, era uma prova dos sentimentos umbilicais que o prendiam ao país.

Essa ligação teve duas conseqüências principais. Uma foi *Guernica* e a outra seu alistamento no Partido Comunista Francês, em 1944. "Na época da Guerra Civil Espanhola, Picasso era completamente apolítico", diz seu agente, m. Kahnweiler. "Ele nem mesmo sabia os nomes de todos os partidos. A Guerra Civil mudou isso".

Anteriormente a rebeldia de Picasso era a de qualquer artista contra a opressão da vida convencional. Mas com a explosão do conflito em sua terra, Picasso tornou-se instintivamente um partidário acirrado do governo republicano.

Em janeiro de 1937, ele começou a gravar as duas grandes chapas de *Sueño y Mentira de Franco*. Elas mostravam o líder rebelde como o criminoso de simbólicas cenas de horror — e, afinal, transformado num centauro e ferido de morte pelos cifres de um touro. Inúmeras cópias dessas gravuras foram espalhadas como propaganda no território de Franco. Mas o bombardeio da cidade basca de Guernica y Luno, no dia 26 de abril de 1937, levou Picasso ao auge de sua genialidade. Às 16h 30m de uma tarde nevoenta de segunda-feira, a força aérea alemã fornecida a Franco por Adolf Hitler atacou Guernica, uma cidade sem importância militar, num teste sobre os efeitos conjuntos de explosivos e bombas incendiárias na população civil. O massacre foi enorme e suas notícias aterrorizaram o mundo civilizado.

Na mesma época, Picasso tinha sido convidado pelo governo legalista para fazer um mural para uma feira em Paris, no fim daquele ano. A afronta a Guernica forneceu assunto a Picasso, e num mês de trabalho furioso e vulcânico ele completou sua pintura inquietante.

O mural monocromático totalmente em preto, cinza e branco, depois foi guardado pelo artista em nome da nação espanhola. Era para ser devolvido ao país quando ele se tornasse novamente uma república.

A respeito do impacto que este quadro sempre causou, o crítico Roland Penrose escreveu:

"É a simplicidade de *Guernica* que a torna uma pintura de rápida compreensão. As formas são despojadas de complicações que poderiam afastá-la de seu significado. As chamas que sobem da casa queimada e lambem as roupas da mulher que está caída são representadas por sinais tão marcantes quanto os usados por artistas primitivos.

Os cascos cravados de pregos, mãos de vincos profundos nas palmas, e o sol iluminado pelo bulbo de uma lâmpada elétrica são desenhados com uma simplicidade infantil, surpreendente por sua integridade".

Guernica causou uma das mais notáveis respostas de Picasso. Durante a ocupação alemã na França na Segunda Guerra Mundial, um oficial nazista visitou o estúdio do artista onde estava à mostra uma grande reprodução do mural.

"Ah! Então foi você quem fez isso"? disse o alemão.

"Não", replicou instantaneamente Picasso. "Vocês é que o fizeram"

Picasso pintou dois outros grandes quadros históricos: "*Os Massacres da Coréia* e *Guerra e Paz*. Ambos foram feitos para despertar a consciência da humanidade contra os horrores da guerra.

Perto do encerramento da Segunda Guerra Mundial, o artista filiou-se ao Partido Comunista e *L'Humanité*, o diário do partido, marcou o fato publicando quase uma página inteira com sua fotografia. Embora sua decisão tenha parecido claramente motivada pela guerra espanhola e a seguinte II Guerra Mundial, houve muitos que, a princípio, pensaram tratar-se de outro dos caprichos de Picasso.

Ele respondeu a esta corrente com uma declaração publicada pelo *Les Lettres Françaises*, que dizia em certo trecho:

"Que pensam que um artista é? Um imbecil que tem apenas olhos, se é um pintor, ouvidos, se é um músico, ou uma lira em cada parte de seu coração, se é um poeta; ou se é simplesmente um boxeador, apenas músculos?

Ao contrário, ele é ao mesmo tempo um ser político, constantemente atento às dores, incêndios ou acontecimentos alegres do mundo, moldando-se à sua semelhança.

Como seria possível não sentir interesse por outras pessoas, e por causa de uma torre de marfim de indiferença, desligar-se da vida que eles trazem de mãos tão abertas?

Não, a pintura não foi feita para decorar apartamentos. É um instrumento de guerra para atacar e defender do inimigo".

Mas o comunismo de Picasso nem sempre teve a marca de Moscou, ao menos no período do Kremlim stalinista . Em 1948, seus trabalhos foram denunciados por Vladimir Kemenov, um crítico de arte soviético, como "uma apologia da estética capitalista, que provoca a indignação das pessoas simples, quando não da burguesia".

"Sua patologia criou monstruosidades repugnantes", continuava o sr. Kemenov. "Em *Guernica*, ele retratou monstros e não a República espanhola. Ele segue o caminho do cosmopolitanismo, das vazias formas geométricas. Cada uma de suas telas deforma o homem, seu corpo e seu rosto".

Picasso ficou magoado, mas manteve-se irredutível diante do ataque. "Eu não quero dar conselhos aos russos em economia. Por que eles querem me dizer como pintar?", ele comentou com um amigo.

Na mesma época, um pintor soviético ortodoxo teria dito quando foi apresentado a Picasso: "Sempre soube que o senhor era um bom comunista, mas temo não gostar de suas pinturas".

"Posso dizer o mesmo a seu respeito, camarada", respondeu Picasso. Depois da avaliação de Kemenov, a atitude de Moscou com o artista oscilou. *A Pomba*, um de seus quadros, ajudou, sem querer, a criar um degelo que ocorreu da seguinte forma:

Um dia, em 1949, Matisse foi visitar Picasso levando uma pomba branca para a coleção do amigo. Imediatamente, Picasso fez uma litografia naturalista da recém-chegada; e Luis Aragão, o poeta e novelista comunista, que a viu, em seguida, percebeu imediatamente suas possibilidades.

A litografia, assinada pelo artista, foi usada pela primeira vez como *poster* da Conferência Mundial da Paz. E após esta introdução ela viajou pelo mundo, reproduzida em todos os tamanhos e por todos os meios de comunicação como um símbolo da paz.

Picasso caiu de novo nas águas ferventes dos comunistas em 1953. Desta vez o ataque partiu dos camaradas franceses. Foi por ocasião da morte de Stálin e a propósito de um retrato em *crayon* feito pelo artista. A semelhança de Stálin a um jovem agitou os membros operários do partido francês. Aragon, que o publicou, foi obrigado a se retratar em público e Picasso aborreceu-se.

"Quando você manda uma coroa para um funeral, a família não costuma criticá-lo pela escolha das flores", ele disse.

Todavia, em 1954, Moscou pareceu arrepender-se, pois tirou do esconderijo seus 37 preciosos Picassos do início da carreira (eles nunca tinham sido mostrados ao público soviético) e os mandou a uma exibição parisiense. E dois anos depois, a Rússia assinalou a passagem do 75.º aniversário de Picasso mostrando grande número de seus quadros e cerâmicas para o público.

As realidades distorcidas em Picasso, que Kemenov criticou, também passaram a desconcertar menos os críticos políticos que estavam desacostumados à linguagem individual do artista e sua mitologia particular ou que não apreciam a estética da geometria plana e sólida e de projeções do rosto e da forma humana. (*Trecho de uma longa biografia de Picasso publicada por* The New York Times, *escrita pelo crítico Alden Whitman*).

2031

O jogo e a ciência de Silva Mello

EU NO UNIVERSO (Record, Silva Mello, 274 páginas, Cr$22,00)

Quando a mitologia da superioridade nórdica passeava suas botas pelo mundo, Silva Mello escreveu o livro *A Superioridade do Homem Tropical*; quando todos estavam fascinados por problemas subjetivos — era o auge do existencialismo — recolheu-se para inventar um modelo aperfeiçoado de vaso sanitário. Do fundo de um naufrágio (não é metáfora: naufragou mesmo, ao voltar da Europa para o Brasil), não tentou abolir o acaso: conta que, perdido no oceano junto com homens e mulheres que rezavam, só lhe ocorreu pensar que era bom ficar calado, pois seria jogado ao mar se seus companheiros de infortúnio soubessem que era ateu. Uma carreira de lucidez que já dura quase noventa anos.

Silva Mello é o Grande Velho. Penetrante e bem-humorado, lendo ou passeando, está sempre destilando alguma coisa que pode ser um remédio, ou pelo menos uma bebida saborosa. Sua última produção, o livro *Eu e o Universo* (Editora Record) merece portanto a mais atenta leitura, sobretudo porque é, declaradamente, um sumário, uma síntese da longa vida mental de um homem incomum. Está nele todo Silva Mello: a ausência de falsa modéstia (falando de si mesmo, diz: "sua vida foi dedicada ao estudo... num esforço intelectual tão seguido e obstinado que admite ser dos maiores que o ser humano é capaz de desprender"), e a presença de modéstia verdadeira: a ousadia no afirmar

e a prudência científica no analisar. Uma posição essencialmente "conservadora", porque humanista, mas que contesta pela raiz, ao considerar que "a razão tem sido um mau guia, e o desprezo pelos instintos um de nossos maiores erros"

É difícil discordar de Silva Mello. Não que custe encontrar pontos fracos em sua visão, como o vezo de ver em tudo uma consequência da biologia, minimizando os fatores psíquicos e sociais, ou erros de fato, como a ignorância que atribui a Freud acerca da hipnose. Mas, no conjunto, ele navega tão junto da verdade que é difícil propor alguma mudança de rumo. No quadro, porém, da controvérsia que acompanhá esta matéria — porões *versus* cozinha — não podemos deixar de confessar que o Velho decepciona um pouco. Sensato

como é, falta-lhe uma coisa para apresentar uma alternativa viável ao delírio e à burrice: falta a poesia, o amor imotivado mas irrefutável à cama e à mesa.

Está bem que o ser humano seja, como ele diz, "insignificante dentro do universo". Está muito bem que, com esse argumento, refute a paranóia misticóide e a paranóia tecnológica. Não basta, porém, reconhecer isso; é preciso tirar dessa insignificância um princípio de força, como o Satã de Milton tirava alegria do próprio inferno. Afinal de contas, o que é o universo? Aceitar sem outros comentários seu peso irresistível não é fazer exatamente o jogo da demissão, mística ou racionalista? Ocorre uma frase de Henri Poincaré, grande matemático e poeta que não fazia versos: "O homem é apenas um breve lampejo entre duas trevas eternas; mas é esse lampejo o que vale". Silva Mello ensina a primeira parte, que se pode demonstrar cientificamente; a segunda, que não pode ser demonstrada — nem refutada — omite.

A descrição que faz de todos os homens e de si mesmo dentro do universo é significativa. Para ele, somos "gatos numa biblioteca". Vemos todos os livros, conhecemos tudo que está nela, mas não compreendemos nada. O que é trágico. Esquece de dizer que, em certo sentido, foi o gato quem escreveu os livros que não entende e que a ciência, em sua extrema vanguarda, chegou ao contato com uma verdade que antes pertencia apenas à Poesia — a de que a essência do real é ser inesgotável: embora eludindo sempre o nosso desejo, abre sempre à via para um novo desejo, mais intenso e profundo que o anterior.

Apesar dessa crítica, motivada pela urgência da situação de descalabro intelectual em que se encontra o país, e que torna inadiável o surgimento de intelectuais ao mesmo tempo cultos, racionais e imaginativos, não se pode deixar de recomendar a leitura do *Eu e o Universo*, pelo que ele tem de revolucionário. Não pode ser mau — embora seja insuficiente — um livro que estampa na mesma página as duas frases que os poderes do tempo querem nos apresentar como contraditórias, mas que são profundamente complementares: "O jogo é uma necessidade absoluta" e "A ciência deve ser nosso guia supremo" Complementaridade com que somos forçados a nos contentar, até que algum grande cientista ou poeta nos mostre, pela milésima vez, que jogo e razão não podem existir autenticamente um sem o outro, pois são nas raízes uma só coisa: a *poiesis*, o ato humano de criar e de se criar. (*Heitor da Luz*)

NOTA: A apresentação gráfica do livro de Silva Mello é muito curiosa. Os editores estão evidentemente tentando vencê-lo para o público "interplanetário", até pelo subtítulo terrorista: "QUEM NASCEU PRIMEIRO, O HOMEM OU DEUS?"; é como trocar os rótulos dos vidros de uma farmácia. (*Heitor da Luz*)

Porão e tecnocratas

O último livro de Silva Mello motiva um debate sobre alguns pontos do momento da cultura brasileira:

Já faz alguns anos, dizia há poucas semanas um outro articulista nesta mesma página, que os intelectuais desceram aos porões. Os que andavam pela sala e pelos quartos, querendo às vezes intervir nos acontecimentos, andam agora perseguindo as sombras do subsolo, onde nunca acontece nada; ou melhor, onde sempre acontecem as mesmas coisas, pois os sonhos arquetipais não mudam, por mais que se disfarcem os deuses de astronautas.

A moda é toda no sentido da demissão, não apenas política, mas até intelectual: é coisa passée querer transformar-se a si mesmo, pela razão ou pela poesia. Puxar a cadeira até a beira do abismo e contemplá-lo do alto da solidão — coragem do cientista e do poeta dignos do nome — nem passa pela cabeça dos atuais gurus, gente que tem idéias originalíssimas, desde que essas especulações sejam compartilhadas por bastantes outros. Quando não se trata de aderir a Rama ou a algum outro deus cansado de milênios e de impotência. O Tao e o Zen andam à solta, mas não a coragem prática do taoísta ou o esforço incessante que, segundo o próprio Buda, é a marca do seguidor do Caminho.

Dignte desse misticismo flácido — e comercializado em revistas internacionais — ergue-se uma muralha da China de "racionalidade". Mas de que espécie? Contra a contracultura, como única opção possível, oferecem-nos ideologias semimumificadas, desenvolvimento e tecnologia. Nesse campo dos "equilibrados", reina a economia e a realpolitik, *inseridas numa visão do mundo que, em última análise, é tão mística quanto a outra, e tão arbitrária. O escritor alemão Junger (considerado o segundo de sua língua, logo em seguida a Thomas Mann) explica bem a questão, ao dizer que "a idéia de construir uma ponte entre a Terra e a Lua pode ser técnica e economicamente absurda, mas pertence, afinal, ao domínio da técnica. O tecnocrata nos engana e abusa de nós é quando nos tenta convencer de que essa ponte, ou outra qualquer, pode resolver o problema humano, enriquecer nossa vida interior e de relação".*

Preso às tenazes desse falso dilema — viajar de automóvel, de navio, de avião, de televisor, de cinema, ou viajar de drogas e de irracionalidade — o intelectual parece não ter saída. Como na época feroz das guerras de religião (que ainda não acabou) ele tem que tomar partido entre duas posições restritivas, as quais, apesar de sua aparente contradição, têm em comum o fundamental: a tese implícita de que a verdade vem de fora, e a salvação depende dos progressos da química, produtora tanto do petróleo e do aço quanto do LSD-25. "Podes escolher", lizem os vendedores do supermercado de idéias, desde que não escolhas a ti mesmo". (H. L.)

Melhorar o nível, em TV pode ter significados inesperados. Por exemplo, parecer com os objetivos simplistas de faturamento, perseguidos por uma indústria de autopeças

Melhorar a qualidade da televisão brasileira se tornou, de um momento para outro, um objetivo comum (aparentemente) a diversos setores interessados. O governo, através de reuniões de nível ministerial, se prepara para ditar normas no sentido de eliminar da televisão determinados "momentos de baixo nível" o que, na prática, seria conseguido com a proibição de programas "ao vivo", permitindo, através do vídeo-tape, que toda e qualquer imagem posta no ar tenha sido submetida a um maior controle. Por outro lado as televisões, apesar de plenamente satisfeitas com o nível apresentado (caso contrário a Rede Globo, por exemplo, não chamaria de "Globo" o seu padrão de qualidade), continuam a se referir a "melhorar a qualidade", colocar-se acima do padrão", etc.

É claro que, nos dois casos, a palavra "qualidade" exprime coisas diferentes; se no primeiro caso é tudo uma questão de um maior ou menor controle, no segundo, o sentido que ela adquire é consequência direta da chamada "mentalidade empresarial".

Em uma indústria de peças, por exemplo, o conceito de "qualidade" é uma coisa bastante definida; o valor qualitativo de uma peça pronta é conseguido através de um rígido "controle de qualidade" nos diversos estágios da fabricação e pode ser medido por meio de uma simples comparação com a peça ideal.

Mas em televisão a coisa produzida terá como destino servir de elemento de ligação entre o homem e o mundo que o cerca, e a sua qualidade só pode ser avaliada na medida em que essa ligação tenha sentido de enriquecer (ampliar) ou não os conhecimentos desse homem em relação a esse mundo. Então é inevitável o choque entre uma busca de qualidade e a mentalidade da hipotética indústria de peças; é como se, inversamente, uma fábrica se dedicasse a produzir peças para automóveis cujo critério de valor fosse, antes de tudo, artístico.

Daí o fato da qualidade de um programa ser verificada através dos gráficos do IBOPE: bom é o que vende, como nas peças de automóveis. É um equívoco de proporções gigantescas o desvirtuamento radical de talvez o único meio de que o povo dispõe para se relacionar com o mundo. E se esse meio é manipulado por um grupo de pessoas interessadas somente em coisas como "eficiência" e "rentabilidade", então tudo se passa como se esse povo fosse mantido cego para "cantar melhor", como o assum preto, o pássaro nordestino.

Desta forma a busca da qualidade se torna, fatalmente, infrutífera, ou, em outras palavras, não existe sequer uma busca "real" de qualidade pois as emissoras não conseguem nem imaginar qual seja o objetivo desejável, o equivalente "especificado". E se a TV Globo é a emissora que mais exerce essa mentalidade empresarial, as outras têm como objetivo primeiro ser como a TV Globo; adquirir o mesmo "padrão de qualidade".

A exibição de *Em Busca do Ouro* de Chaplin (TV Globo, sábado, dia 7, meia-noite) foi mais uma manifestação dessa "mentalidade"; anunciado como "um presente de alta qualidade" que a televisão oferecia ao público, o filme foi exibido com uma narração que, além de cumprir o seu papel (dublar narração original), "interpretou" diálogos não dublados e, ao início, enxertou sobre a imagem uma longa explicação sobre a importância do filme, e do presente que estava sendo oferecido. Era a TV Globo pondo o seu dedo para assegurar o habitual "padrão de qualidade". A TV Rio pretende disputar os horários fortes da Globo (as novelas de 7 e 8 horas, por exemplo) colocando no ar um programa de igual gênero e pior nível (novelas paulistas de péssima qualidade). Se ela estivesse empenhada em qualquer busca (real) de qualidade poderia usar o horário para alguma coisa com um pouco mais de inventiva que os programas habituais. Mesmo o lado experimental (riqueza e invenção) da idéia asseguraria um público determinado (que não gosta dessas novelas) com um nível de audiência melhor que o atual. Mesmo porque, pior não podia ser. Mas isso se houvesse uma busca. A realidade é a conhecida; mesmo nas transmissões mais simples (em termos de solução) como partidas de futebol, corrida de automóveis, etc: as intervenções (vozes, cortes) são sempre pobres, sempre em prejuízo da qualidade (real).

A situação é realmente complicada; exigir qualidade "real" à televisão brasileira é pedir uma coisa que ela não pode dar na medida em que a deficiência da mentalidade que a preside se coloca como uma barreira intransponível; exigir uma melhoria "real" de nível é pressupor a possibilidade de um diálogo que não pode existir na medida em que o que está a jogo é algo muito mais amplo (grave) do que os homens de televisão conseguem. Em jogo está a consciência de todos nós e os objetivos de um trabalho a realizar; em jogo está a relação do homem brasileiro com seu mundo. E o mais grave é que qualquer mudança a curto prazo nessa situação não pode sequer ser imaginada, a não ser, como andam falando, com a criação da TELEBRÁS. O que vai piorar bastante. (*Haroldo Marinho*)

Stirner, a solidão do filósofo

Ele liderou a corrente do anarquismo individualista

Na leitura do artigo *A Volta de Max Stirner* (OPINIÃO n.º 20) deparou-se-me algumas afirmações errôneas. Não é certo que Stirner tenha escrito somente *O Único e Sua Propriedade*. Em 1852 editara em Berlim uma *História da Reação*, em dois volumes, de sua autoria. Anteriormente traduzira as obras mestras de J. B. Say e de Adam Smith, lançadas em Leipzig, entre 1845 e 1847, compreendendo oito alentados tomos, com anotações inseridas sob seu nome. Em 1852 traduziu uma brochura de J. B. Say intitulada *Capital e Juros*, com extensas anotações e que foi publicada em Hamburgo.

Numerosíssimos são os artigos publicados sob seu nome na *Gazette Rhenane* e *Gazette Generale de Leipzig*, como: *Reflexões sobre o Livro de Bruno Bauer, Trombetas do Último Julgamento, Arte e Religião, Os Reacionários Filosóficos, Os Falsos Princípios de Nossa Educação, Resposta aos Críticos de O Único*, etc., que foram enfeixados em livro por E. Mackay, sob o título: *Max Stirner's Kleinere Schriften*.

Não é verdade que tenha sido o precursor do anarquismo, mas sim da corrente individualista do anarquismo. Esse pensador maldito, praticamente desconhecido, a não ser de modo extremamente deformado por Marx na *Ideologia Alemã*, mereceu um estudo mais sereno do filósofo Martin Buber em *Between Man and Man*, do escritor Albertô Camus em *L'Homme Revolté* e de Herbert Read em *Fredon*.

Sabemos que Nietzsche bebeu em sua fonte, principalmente o *Assim Falava Zaratrusta*. Idem para Freud. O postulado da individuação de Jung já se encontra no *O Único e Sua Propriedade*, sem mencionar as fontes do existencialismo. Pesquisas modernas não confirmam que Stirner tenha levado nos seus últimos anos uma existência miserável. Graças a um seguro de vida de sua mãe ele pôde pagar os seus credores e tornar sua vida menos dolorosa

assine opinião

Gente de fora na reserva indígena

Quem arrendou as terras dos índios à beira do Guarita?

O jornal OPINIÃO tem focalizado de diversas formas e sob diversos aspectos o problema relacionado com os nossos índios. De modo geral o que está em evidência é a Transamazônica, Parque Xingu, etc...

Mas não é só lá que acontecem coisas deploráveis. Temos aqui no Estado do Rio Grande do Sul a Área dos Índios, situada nos municípios de Redentora e especialmente Tenente Portela.

Neste município, área de segurança nacional, prefeito nomeado pelo Governo, a Área dos Índios vai até o rio Guarita.

Quem se aproximar das margens do rio Guarita de surpresa pode surpreender outros, que, do lado de lá, isto é, de dentro da Área dos Índios, estão tirando palanques para cerca, que são levados em calques, como são chamados aqui, ou canoas, rio abaixo. Até 15 homens trabalhando já foram vistos.

Há algumas semanas houve movimentação para tirar os arrendatários das terras dos Índios na Área acima descrita, mas finalmente chegou-se à conclusão de que isso seria impossível, pois os arrendatários teriam que pagar seus empréstimos ao Banco do Brasil. Isso é fato noticiado pela imprensa.

A pergunta que eu faço é a seguinte: "Quem arrendou as matas à beira do rio Guarita, pertencentes à Área dos Índios no município de Tenente Portela, para tirar palanques para fazer cerca, os quais são levados misteriosamente rio abaixo em "calques"?

Guinter Bartaga
Palmitinho, RS

opinião

OPINIÃO no exterior

No exterior a venda avulsa de OPINIÃO é feita nos seguintes lugares:

Paris — La Joie de Lire da Editora Maspéro 40, Rue Saint Séverin — Paris V
Londres — 48, Old Compton St. — London W1
"Zibeline Agencies" — 17, Belgrave Gds. — London NW8
Chile — Camara Latino-Americana del Libro Casilla 14502 Correo 21 — Santiago.

CLASSIFICADOS

Cr$ 2,00 por palavra. Artigos não são contados. Mande o seu anúncio de qualquer parte do Brasil, acompanhado de um cheque visado, ordem de pagamento ou vale postal para Editora Inúbia Ltda. no valor correspondente e será publicado. Rua Abade Ramos, 78 (Rio). Para usar "cartas para a redação sob o nº..." adicionar Cr$ 3,00 ao total.

DIVERSOS

VENDE-SE uma coleção Tesouro da Juventude com 18 volumes, sem uso. Preço Cr$ 500,00. Telefone: 230-6767 (GB)

PROJETOR 16mm sonoro com filmes 1.500, ap. de som est. 700 máq. de escrever portátil 280. Violão 35. Tel. 246-4809 (GB)

Procuro p/ alugar sala grande c/ saleta, em edifício comercial, localizado no posto 6 ou Ipanema. Glória. Tel: 267-5835 à noite (GB)

CURSOS

Senhora estrangeira ensina ALEMÃO. Método rápido. Tel. 255-0283. D. Johanna

AULAS INDIVIDUAIS 237-5514. Ciências Exatas - Matemática - Física Química - Biologia - Ciências

INGLÊS - Precisamos de professores experientes. Entrevistas à Av. Rio Branco nº 156 s/ 1204 com mrs. Schutz

INGLÊS aulas particulares ou em grupos c/ prof. americanos e ingleses. Centro F: 32-4844 - Augusta 288-8847 (SP)

Alekhine, a defesa combativa

Leonard Barden

Uma das aberturas que têm melhorado de *status* nos últimos tempos é a Defesa Alekhine 1 P4R C3BR. Durante os últimos anos a Alekhine tem sido usada regularmente por Larsen, Korchnoi e Hort quando esses grandes mestres precisam ganhar com as negras. Fischer também incluiu a Alekhine em seu repertório, por exemplo na 13.ª e 19.ª partidas de Reykjavik, aliás das mais brilhantes do encontro. Uma boa escolha para sair do grupo de variantes da Siciliana, a Alekhine merece a reputação de defesa combativa.

A Alekhine luta pela iniciativa desde o começo, provocando as brancas a perseguirem o cavalo negro ao redor do tabuleiro e ficarem assim com um centro de peões muito extenso. Até agora faltava aos fãs da Alekhine um bom texto de referência em língua inglesa, mas isto acaba de ser reparado com a publicação de *Alekhine's Defence*, por R. G. Eales e A. H. Williams (Batsford, 140 pp., £ 2).

Ambos os autores são ex-campeões da Inglaterra e membros da equipe da Universidade de Cambridge; este é seu primeiro livro de aberturas, e uma exposição admiravelmente lúcida e detalhada da Alekhine, que deverá tornar-se um padrão internacional de referência sôbre esta defesa.

O teste de fogo de qualquer livro de aberturas é ver se os seus veredictos mantêm-se válidos depois da publicação. *Alekhine's Defence* é relevante para a maioria das partidas em que a Alekhine ocorreu no campeonato mundial por equipes e no campeonato da URSS. Minha única reserva é uma suspeita de que, com o aumento de publicidade e de conhecimentos sobre a Alekhine, aparecerão fraquezas básicas na estratégia das negras. A Alekhine tem defensores importantes, mas também tem alguns adversários de peso. Um jogador que parece sair-se bem com regularidade contra a Alekhine é o grande mestre Geller, e a partida desta semana, jogada não faz muito tempo no torneio internacional de Budapeste, é uma significativa melhoria sobre a 19.ª partida Spassky-Fischer e define uma variante importante em favor das brancas.

Ewfim Geller (URSS) — Hans-Joachim Hecht (Alemanha Ocidental)
Defesa Alekhine

1 P4R C3BR 2 P5R C4D 3 P4D P3D 4 C3BR B5C. Desconfio que esta variante não é tão boa quanto 4 ... C3C ou 4 ... P3CR, apesar de 4 ... B5C ter sido escolhida por Fischer contra Spassky.

5 B2R P3R 6 0-0 B2R 7 P4B C3C 8 P3TR B4T 9 C3B 0-0 10 B3R P4D 11 P5B BxC 12 BxB C5B 13 B4B! A 19.ª partida Spassky-Fischer continuou com o elogiadíssimo 13 P3CD após o qual o consenso geral das análises realizadas é de que os ataques das brancas na coluna BR e no centro, embora perigosos, não bastam para ganhar. Os comentadores dos jogos Spassky-Fischer só consideraram como alternativa para as brancas 13 B1B, mas o lance de Geller é obviamente mais forte. Primeiro, se agora 13 ... CxPC 14 D3C C5B 15 DxP C2D 16 T1C e as brancas estão bem; é difícil para as negras ripostarem na coluna CD por causa de seu PTD enfraquecido. Segundo, Geller dispõe de uma versão melhorada de uma variante parecida, na qual as brancas trocaram peões em 6D e não interpolaram P3TR B4T — ver a nota seguinte.

13...C3B 14 P3CD C(5)4T. Uma posição parecida (com troca de peões em 6D ao invés de P3TR e B4T) é analisada por Eales e Williams com o comentário: "As brancas provavelmente estão um pouco melhor aqui, já que é difícil para as negras desemaranhar os seus cavalos — o que é um risco ocupacional nesta abertura". A posição do texto é melhor ainda para as brancas porque o peão avançado em 5R evita contrajogo sobre o PD branco.

15 D2D P3CD 16 TD1B! PxP 17 PxP BxP. Esta tentativa de liberação fracassa, mas com qualquer outro lance as brancas jogam C4T com uma pressão permanente.

18 CxP! B5D. Se 18...PxC 19 TxB com jogo esmagador.

19 P4CD PxC 20 PxB D2D. Mas isto também não é bom. Na melhor das hipóteses, as negras perdem duas peças por uma torre.

21 TxC DxT 22 DxB TD1D 23 T1B D2C 24 B5C Abandonam. Se 24... T2D 25 B4C ganha qualidade, e senão as brancas ganham o PD.

Problema Nº 23

É a vez de as negras jogarem; elas abandonaram nesta posição ocorrida num torneio internacional, porque as brancas têm uma dama a mais. Poderiam salvar a partida se continuassem a jogar?

Solução do Nº 22

1 R7B (ameaça 2 T5T mate) P4D 2 R6C (ameaça 3 T8C mate) P5D 3 R7B P4D 4 R6C e ganha.

opinião

DESEJO FAZER UMA ASSINATURA DE OPINIÃO

BRASIL ☐ anual: Cr$ 120,00 ☐ semestral: Cr$ 65,00

EXTERIOR ☐ anual: US$ 30,00 ☐ semestral: US$ 15,00

Nome _____

Rua _____

Cidade _____ Estado _____ ZC _____

Incluo ☐ Cheque visado pagável no Rio de Janeiro
☐ Vale Postal no valor assinalado acima

Remeter seu pedido de assinatura para: Editora Inúbia Ltda. — Rua Abade Ramos, 78 — Jardim Botânico — Rio de Janeiro
186, Av. Daumesnil — Paris XII
"Zibeline Agencies" — 17, Belgrave Gardens — London NW8

204V

Watergate: um drama político pela televisão

Nixon não quer permitir que auxiliares seus deponham no comitê do Senado que investiga a invasão do Partido Democrata. Mas o comitê diz que Nixon terá de ceder. Por Ivo Cardozo.

Há motivos razoáveis para se supor que o "caso Watergate" poderá constituir o maior escândalo de toda a administração Nixon, capaz de danificar de forma irreparável a credibilidade tanto do presidente quanto do Partido Republicano. O que antes era um simples acontecimento policial acabou se transformando num escândalo nacional. A 17 de junho de 1972, cinco homens foram surpreendidos na sede do Partido Democrata, no edifício Watergate, em Washington, colocando aparelhos de espionagem eletrônica nos telefones. Juntamente com outros dois, que também participaram da operação, foram condenados por um grande júri pelo crime de espionagem da campanha presidencial democrata. Como investigações mostrariam mais tarde, dois dos acusados eram ex-funcionários da Casa Branca, e na época da invasão de Watergate trabalhavam na campanha para a reeleição do presidente Nixon.

O clímax dessa história deverá ocorrer quando começarem as audiências televisionadas do comitê do Senado que a investiga, marcadas para a semana que vem. Estas audiências, nas quais serão chamados a depor auxiliares do presidente Nixon, poderão ser uma das mais dramáticas confrontações da política americana desde as célebres audiências do Comitê sobre Atividades Antiamericanas, em 1954, também televisionadas para milhões de espectadores. (1)

O presidente Nixon já teria afirmado taxativamente que não permitiria que seus auxiliares supostamente envolvidos na operação prestassem depoimento público e sob juramento perante o comitê do Senado. Caso isso realmente ocorra, o chefe do comitê, senador Sam Ervin, promete expedir mandatos de prisão contra os auxiliares presidenciais. Legalmente, Ervin tem poderes para tomar uma providência dessas.

Questão nebulosa

Aparentemente, Watergate está condenado a ser ainda durante algum tempo um caso fascinante e nebuloso. Num certo sentido, é até discutível se poderá algum dia ser completamente elucidado. As investigações progridem, em frentes diferentes, só até certo ponto — e então param. Contudo, alguns resultados bastante significativos já foram conseguidos. Entre eles, destaca-se o abandono da indicação de Patrick Gray para a direção do Federal Bureau of Investigations, FBI, atendendo a pedido do próprio Gray, mas na verdade por inspiração direta da Casa Branca (2). Segundo os observadores, Gray não conseguiria a aprovação do comitê do Senado, basicamente por ter atuado nas investigações sobre Watergate não como diretor (provisório) do FBI, mas sim como uma pessoa aparentemente disposta a acobertar a participação de funcionários da Casa Branca no caso.

O que fazer?

Qual seria a maneira mais direta para o comitê do Senado chegar à elucidação do caso Watergate? Como descobrir o papel que teriam desempenhado John W. Dean, John Ehrlichman e H. Hadelman — estes dois, componentes da chamada "guarda germânica" da Casa Branca — e outros conselheiros do presidente Nixon?

Um dos auxiliares que estariam envolvidos, o ex-conselheiro Charles Colson, já chegou até a tomar medidas práticas para provar sua inocência. Recentemente, submeteu-se a um teste particular com o detector de mentiras, com sucesso. Colson teria "passado" no teste, dando respostas "corretas" a cinco questões relevantes sobre sua participação em Watergate. O único problema, segundo alguns céticos, estaria no fato de que as perguntas do teste foram formuladas pelo sócio de Colson num escritório de advocacia.

A revista *New Republic* tem uma resposta pronta à pergunta sobre o modo mais adequado para se chegar aos culpados de Watergate: "A melhor maneira de se fazer isso é levar para diante do comitê e das câmaras de televisão os homens que instalaram os aparelhos de espionagem dos telefones, fotografaram documentos, que fizeram circular falsos materiais de campanha dos democratas, que espionaram candidatos e grupos pacifistas, que tomaram parte no tumultuamento de manifestações públicas e que obtiveram e distribuíram malas cheias de notas de 100 dólares. Somente se estes indivíduos e suas histórias forem levados ao vivo a milhares de lares, pela televisão, é que o público ficará convencido de que está em jogo nada menos que a integridade do sistema eleitoral"

Numa palavra, para a *New Republic* a obrigação primordial do comitê seria desvendar o "objetivo global" da campanha de espionagem e sabotagem planejada por elementos do Partido Republicano contra o Partido Democrata e seus candidatos, nas eleições de 1972.

Cheirando como uma rosa...

Público desorientado

O senador Lowell Weicker, membro do comitê do Senado, disse recentemente que "não se trata apenas de Watergate, mas sim de saber se nós americanos vamos ou não aceitar um novo padrão para as eleições presidenciais".

É possível que a opinião pública americana ainda não tenha entendido isso. Ela talvez esteja se sentindo desorientada em relação aos acontecimentos, após nove meses de histórias talvez propositadamente mal contadas, combinadas com desmentidos sistemáticos da Casa Branca, testemunhos de pessoas que "ouviram dizer" algo, notícias que "passam" misteriosamente do comitê para a imprensa, e ainda a incerteza sobre se a própria Casa Branca teria conhecimento ou teria dirigido a operação Watergate.

Hoje, alguns setores do público também devem achar curioso que o escândalo de Watergate não tivesse sido um tema de grande importância nas eleições presidenciais do ano passado. Os democratas tiveram quatro meses para explorá-lo politicamente, mas estranhamente não o fizeram.

De qualquer forma, a confusão do público é justificada, especialmente no que diz respeito aos "figurantes" do caso Watergate. Como em certos enredos do teatro moderno, nos quais um mesmo ator assume as "máscaras" de diferentes personagens; da mesma forma são ambíguos alguns dos participantes da trama de Watergate.

James W. McCord, por exemplo, afirmou perante um grande júri ter recebido 3 mil dólares por mês para que silenciasse sobre seu papel em Watergate. Segundo ele, o dinheiro provinha de fundos controlados por Kenneth W. Parkinson, advogado do comitê para a reeleição de Nixon. Parkinson, por sua vez, qualificou a informação como "totalmente falsa".

Enquanto isso, Lawrence Young, o advogado da Califórnia que primeiro revelou o suposto contato entre o sabotador político Donald Segretti e a Casa Branca, denunciou recentemente a existência de um complô para silenciá-lo.

Já outro dos implicados, C. Gordon Liddy, teria afirmado a McCord que o ex-procurador-geral John Mitchell e o conselheiro John Dean tinham aprovado pessoalmente a espionagem, e que outros funcionários da Casa Branca também tinham conhecimento dela.

Outra figura contraditória é Howard Hunt Jr, ex-funcionário da presidência, e, acredita-se, um dos organizadores da operação. Até a invasão da sede do Partido Democrata, a 17 de junho de 1972, Hunt — apesar de ter saído da folha de pagamento da Casa Branca, como consultor, desde 29 de março — ainda usava regularmente um escritório especial no terceiro andar do prédio de escritórios do Executivo. Hunt tinha um passe especial para entrar na Casa Branca e uma chave do escritório, normalmente fechado em sua ausência. As pessoas que telefonavam para ele pediam o ramal 2282, e quando não havia resposta — Hunt não tinha secretária — as ligações eram dirigidas para o escritório de outro consultor da Casa Branca, Charles Colson, onde eram tomados recados. Havia também no escritório de Hunt um cofre, sobre o qual ele mantinha "custódia e controle exclusivos", conforme declarou no tribunal.

Segundo se acredita, logo após a invasão de Watergate ou no dia seguinte Hunt teria ido a seu escritório para "limpar" as gavetas e para esconder no cofre qualquer evidência incriminatória. Apesar destes fatos, Hunt e seus associados da Casa Branca quase não mereceram investigações sérias no julgamento de Watergate. O FBI nunca teve permissão para examinar o cofre, conforme o diretor-interino, Patrick Gray, revelou durante as audiências de confirmação no Senado.

Na mesma tarde da invasão de Watergate, agentes do FBI tentaram entrevistar Hunt (seu nome fora encontrado na caderneta de um dos cinco homens supreendidos dentro do Partido Democrata), mas ele negou-se a prestar qualquer declaração sem assistência de um advogado. Quase à mesma hora, uma prova datiloscópica feita pelo FBI revelava que um dos homens apanhados em Watergate, e que dera o nome de Ed Martin, era na verdade James McCord, um ex-agente do FBI então trabalhando para o comitê de reeleição do presidente.

No dia seguinte, quando os jornais começavam a seguir indícios que levavam à Casa Branca, o conselheiro John Dean mandou que o cofre fosse removido do escritório de Hunt e arrombado, o que foi feito numa sala de despejo da Casa Branca. Dean recolheu e guardou consigo o material encontrado no cofre, incluindo aparelhagem eletrônica de espionagem. Na manhã seguinte, e nos sete dias subsequentes, Dean falou pessoalmente várias vezes com o diretor do FBI, Gray, a respeito das investigações. Em nenhum momento, segundo Gray, Dean mencionou que tinha em seu poder material do cofre de Hunt. Posteriormente, Gray diria no Senado que Dean "provavelmente mentira", ao responder que não estava certo se Hunt tinha um escritório na Casa Branca, fato que obviamente era de seu conhecimento.

Em seguida à publicação das histórias de que seu cofre teria sido aberto, Hunt teria entrado em contato com Dean através de um intermediário, antes de procurar um advogado e se apresentar à Justiça. Há razões para se suspeitar que, antes de se apresentar à Justiça, Hunt queria se certificar com Dean que o conteúdo do cofre estaria protegido contra investigações.

Imagem marcada

Do ponto de vista da Casa Branca, talvez a melhor coisa que poderia acontecer, segundo alguns analistas políticos, seria que as verdades de Watergate jamais tivessem de ser descobertas. Há cerca de duas semanas, o influente *Wall Street Journal* publicou uma pesquisa de opinião revelando que Watergate está despertando "preocupações gerais", além de "prejudicar seriamente" o presidente e seu partido. Já no entender da revista *Time*, Nixon e [illegible] auxiliares terão de enfrentar as [illegible]sequências de Watergate e da maneira pela qual a campanha de reeleição foi conduzida. "Não é suficiente", observa o *Time*, "divulgar desmentidos indignados, e em seguida sustentar que os auxiliares presidenciais só podem discutir o assunto sigilosamente, ou por trás das portas de salas de julgamento".

Mas Nixon provavelmente insistirá na questão das "prerrogativas presidenciais", privilégio que dispensaria seus auxiliares de prestarem testemunho público nas audiências do comitê. Diz-se que o presidente teria afirmado recentemente que "talvez seja chegada a hora da mais alta corte deste país tomar uma decisão definitiva" a respeito da questão. Mas poucos acreditam que uma decisão legal pudesse favorecer a tese de Nixon.

Na semana passada, o procurador-geral Richard Kleindienst aparentemente tornou a questão das "prerrogativas presidenciais" ai[illegible] mais complexa. Depondo perante [illegible] comitê do Senado, ele ampliou a definição que a administração Nixon dá a tal privilégio, sustentando que esta regalia se aplica aos 2,5 milhões de funcionários do Executivo. Segundo o procurador-geral, o Congresso não teria poder para obrigar um funcionário do setor executivo a prestar depoimento perante o Congresso, caso o presidente impedisse tal testemunha.

Em agosto último, quando os primeiros fatos relacionados com Watergate começaram a vir à luz, o presidente Nixon declarou: "Já deixamos claro que queremos todos os fatos esclarecidos e todos os envolvidos processados". Vista na perspectiva da situação atual, esta declaração lembrou a alguns jornalistas as palavras de advertência do ex-procurador-geral John Mitchell aos jornalistas, ditas no início da primeira administração Nixon: "Fiquem de olho no que nós fazemos, e não no que nós dizemos".

(1) Foi durante os trabalhos deste comitê que ficou célebre o senador Joe McCarthy, por seus violentos e injustificados ataques a "comunistas". Richard Nixon, então no início de sua carreira, teve atuação destacada nos trabalhos do comitê.

(2) Os dois mais fortes candidatos ao cargo de diretor do FBI seriam, segundo fontes da administração americana, o procurador-geral assistente, Henry Petersen, e o diretor do setor de narcóticos do próprio FBI, John Ingersoll. Peterson poderia encontrar alguns dos problemas que Gray enfrentou, pois é o responsável pela investigação do caso Watergate conduzida pelo Departamento de Justiça.

Leia e assine opinião

A N E X O - 4

Cópia da Informação número 0010/CISA-ESC RCD, de 24 de abril de 1 973, do Ministério da Aeronáutica.

* * *

ANEXO-4-

206

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO MINISTRO
— CISA —

Em 24 ABR 1973 S1

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA — CISA — GABINETE DO MINISTRO

1. ASSUNTO ..... JORNAL OPINIÃO (EDITORA INUBIA LTDA)
2. ORIGEM ..... CISA-ESC RCD
3. DIFUSÃO ..... SNI/AC - SNI/ARJ - DSI/MJ - CENIMAR - CIE - CIEX - DSI/MF - DSI/MTPS - EMAER - CI/DPF - DOPS/GB - DIS/COMZAE.1,2,3,4,5 e 6 - DOI/II Ex (através DIS/COMZAE.4) - COMCOS SV - CISA/BR - SR/DPF/GB

DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 0010/CISA-ESC RCD

I - INFORMAÇÃO

Este Centro efetuou levantamento do jornal OPINIÃO, tendo apurado que:

1 - CONTRATO SOCIAL DA FIRMA QUE EDITA O JORNAL:

1.1 - EDITORA INUBIA LTDA, que tem como sócios:

1.1.1 - FERNANDO GASPARIAN, brasileiro, natural de São Paulo, casado, engenheiro, residente na GB, rua Felix Pacheco 328, Carteiras de Identidade 925.194/SSP/SP e 2.127.341/IFP e CPF /// 038.088.408.

Obs: É casado com DALVA FUNARO. É formado em engenharia in-/ dustrial e eletricista e diplomado em cursos especializados / de administração de empresas e economia, sendo filho do falecido industrial GASPAR GASPARIAN, junto ao qual sempre trabalhou, sendo antigo militante no comércio e na indústria, notadamente na praça de São Paulo, onde participa como acionista/ de vários empreendimentos, pertencentes ao denominado grupo / "Gasparian" do ramo de tecidos, dentre os quais a Gasparian / Administração S/A - Companhia Gaspar - Gasparian Industrial - Cia Bruderer Industrial - Companhia Mineira de Alimentação - C. G. S. - Empreendimento Administração S/A - Brascred S.A, / Brasileira de Crédito, Financiamento e Investimentos, Fiação/ Campinas S.A e Cia Gasparian Industrial do Norte (RF/PE).

Consta ter pertencido a APML. Há fortes indícios de suas ligações com o MLN (TUPAMAROS) e com a Frente Brasileira de Informações, através de ALBERTO CAPBONE e LEONEL BRIZOLA.

- CONTINUA -

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA GABINETE DO MINISTRO

1.1.2 - EURICO AMADO, brasileiro, natural de Aracajú/SE, casado, industrial, residente na GB, rua Constante Ramos 22 aptº 501, Carteira de Identidade 826.793/IFP, CPF 007.451.467.

Obs: É um dos componentes do IBEA (Instituto Brasileiro de Estudos das Américas), organização de frente do PCB. Em inícios de 1970, criou e passou a compor o Conselho Editorial do "FATO NOVO", semanário da Editora Verde-Amarelo Ltda, com redação e administração em São Paulo, na rua João Adolfo 118/302-B, que é "frente legal" do PCB no Setor de Imprensa.

1.1.3 - O capital social é de 100.000,00 totalmente subscrito e integralizado, cabendo a GASPARIAN 99.000,00 e a AMADO, 1.000,00.

1.1.4 - O contrato foi firmado em 11 Set 1972, tendo como testemunhas, CARLOS PEREIRA TORRES e SEBASTIÃO FRANCISCO, e registrado na Junta Comercial do Estado da Guanabara, sob o número 28782, em 21 Set 1972, estabelecendo-se a firma na rua General Tasso Fragoso nº26, 1º andar, Jardim Botânico/GB.

1.1.5 - Atualmente, a firma está localizada na rua Abade Ramos 78, Jardim Botânico/GB, com os telefones 246-7466, 266-1764, 246-5236 e 246-4842, porém o jornal é impresso nas oficinas da Tribuna da Imprensa, como já foi anteriormente na Editora Mory Ltda, rua do Rezende 65/67 (GB) e no "O JORNAL" (GB).

2 - OUTROS DOCUMENTOS LEGAIS:

2.1 - O jornal foi matriculado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, mediante Autorização datada de 20 Out 72, dada por THIAGO RIBAS FILHO, Juiz de Direito da Vara de Registro Públicos da GB.

2.2 - A firma EDITORA INUBIA LTDA recebeu o ALVARÁ de LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO, número 164.307.00, expedido e conferido em 22 Jan 1973, pelo Departamento de Fiscalização da Secretaria de Justiça do Estado da Guanabara, onde consta que se dedicará a "Edição e Comércio de Livros, Revistas, Jornais, Importação de Papel, Publicações e Agenciamento de Publicidade".

3 - DISTRIBUIÇÃO DO JORNAL:

3.1 - Mediante instrumento particular de Contrato de Compra e Venda em Consignação, firmado em São Paulo, em 18 Out 1972, a ABRIL S/A CULTURAL e INDUSTRIAL, com sede na rua Emílio Goeldi 575, São Paulo/SP, adquire toda a edição do jornal, desde a primeira, lança

- CONTINUA -

da em 06 Nov 1972, e a revende, ficando com 45% do preço de capa dos exemplares.

4 - PESSOAL CONTRATADO:

4.1 - Têm contrato de trabalho firmado com a EDITORA INUBIA LTDA, as seguintes pessoas:

4.1.1 - ANA MARIA ALMEIDA DE MENEZES, filha de / Carlos V. de Menezes e Maria Antonio de A. Menezes, natural de Sergipe, solteira, 19 anos, Identidade 3.034.834/IFP, residente na rua Assunção 140/112, AUXILIAR DE CONTABILIDADE, percebendo o salário de Cr$500,00 mensais.

4.1.2 - FRANCISCO PAULO DA SILVA BRAGA, filho de José Tarquino Braga e Maria Augusta da Silva Braga, natural do Estado do Rio de Janeiro, 17 anos, residente na rua Marquês de Abrantes 168/703, BOY, percebendo salário de Cr$270,00 mensais.

4.1.3 - ADILSON LIMA, filho de José Lima e Leopoldina Lima, natural da GB, solteiro, 27 anos, residente na rua Marquês de São Vicente 147, fundos, BOY, percebendo salário de Cr$270,00 mensais.

Obs: indivíduo com esse nome, desenhista publicitário, talvez homônimo, codinome "Agenor", do PORT, esteve preso no DOI/I Ex e respondeu a Processo na 2ª Auditoria do Exército.

4.1.4 - RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA, filho de Joaquim R. de Oliveira e Lindameia S. Pereira, natural de Pernambuco, 32 anos, Identidade 2.703.179 SSP/SP, residente na rua General San Martin 856/402, REDATOR SENIOR, percebendo salário de 2.200,00.

Obs: foi quem convidou o terrorista da ALN, JOEL RUFINO DOS // SANTOS, a trabalhar no OPINIÃO.

4.1.5 - LUIZ MARCOS DE MAGALHÃES GOMES, filho de Francisco A. Magalhães Gomes e Maria Clara B. de M. Gomes, natural de Minas Gerais, casado, 27 anos, Identidade 6.125.094/SSP/SP, residente na rua dos Araujos 117/304, REDATOR, percebendo salário de Cr$2.000,00 mensais.

4.1.6 - CARMEN LUCIA CARDENA MACHADO, filha de Waldemar L. Machado e Aura C. Machado, natural do Rio Grande do Sul, / 26 anos, residente na Av. N. S. de Copacabana 967/702, SECRETÁRIA, percebendo salário de Cr$600,00 mensais.

- CONTINUA -

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA GABINETE DO MINISTRO

4.1.7 - JOSÉ DE ARIMATEA CARVALHO NASCIMENTO, filho de José do Espírito Santo Nascimento e Maria Dalva Carvalho Nascimento, natural do Maranhão, 16 anos, residente na rua Senador Vergueiro 218/703, OFFICE-BOY, percebendo salário de Cr$270,00 mensais.

4.1.8 - RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE, filho de José J. de Andrade e Adelaide F. de Andrade, natural do Maranhão, 42 anos, residente na Praia de Botafogo 360/724, CHEFE DE ESCRITÓRIO, percebendo salário de Cr$900,00 mensais.

5 - COLABORADORES DIVERSOS:

5.1 - O jornal tem inúmeros colaboradores, sem vínculo empregatício, percebendo quantias pelos artigos que escrevem e transferem à EDITORA, sob a forma de CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS.

5.1.1 - No quadro abaixo, relacionamos esses colaboradores, com algumas observações indubitavelmente dignas de reflexão:

(CONTINUA NA FOLHA SEGUINTE)

CONTINUAÇÃO DO DOC. DE INFO Nº 0010/CISA-ESC RCD, de 24 ABR 1973

210

	COLABORADOR, CPF ENDEREÇO	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1972, RECEBENDO O TOTAL DE Y	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1973, RECEBENDO O TOTAL DE Y	SALDO A RECEBER	OBSERVAÇÕES
001	ABEL FERREIRA DA SILVA Av Epitácio Pessoa 1674/7-GB	X 3 Y 360,00	X 12 Y 5.070,00	36,00	
002	AGUINALDO FERREIRA DA SILVA - 184.106.907 R. Alte. Alexandrino 2946/103	X 7 Y 1.670,00	X 8 Y 1.240,00	50,40	
003	ALDA JUDITH ALVES VIEIRA R. Prudente Morais 1479 - fone 267-3515	X 1 Y 180,00			
004	ALDO BOCCHINI NETO-294462288 R. Cotingo 30/202	X 4 Y 410,00	X 10 Y 1.575,00	32,00	Já esteve preso nos DOI/I e II Ex; PCB
005	ALEXANDRE ADDOR NETO R. Senador Verqueiro 79/101 - 225-8557	X 2 Y 225,00	X 2 Y 580,00	32,00	Conhecido agitador, ex-Presidente do CACO
006	ALOISIO BIONDI-011.010.058 R. Alte. Pereira Guimarães 40/101.	X 8 Y 2.500,00	X 6 Y 1.580,00		PC do B
007	ANA MARIA FRANCO BRISOLA - 030.220.48 R. Pedro Taques 448-SP, tel. 61-1848	X 6 Y 900,00	X 13 Y 1.300,00	32,00	
008	ANA MÁRCIA VAISENCHER-090043517 R. Marques de Penedo 38/SP	X 3 Y 1.350,00	X 9 Y 5.000,00	40,00	Desligado de Faculdade, incurso Dec 477/69
009	ANDRÉ GUSTAVO STUMPL ALVES DE SOUZA - 008140081 SQS 416 B1 L Apt9 201/BR	X 1 Y 200,00	X 5 Y 2.180,00	40,00	

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

CONTINUAÇÃO DO DOC. DE INFO Nº 0610/CISA-ESC ECD, de 24 AGO 1973 (211)

	COLABORADOR, CPF ENDEREÇO	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1972, RECEBENDO O TOTAL DE Y	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1973, RECEBENDO O TOTAL DE Y	SALDO A RECEBER	OBSERVAÇÕES
010	ANTONIO CALLADO R. Aperana 143/402	X 1 Y ?	X 2 Y 360,00	28,80	Conhecido jornalista e escritor de esquerda, processado por ter escrito os artigos "MERENDA DOS GENERAIS" e "EXÉRCITO DE MENDIGOS".
011	ANTONIO CARLOS CARVALHO FERREIRA - 275905428 R. Belfort Roxo 58/606	X 18 Y 10.400,00	X 12 Y 6.000,00	40,00	Expulso da FAU/USP por atividades subversivas.
012	ANTONIO CARLOS MORARI R. Barata Ribeiro 90/211-GB	X 2 X 250,00	X		
013	ANTONIO JOSÉ BASTOS MENDES 097155257 R. Dias Ferreira 135/502-GB	X 11 Y 1.300,00	X 13 Y 2.325,00		
014	ANTONIO IDALÕ NETO R. Montenegro 68/202-GB	X 3 Y 450,00	X 1 Y 100,00		
015	ARLINDO MUNGIOLLI-065910438 R. Cardeal Arcoverde 2.212/2	X 13 Y 7.400	X 9 Y 5.500	60,00	
016	BOLIVAR LAMOUNIER-195771508 R.Bahia 499-SP		X 1 Y 180,00		Foi da APML e da POLOP, indiciado em IPM e cassado pelo AI-5.
017	CARLOS ALBANO VOLKMER CASTILHO 027920107 R. Luiz Catanhede 311/401-GB		X 9 Y 7.100,00	60,00	Militante da APML; esteve preso no DOI/I Ex.
018	CELSO MINGE DE AZEVEDO - 045111408 R. Marconi 34s/93-SP	X 1 Y 100,00	X 2 Y 300,00		
019	CLAUDIA BOECHAT DE ABREU- 245693647 - R. Rainha Guilhermina 131(ou 135) 205-GB	X 2 Y 500,00	X 4 Y 250,00		Militante da OCML-PO, codinome "Cristina".

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

GABINETE DO MINISTRO - AERONÁUTICA

CONTINUAÇÃO DO DOC. DE INFO Nº 0010/CISA-ESC RCD, de 24 ABR 1973 (212)

	COLABORADOR, CPF ENDEREÇO	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1972, RECEBENDO O TOTAL DE Y	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1973, RECEBENDO O TOTAL DE Y	SALDO A RECEBER	OBSERVAÇÕES
020	CLAUDIO ANDUJAR-100602438 R. S. Carlos do Pinhal 345/2006 - SP		X 3 Y 420,00		
021	DEMOCRITO OLIVEIRA MOURA - 033468038 R. Maj Quedinho 28/6ºandar-SP	X 4 Y 1.100,00			
022	DERMI MARQUES AZEVEDO-587039508-91 R. Marcos Fernandes 776-SP	X 1 Y 120,00			Respondeu a IPM em Natal/RGN; chamado para depor não compareceu à Auditoria.
023	DIRCEU BRISOLA-03022048 R. Pedro Taques 448-SP, tel. 61-1848	X 2 Y 450,00	X 6 Y 3.830,00	60,00	
024	DITER STEIN -26876345734 Av. Ataulfo de Paiva 1335/803	X 8 Y 800,00	X 13 Y 1.350,00	44,00	
025	DOMINGOS COP JUNIOR R. Lauro Müller 36/1410-GB	X 1 Y 150,00			
026	DURVAL CAMPOS GUIMARÃES - 074713946 R. Carangola 419-Aptº 5-BH	X 6 Y 900,00	X 3 Y 700,00		
027	ELIANE MARIA SONDERMANN FREITAS R. Uruguai 528/804-258-8509-GB		X 1 Y 90,00		
028	ELICE NUNERATO AUGUSTO PINTO-091023377 - R. Baronesa de Poconé 18/302-GB	X 7 Y 800,00		38,00	
029	ELIFAS ANDREATTO-026315558 Raul Pompeia 1745, Bl C, Apt. 16-GB	X 8 Y 4.010,00	X 13 Y 5.500,00	40,00	

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA - GABINETE DO MINISTRO

CONTINUAÇÃO DO DOC. DE INFO Nº 0C-0/CISA-ESC RCD, de 24 ABR 1973 (213)

	COLABORADOR, CPF ENDEREÇO	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1972, RECEBENDO O TOTAL DE Y	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1973, RECEBENDO O TOTAL DE Y	SALDO A RECEBER	OBSERVAÇÕES
030	EVA LUCIA SALM - 110008567 Visc. Albuquerque 517/404-GB	X 4 Y 410,00	X 13 Y 1.625,00		
031	RAIMUNDO EVALDO MASSIIIRI DINIZ (EVALDO DINIZ) R. Arnaldo Quintela 10/504-GB	X 1 Y 200,00	X 1 Y 150,00		
032	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - 062446028 - R.Bahia 499-SP	X 2 Y 400,00	X 5 Y 900,00		Professor da USP aposentado pelo AI-5 Respondeu a 2 Processos Penais Militar; esteve foragido no CHILE.
033	FERNANDO MORAES - 065145298 R. Maj. Quedinho 28-SP	X 1 Y 200,00	X Y		
034	FLÁVIO AURÉLIO DA SILVEIRA - 037557897 - R. Marquês S. Vicente 96/404-GB	X 11 Y 5.150	X 3 Y 950,00		
035	FLÁVIO WANDERLEI LARA-110023017 Pr. S. Bento 929/301-I.Gov.GB	X 7 Y 975,00	X 13 Y 2.275,00		Codinomes "Raimundo" ou "Tomé"; indiciado em IPM; preso em flagrante; expulso pelo Dec 477; condenado a 10 meses de reclusão pelo STM; absolvido pelo STF; possui extenso dossier; militante da APML.
036	FRANCIS PAULO HEILBORN (ou FRANZ PAULO HEILBORN) R. Gal. Tasso Fragoso 26	X - Y	X 1 Y 1.250,00	100,00	É talvez, o mais notório dos intelectuais e jornalistas de esquerda. Seu dossier nas OI é vastíssimo.
037	FRANCISCO DE OLIVEIRA-039999988 R. Bahia 499-Higienópolis-SP	X 4 Y 700,00	X 2 Y 260,00		Assinou, em março 64, manifesto de intelectuais solidarizando-se com Miguel Arraes; esteve refugiado no exterior.
038	GABRIEL BOLAFFI-027030508 R. Horácio Berling 638-SP		X 2 Y 360,00	28,80	Elemento comunista, que inclusive colaborou com a infraestrutura do PCB.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO DO DOC. DE INFO Nº 00 10/CISA-ESC RCD, de 24 ABR 1973 (214).

	COLABORADOR, CPF ENDEREÇO	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1972, RECEBENDO O TOTAL DE Y	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1973, RECEBENDO O TOTAL DE Y	SALDO A RECEBER	OBSERVAÇÕES
039	GENILSON CESAR DE SOUZA - 021255523 R. Aarão Reis 138 s/302-Sta. Tereza-GB	X 5 Y 910,00	X 12 Y 2.400,00		
040	GERSON TOLLER GOMES-010468537 R. Ocidental 245 c/6-GB	X 10 Y 4.600,00	X 13 Y 4.250,00	56,00	
041	GLAUCO ANTONIO MELO DE CARVALHO 063721558 R. D. Veridiana 599-Terreo-SP	X 4 Y 2.400,00			
042	GUILHERME CUNHA FILHO-194106118 R. João Pinheiro nº2 ou 20 -SP		X 2 Y 270,00		
043	HAMILTON ALMEIDA FILHO-061004578 - R. Ribeiro dos Santos 21-3º and.-Ladeira dos Pessos, BA	X 3 Y 830,00	X 2 Y 350,00	28,00	
044	HAROLDO MARINHO BARBOSA-091220957- R.Faro 28/201-GB		X 2 Y 300,00		
045	HELENA KATZ - 019515197 R. Pintassilgo 546-SP	X 2 Y 360,00	X 1 Y 120,00		
046	HELIO SILVA Av. Atlântica 2440/1012-GB		X 2 Y 1.080,00	80,00	Vice-Presidente do Pacto de Defesa Mútua, do Movimento dos Jornalistas; já esteve detido em 1967, quando agitador estudantil; é também colaborador do jornal POLITIKA.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO TRABALHO

CONTINUAÇÃO DO DOC. DE INFO Nº 00[illegible]0/CISA-ESC RCD, de 24 ABR 1973 (215)

	COLABORADOR, CPF ENDEREÇO	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1972, RECEBENDO O TOTAL DE Y	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1973, RECEBENDO O TOTAL DE Y	SALDO A RECEBER	OBSERVAÇÕES
047	HELOISA DADDARIO- 260017647 R. Pinheiro Machado 99/303	X 6 Y 1.225,00	X 13 Y 8.275,00		Codinome "Mariana";integrou GE's da VAR/PALMARES e da FRAÇÃO BOLCHEVI-/ QUE.
048	HILDETE HERMES DE ARAUJO 002585204 R. Domingos Ferreira 197/1002-GB		X 2 Y 350,00		
049	IOLANDA HUZARK FURINI ANDREATO 026315558 - R. Raul Pompeia 745 Bloco C-Ap. 16-SP		X 1 Y 150,00		
050	IONE GELBERT - R. Souza Lima 279/401-Tel. 287-1886	X 2 Y 85,00			Codinome "Mia" - Militante da OCML-POLOP e da FRAÇÃO BOLCHEVIQUE.
051	IVAN MAURÍCIO MONTEIRO DOS SANTOS - 045905974 R. Aurora 127/402-RF/PE	X 1 Y 100,00	X 7 Y 1.140,00		
052	JARY CARDOSO R. Lauro Müller 36/1410-GB	X 1 Y 150,00	X 1 Y 500,00	40,00	
053	JEAN CLAUDE BERNARDET-63357808 R. Rego Freitas 501/42-SP	X 4 Y 710,00	X 2 Y 720,00		Cassada pelo AI-5; fez subversão na UnB; fez campanha contra a tortura no Brasil.
054	JOÃO LIZARDO RODRIGUES HERMES DE ARAUJO - 002585204 R. Domingos Ferreira 197/1002-GB	X 9 Y 910,00	X 12 Y 1.100,00		

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

GABINETE DO MINISTRO

CONTINUAÇÃO DO DOC. DE INFO Nº 0010/CISA-ESC RCD, de 24 ABR 1973 (216)

	COLABORADOR, CPF ENDEREÇO	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1972, RECEBENDO O TOTAL DE Y	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1973, RECEBENDO O TOTAL DE Y	SALDO A RECEBER	OBSERVAÇÕES
055	JOÃO RODOLFO DO PRADO-100839607 R. Gal. Urquiza 242/402-GB	X 2 Y 380,00			Apenas com o nome de JOÃO RODOLFO, / sem outros dados, há um estudante de engenharia de Goiás, fichado no DOPS/ BR
056	JOEL RUFINO DOS SANTOS R. S. José da Serra nº30	X 7 Y 2.925,00	X 8 Y 2.700,00	36,00	Até 1963 militou no PCB; adotou o codinome de "Pedro Ivo dos Santos" - / Militante da ALN; participou do esquema de fuga para o exterior da VPR; coordenava a entrada no Brasil de elemento que havia concluído curso em Cuba; homiziou este elemento; Em / 30/12/72 foi preso pelo DOI/I Ex e / recambiado para o DOI/II Ex. Obs: / desde 06/11/72, vem escrevendo, ininterruptamente, artigos para OPINIÃO inclusive para todas as edições de 1973, até pelo menos a de 09 a 16/. 02/73, embora permaneça preso.
057	JOSÉ ARTHUR GIANOTTI- 010769818 R. Topázio 809-SP	X 1 Y 200,00	X 1 Y 120,00		Aposentado pelo AI-5
058	JOSÉ ARRABAL FERNANDES FILHO - 069510157 R. Dias Ferreira 425/402-GB		X 1 Y 300,00		Codinome "Leo", militante da FRAÇÃO BOLCHEVIQUE. Esteve preso junto com sua esposa, também da Organização.
059	JOSÉ CARLOS BARDAWILL SQS 205/602 - Bloco D-BR	X 8 Y 2.100,00	X 1 Y 120,00		

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

035223

CISA
GABINETE DO MINISTRO
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

CONTINUAÇÃO DO DOC. DE INFO Nº 001/CISA-ESC RCD, de 24 ABR 1973 (217)

	COLABORADOR, CPF ENDEREÇO	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1972, RECEBENDO O TOTAL DE Y	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1973, RECEBENDO O TOTAL DE Y	SALDO A RECEBER	OBSERVAÇÕES
060	JOSÉ DAMIÃO DE LIMA TRINDADE Padre Justino 66,Pinheiros-SP		X 5 Y 1.000,00		Codinome "Zezinho", teve atuação no ME de SP e fazia contatos com a ALN
061	JOSÉ FELIPE SÃO MAMEDE AMADO 184427497 R. Visconte Pirajá 12/601-GB	X 13 Y 2.350,00	X 9 Y 1.390,00	32,50	Militante do MURD; já este preso; processado na 2ª Auditoria da Marinha.
062	JOSÉ PRISCILIANO MARTINEZ - 027838517 - R. Maestro Francisco Braga 502/206-GB	X 7 Y 1.210,00	X 7 Y 1.190,00		
063	JOSÉ RANGEL CAVALCANTI R. Canuto de Aguiar 1265-F2/CE	X 1 Y 400,00	X 3 Y 510,00		
064	JORGE RIBEIRO LACLETTE R. Real Grandesa 283c/9 Tel.. 226-2964.	X 3 Y 370,00			
065	JULIO CESAR MONTENEGRO GASTOS - 000953703 - Av. Ataulfo de Paiva 1335/803-GB.	X 12 Y 5.530,00	X 13 Y 5.775,00		
066	JURACY DA COSTA ANDRADE- 004789704 - Praia do Flamengo, 194/403-GB.	X 11 Y 4.500,00	X 13 Y 3.810,00		Com o nome de JURACY COSTA, consta um jornalista que foi processado pelo Inquérito 267/67, do DOPS/GB, por crime do art 552 da CLT, combinado/ com artigo 20 do Dec.lei 869 (LSN)
067	LAURA GADELHA R. 5 de Julho 162/102- Tel.. 236-4412 - Copacabana-GB		X 2 Y 130,00		

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

GABINETE DO MINISTRO - MINISTÉRIO DA MARINHA

CONTINUAÇÃO DO DOC. DE INFO Nº 0610/CISA-ESC RCD, de 24 ABR 1973 (218)

	COLABORADOR, CPF ENDEREÇO	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1972, RECEBENDO O TOTAL DE Y	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1973, RECEBENDO O TOTAL DE Y	SALDO A RECEBER	OBSERVAÇÕES
068	LEOMAR FROES DA SILVA - 19389531772 - R. Marques de Sabará 10/304.		X 3 Y 1.125,00		
069	LIA RIBEIRO DIAS-513367828 R. Major Quedinho 28-SP		X 2 Y 240,00		
070	LOREANO CASSIO SILVA FILHO - 492047508 R. Belfort Roxo 58/606-GB	X 12 Y 3.150,00	X 13 Y 3.900,00	48.00	
071	LUIZ FERNANDO VITTA-308025208 R. Major Quedinho 28-SP		X 5 Y 830,00		Em nossos arquivos consta extenso dossier de LUIZ FERNANDO VITOR, notório comunista.
072	LUIZ DE FRANÇA COSTA LIMA FILHO R. Marquês de Olinda 61/807-GB		X 1 Y 150,00		Aposentado pelo AI-1; preso no DOI/I Ex em 1962.
073	LUIZ HEITOR HORIA BARBOSA PINTO DA LUZ - R. Benjamim Constant 120 - fone 242-7529-GB	X 3 Y 480,00	X 3 Y 480,00		
074	LUIZ TRIMANO- 422648208 R. da Consolação 2270/410	X 6 Y 1.420,00	X 10 Y 2.350,00		
075	MARCOS DANTAS LOUREIRO- 268782087 R. Ataulfo de Paiva 620/602-GB	X -	X 1 Y 120,00		Codinomes "Danilo", "Nestor" e "Pedro". Militante da DI/GB e MR-8, tomou parte em 3 assaltos. Teve extensa atuação na subversão e no terrorismo.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO — MINISTRO

CONTINUAÇÃO DO DOC. DE INFO Nº 0649/CISA-ESC RCD, de 24 AGO 1973 (219)

	COLABORADOR, CPF ENDEREÇO	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1972, RECEBENDO O TOTAL DE Y	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1973, RECEBENDO O TOTAL DE Y	SALDO A RECEBER	OBSERVAÇÕES
076	MARIA AIZA RODRIGUES MEDEIROS Av. N.S.Copacabana 967/702-GB	X 1 Y 30,00			
077	MARIA CELINA WHATELY Alte. Guilhen 379/303-GB		X 6 Y 330,00		Viajou ao Chile em 22/06/72; Há informe de que seria para contactar com / elementos cubanos.
078	MARIA DA CONCEIÇÃO C. FERNANDES R. Paulino Fernandes 98/202-GB		X 9 Y 1.500,00		
079	MARIA CRISTINA AMADO-184427497 Av. Visconde Pirajá 12/601-GB	X 4 Y 530,00	X 2 Y 225,00		Casada com JOSÉ FELIPE SÃO MAMEDE AMADO. Já esteve presa no DOI/I Ex.
080	MARIA DULCE DE CARVALHO 054844808 - R. Lasar Segall 100/104-B-Joá-GB	X 1 Y 200,00	X 2 Y 300,00		
081	MARIA HELENA DE C. TRINIDADE Epitácio Pessoa 1674/7-GB	X - Y -	Y 1 Y 45,00		
082	MARIO ALBERTO DE ALMEIDA - Visconde Pirajá(Hotel S. Marcos) GB		X 4 Y 2.000,00	48,00	
083	MARILIA DE ALMEIDA ABREU 1550337807 - Rua Barão de Jaguaribe 150/101	X 7 Y 2.155,00			
084	MARLINDA SONIA ITÔ R. Cotingo 30/302-GB	X 8 Y 1.600,00	X 2 Y 1.600,00	64,00	Codinome "Zoca" e "Malú". Militante do POC; está presa no DOI/II Ex, desde janeiro de 1973.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

GABINETE DO MINISTRO — MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

CONTINUAÇÃO DO DOC. DE INFO Nº 0010/CISA-ESC RCD, de 24 ABR 1973 (220)

	COLABORADOR, CPF ENDEREÇO	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1972, RECEBENDO O TOTAL DE Y	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1973, RECEBENDO O TOTAL DE Y	SALDO A RECEBER	OBSERVAÇÕES
085	MARTA VILELA ALVES MOURA R. Oliveira Rocha 34/102-Jardim Botânico-GB-Tel.2663961	X 1 Y 125,00	X 13 Y 1.700,00		
086	MATHIAS JACINTO MARTINEZ MOLINA R. Otaviano A. de Lima 800/79-SP	X 1 Y 200,00			
087	MIGUEL URBANO RODRIGUES-005374548 - R. Indiana 340-SP	X 2 Y 300,00	X 3 Y 530,00		Autor do livro subversivo "Opções da Revolução na América Latina". Liga-a Frei BETO.
088	MILTON RODRIGUES ALVES-5477995 R. Siqueira Bueno 1955-926140-SP	X 3 Y 275,00	X 4 Y 330,00		
089	NADIA RAAD MORENO-009749000 R. Gustavo Sampaio 260/603 Tel. 236-1119-GB		X 10 Y 1.975,00		
090	NEWTON CARLOS R. Dr. Júlio Otoni 315/101		X 5 Y 1.120,00	32,00	Respondeu a IPM na 2ª Auditoria de Marinha. Escreve artigos contra o Brasil no "CLARIN" de Buenos Aires.
091	OLÍVIO TAVARES DE ARAUJO - 00992167 - R. Bela Cintra 321/13	X 2 Y 300,00			
092	PAULO SERGIO MARKUN R. São Jorge, 7, Granja Viana, Cotia-SP		X 2 Y 220,00		
093	POLÍBIO ADOLFO BRAGA-111606160 R. Gal. Caldwell 1301/102, PA/RS		X 3 Y 710,00		Militante do PCB

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA — GABINETE DO MINISTRO

CONTINUAÇÃO DO DOC. DE INFO Nº 0610/CISA-ESC RCD, de 24 ABR 1973 (221)

	COLABORADOR, CPF ENDEREÇO	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1972, RECEBENDO O TOTAL DE Y	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1973, RECEBENDO O TOTAL DE Y	SALDO A RECEBER	OBSERVAÇÕES
094	REGINA LÚCIA JENKINS DE LEMOS R. Benjamim Constant 120-GB	X 6 Y 660,00	X 6 Y 1.270,00		
095	REGINALDO LEME - 195325048 R. Soquarembó 77/2-SP		X 4 Y 850,00	29,60	
096	RICARDO GONTIJO (SOARES) 048173548 R. Major Maragliano 224-SP	X 1 Y 200,00	X 4 Y 580,00		Ligado a vários elementos de esquerda, inclusive à Frei BETO.
097	RICARDO KOTSCHO- 3872024 Major Quedinho 28/59-SP		X 3 Y 680,00		
098	ROGÉRIO MENDELSKY-076266650 R. Travessa do Carmo 188/1, Cidade BAixa, PA/RGS.		X 2 Y 600,00	48,00	
099	RONALDO BRITO FERNANDES - 26317133700 R. Viuva Lacerda 214/102-GB	X 12 Y 2.450,00	X 10 Y 2.250,00		
100	SERGIO AUGUSTO PINTO-009951267 R. Baronesa de Poconé 18/302-GB	X 8 Y 980,00	X 12 Y 2.530,00		Seu nome foi encontrado no "aparelho" onde ficou sequestrado o embaixador americano, junto ao nome de outros notórios jornalistas comunistas
101	SÉRGIO MOREIRA DA SILVA- 039622617 R. Voluntários da Pátria 471/40		X 2 Y 280,00		Com esse nome existe um indivíduo implicado em malverzação de dinheiro público, na Diretoria de Assistência ao Estudante, do MEC (DAE).

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

CONTINUAÇÃO DO DOC. DE INFO Nº 0010/CISA-ESC RCD, de 24 ABR 1973 (222)

	COLABORADOR, CPF ENDEREÇO	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1972, RECEBENDO O TOTAL DE Y	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1973, RECEBENDO O TOTAL DE Y	SALDO A RECEBER	OBSERVAÇÕES
102	SÉRGIO DE OLIVEIRA AMADO R. Constante Ramos 22/5º-GB		X 3 Y 375,00		
103	SILVIA HELENA VIANA RODRIGUES - GB	X 1 Y 200,00			Codinome "Flávia" - Militante do PORT
104	SONIA DANTAS PINTO GUIMARÃES R. Prof. Luiz Catanhede 311/401 245-4690-GB		X 5 Y 455,00		
105	TARIK DE SOUZA- 064741958 R. Jaquaribe 479/63-SP	X 8 Y 1.800,00	X 7 Y 1.400,00		
106	TATIANA LINS E SILVA CONCEIÇÃO (ou TATIANA SCHULMANN LINS E SILVA). Estrada da Gávea Pequena 952-GB		X 4 Y 290,00		Desligada da UFRJ pelo Dec. 477; PCB; Figura de proa no G.A.P. (Grupo de Ação Partisant); denunciada em Processo Penal Militar na 2ª Auditoria da Aer, por atividades subversivas; teve intensa atuação subversiva.
107	TEODOMIRO BRAGA-049115396 R. Itapecerica 828/104-BH/MG		X 8 Y 3.060		
108	TEODORO GOTTGRIED MEISSNER 493916318 - R. D. Veridiana 50, Sta. Cecília-SP		X 3 Y 360,00		
109	VALDIR DE OLIVEIRA-061094548 R. Stº Antônio 1005/72/SP	X 7 Y 2.250,00	X 8 Y 2.000,00		
110	VIRGINIA AUGUSTA DA COSTA R. Dr. Júlio Otoni 367/202	X 1 Y 400,00			

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

GABINETE DO MINISTRO - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

CONTINUAÇÃO DO DOC. DE INFO Nº 0010/CISA-ESC RCD, de 24 ABR 1973 (223)

	COLABORADOR, CPF ENDEREÇO	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1972, RECEBENDO O TOTAL DE Y	CEDEU DIREITOS AUTORAIS PARA X EDIÇÕES EM 1973, RECEBENDO O TOTAL DE Y	SALDO A RECEBER	OBSERVAÇÕES
111	WALDECY TENÓRIO- 294246408 R. Canowra 1935, Sumaré-SP		X 1 Y 180,00		
112	WASHINGTON NOVAIS-010316517 (ou WASHINGTON LUIZ RODRIGUES NOVAES) R. Júlio Otoni 367/202-GB	X 7 Y 1.550,00	X 1 Y 150,00		Notório comunista, com grande atuação subversiva.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

CISA GABINETE DO MINISTRO - JUSTIÇA

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA CISA GABINETE DO MINISTRO

5.1.2 - Também trabalham para o jornal, os elementos abaixo, radicados no estrangeiro:

5.1.2.1 - JOSÉ BESSA, Paris, França.

5.1.2.2 - BERNARDO KUCINSKI, Londres, Reino Unido.

5.1.2.3 - LUIZ HORÁCIO VIGUOLO.

5.1.2.4 - ALBERTO CARBONE (ligado ao M.L.N - "TUPAMAROS").

5.1.2.5 - VANNA BROCCA, Milão, Itália.

5.1.3 - A grande maioria dos colaboradores recebe pequena quantia, praticamente simbólica, porém o pagamento é feito religiosamente em dia. Contentam-se em receber pouco, pois sentem-se plenamente realizados em poder expor suas idéias de esquerda.

6 - ILEGALIDADE QUANTO AO CUMPRIMENTO DA CLT:

6.1 - Observando-se os pagamentos efetuados pela firma/ àqueles que lhes cedem direitos autorais, verifica-se, em muitos casos, que a CESSÃO é pró-forma, pois são indivíduos que recebem quantias fixas semanalmente, e outros têm função executiva na firma, o que escapa, em muito, à tutela do DIREITO AUTORAL. Trata-se de artifício para fugir aos preceitos da CLT e para fugir ao pagamento do INPS e, por certo do Imposto de Renda. Vejamos: Reportando-nos aos "cedentes", relacionados no Subitem 5.1.1 (folhas 05 à 18 deste Documento):

CEDENTE	ATIVIDADE
5.1.1 - 001	EDITOR ASSISTENTE
002	RESENHA
006	COLUNA E FECHAMENTO
007	REDATORA
011	SECRETÁRIO DA REDACÃO
013	REDATOR
015	CHEFE DA SUCURSAL DE SP E EDITOR ASSISTENTE
017	EDITOR ASSISTENTE
024	FECHAMENTO
029	DESENHO, CAPA E FECHAMENTO
030	REDATORA
034	EDITOR DE TENDENCIA E CULTURA

- CONTINUA -

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA CISA GABINETE DO MINISTRO

035	TRADUTOR E REDATOR
036	CORRESPONDENTE NO EXTERIOR
040	EDITOR DE TENDENCIA E CULTURA
043	CORRESPONDENTE EM SALVADOR/BA
047	REDATORA
051	CORRESPONDENTE EM RECIFE/PE
054	TRADUTOR E REDATOR
055	EDITOR DE TENDENCIA E CULTURA
061	TRADUTOR E REDATOR
065	CORRESPONDENTE EM BRASÍLIA/DF, APESAR DO ENDEREÇO NA GB.
066	EDITOR ASSISTENTE
076	DATILOGRAFIA
083	REDATORA
085	REDATOR
089	REDATOR
094	TRADUTORA E REDATORA
099	REDATOR
105	GUIA DE MÚSICA e
107	CORRESPONDENTE EM BELO HORIZONTE/MG.

7 - TELEFONEMAS INTERURBANOS:

7.1 - A Editora fez os seguintes ligações para o exterior:

TEL.DA INUBIA	DATA	HORA	TEL. CHAMADO	PAÍS
246-7466	06/09/72	18,46	567-5377	FRANÇA
"	09/09/72	14,22	2-6495	REINO UNIDO
"	19/09/72	19,38	6546597	EE UU
"	19/09/72	20,47	6772424	EE UU
"	20/09/72	20,24	6546597	EE UU
"	22/09/72	21,44	6546597	EE UU
"	29/09/72	20,54	6772424	EE UU
"	16/10/72	00,55	32-7392	ARGENTINA
"	24/10/72	22,50	654-6597	EE UU
"	27/10/72	08,51	235-3413	REINO UNIDO
"	27/10/72	09,57	235-3413	REINO UNIDO
"	27/10/72	11,14	235.3413	REINO UNIDO
"	28/10/72	21,42	654-6597	EE UU
"	01/11/72	22,06	260-3870	EE UU

- CONTINUA -

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA — CISA — GABINETE DO MINISTRO

246-7466	06/11/72	22,08	654-6597	EE UU
"	10/11/72	22,33	654-6597	EE UU
"	18/11/72	13,42	226-0069	EE UU
266-1764	03/01/73	19,42	770-9129	FRANÇA
246-7466	15/01/73	21,43	654-6597	EE UU
266-1764	17/01/73	12,33	947-9862	EE UU
266-1764	01/02/73	20,56	654-6597	EE UU
246-5326	05/02/73	21,23	654-6597	EE UU
266-1764	20/02/73	20,54	654-6597	EE UU

8 - CONCLUSÃO

8.1 - O jornal OPINIÃO, editado pela Editora INUBIA // LTDA, é veículo responsável pela difusão do pensamento de elementos do PCB, PC do B, APML, POLOP, OCML-PO, VAR-PALMARES, BRACÃO BOLCHEVIQUE , FBI, VPR, ALN, MURD, POC, PORT e de números outros notórios comunis-/ tas não estruturados, bem como de elementos cassados pela Revolução.

8.2 - Melhor concluindo, é porta-voz da pecaminosa associação da FRENTE, com as linhas massistas, populistas, maoistas, cubanas, progressistas, etc, porém com cobertura legal, porque a editora está registrada na Junta Comercial do Estado da Guanabara sob o número 28782, porque foi matriculada no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, mediante Autorização datada de 20 de outubro de 1972 e porque recebeu o Alvará de Licença para Localização número 164.307.00, em 22 de janeiro de 1973.

II - CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO ECONÔMICA DA EDITORA E O DESTINO DO SEU LUCRO

Face a dados que levantamos, e tomando por base 6 edições do jornal (períodos subsequentes de: 09/01 à 16/02/73 - 16/02 à 23/02/73 - 23/02 à 02/03/73 - 02/03 à 09/03/73 - 09/03 à 16/03/73 - 16/03 à 23/03/73), vejamos qual foi a sua situação econômica:

Mandou imprimir 90.000 exemplares, pagando à gráfica Cr$.. 27.300,00. Entregou os 90.000 exemplares à Abril S.A. e, não havendo/ encalhe, recebeu 55% do preço de capa. O OPINIÃO é vendido à Cr$2,50. 90.000 x 2,50=Cr$225.000,00; 55% de Cr$225.000,00=Cr$123.750,00.

Cr$123.750,00 menos Cr$27.300,00=Cr$96.450,00.

- CONTINUA -

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA GABINETE DO MINISTRO

Nesse período pagou pela cessão de direitos autorais Cr$.. 58.860,00, sobrando, pois, Cr$96.450,00—Cr$58.860,00=Cr$37.590,00.

No mesmo período pagou aos seus empregados contratados pela CLT, Cr$10.515,00, restanto, pois, Cr$37.590,00—Cr$10.515,00=Cr$... 27.075,00. Deduz-se de Cr$27.075,00, 16% que contribuiu ou deveria // contribuir para o INPS sobre Cr$10.515,00:Cr$27.075,00—Cr$1.682,00=Cr$. 25.373,00.

Pagou em dólares a seus colaboradores no exterior US$..... 120,00 x 6,00=Cr$720,00.

Cr$25.373,00—Cr$720,00=Cr$24.653,00.

Nesse mesmo período a Editora teve uma despesa telefônica para o exterior de Cr$136,00, a que se soma uma despesa corrente com seus 4 telefones, no valor total de Cr$1.000,00, somando Cr$1.136,00. Acrescente-se a isso o pagamento de aluguel, luz, água, cota de imposto predial e se credite uma receita semanal de Cr$250,00 em anúncios, verificando-se, por estimativa, que suas despesas indiretas não devem ultrapassar a casa dos Cr$5.000,00 a cada mês e meio. Também deve estar pagando direitos autorais (Royalties) aos editores estrangeiros // (Le Monde etc), que estimamos em 100 dólares por edição, ou sejam, 600 dólares no período. xCr$6,00=Cr$3.600,00.

Portanto, na pior das hipóteses, seu lucro a cada 6 semanas deve somar Cr$24.653,00 menos Cr$5.000+Cr$3.600=Cr$16.053,00.

Assim sendo, ficamos interessados em descobrir porque a // Editora INUBIA está devendo, em atrazo, Cr$120.000,00 ao "O JORNAL" e Cr$40.000,00 à "TRIBUNA DA IMPRENSA", se nessas 24 semanas de atividades deveria ter acumulado um lucro de Cr$16.053,00 x 4 períodos de 6 semanas = Cr$64.212,00, aos quais se somariam os Cr$100.000,00 de seu capital inicial "totalmente subscrito e integralizado", conforme reza o contrato social de constituição da firma.

Será que a firma está financiando o PCB, a FBI ou elementos subversivos, na clandestinidade ou presos?

A interrogação tem razão de ser, porque, pelo menos, consta em sua contabilidade que pagou a JOEL RUFINO DOS SANTOS, da ALN, // preso desde 30 de dezembro de 1972, as quantias abaixo, nas datas posteriores ao lado:

450,00 em 12/01/73
450,00 em 19/01/73
450,00 em 26/01/73

- CONTINUA -

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA — CISA — GABINETE DO MINISTRO

450,00 em 02/02/73
450,00 em 09/02/73
450,00 em 16/02/73 e
450,00 em 23/02/73 (último dado de que dispomos), bem como pagou à MARLINDA SÔNIA ITÔ, do POC, presa no início de janeiro de 1973, as quantias abaixo, nas datas posteriores ao lado:

800,00 em 30/01/73
800,00 em 28/02/73 (último dado de que dispomos).

Pagou também a passagem aérea no trecho GALEÃO/SANTIAGO para MAURO SANTAYANNA, notório comunista, sem qualquer vínculo com o // "OPINIÃO" e com a "Editora INÚBIA", viagem realizada dia 01 Mar 73 pelo vôo 863 da VARIG, com passagem comprada, dia 28 Fev 73, na "Bandeirantes Turismo SA", à rua Pedro Lessa 35 s/loja. (Informação de 20 // Mar 73 para o SNI/AC e SNI/ARJ).

III - CONSIDERAÇÕES

Considerando que a publicação do jornal comunista "OPINIÃO" tem por finalidade servir aos interêsses do MCI;

Considerando que esses interesses contrariam, diametralmente, as nossas aspirações democráticas;

Considerando que esse jornal, de ampla circulação na juventude universitária, expressa os pontos de vista de uma pleiade de brasileiros detidos, presos, indiciados, denunciados e condenados por infração à Lei de Segurança Nacional;

Considerando que se faz mister o concurso da Comunidade de Informações para, através de recursos de ordem legal, neutralizar a publicação desse jornal; e

Considerando que em alguns aspectos está flagrante a ilegalidade da Editora, e em outros há indícios de ilegalidade, ou mais/ ainda, de amparo a criminosos, este Centro formula os seguintes PEDIDOS DE BUSCA abaixo, alguns em forma de puro esclarecimento:

À DSI/MJ

a - Basta, para que um jornal novo seja editado e publicado, / que uma firma editora seja constituída, que seja registrada na Junta Comercial dos Estados e que obtenha deferimento para matricular o jornal no Registro Civil das Pessoas Jurídicas?

b - Caso negativo, poderia essa DSI promover as diligências necessárias , a fim de verificar se a "Editora Inúbia Ltda"

- CONTINUA -

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA CISA GABINETE DO MINISTRO

atendeu as demais exigências legais Federais para editar e publicar o jornal "OPINIÃO"?

À DSI/MTPS

a - promover, através da Delegacia Regional do Trabalho, uma rigorosa fiscalização na "Editora Inúbia", a fim de autuá-la e multá-la nas infrações à CLT;

b - promover, através da Delegacia Regional do INPS, uma rigorosa fiscalização na "Editora Inúbia", a fim de autuá-la e multá-la nas infrações as contribuições do INPS (Fundo de Garantia);

c - verificar, se os colaboradores do jornal OPINIÃO estão registrados, no MTPS, no livro especial de colaboradores, segundo o que preceitua o Decreto-lei 972 de 17 de outubro / de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, verificando, também, se aqueles que estão regis-/ trados, atenderam as exigências do artigo 4 (10 artigos assinados).

À DSI/MF

a - promover, através da Delegacia Regional do Imposto de Renda, uma rigorosa fiscalização e auditagem na "Editora Inúbia" a fim de autuá-la e multá-la nas infrações a Lei do / Imposto de Renda;

b - promover, através das Delegacias Regionais do Imposto de Renda, uma rigorosa fiscalização em torno de todas as pessoas físicas residentes no país citadas neste documento, / confrontando suas Declarações do Imposto de Renda referentes ao ano base de 1972, com as quantias recebidas da "Editora Inúbia", sob a forma de vínculo empregatício ou sob a forma de CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS, bem como, quanto as / pessoas físicas dos dois sócios da firma;

c - promover, através do Banco Central, a verificação se a firma está atendendo às exigências da legislação federal quanto ao pagamento de "ROYALTIES" pelas matérias dos jornais/ estrangeiros "Le Monde", "The Washington Post", "The Guardian", "The New York Review of Books" e "New Statesman", / que reproduz;

- CONTINUA -

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA CISA GABINETE DO MINISTRO

d - promover, através do Banco Central, a verificação se a firma está atendendo às exigências da legislação federal quanto à remessa de dólares para pagamento de seus correspondentes no estrangeiro.

AO DOPS/GB

a - promover, através da Repartição competente do Estado, a apuração se os documentos que deram origem à constituição/ da firma, ao seu registro na Junta Comercial, à matrícula/ no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e à concessão do Alvará, revestiram-se de todas as formalidades legais;

b - promover, através da Repartição competente do Estado, a verificação se a firma está atendendo às exigências do fisco Estadual;

c - promover, através da Repartição competente no Estado, a verificação se a firma está atendendo às exigências, da contabilidade mercantil, e da legislação comercial nos seus contratos de compra e venda, fornecimentos, pagamentos e aquisição de bens;

d - promover, através da Repartição competente no Estado, a verificação se no local onde funciona a Editora Inúbia Ltda, e a redação do jornal OPINIÃO, também funcionam outras firmas ou desenvolvem-se outras atividades comerciais (cursos, estágios, etc) sem o atendimento às normas previstas na legislação.

AO DOI/II Ex (através da DIS/COMZAE.4)

a - interrogar JOEL RUFINO DOS SANTOS e MARLINDA SÔNIA ITÔ, a fim de que expliquem como, mesmo após presos, continuam // sendo assistidos financeiramente pelo jornal "OPINIÃO" /// ("Editora Inúbia Ltda").

AO CIEX

a - possibilidade de identificar quem são os assinantes e (ou) os usuários dos telefones citados em 7.1.

A TODOS OS DESTINATÁRIOS

a - informar outros dados de que disponham sobre o assunto tratado neste documento.

- CONTINUA -

231

— fls. 26 —

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA — GABINETE DO MINISTRO — CISA.

(Continuação do DOC. DE INFO Nº 0010/CISA-ESC RCD de 24 ... 1973)

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA — GABINETE DO MINISTRO — CISA

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

A - Solicita-se aos Orgãos de Informações aos quais solicitamos PEDIDOS DE BUSCA, que não reproduzam este documento no seu todo, nas suas ligações funcionais com Repartições Federais ou Estaduais, a fim de resguar-/ dar o sigilo dessas operações saneadoras;

B - informamos a todos os destinatários que estamos dando prosseguimento a levantamentos idênticos, em outros / Orgãos da imprensa comunista; caso outra AI esteja // também efetuando operação dessa natureza, é mister // que se comunique com o RECISA, a fim de evitar superposição de esforços. ////////////////////////////////

//

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO. (Art. 62 - Dec. n.º 60.417/67. Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

À S.A.

Para, com URGÊNCIA, fichar numerar e devolver.

Em, 25/04/1973

LEON H. LANNES
Chefe da SI.

Providenciado.
SSEP, em 25/4/73
Chefe da SSEP/SA

À SI.
SA, em 25-04-73
Odila Carvalho
Chefe da SA

À D. CARMEM;

Para anotar e devolver.

Em, 25/04/1973

LEON H. LANNES
Chefe da SI.

Feitas as anotações.
SI, em 25/04/73
Carmen S. Macedo.
Of. Adm.

SR. DIRETOR.

Anotado nesta DSIJ., sugiro o encaminhamento à Chefeia do Gabinete do Sr. Ministro.

Em, 25/04/1973

LEON H. LANNES
Chefe da SI.

À Chefia do Gabinete.

P. Gabinete.
25/04/73